

HABEAS CORPUS

QUE SE APRESENTE O CORPO



A BUSCA DOS DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

HABEAS CORPUS

QUE SE APRESENTE O CORPO
A BUSCA DOS DESAPARECIDOS
POLÍTICOS NO BRASIL

1ª edição revista
2010



Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência da República



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA
Paulo Vannuchi

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Rogério Sottili

CHEFE-DE-GABINETE
Maria Victoria Hernandez

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS – CEMDP

PRESIDENTE
Marco Antônio Rodrigues Barbosa

FAMILIAR
Diva Soares Santana

MINISTÉRIO DA DEFESA
Ten. Cel. João Batista Fagundes

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Maria Eliane de Menezes Faria

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Dep. Pedro Wilson

SOCIEDADE CIVIL
Augustino Pedro Veit
Belisário dos Santos Júnior

SECRETARIA EXECUTIVA DA CEMDP

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Pedro Pontual

CONSULTOR
Ivan Akselrud Seixas

EQUIPE
Bárbara Brenda Saraiva Barbosa
Maria Ângela Barbosa Campelo de Melo
Rafael Meireles Bezerra

PROGRAMA DIREITO A MEMÓRIA E A VERDADE

DIRETOR
Maurice Politi

EQUIPE
Jacqueline da Silva
Luiz Carlos Vidal

COLABORAÇÃO
Ana Paula Diniz de Mello Moreira, Cristina Timponi Cambiagli,
Daniel Josef Lerner, Darlan Aragão Mesquita,
Fermio Fecho, Juliana Gomes Miranda,
Márcia Maria Adorno Cavalcanti Ramos, Maria do Carmo Rebouças da Cruz,
Thais Herdy Guedes, Vanice Pigatto Cioccarri e
Wellington Pantaleão da Silva

A metáfora que dá título a este livro leva de volta à origem semântica um dos mais importantes marcos históricos da construção dos Direitos Humanos.

Em 1215, o habeas corpus nasceu na Inglaterra para conter o poder ilimitado dos reis e como exigência de justo processo legal. Ter o corpo levado à presença de um juiz queria dizer, simplesmente, apresente a pessoa com vida.

No Brasil de 2010, ao lado dos grandes avanços democráticos acumulados desde 1988, com maior nitidez nos últimos 16 anos e, sobretudo, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o tema da metáfora segue ainda cercado de dor, dúvidas, hesitações, mistérios, ocultações e impunidade.

Ter o corpo, neste livro, significa literalmente devolver às famílias, companheiros e amigos os restos mortais de um número expressivo de brasileiros e brasileiras que foram mortos – quase todos sob torturas – por resistir a um regime ditatorial que violou as regras da vida constitucional republicana durante 21 anos.

Acima de qualquer controvérsia ideológica a respeito daquele regime, desponta como certeza a persistência de uma dívida inegável do Estado brasileiro, ainda não resgatada.

O reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas violações de Direitos Humanos praticadas durante a ditadura já está consolidado. Mas ainda faltam alguns passos indispensáveis para que se considere plenamente concluída a longa transição para uma democracia irreversível. Faltava também um livro-relatório como este, com o foco concentrado exclusivamente nos desaparecidos políticos em seu sentido mais amplo: quem não teve o corpo entregue à família conforme determinam as leis, mesmo as leis ilegítimas de um regime autoritário.

Na Constituição que Ulysses Guimarães proclamou cidadã em 5 de outubro de 1988, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias já incorporou os primeiros marcos que balizam a necessidade de reparação. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, as leis 9.140 e 10.559 representaram um salto histórico nesse sentido, versando sobre a questão dos mortos e desaparecidos políticos, a primeira, e sobre direitos amplos de indenização material e simbólica, a segunda.

Durante o governo Lula, o lançamento do livro-relatório Direito à Memória e à Verdade, em agosto de 2007, abriu novamente o debate sobre a questão não resolvida de nossa reconstrução democrática. E esse debate vem crescendo e atravessa os Poderes da República, a imprensa, a universidade, a sociedade civil como um todo. As caravanas promovidas pela Comissão de Anistia, Brasil afora, o lançamento do projeto Memórias

COORDENADOR

Vladimir Sacchetta

REDAÇÃO

EDITOR-CHEFE

Carlos Azevedo

REDATORES

Carmen Nascimento

Inês Godinho

Renato Modernell

REPÓRTERES

Natalia Viana

Priscila Lobregatte

PESQUISADORAS

Natalia Rayol

Paula Sacchetta

REVISÃO E ARTE

PREPARAÇÃO E REVISÃO

OK Linguística

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E CAPA

Ary Almeida Normanha

Jun Ilyt Takata Normanha

INSTITUTO DE POLÍTICAS RELACIONAIS

DIRETORA PRESIDENTE

Daniela Nogueira Greeb

CRÉDITO DAS IMAGENS

Apesar de todos os esforços, nem sempre foi possível identificar a autoria de algumas imagens. Localizados os fotógrafos, a Secretaria de Direitos Humanos compromete-se a creditá-los na próxima edição deste livro. As letras ao lado dos números das páginas indicam a posição das fotografias, de cima para baixo e da esquerda para a direita.

Acervo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: 57, 58, 65, 66, 85, 98, 100, 121, 143, 147, 149, 150, 169, 170, 173, 178-339

! Acervo CPI Vala de Perus: 87, 90, 91, 127 ! Acervo Família Eduardo Collen Leite: 110 ! Acervo Família Petit da Silva: 99 ! Acervo Família Rubens Paiva: 68, 70, 73, 74a, 78
! Acervo Família Virgílio Gomes da Silva: 106a ! Acervo Iconographia: 9, 11, 13, 15, 34bc, 56, 59, 60, 62, 69b, 75b, 82, 84, 117c, 125, 135, 137
! Agência Brasil: 18, 22 ! Archivo Nacional de la Memoria: 25, 37b, 38 ! Arquivo Público do Estado de São Paulo: 8, 10, 13, 17, 19, 69a, 76, 89, 106b (Fundo Deops), 107
! Arquivo particular: 112, 113, 117ab, 119 ! Daniel Muzio / Democracia Vigilada / reprodução: 40 ! Egberto Nogueira / reprodução: 69 ! Folhapress: 63 / Paulo Whitaker: 79 /
Eduardo Knapp ! Frederico Rozario: 139 ! Imagem Latina / Jesus Carlos: 153, 154, 157, 158, 165, 166 ! Memoria Dictaduras: 20, 30, 31, 32, 33, 34a, 35, 36, 37a, 40a,
41, 42, 48, 49, 50, 52, 53, 55 ! Orlando Brito / reprodução: 7 ! Reprodução: 28, 86, 95 ! Roberto Pera / Democracia Vigilada / reprodução: 43
! Secretaria de Direitos Humanos: 24 ! Vladimir Sacchetta: 45, 46

341.27

B823h Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos.

Habeas corpus : que se apresente o corpo / Secretaria de Direitos Humanos – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

396 p. : il., color. p&b ; 21cm.

Inclui bibliografia.

ISBN : 978-85-60877-11-9

1. Desaparecido político, Brasil. 2. Governo militar, Brasil. 3. História política, Brasil. 4. Direitos Humanos. 5. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). I. Título.

Reveladas, a campanha oficial de publicidade nos grandes veículos promovida pela Secom informando sobre os desaparecidos e a inauguração de 27 memoriais de homenagem aos que morreram na luta contra a ditadura são iniciativas que fazem avançar a consciência nacional sobre o que ainda falta.

Em 2009, para atender às determinações de uma sentença federal sobre a guerrilha do Araguaia, o próprio Ministério da Defesa organizou, pela primeira vez em quase 40 anos, um Grupo de Trabalho para promover a localização dos corpos de aproximadamente 70 militantes ou apoiadores do PCdoB que foram executados no sul do Pará entre 1972 e 1974. Em sua grande maioria, após intermináveis sessões de torturas.

O passo mais abrangente em oito anos de governo Lula foi o envio ao Legislativo, em 13 de maio de 2010, do projeto de lei que institui uma Comissão Nacional da Verdade para jogar luz sobre as violações de Direitos Humanos ocorridas naqueles 21 anos de regime ditatorial. A proposta de se criar tal comissão foi aprovada em dezembro de 2008, na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, e incorporada, já com alterações cautelosas, ao PNDH-3, lançado em 21 de dezembro de 2009.

Discordâncias entre as áreas da Defesa e dos Direitos Humanos foram arbitradas pelo Presidente da República, e um Grupo de Trabalho foi constituído por especialistas para elaborar esse projeto de lei, construído como esforço conjunto e exercício democrático de negociação e flexibilização entre argumentos contrários. Está nas mãos do Poder Legislativo decidir soberanamente sobre sua tramitação, assim como compete ao Judiciário decidir sobre qualquer demanda envolvendo caber ou não punição aos que violaram Direitos Humanos naquele período.

O livro Habeas Corpus sistematiza e resume todas as informações que foi possível colher ao longo de décadas a respeito da possível localização dos restos mortais, muitas vezes com datas e dados contraditórios entre si. Se existir algum grande mérito nessa compilação, ele cabe inteiramente ao esforço heróico dos familiares das vítimas, ex-presos políticos e ativistas que resistiram a décadas de portas fechadas, descaso, omissões, ameaças e até morte, como foi o caso de Zuzu Angel. A esses lutadores e a essas lutadoras, mães, irmãs, filhas, parentes de todo tipo, que nunca desistiram dessa busca, esse livro deve ser dedicado.

Ele se oferece como um primeiro guia para leitura e discussão entre os parlamentares que decidirão sobre aprovar ou não a criação da Comissão Nacional da Verdade. E, mais ainda, como um roteiro inicial para os próprios integrantes dessa Comissão, caso o Legislativo brasileiro assim o decidir.

Paulo Vannuchi

Ministro de Direitos Humanos

1 O regime militar e os Direitos Humanos **8**
Box: O direito de enterrar os mortos **15**

2 O direito internacional e sua aplicação no Brasil **18**
Box: Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos **27**

3 As relações entre as ditaduras do Cone Sul **30**

4 O direito à memória e à verdade em outros países **36**

5 A luta dos familiares dos desaparecidos **56**
Box: Procurando Dinaelza **66**
Box: Dona Felícia **68**

6 As várias mortes de Rubens Paiva **70**

7 Depois da eliminação, operação limpeza **84**
Araguaia: sem prisioneiros **95**

8 A organização da tortura e da morte **104**
Box: A Fazenda 31 de Março de 1964 **112**
Box: Inês Étienne na "Casa da Morte" **119**

9 Cemitérios e valas clandestinas **124**

10 Os 15 anos da comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos **134**

11 Araguaia: as dificuldades para encontrar **140**

12 Novos esforços para encontrar os desaparecidos **154**
Box: A identificação dos desaparecidos com a ajuda da ciência **170**

13 Os desaparecidos **178**
Araguaia **183**
Desaparecidos sem nenhuma informação **239**
Mortos cujos corpos nunca foram devolvidos às famílias **303**

Epílogo **340**

Glossário **345**



HABEAS CORPUS

QUE SE APRESENTE O CORPO

FUZILADOS

A poster titled "FUZILADOS" (Executed) featuring several small portraits of individuals. The portraits are arranged in a grid-like pattern on the poster.

Desaparecidos

A poster titled "Desaparecidos" (Disappeared) featuring several small portraits of individuals. The portraits are arranged in a grid-like pattern on the poster.

Voto de Jure

A poster titled "Voto de Jure" (Vote of Law) featuring several small portraits of individuals. The portraits are arranged in a grid-like pattern on the poster.

A poster featuring several small portraits of individuals, arranged in a grid-like pattern. The portraits are of various people, some in formal attire and others in more casual clothing.

1

“Na história política do Brasil os militares nunca tinham assumido o poder, mesmo quando atuaram na derrubada de governos, ou quando um militar exercia a presidência. Entre outras coisas altamente negativas, a ditadura de 1964-1985 foi uma ruptura dessa tradição e alargou o caminho para toda a sorte de violações dos Direitos Humanos. Enterrar os seus mortos foi sempre, entre todos os povos, reconhecido como direito de cunho sagrado. Um exemplo paradigmático disso é a ‘Antígona’, de Sófocles, viva até hoje depois de dois milênios e meio como texto e como modelo de outros textos da dramaturgia. É incompreensível que a abertura dos arquivos ainda encontre resistência. Enquanto não for consagrada, não poderemos falar em superação definitiva da herança ditatorial no Brasil.”

Antonio Candido

O regime militar e os Direitos Humanos



Tanques e soldados nas ruas no dia do golpe militar. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964.

O golpe de 1964, que derrubou o governo constitucional, decorreu do entrelaço de forças sociais, que, ao longo de três décadas, divergiam sobre os caminhos de desenvolvimento do Brasil. Essas contradições foram potencializadas pelo conflito ideológico que dominava a cena internacional após a 2ª Guerra Mundial, opondo os Estados Unidos e outros países capitalistas ao que se chamou “campo socialista”, liderado pela União Soviética e China e mais dezenas de países, repúblicas populares e governos resultantes da luta anticolonial. Era o período da “Guerra Fria”.

Em 1959, com o advento da revolução cubana, que causou grande impacto entre as populações dos países do continente americano, soou o sinal de alerta para os Estados Unidos. Nos anos seguintes, a potência hegemônica da região apoiou ou patrocinou golpes militares em vários países para implantar governos anticomunistas e manter sua influência econômica, política, militar e diplomática na América Latina.

O movimento militar, que se impôs com a justificativa de tornar o Brasil livre da “ameaça comunista” e da corrupção, desde o início procurou institucionalizar-se criando um aparato legal. O primeiro Ato Institucional, de 9/4/1964, alijando o princípio da soberania popular, declarou “a revolução vitoriosa como Poder Constituinte se legitima por si mesma”. Dessa forma, eliminou a eleição direta para Presidente da República; concedeu amplos poderes ao Poder Executivo para decretar estado de sítio e suspender os direitos políticos dos cidadãos por até 10 anos; cassou mandatos políticos sem a necessária apreciação judicial; suspendeu as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade, ficando assim o governo livre para demitir, dispensar, reformar ou transferir servidores públicos.



O general Arthur da Costa e Silva, membro da junta militar que assumiu o poder, assina o primeiro Ato Institucional, 9 de abril de 1964.

Como consequência imediata, houve uma onda de cassações de mandatos de opositores, de demissão de servidores e de numerosas prisões.

Este primeiro Ato Institucional foi seguido por atos complementares e outros atos institucionais, leis e decretos-leis. Em seus 21 anos de vigência, o regime militar promulgou 17 atos institucionais, 105 atos complementares, 9 atos do Comando da Revolução, 58 decretos-leis sobre o Sistema Nacional de Informações, 79 decretos-leis e uma lei sobre a Comissão Geral de Investigações, 15 decretos sobre a censura, 52 sobre Segurança Nacional, 10 sobre propaganda política e 11 sobre eleições. Foram disposições que interferiram em todos os setores da vida nacional. Por exemplo, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e deu ao Presidente o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional e de outras Câmaras Legislativas, governar por decretos-leis e promover intervenção federal nos Estados. Transferiu para a Justiça Militar o julgamento de



O marechal Humberto de Alencar Castello Branco (à direita) assume a Presidência da República, 15 de abril de 1964.

civis acusados de crimes políticos. Suspendeu as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. Os titulares daquelas garantias podiam ser demitidos, removidos, dispensados, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados. O AI-3 reduziu ainda mais a participação popular no processo representativo ao instituir eleições indiretas para governadores e a indicação dos prefeitos das capitais.

Nessa primeira fase (1964-1968), a ditadura alcançou a burocracia estatal em todos os níveis: as Forças Armadas, o Poder Judiciário, as universidades, os sindicatos, outras entidades de classe e as organizações estudantis. Prendeu milhares de pessoas, processadas pela CGI – Comissão Geral de Investigações e por pelo menos uma comissão estadual¹. Em consequência dessas prisões e processos, alguns milhares de pessoas – militares, cientistas, professores, juizes e outros serventuários do Judiciário, funcionários de empresas estatais e privadas, operários, marinheiros e portuários, jornalistas, artistas e intelectuais e lideranças sindicais – também perderam o emprego. Muitos foram proibidos de trabalhar em sua profissão.



Depois do golpe de 1964, o jornal Última Hora foi vendido e descaracterizado.

Quanto à liberdade de opinião, o regime militar, desde o início, fechou a imprensa comunista, socialista, e de caráter operário e sindical. Provocou a venda e a descaracterização da rede de jornais *Última Hora*, nacionalista, e constrangeu à falência o *Correio da Manhã*, jornal liberal e independente.

Leis de guerra

Numa segunda fase, a legislação se tornou mais dura como reflexo de protestos de setores da sociedade. Caracterizava-se como legislação de guerra, de uma guerra especial, que não confrontava o inimigo externo, mas os próprios brasileiros de oposição, classificados como o “inimigo interno”. O Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, e a Lei de Segurança Nacional passaram a fazer parte do texto constitucional e, a partir de 1969, a ele se superpuseram.

Pelo AI-5 o governo ampliou seus poderes discricionários sobre o Poder Legislativo e a Federação. Os artigos 4º e 5º estabeleciam que o Presidente da República podia “suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos e cassar mandatos eletivos”, sem observar “os limites previstos na Constituição”.

O artigo 10 promoveu a completa insegurança do cidadão perante as autoridades ao suspender o direito do habeas corpus para “crimes políticos, contra a segurança nacional e a economia popular”.

¹ A Comissão Estadual de Investigações de São Paulo foi criada pelo governador Abreu Sodré em 6/3/1969



Tropas cercam o Palácio Guanabara. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1968.

O artigo 11 impedia o Poder Judiciário de julgar os atos do Executivo: “excluem-se de qualquer apreciação jurídica os atos praticados de acordo com o AI-5”. Com base no AI-5, o Presidente da República afastou três juízes do STF, mais dois pediram demissão em solidariedade – a partir de então a Suprema Corte teve o número de juízes reduzido de 16 para 11.

Como reflexo de uma avaliação de que o País se encontrava sob uma “guerra revolucionária”, o decreto-lei 898, de 1969, que reformulava a Lei de Segurança Nacional, estabeleceu pesadas penas, até mesmo de prisão perpétua ou de morte, para os crimes de sublevação e de ação armada. O artigo 56 estabelecia que os acusados de crimes políticos, militares ou civis seriam julgados na Justiça Militar, em tribunais de guerra.

A suspensão do direito de habeas corpus, prevista pelo artigo 10 do AI-5, foi agravada pelo artigo 59 da LSN, que autorizava a prisão de qualquer cidadão, mesmo com domicílio, residência e profissão certos, em regime de incomunicabilidade por 10 dias. Tal prisão podia



Anúncio em cadeia nacional do AI-5. À mesa, o ministro da Justiça Luís Antonio da Gama e Silva e o locutor da Agência Nacional Alberto Cury

ser mantida por 30 dias, mediante mera comunicação – e não pedido de aprovação – à autoridade judiciária. A lei autorizava ainda a prorrogação da detenção, a pedido do encarregado do inquérito, o qual também podia pedir a prisão preventiva do acusado se quisesse mantê-lo detido por um tempo indefinido. Tais dispositivos permitiram graves e sistemáticas violações dos Direitos Humanos.

A LSN também previa pesadas penas para coibir a manifestação de pensamento, principalmente a veiculada por meio de comunicação (artigos 16, 36, 39, 45, 47, 54). Esses dispositivos foram postos em prática de maneira generalizada, submetendo imprensa escrita, rádio, TV, música, teatro, cinema e literatura à censura prévia, intimidação, processos e prisões de jornalistas, artistas e intelectuais.

Ações fora da lei



Virgílio Gomes da Silva, Joaquim Seixas, Antonio Benetazzo e Alex de Paula Xavier são alguns dos presos políticos assassinados sob tortura.

A pesar de contar com um aparato legal que restringia severamente as liberdades civis e políticas, o regime militar extrapolou os limites de suas próprias leis.

Segundo denúncias reiteradas e comprovadas, ao longo de duas décadas, houve tortura, abusos e violências de parte de agentes públicos contra opositores políticos presos e indefesos, e contra a população civil; houve execuções sumárias, falseamento das condições em que ocorreram mortes de opositores, falsas informações na documentação oficial, ocultação de cadáveres, eliminação de provas, ocultação e até destruição de documentos públicos.

Não foram divulgados registros oficiais sobre tais acontecimentos. Mesmo depois da democratização, consolidada pela Constituição de 1988, essas informações continuavam não disponíveis para a sociedade. Sobre os mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia, por exemplo, as três Forças Armadas informaram ao Ministério da Defesa, em 2004, “não possuir nenhum documento” e afirmaram “que todos os documentos atinentes ao episódio foram destruídos sob o respaldo da legislação então vigente”².

Impacto sobre uma geração

Por ter se estendido ao longo de 21 anos, o regime militar impactou profundamente a sociedade e interrompeu o curso de vida criativa de toda uma geração de brasileiros, com consequências incalculáveis para a vida da Nação. Sob o temor da repressão, um número inestimável de cidadãos e suas famílias foi obrigado a viver na clandestinidade durante anos. As organizações de defesa dos Direitos Humanos estimam que cerca de 100

² Relatório do Ministério da Defesa, 29/10/2004. José Viegas Filho, Min. de Defesa.

mil pessoas foram perseguidas ou detidas durante o período da ditadura³. Cerca de 10 mil brasileiros, compelidos a deixar o país, teriam vivido no exílio em algum momento. Entre 1964 e 1979, 7.367 foram acusados judicialmente e 10.034 sofreram inquérito. Houve quatro condenações à pena de morte que não foram executadas e 130 opositores políticos foram banidos; 4.862 brasileiros tiveram cassados os seus mandatos e direitos políticos; 6.592 militares foram punidos e pelo menos 245 estudantes expulsos da universidade⁴. Os cidadãos condenados pela LSN, quando libertados em regime condicional, continuavam com suas atividades limitadas por rigorosos regulamentos, assemelhados a um “salvo conduto”, e por vezes ficaram impedidos de trabalhar.

Um número incerto de opositores políticos – por volta de 400 – foi morto, a maioria deles quando já se encontrava presa. Os corpos de um número também impreciso, entre 150 a 180, segundo avaliação mais recente, até o final de 2010 eram considerados desaparecidos, não haviam sido entregues a seus familiares.

³ A Comissão de Anistia havia recebido até 2010 cerca de 66 mil pedidos de reparação formulados por vítimas da repressão.

⁴ Projeto Brasil: Nunca Mais Arquidiocese de São Paulo, Vozes – 1985. Citado em “Direito à Memória e à Verdade – SEDH, 2007.

Grupo de exilados políticos, entre eles o ex-ministro do Trabalho Almino Afonso (segundo da esquerda para a direita), deixa o país em 1964.



Algumas da vítimas

O regime militar alegou visar opositores que buscaram resistir pela luta armada, tanto nas cidades como na zona rural. Mas ao longo de toda sua vigência, vitimou também militantes políticos que não haviam optado pelo caminho das armas, e cidadãos que simplesmente não concordaram com o regime de violência.

Entre os desaparecidos, a maioria é de jovens – estudantes, trabalhadores, intelectuais, militares – de 25 a 35 anos.

Líderes políticos de vários partidos e organizações também fazem parte da lista, tais como Mario Alves de Souza Vieira, 43 anos, jornalista e intelectual ex-membro do Comitê Central do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que se tornara fundador e dirigente do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) torturado até à morte, segundo testemunhas; David Capistrano da Costa, dirigente do CC (Comitê Central) do PCB, ex-combatente contra o nazismo, condecorado na França, jornalista do partido, desapareceu em 1974, aos 61 anos, quando voltava clandestinamente ao Brasil. Junto com Capistrano estão desaparecidos mais 15 dirigentes do CC do PCB, todos detidos após 1974, quando já não havia mais resistência armada e o governo Geisel anunciava uma distensão política.

Paulo Stuart Wright, dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, com dupla cidadania, brasileira e norte-americana, de família de religião presbiteriana, ex-deputado estadual por Santa Catarina, desapareceu aos 40 anos, em setembro de 1973.

Maurício Grabois, dirigente do Comitê Central do PCdoB, ex-militar, que participou da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e da insurreição armada de 1935, foi um dos principais dirigentes do PCB, deputado federal constituinte em 1946. Foi fundador do PCdoB em 1962, e organizador da guerrilha do Araguaia, onde teria sido emboscado por forças do Exército. Está desaparecido desde o Natal de 1973, quando tinha 61 anos.

Honestino Monteiro Guimarães, membro da Ação Popular Marxista-Leninista, líder estudantil em Brasília, foi presidente da UNE, União Nacional dos Estudantes. Arduamente perseguido, foi preso em outubro de 1973, aos 26 anos, e está desaparecido desde então. Em 1979, quando a UNE se reorganizou, um imenso painel com sua fotografia e uma cadeira vazia na mesa diretora dos trabalhos, representaram a homenagem dos estudantes. O Museu Nacional de Brasília recebeu seu nome, em edifício de Oscar Niemeyer inaugurado em 2006.

Stuart Edgar Angel Jones, militante do MR-8, preso por agentes da Aeronáutica, segundo testemunha, teria sido morto sendo arrastado por um jipe no pátio da Base Aérea do Galeão

e obrigado a aspirar gases tóxicos do escapamento do veículo. Tinha 26 anos. Seu corpo está desaparecido desde então. A mãe de Stuart, a estilista Zuzu Angel, denunciou sua morte, que teve repercussão internacional. Posteriormente, a própria Zuzu Angel foi também assassinada por agentes da repressão.

Rubens Beirodt Paiva, empresário, ex-deputado federal, cujo mandato foi cassado após o golpe de 1964, foi preso em 20/01/1971, quando tinha 41 anos, sendo conduzido ao quartel da 3ª Zona Aérea, no Rio de Janeiro. Está desaparecido desde então (veja reportagem especial sobre Rubens Paiva à página 70).

“A Justiça jamais estabeleceu tal decreto entre os humanos; nem eu creio que teu decreto tenha força bastante para conferir a um mortal poder para infringir as leis divinas, que nunca foram escritas, mas são irrevogáveis; não existem a partir de ontem ou de hoje; são eternas, sim! E ninguém sabe desde quando vigoram! (...) Assim, a sorte que me reservas é um mal que não se deve levar em conta; muito mais grave teria sido admitir que o filho de minha mãe jazesse sem sepultura!”

(Antígona, Sófocles, 400 a.C.)

O direito de enterrar os mortos

A não entrega dos corpos dos opositores políticos mortos às suas famílias é um dos legados mais dolorosos do regime militar. O respeito aos mortos faz parte da cultura dos povos. É uma antiga tradição.

No Direito, o respeito aos mortos é norma consagrada. Nelson Hungria, em “Comentários ao Código Penal”⁵, ressalta: “*Já o direito romano, aos tempos dos imperadores, tutelava penalmente o respeito aos mortos, incriminando a violação dos túmulos (...) Nas leis bárbaras, era vedado, sob pena de privação da paz, a profanação ou subtração do cadáver (...)*”

O respeito aos mortos está presente na legislação brasileira. O Código Penal de 1940, pune a violação de sepultura (art. 210), destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211) e vilipêndio de cadáver (art. 212).

O Brasil também subscreve a legislação internacional de defesa dos Direitos Humanos, que tem como alicerce a Declaração Universal dos Direitos Humanos, marco garantidor de direitos.

A Convenção de Genebra, de 1949, e seus protocolos seguintes⁶, dispõem sobre o tratamento aos prisioneiros e aos mortos em qualquer circunstância de guerra ou conflito. Determinam que devem ser garantidos pelas forças em armas o sepultamento, os registros de identificação da pessoa morta e a localização da sepultura.



A atriz Itália Fausta representa Antigona, 1916.

⁵ Vol. III, Revista Forense, 2ª. edição, pg. 711

⁶ As convenções de Genebra I, II, III e IV sobre direito humanitário datam, respectivamente, de 1864, 1906, 1929 e 1949. Os dois protocolos adicionais entraram em vigor em 8 de junho de 1977.

O direito de informação sobre o paradeiro de uma pessoa morta e o sepultamento de seus restos mortais também estão previstos na Convenção de Genebra III, assinada em 12/08/1949, que dispõe sobre o tratamento aos prisioneiros de guerra (artigo 120):

“O sepultamento ou incineração de um prisioneiro de guerra deverá ser precedido de um exame médico do corpo, a fim de constatar a morte, permitir a redação de um relatório e, se necessário, estabelecer a identidade do morto”.

A Convenção define as responsabilidades:

“As autoridades detentoras velarão por que os prisioneiros de guerra mortos no cativeiro sejam enterrados honrosamente, se possível seguindo os ritos da religião a que pertencem, e que as suas sepulturas sejam respeitadas, convenientemente conservadas e marcadas de maneira a poderem ser sempre identificadas. Sempre que for possível, os prisioneiros de guerra mortos que dependiam da mesma Potência serão enterrados no mesmo local. Os prisioneiros de guerra mortos serão enterrados individualmente e só em caso de força maior terão sepultura coletiva”.

Ademais, estabelece que a incineração só seja feita em situações especiais:

“Os corpos não poderão ser incinerados senão por razões imperiosas da higiene ou se a religião do morto o exigir ou ainda se ele exprimiu esse desejo. No caso de incineração o fato será mencionado e os motivos explicados na ata de falecimento”.

E ainda, um registro das sepulturas deve ser criado:

“Para que as sepulturas possam sempre ser identificadas, deverá ser criado pela Potência detentora um serviço de registro de sepulturas, que registrará todas as informações relativas às inumações e às sepulturas. As relações de sepulturas e as informações relativas aos prisioneiros de guerra inumados nos cemitérios ou em qualquer outro lugar serão enviadas à Potência de que dependem estes prisioneiros de guerra”.

Proteção aos civis e aos prisioneiros

A Convenção de Genebra IV ampliou as circunstâncias em que as pessoas devem ser protegidas em tempo de guerra. No artigo 3º, estabelece que mesmo no conflito armado “que não apresente um caráter internacional e que ocorra no território” de países que hajam assinado a Convenção, as partes em conflito se obrigam a aplicar “pelo menos, as seguintes disposições”:

“As pessoas que não tomem parte diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das Forças Armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.”

As guerras irregulares

Posteriormente, outras disposições foram acrescentadas aos textos da Convenção de Genebra (Protocolos Adicionais de 8/6/1977) levando em conta conflitos armados de diferentes naturezas, como os da “Coréia, Vietnã, Argélia, Bangladesh, República Dominicana, Oriente Médio e guerras coloniais na África”. A partir de então, afirma-se o princípio de que as disposições desses instrumentos internacionais “serão aplicadas plenamente em todas as circunstâncias (...) sem discriminação adversa baseada na natureza ou origem do conflito armado ou em causas perfilhadas pelas partes em luta (...)” (Vicente Marotta Rangel – Direito Internacional e Leis de Guerra).

Ou seja, a partir de 1977, as determinações da Convenção de Genebra deixaram de se referir apenas às guerras “regulares”, entre países inimigos, mas passaram também a ser estendidas às chamadas “irregulares” e às guerras internas.

Ao procurar justificar os excessos cometidos pelo regime militar, o coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro do regime militar, admitiu que as Convenções de Genebra não foram observadas naquele período, “pelos dois lados”⁷. Representantes de setores envolvidos na repressão ainda buscam se isentar de sua responsabilidade argumentando que, na época daquelas ações, as vítimas das guerras irregulares não estavam sob a proteção dos protocolos adicionais das Convenções de Genebra. Tais argumentos, contudo, não solucionam o dilema segundo o qual, há quarenta anos, não menos que uma centena e meia de brasileiros continua desaparecida e seus familiares continuam à busca de seus restos mortais para realizar o luto. Enquanto a solução não se apresentar, a sociedade brasileira não poderá virar essa página.



Os ministros coronel Jarbas Passarinho e Gama e Silva, em 25 de abril de 1967.

⁷ Valor Econômico, 01/04/2010. Entrevista de Jarbas Passarinho.

2

“Hoje, o direito à verdade e à justiça dos familiares de mortos e desaparecidos por atos de responsabilidade do Estado – como foi reconhecido pela Lei 9.140 de 1995 – está plenamente consolidado na jurisprudência do direito internacional, tanto no sistema regional como no das Nações Unidas. Essa é uma dívida com os familiares e com a sociedade que o Brasil tem que pagar.

Os arquivos do regime militar devem ser abertos. E não só isso. Uma Comissão da Verdade deve investigar todos os crimes contra a humanidade perpetrados por funcionários do Estado, civis e militares, durante a ditadura militar, esclarecendo as circunstâncias e os autores desses crimes, para que não só não se repitam, mas para que a prática sistemática da tortura e das execuções extrajudiciais pelas polícias, que ainda persistem sob a democracia, sejam efetivamente debeladas.”

Paulo Sérgio Pinheiro

O Direito Internacional e a sua aplicação no Brasil

“Para virar a página, antes é preciso lê-la”. Esta foi a resposta que o juiz espanhol Baltasar Garzón deu a uma jornalista que lhe perguntou por que não “virar a página” sobre os crimes da ditadura no Brasil. Em visita ao país, em outubro de 2010, ele opinou que a revisão da chamada Lei de Anistia, a criação de uma “Comissão da Verdade” para investigar crimes da ditadura militar e a abertura dos arquivos sobre aqueles acontecimentos são uma questão de tempo. Garzón acha que a discussão sobre a revisão da anistia não vai parar: “É algo que está vivo na sociedade brasileira”.¹

O juiz Garzón ficou internacionalmente conhecido por mandar prender Augusto Pinochet por crime de lesa-humanidade, em outubro de 1998, quando o ex-ditador chileno fez uma viagem a Londres. Para a sustentação da acusação, tomou como referência os postulados legais assumidos pela comunidade internacional a partir dos princípios que vigoraram no Tribunal de Nuremberg.

Esse conjunto de leis de caráter universal, subscrito na atualidade por um número crescente de países, nasceu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Antes disso, precedentes importantes já indicavam a aspiração da comunidade internacional em estabelecer parâmetros que tivessem como elemento norteador o respeito aos direitos básicos do ser humano. Também se cogitava desenvolver organismos que pairassem acima das leis nacionais e que fossem capazes de julgar e definir responsabilidades por crimes contra a humanidade.



O juiz espanhol Baltasar Garzón participa de debate sobre justiça de transição. Brasília, 13 de outubro de 2010.

¹ Folha de S.Paulo, 14/10/2010.

“A sociedade internacional (...) tem pretendido consagrar a responsabilidade penal internacional desde o fim da Primeira Guerra Mundial, quando o Tratado de Versalhes clamou, sem sucesso, pelo julgamento do ex-kaiser Guilherme II por ofensa à moralidade internacional e à autoridade dos tratados, bem como quando o Tratado de Sévres, jamais ratificado, pretendeu responsabilizar o governo otomano pelo massacre dos armênios”, escreveu o jurista Valério de Oliveira Mazzuoli². Segundo ele, embora não tivessem se imposto antes, esses princípios serviram de referência para a formulação da nova legislação.

Tribunal de Nuremberg

O Tribunal de Nuremberg foi instituído após reunião realizada em agosto de 1945, em Londres, entre franceses, britânicos, americanos e soviéticos. A Carta de Londres estabeleceu suas regras de funcionamento. O primeiro e mais famoso julgamento desse tribunal ocorreu no mesmo ano e nele foram julgados 23 acusados por crimes perpetrados pela Alemanha nazista. Seus trabalhos culminaram com a condenação de 20 deles, com sentenças variadas que foram da prisão à pena de morte, passando pela prisão perpétua.



Industriais alemães que colaboraram com o nazismo, durante julgamento no Tribunal de Nuremberg.

² Trecho extraído do artigo “O Tribunal Penal Internacional: integração ao Direito brasileiro e sua importância para a Justiça internacional”, contido na publicação Direitos Humanos, 2007, do Senado Federal.



O general chileno Augusto Pinochet, preso em Londres em outubro de 1998, voltou ao Chile após 503 dias.

A realização dos julgamentos do pós-guerra – dos quais Nuremberg é o mais marcante – deixou ecos que resultaram em mudanças na legislação internacional e, mesmo muitos anos depois, sua jurisprudência tem sido usada em diversos momentos.

Foi o caso da prisão de Pinochet, responsável por uma das mais violentas ditaduras da América Latina. Conforme relata o jornalista John Dinges no livro *Os anos do Condor*, um tribunal em Madri havia aberto processo contra militares argentinos, o que fez com que Joan Garcés, advogado espanhol especialista em Direitos Humanos, cogitasse a hipótese de fazer o mesmo com Pinochet. Para isso, consultou promotores públicos que concluíram: “a lei espanhola, combinada com precedentes da lei internacional que remontavam aos julgamentos dos nazistas em Nuremberg, permitia que essas acusações fossem feitas na Espanha, desde que os crimes implicados pudessem ser considerados crimes contra a humanidade”.

Foi assim que Baltasar Garzón, ao saber que Pinochet estava em Londres, expediu um mandado de prisão e extradição contra ele, retransmitido à Scotland Yard. A Inglaterra se viu obrigada a prender o ditador chileno em razão do compromisso assumido com a Convenção Europeia contra o Terrorismo. Para fundamentar a acusação, Garzón usou os documentos produzidos pela Comissão de Verdade do Chile (Relatório Rettig), que havia registrado as atrocidades cometidas pelos militares. Segundo Dinges, a prisão de Pinochet “foi um avanço revolucionário na lei internacional, mas não por ter criado uma nova lei. Não criou. Foi



Militares prendem colaboradores do Presidente Allende que estavam resistindo no Palácio de La Moneda. Santiago, Chile, 11 de setembro de 1973.

revolucionária por ter sido a primeira vez que os princípios desenvolvidos pelos vencedores na Segunda Guerra Mundial foram usados para processar um aliado em vez de um inimigo dos países que apresentaram as acusações”. E completa: “No plano mundial, o processo de extradição de Pinochet era uma vindicação dos princípios de Nuremberg (...) crimes que ofendem toda a humanidade estavam sujeitos a ser denunciados por qualquer Estado em qualquer região”.

A avaliação do Procurador Regional da República em São Paulo, Marlon Weichert, é de que o caso é um paradigma internacional por ter sido “a primeira vez que o reconhecimento da jurisdição universal, com uma ordem de prisão contra um ex-chefe de Estado, foi aceito por um terceiro país, no caso a Grã-Bretanha, o que gerou uma repercussão internacional”.

A justiça de transição

Tal acontecimento tende a produzir consequências a longo prazo, inclusive no Brasil, onde a questão dos mortos e desaparecidos segue como um problema não resolvido. A abordagem desse assunto, por suas conexões com a realidade imediata, implica a noção de *justiça de transição*. Esse fenômeno se verifica especialmente nos casos em que o regime político passa de um regime de exceção a um Estado de Direito. Diversas convenções e pactos internacionais dialogam com o tema: desde a Convenção para a Prevenção do Crime de Genocídio e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ambas de 1948, passando pela III e IV Convenções de Genebra sobre o Tratamento aos Prisioneiros de Guerra e relativa à Proteção dos Civis em Tempos de Guerra, ambas de 1949; pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966; pelo Pacto de São José (Convenção Americana de Direitos Humanos), de 1969, pela Convenção contra a Tortura, de 1984, bem como pela Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 1985 e, finalmente, o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, de 2002.

Conforme o *Dicionário de Direitos Humanos da Escola Superior do Ministério Público da União*, justiça de transição é “o conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades”.

A justiça de transição é aplicável, em geral, quando uma nação sai de um regime em que crimes contra os Direitos Humanos foram praticados e avança para um momento de abertura, de estabelecimento da democracia e do Estado de Direito. “Por partir da



Paulo Abrão Pires Júnior
presidente da Comissão de
Anistia do Ministério da Justiça.

perspectiva dos Direitos Humanos, a ideia de justiça de transição foca-se primeiramente nas vítimas, buscando dar-lhes uma atenção integral, mas isso não faz dela um processo de justiça individual. Justo o oposto”, afirma Paulo Abrão Pires Jr., presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. “A justiça de transição mescla mecanismos de intervenção que geram resultados individuais e coletivos, materiais e simbólicos, para toda a população.”

A ideia do *direito à verdade* ganha expressão no cenário internacional. Em 2003, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ao tratar do tema “liberdade de expressão”, já assinalava que tal conceito vinha ganhando corpo nos últimos anos e devia ser entendido não apenas como “o direito das famílias de conhecer o destino de seus entes queridos” mas também como uma prerrogativa que diz respeito “à sociedade como um todo”. Reconhecido pelas Nações Unidas e recentemente codificado, o direito à verdade foi tema de estudos e de relatórios apresentados pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU à Assembleia Geral nos anos de 2005, 2006, 2008 e 2009. A organização considera que a atuação das chamadas “comissões da verdade”, no interior de diferentes sociedades, tem sido uma das formas mais populares e eficazes da busca de informações individuais sobre os desaparecimentos ainda não plenamente esclarecidos.

Em agosto de 2009, um estudo da ONU apresentava medidas a serem adotadas pelos países e que, segundo a organização, facilitariam a implementação do direito à verdade. Entre essas práticas, figuravam, por exemplo, a preservação de documentos relativos a violações de Direitos Humanos e o desenvolvimento de programas de proteção a testemunhas e a outras pessoas de algum modo relacionadas a tais episódios. A ONU apontava também a necessidade de fortalecer o apoio técnico, político e financeiro a essas iniciativas dentro de cada país. Da mesma forma que a ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA) também tem tratado do direito à verdade com crescente interesse: de 2006 a 2008, adotou, ao menos, uma nova resolução por ano sobre o assunto.

As fases do direito internacional e a adesão brasileira

Depois daquela primeira fase marcada por Nuremberg, o direito internacional, a partir da década de 1970 até um momento situado entre a queda do muro de Berlim (1989) e a instituição da Comissão da Verdade na África do Sul (1995), passou a viver um segundo período de desenvolvimento. Neste período, a jurisdição interna de alguns países encampou, de diversas maneiras, a ideia de que o arrependimento pelas violações, de parte do perpetrador, poderia ser levado em conta dentro de um processo de reconciliação nacional. Na prática, vale como perdão. Desse modo, evitavam-se os processos penais e

as punições que haviam caracterizado o período anterior. Durante aquele intervalo de tempo, existiram leis de anistia que, embora análogas, por conta dos diferentes processos políticos em curso em diferentes países, permitiram distorções que acabaram por beneficiar torturadores e seus superiores hierárquicos.

Na terceira fase, com o fim da bipolaridade entre EUA e URSS, o debate ideológico arrefeceu. O mundo então experimentou um ressurgimento normativo do direito internacional para a proteção dos Direitos Humanos. Ele foi usado para neutralizar legislações nacionais que impedissem a plena identificação das vítimas, a devolução de seus restos mortais às famílias e, especialmente, a responsabilização dos violadores. Essa estratégia funcionou melhor em países como a Argentina, por exemplo, nos quais se reconhece que tratados de Direitos Humanos têm valor de lei constitucional. No Brasil, nem sempre o direito internacional prevalece. O tema gera polêmica.

Para o Procurador da República Weichert, a criação de instâncias supranacionais de julgamento reforça a aplicação do direito internacional e constitui uma orientação geral. “A própria criação do Tribunal Penal Internacional já foi um reforço disso, um antigo pleito onde se reafirma o conceito de crime contra a humanidade. Então, entendemos que é uma tendência que terá avanços, retrocessos, mas vai se consolidar. Tenho certeza de que o Brasil vai acabar se curvando também a ela.”³

O Brasil é signatário dos tratados já citados e inclusive vedou constitucionalmente a tortura. Ademais, a atuação externa do País, de apoio à tese do direito à memória e à verdade, contrasta com o tratamento interno da questão dos mortos e desaparecidos políticos – bem como de todos os crimes que dizem respeito ao regime militar. Tal omissão representa obstáculo importante à consolidação do Estado de Direito. Diante de tais contradições, o Brasil está sendo interpelado mediante processo na Corte Interamericana de Direitos Humanos por não investigar, esclarecer e punir violações creditadas aos órgãos de segurança do regime militar, inclusive em episódios relativos à Guerrilha do Araguaia. Os crimes praticados naquela época seguem sem julgamento; os corpos de grande parte das vítimas daquele período continuam desaparecidos e sem identificação, e os responsáveis nunca responderam por seus atos.

Em artigo publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 19 de setembro de 2008, o jurista Fábio Konder Comparato assegurava: “Sustento e sustentarei, até o último sopro de vida, que interpretar a Lei nº 6.683, de 28/8/1979, como tendo produzido a anistia dos agentes públicos que, entre outros abusos, mataram, torturaram e violentaram sexualmente presos políticos, é juridicamente inepto, moralmente escandaloso e politicamente subversivo.”

³ Entrevista realizada em 14 de outubro de 2010.

A Lei nº 6.683, referida por Comparato, é conhecida como Lei de Anistia, sancionada em 1979 pelo último presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo. Seu texto determinava: “é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”. E caracterizava como conexos “os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Além disso, excetuava dos benefícios da anistia “os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”.

Do ponto de vista técnico-jurídico, detalha Comparato, “a citada lei não estendeu a anistia criminal aos carrascos do regime militar. Só há conexão entre crimes políticos e crimes comuns quando a lei expressamente o declara, como sucedeu com a Lei de Anistia promulgada por Getúlio Vargas em abril de 1945, em preparação ao fim do Estado Novo. Mas, mesmo quando a lei o declara, a conexão criminal supõe que o autor ou os autores de tais crimes perseguiram o mesmo objetivo e não estavam em situação de confronto”.

O procurador Weichert vai além ao tratar da Lei de Anistia: “O Brasil se comprometeu com a ordem jurídica internacional a não conceder autoanistia, e para nós esta é uma lei de autoanistia, ainda que venha numa lei que preveja anistia bilateral. Depois, o direito internacional também diz que, mesmo que não seja uma autoanistia, não são permitidas anistias para crimes contra a humanidade porque tais crimes não são passíveis de anistia”.⁴

Na avaliação de Paulo Abrão, “a anistia de 1979 foi uma vitória popular [...] Não era a lei que a sociedade desejava, pois excluía os envolvidos em ‘delitos de sangue’, mas era um avanço incrível para a época”. Uma das razões para esse alcance limitado foi o fato de que, no Brasil, ao contrário do que ocorreu em outros países que também enfrentaram períodos totalitários, a transição para a democracia foi custosa. O fenômeno é tão marcante que um dos observadores externos do processo brasileiro, o economista americano Samuel Phillips Huntington, estudioso de golpes de Estado e das relações entre militares e civis, chegou a afirmar que não é possível definir com clareza, no Brasil, o momento em que a transição política se concluiu.⁵ Durante muito tempo, persistiu a ameaça, velada ou explícita, de que iniciativas contra o regime militar poderiam acarretar retrocessos no processo de redemocratização. A Constituição de 1988 criou diversas instituições que levaram muitos anos para serem implantadas de fato. Na avaliação de Paulo Abrão, uma das razões para isso está no fato de que o País “não experimentou



Fábio Konder Comparato, jurista e defensor dos Direitos Humanos.

⁴ Entrevista realizada em 14 de outubro de 2010.

⁵ Samuel Phillips Huntington. A terceira onda: a democratização em fins do século XX.

qualquer processo de depuração (*vetting*) em seus serviços e carreiras públicas para que se possa inferir o ‘lapso geracional’ necessário para democratizar por dentro as instituições brasileiras. Mesmo hoje, em muitos estados, vemos órgãos funcionando de modo patrimonialista, quanto mais logo após a abertura, quando pendiam dúvidas sobre nossa estabilidade democrática”.⁶

Ademais, acrescenta, a cultura jurídica brasileira é muito conservadora. “Como bem observou Anthony Pereira em um estudo que compara o *rule of law* no Brasil, Chile e Argentina, apenas aqui o Judiciário ‘aderiu’ ao golpe. Enquanto na Argentina o regime precisou dismantlar o Judiciário, dadas as resistências às medidas de arbítrio do Executivo, no Brasil, grosso modo, as leis de exceção foram aceitas e aplicadas por juízes, sem maiores questionamentos – valendo lembrar o afastamento de ministros do STF, que ilustra um dos poucos momentos de resistência daquele poder”.⁷

Os juízes adesistas ao golpe “se mantiveram nos cargos e, mais ainda, progrediram nas carreiras, gerando uma cultura judicial profundamente autoritária. Também para exemplificar, apenas em 2003 o último ministro indicado pelo regime militar aposentou-se



Julgamento do general Jorge Videla, almirante Eduardo Massera e do brigadeiro Orlando Agosti, integrantes da primeira Junta Militar da Argentina. Buenos Aires, 1985.

⁶ Entrevista realizada em 29 de setembro de 2010.

⁷ Idem.

no Supremo Tribunal Federal, o que significa que, passados 15 anos da Constituição de 1988, o STF brasileiro ainda produzia jurisprudência sob o ponto de vista ideológico do regime, enquanto na Argentina os ex-presidentes ditadores já estavam encarcerados”.⁸

No final de 2008, mais de duas décadas depois da ditadura, o então presidente do STF, Gilmar Mendes, comparando a ação dos militares golpistas com a daqueles que resistiram ao regime, sentenciava: “Terrorismo também é crime imprescritível”.⁹ Era uma frase em consonância com os argumentos outrora usados pelos militares.

“Ao afirmar que ‘terrorismo também é crime imprescritível’, em alusão aos que participaram da luta armada contra o regime de 1964, o ministro demonstrou que segue a semântica da ditadura militar, que recomendou aos jornais da grande imprensa a classificação de ‘terroristas’ a todas as ações armadas praticadas por guerrilheiros. Em questão, além da isenção do ex-presidente do Supremo, está seu embasamento conceitual sobre terrorismo”, escreveu Gilson Caroni Filho, professor de sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso, em artigo no *site Carta Maior*.

Outra razão para não se ter questionado mais a Lei de Anistia, no Brasil, e a decorrente impunidade dos crimes do regime militar, é o fato de que aqui a ditadura produziu menos vítimas diretas do que na Argentina e no Chile, por exemplo. Além disso, após a democratização, no Brasil, surgiram movimentos sociais de inúmeras vertentes, todos a disputar espaço na mídia. Com isso, a luta pela memória das vítimas do regime militar, durante muito tempo, teve menos visibilidade do que poderia ter. O movimento ficou restrito aos familiares dos mortos e desaparecidos.

Em tempos mais recentes, porém, os movimentos sociais tendem a estabelecer a conexão entre a violência, o autoritarismo e a impunidade do presente com a massa falida (do ponto de vista histórico) do regime de exceção – e a se mobilizar em torno do tema.

Desde 2007, quando foi lançado em ato público coordenado pelo presidente da República, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o interesse no debate para elucidar a questão vem crescendo de modo palpável.

A criação do programa Memórias Reveladas, em 2009, no âmbito do Arquivo Nacional, que é vinculado à Casa Civil, possibilitou o acesso a cerca de 16,5 milhões de páginas de documentos sobre a repressão ditatorial, sendo que 2 milhões desses são acervos de outros arquivos públicos estaduais, acessíveis por meio da rede do programa. No mesmo ano, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) lançou uma

⁸ Entrevista realizada em 29 de setembro de 2010.

⁹ Folha Online, 3/11/2008.

campanha publicitária com filmes dirigidos pelos cineastas Cao Hamburger, João Batista de Andrade e Helvécio Raton, em que os familiares de Rubens Paiva, Dinaelza Santana Coqueiro e Fernando Santa Cruz relatavam suas histórias. A campanha, lançada ao final de setembro de 2009, permaneceu por três meses no ar e orientava quem tivesse informações sobre desaparecidos políticos a remetê-las ao Arquivo Nacional.

Fora do governo, ações pioneiras do Ministério Público Federal, iniciativas da Ordem dos Advogados do Brasil frente ao Poder Judiciário, debates promovidos no Poder Legislativo, principalmente pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, seminários e palestras em dezenas de universidades também caminham no sentido de levar uma parcela mais ampla da sociedade a entender a impunidade como um estorvo para a democracia.

Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos

Em 1982, familiares de desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia ajuizaram ação contra a União para que fossem indicadas as sepulturas dos combatentes, lavrados os atestados de óbito e para que fosse apresentado relatório oficial do Ministério da Guerra acerca das atividades militares na região.

A ditadura militar contestou a ação, alegando não haver provas dos confrontos, e sequer da presença dos guerrilheiros, muito menos de suas mortes, conforme declaração de Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado dos familiares dos desaparecidos. Durante 21 anos, o processo caminhou lentamente pelo Judiciário, superando repetidas contestações da Advocacia Geral da União. Em 2003, a sentença da juíza Solange Salgado, da Justiça Federal do Distrito Federal, que decidiu a favor do pleito, representou uma grande vitória dos familiares e da sociedade.

A juíza considerou que “tendo em vista as inúmeras provas carreadas aos autos, bem como os antecedentes jurisprudenciais internacionais e o respaldo doutrinário, tenho por possível, materialmente exequível e pertinente o pedido dos autores. Com esses fundamentos, testifico que os familiares dos autores foram mortos e ‘desapareceram’ pela ação dos prepostos da ré na região do Araguaia, bem como que a ré detém as informações necessárias ao estabelecimento da verdade quanto ao desaparecimento dessas pessoas, mais ainda, ser capaz de indicar os diversos locais em que se encontram seus restos mortais”.¹⁰

A juíza federal julgou procedente o pedido e determinou a quebra de sigilo das informações militares relativas a todas as operações realizadas no combate à guerrilha do Araguaia e que a União informasse em 120 dias onde estariam sepultados os restos mortais dos combatentes

¹⁰ Sentença 307/2003 da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Disponível em <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/doc/araguaia.html>

mortos e que procedesse ao traslado das ossadas, seu sepultamento em local indicado pelos familiares e ainda fornecesse as informações necessárias à lavratura da certidão de óbito e “todas as informações relativas à totalidade das operações militares relacionadas à guerrilha (...)”

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, a União decidiu apresentar recurso contra a sentença federal, mas, por meio do decreto 4850/2003, o Executivo criou uma comissão interministerial para promover investigações sobre a localização dos restos mortais dos participantes da guerrilha. Ao mesmo tempo, a Advocacia-Geral da União, no recurso oficial, questionou várias decisões da juíza com argumentos que não seriam acatados nem no STJ, em 2007, nem no STF, em 2008. Em ambos os tribunais a sentença foi confirmada. Em 2009, transitou em julgado, não podendo mais ser contestada pelo Estado brasileiro. Em 8 de março de 2007, o relatório final da comissão interministerial, que poucas vezes se reuniu, terminou recomendando ao presidente da República praticamente tudo o que a juíza Solange Salgado já havia determinado em sua histórica sentença.

No plano internacional, o Brasil havia ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1992. E aceitou submeter-se à jurisdição da Corte em 1998. À luz de tais compromissos internacionais do Estado brasileiro, em agosto de 1995, os familiares dos desaparecidos no Araguaia decidiram denunciar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Cidh). Além dos familiares titulares do processo interno desde 1982, atualmente são litigantes no sistema

Na região do Araguaia, provavelmente em 1974, militares do Exército recolhem corpos de guerrilheiros.



interamericano o Centro pela Justiça e Direito Internacional (Cejiil) e Human Rights/Americas, o Grupo Tortura Nunca Mais-RJ, a Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado e familiares de desaparecidos no Araguaia.

Após três anos de trâmite no âmbito da Cidh, foi apresentado, em outubro de 2008, um Relatório de Mérito responsabilizando o Estado brasileiro pelas violações dos Direitos Humanos referidas no processo, recomendando providências e dando um prazo de dois meses para que se manifestasse. Após concedidas algumas prorrogações de prazo, em 24 de maio de 2009, um novo pedido de prorrogação (de seis meses), feito pelo Estado, não foi aceito pela Comissão. O Estado brasileiro chegou a propor o arquivamento do processo, alegando que as ações desenvolvidas em âmbito interno já atenderiam ao pleito. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos considerou que o Estado brasileiro não cumpriu suas recomendações e decidiu enviar o processo à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em 14/12/2010, a Corte divulgou sua sentença condenando o Brasil e determinando que sejam feitos todos os esforços para localizar os corpos dos desaparecidos. O Tribunal concluiu que o Estado brasileiro é responsável pelo desaparecimento de 62 pessoas, ocorrido entre 1972 e 1974.

A perseverança dos familiares e defensores dos Direitos Humanos, mantida permanentemente por quatro décadas, havia obtido resultados relevantes. Haja vista afirmações da própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos em uma das resoluções endereçadas ao Estado brasileiro:

(...) o presente caso representa uma oportunidade importante para consolidar a jurisprudência interamericana sobre as leis de anistia em relação aos desaparecimentos forçados e a execução extrajudicial, e a resultante obrigação dos Estados de fazer a sociedade conhecer a verdade, e investigar, processar e sancionar as graves violações de Direitos Humanos. Além disso, a Cidh considera relevante ressaltar o valor histórico do presente caso, que é o único perante o Sistema Interamericano referente à ditadura militar do Brasil, e que possibilita à Corte afirmar a incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com a Convenção, no que se refere a graves violações de Direitos Humanos, assim como a incompatibilidade das leis de sigilo de documentos com a Convenção Americana, a fim de reparar as vítimas e promover a consolidação do Estado democrático de direito no Brasil, garantindo o direito à verdade de toda a sociedade brasileira sobre fatos tão graves.¹⁰

¹⁰ Corte IDH - CASO 11.552, Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia).

3

“A ditadura militar foi um período de obscurantismo e de terror, de esvaziamento da nossa cultura, de cerceamento da liberdade de informação, de pensamento, de debate. E, também, um período marcado pela indignação – foi justamente essa indignação que evitou o acomodamento e gerou uma luta, muitas vezes silenciosa, mas sempre persistente, pela volta do Estado de Direito. Não permitir que as famílias enterrem seus mortos é mais um ato impiedoso de tortura emocional. A não abertura dos arquivos é uma dívida do Estado brasileiro com toda a sociedade. Os anos de repressão fazem parte da nossa história e não podem ser esquecidos – ninguém tem o direito de virar essa página.”

Clarice Herzog

As relações entre as ditaduras do Cone Sul



O Palácio de La Moneda, sede da Presidência em Santiago do Chile, é bombardeado em 11 de setembro de 1973.

O Estado de exceção brasileiro, identificado ideologicamente com os setores conservadores civis e militares da Argentina, Bolívia, Uruguai e Chile, orientou e apoiou materialmente golpes de Estado ocorridos nos anos seguintes naqueles países. Aliou-se à ditadura argentina. Na Bolívia, deu apoio à conspiração comandada por Hugo Banzer e sustentada pelos empresários e fazendeiros de Santa Cruz de la Sierra, associados a interesses brasileiros. Em 1971, Banzer derrubou o general nacionalista Juan José Torres do poder. Para isso, contou inclusive com armas enviadas em avião militar brasileiro, numa operação intermediada pelo SNI.¹

O governo brasileiro também apoiou o golpe militar contra o governo constitucional de Salvador Allende no Chile. “Durante o governo de Banzer, a Bolívia servira de trilha para o contrabando de armas de militares chilenos que conspiravam contra Allende”.² “A organização Patria y Libertad contrabandeava armas valendo-se de contatos no Brasil e na Argentina (...) a própria CIA detectou uma conexão financeira entre os conspiradores chilenos e o empresariado estabelecido no Brasil”.³ Arquivos desclassificados em agosto de 2009 pelo governo norte-americano mostram registros de 1971 de conversa em que o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, pergunta ao presidente brasileiro, Emílio Médici, se as Forças Armadas chilenas seriam capazes de derrubar Allende. A resposta do general brasileiro foi de que “ele sentia que sim, acrescentando que o Brasil estava intercambiando muitos oficiais com os chilenos, e deixou claro que o Brasil estava trabalhando para este fim”. Nixon chegou a oferecer dinheiro “ou outra ajuda discreta”.⁴

Quando o golpe do general Pinochet se desencadeou, o embaixador brasileiro em Santiago, Antonio da Câmara Canto, festejou. Em telefonema, no meio da tarde de 11 de

¹ Conforme general Newton Cruz, adido militar em La Paz entre 1971 e 1972. Elio Gaspari, *A ditadura derrotada*, p. 347.

² Elio Gaspari, obra citada, p. 348.

³ Idem, citando livro do embaixador americano no Chile, Nathaniel Davis, *Os dois últimos anos de Salvador Allende*, p. 355.

⁴ Memorando de 09 de dezembro de 1971, desclassificado pelo Departamento de Estado Norte Americano: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf>



Militares transportam o corpo do presidente Salvador Allende, morto durante o golpe de 11 de setembro.

Estádio Nacional do Chile, onde foram detidas milhares de pessoas após o golpe militar.

setembro, ele comentou: “Ganhamos”. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo governo, no mesmo dia do golpe.

Durante a repressão que se seguiu, agentes brasileiros deram treinamento aos chilenos sobre “técnicas de interrogatório”. E vários deles foram percebidos falando português no Estádio Nacional do Chile, colaborando com os agentes chilenos na tarefa de triagem das milhares de pessoas detidas, e buscando localizar opositores políticos brasileiros, vários dos quais foram na ocasião assassinados, como Vânio José de Matos, Túlio Quintiliano e Luiz Carlos de Almeida⁵ – este último, por alguma razão, não consta do livro *Direito à Memória e à Verdade*.

O governo brasileiro colaborou igualmente com a ditadura no Uruguai. Se a Frente Popular, do candidato Liber Seregni, tivesse vencido as eleições presidenciais de novembro de 1971, tropas do III Exército do Brasil possivelmente teriam invadido o Uruguai, segundo relatos de militares brasileiros ao jornal *Movimento*⁶. Seriam 40 mil soldados sob o comando do general Breno Borges Fortes, então comandante do III Exército. O presidente

⁵ Luis Carlos Almeida, militante do Partido Operário Comunista (POC), perseguido no Brasil, exilou-se no Chile. Foi preso em 14 de setembro de 1973, em Santiago, torturado e fuzilado. Graças às investigações da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Comissão de Representação Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal pôde incluir seu nome na lista de investigados pela Corporação Nacional de Reparação e Conciliação, organismo oficial encarregado de resolver o problema dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar no Chile. Em 1994, “o governo chileno reconheceu sua responsabilidade pela morte de Túlio Quintiliano, Luiz Carlos de Almeida, Vânio José de Matos, Nelson de Souza Kohl e Jane Vanini”, conforme Veja, edição 1323, 19 de janeiro de 1994, p. 31.

⁶ *Jornal Movimento*, edição 195, 26 de março de 1979.

na época era o general Garrastazu Médici. Alfredo Buzaid, seu ministro da Justiça, levantou essa possibilidade a convidados num jantar no Jockey Clube do Rio de Janeiro (“uma legião estrangeira atravessando o Chuí”), conforme relato do governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, que havia participado do evento.⁷



O general Pinochet, ditador do Chile, ao lado do ditador uruguaio, José Maria Bordaberry.

O general Garcia Meza, cabeça de mais um golpe militar, assume o poder na Bolívia.



A intervenção armada não foi necessária. De acordo com memorando secreto do então secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, o presidente americano Richard Nixon confidenciou ao primeiro-ministro inglês Edward Heath, em 20 de dezembro de 1971, que o governo brasileiro havia ajudado a fraudar a eleição de Juan María Bordaberry à presidência.⁸

Agentes uruguaiois, que se especializaram em explosivos e torturas em cursos realizados no Brasil, voltaram a seu país transportando armas. Posteriormente, em junho de 1973, os militares impuseram um sistema ditatorial mantendo Bordaberry na presidência como figura decorativa. Durante o golpe militar, veículos militares brasileiros (de um lote de trezentos cedidos pelo Brasil aos uruguaiois) circularam pelas ruas transportando tropas. O presidente Geisel deu ordem à Petrobras para fornecer combustível aos golpistas no caso de haver greve nas refinarias uruguaiois.⁹ Conforme entrevista concedida ao jornal Movimento, pelo jornalista brasileiro Paulo Schilling, que foi asilado político no Uruguai, o policial Sérgio Fleury esteve no país no período do golpe, transmitindo sua experiência.¹⁰

Com outro vizinho, o Paraguai, as relações entre o regime brasileiro e a ditadura de Alfredo Stroessner foram de íntima colaboração. Antes de assumir a direção do SNI, o general Figueiredo foi adido militar em Assunção.

Nos governos de Geisel e, principalmente, de Figueiredo, estreitaram-se as relações de colaboração com a ditadura argentina. Em maio de 1980, o general Figueiredo visitou o país vizinho e em agosto recebeu a visita do general Jorge Videla, chefe da Junta Militar argentina. Um mês antes, o governo de Videla havia dado apoio, inclusive com um “batalhão de inteligência” e armas, ao golpe de Estado do general Garcia Meza, na Bolívia. Em seguida emprestou US\$ 50 milhões à nova ditadura.

Operação Condor

Um exemplo consistente da troca de informações entre as ditaduras do Cone Sul é o ofício classificado como confidencial, do coronel Manuel Contreras, diretor da Diretoria de Inteligência Nacional, DINAN, do governo chileno, ao general João Baptista Figueiredo, quando este era diretor do SNI no governo Geisel. No ofício, datado de 28 de agosto de 1975, o coronel agradecia ao brasileiro por “sua oportuna e precisa informação”,

⁷ Diário de Heitor Ferreira: narrativa de Paulo Egydio a Heitor Ferreira, na obra citada de Elio Gaspari, p. 351

⁸ Memorando secreto de Henry Kissinger de 20 de setembro de 1971. Na obra citada, p. 351.

⁹ Diário de Heitor Ferreira, na obra citada, p. 351

¹⁰ *Jornal Movimento*, edição 268, de 18 de agosto de 1980.

enviada em 21 do mesmo mês. Contreras afirmava em seguida “compartilhar sua preocupação com a possível vitória eleitoral do Partido Democrata nas próximas eleições presidenciais nos EUA”. E assinalava: “Também temos conhecimento do reiterado apoio dos democratas a Kubitschek e Letelier, o que no futuro poderia influenciar seriamente a estabilidade do Cone Sul de nosso hemisfério.”

Em seguida, o documento revelava: “O plano proposto por você para coordenar nossas ações contra certas autoridades eclesiásticas e conhecidos políticos social-democratas e democratas cristãos da América Latina e Europa conta com nosso decidido apoio”. Esse documento encontra-se reproduzido na página de abertura do livro *O Beijo da Morte*, de Carlos Heitor Cony e Anna Lee, edição de 2003, que trata das mortes de Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda.

O coronel Contreras era velho conhecido dos militares brasileiros, havia feito cursos na Escola Nacional de Informação, ESNI, do SNI brasileiro. Três meses depois daquela troca de correspondência, em 28 de novembro de 1975, Contreras coordenava, em Santiago, o 1º Encontro Interamericano de Inteligência, ao qual compareceram delegações de militares da área de inteligência do Chile, da Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Uma delegação brasileira participou como “observadora”. Era a criação do Plano Condor, no qual o Brasil só ingressaria oficialmente em 1976, conforme afirma o jornalista americano John Dinges.¹¹

Além da troca de informações, o Plano Condor previa também operações, isto é, “cada país membro permitiria que as agências de inteligência dos outros países operassem dentro de suas fronteiras, capturando exilados, interrogando e torturando, e retornando com eles a seu país de origem. As vítimas desapareciam”¹², segundo o mesmo livro.

Em março de 1976, Isabelita Perón, presidente da Argentina, foi deposta e uma junta militar assumiu o poder, completando-se o arco das ditaduras no Cone Sul.

A seguir, se desencadeou uma série de operações secretas para prender dirigentes do MIR chileno e dos Tupamaros do Uruguai, que viviam asilados ou na clandestinidade em território argentino.

Em 10 de abril, Edgardo Enriquez, dirigente do MIR, foi preso pelos militares argentinos e entregue aos chilenos, que o mataram em seguida.

Em maio de 1976, dois políticos liberais uruguaios, o ex-senador Zelmar Michelini e o ex-deputado Hector Gutierrez Ruiz, que estavam asilados na Argentina, foram sequestrados e mortos.



O general chileno Augusto Pinochet e membros da Junta Militar. À sua esquerda, o coronel Contreras, 1973.



General Jorge Videla, ditador da Argentina, e general Augusto Pinochet, ditador do Chile.

¹¹ John Dinges, *Os anos do Condor*, 2004, p. 22.

¹² Idem, p. 30.



General Juan José Torres, presidente da Bolívia, derrubado por um golpe militar e posteriormente assassinado pela Operação Condor.

Carlos Lacerda (primeiro à direita), João Goulart e Renato Archer, representante de Juscelino Kubitschek, na época das articulações da Frente Ampla.

O automóvel de Juscelino Kubitschek, destruído num choque na Via Dutra, em 1976.



Em junho, o general Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia, também asilado na Argentina, foi sequestrado e morto em Buenos Aires.

Conforme o ofício do general Contreras a Figueiredo, em agosto de 1976, o ex-presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, o ex-presidente João Goulart e o ex-governador Carlos Lacerda estariam organizando uma “Frente Ampla” pela democratização do país. Coincidentemente ou não, todos vieram a falecer num espaço de nove meses: de agosto de 1976 a maio de 1977. A Frente Ampla deixara de existir por falta de líderes.



Em setembro de 1976, um mês depois da morte de Juscelino, outro político citado como incômodo na correspondência de Contreras, Orlando Letelier, ex-chanceler do presidente Salvador Allende, do Chile, foi morto em Washington num atentado a bomba contra seu carro.

Ao longo de 1976, 46 asilados uruguaios desapareceram na Argentina. De acordo com John Dinges, estimam-se cerca de 30 assassinatos de lideranças políticas dos países do Cone Sul.

Condor no Brasil

Uma ação da Operação Condor veio à luz por acaso em 17 de novembro de 1978, no apagar das luzes do governo Geisel, quando dois jornalistas, Luiz Cláudio Cunha, da revista *Veja* e João Baptista Scalco, da revista *Placar*, surpreenderam o sequestro de quatro cidadãos uruguaios em Porto Alegre: Lilian Celiberti, seus dois filhos pequenos, Camilo e Francesca, e o jovem Universindo Díaz. Os dois adultos eram opositores da ditadura uruguaia e estavam refugiados no Brasil. Eles haviam sido detidos por uma equipe de policiais uruguaios em plena capital gaúcha, com a cooperação de policiais do Dops do Rio Grande do Sul. Foram em seguida levados clandestinamente para Montevidéu. Mas, a partir da primeira denúncia de Cunha na edição 534 da *Veja*, de 29 de novembro de 1978, essa ação da Operação Condor tornou-se uma dor de cabeça para as duas ditaduras e um escândalo internacional. Lilian e Díaz foram torturados em Porto Alegre e em seu país. Mas a insistente cobertura feita pela imprensa ao longo de muitas semanas, e que se estendeu a Montevidéu, capitaneada pelos jornalistas da *Veja*, alcançou repercussão internacional. E impediu que os dois militantes fossem assassinados. As crianças foram entregues à avó materna. O soldado uruguaio Hugo Walter Garcia Rivas participou do sequestro. Posteriormente, desertou e prestou um detalhado depoimento à OAB de São Paulo, relatando a operação, antes de se asilar na Noruega. Essa ação desastrosa da Operação Condor, que envolveu os aparatos militares do Uruguai e do Brasil, é contada em detalhes no livro *Operação Condor – o sequestro dos uruguaios*, de Luiz Cláudio Cunha, de 2008.

O atentado que matou Orlando Letelier em Washington foi investigado pelo FBI, que identificou agentes chilenos como seus autores. Por seus crimes continuados, o general Contreras, comandante da DINA, do Chile, foi condenado a 200 anos de reclusão e também à prisão perpétua.

Uma bomba explodiu no veículo que transportava o ex-chanceler chileno Orlando Letelier, causando sua morte em Washington, EUA, em setembro de 1976.



O general chileno Manuel Contreras, no momento de sua prisão. Cumpre pena de 200 anos de prisão.

4

“Desaparecidos políticos’ é a vergonhosa metáfora com a qual o regime se referia aos opositores mortos em torturas que eram sepultados anonimamente ou com nomes falsos em valas de cemitérios das periferias das grandes cidades. Como se não fosse suficiente a violência das prisões arbitrárias e a brutalidade dos assassinatos em câmaras de tortura, a ditadura militar – com o conivente silêncio dos governos civis que a sucederam – decidiu impor aos familiares dos mortos um castigo adicional: a impossibilidade de enterrar seus entes queridos.

A exemplo do que vem ocorrendo na Argentina, sobretudo nos governos de Néstor e Cristina Kirchner, a ferida aberta pela ditadura brasileira só se fechará quando nossos mortos forem localizados e receberem sepultura digna. E quando os responsáveis por suas mortes forem submetidos à Justiça.”

Fernando Morais

O direito à memória e à verdade em outros países

Os nossos vizinhos do Cone Sul, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, em diferentes níveis, têm desenvolvido esforços para investigar os crimes praticados no período ditatorial, identificar e localizar as vítimas e responsabilizar os criminosos.

Argentina



Guerra das Malvinas, 1982. Soldados argentinos capturados são vigiados por militares ingleses.

Em 24 de março de 1976, a Argentina sofria o sexto golpe de Estado no decorrer do século XX. Este golpe, no entanto, foi o primeiro a contar com o acordo tácito das três armas, Exército, Marinha e Aeronáutica. O objetivo desse movimento era dar uma saída final à crise de quase 30 anos em que o país estivera sob a influência peronista. O general Jorge Videla, o almirante Emílio Massera e o brigadeiro Orlando Agosti derrubaram o governo da viúva de Perón, Isabel Perón, dissolveram o Congresso e deflagraram intensa repressão a seus opositores, desenvolvendo uma política de terrorismo de Estado contra tudo e todos que pudessem representar tendência ideológica contrária à nova Junta de governo. Até 1983, quando a ditadura, debilitada pelo fracasso na Guerra das Malvinas contra a Inglaterra, chegou ao fim e se retomou o processo democrático, estima-se que ocorreram 30 mil mortes de opositores políticos.

Diferentemente do ocorrido no Brasil, na Argentina, tão logo teve início a democratização, surgiram iniciativas variadas visando à punição daqueles que sequestraram, torturaram, mataram, e ao esclarecimento do paradeiro de milhares de cidadãos desaparecidos. Conforme

o site do governo argentino, em uma seção dedicada à história da ditadura e seus desdobramentos:

“Entre as primeiras medidas tomadas pelo presidente Raúl Alfonsín, eleito democraticamente em 30 de outubro de 1983, destacam-se os decretos 157 e 158, assinados em 15 de dezembro de 1983. Pelo primeiro, ordenava-se acusar os dirigentes civis das organizações guerrilheiras ERP e Montoneros por associação ilícita, instigação a cometer delitos e apologia do crime; o segundo ordenava processo contra as três juntas militares que dirigiram o país desde o golpe militar de 1976 até a Guerra das Malvinas: os generais Jorge Rafael Videla, Roberto Viola e Leopoldo Galtieri; os almirantes Emilio Massera, Armando Lambruschini e Jorge Anaya, e os brigadeiros Orlando Agosti, Omar Graffigna e Basilio Lami Dozo. O Conselho Supremo das Forças Armadas os julgou por homicídio, privação ilegítima da liberdade e aplicação de tortura. A decisão de decretar o processo dos líderes civis da resistência armada ao mesmo tempo [em] que os [dos] dirigentes das juntas militares foi objeto de recurso pela Justiça Federal. As Mães da Praça de Maio, organização dos familiares em busca de seus mortos e desaparecidos, que semanalmente marchavam em frente à sede do governo (a Casa Rosada), declararam insuficiente a decisão”.



O general Galtieri, ao centro, almirante Jorge Anaya e o brigadeiro Lami Dozo formaram a terceira junta militar argentina, entre 1981 e 1983.



As Mães da Praça de Maio em uma das manifestações pelo esclarecimento do destino dado pelos militares a seus filhos e netos desaparecidos.

No mesmo dia, Raúl Alfonsín tomou outra importante iniciativa: a criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), integrada por diferentes personalidades com a missão de revelar, documentar e registrar casos e provas de violações dos Direitos Humanos, para fundamentar a acusação às juntas militares. Outra iniciativa, no mesmo mês de dezembro, foi a de levar ao Parlamento a proposta de derrubada da autoanistia dos militares. “(...) O projeto foi aprovado e convertido na Lei 23.040, de 22/12/1983. Pelo decreto número 158/83, Alfonsín colocou o Estado como querelante na grande causa contra os delitos cometidos com o alegado propósito de combater a subversão (...)”, entre outros pontos que dizem respeito à estrutura das Forças Armadas.

Em 30 de dezembro de 1983, foram encontrados 37 cadáveres sem identificação na localidade de Dolores. Os corpos haviam sido achados entre 1976 e 1979 nas praias que se estendem desde General Lavalle até Mar de Ajó e enterrados numa vala comum. O governo de Raúl Alfonsín iniciou um trabalho intenso de exumação dos cadáveres em vários cemitérios. Também houve a descoberta de tumbas sem identificação na localidade de Santa Teresita. Ali se exumaram corpos que haviam sido jogados ao mar. Além disso, foram encontrados outros 40 corpos em Moreno e 41 em Boulogne. Os trabalhos de exumação continuariam nas localidades de Olivos e Rafael Calzada.

Em julho de 1984, a exumação do corpo de um desaparecido político no cemitério de Ezpeleta, na Grande Buenos Aires.



Em janeiro de 1984, o presidente determinou a detenção de Ramón Camps, ex-chefe da polícia de Buenos Aires e conhecido torturador. No dia 5, deputados aprovaram a reforma do Código de Justiça Militar, primeiro passo para o julgamento dos genocidas. O Senado introduziu no texto proposta de Elias Sapag, do Movimento Popular Neuquino: “excluir dos benefícios da obediência devida todos os que haviam cometido atos atrozes ou aberrantes”. Ou seja, uma ordem superior para matar ou torturar não eximia o executor, mesmo sendo um subalterno, da responsabilidade pelo seu ato.

Em setembro de 1984, a Conadep apresentou o informe Nunca Mais, com o relato dos crimes cometidos e indicando seus responsáveis. Em 4 de outubro, a Câmara Federal (tribunal civil) tomou a decisão de retirar do tribunal militar a autoridade de acusação às juntas e assumiu responsabilidade direta sobre os processos.

Em abril de 1985, a Câmara Federal iniciou o julgamento dos ex-comandantes da ditadura. Em setembro, o promotor Júlio Cesar Strassera pediu a prisão perpétua dos ex-comandantes das juntas militares. A data de 9 de dezembro, nesse mesmo ano, ganhou relevância histórica: Videla e Massera foram condenados à prisão perpétua e à incapacitação absoluta para exercer funções diversas. Durante o julgamento, mais de 800 pessoas testemunharam. Só então os mais atrozes relatos sobre centenas de detidos desaparecidos chegaram ao conhecimento amplo da nação.

Mais tarde, o Congresso decidiu reformar o Código de Justiça Militar, estabelecendo uma dupla instância para os julgamentos contra a repressão ilegal. Os militares envolvidos poderiam ser julgados pelo Conselho Supremo das Forças Armadas na primeira instância, mas na segunda ficariam à disposição da justiça civil: o Fórum Federal Penal.

Ponto Final e Obediência Devida

Em dezembro de 1986, depois de uma série de tentativas de rebelião em diversas unidades militares, o presidente Raúl Alfonsín mandou ao Parlamento a Lei do Ponto Final, que foi sancionada pelo Congresso. Essa lei suspendia ações penais contra civis e militares pelos delitos cometidos nas chamadas “operações antissubversivas”. Na prática, significou a extinção das ações judiciais contra os repressores da ditadura de 1976 a 1983. A única exceção se referia aos casos de sequestro de recém-nascidos, filhos de presas políticas destinadas à morte ou ao desaparecimento. As crianças eram adotadas por militares que lhes ocultavam a verdadeira identidade. A lei foi rechaçada por importantes setores da sociedade civil, mas isso não foi suficiente para revertê-la. Cedendo a pressões militares e contradições

internas de seu partido, o governo, com a anuência de setores da oposição, impediu o julgamento de outros responsáveis por violações aos Direitos Humanos.

No final de dezembro de 1986, a Suprema Corte havia confirmado as condenações impostas aos integrantes das juntas militares. As condenações inapeláveis foram as do general Jorge Rafael Videla e do almirante Eduardo Emilio Massera – reclusão perpétua e “incapacitação absoluta e perpétua para exercer funções diversas”. Os chefes militares Roberto Viola, Orlando Ramón Agosti, Armando Lambruschini também foram condenados.

Porém, o governo de Alfonsín esteve permanentemente ameaçado por setores das Forças Armadas que se negavam a aceitar a acusação por violações dos Direitos Humanos durante o regime militar. Na Semana Santa de 1987, produziu-se uma grande rebelião militar encabeçada por jovens oficiais que se denominavam “caras pintadas”. Ao mesmo tempo em que os chefes militares demonstravam não estar dispostos a obedecer às ordens do presidente Alfonsín e reprimir a insurreição, milhões de pessoas saíram às ruas para se opor ao levante militar. Durante vários dias o país esteve à beira da guerra civil. Finalmente,



Familiar de desaparecido político participa de manifestação pelo esclarecimento de seu destino.



Em 1985, julgamento dos ex-comandantes da ditadura. Videla e Massera foram condenados à prisão perpétua.

Alfonsín, sem poder frear um golpe de Estado, negociou secretamente com os líderes das Forças Armadas uma série de medidas para evitar que se realizassem novos julgamentos contra militares por violações aos Direitos Humanos. Essas medidas se concretizaram na Lei do Ponto Final promulgada em junho de 1987. A Corte, revalidando a lei aprovada, estabeleceu um prazo de somente cinco dias para apontar a responsabilidade criminal de quadros médios e subalternos das Forças Armadas e de segurança (policiais e penitenciários) que houvessem atuado na repressão ilegal. Com isso, na prática, se eximiram de culpa os oficiais, suboficiais e subalternos, assim como os membros das Forças Armadas e agentes de segurança pelos delitos que houvessem cometido.

Menem deu indulto, Kirchner contestou

Em 14 de maio de 1989, novas eleições presidenciais deram a vitória ao candidato opositor, o peronista Carlos Menem, com 51% dos votos. No entanto, a magnitude do caos econômico-social que assolava o país obrigou Alfonsín a antecipar a passagem do cargo, renunciando em 8 de julho daquele ano.

Pela primeira vez na história da Argentina realizava-se uma sucessão entre dois mandatários civis constitucionais de diferentes partidos políticos.

Entre outubro e dezembro de 1989, por meio de uma série de dez decretos, Carlos Menem concedeu indulto a 277 chefes militares e líderes civis da guerrilha processados por violações aos Direitos Humanos, alegando estar “pacificando” o país. Até mesmo os comandantes das juntas militares Videla, Massera e Viola, que haviam sido condenados por crimes de lesa-humanidade, foram libertados.

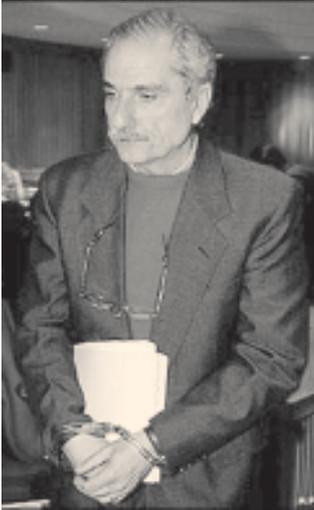
As Leis do Ponto Final e da Obediência Devida e os indultos de Menem são hoje conhecidos como as leis da impunidade.

Somente dez anos depois, a luta em favor dos Direitos Humanos na Argentina voltou à ordem do dia. Em março de 2001, o juiz federal Gabriel Cavallo declarou inconstitucionais as leis do Ponto Final e da Obediência Devida a partir de uma petição apresentada contra o desaparecimento de Jose Poblete e Gerturde Hiaczik e o sequestro da filha do casal, Claudia Poblete. Em 2003, o Parlamento e, em 2005, a Corte Suprema da Justiça aprovaram a inconstitucionalidade dessas leis.

Logo após assumir a Presidência da República, em maio de 2003, Néstor Kirchner contestou a validade dos indultos e permitiu a extradição de repressores para julgamentos com base na Justiça internacional. Em setembro do mesmo ano, foram reabertas as causas



A Esma, Escola de Mecânica da Armada, em Buenos Aires, foi o principal centro de torturas e assassinatos do país.



O oficial da Marinha Adolfo Scilingo foi condenado pela Justiça da Espanha a 640 anos de prisão por crimes contra a humanidade.

pelas violações de Direitos Humanos cometidas nos centros de detenção e tortura, a Escola de Mecânica da Armada (Esmar) e o Primeiro Corpo do Exército. Os movimentos sociais e os organismos de defesa dos Direitos Humanos obtiveram importante vitória em abril de 2005, quando Adolfo Scilingo, oficial da Marinha, foi condenado pela Audiência Nacional Espanhola a 640 anos de prisão por sua participação em crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura.

A condenação dos chefes militares, realizada por um governo democrático, viria a se constituir num feito sem precedentes no mundo, o que contrastou com as transições negociadas ocorridas no Uruguai, no Chile, no Brasil, na Espanha, em Portugal e na África do Sul.

Reparações

No processo de reparação dos danos causados pela ditadura argentina, algumas leis merecem destaque:

Lei 24.043 – Prevê compensação patrimonial para as pessoas que tenham sido detidas por ordem emanada dos tribunais militares. Contempla um incremento aos familiares daqueles que tenham sido mortos durante cativo ou sofrido lesões gravíssimas.

Lei 24.321 – Cria a figura do “ausente por desaparecimento forçado”.

Lei 24.411 – Estabelece um benefício para os sucessores de pessoas desaparecidas ou mortas em consequência da repressão, anteriormente a 10 de dezembro de 1983.

Lei 25.914 – Estabelece benefícios às pessoas que tenham nascido durante a privação de liberdade de suas mães.

Identificação de desaparecidos

A Equipe Argentina de Antropologia Forense (Eaaf) começou seus trabalhos em 1984. Desde então, até 2006, a equipe havia recuperado 500 corpos e identificado 86 vítimas da repressão. Em 2007, teve início a Campanha Latino-Americana para Identificação de Pessoas Desaparecidas, com apoio de diversos países. Essa campanha, que inclui coleta de sangue para formação de um banco de DNA, ajudou a dobrar o número de identificações. Em julho de 2010, a equipe anunciou a identificação de mais 120 corpos, contabilizando até então um total de 350 identificados.

Os restos mortais foram encontrados em diferentes valas comuns e cemitérios do país, segundo membros do grupo legista. Alguns dos cadáveres identificados correspondem



Exumação de corpos em 1984. Logo depois da queda da ditadura, as buscas pela localização e identificação dos mortos e desaparecidos começaram na Argentina.

a uruguaios desaparecidos durante os chamados “anos de chumbo” da ditadura argentina (1976-1983).

Os porta-vozes da Eaaf informaram que, em agosto de 2010, seriam enviadas aos Estados Unidos 800 amostras de sangue de familiares de desaparecidos durante a ditadura argentina para que fossem analisadas no laboratório Bode Technology. Até então, a equipe legista já havia enviado 6 mil amostras de sangue e de mais de 600 ossadas ao laboratório americano, para analisar dados genéticos que permitissem identificar desaparecidos.

O governo argentino firmou um convênio no valor equivalente a 1,7 milhão de reais com a Eaaf para financiar a continuidade do trabalho de identificação das ossadas.

“O Estado pôs à nossa disposição 63 hospitais em todo o país onde as pessoas podem deixar suas amostras de sangue para formar um banco de dados”, explicou o co-fundador da Eaaf, Luis Fonderbrider.

Chile

Com o golpe de 11 de setembro de 1973, que derrubou o presidente Salvador Allende, as Forças Armadas chilenas, com apoio de 30 mil carabineiros, instalaram uma ditadura que se estenderia até 1990. Liderado pelo general Augusto Pinochet, o regime deixou milhares de mortos, desaparecidos e exilados. Michelle Bachelet, que mais tarde governaria o país, esteve entre aqueles que foram, na época, submetidos a tortura.

Em 1978, Pinochet sancionou a Lei no 2.191/78 que previa anistia e absolvía de responsabilidade penal todas as pessoas que cometeram crimes entre 11 de setembro de 1973 a 10 de março de 1978. Esse instrumento legal assegurou a impunidade dos repressores por algum tempo. O regime ditatorial durou até março de 1990, quando Patricio Aylwin assumiu o cargo de presidente. Em abril, foi aprovado o Decreto Supremo 355, que criou a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (CNVR), dispondo de um prazo de nove meses para documentar aquilo que o ministro da Justiça, Francisco Cumplido, chamou de “as mais graves violações aos Direitos Humanos” cometidas por agentes do Estado chileno durante o regime militar. Conhecida também como Comissão Rettig, a CNVR era presidida pelo advogado Raúl Rettig Guissen.

A Comissão se dedicou a investigar as denúncias existentes e a receber outras, novas, ligadas à ocorrência de execuções arbitrárias, desaparecimentos e mortes por tortura e outros atos de violência política. A CNVR recorreu a diversos organismos atuantes na área dos Direitos Humanos, do ponto de vista jurídico e social. Entre eles cabe destacar a Vicaría de La Solidariedad (Vicariato da Solidariedade), órgão da Igreja Católica que protegeu e defendeu os perseguidos políticos.

Em três volumes, com 2 mil páginas, a CNVR demonstrou que os Direitos Humanos de 2.279 pessoas haviam sido gravemente violados durante o período de 1973-1990. Desse total, 2.115 eram qualificados como “vítimas de violação aos Direitos Humanos” e 164 como “vítimas da violência política”.

Reparações

Em fevereiro de 1992, como consequência da Comissão Rettig, a Lei no 19.123 criou a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação (CNRR), para dar início a um programa de reparações para os familiares dos mortos e desaparecidos e conduzir as buscas dos corpos não entregues aos familiares, conforme orientação da CNVR. A essa nova comissão também caberia analisar novos casos que se apresentassem e dar



Memorial no Cemitério Central de Santiago do Chile.

assistência legal aos familiares das vítimas. Dois anos mais tarde, ao fechar o período de qualificação, as vítimas reconhecidas, tanto pela CNVR como pela CNRR, alcançavam um total de 3.195 pessoas.

A partir daí, a CNRR estabeleceu seis linhas de ação, cada qual organizada em um programa particular. Foram elas: Programa de Qualificação de Vítimas, Programa de Investigação do Destino Final das Vítimas, Programa de Atenção Social e Legal aos Familiares das Vítimas e Apoio às Ações de Reparação, Programa de Educação e Promoção Cultural, Programa de Estudos e Investigações Jurídicas e Programa do Centro de Documentação e Arquivos da Corporação. No entanto, o programa de reparações descrito acima só alcançou os familiares das vítimas mortas e dos considerados desaparecidos. Não foi dado acesso a esse programa aos milhares de ex-presos e sobreviventes às torturas e campos de concentração. Isso só aconteceria no final de 2003.

Em agosto de 1999, o governo convocou a Mesa de Diálogo, presidida pelo ministro da Defesa, Edmundo Pérez Yoma, da qual participaram altas autoridades, instituições civis, religiosas e militares. Seu propósito era encontrar as vítimas do regime ditatorial ou, pelo menos, esclarecer seu destino, com a colaboração das Forças Armadas e dos carabineiros. A

Memorial com os nomes de mortos e desaparecidos durante a ditadura de Pinochet, no cemitério Central de Santiago do Chile.

nova organização estabeleceu um prazo de seis meses para o recebimento de informações, garantindo sigilo àqueles que se dispusessem a fornecê-las.

Em agosto de 2000, o governo reestruturou a área social do programa de reparação criado pela Lei 19.123, com o objetivo de melhorar as condições de atenção aos familiares das vítimas e estabelecer, para esses efeitos, convênios com organismos da rede social pública e privada. Teve início, ainda, um trabalho com os agrupamentos de familiares em todo o país. Como outro esforço em apoio ao processo de identificação das vítimas, o governo inaugurou um novo laboratório para colher amostras de DNA e levá-las ao Serviço Médico Legal, vinculado ao Ministério da Justiça.

Desaparecidos, ex-presos e torturados

Como resultado da Mesa do Diálogo, no início de 2001, o presidente Ricardo Lagos entregou à Suprema Corte uma lista fornecida pelas Forças Armadas e carabineiros sobre o destino de 200 desaparecidos. Foram apresentados 180 nomes, além de outros 20

catalogados sem identificação (NN). Conforme registrado, essas vítimas haviam sido jogadas ao mar ou em rios e lagos, enquanto outras haviam sido encontradas em covas comuns pelo país. Os familiares das vítimas e toda a sociedade sofreram um forte impacto ao conhecer essas revelações.

O presidente Lagos solicitou que se reforçassem as instâncias judiciais para avançar no conhecimento da verdade e do destino das vítimas. A Suprema Corte designou nove juízes com dedicação exclusiva e 51 juízes preferenciais para investigar 114 casos de detidos desaparecidos, tendo como base as informações entregues pelos militares.

Em novembro de 2003, o governo, atendendo a forte apelo da sociedade, formou outra Comissão denominada Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura com o objetivo de criar um programa de reparação aos que haviam sido detidos e torturados durante o regime Pinochet. A comissão de oito pessoas e presidida pelo Bispo Sergio Valech ouviu o testemunho de mais de 35 mil sobreviventes e deu a conhecer seu resultado em um relatório de 1.200 páginas, conhecido como relatório Valech, em novembro de 2004. Nele se registram as 14 principais formas de tortura empregadas no Chile e se conclui que “a tortura foi uma política de Estado”. Identificaram-se 28.459 presos políticos torturados e mais de 1.200 lugares de detenção, em locais públicos ou clandestinos. Dias antes da divulgação do relatório, o comandante em chefe do Exército reconheceu a responsabilidade institucional “por fatos moralmente inaceitáveis no passado”.

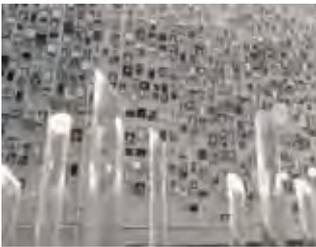
Ao anunciar o relatório, o presidente Lagos comprometeu-se em fazer avançar o respeito aos Direitos Humanos e tomar medidas concretas para a reparação econômica a todas as vítimas de prisões e torturas.

Benefícios ampliados

Efetivamente, durante o ano de 2004, houve uma ampla discussão a respeito dos três projetos de lei referentes a Direitos Humanos apresentados pelo presidente da República no ano anterior. Um deles estabelecia incentivos para a transmissão de informação sobre os delitos vinculados aos detidos desaparecidos e executados pelo regime. Outro modificava a Lei nº 19.123, chamada lei de reparação, estabelecendo mais benefícios às pessoas citadas. Ainda em 2004, a Lei nº 19.980 ampliou os benefícios em favor de familiares de vítimas executadas e detidas desaparecidas. Entre os mais importantes destacavam-se o bônus único de reparação aos filhos que não receberam pensão de reparação e a outorga de 200 pensões a familiares em situações especiais estabelecidas em lei. Como resultado do relatório Valech,



A ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, que também foi torturada, consola familiar de uma vítima da ditadura.



Edifício do Museu da Memória e Direitos Humanos e um salão de seu interior.

foi estabelecida, para aproximadamente 30 mil ex-presos e torturados, uma pensão mensal e vitalícia no valor de um salário mínimo.

Em abril de 2008, já sob a presidência de Michelle Bachelet, o governo criou um banco de dados genéticos para ajudar a identificar, a partir de ossadas, os mortos e desaparecidos da ditadura de Pinochet. Em meados do mesmo ano, foram achados restos mortais no deserto de Atacama, a 900 km ao norte de Santiago, que podem ser de vítimas da ditadura.

O ano de 2010 ensejou iniciativas importantes.

O Senado chileno aprovou a Convenção sobre Desaparecimento Forçado, e a presidente Michelle Bachelet inaugurou o Museu da Memória e Direitos Humanos em homenagem às vítimas da ditadura. Pouco depois, foi reativada a Comissão Nacional sobre a Detenção Política e Tortura, a conhecida Comissão Valech, que ficara inativa por cinco anos.

Em maio de 2010, segundo dados da Subsecretaria do Interior – Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior, entre os processos em tramitação no Chile, 598 envolviam vítimas da ditadura cujos restos mortais não haviam sido entregues aos familiares, e 520 constavam como tendo sido entregues. Até aquele momento, de acordo com a mesma fonte, 811 agentes policiais ligados à ditadura militar haviam sido processados, acusados, condenados ou absolvidos.

O chefe principal da ditadura, Pinochet, foi detido pela Scotland Yard em outubro de 1998, quando se encontrava em Londres para tratamento médico. Essa providência foi tomada, conforme já mencionado, com base em um mandado de prisão internacional expedido pelo juiz espanhol Baltasar Garzón. Na época, Garzón arrolou cerca de uma centena de outros casos que, como o do próprio Pinochet, segundo ele, configurariam crimes passíveis de serem punidos pela Convenção de Genebra e pela Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, como crime de lesa-humanidade. Trata-se, vale lembrar, de delitos que se superpõem às fronteiras entre países, o que torna seus autores passíveis de punição com base na lei internacional. Pinochet cumpriu prisão domiciliar de 503 dias, em Londres, mas acabou libertado por razões médicas, e favorecido por diligências da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. O general Pinochet morreu no final de 2006, sem ter sido julgado em mais de duas centenas de processos criminais instaurados contra ele no Chile.

A Lei de Anistia decretada pelo ditador em 1978 não chegou a ser revogada. Porém, os tribunais chilenos adotaram a interpretação de que ela não era aplicável aos crimes contra a humanidade. A Suprema Corte interpretou a Lei de Anistia a partir da decisão da Corte



Manifestação em frente ao Palácio de La Moneda, em Santiago do Chile, pela localização e identificação dos desaparecidos políticos.

Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Segundo Helena Rocha, advogada do escritório do Centro pela Justiça e Direito Internacional (Cejiil) no Brasil, “foi um entendimento jurisprudencial nos tribunais”. Para além da lei de anistia, explicou, a cada caso sobre o tema que chegava aos tribunais, aplicava-se a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ou seja, aplicava-se o direito internacional.

Uruguai

No Uruguai, país de tradição democrática e conhecido como a Suíça da América, a ditadura militar teve início em 1973 e se estendeu até 1985. O golpe contra a democracia foi desfechado pelas Forças Armadas, com apoio do próprio presidente da República, Juan Maria Bordaberry.

Logo em seguida ao fim da ditadura militar, o Parlamento aprovou a constituição da Comissão Investigadora sobre a Situação de Pessoas Desaparecidas e Fatos que a Motivaram. Seis meses depois de sua instalação, a comissão revelou em seu relatório que o número de desaparecidos políticos era de 160 e apontou a responsabilidade das forças de segurança, enviando o seu informe para a Corte Suprema. No entanto, em razão de seu mandato limitado, a comissão não reconheceu a existência de torturas nem as centenas de

prisões políticas arbitrárias cometidas. Para responder à limitação das investigações, e sua pouca divulgação, a organização não governamental Servicio Paz y Justicia (Serpaj) publicou um relatório muito mais exaustivo a respeito dos abusos cometidos durante o regime militar. Nesse relatório publicado em março de 1989, conhecido sob o título de *Uruguay, nunca más*, destaca-se:

A Comissão Investigadora sobre a Situação de Pessoas Desaparecidas e Fatos que as Motivaram, criada na Câmara de Representantes, registrou a denúncia de 160 desaparecimentos no período entre 1971 e 1981. Desses, 118 são homens, 38 mulheres e oito crianças; 32 desaparecimentos aconteceram no Uruguai; 127 cidadãos uruguaios desapareceram na Argentina, três no Chile e dois no Paraguai.

Dados mais recentes¹ apontam outros números: “38 desaparecidos no país, 182 na Argentina, oito no Chile, dois no Paraguai e um no Brasil, conforme a Comissão para a Paz criada em agosto de 2000”.

Em relação à impunidade, é de se notar que a Lei nº 15.737, em março de 1985, havia anistiado os envolvidos em “todos os delitos políticos, comuns e militares (...) cometidos a partir do 1º de janeiro de 1962”. E em dezembro de 1986, a Lei nº 15.848 – chamada de Lei da Caducidade – trazia o seguinte texto: “Reconhece-se que como consequência da lógica dos fatos originados pelo acordo celebrado entre partidos políticos e as Forças Armadas em agosto de 1984 e com o efeito de concluir a transição até a plena vigência da ordem constitucional, caducou o exercício da pretensão punitiva do Estado com respeito aos delitos cometidos até 1º de março de 1985 por funcionários militares e policiais, equiparados e assimilados por motivações políticas ou em ocasião do cumprimento de suas funções e em ocasião de ações ordenadas pelos mandos que atuaram durante o período de fato”.

Essa lei, chamada de “Caducidade”, foi confirmada por um plebiscito em 1989 e significou a anistia dos militares que cometeram violações aos Direitos Humanos durante a ditadura.

Em agosto de 1992, sob a presidência de Luis Alberto Lacalle, o Uruguai aprovou a íntegra da Convenção Interamericana para Prevenção da Tortura, adotada pela OEA em 6 de dezembro de 1985. Trata-se da Lei 16.294. Entre outras coisas, a convenção estabelece que, a respeito dos torturadores, “o fato de haver agido por ordens superiores não eximirá da responsabilidade penal correspondente”.

Três anos mais tarde, em novembro de 1995, o Parlamento uruguai transformava a Convenção Interamericana sobre Desaparição Forçada em lei própria, a de número 16.724. Em 2001, aprovou a Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e Crimes

¹ <<http://ecodiario.economista.es/internacional/noticias/952176/01/09/Busqueda-de-desaparecidos-de-dictadura-uruguay-cobra-nuevo-impulso-en-2009.html>>.



Em Montevideu, Uruguai, manifestação de familiares de mortos e desaparecidos políticos.

de Lesa-Humanidade, resultando na Lei nº 17.347. A Convenção estabelecia que “os Estados-partes obrigam-se a adotar todas as medidas internas, de ordem legislativa ou outra, que sejam necessárias a fim de permitir a extradição, em conformidade com o direito internacional” de pessoas responsáveis por desaparecimentos.

Em abril de 2003, a Comissão da Verdade, que no Uruguai se chamou Comissão para a Paz, concluiu informe final sobre detidos-desaparecidos durante a ditadura e entregou o documento ao então presidente Jorge Batlle. Nesse documento sugeriu-se “que se revejam e atualizem as normas legais vigentes, de maneira que se contemplem os delitos como tortura, genocídio, desaparecimento forçado, ratificando-se e aprovando-se tratados, pactos e convenções internacionais”. Embora com cuidados e ressalvas, o documento não deixou de mencionar a colaboração de militares nas perseguições políticas do período ditatorial.

Dois anos depois, em 2005, técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense e da Faculdade de Humanidades de Montevideu iniciaram escavações em busca de restos de desaparecidos. Em janeiro de 2006, noticiou-se a localização dos restos mortais do ex-militante comunista Ubagesner Chávez Sosa. Foi esse o primeiro caso de identificação positiva de um desaparecido uruguaio a partir de informações das próprias Forças Armadas.

Durante a gestão do presidente Tabaré Vázquez (2005-2010), definiu-se uma nova interpretação da Lei de Caducidade, que até então protegia os que haviam cometido abusos.



Essa lei foi contornada por vários juízes que colocaram em prisão preventiva alguns militares e civis. Entre eles o ex-presidente Juan Maria Bordaberry e o ex-presidente e general Gregorio (Goyo) Álvarez, foram levados a julgamento por envolvimento em assassinatos de uruguaios no exterior (esses casos não estavam previstos na Lei de Anistia, que contemplou somente os crimes cometidos dentro do território uruaio). Além deles, oito ex-militares e policiais foram condenados a penas de 20 a 25 anos de prisão. Deixaram de ser beneficiados pela Lei da Caducidade, por exemplo, responsáveis por sequestro, assassinato, roubo de crianças e outros crimes hediondos.



O ex-ditador uruaio, general Gregorio Alvarez, preso em 2007, por crimes de lesa-humanidade.

Em 2009, a Justiça condenou o último governante do período da ditadura, Gregorio ‘Goyo’ Álvarez, a 25 anos de prisão por nove delitos de desaparecimento forçado e dois homicídios especialmente agravados. E, finalmente, em 11 de fevereiro de 2010, o fato mais impactante foi a condenação do ex-ditador Bordaberry a 30 anos de prisão por ter liderado o golpe de Estado que em 1973 dissolveu o Parlamento uruaio, além de ser acusado de delitos de atentado contra a Constituição, nove delitos de desaparecimento forçado e dois homicídios especialmente agravados.

A Lei da Caducidade, de 1986, foi submetida a dois plebiscitos, em 1989, e 20 anos depois, em outubro de 2009. Nas duas ocasiões a maioria do eleitorado votou contra sua revogação. Em 2010 essa lei estava sendo discutida no Parlamento. Os deputados aprovaram sua revogação. O projeto precisava passar ainda pelo Senado para que houvesse uma decisão final.

O jornal El País, em outubro de 2010, noticiou que a Corte Suprema uruaia declarara inconstitucional a Lei de Caducidade. A decisão dos juízes tomou por base o argumento de que esta violava a separação dos poderes e não podia ser entendida como uma lei de anistia porque não fora aprovada conforme a Constituição.

Em 8 de novembro de 2010, o Uruaio deu mais um passo para responsabilizar os autores de crimes de lesa-humanidade. Foi decretada a prisão do general Miguel Dalmao, chefe da Quarta Divisão do Exército. Ele é acusado de assassinar, em 1974, a militante comunista Nibia Sabalsagaray. É o primeiro militar da ativa a ser preso no país por violação dos Direitos Humanos no período da ditadura militar de 1973-1985.

Paraguai

A partir de 15 de agosto de 1954, o ditador general Alfredo Stroessner governou o Paraguai com mão de ferro, utilizando-se do terrorismo de Estado para sufocar a oposição. Durante 35 anos, a nação paraguaia conviveu sob clima de medo em períodos frequentes de estado de sítio. Em fevereiro de 1989, Stroessner foi deposto pelo próprio

genro, até então considerado seu braço direito. O general Andrés Rodríguez, seu genro, tomou o poder e convocou eleições, vencendo-as folgadoamente, com 74% dos votos. Em maio de 1993, quando seu sucessor, Juan Carlos Wasmosy, foi eleito, reinaugurou-se o governo civil no país.

Só dez anos mais tarde, em 2003, sob a presidência de Nicanor Duarte, foi aprovada no Parlamento a criação da Comissão de Verdade e Justiça (CVJ), atendendo a reivindicação de grupos de familiares, vítimas e organizações de Direitos Humanos. Seu objetivo era apurar os crimes da ditadura e as violações aos Direitos Humanos durante 49 anos: os 35 da ditadura de Stroessner e os 14 anos subsequentes, até a data da criação da Comissão. A CVJ iniciou seus trabalhos em outubro de 2004, estendendo-se até agosto de 2008. O resultado foi um longo relatório sobre a ditadura de Stroessner e as violações ocorridas durante quase meio século. À página 27, lê-se:

Dos testemunhos tomados pela CVJ, cerca de metade das vítimas não estava registrada nessas quatro fontes precedentes (Polícia da Capital, Defensoria Pública, Comitê de



Milhares de documentos secretos do governo Stroessner, localizados no Ministério da Defesa por Martín Almada, revelaram ações de repressão contra opositores políticos.

Igrejas para Ajudas Emergenciais e Centro de Estudos Paraguaios Antonio Guasch), o que denota o grau de omissão das listas de vítimas da base de dados. Por esta razão, às 9.923 vítimas registradas, é preciso somar as 10.167 omitidas, o que permite estimar em 20.090 as vítimas totais diretas de violações aos Direitos Humanos [...] Levando em conta as violações sofridas, as 20.090 vítimas diretas das violações aos Direitos Humanos se distribuem assim: 19.862 pessoas que foram detidas de forma arbitrária ou ilegal; 18.772 que foram torturadas; 59 executadas extrajudicialmente; 336 desaparecidas e 3.470 exiladas. Adverte-se que uma pessoa pode sofrer mais de uma violação e se deve ter em conta que nessas cifras existe um enorme sub-registro de exílio e de outras formas de violência como as violações de direitos das mulheres e crianças e as violações sexuais.

Quanto às reparações, em 12 de setembro de 1996, sob a presidência de Wasmosy, o Congresso aprovou a Lei nº 838/96, que “indeniza as vítimas de violações de Direitos Humanos durante a ditadura de 1954 a 1989”, beneficiando “as pessoas de qualquer nacionalidade que durante o sistema ditatorial reinante no Paraguai nos anos indicados tivessem sofrido violação de seus Direitos Humanos à vida, integridade pessoal ou liberdade por parte de funcionários, empregados ou agentes do Estado”. No entanto, embora a lei estivesse em vigência desde aquele ano, não podia ser aplicada por falta do Defensor Público, o qual, de acordo com o texto legal, seria o encarregado de substanciar as reclamações indenizatórias.

Em outubro de 2006, o Congresso do Paraguai mudou uma lei já existente para permitir que as vítimas da ditadura reclamassem indenizações, sem prazo de vencimento para tais providências.

Com a eleição do presidente Fernando Lugo, o tema das reparações às vítimas de violência voltou à tona com muita ênfase. Em janeiro de 2009, em reunião com monsenhor Mario Medina, que havia presidido a CVJ (Comissão da Verdade e Justiça), Lugo anunciou a criação de um programa para a proteção e reparação dos Direitos Humanos com independência de gestão, com o objetivo de continuar as atividades da CVJ, que tinha terminado seu trabalho em agosto 2008. Efetivamente, em 23 de janeiro de 2009, através da resolução 179/09, se instituiu a Direção Geral de Verdade, Justiça e Reparação, à qual se deu a missão de:

- Propor ao Defensor Público medidas para impulsionar ante as autoridades nacionais e estrangeiras as recomendações formuladas no relatório final da CVJ.
- Organizar e preservar a integralidade dos arquivos.

- Continuar com a investigação e busca permanente dos desaparecidos e executados durante a ditadura e, em função disso, formar uma equipe de antropologia forense, implementando um banco de dados genético.
- Propor a cooperação com as Nações Unidas e seus organismos, instituições regionais e de outros países que sejam competentes em Direitos Humanos.
- Impulsionar a elaboração de programas relativos ao ensino e pesquisa em Direitos Humanos.

Por meio do Decreto nº 1875/09 de 23 de abril de 2009, a Presidência da República declarou de interesse nacional o relatório da Comissão de Verdade e Justiça, sua divulgação e implementação das recomendações formuladas, por meio da Direção Geral de Verdade, Justiça e Reparação.

Ainda no primeiro semestre de 2009, o presidente Fernando Lugo autorizou as duas primeiras listas de indenizações a vítimas da ditadura de Stroessner. Em março e maio de 2009, foi aprovada indenização para 375 pessoas, com uma reparação equivalente a 14 milhões de reais, de acordo com informações do ministro da Fazenda, Dionísio Borda.

Além da reparação de caráter econômico, o presidente Lugo voltou a pedir perdão, em nome do Executivo, às vítimas da ditadura, como já havia feito em agosto de 2008, logo após a posse.

Em outubro, o Ministério da Defesa abriu seus arquivos para as investigações dos crimes. Durante esse ano, a Justiça levou a cabo três escavações, em diferentes locais do país, na tentativa de descobrir os restos mortais de desaparecidos. Sete esqueletos teriam sido encontrados, em maio de 2010, no subsolo de um quartel da polícia em Assunção. Eles pertenceriam, segundo organizações de Direitos Humanos, a dissidentes mortos em sessões de tortura. Havia sido enterrados em um local conhecido como “a horta” no tempo de Stroessner.

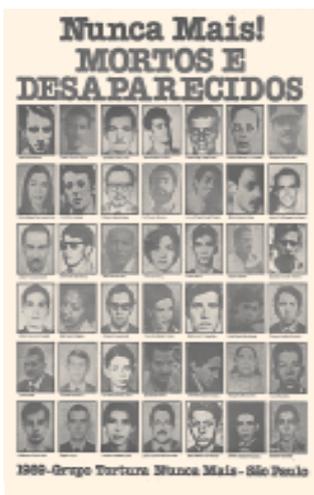


Peritos examinam ossadas encontradas num quartel da polícia em Assunção.

5

As famílias também são vítimas Uma Convenção da ONU, adotada em 20 de dezembro de 2006, definiu o desaparecimento forçado como o sequestro ou a privação de liberdade de uma pessoa por parte das autoridades do Estado, acompanhada da recusa dessas autoridades em revelar o paradeiro ou o destino da pessoa. Também reconheceu, pela primeira vez, que as vítimas de desaparecimentos não são apenas as próprias pessoas que desapareceram, mas também seus parentes. Afirmou o direito de as famílias serem informadas sobre o destino de seus familiares, e também que as vítimas de desaparecimento forçado têm o direito a um ressarcimento pelo mal que lhes foi causado.

A luta dos familiares dos desaparecidos



Cartaz distribuído pelo Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo em 1979.

No início da década de 1970, quando as prisões sem comunicação de opositores políticos foram se avolumando, as primeiras vozes que se levantaram foram a de seus familiares. Cada família começou sozinha, percorrendo delegacias, quartéis e tribunais, publicando pequenas notas nos jornais submetidos à censura, impetrando habeas corpus, mesmo sabendo que esse instrumento de defesa dos direitos do cidadão estava suspenso para delitos políticos. Restava a esperança de que, embora não aceito pela Justiça, o habeas corpus funcionasse como registro de que determinada pessoa estava sob a responsabilidade do Estado, ou de que, a partir dessa denúncia, o destino do prisioneiro pudesse ser menos trágico.

Em frente aos portões, nos pátios, iam se formando grupos crescentes de pessoas procurando por um nome, mostrando a todos uma fotografia, carregando uma sacola com roupas e objetos pessoais, para, se possível, fazer chegar a alguém. Se a pessoa aparecia em alguma prisão, a busca acabava para aquela família.

“Nessa época não éramos uma comissão, éramos um bando de familiares que saía de porta em porta procurando por seus parentes”, lembra Criméia de Almeida.

Elzita Santa Cruz, mãe de Fernando Santa Cruz Oliveira, que foi visto pela última vez em 23 de fevereiro de 1974, em Copacabana, no Rio de Janeiro, foi uma dessas pessoas.

“Olha, eu fui para São Paulo e Rio e o procurei como uma louca, de quartel em quartel, eu e minha filha Márcia. Falavam que estava aqui, que estava lá, não sei onde. Tudo mentira”, lembrou Dona Elzita, em Recife, em outubro de 2010.

Quase sempre ao lado de Risoleta Collier, mãe de Eduardo Collier Filho, amigo e companheiro de Fernando, que desapareceu no mesmo dia que este, dona Elzita passou anos procurando por seu filho. Escreveu cartas ao ministro da Justiça da época, Armando

Falcão, ao presidente Geisel e ao ministro do Exército, Sylvio Frota. Recebeu uma resposta do II Exército, considerando-se “ultrajado” e acusando-a de difamar a “dignidade” da instituição. Segundo essa carta, era “óbvio” que Fernando jamais estivera preso em nenhuma dependência do Exército.

Às vésperas de completar 97 anos, dona Elzita ainda esperava: “A coisa que eu mais queria de presente [de aniversário] era que abrissem os arquivos. Aí podia ser que tivesse alguma pista, alguma coisa sobre meu filho”.

A busca por Fernando teria ainda outro capítulo sinistro vivido pela sua irmã Rosalina, que foi procurar notícias dele no II Exército e acabou presa junto com o seu marido. “Eu e o meu companheiro fomos novamente presos em abril de 1974, dois meses depois da prisão de Fernando, numa tarde, quando saíamos de uma entrevista com o relações-públicas do II Exército, em São Paulo, ao chegarmos ao nosso apartamento na avenida Angélica. Fomos levados para a Oban e ficamos ali 11 dias. Levei choques elétricos na ‘cadeira do dragão’ e muita palmatória, enquanto meu companheiro ficou no pau-de-arara levando choques. Entretanto, o pior nesta prisão foi o envolvimento do meu filho André, de apenas 5 meses, que ficou no apartamento com os agentes de segurança, em cárcere privado, até chegar meu irmão Marcelo, que também foi detido nesta ocasião. Na Oban, ao perguntar por Fernando, os torturadores diziam desconhecer sua prisão e até sua existência. E tudo nos leva a crer que estas prisões eram uma forma de nos intimidar, para pararmos de procurar Fernando e de denunciar sua prisão”¹, relatou.

Farsa e extorsão contra jornalista

Os familiares de presos e desaparecidos políticos estavam sujeitos a pressões, ameaças e chantagens. O jornalista Benardo Kucinski, que procurava sua irmã Ana Rosa Kucinski, desaparecida desde 1974, foi vítima de uma extorsão da qual participou seu próprio advogado, Roberto Damiani. Este, e o comerciário Flavio Ferreira da Silva, alegando ter contatos no DOI-Codi do II Exército, prometeram notícias de Ana Rosa, mas para isso era preciso pagar. Um terceiro personagem se apresentou, o segundo-sargento do Exército José Sanchez de Valejo Jr., fazendo-se passar por militar de patente superior. Kucinski pagou 70 mil cruzeiros (equivalentes a 7 mil dólares à época) por uma carta de sua irmã, que ele verificou ser falsa. Insistindo por obter informações, acabou ameaçado e não apresentou queixa. O bando foi denunciado pelo promotor militar. Ainda faziam parte da quadrilha uma sargento da Polícia Militar, Nair de Carvalho Ferreira da Silva, que escreveu a carta falsa, o policial



A professora Ana Rosa Kucinski, desaparecida desde 1974.

¹ Relato de Rosalina Santa Cruz ao Congresso Nacional em 10 de maio de 1979. In: Onde está meu filho? – de Chico de Assis e outros, Editora Paz e Terra, 1985.

ferroviário, Ubirajara Ribeiro Silva e o PM reformado Romão Guilhen Filho. Todos foram processados².

Um começo de organização

Os familiares dos desaparecidos tornavam-se conhecidos, trocavam informações, discutiam seus problemas comuns, estabeleciam contatos com seus similares em outros estados.



André Grabois, que desapareceu na Guerrilha do Araguaia. Sua companheira e também guerrilheira, Criméia de Almeida, tornou-se uma militante dos Direitos Humanos.

Criméia de Almeida, que, tão logo saiu da prisão, passou a participar das buscas por seu marido, André Grabois, desaparecido no Araguaia, conta que no começo o clima era de desconfiança. “Como ex-presa nos anos 1972 e 1973, que eram ‘barra-pesada’, você ia fazer visitas a esses presídios com muito tato. Encontrávamos outros familiares, mas agíamos com desconfiança, muito medo, sempre nos perguntando sobre os outros: ‘Será que aquele homem é realmente familiar de algum preso?’ Levou um tempo, mas acabamos criando certa relação”.

Diva Santana, irmã de Dinaelza Santana Coqueiro, desaparecida na guerrilha do Araguaia em abril de 1974, lembra da iniciativa de construir uma rede de apoio: “Aqui na Bahia a gente foi procurar a mãe da Dinalva Oliveira, Elza Conceição Bastos, por exemplo. A gente chegava lá, o pessoal tinha medo de informar. Foi muito difícil a gente conseguir. O primeiro passo foi achar os familiares, porque as organizações estavam todas na clandestinidade, não se encontrava ninguém para contar nada. A gente ia na universidade, no local de trabalho, para buscar maiores dados sobre essas pessoas. Foi assim que conseguimos juntar os familiares”. No silêncio de um país sob ditadura, com a imprensa censurada, ajudava muito o apoio dado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Igreja Católica. Rosalina Santa Cruz lembra: “Muitas tardes fui à Cúria Metropolitana de São Paulo apenas para poder estar com outras famílias, como a minha, praticamente para chorar juntos, trocar informações e conversar com o Dom Paulo Evaristo Arns, alguém sempre pronto para nos ouvir, para nos ajudar. Outro local onde íamos quase todos os dias eram os escritórios dos advogados de presos políticos. Era aí que a gente descobria um novo caso, uma outra mãe, outra família na mesma angústia, vivendo situação semelhante. Aí começou a nossa organização: a comissão de familiares de presos políticos desaparecidos, que mais tarde passou a trabalhar junto com o Comitê Brasileiro pela Anistia”.

Maria Augusta Capistrano, esposa do líder do PCB David Capistrano – desaparecido em março de 1974 – lembra que no Rio os familiares foram buscar o apoio da Associação

² Veja, edição 402, de 19/05/1976.



Em agosto de 1980, familiares de mortos e desaparecidos participam de manifestação na Cinelândia, no Rio de Janeiro.

Brasileira de Imprensa, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da OAB. “E foi daí que nós começamos a procurar todas as pessoas, as organizações todas, para que nos ajudassem na procura”, diz ela que se tornou muito próxima de outra mãe incansável, Felícia de Oliveira, mãe de Ísis Dias de Oliveira, que morreria em 2009 sem ter localizado o paradeiro da filha. (Ver box página 68)

Eram movidas pelo sentimento mais profundo, o amor familiar, as mães à frente, sem nenhum temor, porque, quando se trata da sorte dos filhos, as mães se agigantam. Como afirmou dona Elzita numa entrevista de 1983:

Nunca senti medo, não. A gente sente um certo receio, porque é uma coisa desagradável entrar num quartel, principalmente com aquele aparato todo, aquele negócio (...) já impunha um certo receio, mas medo, não. Eu acho que o desespero é tão grande da pessoa que pouco está ligando à vida, não é? ³.

Anos depois, por causa da luta de toda vida, dona Elzita foi uma das mil mulheres indicadas para receber o prêmio Nobel da Paz de 2005. Em dezembro de 2010, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos na categoria Direito à Memória e à Verdade.

³ *Onde está meu filho?* de Chico de Assis e outros, Editora Paz e Terra, 1985



Reunião do Comitê Brasileiro pela Anistia, sem data. O CBA foi criado em fevereiro de 1978.

Procurando apoio

As famílias também receberam apoio de personalidades políticas – em especial da ala progressista do MDB. Fazer uma denúncia pública podia significar a perda do mandato político. Mesmo assim, o deputado Marcos Freire, do MDB de Pernambuco, levou para a tribuna a história do desaparecimento de Rubens Paiva, em um longo discurso em 4 de junho de 1971. Em abril de 1974, foi a vez do senador Franco Montoro (MDB-SP) discursar denunciando o desaparecimento dos militantes políticos Fernando Santa Cruz de Oliveira e Eduardo Collier Filho. Em junho daquele ano, a comissão executiva do MDB divulgou uma nota oficial reafirmando seu compromisso com os Direitos Humanos e reiterando o pedido de informações sobre as detenções e o paradeiro de onze pessoas ao ministro da Justiça, Armando Falcão. E, fato mais marcante: em 27 de junho de 1977, o deputado Alencar Furtado, líder da oposição na Câmara dos Deputados, discursou no horário político do partido na TV defendendo a democratização, a Assembleia Constituinte, o restabelecimento do direito ao habeas corpus. Ele declarou: “O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que

não haja lares em prantos, filhos órfãos de pais vivos, quem sabe mortos, talvez, órfãos do talvez e do quem sabe”. Dois dias depois, seu mandato foi cassado pelo presidente Geisel por meio do AI-5. A cassação de Furtado causou uma comoção nos meios políticos e teve repercussão no exterior, aprofundando a crise política do regime militar⁴.

Entretanto, as manifestações dos familiares encontravam pouco eco na opinião pública. Maria Augusta Capistrano lembra que, devido à censura, os grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, costumavam oferecer espaço para apenas um anúncio, dizendo: ‘Fulano de tal desapareceu na cidade tal, no dia tal...’. “Nós procurávamos os jornalistas, mas os jornais estavam impedidos de publicar qualquer coisa. O Tristão de Athayde, grande personalidade jornalística do país, foi o único que conseguiu publicar um artigo sobre o desaparecimento dessas pessoas”, diz ela.

Diversas vezes, coube à imprensa internacional dar visibilidade às histórias de desaparecimentos. A jornalista Jan Rocha, na época correspondente do inglês *The Guardian* e da *BBC britânica*, lembra que costumava visitar as redações paulistas em busca de informações que não podiam sair na imprensa nacional.

Pouco depois da prisão de Rubens Paiva, outro jornal britânico, *The Times*, trazia matéria sobre o caso, denunciando a falta de informações. Outras reportagens como essa foram publicadas, ajudando a pressionar o regime ditatorial. Em 7 de maio de 1974, o francês *Le Monde* publicava com destaque uma matéria sobre as prisões, torturas e os desaparecimentos em São Paulo. No dia 30 do mesmo mês, o *The New York Times* noticiava a movimentação que a OAB estava fazendo em busca do paradeiro de dezenas de presos.

Assim como a imprensa, organismos internacionais foram receptivos aos pedidos dos familiares. A Anistia Internacional fez muitas campanhas contra a violação dos Direitos Humanos no Brasil, e sua contribuição foi fundamental. Em junho de 1974, por exemplo, alguns casos foram denunciados veementemente em uma audiência simbólica, em Roma, pelo Tribunal Bertrand Russel. Em agosto, as famílias apresentaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que em seguida fez um pedido formal de informação junto ao governo brasileiro. Sem resposta, o pedido seria reiterado em novembro. A posição oficial veio somente em 6 de fevereiro do ano seguinte, em nota assinada pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. Ele relacionou 27 nomes de desaparecidos políticos e declarou que estavam na “clandestinidade”, “foragidos”, ou “seu destino é ignorado”⁵.

A mesma resposta – ou falta de resposta – já havia sido dada em agosto de 1974 pelo próprio general Golbery, então ministro-chefe da Casa Civil, em uma audiência com

⁴ Discurso do deputado federal Alencar Furtado, *O Estado de S. Paulo*, 1/7/1977.

⁵ “Falcão menciona 27 nomes”. *O Estado de S. Paulo*, 07/02/1975.



Sob forte pressão, o general Golbery recebeu dom Evaristo Arns e uma comissão de familiares de desaparecidos.

familiares de desaparecidos, articulada por Dom Paulo Evaristo Arns e realizada na sede da CNBB. Sob crescente pressão internacional, era a primeira vez que o governo militar recebia os familiares de desaparecidos. Cada família levou um dossiê contando a história do desaparecimento e o general prometeu que daria uma resposta. Maria Augusta Capistrano relataria anos depois⁶: “Dom Paulo nos preveniu para conversarmos como pessoas educadas, e no final todos foram se despedir dele. Eu apertei sua mão, olho no olho, e disse: ‘General, o David Capistrano era um homem público, e é publicamente que ele deve ser julgado’. O acerto era que o Golbery daria uma resposta a D. Paulo, que a transmitiria ao professor Cândido Mendes, por intermédio de quem a receberíamos. Passamos o resto do ano de 1974 indo toda sexta-feira ao escritório para receber essa resposta, e cada dia tinha uma desculpa diferente”.

Movimento pela Anistia

Vieram do MDB duas tentativas frustradas de iniciar, ainda sob a ditadura, CPIs que investigassem as violações de Direitos Humanos. A segunda, em maio de 1979 – pouco antes da anistia –, chegou a levar à tribuna, para dar depoimentos, Rosalina Santa Cruz, irmã de Fernando Santa Cruz Oliveira, desaparecido; Ivan Seixas, filho de Joaquim Alencar Seixas; e Egle Vannucchi, mãe de Alexandre Vannucchi Leme, ambos assassinados pelos agentes de repressão. Com a resistência da Arena, partido do governo, e a divisão entre parlamentares do MDB, a CPI não foi adiante. Mas a ditadura, sentindo-se cada vez mais pressionada, acelerou o projeto sobre a anistia.

Mesmo sem grandes progressos em relação ao paradeiro dos desaparecidos, a organização dos familiares ia se fortalecendo e unindo esforços com defensores de Direitos Humanos, ex-presos políticos e cassados. Esses vários grupos coexistiram com o Movimento Feminino pela Anistia, que surgiu em 1975.

Maria Augusta Capistrano foi uma das mais atuantes mulheres do Movimento Feminino pela Anistia, ao qual se integrou a convite de Terezinha Zerbini. Graças a esse movimento, a luta pela anistia veio a público, contando com forte apoio da Igreja Católica e, gradualmente, com outras adesões da sociedade civil. “Foi por meio desse movimento que me tornei conhecida e me familiarizei com o pessoal de esquerda do estado. Lá no Rio eu estava ligada ao Movimento de Mulheres. Em São Paulo, me liguei ao Centro da Mulher Brasileira. Foi aí que conheci o Luiz Eduardo Greenhalgh, a Ruth Escobar. E começaram a acontecer aquelas reuniões no Teatro Ruth Escobar, grandes assembleias. A discussão era em torno da necessidade de um movimento pela anistia que abrangesse a sociedade e não

⁶ Entrevista de Maria Augusta Capistrano à revista *Teoria e Debate*, nº 23 - dezembro de 1993/janeiro-fevereiro de 1994.

fosse só ligado ao setor feminino. Então surgiu a ideia do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Particpei dessas assembleias como membro provisório da Comissão Executiva do CBA. Depois, houve eleição para a Comissão e eu permaneci”, contou ela à *Teoria e Debate*. “No movimento pela anistia, tive a maior participação possível. Fiquei reprimida durante esses anos de ilegalidade e tive oportunidade de voltar a ter uma participação política. Foi muito gratificante”.

As mulheres, mães, irmãs, esposas e os filhos de presos e desaparecidos deram contribuição relevante para os Comitês Brasileiros pela Anistia, que se propagaram pelo País até adquirirem envergadura e alcançarem grande repercussão social, o que levaria à conquista da anistia pela Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Contam-se às dezenas mulheres e homens que, como Suzana Lisboa, Maria Auxiliadora da Cunha Arantes (Dodora), Maria Amélia Teles, Ivan Seixas, professor Moraes e sua esposa Clea, animadores do grupo Tortura Nunca Mais-RJ, Zilah Abramo, Vânia Sant’anna Guarnieri, Eny Raimundo Moreira, se dedicaram à busca dos desaparecidos e à defesa dos Direitos Humanos.

Mulheres como Gertrude Mayr, mãe de Frederico Eduardo Mayr, desaparecido em 1972, que participou das buscas por 20 anos junto com familiares de outros desaparecidos. Decidiu fazer o curso de Direito, para poder atuar com mais eficiência, e acabou estudando também a história de todas as organizações de oposição. Ela sempre esperou a volta do filho para casa. Bastava uma porta ou janela bater para que dona Gertrude dissesse: “É ele!”. Só se convenceu de sua morte quando os restos mortais de Frederico, sepultados clandestinamente, foram encontrados no cemitério de Perus, em São Paulo. Em 1992, ela pôde finalmente dar-lhe sepultura digna, no jazigo da família, no Rio de Janeiro. E Zuzu Angel, a estilista de moda que enfrentou a ditadura para denunciar no Brasil e no exterior a morte de seu filho Stuart Angel Jones, e foi assassinada num falso acidente de carro, em 14 de abril de 1976⁷.

Vitória política

Anistia foi uma grande vitória política, o episódio-chave para o avanço do processo de democratização. Mas não foi ampla, nem geral e nem irrestrita. No segundo parágrafo do artigo primeiro, a lei negava anistia aos “condenados por práticas de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”, batizados pelo regime como “crimes de sangue”, que foram mantidos na prisão e só libertados posteriormente. Ainda restavam presos menos de cem opositores políticos, número muito inferior às centenas ou milhares que lotavam os cárceres políticos a partir de 1969. De imediato, foram libertados 17 prisioneiros. E, nos meses seguintes, outros 35, depois da análise de seus processos.



Clea de Moraes, após anos de busca incansável conseguiu localizar os restos mortais de sua filha, Sonia de Moraes Angel Jones.

⁷ “Zuzu Angel morre em acidente no Rio”, O Estado de S. Paulo, 15/04/1976.

Os 130 banidos que viviam no exterior recuperaram seus direitos políticos e puderam voltar ao País, bem como um grande número de exilados, calculado em 4.500 pessoas, que, para escapar da repressão, haviam ido morar em outros países.

A lei de anistia restrita, entretanto, não legislou sobre os mortos e desaparecidos. Os familiares não podiam nem mesmo obter um atestado de óbito, não tinham como tratar concretamente o evento da morte de seu parente, e continuaram desamparados em sua reivindicação. Mas não iriam desistir.

Por exemplo, em 1980, uma caravana com representantes de 22 famílias dos mortos e desaparecidos no Araguaia e defensores dos Direitos Humanos conseguiu ir à região da guerrilha. Mesmo enfrentando um ambiente de intimidação, promovido por militares e policiais que pretendiam obrigar a população ao silêncio, a missão obteve várias indicações sobre os acontecimentos da guerrilha, até então negada pelas autoridades, e sobre o destino de seus parentes.

“Não tinha nem dinheiro, nem estrutura. Nem uma máquina fotográfica a gente tinha. A CNBB nos acompanhou na caravana. Teve um apoio político muito grande, foi basicamente com a ajuda da Igreja Católica que conseguimos”, lembra Diva Santana, que esteve na caravana em busca de notícias da irmã Dinaelza. “Nós éramos as meninas da caravana, o resto eram todos senhores de cabelos brancos já. E a gente só não andou foi de jegue, foi muito duro, levamos 26 dias, com muitos idosos. Nós levamos um panfleto dizendo para a população que éramos parentes, com os nomes verdadeiros e os nomes que eles usavam lá. E enfrentamos Sebastião de Moura, o Curió, com toda a repressão montada no estado do Pará. Lá ameaçaram a gente também. A gente conseguiu, mesmo com essa repressão, com os camponeses sendo seguidos. O povo procurava a gente e falava dos nossos familiares, muita gente falou conosco em 1980”.

Uma lista dos mortos e desaparecidos

Em novembro de 1979, um grupo de familiares já havia conseguido organizar as informações recolhidas aos poucos. O objetivo foi apresentar um relatório no II Congresso pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, realizado em Salvador de 15 a 18 de novembro de 1979. Esse dossiê iria depois ser ampliado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-RS) e publicado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.



Há mais de trinta anos Diva Santana vem fazendo buscas por sua irmã Dinaelza e pelos outros guerrilheiros desaparecidos no Araguaia.

Posteriormente, assumiu o formato de livro, que foi revisado e enriquecido com o resultado de pesquisas feitas nos arquivos dos IMLs (Instituto Médico Legal) de São Paulo e Rio de Janeiro, arquivos do Dops de Pernambuco, Paraná, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro, e arquivos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli de São Paulo. Contou ainda com o reforço inestimável dos documentos do projeto Brasil: Nunca Mais, da Cúria Metropolitana de São Paulo. A isso somaram-se as revelações obtidas pela CPI da Vala de Perus, da Câmara Municipal de São Paulo, e também informações veiculadas pela imprensa.

É indispensável dizer que cada um desses avanços foi conquistado com grandes esforços e dobrando inúmeras resistências. E nem sempre foram bem-sucedidos. Em 1993, por exemplo, tentou-se negociar o reconhecimento dos mortos e desaparecidos pelo Estado, mas o tema foi vetado pelo governo do presidente Itamar Franco.

O dossiê resultado dessa soma de informações foi publicado no Recife, em 1995, e em São Paulo, em 1996, sendo republicado em 2009⁸. Esse material viria a ser a referência principal para que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, representada pelo seu presidente, deputado Nilmário Miranda, a Comissão de Familiares de Presos Políticos,

⁸ Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Publicação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Mortos e Desaparecidos e o grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, promovessem um encontro com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, no começo de 1995. Levavam ao governo federal uma proposta de projeto de lei basicamente derivado da experiência chilena, fruto de uma visita que a Comissão da Câmara dos Deputados fizera àquele país. Era a reivindicação de reconhecimento público e formal pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade na prisão, tortura, morte e no desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985.

Iniciaram-se, à época, negociações entre os familiares dos mortos e dos desaparecidos e as autoridades. O advogado José Gregori, que tinha presidido a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, era então chefe de gabinete de Jobim e coordenou os entendimentos. Afinal, o governo federal avançou de sua proposta inicial limitada, e chegou-se a um acordo que resultaria na Lei nº 9.140, de 1995.

Depois de quase 40 anos, o trabalho da organização dos familiares continua até hoje, como explica Criméia de Almeida: “Agora somos uma organização formal, mas nossa atuação é a mesma de sempre, continua a mesma desde aquela época. Nós batalhamos em todas as frentes. Você vê história de mãe que foi para o exterior procurar o filho, outras que foram para o Araguaia procurar seus filhos, quer dizer, os familiares apelaram para tudo e todos. E os desaparecidos continuam desaparecidos. E essa história de comissão, ora está mais junta, ora menos junta, ora cada um por si, mas não acaba. Porque existe ainda essa questão dos desaparecidos. Que está ali gritante, reclamando e nos chamando”.

▼ Procurando Dinaelza

Em relato de outubro de 2010, Diva Santana, irmã de Dinaelza Santana Coqueiro, conta que:

Ficamos de 1971 até 1978 sem saber do paradeiro da minha irmã. Nessa época, eu e meu irmão tínhamos uma livraria, a Literarte. Em novembro de 1978, saiu a revista História Imediata, sobre a guerrilha do Araguaia, da editora Global. Nela, o Genoíno falou que, em 1971, chegaram na região, vindos da Bahia, Maria Dina e João. Não liguei o nome às pessoas. Mas a menina da Global me disse que a Maria Dina era estudante de Geografia e o João, de Economia. Falei: ‘É Dinaelza’. Meu irmão foi encontrar o Genoíno em São Paulo. Quando ele chegou, o Genoíno falou: ‘Não precisa nem falar, você é irmão da Dinaelza’, porque eles eram muito parecidos. Pelo que o Genoíno contou, não sobrou nada daquela história. E a nossa luta começa a partir daí, no Comitê de Anistia, buscando todos os familiares, as pessoas que estavam fora, voltando do exílio, outros, saindo da prisão, e a gente foi fazer aquele trabalho miudinho, de casa em casa, é um trabalho muito difícil.

O que os moradores contaram

Minha irmã foi presa na casa de um camponês, ela estava há mais de um mês escondida na selva, falou que já tinha comido 50 jabutis crus. Dizem que essa camponesa recebeu 5 milhões de cruzeiros [valores da época] e entregou a minha irmã para a polícia. A mulher diz que foi em abril ou maio de 1974. Entregou ela, ela ficou presa, amarraram com corda, de noite dormiram, ela queimou as cordas numa lamparina e fugiu, com o braço todo queimado. Mas não foi muito longe, estava muito debilitada, subiu numa árvore perto da casa. Aí eles saíram com cachorros à procura, um cachorro a encontrou, o guia pediu que ela se entregasse, ela não desceu.

(...) O Zezão, vaqueiro da fazenda Taboca [em 2010, Rainha do Araguaia] (...), pegou um machado, derrubou a árvore, amarrou-a pelos cotovelos, porque os braços estavam queimados. Ele passou um rádio para o Curió, e ele veio com helicóptero e levou ela presa.

Diva conheceu pessoalmente a Dona Antônia (Antônia Ribeiro da Silva, viúva do ex-guia dos militares, Arlindo Vieira da Silva, e moradora da região de Gameleira, às margens da Estrada operacional 2 (OP 2) no estado do Pará.

Ela me contou que esse mesmo helicóptero desceu dias depois no terreno do Arlindo Piauí, pistoleiro da região e guia do Exército. Descem quatro homens com a Dinaelza presa. A mulher descreve direitinho como ela estava, com os braços enfaixados, e os três homens perguntaram onde morava um irmão da Dona Antônia que se chamava Iomar Galego. Todos eles eram guias do Exército. Ela pega um filho mais velho e o manda ensinar onde é a casa do irmão dela, ali próximo. Daí a pouco chega o menino dizendo que não encontrou o tio, e os homens saíram todos levando Dinaelza presa. A Dona Antônia diz que demorou um pouco, ouviu tiros, ficou apavorada, se fechou dentro de um quarto com todos os filhos. Chegam os quatro homens sem Dinaelza, e o Curió muito irritado porque a arma dele falhou. Ele a xingava, 'vagabunda, filha dumas quantas'. Disse que ela cuspiu nele. Aí ele foi matar e emperrou a arma, outro soldado foi quem matou.

O trabalho com outros familiares

Diva Santana ressalta o esforço dos familiares dos desaparecidos:

Todas as informações que estão naquele livro [Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República] foram obtidas pelos familiares. Até hoje somos nós que procuramos os desaparecidos, como se a culpa fosse nossa! Até hoje nenhum militar disse ao governo brasileiro: 'Eu enterrei fulano em determinado lugar'. Nós é que estamos procurando no mato, são viagens cansativas, andando na mata, no campo, em lugares íngremes, sobe serra e desce serra, o trabalho é muito cansativo (...) Hoje eu faço parte de um comitê que acompanha o Grupo de



Dinaelza Santana Coqueiro foi assassinada por militares, dizem moradores do Araguaia.

Trabalho Tocantins pelo Ministério da Defesa para localizar os mortos, e tem dinheiro do governo, tem estrutura.

Depois da Anistia

Como Diva, muitos são os familiares que jamais desistiram de buscar seus parentes desaparecidos:

Depois de 1979, os comitês de anistia se dissolveram. Ficou um segmento que a anistia não alcançou, que foram os mortos e desaparecidos. Como não foram contempladas, as famílias foram se organizando. Aí nós formamos o grupo Tortura Nunca Mais, em 1985. E se formou uma comissão nacional de familiares que se reuniu no Rio, em São Paulo, na Bahia, em Brasília (...) A gente ia, ficava na casa de deputado, não tinha quem bancasse, tudo era pedindo passagem de avião, de ônibus. Esse assunto não foi para o esquecimento graças às famílias e a setores da sociedade também.

Dona Felícia

Quando a costureira Felícia Mardini de Oliveira faleceu, no dia 24 de fevereiro de 2010, a luta pela verdade sobre os desaparecidos perdeu uma de suas mais aguerridas militantes. Dona Felícia passou 38 anos buscando informações sobre a sua filha, Ísis Dias de Oliveira.

Nascida em São Paulo, onde cursava Ciências Sociais na USP, Ísis militava na Ação Libertadora Nacional. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1970, após um período de treinamento de guerrilha em Cuba, segundo informações dos órgãos de segurança. Não deixava de visitar a família. No livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, de 2007, consta um relato de dona Felícia sobre o último encontro:

A princípio vinha sempre visitar-nos em São Paulo. Outras vezes, nós a encontrávamos no Rio, em lugares pré-combinados. Um dia, ao despedir-se, ela disse: - Mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará notícias para vocês.

Foi o que aconteceu. No dia 4 de fevereiro de 1972, uma companheira da ALN, Aurora Maria Nascimento Furtado, ligou para a sua casa contando que a filha estava presa e corria perigo. Em desespero, o casal impetrou cinco habeas corpus, todos negados.

Visitaram pessoalmente todas as unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em abril daquele ano, no Hospital da Marinha no Rio, dona Felícia ouviu que Ísis estava presa na Ilha das Flores. Entretanto, no dia seguinte, foi chamada ao I Exército, onde um coronel desmentiu a informação.

Ao longo dos anos, a mãe prosseguiu na busca. Peregrinou pelos cemitérios do Rio de Janeiro, de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, São Gonçalo, escreveu muitas cartas a autoridades, integrou-se ativamente no movimento de familiares de desaparecidos.



Dona Felícia procurou por sua filha Isis Dias de Oliveira durante 40 anos. “Quando eu não puder mais, vocês falarão por mim”.

Nunca obtive informações oficiais sobre o que aconteceu com Isis. Soube, ao longo dos anos, por diferentes fontes, que a filha esteve nos DOI-Codi do Rio de Janeiro e de São Paulo, na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo, no Centro de Informações da Marinha e na Base Aérea dos Afonsos, no Rio.

Mas recebeu também pistas falsas, como quando um conhecido que trabalhava no Dops disse que Isis teria sido vista em Londres, trabalhando como guia turística. A mãe viajou até à Inglaterra para mais uma frustração. Em outra ocasião, uma voz feminina ao telefone, falando muito apressadamente, fez-se passar por Isis: “Mãe, não se preocupe, estou bem. Quando der, eu volto”. Tais boatos, dolorosos porque acendiam a esperança e depois se mostravam falsos, “tinham apenas o intuito de confundir as famílias”, dizia ela.

Dona Felícia faleceu aos 92 anos devido a problemas cardíacos. Como legado, deixou uma pequena praça, na zona oeste de São Paulo, com o nome da filha, onde uma pedra traz a gravação: “Quando eu não puder mais falar, vocês falarão por mim”.

6

“Acho que as famílias têm todo o direito de pesquisar sobre os desaparecidos e de enterrá-los. Para mim, aquele período de ditadura teve uma importância enorme. Eu estava casada com o Paulo Emilio Salles Gomes, que foi perseguido na ditadura. Fiquei quatro anos escrevendo um livro, *As Meninas*, em que eu reproduzo na página 148 um panfleto sobre as torturas do DOI-Codi, um panfleto real. Era um amigo que o Paulo conhecia que desapareceu e nunca mais foi encontrado, que naturalmente foi assassinado.”

Lygia Fagundes Telles

As várias mortes de Rubens Paiva



Rubens Paiva era engenheiro civil, formado pela Universidade Mackenzie em 1954, tinha uma empresa de construção onde trabalhou até seu desaparecimento em 1971.

O desaparecimento de Rubens Beirodt Paiva é um dos crimes políticos mais emblemáticos da ditadura, e ganhou notoriedade nacional e internacional. Ex-deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Paiva era um engenheiro civil, mantinha sua própria empresa de construção que realizava, entre outros projetos, a construção de casas populares na zona norte do Rio de Janeiro. Foi preso em 20 de janeiro de 1971, aos 41 anos, na sua casa, na praia do Leblon, onde vivia com a esposa, Eunice, os cinco filhos e duas empregadas.

Segundo a filha primogênita, Rubens cultivava a alegria de viver: “Adorava jantar fora, receber os amigos, bebia não muito, mas bebia bem. Era colecionador da revista Playboy, gostava de voar, de jogar vôlei na praia...”, diz Vera Paiva. A residência era um constante entra e sai de intelectuais, jornalistas, empresários progressistas, ex-membros da cúpula do governo João Goulart, como o ex-ministro e ex-consultor-geral da República Valdir Pires, o engenheiro Luiz Fernando Bocayuva Cunha (Baby Bocayuva), o empresário Fernando Gasparian, o ex-deputado José Aparecido, o jornalista Hélio Fernandes, o diretor de teatro Flávio Rangel. A casa servia também de entreposto para os amigos dos filhos que iam à praia. Deixavam lá as suas coisas, iam nadar.

Nascido em Santos (SP), em 26 de dezembro de 1929, filho de um pai conservador, advogado e fazendeiro do Vale do Ribeira, Paiva formou-se engenheiro civil pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, onde começou a militância política. Foi presidente do centro acadêmico e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Engajou-se na campanha “O petróleo é nosso”, pela criação da Petrobras. Eleito deputado federal em 1962, teve atuação destacada, chegando a vice-líder do partido governista na Câmara.



Rubens Paiva, (à esquerda) deputado federal pelo PTB, participa de uma sessão da CPI do IBAD, criada em abril de 1963. À direita, o deputado Benedito Cerqueira.

Rubens Paiva deixa a embaixada da Iugoslávia, onde pedira asilo, rumo ao exílio em Belgrado (1964). Sem passaporte brasileiro, viajou com salvo conduto expedido pela representação iugoslava.

Foi marcante, em especial, sua participação na CPI sobre o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que promovia propaganda anticomunista e conspirava pela derrubada do governo de João Goulart. Com financiamento do governo norte-americano, a instituição patrocinava palestrantes e autores que escreviam artigos denunciando a chamada “ameaça vermelha” no Brasil. Em 1962, o IBAD financiou campanhas de 250 candidatos a deputado federal, 15 candidatos a senador e cerca de 600 candidatos a deputado estadual. A CPI descobriu que, naquele ano, junto com seu braço eleitoral, a Ação Democrática Popular (ADEP), o Instituto movimentou entre 12 e 20 milhões de dólares em suas atividades conspirativas.

Paiva foi um dos deputados que ajudou a identificar a origem do dinheiro – vinha de contas no exterior mantidas por contribuição de empresas como Shell, Coca-Cola, Bayer, IBM – e o destino dele. Descobriu na lista de pagamentos integrantes proeminentes da direita, inclusive militares, envolvidos na geração de um ambiente político favorável ao golpe. Após a comprovação das descobertas, o IBAD e a ADEP foram dissolvidos por ordem da Justiça em dezembro de 1963.

A revanche não demorou. Quatro meses depois, Paiva foi um dos primeiros deputados cassados, oito dias após o golpe de abril de 1964. Exilou-se na embaixada da Iugoslávia por alguns meses, de lá seguiu para o Leste Europeu, passou ainda alguns meses em Paris. Mas antes do fim do ano resolveu voltar. Chegou de surpresa diante da família: “Entrei no Brasil, estou no Brasil, vou ficar no Brasil”, disse.





Foto da família na segunda metade da década de 60: Rubens Paiva entre sua mulher, Eunice, e sua mãe, Aracy Beirodt de Paiva, e os cinco filhos do casal.

Foi quando se mudaram para o Rio, para a sempre movimentada casa no Leblon. No final da década de 60, com o endurecimento do regime, a residência passou a receber um novo tipo de visitantes. “Vinha um velhinho, ficava em casa uma semana, no meu quarto. Ficava às vezes alguma mulher, escondida. Isso era uma rotina”, lembra o escritor Marcelo Rubens Paiva, então com 11 anos. A irmã mais velha, Vera, já era adolescente: “Eu sabia que ele ajudava as pessoas, dormiam no meu quarto. No meu quarto dormiu o Marco Antônio Coelho [dirigente do PCB] (...) Eram de tudo que é partido, inclusive da luta armada, umas pessoas bem jovens (...) Meu pai não defendia a luta armada, mas comentava: ‘os meninos que estão fazendo alguma coisa’”.

Os filhos não sabiam da atividade política do pai. Marcelo conta que foi descobrindo aos poucos, através de pessoas que conheceria anos depois, que seu pai, por ser próximo do PCB, teve papel importante em ajudar guerrilheiros a fugir: “Ele fazia essa ponte entre o PCB e essas organizações clandestinas. Conhecia as famosas rotas de fuga que o PCB tinha

estabelecido pelo Mato Grosso, pelo Uruguai. Então, a partir daí, se envolveu com o pessoal pra ajudá-los a sair do Brasil. Aí ele caiu”.

Foi por ter ajudado uma militante do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), Helena Bocayuva, filha do seu grande amigo Baby Bocayuva, que Paiva foi preso. Heleninha fora a fiadora da casa em que o embaixador americano Charles Burke Elbrick ficara sequestrado em 1969. Paiva escondeu-a e depois a ajudou a escapular para o Chile. Heleninha enviou então uma carta de agradecimento através de uma conhecida em comum, Cecília Viveiros de Castro, que estava voltando do Chile com uma amiga. As duas foram presas ao desembarcar no aeroporto do Galeão.

A prisão

Onze da manhã, 20 de janeiro de 1971. Rubens Paiva e a família se preparavam para ir à praia quando, ao telefone, uma voz feminina dizia ter uma carta do Chile para o ex-deputado. Meia hora depois, a residência foi invadida por seis homens à paisana, pesadamente armados. Diziam ter ordens da Aeronáutica para levar Rubens.

Nervosos, agressivos, não mostraram ordem nenhuma; mas Rubens os acalmou, subiu para se trocar, e saiu dirigindo o próprio carro, acompanhado de dois deles. Os outros quatro ficaram na casa, as armas ostensivamente dispostas na sala. Os filhos do casal eram pequenos. A mais nova, Maria Beatriz, tinha 8 anos; Marcelo tinha 11; Ana Lúcia tinha 13; Maria Eliana, 15. Vera, a mais velha, de 16 anos, estava em Londres estudando inglês, hospedada na casa do empresário e amigo Fernando Gasparian.

Marcelo se lembra bem daquele dia:

Ficamos 24 horas ali presos com os policiais. Todo mundo que chegava era preso junto, um ex-namorado da Veroca, um amigo da Eliana. Ficamos pela casa. Eu fugi pela janela pra avisar a vizinha que o Rubens tinha sido preso e pra ninguém ir em casa”. O menino pulou o muro sem problemas, entregando a mensagem dentro de uma caixa de fósforos. “Àquela altura ninguém tinha medo, nem minha mãe tinha medo. Não tinha ideia de que ele podia estar sendo torturado barbaramente. Para se ter uma ideia, não tinha desaparecimentos políticos naquela época, foi um dos primeiros casos. A prática do desaparecimento político começou ali. E a gente também não tinha muito medo porque sabia que ele não era terrorista.

Rubens foi levado ao quartel da 3ª Zona Aérea, ao lado do aeroporto Santos Dumont. Ali, foi acareado com duas senhoras presas. Uma delas sentiu-se mal, Rubens amparou-a e foi

golpeado por um oficial. Xingou-o; foi surrado até ficar estendido no chão. Horas depois, já bastante ferido, foi levado para o DOI (Departamento de Operações e Informações) da rua Barão de Mesquita, no centro do Rio. Ali, Cecília Viveiros de Castro afirma tê-lo ouvido, primeiro, pedir água, e depois soletrar o nome do meio para os carcereiros: B-e-i-r-o-d-t.

Eunice e a filha Eliana presas

No Leblon, a casa continuou ocupada até o dia seguinte. Às 11 horas, Eunice foi intimada a sair com os militares, que também quiseram levar a filha Eliana, de 15 anos. “Fomos conduzidas por dois policiais num Volks comum, que se comunicava o tempo todo pelo rádio com alguém chamado Grilo. (...) Um deles pediu desculpas e pediu-nos que colocássemos um capuz negro, tipo ku klux klan”, relatou depois Eunice Paiva. Uma vez no DOI, foram fotografadas, identificadas e separadas.

“Permanecemos por mais de seis horas sentadas num banquinho, o tempo todo encapuzadas, num calor de quase 40 graus, respirando com a maior dificuldade (...). Só ao anoitecer fomos conduzidas cada uma para uma cela, separadas, e sozinhas. A cela era um cubículo de pouco mais de três metros quadrados, onde havia um colchão de palha imundo no chão, sem nenhuma espécie de lençol ou equivalente”, prossegue o relato. A menina Eliana chegou a ser interrogada algumas vezes – perguntavam quem frequentava a casa do Leblon. No dia seguinte foi solta, sozinha, na Barra da Tijuca, tendo sido encapuzada de novo no trajeto.

Para ela, o choque foi grande. Eliana guarda até hoje sequelas daquele período. Evita falar sobre o assunto. “Isso a afetou demais. Ela foi a pessoa que para sempre expressou um sentimento mais visível, ela encarnou esse sofrimento”, diz Vera Paiva, que é psicóloga. Pouco depois de liberada, Eliana escreveu de próprio punho uma angustiada carta, que enviou a deputados: “Na quarta-feira, dia 20, meu pai foi levado de casa, preso, sem o menor respeito pela integridade de minha casa (...). Vi a angústia de mamãe e agora minha, sem compreender o que acontecia, assim como os meus irmãos menores. (...) Fui depois levada junto de minha mãe à prisão, lá passei a noite numa cela. Com tudo isso, não sou mais a mesma garota, como também sou vista de uma maneira diferente pelos meus amigos. (...) Não sei onde estão meus pais, e os quero de volta para mim e para meus irmãos (...) Peço ao senhor que faça todo o possível para encontrá-los”. Eliana, a única filha a ser presa, encapuzada, levada ao ambiente opressivo do Dops, onde pôde ver paus-de-arara, cordas, instrumentos de tortura, dizia na carta estar perdendo a fé na liberdade e na pessoa humana.

A mãe, Eunice, ficou detida mais onze dias, sendo interrogada repetidamente, inclusive de madrugada. Lembra-se de que havia um grande espelho na sala. Os militares diziam que seu marido estava sendo interrogado no mesmo prédio.

De certa forma, era verdade. Rubens Paiva foi interrogado naquele prédio. Mas foi, principalmente, torturado. Segundo o médico do DOI, Amílcar Lobo, que acompanhava as vítimas de tortura, na madrugada do dia 21 para o 22, ele foi acordado em casa e levado para o quartel. Subiu à cela no segundo andar e lá viu um preso deitado e sem roupa. “Era uma equimose só. Estava roxo da ponta dos cabelos à ponta dos pés. Ele havia sido torturado, mas, quando fui examiná-lo, verifiquei que seu abdômen estava endurecido. (...) Suspeitei de que houvesse uma ruptura do fígado ou do baço, pois elas provocam uma brutal hemorragia interna”, descreveu em entrevista à revista *Veja* quinze anos depois¹. O preso só repetia o nome: Rubens Paiva. “Eu nunca havia presenciado um quadro desse tipo. Aquele homem levava uma surra como eu nunca vira”, disse o médico. Ao sair, aconselhou um oficial que o levassem para o hospital. No dia seguinte foi avisado de que o paciente falecera.

Um sequestro encenado

Eunice permaneceu presa até 2 de fevereiro. Os filhos foram separados e escondidos por amigos da família, como lembra Marcelo: “Eu fiquei escondido num sítio de parentes do Bocayuva, o Marcellio Marques Moreira escondeu a Ana Lúcia na casa do Sebastião Néry (...) Aí eu sofri, eu fiquei meio desesperado. Minha mãe e meu pai estavam presos, eu tinha 11 anos de idade. Fiquei sozinho”.

Eunice foi liberada ao meio-dia. Saiu no pátio do DOI, onde reviu o Opel Dodge da família. A cunhada viria buscar o carro dois dias depois, recebendo um documento que se tornaria a única prova de que Paiva esteve preso: um recibo de liberação do carro com o timbre do I Exército.



Página da revista *Veja* em que o médico do Exército, Amílcar Lobo, que trabalhava no DOI-Codi/RJ, relata as torturas cometidas contra Rubens Paiva.

¹ *Revista Veja*, 3 de setembro de 1986.

Ao sair, Eunice soube da versão oficial que fora divulgada à imprensa no dia 23 de janeiro. Os militares diziam que Rubens havia sido sequestrado por uma organização terrorista quando era levado para reconhecer um aparelho no Alto da Boa Vista, zona norte do Rio. Havia sido armado o que os militares costumavam chamar de “teatrinho”, apresentando uma cena falsa à imprensa. A versão rezava que o capitão Raimundo Ronaldo Campos dirigia um Volkswagen sedan, com os outros dois militares vigiando o preso. Os sequestradores os teriam surpreendido em dois automóveis, iniciando um tiroteio. Do banco de trás, Rubens, um homem que pesava cerca de 100 quilos, teria conseguido escapar pela janela do fusquinha, esconder-se atrás de um poste e correr até um dos carros. O tiroteio teria sido tão feroz que levou o carro policial a explodir em chamas.

A história saiu em todos os jornais, estampando em grandes fotos o carro queimado, apresentado pela polícia. De início, o “fugitivo” era chamado de Rubem Seixas, nome de

Recibo da devolução do carro de Rubens Paiva, único documento que prova a sua prisão no quartel do I Exército



O cenário do “teatro” montado pelos órgãos de repressão para encenar a falsa fuga de Rubens Paiva incluiu o incêndio deste Volkswagen.

guerra inventado pelos militares, que deixaram escapar o nome “verdadeiro” somente no dia 3 de fevereiro, depois de libertarem Eunice.

“Quando isso rolou, aí acendeu um alarme, opa, o bicho pegou, o negócio é mais grave do que a gente pensava. Porque para eles inventarem toda essa farsa... Ou ele apanhou demais e está completamente danificado ou morreu. Não fazia sentido”, lembra Marcelo. “Foi aí que a fera saiu de dentro da minha mãe”.

Maria Eunice, viúva sem morto

Maria Eunice Facciolla Paiva namorava Rubens desde os 17 anos. Contra a vontade dos pais, estudou Letras, formou-se, mas não seguiu carreira. Dedicou-se a criar os filhos e ser esposa de um homem importante. E foi, durante mais de vinte anos. Era apaixonada pelo marido. Quando Rubens sumiu, tinha 39 anos. Era bonita, jovial, elegante. Não voltou a se casar. “Nunca me apaixonei de novo”, dizia aos filhos.

Quando saiu do DOI, Eunice Paiva foi descrita pela filha mais velha, Vera, como “um fio de gente”. Marcelo relata no seu livro *Feliz Ano Velho* que a encontrou exausta, deitada na sua cama. “Estava irreconhecível, muito mais magra. Nos abraçamos e choramos. Tive o pior ataque de asma da minha vida”.

Eunice não descansou muito mais que isso. Entrou com dois habeas corpus em nome do marido. A resposta dizia que ele não se encontrava preso e nem à disposição do Exército. Começava a peregrinação que ela levaria adiante por quatro décadas. No começo, escreveu a autoridades. Esteve na OAB, esteve com civis e militares, com dirigentes da Arena e do MDB, com diferentes escalões do governo federal. Em 12 de março, escreveu ao presidente Médici:

Rubens é um homem de bem, cidadão probo e honrado, empresário responsável e capaz [...] De que hoje o acusam? Sua mulher e seus filhos têm o direito de sabê-lo. Que fizeram de Rubens? Onde está e para onde o conduziram? Por que não cumpriram as leis que vigoram? Reivindico para meu marido o direito de ser preso segundo as regras mesmas da legislação penal de segurança. Para que se defenda; para que seja libertado.

A farsa de Buzaid

Pouco depois, a censura proibiu os jornais de repercutir o caso. O silêncio começava a reinar. O golpe de mestre veio do ministro da Justiça Alfredo Buzaid, que conhecia o



Em 10 de março de 1971, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, preside a reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em que se discutiu a denúncia do desaparecimento de Rubens Paiva. O deputado Oscar Pedroso Horta, o primeiro à esquerda, propõe que a discussão fosse pública. O Conselho adiou a decisão e depois arquivou o processo.

pai de Rubens. Recebeu-o junto com Eunice na sua própria casa. Garantiu que o ex-deputado estava vivo, havia sofrido apenas “alguns arranhões” e seria libertado logo. Mas aconselhou Eunice a sair do Rio de Janeiro, deixando de chamar atenção sobre o caso. A história tinha saído nos principais jornais internacionais e chamara a atenção de congressistas norte-americanos, como o democrata Ted Kennedy.

“Mudamos para Santos em agosto, do nada”, lembra Vera. “Minha mãe chegou um dia dizendo: ‘nós vamos mudar amanhã’. Amanhã, era assim. Porque ela queria resolver amanhã a situação, entende?”. Não resolveria. Pouco tempo depois, Buzaid mostrou de que lado estava, quando votou contra o prosseguimento do processo sobre Rubens apresentado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O caso havia sido levado por Eunice no dia 13 de julho de 1971 e foi arquivado em tempo recorde. Com votação empatada, o ministro deu o voto de minerva e em 10 de agosto, o caso estava arquivado.

“A verdade é que os militares enganaram o meu avô”, diz Vera Paiva. “Meu avô morreu disso também, acho. Ele teve um ataque cardíaco logo depois, quando percebeu que tinha sido enganado”.

Antes de morrer, em desespero, Jaime Almeida Paiva chegou a procurar oficiais da área de informação. A um deles, teria pago cerca de 1 milhão de cruzados por notícias do filho. Nada. Era apenas uma das muitas notícias desencontradas, falsas, que rondariam e rondam até hoje a família Paiva: um piloto de avião que garantia ter transportado o engenheiro para Fernando de Noronha, uma pessoa que o tinha visto na Bolívia, a empregada de uma amiga que o tinha visto em um boteco...

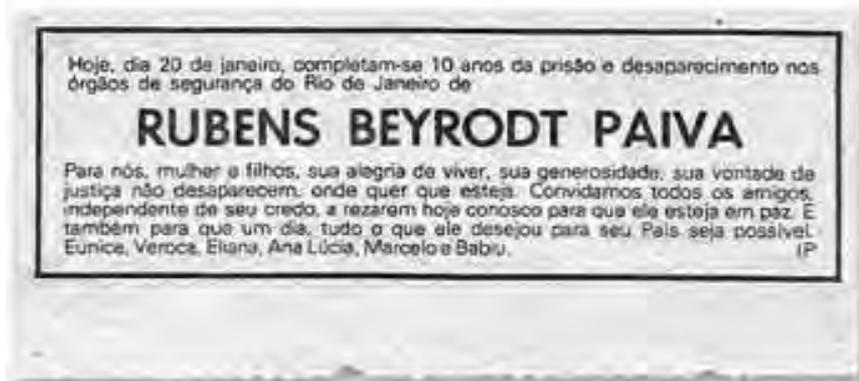
“Tinha dessas coisas. A vidente não sei quê disse que ele está não sei onde... Esse é o problema do desaparecido. Toda vez que você admitia que ele podia estar morto e nunca mais voltar, você o matava. Eu tenho experiência pessoal disso. Eu tinha sonhos de que ele estava morto e acordava culpadíssima. Então era melhor não falar no assunto porque ele estava vivo, podia aparecer qualquer hora...”, diz Vera.

Protegia os filhos e estudava Direito

Com cinco filhos pequenos, Eunice tomou uma decisão: adotar o silêncio. Continuava se articulando com jornalistas, políticos, comitês de anistia. Mas, diante dos filhos, calou-se, como contou anos depois em uma entrevista:² “Tem um episódio que ficou marcado na minha cabeça. Eu tinha acabado de sair da prisão. Tinha ido falar com algum militar. (...) Eu tinha voltado de uma dessas entrevistas absolutamente desanimada, cansada. Subi pro meu quarto, sentei numa poltrona e fiquei ali, quieta, tentando entender o que estava acontecendo, tentando não chorar. Nisso entra a Beatriz, minha filhinha menor, que devia ter uns 8 anos, no meu quarto. Entra ela chorando, tristíssima, e diz ‘mamãe, olha o que a fulana fez, arrancou o braço da minha boneca, da que eu mais gostava’. De repente, eu vi aquela menininha, a minha caçulinha, na minha frente, e pensei: meu Deus do céu, que loucura, a preocupação dela é a boneca. E é justo. Ela tem direito de se preocupar com isso, de ter uma vida normal. Então eu engoli o choro, me controlei, consertei a boneca, dei um beijinho nela e falei: ‘Vou falar com sua irmã pra ela não fazer mais isso’”.

Marcelo conta que a mãe centralizou todas as informações e a busca pelo pai. “Não sei se foi certo ou errado. Eu me lembro de muitas brigas na minha infância e adolescência, de eu virar pra ela e falar, ‘você não nos conta nada!’. Ela se trancava no quarto e chorava sozinha, não chorava na nossa frente... Tipo, vou tentar manter a minha família saudável, meus filhos estudando, tendo sua adolescência, e vou encarar essa sozinha. Isso ela fez a vida toda”.

² Revista *Afinal*, 15 de janeiro de 1985.



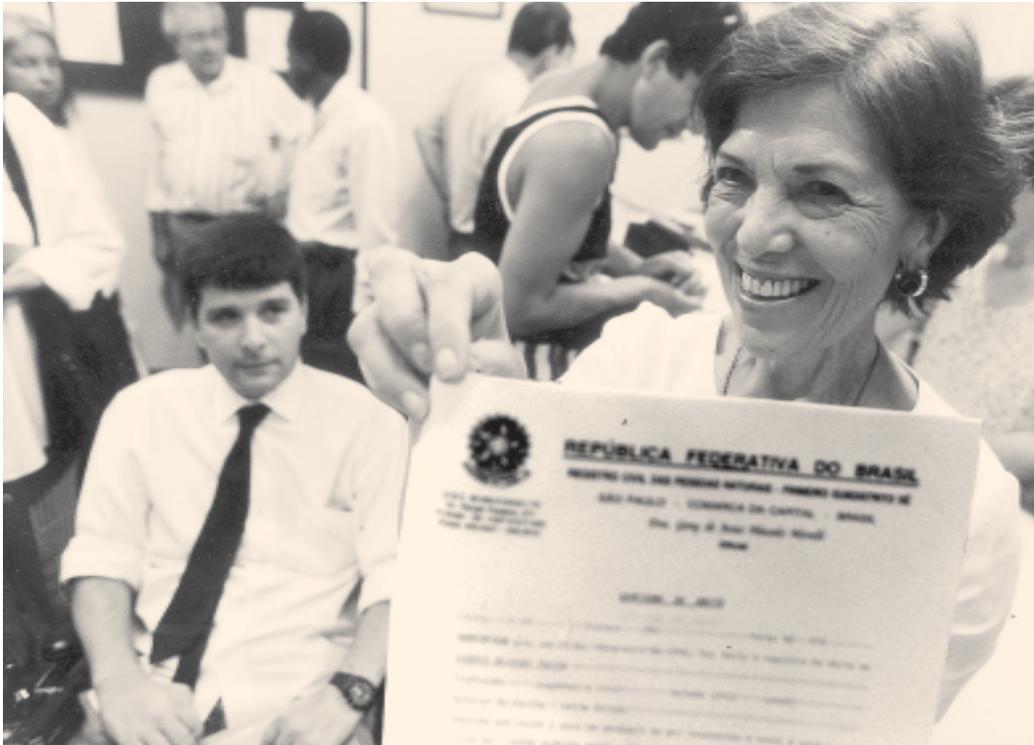
Quando o desaparecimento de Rubens Paiva completou dez anos, sua família fez publicar um anúncio fúnebre denunciando o fato, em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo.

Já formada em Direito, acompanhou de perto a reabertura do Inquérito Policial Militar sobre o marido, no final de 1986, a pedido do então Procurador-Geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves. O resultado foi frustrante. O general Adriano Áureo Pinheiro, que presidia o IPM, ignorou testemunhas, reproduziu as secas negativas dos oficiais envolvidos, não concluiu o inquérito. Coube ao procurador Paulo César de Siqueira Castro encaminhar as investigações e chegar a cinco nomes de responsáveis pela prisão de Paiva: o coronel Ronald José da Motta Batista Leão, que foi chefe da II Seção do I Exército e comandante do Pelotão de Investigações Criminais, o capitão de cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, o subtenente Ariedisse Barbosa Torres, o major PM-RJ Riscalá Corbage e o segundo-sargento Eduardo Ribeiro Nunes. Porém, em outubro, o novo Procurador-Geral da Justiça Militar (Leite Chaves deixou o cargo para ser senador) determinou o arquivamento do processo, por extinção da punibilidade do réu, com base na Lei de Anistia.

Símbolo contra a opressão

Com a redemocratização e a Constituinte, o nome de Rubens Paiva tornou-se símbolo da luta contra a opressão do regime. Em 1982, Marcelo Rubens Paiva lançou o livro *Feliz Ano Velho*, relatando o acidente que o deixou paraplégico. Escrevia pela primeira vez sobre o desaparecimento do pai. Assim, a memória de Rubens reaparecia em um momento fundamental. Virou bandeira pela democracia.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, citou Rubens Paiva no emocionado discurso de promulgação da Constituição de 1988. Antes, durante o governo do trabalhista Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987), houve escavações numa praia do Recreio dos Bandeirantes. Não deram em nada. Vieram muitas outras buscas, notícias, versões diferentes sobre sua morte.



Em 4 de dezembro de 1995, 24 anos depois do desaparecimento de Rubens Paiva, Eunice Paiva (na foto ao lado do filho Marcelo, sentado) recebeu o atestado de óbito do marido.

“Essas coisas mexiam com a gente. Eu lembro de uma vez que eu estava almoçando com Cazuzza no Rio de Janeiro e vivendo a loucura dos anos 80, e eu li a Veja – na época que a gente lia a Veja – e era sobre meu pai. Era o médico Amílcar Lobo revelando que meu pai era um banho de sangue quando ele foi lá dar o aval que tinha que parar a tortura. Eu soube disso almoçando com o Cazuzza!”, explica Marcelo. “Então mexia, mexe até hoje. É uma coisa que você não enterra nunca. Infelizmente a gente tem que conviver com esse tipo de situação criada na América Latina com milhares de famílias que têm que viver com esse legado. Até porque não se pode virar uma página da história por decreto, você tem que contar essa história”.

Realizando o luto, incompleto

Foi somente em 1995 que a família Paiva conseguiu virar a primeira página da sua saga, e da saga dos desaparecidos. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que fora amigo

peçoal de Rubens Paiva, tinha assumido a Presidência da República. Marcelo publicou na revista *Veja* um contundente artigo intitulado “Nós não esquecemos”, exigindo o cumprimento da promessa feita muitas vezes pelo presidente. O texto, impactante, forçou o governo a agir. Certamente, teve influência na aprovação da Lei 9140/1995.

No dia 4 de dezembro de 1995, o atestado de óbito de Rubens Paiva foi finalmente expedido. “Nós festejamos”, diz Marcelo. Eunice pôde, enfim, organizar o inventário do sogro, movimentar contas, enviuar. “Foi só ali que ela realizou o luto”, analisa Vera. “Ela mudou. Com o atestado de óbito não tinha mais essa angústia de achar os ossos. Ela não queria mais mexer no assunto”.

Mesmo assim, aceitou compor a primeira formação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, instituída pela Lei 9140/1995, atuando no esclarecimento de outros casos durante seus primeiros meses de funcionamento. Menos de uma década depois, já com 72 anos, Eunice Paiva começou a sofrer de Alzheimer. Lembra-se de pouco, algumas vezes não se lembra de nada. Mas a dor de uma luta de exatos 40 anos – a indenização por danos morais e materiais só saiu em 2001, depois de uma decisão da Justiça Federal – segue “calada no fundo da alma”, nas palavras da filha Vera. “Ela ainda chora e sofre, entendeu? Porque a foto do meu pai está lá, a vida inteira do lado da cabeceira dela. De repente ela senta na cama e fala assim: onde está meu marido? Por que ele não está aqui”?

As versões sobre a morte

Nunca ficou comprovado onde, como ou quando Rubens Paiva morreu. O corpo jamais foi encontrado. Mesmo assim, ele voltaria a morrer muitas outras vezes. Ao longo de quatro décadas, diversas versões apareceram.

Uma das mais aceitas é a publicada em 1986 pela revista *Veja*; nela, o médico Amílcar Lobo diz que um oficial do DOI-Codi/RJ teria lhe contado que Paiva morrera ali mesmo, em decorrência das torturas, depois da sua visita. Confrontado com outra versão, segundo a qual Paiva tivera um colapso cardíaco depois de levar um soco ou um golpe com o cano de uma arma, Lobo respondeu: “Bofetada? Foi uma surra como nunca vi”.³

Em 1986, o então superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, designou o delegado Carlos Roberto Cardoso para investigar o caso. Este concluiu que Rubens fora morto nas dependências do Pelotão de Investigações Criminais, no Rio de Janeiro. Nas investigações subsequentes, encaminhadas pelo procurador Paulo Cesar de Siqueira Castro, o médico Amílcar Lobo indicou o lugar onde o corpo de Rubens estaria enterrado: praia do Recreio

³ *Revista Veja*, 3 de setembro de 1986.

dos Bandeirantes. O local foi escavado, e alguns ossos foram encontrados, inclusive um fêmur. O laudo da PF atestou ser a ossada de um animal.

Na mesma época, a ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária, Inês Etienne Romeu, que fora torturada em um centro clandestino do Exército denominado “Casa da Morte”, em Petrópolis, relatou que um de seus carcereiros, conhecido como Dr. Pepe, comentou que a morte de Paiva fora um erro – segundo essa versão, ele teria passado pelo centro clandestino e morrido ali.

Segundo o filho Marcelo, surgiram rumores de que Paiva teria sido enterrado com nome falso no cemitério do Caju ou no cemitério de Inhaúma, ambos no Rio de Janeiro.

Passadas quatro décadas, as muitas mortes de Paiva continuam a angustiar sua família. Em 2009, o ex-sargento do Exército Marival Dias Chaves, que diz ter sido analista de confissões dos prisioneiros, afirmou que ele teria sido esquartejado, e os pedaços, enterrados em diferentes locais da rodovia Rio-Santos. O depoimento foi feito para o documentário “Perdão, Mister Fiel”, sobre a morte do operário Manoel Fiel Filho no DOI-Codi de São Paulo.

7

“A ditadura militar foi o período mais turvo da vida do País. O arbítrio prevaleceu feroz, fez da tortura arma de degradação da esperança. O livro virou veneno. Era queimá-lo na praça. Proibida a canção de amor, um perigo. Longa foi a escuridão. Mas a resistência do povo se ergueu, não cessou de crescer. A bravura da multidão nas praças resgatou a dignidade nacional, lavou de luz o chão da pátria. Manchas, contudo, ainda perduram.

A barbárie, amedrontada, sim, tirou de tantos brasileiros, homens e mulheres, o direito sagrado da vida. Mataram e esconderam os corpos. É preciso, clama a decência humana – é um direito ancestral –, que as famílias possam enterrar os seus seres queridos, assassinados pelos inimigos da infância.”

Thiago de Mello

Depois da eliminação, operação limpeza



Os generais Figueiredo, Geisel, Golbery e Hugo Abreu compuseram o quarto governo da ditadura militar, que manteve a política de execuções de opositores políticos, iniciada no governo do general Emílio Médici.

A s pesquisas realizadas na busca de desaparecidos políticos revelaram fortes indícios de que teriam ocorrido a partir de 1975, por volta de 1988 e até 1992, o que se denominou “operações limpeza”. Embora não existam registros oficiais, diferentes fontes indicam que houve esforços dos governos militares para suprimir vestígios dos opositores executados e dos que morreram sob tortura. O regime se recusava até mesmo a admitir que a guerrilha do Araguaia tivesse acontecido. Durante algum tempo, a única referência oficial à guerrilha foi do próprio general Ernesto Geisel. Em mensagem presidencial enviada ao Congresso, em 15 de março de 1975, o presidente anunciou que houve tentativas de organizar bases de guerrilheiros no interior do País, mas que elas haviam sido totalmente eliminadas.

Há evidências de que ele mesmo teria determinado a eliminação de opositores. Tornaram-se conhecidas porque desde antes de sua posse na Presidência da República, e por ordem dele, sua assessoria gravava reuniões e encontros. Essas gravações, posteriormente, foram colocadas à disposição de pesquisadores e passaram a fazer parte do arquivo do general Golbery e do major Heitor Ferreira, seus auxiliares. No livro *A ditadura derrotada*, o jornalista Elio Gaspari reproduziu gravação de um diálogo entre Geisel e seu ministro do Exército, Dale Coutinho, em 16 de fevereiro de 1974:

Dale Coutinho: ‘E eu que fui para São Paulo logo em 69, o que eu vi naquela época para hoje... Ah, o negócio melhorou muito. Agora, melhorou, aqui, entre nós, foi quando nós começamos a matar. Começamos a matar’.

Geisel: *‘Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. [...] Ó, Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser’.*

Dale Coutinho contou sua experiência no IV Exército: *‘Eu fui obrigado a tratar esse problema lá e tive que matar. Tive que matar. Outro dia ainda tive uma satisfação que, no último relatório do CIE, a origem, o fio, o início da meada dessa guerrilha lá em Xambioá começou num estouro que nós fizemos em 72 lá em Fortaleza. Foi dali que um falou que tinha guerrilheiros no norte de Goiás, não sei o quê’.*

Geisel: *‘Sabe que agora pegaram o tal líder e liquidaram com ele. Não sei qual é o nome dele’.*

Dale Coutinho: *‘É. O Chicão. Luizão’. [Referia-se a Osvaldão, o guerrilheiro Osvaldo Orlando Costa, morto semanas antes.]*

Geisel: *‘Bom, o que eu queria assinalar é isso. Nós vamos ter que continuar ano que vem. Nós não podemos largar essa guerra. Infelizmente nós vamos ter que continuar. É claro que vamos ter que estudar [...inaudível] processo, vamos ter que repensar...’.*¹

Em outro diálogo, com o chefe de sua segurança, tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo, Geisel aponta a importância de não deixar vestígios, o que seria uma indicação da operação limpeza, que se daria a partir daquela época e que começaria com o desaparecimento dos corpos dos militantes e, depois, terminaria com a eliminação dos documentos referentes às operações realizadas.

O coronel Pedrozo diz:

Tem elemento que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo de guerra suja em que, se não se lutar com as mesmas armas deles, se perde. Eles não têm o mínimo escrúpulo.

E Geisel respondeu:

É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa.

Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, publicada em abril de 2010, o ex-ministro Jarbas Passarinho confirmou que o extermínio dos guerrilheiros foi uma decisão presidencial, de Médici, depois continuada por Geisel. “Uma ordem para não fazer prisioneiros só podia vir do presidente da República, de mais ninguém”, afirma ele na matéria. Passarinho chega a admitir durante a entrevista que, no final do governo Médici, o extermínio de opositores foi adotado como política de Estado:

Ao receber um informe do seu chefe da Casa Militar, Orlando Geisel, sobre um jovem major que começava o treinamento no setor de informações do Exército e foi metralhado

¹ Arquivo Privado Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira, In: Gaspari, Elio – *A ditadura derrotada*.

por um guerrilheiro, Médici disse ao chefe militar: ‘Mas só os nossos é que morrem?’ A decisão de descentralizar as decisões, para que a comunidade de informações tivesse autonomia para reprimir os adversários políticos do regime, teria sido tomada aí, segundo o ex-ministro [Jarbas Passarinho]. No fim do governo, a decisão do extermínio foi de Médici – e mantida pelo chefe de governo posterior, Ernesto Geisel – em função dos sequestros de embaixadores pelos grupos armados de esquerda, para libertar quadros que estavam na prisão.

Na opinião de Passarinho, o general Geisel foi mais fundo que Médici na repressão tanto da guerrilha rural quanto da urbana:

Vocês mesmos [a imprensa] publicaram sobre o Massacre da Lapa [chacina que, em 1976, praticamente dizimou o Comitê Central do PCdoB que estava reunido numa casa em São Paulo, no bairro da Lapa]. Eles entraram atirando. Quem fez isso? E quem matou o Comitê Central do Partido? Não foi o Médici, não. [...] Isso foi uma política de Estado? É lógico que foi. De quem seria? De quem sairia a ordem para cercar um grupo desses? Era exatamente a chamada Comunidade de Informações que existia nos três ministérios, Marinha, Exército e Aeronáutica.²

*Massacre da Lapa,
São Paulo, 16 de
dezembro de 1976.
Exército executou Pedro
Pomar, Angelo Arroyo e
João Baptista Drummond,
dirigentes do PCdoB,
este último sob tortura.*



² Valor Econômico,
6 de abril de 2010.

CPI de Perus comprovou

A “Operação Limpeza” ficou comprovada pela CPI de Perus. Entre outubro de 1990 e maio de 1991, durante o governo da prefeita Luiza Erundina, a Câmara Municipal de São Paulo realizou uma Comissão Parlamentar de Inquérito formada por sete vereadores, para apurar os fatos relacionados à descoberta de uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo.

O que começou como uma investigação sobre cerca de 1.560 ossadas anônimas encontradas na vala, diante da escalada de revelações de testemunhas e documentos, terminou como uma radiografia dos trâmites criados pelo sistema de repressão para acobertar os assassinatos cometidos durante o regime militar. As revelações sobre o cemitério em São Paulo, trazidas à luz no relatório final da CPI³, são aplicáveis a todos os lugares do País em que a repressão de Estado estendeu seus tentáculos. Os dados comprovam o aliciamento de funcionários dos IML e dos serviços funerários para trabalhar em conjunto com os órgãos de segurança na ocultação de vestígios dos crimes contra os militantes políticos.

Era uma realidade já suspeitada pelos familiares das vítimas. Os primeiros indícios de que alguns cemitérios recebiam os mortos da repressão foram levantados pela família dos irmãos Iuri e Alex de Paula Xavier Pereira, quando ela encontrou o corpo de um deles, em 1973, enterrado com o nome falso que utilizava na clandestinidade. Isso levou os familiares de muitas vítimas a procurá-las pela falsa identidade em outros cemitérios e assim foi possível localizar alguns dos desaparecidos. Nessa busca, contribuiu a ajuda prestada sigilosamente por funcionários desses cemitérios.

A descoberta da vala de Perus ocorreu em 1979, quando a família de Flávio Carvalho Molina soube que ele havia sido enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco. Ao tentar exumar o corpo, a família constatou que ele havia sido removido em 1975 e colocado em uma vala comum em 1976. Não havia condições políticas na época para avançar nas buscas. Só em 1990, a existência da vala foi oficialmente reconhecida ao ser encontrada pelo jornalista Caco Barcellos. O apoio recebido da prefeita Erundina favoreceu a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a origem das ossadas do cemitério de Perus, conforme é reconhecido no próprio relatório final da CPI.

Balanco da CPI

Em suas várias fases, a comissão parlamentar ouviu 82 pessoas. O fio da investigação começou a ser puxado com os depoimentos de funcionários e ex-funcionários do



O militante político Flávio Carvalho Molina, enterrado com nome falso no cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo.

³ Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Sobre a Origem e Responsabilidade das Ossadas Encontradas no cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, 1991.



O coronel do Exército, Brilhante Ustra, convocado, não prestou depoimento à CPI da vala de Perus.

Cemitério Dom Bosco, inclusive administradores e o superintendente. Teve um papel importante nessa etapa o testemunho de Miguel Fernandes Zaninello, policial militar encarregado de transportar os cadáveres do IML e que também aparecia como declarante em um grande número de atestados de óbito. No passo seguinte, dedicado à participação do IML no esquema montado para a ocultação dos cadáveres, foram interrogados os antigos funcionários, médicos legistas e administradores. As informações levantadas, que informavam a origem dos corpos, conduziram aos funcionários e delegados do Dops, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo.

As referências ao DOI-Codi e à Oban levaram à convocação de militares e policiais citados e de autoridades que tomaram parte na montagem da farsa para fazer desaparecer os opositores do regime militar. Foram ouvidos escrivães de polícia, delegados, um coronel do Exército, um ex-prefeito, dois ex-governadores. Três personagens-chave do esquema de repressão – os militares Carlos Alberto Brilhante Ustra, Benoni de Arruda Albernaz e Dalmo Luiz Cirillo⁴ – foram convocados, mas não compareceram. O quadro formado por esses depoimentos se completou com a participação de ex-presos políticos, familiares de desaparecidos e membros de comitês de Direitos Humanos, que deram uma contribuição fundamental para o entendimento dos fatos.

Em cinco meses de investigação, a CPI realizou 42 sessões ordinárias e uma extraordinária, uma diligência à Fazenda 31 de Março de 1964, em Parelheiros, inúmeras visitas a secretarias de Estado, à Prefeitura, delegacias, IML, ao cemitério de Perus e à Unicamp. O relatório final, embora não tenha sido divulgado na época, tornou-se a base das investigações do Ministério Público Federal de São Paulo sobre os crimes cometidos por agentes estatais durante a ditadura e das 12 ações iniciadas pelos Procuradores da República Eugênia Gonzaga e Marlon Weichert até o final de 2010.

A hipótese surgida no início das investigações da CPI se confirmou na conclusão dos trabalhos. A decisão de construir um novo cemitério destinado a receber corpos de indigentes respondeu a um esforço premeditado de manter sigilo sobre a identidade dos militantes políticos assassinados e de esconder seus restos mortais. Para conseguir que seus corpos ficassem dissimulados entre milhares de enterrados como indigentes, sendo pessoas com identidade conhecida, foi necessária a participação ativa de funcionários municipais.

⁴ Capitão do Exército, Dalmo Luiz Cirillo, subcomandante do DOI-Codi em 1970, foi chefiado à época pelo Major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Citado no relatório da CPI de Perus e em vários sites que relacionam torturadores, também aparece como participante da Oban em 1969. O preso político Manoel Henrique Ferreira enviou carta ao então arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, denunciando-o como um de seus torturadores (documento localizado no arquivo da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo). O ex-presos político Ivan Seixas relata que foi torturado por Cirillo e que este matou seu pai, Joaquim Alencar de Seixas, sob tortura. Elio Gaspari cita Dalmo Luiz Cirillo, major, subcomandante do DOI-Codi, incluído na primeira lista de torturadores entregue ao general Golbery em 1972. Informa-se que já morreu.



Membros da CPI da vala de Perus em vistoria à Fazenda 31 de Março de 1964, centro clandestino de torturas em Parelheiros, zona sul de São Paulo.

O respaldo do IML

Essa participação se dava com o respaldo técnico que apenas os IML poderiam proporcionar. Com a autópsia adulterada, legalizavam as mortes e confirmavam a versão dos órgãos de repressão; com os documentos da necropsia lavrados em um nome falso, tornavam possível que os militantes fossem enterrados como indigentes, mesmo estando identificados. Apenas a letra “T” (de terrorista) ou a palavra “Subversivo” marcada na ficha sobravam como pistas para uma futura identificação.

No relato da CPI, é possível perceber o padrão seguido para dificultar o reconhecimento.

O IML teve papel importante na configuração de legalidade sobre mortes criminosas produzidas pelos órgãos de repressão. O instituto forjava sobre elas uma face legal, em cima de históricos policiais enganosos, emitindo laudos com nomes e/ou causas de morte falsificados e liberando, com estes, os corpos que seguiriam como indigentes para o cemitério público. Hoje é possível afirmar que o IML e um grupo de profissionais se envolveram com o acobertamento dos fatos ocorridos nos órgãos de repressão política.

A documentação do IML é bastante simplificada, mas esclarecedora. É composta por uma solicitação de exame necroscópico, na qual a polícia apresentava um breve histórico

da morte, um laudo cadavérico e fotos correspondentes. Em caso de identidade duvidosa, é exigido exame datiloscópico. Esta sequência de documentos é usada para qualquer corpo que dê entrada no Instituto. Mas no caso de presos políticos o tratamento era diferenciado. Uma letra “T” em vermelho passava a constar da documentação. Jair Romeu, auxiliar de necropsia alçado à condição de chefe de necrotério, admitiu em depoimento à CPI ter sido o autor desses registros, por ordens do Del. Alcides Cintra Bueno Filho do Dops.⁵[...] A letra “T” se destinava a identificar os terroristas – disse ele [...].

Na verificação realizada nos laudos do Instituto, os parlamentares constataram que a versão policial registrada na solicitação de exame nunca foi contestada pelos legistas. Mesmo quando os sinais de tortura eram muito evidentes, se fazia a descrição das marcas deixadas, mas a conclusão da causa da morte sempre coincidia com a descrita pela polícia. Segundo o depoimento de um dos administradores do IML, na relação entre o Instituto e órgãos de repressão havia ingerência inclusive na escala de trabalho dos médicos.

Os depoimentos mostram que o envio, a necropsia e a liberação de corpos obedeciam a um ritual próprio, envolvendo geralmente as mesmas pessoas. O que ocorria nas necropsias noturnas não tinha o testemunho de ninguém.

No entanto, a necessidade de se manterem procedimentos para acobertar as ilegalidades se mostrou um ponto vulnerável em todo o processo, como constataram os membros da CPI. Entre os documentos encontrados, há uma denúncia interna, datada de 1973, contra um dos administradores do IML por resistência às ordens militares. Na reclamação, o autor, membro da equipe cooptada pelos órgãos de segurança, descreve candidamente como ocorria o esquema de colaboração por ele mantido:

[...] recebia orientação no sentido de preservar ou acompanhar pessoalmente os casos ligados a cadáveres de subversivos, que esses cadáveres encaminhados pela polícia ou pela Oban eram mantidos na geladeira e sofriam autópsia mesmo durante a noite, que era exigida a norma de sigilo, que desse modo o depoente chegava a passar um arame no trinco da geladeira para que não fosse facilitado o acesso aos cadáveres. [...] (o acusado) não gostava de ver o depoente ter contatos diretos com os elementos da polícia ligados ao dr. Alcides Cintra Bueno e com os elementos da Oban. Finalmente, [...] se comprometia [...] em manter sigilo sobre as denúncias por ele mesmo oferecidas.

⁵ Delegado do Dops em São Paulo, conhecido como o “coveiro oficial”, trabalhava em conjunto com os delegados Romeu Tuma e Sergio Paranhos Fleury.

O anonimato da cova coletiva

Não era, porém, suficiente a adulteração da identidade do morto e o falseamento do laudo para apagar a passagem do militante pelos centros de tortura e assassinato. Os agentes da repressão cuidaram também de garantir a conivência das autoridades do serviço funerário para que o corpo desse entrada no cemitério sem perguntas e fosse enterrado como indigente e, posteriormente, escondido em uma vala comum, embaralhado entre milhares de outros.

Para deslindar o que se passou nos cemitérios, os parlamentares ouviram duas vezes o ex-diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura de São Paulo (Cemit), Fábio Pereira Bueno. Em sua gestão (1970-1974), e com sua participação direta, ocorreu a instalação do cemitério de Perus, ordenada pelo então prefeito Paulo Maluf. O cemitério destinava-se especialmente ao sepultamento de indigentes, antes concentrado no cemitério de Vila Formosa. Também coube ao dirigente do Cemit a tentativa de montar um crematório no local. O pedido de construção do novo cemitério partiu da direção do IML, como registra o relatório da CPI.

A razão para a mudança encontra uma única explicação nos dois depoimentos do [...] ex-diretor do Cemit. Houve entendimentos diretos com o IML, na pessoa do médico legista Harry Shibata, então integrante da diretoria, cumprindo solicitação do Instituto de uso do cemitério, para esse fim. O motivo alegado seria maior facilidade de acesso.

Os corpos eram retirados do IML, segundo as investigações da CPI, em camburões conduzidos por um policial militar, que também aparecia como declarante dos óbitos. Invariavelmente, os documentos que chegavam às mãos dos funcionários dos cemitérios continham nomes falsos. Na conclusão da CPI, “os organismos de repressão enviavam ao IML corpos de militantes com nomes falsos, embora tivessem conhecimento de suas verdadeiras identidades. Em alguns casos, o IML também sabia dos nomes verdadeiros”. E assim eram registrados nos livros dos cemitérios, juntamente com a indicação do local da cova.

Esta possibilidade de identificação foi destruída em 1976, com a abertura de uma grande vala no cemitério Dom Bosco. Como se recordam os sepultadores que prestaram depoimento, nela foram depositadas cerca de 1.560 ossadas, sobre as quais não se fez qualquer registro.

Na mesma época, houve a remodelação das quadras de sepultamento de indigentes no cemitério de Vila Formosa, já sob o governo de Miguel Colasuonno, justamente no local



O general Milton Tavares de Souza, comandante do CIE, considerado idealizador da política de eliminação dos opositores políticos. Ao seu lado, o governador Paulo Maluf, criador do cemitério de Perus.



Trabalhos de exumação no cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, em 1991.

onde se concentravam as covas dos militantes assassinados, conhecida como quadra dos “terroristas”. Ruas foram alargadas e árvores plantadas sem o obrigatório registro da nova disposição das sepulturas. Também neste cemitério, foi criada uma vala clandestina para a qual, suspeita-se, foram transferidas as ossadas exumadas na época da reurbanização. Outros cemitérios e valas clandestinas nos arredores de São Paulo também foram incluídos nas averiguações da CPI, inclusive na Fazenda 31 de Março, centro clandestino de torturas e assassinatos.

Os esforços da CPI em São Paulo incentivaram a pesquisa em outros cemitérios no País, nos quais se constatou o mesmo padrão de passagem do corpo pelos IML e sepultamento como indigente. Foram investigadas as valas existentes nos cemitérios de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, onde se encontraram registros sobre 14 militantes desaparecidos, e de Santo Amaro, em Recife. Em ambos os cemitérios, as ossadas foram depositadas em valas comuns sem nenhum tipo de identificação.

À sequência de dificuldades colocadas para impedir a identificação dos desaparecidos se acrescenta a destruição ou desvio intencional de documentos. A CPI averiguou vários exemplos – incêndios no cemitério de Lajeado (que recebia indigentes antes do envio à Vila Formosa), que fizeram desaparecer livros de registros; incineração de arquivos catalogados por nomes no acervo da Divisão de Arquivo Municipal, em São Paulo, com grave prejuízo para as pesquisas; dilapidação do arquivo do IML referente à década de 1970, com o acervo de fotos e negativos quase todo destruído e o álbum de fotos dos cadáveres com vários exemplares arrancados, justamente onde deveriam estar presos políticos; colocação de dificuldades durante 20 anos para os familiares de desaparecidos terem acesso aos arquivos do IML.

No entanto, mesmo um controle exercido em tal alcance não poderia eliminar a lembrança de sepultadores e funcionários dos cemitérios, como aponta o relatório da CPI. Pelo clima existente na época, era possível diferenciar os cadáveres que vinham do Dops e do DOI-Codi. Muitos dos casos de localização de ativistas desaparecidos se devem à memória dessas pessoas, que ajudaram em segredo as famílias.

A segunda morte dos desaparecidos

Após a abertura da vala em Perus, a Prefeitura de São Paulo procurou recursos técnicos para proceder ao reconhecimento das ossadas. Diante da resistência dos familiares em acionar o IML para coordenar os trabalhos, os governos municipal e estadual estabeleceram um convênio remunerado com o Departamento de Medicina Legal (DML) da Unicamp.



Em 1991, comitiva de representantes da CPI acompanha o trabalho de exumação de corpos de militantes políticos na vala clandestina do cemitério Dom Bosco, em Perus.

Ainda em 1990, foram separadas 1.049 ossadas e enviadas para o DML, sob os cuidados do médico legista Fortunato Badan Palhares⁶.

Nos 11 anos em que estiveram na universidade, apenas dois corpos foram identificados. Assim que terminou o governo da prefeita Luiza Erundina, em 1993, e assumiu Paulo Maluf, o legista abandonou o serviço, como está descrito na ação movida pelo Ministério Público Federal, por responsabilização na falta de reconhecimento das ossadas ao longo de 20 anos⁷.

Nestas duas décadas, os familiares dos desaparecidos e os organismos de Direitos Humanos viram constantemente frustradas as expectativas de conseguir a identificação dos mortos. Agora, não mais por uma ação das forças ligadas ao regime militar, mas fruto da omissão e da irresponsabilidade, segundo o Ministério Público, que interveio no caso, em 1999, a pedido das famílias.

As universidades e os profissionais processados negligenciaram com os compromissos assumidos, gerando enorme atraso nas identificações. Em alguns casos a ação aponta indícios de condutas intencionais para prejudicar os serviços.

⁶ Ministério Público Federal. Relatório sobre os Trabalhos de Localização e Identificação de Despojos de Desaparecidos Políticos nos cemitérios de Perus e Vila Formosa.

⁷ Ministério Público Federal. Ação de responsabilização apresentada em 26/11/2009.

Sem que nenhum relatório ou esclarecimento oficial fosse apresentado, as ossadas permaneceram por anos na Unicamp, precariamente armazenadas. Materiais genéticos enviados para análise do órgão competente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se deterioraram. Após a intervenção do MPF, três ossadas com maior possibilidade de reconhecimento foram enviadas em 2001 para a USP sob os cuidados de um profissional do IML. A quase totalidade das 1.049 ossadas foi encaminhada ao columbário do cemitério do Araçá, em São Paulo, onde ainda permanecem. Em 2009, o MPF entrou com ação civil pública contra a União, o Estado de São Paulo, a Unicamp, a UFMG, a USP e mais cinco profissionais, sob a responsabilidade dos quais estiveram as ossadas de Perus ou o material genético dos familiares das vítimas.

Em fevereiro de 2010, em sua sentença favorável à demanda do Ministério Público⁸, e ainda passível de recurso, o juiz federal João Batista Gonçalves argumentou:

É necessário que os corpos sejam individualizados, recebam ofícios religiosos e, com a dignidade que merece todo ser humano, sejam encaminhados à sepultura definitiva. [...] Sem que isso seja feito, os princípios constitucionais estarão comprometidos, já que um amontoado de ossos está permanentemente a pesar na consciência de quantos poderiam ter dado solução a este caso e jamais o fizeram. Em outro dizer, é uma dolorida ferida social que precisa ser cicatrizada.

A triagem e análise dessas ossadas foram previstas no Acordo de Cooperação Técnica assinado entre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e o Departamento de Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, para serem retomadas a partir do final de 2010.

⁸ Justiça Federal de 1ª Instância, decisão em Ação Civil Pública, 18/2/2010.

Araguaia: sem prisioneiros

Há pelo menos uma indicação de que, nas primeiras fases do conflito no Araguaia, as tropas federais tenham recebido ordens para seguir os regulamentos e a legislação previstos na Convenção de Genebra para o tratamento dos corpos dos inimigos mortos em condições de guerra. O relatório *Informações Sobre a Guerrilha do Araguaia*, do Ministério da Defesa, divulgado em julho de 2009, faz referência à Diretiva de Planejamento da Operação Papagaio, realizada contra os guerrilheiros a partir de setembro de 1972. No seu Anexo C, essa diretiva menciona as seguintes recomendações:

(A) O [sepultamento] de subversivos, na própria Z Aç (zona de ação) do GptOp (Grupamento de Operação), FFE, em cemitérios escolhidos e comunicados;

(B) Antes do sepultamento deverão ser tomados os elementos de identificação (fotografias, impressões digitais, etc.)⁹.

Entretanto, posteriormente, e até 2010, não se obteve acesso a documentos oficiais que façam referência a esses locais de sepultamento e aos registros correspondentes.

O general Ivan de Souza Mendes, em depoimento publicado no livro *Os Anos de Chumbo – A Memória Militar Sobre a Repressão*, organizado por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, declarou:

As operações naquela região (do Araguaia) estavam sendo conduzidas pelo CIE. [...] Mas não havia muitos documentos, porque eles não tinham condições de fazer arquivos, nada disso.

Há uma versão de que os documentos produzidos teriam sido destruídos assim que as operações no Araguaia foram encerradas, no final de 1974.

A Comissão Interministerial formada em 2003, após o governo federal ter recorrido da sentença da juíza federal Solange Salgado (ver Capítulo 2), para localização dos restos mortais de guerrilheiros mortos no Araguaia, solicitou ao Ministério da Defesa que buscasse informações junto às Forças Armadas, mas encontrou muitas dificuldades. A Marinha, por exemplo, selecionou 126 militares para participar das entrevistas para coletar informações sobre as operações da guerrilha do Araguaia, mas somente 22 compareceram e apenas três se dispuseram a colaborar. Já a Aeronáutica e o Exército afirmaram, sem maiores detalhes, não possuir informações. Nesse processo de levantamento junto às

⁹ Documento submetido à Justiça Federal pelo Ministério da Defesa, de 01/07/2009.

Forças Armadas, o tenente-coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, apontado como um dos comandantes das operações no Araguaia, foi contatado para dar informações sobre a “Operação Limpeza”. Ele se recusou a colaborar, mas sua única declaração deixou nos investigadores a impressão de que ele teria participado da ação:

Não vou lhe dizer nada. Não há qualquer chance de encontrar nada.

De acordo com reportagem da *Veja* de 1993, o major Curió mantinha relatórios detalhados sobre as três campanhas do Exército no Araguaia, que pretendia divulgar para que não prevalecesse apenas a versão do PCdoB sobre os fatos. No entanto, segundo a matéria, teria sido dissuadido por seus chefes, no Exército, com quem tratou do assunto.

Após divulgação, em 2009, pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, de uma série de reportagens inéditas sobre o conteúdo de uma mala vermelha, onde estariam documentos referentes à guerrilha, Sebastião Curió foi convocado para ser ouvido pela juíza Solange Salgado. Seu depoimento não acrescentou novas informações sobre o destino dos corpos dos guerrilheiros mortos. Mas ele apontou que “foram 84 mortos, 11 soldados, 4 moradores camponeses e uma pessoa que não possuía vínculo algum com os fatos”¹⁰. Confirmou que “havia relatórios sobre os combates na selva”. Solicitado a colaborar na localização dos corpos dos guerrilheiros, respondeu: “tenho receio de ser incriminado”. Sobre “a mala vermelha”, mostrada numa fotografia na reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*, respondeu: “não tenho mais aqueles documentos (...) esses arquivos ficavam num escritório que eu tinha e desapareceram”, conforme o relatório do referido depoimento. Suas declarações, no entanto, apontam para a existência de um pacto de silêncio.

Relatórios Governamentais

Em 1993, o ministro da Justiça, Mauricio Correa, divulgou o resultado de uma consulta que fez às Forças Armadas. Enviara uma relação de desaparecidos políticos, e solicitou informações acerca deles. As respostas foram vagas e contraditórias, mas foi o primeiro relatório oficial compilado dentro de um esforço de se obter informações e notícias sobre os desaparecidos políticos no Brasil. É o primeiro reconhecimento oficial a respeito de estarem mortos vários dos desaparecidos.

Em 29 de outubro de 2004, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, apresentou à Comissão Interministerial, criada pelo Decreto 4850/2003, relatório realizado com base nos resultados das investigações internas do ministério. Nele se informa que os membros

¹⁰ Relatório do depoimento do Major Sebastião Curió à juíza Solange Salgado.



Corpos de guerrilheiros mortos por soldados do Exército no Araguaia.

da comunidade de Inteligência que operaram no episódio no Araguaia, “muito sensíveis e temerosos, negaram-se a estabelecer um contato direto”. Mas deram algumas informações aos intermediários que os entrevistaram.

“A primeira confirmação [...] é que efetivamente os documentos sigilosos existentes em todas as agências militares de Inteligência do País, relativos à guerrilha do Araguaia, foram incinerados, em virtude de ordem expressa do Governo Federal, em 1975”, diz o relatório.

E prossegue: “De acordo com os depoimentos ouvidos, esses órgãos de inteligência receberam mensagem circular, cuja origem teria sido a Presidência da República, referindo-se à necessidade de não ser o episódio registrado na história do País. Isto não impediu que muitos desses documentos fossem reproduzidos antes de sua destruição, tornando-se arquivos pessoais de alguns envolvidos na operação”¹¹.

O relatório registra as alegações do Exército e da Aeronáutica de que os documentos referentes àquelas operações teriam sido destruídos. As diligências ainda encontraram referências à ‘Operação Limpeza’, mas que teria ocorrido em outra data: “Outro dado

¹¹ Relatório do ministro da Defesa, José Viegas Filho, 29/10/2004.

importante colhido nas consultas foi haver ocorrido, entre 1988 e 1993, a denominada ‘Operação Limpeza’. Em razão da promulgação da nova Constituição e do processo de redemocratização do País, que conduziu a movimentos organizados pelo esclarecimento da situação dos desaparecidos políticos, setores de Inteligência organizaram operações de exumação dos esqueletos dos desaparecidos na ‘guerrilha do Araguaia’”. É ainda o relatório que diz: “Pequenos grupos, em total sigilo e sem contato mútuo, foram encarregados do citado processo. Segundo depoimentos, as ossadas, após terem sido retiradas de suas covas, foram submetidas a ácidos e queimadas. Os fragmentos restantes teriam sido enterrados em local incerto ou jogados nos rios da região [...]”. Quanto a esses fragmentos restantes, “uma das pessoas contatadas chegou a dizer que ‘não há qualquer possibilidade de serem localizados’”. A multiplicidade de datas, no entanto, deixa transparecer que pode ter havido mais de uma ‘Operação Limpeza’.

De acordo com o livro *Operação Araguaia – Os Arquivos Secretos da Guerrilha*, de Taís Morais e Eumano Silva, a operação incluiu a destruição dos arquivos referentes ao confronto no Pará que ainda se encontravam em posse dos comandantes militares:

Os responsáveis pelas mortes e torturas temiam revanchismo por parte dos novos governantes.

Serra das Andorinhas

O coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral, em seu livro de ficção *Xambioá - Guerrilha no Araguaia*, que ele mesmo chamou de “novela baseada em fatos reais”, deu uma versão sobre uma Operação Limpeza que teria ocorrido em 1975 no Araguaia. Ele reafirmou essa versão na entrevista que concedeu à revista *Veja* em outubro de 1993 e em depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em maio de 2001.

No livro-novela, reproduziu supostas orientações que teria recebido de um dos responsáveis pela operação:

No período que vai de hoje até o dia 20 [janeiro de 1975], vamos, cada um na sua esfera de possibilidades, selecionar e destruir todos os documentos que possam vir a ser usados como prova de que esta operação algum dia existiu. Do dia 20 até o dia 31, o pessoal da segunda seção vai realizar o que denominamos ‘Operação Limpeza’. Esta operação tem por objetivo, literalmente, limpar a área para que a imprensa, que é muito abelhuda, não venha bisbilhotar depois que formos embora e descubra corpos enterrados por aí.

Na reportagem da revista *Veja* e em seu depoimento à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Cabral contou como os corpos foram ocultados.

Os corpos foram retirados das covas rasas em que estavam e foram lançados [...] na Serra das Andorinhas — se não me falha a memória — e lá jazem até hoje. [...] Essa operação levou mais ou menos uns dez dias. Saíamos com elementos da Comunidade de Informação, que sabiam onde estavam localizadas essas covas rasas. Uma operação terrível, foi a pior missão que cumpri em toda a minha vida. Eles desenterravam esses corpos e os colocavam em sacos plásticos. [...] O odor era terrível. Inicialmente, começamos tentando usar máscara contra gás, mas era impossível, porque o comando do helicóptero tem de estar em comunicação o tempo todo com a tripulação, e a máscara contra gás impedia o nosso contato via microfone normal. Então passamos a usar lenços embebidos em perfume ou em desodorante, amarrados com esparadrapos, para poder suportar de alguma forma o cheiro terrível daquela carga macabra, que devia ser transportada para a Serra das Andorinhas.

[...] A Operação Limpeza tinha por finalidade limpar, como o próprio nome diz, a área de qualquer resquício, de qualquer prova de que ali havia acontecido uma guerrilha. A descaracterização das aeronaves, a descaracterização das pessoas que ali combateram também tinha esta finalidade: não caracterizar, jamais, perante a opinião pública nacional como também perante a internacional de que havia uma situação de guerrilha no nosso País. [...] Na Serra das Andorinhas, havia uma palmeira, e os corpos eram lançados ali junto com pneus velhos, gasolina, e ateado fogo.

Ainda como parte das diligências da Comissão Interministerial criada pelo Decreto 4850/2003, foi realizada, pela Polícia Federal, em 2006, a Operação Canastra, que foi à região da Serra das Andorinhas e à localidade de Oito Barracas, para averiguar também a veracidade dessas informações, utilizou novas tecnologias nas buscas: imagens de satélite recentes e de períodos próximos aos eventos, exames com equipamentos geofísicos, como radar de penetração no solo e detector de metais. O relatório dessa missão apresentou a seguinte justificativa para o fato de não terem sido encontrados vestígios de corpos e do local onde teria sido improvisado um crematório para as ossadas:

Há possibilidade da (sic) Operação Limpeza ter removido qualquer vestígio do crematório, inclusive a palmeira, que também pode ter desaparecido por causas naturais, em consequência do intervalo de tempo decorrido (mais de 30 anos).

Outro documento que trata da “Operação Limpeza” é uma carta anônima enviada à Comissão Interministerial, criada pelo decreto 4850/2003, por um suposto ex-militar que teria participado das operações no Araguaia. Segundo a carta, as informações de Cabral são verídicas, mas os restos mortais foram posteriormente enterrados na Base de Selva Cabo Rosas, de treinamento do Exército, localizada na região, à beira da rodovia Transamazônica, para dificultar sua descoberta:

Quando a Veja trouxe o coronel para o reconhecimento do local, ele alegou não lembrar, mas na verdade o Exército já tinha retirado as ossadas daquele local, há muitos anos, por isso não foi encontrado nada.

Quase um ano depois da operação em que os corpos foram transportados para a Serra das Andorinhas, o Exército desenterrou as ossadas e trouxe para uma área mais próxima de seus quartéis. Assim podiam vigiar e controlar o acesso. Essa área, posteriormente, foi intitulada área de instrução, hoje Base de Selva Cabo Rosas.

[...] Após vários anos, tendo em vista que a floresta se recupera rapidamente, não há nenhum vestígio. Foram feitos buracos de mais ou menos um metro e meio e foram enterrados os sacos. Não há marcação nenhuma. É para não achar nunca mais.



Bergson Gurjão Farias, o primeiro militante morto na Guerrilha do Araguaia, em meados de 1972.

Procurando seguir as indicações da carta anônima, uma comissão de pesquisadores havia se deslocado até a Base Cabo Rosas em 2004, e, por orientação da Comissão Interministerial 4850/2003, penetrou na mata, fez explorações do solo com uso de radar, escavações, mas nada foi encontrado no local pesquisado. Em 2009, já no contexto do Grupo de Trabalho Tocantins, nova expedição esteve no local realizando escavações no local indicado pela carta anônima, também sem resultados.

As afirmações feitas por Cabral não foram diretamente confirmadas por outras fontes. Ele não conseguiu apresentar provas de sua denúncia, uma vez que, após três viagens feitas por ele à Serra das Andorinhas, acompanhando as missões de busca de ossadas, não conseguiu apontar locais de sepultamento e nem de cremação de corpos. E houve fatos relevantes que contradizem, pelo menos em parte, os argumentos do coronel: dois corpos foram localizados nos locais onde tinham sido originalmente enterrados: o de Maria Lúcia Petit da Silva, em 1991, e o de Bergson Gurjão Farias, em 1996.

Entretanto, diferentes documentos das expedições de busca realizadas à região onde os guerrilheiros teriam sido enterrados afirmam haver indícios de que houve tentativas de ocultar os restos mortais ali sepultados. No Informe Técnico da Equipe Argentina de Antropologia Forense que fez buscas no Araguaia em julho de 1996, os técnicos afirmaram



Helicóptero do Exército em operação na área da Guerrilha do Araguaia.

que, pelos menos no caso de resíduos de ossos encontrados no território da reserva indígena dos índios Suruí, havia sinais claros de que houvera remoção dos restos mortais de pelo menos dois guerrilheiros, provavelmente após a visita da primeira expedição de familiares à região, em 1980. Segundo o relatório, a forma como os fragmentos ósseos foram achados em uma cova clandestina dentro da reserva mostra que ela foi alterada intencionalmente pelo homem. O motivo pelo qual não foram removidos todos os restos pode ter sido a pressa das pessoas que escavaram as covas¹².

População aterrorizada

Em reportagem da revista *IstoÉ*, publicada em 2004, o ex-sargento Marival Chaves – que de 1967 a 1985 trabalhou nos órgãos de repressão do Exército – relatou que, preocupados com uma caravana liderada pelo advogado Paulo Fonteles que foi ao Araguaia na tentativa de localizar as ossadas de guerrilheiros, os agentes do CIE montaram uma operação, no início da década de 1980, para amedrontar os moradores que pudessem fornecer informações sobre possíveis cemitérios clandestinos.



A guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva.

¹² Relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense, julho de 1996.



Eva da Silva, Salvina e Adão Lima, moradores do Araguaia e testemunhas da guerrilha.

Essa informação coincide com as declarações do advogado Paulo Fonteles no relatório que apresentou à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)¹³. Os membros da caravana “foram recebidos pelo bispo Diocesano, o qual desejou sucesso em sua missão, porém, ressaltou que duvidava da obtenção de qualquer resultado significativo, porquanto o povo da região se encontrava aterrorizado, com o receio de constantes prisões e interrogatórios no estabelecimento militar situado no quilômetro 8 da Transamazônica, e porquanto, às vésperas da chegada da caravana, elementos integrantes da polícia haviam visitado os moradores da região advertindo-os para que nada informassem”. De acordo com Fonteles, os membros da caravana “tiveram oportunidade de sentir, da maneira mais viva e convincente, o ambiente de terror ou pânico a que se referira em Marabá o bispo D. Alano Maria Pena; que mesmo as pessoas que depois se sabiam serem moradores de longa data do local se desculpavam de nada informar alegando que não moravam lá [...] que foi sintomático para a caravana, em correlação com o evidente pânico das populações, ter sido seguida na região da [estrada] operacional 2 por uma picape Chevrolet, e, na operacional 3, por um carro Fiat, cujos ocupantes não puderam ser identificados”.

¹³ Relatório do advogado Paulo Fonteles à OAB, 21/01/1981.

A intimidação mantinha a população calada. Somente depois de abril de 1996, quando o jornal *O Globo* publicou documentos fornecidos anonimamente por militares, com informações e fotos de guerrilheiros mortos, alguns moradores da região se animaram a falar e deram indicações sobre locais onde deveriam estar sepultados os guerrilheiros.

Os arquivos das Forças Armadas

Em 2007, de acordo com reportagem da revista *CartaCapital*, a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, recebeu oficialmente dos comandantes militares a confirmação de que todos os documentos secretos dos serviços de Inteligência das Forças Armadas referentes ao período de 1964 a 1985 haviam sido destruídos.

Contudo, também em 2007, o jornalista Lucas Figueiredo publicou uma série de reportagens divulgadas simultaneamente pelos jornais *Correio Braziliense* e *Estado de Minas*, com revelações inéditas de um relatório sobre o qual até então só existiam rumores, o “livro secreto” do Exército, escrito entre 1986 e 1988. Na reportagem, o jornalista observa que são descritas a prisão ou a morte de 16 guerrilheiros do PCdoB na região do Araguaia e de outros sete militantes do Molipo, da VPR e da ALN em outras localidades, todas elas negadas oficialmente pelas Forças Armadas. O então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, seria o responsável pela publicação, que recebeu o nome código Orvil (livro ao contrário), tendo sido produzida pelo CIE. Em entrevista a Figueiredo, o general Leônidas declarou taxativamente, a respeito dos arquivos do CIE: “foram queimados coisa nenhuma”.

Se não foram queimados, um dia deverão vir a público. Além disso, é possível que haja documentos em poder de militares que participaram das ações e os guardaram ou copiaram antes da sua destruição. Um exemplo são os documentos reproduzidos pelo tenente José Vargas Jimenez em seu livro *Bacaba – Memórias de um Guerreiro de Selva da Guerrilha do Araguaia*.

A cada ciclo de elevação do interesse da mídia e da pressão para que sejam apresentadas todas as informações sobre os desaparecidos do Araguaia, entrevistados que ocuparam altos postos no regime de 1964 e agentes que atuaram em seu aparelho de repressão adotam uma atitude sórdida. Insinuam ou lançam informações genéricas no sentido de que alguns dos desaparecidos estariam vivos ainda hoje, vivendo sob novas identidades. Esse procedimento, tão próprio daquele período de trevas, envolve pelo menos dois significados muito importantes. Em primeiro lugar, reforça os argumentos de juristas que apontam os desaparecimentos políticos como crimes continuados, ou permanentes, estando portanto fora da cobertura de qualquer Lei de Anistia. Em segundo lugar, esse comportamento vil revela, ainda hoje, 40 anos depois, a total insensibilidade perante o sofrimento humano de tantos familiares que ainda suportam cotidianamente a angústia da incerteza e os traumas de um luto incompleto.



“A tortura infelizmente não acabou. No caso dos desaparecidos, por exemplo, a tortura tem visibilidade até hoje. E este é o direito fundamental das pessoas - à vida e à morte. Assim como nós devemos defender o direito de um ser humano em vida para poder opinar, também devemos defender ter o mesmo direito de enterrar um ser humano e dar para ele o direito de descansar. Não existe um direito humano sem o outro. Eu sou a favor da abertura dos arquivos. Moralmente e constitucionalmente é uma obrigação do Estado. Quanto mais informações conseguirmos, mais possibilidades teremos de dar liberdade e dignidade aos seres humanos cujos direitos foram violados na ditadura militar.”

Henry Sobel

A organização da tortura e da morte

A partir de 1969, a perseguição aos opositores do regime militar ganhou um caráter metódico, exercido sob a chancela do Ato Institucional nº 5, então recém-editado. O primeiro marco desse funcionamento sistematizado foi a Operação Bandeirante (Oban)¹, agência de repressão criada em São Paulo. Concebida para atuar fora da hierarquia militar, tinha poderes para centralizar sob comando de militares do II Exército todas as forças de segurança para uma atuação conjunta e dispor do que fosse necessário para realizar suas ações. Com a Oban, começou a ser montada a máquina de repressão que se encarregaria, durante a década de 1970, de sequestrar, prender, torturar, executar e fazer desaparecer os corpos de opositores do regime.

Um ano depois da implantação da Oban, o modelo de estrutura unificada de repressão foi aperfeiçoado e multiplicado para todo o país. Surgiram os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), braço operacional dos Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), este um colegiado com funções administrativas formado por representantes das três forças e do aparato de segurança do Estado². Submetidos ao alto comando do Exército e articulados com o Centro de Informações do Exército (CIE), os DOI-Codi evitavam a dispersão de forças até então existentes, embora as outras armas também tenham mantido em atividade seus organismos de inteligência e repressão, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (Cisa).

Nessa tarefa, além da estrutura própria instalada nas principais capitais do país, o DOI-Codi contou com a ajuda de centros secundários de detenção e interrogatório, que funcionavam nas estruturas oficiais, como quartéis e auditorias militares, delegacias de polícia, secretarias de segurança, presídios e Delegacia, ou Departamento, de Ordem

¹ Gaspari, Elio. *A ditadura escancarada*, Companhia das Letras, 2002, p. 60.

² Idem, p. 175-180.

Política e Social (Dops) da Polícia Civil. O esquema foi completado com os centros clandestinos de tortura, locais secretos adaptados especialmente para as finalidades da repressão, escondidos em prédios, casarões, sítios, casas de campo e até uma boate.

Esse sistema de repressão funcionou articulando os pontos de detenção, tortura e morte com os serviços de medicina legal e os serviços funerários nas grandes cidades do país. Montou-se uma rede que se mostrou cada vez mais eficiente em seus objetivos de eliminar opositores políticos, ocultar os cadáveres e apagar vestígios e provas dessas mortes. De acordo com o relatório final da CPI da Câmara Municipal de São Paulo sobre a vala do Cemitério de Perus, de 1991, tão chocante quanto as “atrocidades cometidas contra presos, foi o esquema montado para ocultar os cadáveres, com o auxílio de médicos e funcionários do IML e do Serviço Funerário do Município [de São Paulo]”. Relatórios forjados, laudos necropsiais manipulados, registros funerários falsificados e valas construídas clandestinamente foram os instrumentos desse processo.

A legislação derivada do AI-5 negava o recurso do habeas corpus aos acusados de crimes políticos. Além disso, na maioria das vezes, não se registravam as prisões, não sendo cumpridas nem mesmo as leis de exceção, o que dificultava ainda mais a familiares e advogados conhecer o paradeiro e obter a defesa legal das vítimas. O resultado disso é a enorme dificuldade para localizar muitos dos opositores presos naquelas condições ou mesmo informações sobre seus destinos. De 475 casos analisados até 2007 pela Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), cerca de 180 deles permaneciam sem esclarecimentos que satisfizessem as suas famílias e a sociedade³.

Cada história desses homens e mulheres começa da mesma forma. Após a detenção ou o sequestro, os militantes eram levados pelas forças de repressão para os locais organizados especialmente para a realização de interrogatórios, onde permaneciam incomunicáveis e tinham o paradeiro desconhecido pelas suas famílias. Embora fossem unidades oficializadas, a diferença para uma delegacia de polícia consistia no sigilo e na ilegalidade de que as práticas eram revestidas. A estes centros oficiais de tortura e morte, somaram-se os clandestinos, montados para garantir ainda maior liberdade de ação aos agentes do Estado.

A estrutura oficial de tortura e morte

Oban - Criada em julho de 1969, respondia ao comando de um oficial ligado ao Centro de Informações do Exército (CIE) e estava diretamente subordinada ao ministro da Arma. Foi instalada na 36ª Delegacia, localizada na rua Tutóia, no bairro do Ibirapuera, a poucos metros do quartel-general do II Exército, em São Paulo. Tinha poderes para requisitar os

³ Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 48.

serviços das polícias Militar e Civil e de impor às delegacias que transferissem para sua sede os detidos por suspeita de atividades consideradas subversivas. O custeio das despesas dessa estrutura foi em parte coberto por contribuições de setores do empresariado paulista. Há testemunhos de que foi torturado e morto na Oban o militante Virgílio Gomes da Silva.



O operário Virgílio Gomes da Silva, comandante do sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, foi morto sob tortura na Oban em 1969.

DOI-Codi – Criado em junho de 1970, o organismo idealizado pelo CIE disseminou pelo país o modelo da Oban paulista. Além do de São Paulo, surgiram DOI-Codi no Rio de Janeiro, Recife e Brasília. Um ano depois, eram implantados em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza. Em 1974, passou a funcionar em Porto Alegre.

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de São Paulo sobre a vala do Cemitério de Perus descreve o funcionamento do órgão de repressão:

Em cada jurisdição territorial, os Codi detinham o comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, tanto das Forças Armadas como dos policiais estaduais e federais. (...) tinham atribuição de garantir a coordenação e a execução do planejamento das medidas de 'Defesa Interna', nos diversos escalões do Comando, e de viabilizar a ação conjugada da Marinha, Aeronáutica, SNI, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. O comando das ações ficava a cargo dos DOI. Os DOI-Codi contavam com dotações orçamentárias regulares, o que permitia uma ação repressiva muito mais aparelhada.

No livro *A ditadura escancarada*, o jornalista Elio Gaspari completa a descrição:

Os DOIs de São Paulo e Rio de Janeiro foram, de longe, os mais ativos. Produziram 697 denúncias de torturas. O de São Paulo herdou a estrutura da Oban com 112 homens. Deles, 18 vinham do Exército (...) O do Rio, de tamanho semelhante, instalou-se no quartel da Polícia do Exército na [rua] Barão de Mesquita.

Nas instalações dos DOI-Codi foram aprimoradas as táticas de camuflar sequestros e torturas e de criar versões fantasiosas sobre o destino dos militantes detidos e nunca encontrados pelas famílias. Mortes registradas como ocorridas em tiroteio, por suicídio, acidente e atropelamento encobriam as sequelas das sessões de interrogatório, que incluíam tortura, mutilação, estupro e tortura psicológica, executadas por agentes que ocultavam a identidade.

Entre os militantes ainda desaparecidos, há registro de inúmeros que morreram no seu interior, em razão de tortura, ou que passaram pelos DOI-Codi antes de serem levados para outros centros de tortura, geralmente clandestinos. Entre eles, estão:



Edifício onde funcionou o DOI-Codi no Rio de Janeiro, na rua Barão de Mesquita, 425.

DOI-Codi/Rio de Janeiro: Mário Alves de Souza Vieira; Rubens Paiva (lá ficaram detidas sua esposa e a filha, então com 15 anos); Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita, presos juntos na Argentina, e outros.

DOI-Codi/São Paulo: Frederico Eduardo Mayr; Hiroaki Torigoe; Antônio Benetazzo; Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira; Eduardo Collier Filho; Aylton Adalberto Mortati; José Roberto Arantes de Almeida; Raimundo Eduardo da Silva.

DOI-Codi/Recife: José Carlos Novaes da Mata Machado; Gildo Macedo Lacerda.

DOI-Codi/Fortaleza: Pedro Jerônimo de Souza

Cenimar - O Centro de Informações da Marinha estava estruturado desde 1955 e não se limitava ao serviço de inteligência. No quinto andar do Ministério da Marinha no Rio de Janeiro ficava também o centro de interrogatório e tortura por onde passaram inúmeros militantes. Outro local utilizado foi o Batalhão Paissandu, instalado na Ilha das Flores, na

Baía da Guanabara. Com a centralização dos DOI-Codi sob o comando do Exército, o Cenimar se tornou um dos seus braços operacionais, mas encontrou formas de atuar fora da hierarquia, como comprova a colaboração clandestina mantida com o delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury⁴.

Cisa – Oficialmente fundado em maio de 1970, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica ficava na Base Aérea do Galeão. No mesmo local, estava instalado o centro de detenção e interrogatório conhecido como Paraíso, que funcionava nos mesmos moldes do Cenimar. Atuava alinhado com os DOI-Codi, mas mantinha operações independentes. Teve papel destacado na perseguição aos militantes no Araguaia e atribui-se a seus agentes a tarefa (nunca comprovada) de jogar os corpos de militantes mortos em alto mar. Muitos dos presos pelo Cisa eram encaminhados, para novas sessões de tortura, à chamada Casa da Morte, em Petrópolis, de onde não foram mais vistos (ver Capítulo 12.).

No pátio da base aérea morreu Stuart Edgard Angel. Foram torturados no local e têm destino desconhecido: Antônio Joaquim de Souza Machado; Carlos Alberto Soares de Freitas; Celso Gilberto de Oliveira.

Dops/São Paulo – Existente como instituição desde 1924, a Delegacia de Ordem Política e Social tornou-se a face mais visível do sistema de repressão da ditadura por ocupar um grande prédio histórico no coração de São Paulo. Extinto em 1983, em 2002 foi transformado em um centro cultural e é a atual sede do Memorial da Resistência. Com a criação da Oban, e especialmente do DOI-Codi, o Dops paulista ganhou um status especial na estrutura de repressão. Para lá foram transferidos inúmeros membros da Polícia Civil com prática de tortura e um histórico de corrupção, que passaram a trabalhar em íntima colaboração com os militares. O órgão, que teve entre seus chefes os delegados Romeu Tuma e Sérgio Paranhos Fleury, extrapolou incontáveis vezes a tarefa de investigação e ficou conhecido também como um centro de tortura. A ligação simbiótica com o DOI-Codi e o modus operandi dos dois órgãos é explicada no relatório da CPI sobre a vala de Perus:

Dops e DOI-Codi agiam articuladamente, embora em muitos momentos as duas estruturas concorressem em termos de ação repressiva. (...) Enquanto o DOI-Codi se incumbia das prisões e dos interrogatórios [realizados sempre sob tortura], o Dops, atuando também em prisões e obtenção de informações [também sob tortura], servia ainda para legalizar as irregularidades e formalizar o inquérito policial. (...) Era no Dops que os depoimentos obtidos no DOI-Codi eram oficializados e que, eventualmente, a prisão era assumida com a comunicação das autoridades judiciais e a suspensão de incomunicabilidade do preso.

⁴ Gaspari, Elio. *Idem*, p. 178-179.



Edifício onde funcionou o DOPS, no Largo General Osório, em São Paulo, atualmente abriga a Estação Pinacoteca e o Memorial da Resistência.

Centros secundários do sistema oficial de repressão

No esquema montado pelo DOI-Codi, o aparato repressivo se espalhou por todo o país. Entre os centros de informação secundários, há registros oficiais do uso das instalações para interrogatório e tortura de presos políticos⁵ dos seguintes locais:

Antiga Escola de Veterinária do Exército – Utilizada como base do DOI-Codi em Curitiba, no Paraná, e localizada na esquina da rua Dr. Pedrosa com a Brigadeiro Franco, foi palco da Operação Marumbi, ou Clínica Marumbi, implantada em 1975, com a finalidade de dismantlar as bases do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁶.

Quartel do Barbalho – 19º Batalhão de Caçadores, Quartel de Fuzileiros Navais, em Salvador, na Bahia.

Pelotão de Investigações Criminais do Exército – Considerado o principal centro de torturas de Brasília.

⁵ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁶ Idem, p. 374.

10º Batalhão de Caçadores – Goiânia, Goiás.

Quartel da Polícia do Exército – Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Delegacia Policial de Invernada de Olaria – Rio de Janeiro.

Casa de Detenção – Recife, Pernambuco.

A estrutura clandestina

A máquina de repressão não se limitou ao grande aparato já disponível no sistema de segurança e à autonomia quase total da estrutura. Na medida em que as denúncias de eliminação de opositores políticos se avolumavam e que as farsas de “atropelamentos”, “fugas” e “suicídios”, alegadas pelas autoridades, iam perdendo credibilidade, com repercussão negativa para o governo, inclusive no exterior, centros clandestinos foram adotados para interrogatórios, torturas, assassinatos e ocultação de corpos sem deixar vestígios. Era o começo de uma nova fase: a dos desaparecimentos de dissidentes políticos.⁷ Se a detenção em um centro oficial trazia a esperança da incerteza, os clandestinos representavam a sentença garantida de morte.

Poucos militantes sobreviveram a eles. Deve-se a Inês Etienne Romeu, uma rara sobrevivente da Casa de Petrópolis, um dos mais valiosos testemunhos sobre o modus operandi desses locais e a identificação de inúmeras vítimas.⁸

Casa de Petrópolis ou Casa da Morte – Estrutura ligada ao Centro de Informações do Exército (CIE), era um local de apoio dos DOI-Codi. Estava instalado em um casarão isolado na rua Arthur Barbosa, 668, bairro de Caxambu, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Teriam sido mortos ou passaram pelo lugar: Walter de Souza Ribeiro; Isis Dias de Oliveira; José Roman; David Capistrano da Costa; Mariano Joaquim da Silva; Carlos Alberto Soares de Freitas; Paulo de Tarso Celestino da Silva; Heleny Ferreira Teles Guariba; Wilson Silva; Ivan Mota Dias; Rubens Paiva.⁹

Casa de São Conrado – Montada pelo Cenimar no Rio de Janeiro, em residência inacabada de dois andares, ficava perto do antigo Hotel Nacional e da favela da Rocinha, na saída do túnel Dois Irmãos. O local foi muito usado pelo delegado Sergio Paranhos Fleury no seu período de colaboração com o Cenimar. Foi um dos lugares onde esteve Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri, antes de ser assassinado. A existência desse centro foi denunciada pelo jornalista Ottoni Guimarães Fernandes Jr.¹⁰

Fazenda 31 de março – Instalada na zona rural do município de Parelheiros, uma região pouco povoada da zona sul de São Paulo, esse centro de tortura e assassinato era mantido

Eduardo Collen Leite, Bacuri, passou por diversos centros de tortura antes de ser assassinado.



⁷ Gaspari, Elio. Idem, p. 378-379.

⁸ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Idem.

⁹ Aquino, Rubim Santos Leão. Idem, p. 86-89.

¹⁰ Fernandes Jr, Ottoni. O Baú do Guerrilheiro – Memórias da Luta Armada, Editora Record, 2004. Depoimento à 1ª Auditoria da Aeronáutica, em 1974. Citado em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tmmais/inferno.html>>.

pelo Exército, camuflado como campo de exercícios para soldados (ver reportagem especial).

Casa de Itapevi – Situada no município da Grande São Paulo, a casa à beira da Estrada da Granja, número 20, no Jardim Santa Cecília. Funcionava nos fundos de uma boate chamada Querosene. Teriam sido mortos lá: Luiz Ignácio Maranhão Filho; João Massena Melo; Jayme Amorim de Miranda; Élson Costa; Itair José Veloso.

Fazenda na Rodovia Castello Branco – Ligada ao CIE de São Paulo, tomou o lugar da Casa de Itapevi e estava a uma distância de 30 quilômetros da capital, na beira da rodovia Castello Branco, em Araçariguama. Há informações de que lá morreram José Montenegro de Lima e Orlando Bonfim Junior.

Casa no bairro do Ipiranga – Localizada no bairro da zona sul de São Paulo, foi citada pelo sargento Marival Dias Chaves do Canto em depoimento à revista Veja em 1992.

Casa dos Horrores – O prédio de dois pavimentos, cercado por um muro alto, estava próximo à lagoa do Cumbuco, nos arredores de Fortaleza.

Além desses locais, citados em documentos e livros, há outros identificados pelo historiador Rubim Leão de Aquino¹¹:

Fazendinha – Era um prédio em construção na entrada da cidade de Alagoinhas, na Bahia.

Colégio Militar – Belo Horizonte, Minas Gerais.

Outras fontes indicam mais três lugares que serviram para o aparelho clandestino da repressão:

Instalações no Alto da Boa Vista – O local, na cidade do Rio de Janeiro, foi citado no livro do jornalista Elio Gaspari e consta do diário do general Ernesto Geisel.

Subsolo do SNI em Recife – Teria funcionado na avenida dos Guararapes, onde existe um prédio dos Correios.

Centro de tortura em Olinda, Pernambuco — Era chamado de Colônia de Férias pelos agentes da repressão.

¹¹ Aquino, Rubim Santos Leão. Idem.



Fazenda 31 de Março de 1964, centro de tortura clandestino em Parelheiros, Zona Sul de São Paulo, usado pelo Exército.

A Fazenda 31 de Março de 1964

A Fazenda 31 de Março, situada na periferia da cidade de São Paulo, é um dos centros clandestinos de tortura sobre o qual se reuniram mais informações. Investigações feitas por vítimas, por ativistas de Direitos Humanos, jornalistas e, posteriormente, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal da capital descobriram indicações sobre seus proprietários e também sobre o aparato de fachada usado para seu financiamento, encabeçado por um pretense empresário paulista.

Conhecida como Fazenda Ponte Alta e situada no bairro de Parelheiros, zona sul da cidade, encontrava-se sem conservação em 2010. No centro, há uma clareira de 200 metros, com uma construção de tijolos e outra de madeira a cerca de 50 centímetros de distância da primeira. Próximo a elas, existe um açude e um vertedouro na forma de uma pequena cachoeira, que forma um lago conectado a outro lago através de dois canos. Apenas um caseiro guarda a casa, que não tem luz elétrica.

Para chegar lá, é preciso seguir pelo bairro do Embura, no distrito de Embu-Guaçu, cruzar a linha do trem e depois seguir pela estrada de terra do Mambu. Isolado, o terreno foge aos olhos do Poder Público por estar na divisa de três municípios: São Paulo, Itanhaém e Embu-Guaçu. A trilha para o sítio tem sete quilômetros, que, em 2010, só podiam ser percorridos de jipe ou a pé – na década de 1970, os veículos da polícia levavam e buscavam os prisioneiros. Na entrada, uma placa avisava tratar-se da Fazenda 31 de março de 1964, uma homenagem ao golpe militar.

Não se sabe exatamente quando a Fazenda 31 de Março começou a ser usada como aparelho clandestino para torturas e assassinatos de prisioneiros políticos. No começo de 1970, Sérgio Fleury já usava outro local, em Arujá, supostamente em razão de uma disputa com a Oban pelo prestígio e pelos prêmios em dinheiro obtidos com a captura de militantes de organizações clandestinas. Segundo relata Antônio Carlos Fon, ex-repórter da *Veja*, no livro *Tortura: a história da repressão política no Brasil, de 1979*, a partir de agosto de 1970, Fleury se valeria dessas casas da tortura para obter informações e se antecipar ao Exército.

Fleury teria chegado a frequentar a Fazenda 31 de Março, mas não a usá-la. Seria usada por militares do DOI-Codi. O fato é que, em 1975, era utilizada por grupos paramilitares de extrema direita. “Você está em poder do braço clandestino da repressão do governo. Ninguém pode te tirar daqui. Chegou a sua hora”, ouviu ao chegar o único prisioneiro que sabidamente saiu dali com vida, Affonso Celso Nogueira Monteiro.

O sobrevivente

Affonso Celso Nogueira Monteiro, o único sobrevivente conhecido da Fazenda 31 de Março, relata:

Saimos de São Paulo, inicialmente foi numa estrada de asfalto, depois foi para um outro tipo de estrada, e finalmente pegamos uma estrada de terra muito irregular que cortava, num

*determinado trecho, uma linha férrea, passava na oportunidade um trem de velocidade reduzida (...) o carro teve que esperar que passasse o trem, atravessou a linha, e fomos levados para um local que eu não identificava, porque eu estava viajando vendado todo esse tempo.*¹²

Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ele havia sido vereador em Niterói e deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi sequestrado em 1º de outubro de 1975, na avenida Brigadeiro Luis Antônio, em São Paulo. Agarrado por dois homens, foi encapuzado e empurrado para dentro de um fusca. No trajeto, mantiveram-no, à força, com a cabeça entre as pernas e o corpo coberto. Os seus captores não queriam que ele identificasse o destino, e tinham experiência nisso. Chegaram a trocar de carro no pátio de um prédio movimentado – ele reconheceu pelo som – e o mantiveram vendado durante todos os 21 dias em que esteve preso.

Mesmo assim, o advogado conseguiu memorizar importantes detalhes sobre o seu cativeiro. Em carta manuscrita à OAB, escrita logo depois de libertado, ele deu referências objetivamente indicativas sobre as características do sítio, como o tempo do percurso – cerca de uma hora, sendo dez minutos em zona suburbana, meia hora em estrada de intenso tráfego e meia hora em estrada irregular – detalhes do assoalho e das paredes da casa, que observou ao apalpar, e até do pequeno lago na área externa, usado para as torturas. A sua rica descrição, cheia de detalhes, não deixa dúvidas. O que ele conta ninguém mais seria capaz de contar.

Chegando ao sítio, foi retirado do carro e conduzido por um gramado até uma calçada de cimento. Dali desceu quatro lances de escada até um lugar chamado de “buraco”. “Realmente me dava a impressão de ser um local subterrâneo, porque não havia parede propriamente; era uma coisa úmida, quando eu punha a mão caía pedaços de terra, não sei. (...) E o chão era lodoso; tinha cimento, mas havia lodo”, relatou.¹³

Nu, como permaneceria todo o tempo, foi colocado no pau-de-arara, sofreu com choques elétricos e pancadas. Para ser interrogado, era levado para outra sala – esta com piso de taco – e depois devolvido ao “buraco”.

Depois de algum tempo, a tortura passou a valer-se das condições do local. “Era uma espécie de sufocação. (...) Eles diziam que primeiro era um córrego, onde havia muita pedra no fundo do córrego, era um córrego raso, mas de quando em vez soltava-se água de algum reservatório e aumentava a água e era arvorado nas pedras do córrego, machucando ainda mais os ferimentos que eu tinha. Depois me puseram no que eles chamavam de ‘piscina’, que era uma espécie de



À esquerda, Joaquim Fagundes, “coronel Fagundes”, e sua mulher, ao lado do oficial do Exército e comandante da Oban, Carlos Alberto Brilhante Ustra, e sua mulher.

¹² Depoimento à CPI da Vala de Perus, p. 1652-1669.

poço, de fundo cimentado, mas cheio de lodo, eu pisava no lodo, e aí eles brincavam de afogamento, me sufocavam, me afogavam”.¹⁴ Mais tarde, foi pendurado em uma árvore pelos pés, recebendo socos, choques elétricos e banho de um líquido químico que provocava intensa ardência e calor.

O militante perdeu a noção do tempo pelos desmaios e por estar vendado o tempo todo. Quando saiu dali, julgava ter ficado uma semana. Descobriu, com surpresa, que ficara uma quinzena. Nesse tempo, lembra ter ouvido em alguns momentos gritos de distintas pessoas, que também eram torturadas no local.

“Finalmente disseram que teriam que me tirar de onde eu estava porque a minha detenção e o meu sequestro já tinham sido denunciados na Câmara Federal, na Assembleia do Rio de Janeiro e na imprensa”.¹⁵ Então, foi levado para outra casa, que ele distinguiu ser “na periferia de uma cidade”, de novo por causa dos ruídos externos. Foi alimentado e recebeu cuidados médicos até estar “apresentável” para ser libertado em 22 de outubro de 1975. O “braço clandestino” da ditadura era organizado, mantinha um esquema próprio para “recuperar” as vítimas.

Aos poucos, monta-se o quebra-cabeça

A primeira vez que o nome Fazenda 31 de Março veio a público foi em fevereiro de 1979, em uma reportagem de Antônio Carlos Fon para a revista *Veja*. Com o respaldo de uma investigação de alguns meses, ouvindo fontes da comunidade de segurança, a reportagem revelava a sua localização, trazendo uma foto aérea do local.

Uma semana depois, três repórteres do jornal da imprensa alternativa *Em Tempo* (Flamínio Fantini, Flávio Andrade e Luis Nadai) conseguiram chegar até lá. No caminho, fotografaram as placas que apontavam a direção estampando o nome: Fazenda 31 de Março. Na entrada, lia-se abaixo do nome: “Proprietário: pacificador Fagundes”.

Fingindo ser compradores de terra, foram recebidos pelo caseiro, Alcides de Souza, que disse administrar terra a mando do Sr. Fagundes havia cerca de seis anos. Em 1979, a terra estava sendo vendida. Segundo o caseiro, Fagundes era “amigo do pessoal do DOI”: “ele empresta o sítio para os milicos virem aqui fazer treinamento. Tem vez que chegam aqui 2 mil homens – acampam, correm pra cá, pra lá, dão tiros, cortam a mata. Uma vez até fizeram uma cerca de arame ali para nós”. Estava claro que se tratava de um civil colaboracionista. E suas palavras confirmavam que o local era usado pelo Exército.

Segundo litígio registrado num cartório de Itapeverica da Serra em 1976, Fagundes e seus homens eram acusados de grilar o terreno, forjando a posse e invadindo a terra, além de espalhar o terror na região. A acusação dizia que o grupo vinha “fazendo uma série de atentados e estripulias, exibindo armas e munições (...) de uso exclusivo das Forças Armadas, dizendo-se um deles [ser] da Polícia Federal”. Além disso, teriam ameaçado administradores de alguns lotes.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ibidem.

Alguns meses depois da publicação da reportagem do Em Tempo, a Lei de Anistia foi promulgada. Durante mais de uma década ninguém procurou saber mais sobre a Fazenda.

A CPI visita a Fazenda

Em 1991, os membros da CPI da Vala de Perus visitaram a Fazenda em busca de corpos supostamente ali enterrados. Foram acompanhados por policiais da Divisão Policial de Informações Sociais do Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil, que sucedeu ao Dops a partir de 1983, chefiados pelo delegado Silvio Tinti.

Na primeira incursão, em 31 de janeiro de 1991, não encontraram nada relevante. Na segunda incursão, os vereadores levaram Affonso Celso, que disse não ter lembranças visuais do local, embora sua memória detalhada dos dias em que esteve preso o fizesse julgar que aquela poderia, sim, ser a casa de tortura.

Conseguiram localizar objetos pertencentes ao Estado Maior das Forças Armadas num local próximo à cozinha, o que fez a CPI concluir que o sítio “era cedido para treinamentos antiguerilha”, como consta do seu relatório final.

Na terceira visita, em 18 de fevereiro, localizaram um osso no mesmo local em que roupas foram achadas. Examinado pelo IML a pedido do delegado Silvio Tinti, foi avaliado como não sendo osso humano.

As escavações se concentraram na clareira, no solo da casa e na casa de caseiros. Não houve escavações no açude ou no poço. A CPI não buscou saber mais sobre os proprietários e usuários do sítio.

No ano seguinte, em 1992, o ex-sargento do Exército Marival Dias Chaves do Canto, que era encarregado de investigações no DOI-Codi, revelou à revista Veja que o sítio foi usado “durante um curto período de tempo”. Ali teriam sido assassinados Antônio Carlos Bicalho Lana e sua companheira, Sônia Moraes, ambos da Ação Libertadora Nacional (ALN).

O casal havia sido preso em novembro de 1973, em São Vicente. Marivaldo afirmou que viu os corpos chegarem ao DOI-Codi e ouviu comentários dos policiais. Os dois teriam sido presos em São Vicente e encaminhados para um sítio na Serra do Mar, onde teriam sido torturados por uma semana. “Foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Os cadáveres foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, na zona sul de São Paulo. Ali encenou-se a farsa do tiroteio para simular a morte deles”, declarou. Os dois foram enterrados em uma vala comum no cemitério Dom Bosco. Seus restos mortais, localizados pela CPI municipal, foram enterrados pelos familiares em agosto de 1991.

Com base em fontes militares, uma reportagem da TV Record, realizada em agosto de 2010, conseguiu estabelecer que ali também foi assassinado o líder estudantil ítalo-brasileiro Antonio Benetazzo, preso em 28 de outubro de 1972 na Vila Carrão, bairro da zona leste de São Paulo. A versão oficial é que ele teria se jogado sob as rodas de um caminhão na rua João Boemer, no

Brás. Foi enterrado como indigente no cemitério de Perus no dia 31 de outubro, dois dias antes da divulgação da sua morte.

Fagundes, o elo civil

Embora o nome de Joaquim Rodrigues Fagundes já tivesse aparecido na imprensa, detalhes sobre a sua identidade só foram revelados em 2010. A equipe de reportagem da TV Record (Rodrigo Vianna, Tony Chastinet, Luis Malavolta, Paulo T), conseguiu trazer à luz novas informações sobre o “empresário”, que era conhecido como “coronel” sem jamais ter sido militar.

Joaquim Rodrigues Fagundes, um pequeno empresário que se gabava de ter estreitas relações com os militares, era dono da Transportes Rimet Ltda., situada na rua Fernando Falcão, nº 477, com fundos para a praça Pinheiro Raposo, no bairro da Moóca, em São Paulo. No número 22 da mesma praça, ficava o escritório. Fagundes morava ali perto, na rua da Moóca, número 4317. Segundo o caseiro Alcides de Souza, que trabalhou na Rimet, a única cliente da empresa era a estatal Telecomunicações de São Paulo (Telesp), na época controlada pelos militares. O serviço prestado seria o de transporte de fiações telefônicas. Ou seja: a empresa era sustentada pelos pagamentos da estatal, enquanto seu dono colaborava proximamente com a repressão.

Segundo moradores das redondezas, Fagundes vivia acompanhado de militares. Costumava receber a visita do coronel Erasmo Dias na Rimet e reunir-se com o pessoal do DOI-Codi no restaurante Três Corações, que não existe mais. “Ele era folgado, porque andava com os militares”, disse à reportagem um funcionário de um posto de gasolina nas proximidades. “Seu Fagundes tinha autoridade. Ele não era nada. Mas ele era colaborador do Exército”.

Erasmo Dias também frequentava a Fazenda, de acordo com Alcides, bem como o coronel Brillhante Ustra e o delegado Fleury. Faziam churrascos. “O Fleury era amigão da gente”, afirmou. O filho de Alcides costumava levar Fagundes para almoçar na sede do DOI-Codi, na Rua Tutóia, uma vez por semana.

Ainda em 2010, moradores antigos, vizinhos da Fazenda, lembravam que havia ali uma área usada pelo Exército. Alcides, o antigo caseiro da Fazenda, repetiu para a TV Record o que dissera a Em Tempo em 1979, que militares costumavam ir lá para fazer treinamentos: “faziam as armadilhas, laços, buracos, aquelas tranças, sobe e desce... Cada vez que o Exército ia pra lá ficava no mínimo 15 dias”, diz. Outro morador, que não quis ser identificado, disse à equipe de reportagem: “Que eu saiba, quem entrava ali não voltava, não”.

Alcides de Souza, que em 2010 morava em Barrinha, interior de São Paulo, guardava algumas fotos do empresário: em uma, Fagundes e a esposa posam ao lado do coronel Ustra e sua mulher; na outra, tirada no sítio, Fagundes está descontraído, sentado em uma mesa com o PM Peludo (nome não identificado), do DOI-Codi, o cabo do Exército Jerimum, motorista e segurança pessoal de Ustra, e o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Tomam cerveja.



O delegado Sérgio Fleury, o segundo da esquerda para a direita, e o coronel Erasmo Dias, o de óculos à direita, também eram frequentadores da casa e da empresa de Fagundes.

Fagundes (de pé) com seu sócio, o advogado Barbizan (primeiro à esquerda) e os amigos investigadores do DOI-Codi.

Ele diz ter mais fotos, que conta ter recebido como herança do ex-patrão. Mas as fotos são guardadas com cuidado por ele, que exigiu que a equipe da Record assinasse um contrato informando que só as usaria na reportagem. Quando perguntado se Fagundes participava de torturas, o caseiro foi evasivo: "Tinha o lado generoso dele, tinha o lado ruim dele também". Na opinião dos jornalistas da Record, ele sabe muito mais do que disse para as câmeras.

Anticomunista radical

Nascido em 1922, em Cisneiros (MG), Joaquim Rodrigues Fagundes deixou a cidade após a morte do pai, que era vereador, assassinado em uma disputa política. Em 1948, casou-se com a professora Lucila Monteiro de Barros. Deduz-se que os dois se estabeleceram na Mooca em 1970 por causa do registro do título de eleitor dele, transferido de Rolândia (PR) para o bairro em 14 de agosto de 1970. Não se sabe quando começou a sua ligação com os militares. Sabe-se que ele agiu como muitos empresários que colaboravam com o regime, dando dinheiro, apoio e infraestrutura para a repressão.

"Ele tinha uma posição definida. Era radicalmente contra comunista", diz o advogado José Maria Barbizan. Localizado pela reportagem da TV Record, Barbizan diz que chegou a ser sócio de



Muitos empresários colaboravam com o regime dando dinheiro para os órgãos de repressão, como Henning Boilesen.

Fagundes na Fazenda 31 de Março. Participava de almoços junto com os militares. “As vezes [em] que participei, os almoços eram festivos, era muita brincadeira entre eles e tal, mas nunca na minha presença tocaram em assuntos de matei esse, matei aquele, participei da morte daquele outro...”, conta ele, acrescentando que evitava saber o que os militares faziam. “Via-se que não eram de brincadeira, era um pessoal que estava preparado pra qualquer coisa, isso a gente sentia. Era um pessoal pitbull mesmo. Pelo menos foi o que concluí, [...] quem sabia demais acabou dançando”, foram suas palavras, divulgadas pela reportagem que foi ao ar no dia 19 de agosto de 2010 no programa Jornal da Record.

Em dezembro de 1974, o advogado deu entrada no pedido de título de posse para a área. Segundo ele, os títulos foram finalmente concedidos no começo da década de 1980, pelo então governador José Maria Marin, eleito como vice de Paulo Maluf. Alcides de Souza disse que, com o fim da ditadura, Fagundes vendeu a Transportadora e o sítio porque “os amigos dele não estavam mais no poder”.

Atualmente, o Ministério Público Federal de São Paulo está investigando a situação legal da Fazenda, constituída em terra devoluta, ou seja, pertencente ao Estado. A investigação faz parte de um procedimento iniciado em 2008, em parceria com o Ministério Público Estadual, para apurar o funcionamento do Dops e DOI-Codi em São Paulo. “A gente está tentando reconstruir a história com relação a quem é o proprietário, quem foram os parceiros, até para verificar se a área deveria ser destinada a um espaço de memória”, diz o Procurador da República Marlon Weichert.

Além de emprestar a Fazenda, Fagundes teria deixado a própria casa e a sede da Transportes Rimet à disposição. Segundo a jornalista Vanessa Gonçalves, que prepara um livro sobre Eduardo Collen Leite, o Bacuri, inicialmente militante da Vanguarda Popular Revolucionária, depois da Rede e da ALN teria passado cerca de uma semana sob a custódia de Fleury e sua equipe, sendo mantido na transportadora Rimet ou na residência de Fagundes. Enquanto esteve lá, teria sido medicado pelo pediatra da filha do coronel Ustra. Bacuri, operário de telefonia, foi barbaramente torturado durante vários meses e passou por algumas casas de tortura até ser retirado da Fortaleza dos Andradas e morto perto de Bertioga, no litoral paulista, com o rosto totalmente desfigurado, em dezembro de 1970.

“Pacificador”

A ajuda de Fagundes foi reconhecida. Em 30 de junho de 1977, na mesma ocasião em que o médico legista Harry Shibata, recebeu a Medalha do Pacificador, a mais importante honraria do Exército, conferida pelo então ministro do Exército Silvio Frota. Segundo o Exército, a homenagem era um reconhecimento aos “serviços prestados ao País”. Em 1984, sob o governo Figueiredo, Fagundes recebeu também uma comenda do Exército, tornando-se oficialmente “comendador”, título que está inscrito na sua lápide. Morreu com 68 anos, em fevereiro de 1991, duas semanas depois da primeira incursão da CPI de Perus à Fazenda 31 de Março de 1964.



O médico legista Harry Shibata, o segundo da direita para a esquerda. O “coronel” Fagundes aparece à sua esquerda. Ao fundo à esquerda, o delegado Romeu Tuma, entre outros policiais, numa solenidade.

Passados quase 40 anos, muitas pessoas que conheciam o empresário ainda têm medo de falar. “Achamos pessoas que o conheceram, mas diziam ‘deixa pra lá, essa história já acabou, já passou’. Ainda tem um pouquinho do mito de que esse é um assunto tabu”, diz o produtor da TV Record, Tony Chastinet. A viúva Lucila, que mora em São Vicente, SP, chegou a marcar uma entrevista, mas na hora não atendeu a reportagem. Mais tarde, disse aos repórteres: “Já faz muito tempo que ele morreu, não me lembro mais do rosto dele. Ele é só um monte de ossos. Não quero falar sobre isso”.

Inês Etienne na “Casa da Morte”

Em 5 de setembro de 1979, a militante política Inês Etienne Romeu colocou seis documentos nas mãos do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Seabra Fagundes. Todos eles continham informações relativas ao período em que ela esteve presa pelos órgãos de segurança do regime militar – entre maio e novembro de 1971.

Um desses textos é o relatório que a própria Inês escrevera, em 18 de setembro de 1971, em Belo Horizonte, na época em que esteve internada na Casa de Saúde Santa Maria. Há também uma carta datada de 3 de outubro desse mesmo ano, dirigida a seu advogado, Augusto Sussekind de Moraes Rêgo. Nesses documentos, Inês apresenta pormenores do terrível sofrimento que teve de suportar na condição de presa política “nos porões da ditadura”. Com base nesse material, é possível reconstituir de maneira bastante acurada – ao contrário do que acontece em outros casos similares ao dela – os métodos de ação do governo na época em sua estratégia de repressão aos militantes das organizações clandestinas.

Inês foi surpreendida em 5 de maio de 1971 na avenida Santo Amaro, em São Paulo. Seus captores foram agentes de segurança comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. No momento da prisão, ela estava na companhia de Primo, codinome de um velho camponês da região de Imperatriz, Maranhão. Tinha esse encontro marcado com ele desde o mês anterior. O homem presenciou impassível a prisão de Inês, sem ser molestado. Isto leva a crer que fosse um informante da polícia. Faria o mesmo com dois outros militantes, com os quais deveria encontrar-se no dia seguinte.

Levada ao Deops, Inês disse aos policiais que estava desligada da VPR havia quase dois meses e preparava-se para deixar o País. Foi colocada no pau-de-arara e recebeu choques elétricos, segundo ela, sendo barbaramente espancada. Ela resistiu e não deu seu endereço no Rio de Janeiro, para proteger outra pessoa que estava morando lá. Para tentar escapar da tortura, e ganhar tempo, inventou que teria um encontro marcado na manhã do dia seguinte no bairro de Cascadura, no Rio de Janeiro. Foi levada para lá imediatamente, de automóvel. Sua intenção era suicidar-se tão logo chegasse ao local. De fato tentou, jogando-se sob a roda traseira de um ônibus, que a arrastou, mas mesmo assim sobreviveu. Quase inconsciente, ferida e com queimaduras de terceiro grau, foi tratada primeiro no Hospital da Vila Militar e depois no Hospital Central do Exército. Apresentou-se com seu nome verdadeiro e disse ser presa política, mas foi desmentida pelo militar que a vigiava.

Os torturadores de Petrópolis

Apesar da resistência dos médicos, alguns dias depois, antes de receber alta, Inês foi retirada à força do hospital e levada de olhos vendados, em uma perua C-14 (o clássico veículo usado pela polícia na época), para uma casa na rua Arthur Barbosa, em Petrópolis. Ali, permaneceu incomunicável. Era a chamada Casa da Morte. Desse local, Inês guardaria na memória dois detalhes significativos. Um deles era o número do telefone: 4090; o outro, a figura de um vizinho estrangeiro chamado Mário Ladders, que vivia na companhia de uma irmã e de um cão dinamarquês que atendia por Kill. Esse homem mantinha relações cordiais com os agentes de segurança e tinha conhecimento das atrocidades que cometiam ali. Seria o locatário da casa, conjectura Inês, ou seja, a personagem que servia para dar um falso aspecto de normalidade a um aparelho clandestino de tortura.

“Ainda durante a viagem [do Rio para Petrópolis] iniciou-se o interrogatório”, relata Inês. E continua:

Recebi todo o tipo de ameaças, inclusive a de que me estava reservado o mesmo tipo de tratamento dado pelo Esquadrão da Morte: sevícia e morte. Eu estava traumatizada e sentia dores fortíssimas em decorrência do atropelamento, além de um profundo sentimento de frustração por não ter morrido; temia não suportar as torturas. Chegando ao local [em Petrópolis], uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha, cuja roupa estava marcada com as iniciais C.I.E. (Centro de Informações do Exército), onde o interrogatório continuou, sob a direção de um dos elementos que me torturara em São Paulo.

Dos cerca de 20 homens que frequentavam esse centro de torturas, Inês identificou poucos pelos nomes reais. Na maioria dos casos, em seus textos, ela os trata pelos codinomes (os oficiais eram chamados de doutor: Dr. Pepe, Dr. Carneiro etc.) ou pelos apelidos (Pardal, Camarão, Zezão etc.). Quando os mais graduados não estavam presentes, os outros aproveitavam a ocasião, segundo Inês, para realizar festinhas em que não faltava a presença de prostitutas.

Mesmo assim, ela própria não seria poupada de investidas sexuais por parte de seus algozes, conforme descreve no relatório.

A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. ‘Márcio’ (homem gordo, de cabelo encaracolado) invadia minha cela para ‘examinar’ meu ânus e verificar se ‘Camarão’ (militar cearense chamado Wantuir ou Wantuil, que teria feito parte da guarda pessoal de João Goulart, o presidente deposto em 1964) havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo ‘Márcio’ obrigou-me a segurar em seu pênis enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes por ‘Camarão’ e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades.

Nos primeiros dias de prisão, sob tortura intensa, o principal interesse dos agentes de segurança era mapear as ligações imediatas de Inês, na expectativa de prender outros militantes. Em um segundo momento, no entanto, quando sua ausência aos encontros marcados já os teria alertado sobre a prisão, isso deixou de ter tanta importância para os policiais. O que eles queriam, agora, eram informações que os ajudassem a montar o quebra-cabeça das organizações clandestinas.



Inês Etienne Romeu, de branco no centro, voltou a Petrópolis, anos depois, para identificar a Casa da Morte.

Tortura para “morrer devagar”

Até o fim de maio fiquei acamada, sem condições sequer de levantar-me, pois sentia tremendas dores. Durante esse tempo fui interrogada, mas não sofri nenhuma coação física, a não ser os pontapés dados pelo ‘Dr. César’. Queriam saber: 1. onde estava o dinheiro da organização; 2. quais os membros do ‘esquema médico’ da VPR; 3. o nome da pessoa que ficara, no dia do sequestro do embaixador suíço, encarregada de buscar o médico, caso houvesse feridos na ação; 4. quem era ‘Raquel’; 5. onde estivera escondido Carlos Lamarca, quando de seu encontro com ‘Douglas’. Maio findo, houve uma radical mudança de comportamento: passaram a achar que eu mentia sobre o que lhes havia dito e, em consequência, torturaram-me quase ininterruptamente. Quando não me submetiam a torturas físicas, destroçavam-me mentalmente. Nessa ocasião, aplicaram-me na veia uma droga qualquer, dizendo ser o soro da verdade. Senti o corpo entorpecido e não consegui manter os olhos abertos, mas a mente permanecia lúcida. (...) Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios.

O ‘Dr. Roberto’ (capitão Freddie Perdigão Pereira, lembra Inês, qualificando-o como ‘um dos mais brutais torturadores’) me disse que eles não queriam mais informação alguma; estavam praticando o mais puro sadismo, pois eu já fora condenada à morte e que ele, ‘Dr. Roberto’, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos ‘terroristas’.

Durante o tempo em que estive presa, Inês tentou suicidar-se, sem êxito, por quatro vezes. Na terceira, cortou os pulsos após ter ouvido uma conversa, durante a madrugada, na qual dois agentes de segurança tramavam a sua morte de modo que parecesse acidental. Chegou a perder muito sangue. Pouco antes de desfalecer, mudou de ideia e pediu socorro aos carcereiros. Recebeu suturas e transfusão de sangue. Salvou-se, mas teve de ouvir o seguinte comentário: “Você quase destrói um trabalho de anos”. O autor da frase foi um certo “Dr. Bruno”, um coronel gaúcho que, antes, lhe dissera ter defendido tese na Escola Superior de Guerra.

Na última tentativa de suicídio, Inês engoliu vidro moído por trituração de ampolas de injeção. Escapou uma vez mais. No entanto, ela faz questão de afirmar que não se considerava “uma suicida em potencial”. Tomara essa atitude, explica, quando teve a impressão de que não conseguiria mais suportar a violência a que estava sendo submetida.

Durante sua prisão, houve também tentativas, por parte dos agentes de segurança, de forjar uma versão diferente dos fatos para ser apresentada a um público externo que não sabia como agiam os órgãos de repressão.

[...] fui forçada a assinar papéis em branco e a escrever declarações ditadas por eles sobre a minha situação, desde o momento da minha prisão. Forçaram-me ainda a assinar um ‘contrato de trabalho’ em que me comprometia a colaborar com os órgãos de segurança em troca de minha liberdade e de dinheiro. Neste contrato constava uma cláusula segundo a

qual, se eu não cumprisse o combinado, minha irmã, Lúcia Etienne Romeu, seria presa, pois eu mesma, sua própria irmã, a acusava de estar ligada a grupos subversivos. Até isto foi feito pelos meus carcereiros; eu estava arrasada, doente, reduzida a um verme e obedecia como um autômato. [...] Obrigaram-me também a gravar um 'tape' em que me declaro agente remunerada do governo, e filmaram-me contando notas de dez cruzeiros.

Vinte quilos mais magra

Após esse período em Petrópolis, Inês foi levada para Belo Horizonte, onde moravam sua mãe e suas irmãs. Passou cinco dias na Clínica Pinel e depois foi transferida para a Casa de Saúde Santa Rita. Ela estava com 20 quilos a menos do seu peso normal e muito abalada no aspecto psíquico. Ainda assim, foi interrogada várias vezes no período de internação. "Tenho sido visitada periodicamente por agentes de segurança do Rio de Janeiro", relata Inês a seu advogado, "que se apresentam com nomes falsos, porém com conhecimento e autorização do comandante da ID-4, general Everaldo José da Silva, que insistem para que eu me torne uma colaboracionista, em troca de minha liberdade, por dinheiro e com ameaças sobre meus familiares".

Nessa mesma carta, Inês tenta precaver-se contra possíveis versões que, porventura, viessem a ser forjadas, como era comum na época, caso ela fosse assassinada pelos agentes de segurança do regime militar. Declarava expressamente que não pretendia suicidar-se nem tentar fugir. E garantia não haver motivos para supor-se que ela pudesse ser 'justiçada' por militantes de quaisquer organizações políticas, uma vez que não havia denunciado ninguém.

No trecho final da carta de Inês ao advogado Moraes Rego, três parágrafos começam com a mesma expressão: "Se eu morrer". O tom do texto é de despedida. O penúltimo parágrafo diz: "Se eu morrer, quero que todas as circunstâncias de minha morte sejam esclarecidas, ainda que demande tempo, trabalho e sacrifício, menos em minha memória, mais em nome da honra do País em que nasci, muito pela decência de minha pátria e de meus compatriotas".

Inês não morreu. Foi um dos poucos que conseguiram sobreviver à Casa da Morte, em Petrópolis. Mas, desde aquela manhã de outono, na avenida Santo Amaro, quando viu de repente se acercarem os homens do delegado Fleury, esteve, por diversas vezes, muito perto de morrer.

9

“O direito ao luto é um direito humano fundamental e inclusive sagrado em muitas culturas. Sua negação implica submeter familiares a uma contínua tortura psicológica.

O direito à verdade traduz o anseio civilizatório do conhecimento de graves fatos históricos atentatórios aos Direitos Humanos, a servir a um duplo propósito: assegurar o direito à memória das vítimas e confiar às gerações futuras a responsabilidade de prevenir a ocorrência de tais práticas. É fundamental respeitar e garantir o direito à verdade para o fim da impunidade e para a proteção dos Direitos Humanos.

Há que se avaliar detidamente até que ponto a documentação classificada como “ultrassecreta” está destinada à proteção dos interesses legítimos próprios de um Estado Democrático e não a ocultar a ação clandestina ilegal do Estado em tempos de arbítrio, de forma a perpetuar a impunidade.”

Flávia Piovesan

Cemitérios e valas clandestinas

Em 4 de setembro de 1990, a notícia da abertura de uma vala clandestina atraiu a atenção da imprensa para o cemitério Dom Bosco, em Perus, na Zona Oeste de São Paulo, conforme descrito no capítulo 7. O assunto foi destaque nos dias seguintes em todo o País, dando conta de que entre as ossadas estariam os restos mortais de vários militantes políticos presos durante o regime militar e cujo paradeiro era considerado desconhecido até então.

O uso do cemitério de Perus para esconder os corpos de opositores eliminados e a existência da vala já eram de conhecimento da Comissão de Familiares de Presos Políticos desde 1978, relata Criméia de Almeida, membro da comissão. No entanto, não existiam condições para se investigar o assunto na época, nem de tratar juridicamente a questão, disse a ativista. “Apenas no governo de Luiza Erundina a comissão sentiu que poderia ter o apoio necessário.”

A confirmação da existência da vala foi realizada acidentalmente pelo jornalista Caco Barcellos, da TV Globo. Na época, ele estava mergulhado em uma pesquisa pessoal sobre o aumento da violência policial a partir dos anos 1970 e concentrou suas buscas nos registros do Instituto Médico Legal (IML) e do Serviço Funerário da capital. No cruzamento das informações, se deparou com indícios de sepultamento de corpos de militantes políticos até então dados como desaparecidos.

A descoberta no IML de fotos de mortos com uma letra T (de terrorista, indicação de que era um preso político) trouxe à tona o que os órgãos de repressão tentaram cuidadosamente

esconder – o modo como se apagavam os vestígios da passagem dos militantes pelos centros de tortura e assassinato. Ele continuou a pesquisa com o apoio de familiares dos desaparecidos, agora com a finalidade de produzir um Globo Repórter¹. O jornalista relata como a informação chegou até ele².

Nesse processo da pesquisa, eu visitava com frequência o cemitério de Perus. Certo dia, fazendo outra reportagem, (...) cruzei com o administrador do cemitério (...) Ele contou-me que havia sido testemunha da abertura de uma grande vala nos anos 1970, onde teria sido colocada uma quantidade muito grande de ossadas. Ele calculava alguma coisa por volta de 1.500 ossadas. Isso teria sido feito por parte dos homens da repressão política daqueles anos (...) Ele me disse, também, que havia falado sobre isso para vários diretores do Serviço Funerário, e estranhava nunca terem tomado nenhum tipo de providência.

Faltava descobrir onde os corpos estavam enterrados. Depois de comprovar que se tratava de uma vala clandestina, Caco Barcellos continuou a cruzar as informações dos livros de registro de entrada do cemitério com os arquivos sobre desaparecidos. Com a ajuda de Suzana Lisboa, integrante da Comissão de Familiares, chegou à certeza de que pelo menos três dezenas de corpos haviam sido encaminhadas para o cemitério de Perus e que ao menos seis dos militantes desaparecidos estavam enterrados na vala.

Percebemos que havia absoluta coincidência entre as informações do IML e as do livro de registro de entrada do cemitério Dom Bosco. Nas fichas (do IML) há a data de saída, nome do legista e com essas informações fomos consultar o livro do cemitério e lá constavam as mesmas datas de entrada. Tentamos reproduzir qual era o caminho que faziam os órgãos de repressão da época, como levavam os corpos das pessoas mortas etc. Eles saíam do IML e iam diretamente para o cemitério (...). Como os horários são muito próximos, podemos supor que eles não passavam em outro lugar³.

A descoberta maior, no entanto, era que a criação de valas clandestinas e o uso de valas comuns, como procedimento para esconder os corpos de presos políticos entre ossadas anônimas, havia se repetido em outros cemitérios de São Paulo, como o de Vila Formosa e Campo Grande, e em outros lugares do País, como no Rio de Janeiro e em Recife. A vala de



Luiz Eurico Tejera Lisboa havia sido sepultado com nome falso no cemitério Dom Bosco.

¹ O documentário produzido para o Globo Repórter foi adiado e só levado ao ar cinco anos depois, em 1995, durante os debates sobre a Lei dos Desaparecidos.

² Caco Barcellos. *Relato publicado no livro Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?*, organizado por Janaina Teles – Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

³ Caco Barcellos, *idem*.

Perus foi aberta em setembro de 1990. Em outubro, teve início a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo, que investigou exaustivamente durante oito meses o que havia acontecido no período de 1970 a 1975.

Aproveitando a oportunidade proporcionada pelo governo de Luiza Erundina (1989-1992), a apuração dos parlamentares se estendeu a outros cemitérios de São Paulo e cidades vizinhas, estimulando iniciativas semelhantes em outros estados. Para analisar as ossadas encontradas, a Prefeitura de São Paulo firmou um convênio com o Departamento de Medicina Legal da Unicamp. No entanto, o processo de identificação dos restos mortais foi afetado pela posse, em 1993, de Paulo Maluf para mais um mandato como prefeito. Foi no mandato anterior do político que ocorreu a construção do cemitério de Perus, em 1971.

Os mortos anônimos

A partir do levantamento realizado pelos familiares de mortos e desaparecidos, registrado no livro *Direito à Memória e à Verdade*⁴, e das investigações da CPI, chegou-se a uma lista de cemitérios utilizados pelo esquema de repressão com a ajuda dos IML e dos serviços funerários.

Cemitérios localizados no Estado de São Paulo

Cemitério Dom Bosco e vala clandestina, em Perus, bairro na Zona Oeste de São Paulo – Construído pela prefeitura de São Paulo em 1971, na gestão de Paulo Maluf, por solicitação da direção do IML para receber corpos de indigentes. A obra foi executada sob responsabilidade do então diretor do Departamento de Cemitérios (Cemit), Fábio Pereira Bueno. As investigações da CPI concluíram que o cemitério foi planejado especialmente para camuflar o sepultamento de vítimas do regime militar. O projeto original previa a instalação de um crematório, cujas especificações fora do padrão causaram suspeitas na empresa contratada para construí-lo, que se retirou do projeto. O projeto foi cancelado.

Em 1975, foi realizada, sem os cuidados obrigatórios, uma exumação em massa de parte das ossadas existentes no cemitério. Amontoadas em uma vala comum, avaliada como clandestina pelos membros da CPI por ter sido feita sem comunicação oficial e por não haver registro de cada ossada transferida, apresentam enorme dificuldade de identificação. A tentativa de criar obstáculos para a localização dos restos mortais dos militantes foi completada com a alteração do mapa das covas do cemitério sem o devido registro. A conclusão de que havia militantes enterrados no local só foi possível pelo cruzamento de informações dos livros do cemitério com documentos do IML⁵.

⁴ Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, *Direito à Memória e à Verdade*, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

⁵ Ministério Público Federal, Relatório Sobre os Trabalhos de Localização e Identificação de Despojos de Desaparecidos Políticos nos Cemitérios de Perus e Vila Formosa, setembro de 2010.



Em 1990, a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, reuniu-se com uma comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos que reivindicavam a abertura da vala do cemitério de Perus para localizar os restos mortais de seus parentes.

Graças à pressão exercida pela CPI, cada uma das 1.049 ossadas retiradas da vala foi fichada, filmada e fotografada antes de ser transferida para o Departamento Médico Legal da Unicamp, sob a responsabilidade do médico legista Fortunato Badan Palhares. Depois de duas décadas de abandono, as ossadas foram guardadas no columbário do Cemitério do Araçá, em São Paulo, em maio de 2001, à espera ainda hoje de análise técnica.

No local da vala foi erguido um memorial de autoria do arquiteto Ricardo Othake, inaugurado em 26 de agosto de 1993.

A CPI encontrou registros de 28 corpos encaminhados pelo IML para o cemitério Dom Bosco. Antes da descoberta da vala de Perus, haviam sido encontrados, naquele cemitério, pelos familiares: os irmãos Iuri e Alex de Paula Xavier Pereira; Hécio Pereira Fortes; José Roberto Arantes de Almeida; Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter; José Julio de Araújo; Alexandre Vannucchi Leme; Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar; e Carlos Nicolau Danielli.

Entre os militantes localizados a partir de 1990 pelos registros do cemitério, apenas dois tiveram os trabalhos de identificação concluídos pela equipe da Unicamp: Frederico Eduardo Mayr e Dênis Casemiro.

Mais nove foram posteriormente identificados por iniciativa de familiares: Flávio Carvalho Molina; Helber José Gomes Goulart; Antônio Carlos Bicalho Lana; Sônia Maria de Moraes Angel Jones; Luiz José da Cunha; Joaquim Alencar de Seixas; Luiz Eurico Tejera Lisboa; Gelson Reicher; Antônio Benetazzo. Por solicitação do Ministério Público Federal, foram exumados e identificados em 2008 os restos mortais de Miguel Sabat Nuet.

Ainda estão à espera de identificação: Hiroaki Torigoe; Dimas Antônio Casemiro; Aylton Adalberto Mortati; Luiz Hirata; Francisco José de Oliveira; José Milton Barbosa; e Grenaldo Jesus da Silva.

Cemitério de Vila Formosa, bairro na Zona Leste de São Paulo – Considerado o maior cemitério da América Latina, foi inaugurado em 1949 e ocupa uma área de 763 mil metros quadrados, equivalente a mais de 70 campos de futebol. As características deste cemitério favoreciam a intenção das forças de repressão de ocultar os corpos de militantes mortos pela ditadura. No local, ainda hoje há um número elevado de sepultamentos sem jazigo definitivo. Isto significa que pessoas classificadas como indigentes são mantidas enterradas por três anos. Pessoas identificadas são mantidas por até seis. Passados estes prazos, os restos mortais são transferidos para um ossário ou simplesmente se faz um novo sepultamento por cima⁶.

Até a construção do cemitério de Perus, os cadáveres dos militantes políticos eram enterrados em Vila Formosa. No mesmo período em que ocorreram a exumação em massa em Perus e a posterior abertura da vala clandestina, as investigações da CPI verificaram que houve “a desfiguração da quadra de indigentes no cemitério de Vila Formosa, em 1975”⁷, à mesma época em que ocorria um processo semelhante no cemitério Dom Bosco, indicação de uma ação coordenada, planejada para promover a ocultação dos corpos. A ocorrência é descrita em relatório do Ministério Público Federal⁸:

Tais alterações foram realizadas sem qualquer projeto formal, registro ou cautela em preservar a possibilidade de futura localização de sepulturas. Ruas foram alargadas e árvores plantadas, invadindo as áreas reservadas às sepulturas. (...) a área em que está situada a antiga quadra 11, que acabou ficando conhecida como a quadra dos “terroristas”, foi descaracterizada com a alteração das ruas que demarcavam as quadras, mudança de traçado,(...), inviabilizando a localização de corpos ali enterrados no passado.

⁶ Informações retiradas da reportagem de João Peres reproduzida no site <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/ditadura-familiares-esperam-resgate-de-ossos-em-vila-formosa>.

⁷ Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo. Relatório sobre a Vala de Perus, 1991.

⁸ Ministério Público Federal, idem

Foi também criada uma vala ou ossário clandestino naquele cemitério, visto que não há registro nos livros próprios, e utilizado em meados da década de 1970, o qual pode ter recebido as ossadas exumadas por ocasião das alterações acima mencionadas.

Conforme apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito, entre os militantes enterrados em Vila Formosa, foram identificados e entregues para suas famílias: Carlos Marighella, José Idésio Brianezi e Yoshitane Fujimori. Ainda não se sabe a localização exata da sepultura dos seguintes ativistas desaparecidos: Virgílio Gomes da Silva; José Maria Ferreira de Araújo; Antônio dos Três Reis Oliveira; Alceri Maria Gomes da Silva; Sérgio Roberto Corrêa; Joelson Crispim; Edson Neves Quaresma; Roberto Macarini; Devanir José de Carvalho; e Antônio Raimundo de Lucena.

Cemitério de Campo Grande, bairro Jardim Marajoara, na zona sul de São Paulo – Neste local, dois ativistas foram enterrados como indigentes. Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura tiveram seus corpos exumados e entregues às suas famílias.

Cemitério de Areia Branca, em Santos, São Paulo – O corpo de Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri, foi abandonado neste local e mais tarde entregue à família.

Cemitério de Parelheiros, município na zona sul da Grande São Paulo – Há indícios, ainda sem comprovação, de que foi utilizado para a ocultação de vítimas da ditadura, suspeita reforçada pela descoberta de um poço usado como ossário clandestino, com restos mortais não identificados. Ao final de 2010, foram realizadas duas expedições da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em conjunto com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. A análise pericial com radar de solo confirmou a existência do poço sob o prédio da administração. Na apuração, será verificado se há relação do cemitério com a Fazenda 31 de Março, centro clandestino de tortura localizado na mesma região.

Cemitérios localizados no Estado do Rio de Janeiro

Cemitério de Ricardo Albuquerque, bairro na zona norte do Rio de Janeiro – Em processo semelhante ao ocorrido nos cemitérios de Perus e Vila Formosa, os restos mortais de pessoas sepultadas como indigentes entre 1971 e início de 1974 foram transferidos de um ossário geral para uma vala clandestina no início da década de 1980. Entre eles, estavam os corpos de 14 militantes desaparecidos nos porões da ditadura. Nenhum foi recuperado pelas famílias.

Em setembro de 1991, a seção do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro iniciou o trabalho de exumar as 2.100 ossadas da vala, com o apoio de uma equipe formada por dois médicos legistas, uma arqueóloga e uma antropóloga. O grupo recebeu treinamento técnico da Equipe Argentina de Antropologia Forense, que também colaborava com as buscas de desaparecidos na guerrilha do Araguaia e em outros locais, para fazer a catalogação dos ossos.

No entanto, o trabalho se mostrou inviável na ocasião pela negligência com que foram tratadas as ossadas. Misturados sem nenhum cuidado, os 430 mil ossos que se estimava estarem dentro da vala não estavam separados em esqueletos completos. A equipe separou vários crânios e outros ossos para iniciar os trabalhos de análise, em um total de 17 sacos plásticos, mas precisou desistir da tarefa em março de 1993 pela falta de financiamento e de pessoal. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso, à espera de que surjam condições técnicas para a identificação. A vala deste cemitério permanece resguardada.

Entre os militantes enterrados em Ricardo Albuquerque, estariam: Ramires Maranhão do Valle; Vitorino Alves Moitinho; José Bartolomeu Rodrigues de Souza; José Silton Pinheiro; Ranússia Alves Rodrigues; Almir Custódio de Lima; Getúlio de Oliveira Cabral; José Gomes Teixeira; José Raimundo da Costa; Lourdes Maria Wanderley Pontes; Wilton Ferreira; Mário de Souza Prata; Luiz Ghilardini; e Merival Araújo.

Cemitério de Santa Cruz, bairro na zona oeste do Rio de Janeiro – O corpo de Roberto Cietto foi encaminhado a este cemitério após a necropsia e enterrado como indigente em 1969.

Cemitério São Francisco Xavier, no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro – Também conhecido como cemitério do Caju, um dos maiores do País. Conforme documento da Santa Casa de Misericórdia, o corpo do militante Eremias Delizoicov deu entrada no IML do Rio sem identificação e foi enterrado neste cemitério.

Cemitério de Inhaúma, bairro na zona norte do Rio de Janeiro – Uma das versões sobre o desaparecimento de Stuart Edgar Angel Jones indica que teria sido enterrado como indigente, com o nome trocado, nesse cemitério.

Cemitério de Caucaia, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro – No atestado de óbito de Severino Viana Colou há um registro de que estaria sepultado como indigente nesse cemitério.

Cemitério de Petrópolis e Cemitério de Itaipava – Os livros de registros de óbitos desses dois cemitérios indicam o sepultamento de pelo menos 19 corpos indicados como indigentes ou com nomes aparentemente falsos, no mesmo período em que opositores políticos desapareceram após passarem pela “casa da morte”, de Petrópolis, um aparelho clandestino do Centro de Informações do Exército (CIE), usado para prisão e tortura.

Cemitérios localizados no Estado de Pernambuco

Cemitério de Santo Amaro, em Recife – Guarda os despojos de um dos mortos na Chacina da Chácara São Bento, operação conduzida em 1973 pelo delegado da polícia paulista Sérgio Paranhos Fleury. O corpo de Jarbas Pereira Marques foi enterrado clandestinamente em uma vala comum. Também Odijas Carvalho de Souza foi enterrado neste local, em 1971, com nome adulterado.

Cemitério da Várzea, em Recife – Os corpos de três das vítimas da Chacina da Chácara São Bento foram encaminhados para este cemitério: Pauline Reichstul, exumada ainda em 1973 pela família; José Manoel da Silva, resgatado pela esposa pouco antes de ser transferido para a vala comum; e Soledad Barret Viedma, ainda desaparecida.

Cemitério Dom Bosco, de Caruaru, município de Pernambuco – Foram enterrados Miriam Lopes Verbena e Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides. Consta que, dois anos após o enterro, as ossadas foram recolhidas e encontram-se desaparecidas desde então.

Cemitérios localizados no Estado do Paraná

Parque Nacional do Iguaçu, oeste do Paraná – Possível local de sepultamento do grupo de seis militantes liderado por Onofre Pinto e mortos em emboscada no Parque Nacional do Iguaçu, em 1974. As buscas, realizadas em 2004 com o apoio técnico da Equipe Argentina de Antropologia Forense, não tiveram sucesso. Outra versão informa que agentes do CIE atraíram para a cilada e fuzilaram os militantes que, depois de executados, teriam sido enterrados em uma cova dentro do Parque pelo pelotão de fuzilamento. Três novas expedições realizadas ao longo de 2010 ao local, orientadas por relatos anônimos, novamente não tiveram êxito na localização dos restos mortais. Foram mortos nesta armadilha: José Lavecchia; Vitor Carlos Ramos; Daniel José de Carvalho; Enrique Ernesto Ruggia; e Joel José de Carvalho. O militante Onofre Pinto foi morto pouco tempo depois e deixado em lugar ignorado.

Cemitérios localizados à época no Estado de Goiás, hoje Tocantins

Cemitério de Natividade, Tocantins – Na cidade, foi preso e morto o militante político Ruy Carlos Vieira Berbert, em 1972. Ele se encontrava na região com a missão de instalar bases de guerrilha em áreas rurais do País. O corpo, enterrado com nome falso, não foi encontrado nas buscas realizadas pela equipe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp no cemitério local, no início dos anos 1990.

Cemitério de Guaraí, Tocantins – No município isolado no interior do Estado de Goiás, atualmente pertencente a Tocantins, está enterrado Jeová Assis Gomes. Assim como Berbert, se encontrava na região para preparar bases de guerrilha. Em 2005, a tentativa feita pela CEMDP de localizar os restos mortais do militante não deu resultado.

Cemitério de Paraíso do Tocantins, antigo Paraíso do Norte de Goiás – Enviado à região no interior rural de Goiás, hoje Tocantins, o militante Arno Preis foi morto em 1972, nas mesmas circunstâncias que Ruy Berbert e Jeová Gomes. Os restos mortais foram localizados em 1993 e entregues à família.

Fazenda Rio Doce, Rio Verde, Goiás – Os corpos de dois militantes, Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, foram enterrados dentro da fazenda, após serem apanhados e mortos em uma ação conjunta das forças de segurança. Localizados em 1980 pelo Comitê Brasileiro de Anistia, os restos mortais desapareceram durante as buscas realizadas por uma comitiva enviada pelo CBA. Desde então, não se teve mais notícias sobre os corpos.

Cemitério localizado em Minas Gerais

Cemitério Municipal de Juiz de Fora, Minas Gerais – Possível local de sepultamento de Milton Soares de Castro, enterrado como indigente. Uma reportagem de 2002 informa que a entrada do corpo do militante, que atuou na guerrilha na Serra do Caparaó, em Minas, está registrada nos livros deste cemitério. A família optou por não fazer a exumação dos restos mortais e ele ainda é considerado desaparecido.

No Araguaia

As referências aos locais onde podem ter sido enterrados os desaparecidos do Araguaia têm um alto grau de imprecisão. Mesmo aqueles locais que se sabe, sem sombra de dúvida, que foram utilizados como pontos de instalações militares, como

bases ou acampamentos, tornaram-se indefinidos quando a questão é a presença de corpos enterrados.

O único local sobre o qual se tem certeza que foi utilizado para que fossem enterrados os mortos no Araguaia é o cemitério da cidade de Xambioá, Tocantins, onde já foram encontrados os únicos desaparecidos da guerrilha identificados até hoje, Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias.

No caso da reserva indígena Sororó, dos índios suruí, foram encontrados, em 1996, resíduos de restos mortais em avançado estado de degradação, o que impede até hoje a realização de exames para identificação. No entanto, os indícios de que esses resíduos seriam sobras de um processo de limpeza da área levantam fortes suspeitas de que a reserva tenha sido utilizada como cemitério clandestino.

Os demais locais, como fazendas e locais de possível conflito, são meras suspeitas, e os trabalhos do Grupo de Trabalho Tocantins (ver página 149) em andamento na região até hoje não encontraram indícios sequer de que tenha havido inumações com limpeza posterior: ou seja, até agora, nenhum dos vários outros locais suspeitos se confirmou como contendo sepulturas clandestinas, à exceção do material encontrado no Tabocão em março de 2010.

Existem muitos relatos dos moradores da região com referências sobre onde poderiam estar enterrados guerrilheiros, mas não raro os relatos são divergentes ou conflitantes. Um mesmo guerrilheiro pode ter indicações em vários lugares, o que aumenta a complexidade das buscas. Ainda existe a dificuldade que consiste no fato de que os nomes variam ao longo do tempo, e nem sempre são nomes formais, o que requer sempre a obtenção de orientações com a população.

10

“A procura pelos desaparecidos deve continuar, é uma obrigação do Estado. Eu coloquei isto na Lei dos Mortos e Desaparecidos. Tendo informações fidedignas, o Estado precisa investigar para encontrar os restos mortais dos militantes políticos, especialmente na região do Araguaia.

A Comissão Nacional da Verdade é um instrumento válido para levantar documentos e informações e tem que ser aprovada pelo novo Congresso. O problema da história que se passou é importante, é obrigação dos historiadores saber como a história foi vivida. Existindo os arquivos, não há porque mantê-los fechados. Há um trabalho técnico a ser feito pelos historiadores, mas, na minha opinião, sem qualquer intuito de ajuste de contas ou revanchismo.”

José Gregori

Os 15 anos da comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos

A Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, foi o resultado da pressão exercida por militantes dos Direitos Humanos, ex-presos políticos, exilados, cassados e familiares de mortos e desaparecidos, sobre o novo governo que acabara de assumir o poder. Esses setores da sociedade haviam participado, por meio do Movimento Feminino pela Anistia e dos Comitês Brasileiros de Anistia, da ampla mobilização social que, em agosto de 1979, havia conquistado a anistia, em que pesem suas limitações e seus problemas. Nos anos seguintes, continuaram a alimentar iniciativas em favor do direito à memória e à verdade, que acabaram por desencadear a aprovação da Lei nº 9.140/1995.

Essa lei representou o reconhecimento, pelo Estado, de que estavam mortas “pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979”. Tal período seria depois estendido até 5 de outubro de 1988, pela Lei nº 10.536, de 2002. No Anexo I da lei foram relacionados os nomes de 136 pessoas desaparecidas constantes de um dossiê organizado por familiares e militantes dos Direitos Humanos ao longo de 25 anos de buscas.¹

A Lei nº 9.140 também criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) com a atribuição de proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas não relacionadas no Anexo I que, por participação em atividades políticas, dentro do período referido, tenham falecido por causas não naturais em dependências policiais ou assemelhadas. À CEMDP caberia ainda envidar esforços para localizar os corpos das

¹ Posteriormente, um nome foi retirado, por se ter comprovado a morte por causas naturais.

pessoas desaparecidas e emitir parecer sobre os requerimentos relativos à indenização, formulados por seus familiares.

As informações sobre as mortes e desaparecimentos que fundamentaram os processos foram levantadas com base em depoimentos de ex-presos políticos, de agentes do Estado e pessoas envolvidas no processo de repressão. Também foram analisadas reportagens da imprensa e documentos encontrados em arquivos públicos.

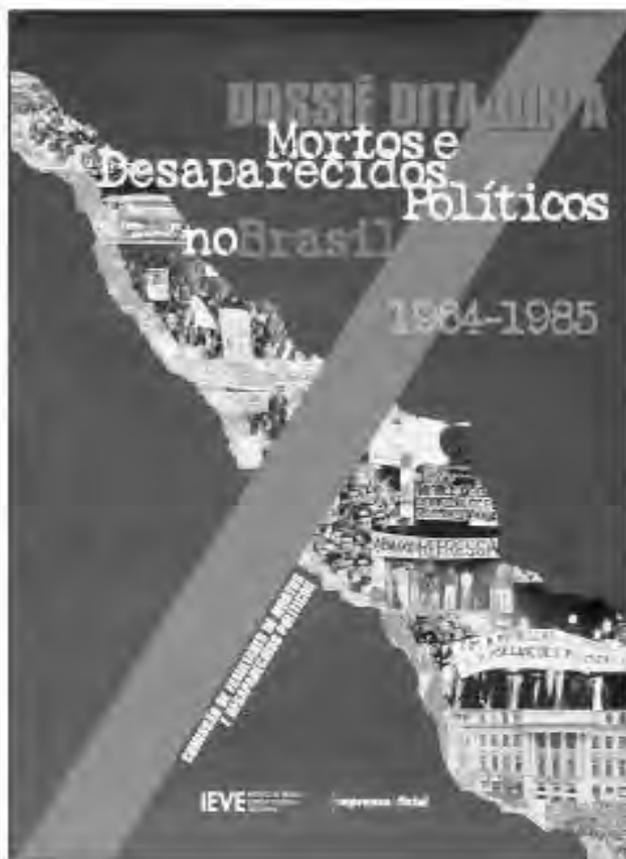
O dossiê preparado ao longo dos anos pela Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (ver capítulo 5), foi a base inicial para o exame da Comissão Especial. Esta providenciou a tomada de depoimentos que corroborassem as denúncias, a apresentação de documentos e a realização de perícias científicas para chegar à versão definitiva dos fatos.

Funcionamento

Segundo a lei, a CEMDP é composta de sete integrantes: um deputado da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, uma pessoa ligada aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, um representante das Forças Armadas, um membro do Ministério Público Federal e outras três pessoas livremente escolhidas pelo Presidente da República.

Essa composição sofreu algumas alterações ao longo dos seus 15 anos de existência. A partir de 2004, foi formalizado pela Lei nº 10.875/2004 que o lugar do representante das Forças Armadas passaria a ser de um representante do Ministério da Defesa. A partir de 2003, a CEMDP passou a funcionar junto à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, não mais relacionada ao Ministério da Justiça, transição também formalizada na Lei nº 10.875/2004.

Os trabalhos da CEMDP tiveram início no dia 8 de janeiro de 1996, sob a presidência de Miguel Reale Júnior. No início, a CEMDP atuou bastante pressionada pelo prazo exíguo e pelo surgimento de muitos casos novos devido à divulgação pela mídia. Também enfrentou



O livro Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil - 1964-1985, foi produzido por iniciativa da Comissão de Familiares e Desaparecidos Políticos e publicado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em 2009.

dificuldades para ter acesso a documentos que comprovassem que o Estado era responsável pelas mortes² – houve resistência de alguns setores oficiais em fornecer informações.

Foram realizadas buscas nos arquivos estaduais já abertos, nos livros dos cemitérios e nos registros municipais, além de levantados testemunhos de sobreviventes. Todos esses materiais foram usados para reconstruir o histórico das mortes. Também foram feitas pesquisas na documentação do Superior Tribunal Militar, relativa aos processos formados na Justiça Militar, onde foram encontrados dados importantes. Foram analisados ainda documentos nos arquivos do DOPS de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de fotos de cadáveres coletadas no Instituto Médico Legal (IML), fundamentais para que médicos legistas emitissem laudos comprovando as marcas de tortura.

Cada processo concluído era apresentado pelo membro relator aos demais integrantes da CEMDP e, depois de debatido, decidido por votação. Por determinação da lei, as indenizações não ocorriam automaticamente, os familiares precisavam solicitá-las mediante requerimento.

Nos primeiros onze anos de atividade, a CEMDP analisou 475 casos. Nesse período, se dedicou à análise, investigação e julgamento dos processos relativos aos 339 casos de mortos e desaparecidos apresentados para sua decisão, que se somaram aos outros 135 nomes já reconhecidos no próprio Anexo da Lei nº 9.140/95.

Ao final dos trabalhos, a CEMDP, além dos 135 nomes do Anexo I da lei, aprovou 221 casos e indeferiu 118. As indenizações não obedeceram a um cronograma preestabelecido. O critério único de cálculo foi o da expectativa de vida de cada um dos mortos ou desaparecidos. O piso foi fixado em R\$ 100 mil, e a maior indenização paga – R\$ 152.250,00 – foi para os familiares de Nilda Carvalho Cunha. O primeiro pagamento, feito em maio de 1996, beneficiou a gaúcha Ermelinda Mazafarro Bronca, mãe de José Huberto Bronca, desaparecido no Araguaia. Com quase 90 anos, ela era a mais velha entre os familiares. No ano seguinte, Ermelinda ofereceria parte do dinheiro da indenização para financiar a busca dos corpos na cidade de Xambioá, no estado de Tocantins.

A comissão conseguiu concluir o exame de quase todos os casos apresentados e conceder indenizações aos familiares das vítimas, oficializando o resgate de um período fundamental da história do país. Todas as informações levantadas foram consolidadas no livro *Direito à Memória e à Verdade*, publicado em 2007.

² *Direito à Memória e à Verdade* – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007, p. 39.

Polêmicas e resultados

Disputas e discussões foram uma constante na história da comissão. Os familiares dos mortos e desaparecidos que participavam da CEMDP reagiram à indicação do general Oswaldo Pereira Gomes como representante das Forças Armadas, em razão de ele ter sido citado como participante dos aparelhos de repressão no livro *Brasil: Nunca Mais*, sobre os crimes cometidos durante a ditadura militar. Além de defender a concessão de indenizações também às famílias de militares e civis mortos na defesa do regime, o general não concordou com o reconhecimento das mortes e com a indenização às famílias de Zuzu Angel, Carlos Marighella e Carlos Lamarca, o que provocou algumas das mais intensas discussões na CEMDP. Um dos pontos mais polêmicos dizia respeito ao conceito de “dependências policiais assemelhadas” constante da lei. Alguns integrantes da comissão não reconheciam que as mortes dessas três pessoas, ocorridas em locais públicos, se enquadravam nesse caso. No entanto, a maioria acabou por considerar que o conceito era válido, considerando que eles foram mortos por motivação política, quando estavam sob custódia de agentes do Estado. Em 2004, esses critérios foram esclarecidos na Lei nº 10.875.

A continuação das buscas

De 2007 até o final de 2010, a CEMDP tem se dedicado a sistematizar informações e realizar buscas sobre a possível localização de covas clandestinas nas grandes cidades e em locais prováveis de sepultamento de militantes na área rural. A comissão também tem reestudado casos e apoiado a multiplicação de homenagens e memoriais que resgatam a história dos que foram mortos na luta contra a ditadura. Outro procedimento, iniciado em setembro de 2006, foi a coleta de amostras de sangue dos parentes consanguíneos dos desaparecidos ou dos mortos cujos corpos não foram entregues aos familiares. O objetivo é constituir um banco de DNA, com dados de perfis genéticos, que possibilite a comparação



O livro Direito à Memória e à Verdade, de 2007, lançado num ato público presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, representou novo passo oficial de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro na eliminação dos opositores ao regime ditatorial.

e identificação científica dos restos mortais que ainda venham a ser localizados, bem como de ossadas já encontradas.

Em 2010, a CEMDP participou, por meio de seu presidente, e indicou representante da sociedade civil, do Grupo de Trabalho que elaborou o anteprojeto de lei propondo a Comissão Nacional da Verdade, que será responsável por esclarecer – inclusive quanto a autoria – casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres ocorridos no Brasil entre 1964 e 1988. Essa, aliás, era uma crítica que os familiares dos desaparecidos faziam à Lei nº 9.140/95: ela não permitia a investigação das circunstâncias em que ocorreram as violações de Direitos Humanos contra os presos políticos, conforme aponta Glenda Mezarobba no livro *Um Acerto de Contas com o Futuro*.

O anteprojeto foi enviado ao Congresso Nacional pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 13 de maio de 2010, e já se iniciou tramitação rotineira como Projeto de Lei nº 7.376/2010.

A comissão interministerial

Em 2003, a União recorreu da sentença expedida pela juíza Solange Salgado, da 1ª Vara da Justiça Federal, que havia determinado a abertura dos arquivos militares e a pronta localização dos desaparecidos no Araguaia. No entanto, foi criada, no mesmo ano, pelo Decreto nº 4850/2003, comissão interministerial com a finalidade de obter informações que levassem à localização dos restos mortais de participantes do Araguaia. A comissão era composta pelos ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, da Defesa, José Viegas, e da Casa Civil, José Dirceu, além do advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, e do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda. O trabalho foi assistido pelos comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Segundo o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*³, parte dos integrantes da CEMDP considerou a formação da comissão interministerial uma tentativa de esvaziar seu trabalho. Contudo, em março de 2007, o relatório final dessa outra comissão recomendou ao Presidente da República que determinasse aos chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica fornecerem todas as informações requeridas pela Justiça Federal. Propôs também a abertura imediata dos arquivos relacionados com as operações militares no Araguaia, sugeriu mudanças na lei sobre arquivos, reafirmou o compromisso do governo federal com a busca dos corpos e se comprometeu a coordenar novas diligências na região,

³ *Direito à Memória e à Verdade* – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007, p. 44.

a partir das informações que deveriam ser fornecidas pelas três Armas. Como conclusão, recomendava a manutenção de um canal permanente de cooperação e troca de dados entre o Ministério da Defesa e a CEMDP, reiterando que a esta cabia a responsabilidade de coordenar os esforços para localizar os restos mortais e restituí-los às respectivas famílias.

Em dezembro de 2005, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou a transferência da documentação relativa ao período da ditadura militar que estava em poder da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para o Arquivo Nacional, subordinado à sua pasta. O material pertencia ao Serviço Nacional de Informações (SNI), ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e à Comissão Geral de Investigações (CGI), compreendendo o período de 1964 a 1990. Foram transportados 13 arquivos de aço com fotos, cartazes, filmes, livros, panfletos e revistas, além de 220 mil microfichas e 1.259 caixas-arquivo.⁴

Os arquivos foram abertos, permanecendo invioláveis tão somente informações sobre a honra, a imagem, a intimidade e a vida privada dos cidadãos, por força de determinação constitucional e legal. Os arquivos datados até 1975 tiveram seu sigilo expirado e tornaram-se disponíveis para pessoas diretamente interessadas – que tenham os nomes neles citados – ou seus cônjuges, ascendentes ou descendentes. Durante o ano de 2006, a então ministra Dilma Rousseff coordenou outras iniciativas da chamada desclassificação de arquivos, que resultaram na transferência ao Arquivo Nacional dos documentos pertencentes à Inteligência da Polícia Federal, bem como de algumas Divisões de Segurança Interna (DSI) dos ministérios.

Em julho de 2010, a CEMDP, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, assinou um acordo de cooperação técnica com o Departamento de Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, para continuar os trabalhos de localização e identificação dos desaparecidos. O objetivo é, por meio de trabalho conjunto, promover novas investigações em cemitérios e outras localidades e análises de restos mortais já encontrados, como os do cemitério Dom Bosco, em Perus, no município de São Paulo. Sobre os resultados mais recentes dessas ações, ver Capítulo 12.

⁴ *Direito à Memória e à Verdade* – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007, p. 44.

11

“Ainda bem que tivemos guerrilheiros, precisa se escrever isso! Foi uma das manifestações de quem resistiu. Houve outras, dignas também, mas essa foi uma manifestação de quem resistiu à ditadura. Ainda hoje se esquecem de que esses rapazes, se caíssem nas mãos da ditadura, seriam torturados e talvez morressem debaixo de tortura, como tantos morreram.

São guerrilheiros, são resistentes, e não terroristas. Na Itália eles são chamados de partigiani, na França são chamados de maquis. Foi gente que resistiu! Os maquis contra os alemães, os italianos contra o Mussolini... São ações legítimas, mais que compreensíveis, resistindo a situações nas quais estão sendo espezinhados, humilhados e vilipendiados diariamente.

Aqui no Brasil essa história não foi contada ainda. Isso é realmente uma coisa incrível, dolorosa.

É óbvio que tem que se apurar o que aconteceu com os desaparecidos. Isso valeria até mesmo se não fosse uma ditadura. Mas, no caso da nossa ditadura, hoje em dia sabemos até quem os fez desaparecer. Isso é meio caminho andado. Já sabemos quem cuidou muito fervorosamente de fazê-los desaparecer. Então vamos atrás desse passado, isso é de uma importância fundamental em prol da memória. As famílias têm total direito de saber o destino de quem fazia parte da família – filho, neto, sobrinho, pai, mãe, avô. Isso é do Direito, uma coisa juridicamente assentada. Não há como admitir que essas famílias não tenham conhecimento do destino sofrido pelos seus.”

Mino Carta

Araguaia: as dificuldades para encontrar

Os familiares dos desaparecidos políticos estiveram continuamente procurando por seus parentes desde o momento em que perderam contato com eles, na década de 1970. Reuniram um valioso conjunto de informações que fundamentou a criação da Lei 9.140, de 1995, em que o Estado reconheceu que as mortes dessas pessoas se deram em razão de participação em atividades políticas. A partir de 1996, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, representando o Estado brasileiro, vem procurando levantar os fatos relativos a esses eventos. Apesar de as dificuldades terem sido de grande monta, a história desse episódio obscuro, que ainda está sendo escrita, recebeu um considerável enriquecimento. Só na região do Araguaia foram realizadas mais de duas dezenas de missões de busca até outubro de 2010.

A maior parte delas contou com a presença de representantes dos familiares dos desaparecidos e com o acompanhamento de órgãos e entidades do governo federal e de especialistas forenses.

De acordo com os relatórios das viagens e o relatório do Grupo de Trabalho Tocantins das expedições de 2009 e 2010, entre as maiores dificuldades para o sucesso do trabalho,



Trabalho de exumação no cemitério de Xambioá, Tocantins, em 1996.

destacaram-se a ausência de informações ou a existência de informações vagas, imprecisas e conflitantes; o tempo decorrido desde o término dos conflitos; a situação precária dos cemitérios locais; as condições e a alteração da configuração dos terrenos; a dimensão da área em que o conflito ocorreu; a morte de muitas das pessoas que testemunharam os fatos; e a expectativa da população local de que haveria pagamentos em dinheiro em troca de informações.

Apesar disso, 12 conjuntos de restos mortais foram exumados em missões que estiveram na região; desses, apenas dois haviam sido identificados até 2010: Maria Lúcia Petit da Silva, localizados em 1991 e identificados em 1996, e os de Bergson Gurjão Farias, encontrados em 1996 e identificados em 2009.

1980

A primeira missão de que se tem registro foi realizada ainda durante o período da ditadura, em outubro de 1980, e ficou conhecida como Caravana dos Familiares dos

Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Foi organizada pela comissão de familiares do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de diversos setores da Igreja, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Pará e a diocese de Marabá. Contou ainda com a participação de representantes do Movimento Feminino pela Anistia do Ceará, do Comitê de Anistia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e do PMDB-CE.

Durante 15 dias, o grupo percorreu a região dos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Conceição do Araguaia em busca de informações sobre a guerrilha, as circunstâncias das mortes dos guerrilheiros e a localização de seus restos mortais. Seus integrantes tiveram de enfrentar duas grandes dificuldades. Em primeiro lugar, a dificuldade de locomoção em uma área remota e ocupada pela floresta Amazônica, ainda mais para um grupo formado em sua maior parte por pais de guerrilheiros desaparecidos, de idade mais avançada. Em segundo lugar, o temor dos moradores locais, que, segundo relatos, foram ameaçados por militares para não fornecerem informações aos familiares ou receberam a informação de que os próprios familiares iriam vingar a morte dos desaparecidos.

Apesar do clima de medo, a missão conseguiu informações valiosas sobre o destino dos guerrilheiros. Foram encontrados indícios de corpos enterrados no cemitério da cidade de Xambioá e em uma área próxima, conhecida como Vietnã. No entanto, não foram realizadas escavações. Também foram colhidos depoimentos da população local sobre a existência de cemitérios clandestinos em Bacaba, São Raimundo, São Geraldo, Santa Isabel, Caçador e Oito Barracas. Segundo os relatos, alguns dos guerrilheiros mortos teriam tido suas cabeças e mãos enviadas a Brasília para serem identificados e muitos deles foram presos com vida.

1991

Esta expedição foi organizada em abril pela Comissão “Justiça e Paz” da Arquidiocese de São Paulo, motivada pela descoberta, em 1990, de uma vala comum com ossadas no cemitério Dom Bosco, em Perus (SP). O grupo era formado por uma equipe de peritos do Departamento de Medicina Legal da Unicamp – chefiada por Fortunato Badan Palhares –, por um representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo e por familiares dos guerrilheiros.

Com base em informações de moradores e de sobreviventes da guerrilha que acompanharam a missão, foram realizadas diversas escavações no cemitério de Xambioá, na Reserva Indígena Sororó e em outras áreas. Em Xambioá, os peritos encontraram três

ossadas, dentre as quais uma foi descartada e as outras, exumadas. A primeira foi identificada como sendo de uma mulher jovem, envolta em tecido de paraquedas, e a segunda, de um homem idoso e negro.

Cinco anos depois, concluiu-se que a ossada de mulher pertencia a Maria Lúcia Petit da Silva, que foi então enterrada pela família. Acredita-se que a ossada masculina seja de Francisco Manoel Chaves – ex-marinheiro, preso em 1935 na Ilha Grande e citado por Graciliano Ramos no livro *Memórias do Cárcere* –, mas até 2010 não foi possível identificá-la porque sua família não havia sido localizada. Essa ossada está atualmente no Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, para exames antropométricos, com base em novas informações repassadas pelo Ministério da Defesa.

1993

Participaram desta expedição políticos, jornalistas, familiares de guerrilheiros e sobreviventes, com o objetivo de localizar os restos mortais de Helenira Resende. O grupo esteve em janeiro na região, e visitou o sítio de Eduardo Rodrigues dos Santos e Maria Brito dos Santos, as localidades de São Domingos do Araguaia, Metade, Açaizal, Oito Barracas e Marabá.

De acordo com relatório de Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira que participou da missão, o grupo entrevistou diversos moradores da região, que forneceram informações sobre a morte de guerrilheiros e possíveis locais de sepultamento. No entanto, alguns deles visivelmente tentaram dificultar o acesso dos integrantes da comissão a áreas onde haveria ossadas enterradas. Além disso, um dos filmes do fotógrafo que acompanhava o grupo, justamente o que continha imagens de um cemitério clandestino, desapareceu misteriosamente¹.

Embora tenham sido recolhidas algumas ossadas, transportadas para Brasília (DF), não se conseguiu obter nenhum indício sobre os restos mortais de Helenira ou de outros desaparecidos.

Uma comissão de familiares levou essas ossadas ao então ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, com um pedido de interdição da Fazenda Oito Barracas, no Pará, onde teriam sido enterrados os corpos de 31 guerrilheiros. No entanto, em 2003, relatório encaminhado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos ao Ministério da Defesa apontou, segundo relato do ex-deputado federal Haroldo Lima, presente na expedição, e segundo análises posteriores, que as ossadas não eram humanas.

¹ Declaração de Criméia Alice Schmidt de Almeida em relatório de 24 de janeiro de 1996, p. 7.

1996

Esta expedição, promovida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), então vinculada ao Ministério da Justiça, foi chamada de “Primeira Missão de Busca de Restos Mortais” da CEMDP e contou com a participação de Luis Fondebrider, da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF). Em uma primeira fase, realizada em maio, a equipe localizou e preservou, para posterior trabalho de exumação e identificação, três áreas com cemitérios clandestinos: a parte frontal do Cemitério de Xambioá, o pátio do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) de Marabá e a Fazenda Fortaleza, localizada nos arredores da cidade de São Domingos do Araguaia.

A expedição foi motivada por uma série de reportagens sobre a guerrilha, publicadas em abril de 1996 pelo *O Globo*, com fotos inéditas de guerrilheiros mortos, que teriam sido entregues ao jornal por um militar não identificado, e a localização de sete cemitérios clandestinos. Foi por uma das reportagens de *O Globo* que Laura Petit, irmã de Maria Lúcia Petit da Silva, a reconheceu na foto da guerrilheira morta envolta em um paraquedas. Com base nos dados dessa imagem, os legistas da Unicamp reabriram o processo de identificação da ossada exumada em 1991 e confirmaram que era de Maria Lúcia.

A segunda fase da expedição organizada pela CEMDP teve como objetivo realizar escavações nos cemitérios demarcados na missão de maio e localizar outros cemitérios clandestinos.

Os antropólogos fizeram escavações em sete locais dentro da região da guerrilha do Araguaia. No cemitério de Xambioá foram encontradas três ossadas. Um esqueleto, que estava dentro de um saco plástico, já havia sido desenterrado cinco anos antes em outra expedição, mas fora abandonado pela equipe, apesar da suspeita de pertencer ao guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho. Em duas outras covas foram descobertas novas ossadas, que receberam os nomes de X1 e X2. Foi exumada ainda uma terceira ossada, a X3.

Na reserva indígena dos suruí, os antropólogos encontraram restos de ossos e dentes de duas pessoas, que foram agrupadas e receberam o nome de RI-1. Como as ossadas estavam incompletas, suspeitou-se que elas tinham sido parcialmente removidas. Os indícios de que havia uma corda permitem inferir que teriam sido amarrados, indicando que, se essas pessoas eram de fato guerrilheiras, não foram mortas em combate.



A partir desta foto, publicada pelo jornal O Globo em 1996, foi possível à família identificar os restos mortais de Maria Lúcia Petit da Silva, encontrados em 1991.

Nos outros locais investigados durante esta viagem — São Geraldo, Caçador, Oito Barracas, Serra das Andorinhas, DNER e Fazenda Brasil-Espanha —, não foram encontradas ossadas. Os integrantes da missão constataram, com base nas escavações realizadas na reserva indígena, que haviam sido feitas tentativas de remover os restos mortais dos guerrilheiros.

Dos esqueletos encontrados, dois foram encaminhados para análise de DNA após avaliação antropométrica que a recomendou: os identificados como X2 e RI-1. Ainda com base no relatório antropométrico da EAAF, a CEMDP solicitou que as outras duas ossadas, X1 e X3 fossem devolvidas à região. Após inúmeros testes efetuados ao longo dos anos, dificultados pelo mau estado em que as ossadas foram encontradas, em julho de 2009 o laboratório Genomic, emitiu laudo apontando a existência de um vínculo genético da ossada X2 com Luiza Gurjão Farias, mãe do militante Bergson Gurjão Farias, com probabilidade de maternidade superior a 99,9%.

2001

Em 2001, um grupo de procuradores da República do Ministério Público Federal (MPF) no Pará, Distrito Federal e em São Paulo esteve em expedição na região para reunir informações que permitissem identificar eventuais locais de sepultamento e produzir documentos oficiais sobre o episódio. No mesmo período, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a CEMDP e o próprio MPF conduziram missões de busca e escavação na região.

Em julho, foram examinadas as áreas de Tabocão e Fazenda Caribe (antes Chega com Jeito), ambas em Brejo Grande do Araguaia; a localidade de Croá, ao sul de São Domingos; e a lateral da pista de pouso da antiga base de Xambioá.

Em outubro, nova expedição contou com a participação de integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, de familiares dos desaparecidos, além de médicos legistas e antropólogos forenses da Universidade de Brasília (UnB) e do IML de Brasília. Foi a primeira vez que, após o fim da guerrilha, dois militares que participaram das ações voltaram a Xambioá: além do coronel-aviador Pedro Correa Cabral, o sargento da reserva João Sacramento Santa Cruz, um dos responsáveis pela base militar na fazenda Bacaba.

Com o apoio da Aeronáutica, foram realizados sobrevoos na Serra das Andorinhas, para onde, de acordo com o livro do coronel, teriam sido transportadas cerca de 45 ossadas de guerrilheiros, posteriormente queimadas. No entanto, o militar não conseguiu identificar o local indicado em nenhum deles. Também foram realizadas investigações na Base de Bacaba, onde, segundo o relato do sargento Santa Cruz, teria existido um centro de tortura e extermínio, mas não foram localizados indícios de corpos de guerrilheiros.

No último dia dessa viagem, por indicação de moradores, foram encontradas oito ossadas sem identificação no Cemitério de Xambioá. Esses restos mortais foram recolhidos e levados para Brasília. Em 2007, depois de inúmeras análises realizadas ao longo dos anos, o laboratório Genomic, contratado pela CEMDP e SEDH/PR em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgou pareceres inconclusivos para seis dessas ossadas, e laudos afirmando não haver vínculo genético entre duas ossadas e os perfis genéticos dos familiares de desaparecidos políticos contidos no banco de DNA da Secretaria Especial dos Direitos Humanos na época. Essas oito ossadas estão hoje armazenadas na Universidade de Brasília (UnB), segundo acordo de

cooperação firmado entre a SDH/PR e a Universidade. Com a evolução das tecnologias de genética forense nos últimos 3 anos, a CEMDP e a SDH/PR solicitaram em setembro de 2010 a realização de nova rodada de exames em quatro ossadas que apresentam alguma possibilidade de pertencerem a guerrilheiros, segundo os laudos antropológicos.

No entanto, além dos restos mortais encontrados, a expedição de 2001 apresentou uma outra descoberta, grave, relatada pelos Procuradores da República Guilherme Schelb e Marlon Weichert em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em novembro de 2001, registrando terem constatado “que um grupo de pessoas – algumas identificadas como militares, mas que recusavam essa condição afirmando serem jornalistas – estaria praticando assistencialismo e exigindo silêncio dos moradores. (...) essas pessoas também distribuíam armas de fogo, munição e portes de arma para civis e utilizavam como base um imóvel situado em área residencial (...) sem nenhuma identificação do Exército”.

Diante das descobertas, e após tentativas infrutíferas de obter confirmações oficiais acerca do imóvel, os Procuradores obtiveram ordem judicial para a exibição de documentos que, “recusada pelo habitante do imóvel, foi convertida em busca e apreensão. (...) Somente após a apreensão do primeiro lote de documentos é que o habitante informou tratar-se de uma unidade militar”. Ainda segundo o artigo publicado pelos Procuradores, “um tenente apareceu e disse ao vigilante que deveria ter atirado nos oficiais de justiça”.

2004

Em razão de reportagens publicadas por jornais e revistas em que soldados participantes do combate à guerrilha do Araguaia indicavam locais onde estariam enterrados guerrilheiros, a CEMDP e a Comissão Interministerial criada pelo Decreto nº 4.850/2003 decidiram realizar, em março, missão para investigar essas informações, com a participação da Equipe Argentina de Antropologia Forense, de familiares e de jornalistas.

Foram escavados o campo de pouso e a antiga base do Exército em Xambioá e a Fazenda São Sebastião, mas não foram encontrados vestígios de sepultamento. As principais dificuldades enfrentadas pela equipe foram a ampla extensão das áreas indicadas para investigação e a grande quantidade de chuvas na época em que as escavações foram feitas.

Em agosto, uma nova missão foi motivada pela apresentação dos relatórios finais das Forças Armadas e por uma carta anônima indicando que restos mortais teriam sido enterrados, após serem exumados de onde haviam sido originalmente escondidos. A missão teve a participação de militares da Aeronáutica, representantes do Ministério da Defesa, do

Ministério da Justiça e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, peritos da Polícia Federal, além do coronel da reserva Orlando Vieira de Almeida (Exército) e, novamente, do coronel-aviador Pedro Correa dos Santos Cabral (Aeronáutica).

As pesquisas se concentraram na Base de Instrução Cabo Rosa, na Serra das Andorinhas e na região de Oito Barracas. Apesar de alguns sobrevôos na região apontada pelo coronel Cabral como local de “desova” de corpos, na Serra das Andorinhas, nada foi encontrado. Nos outros lugares, foram feitas escavações nas áreas indicadas por moradores como possíveis covas, mas não foram encontrados vestígios de sepultamento ou ossadas.

Ainda na expedição de agosto, a investigação da Base Cabo Rosa, em Marabá, também não teve resultados positivos: embora alguns locais tenham sido delimitados e escavados, não foi encontrado qualquer vestígio de sepultamento ou ossada.

2006

Cumprindo uma determinação da Comissão Interministerial constituída em 2003 com o objetivo de localizar os restos mortais dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia, uma equipe da Polícia Federal executou, em setembro, missão de reconhecimento na região do Bico do Papagaio. Seu objetivo era mapear e preparar uma nova expedição de busca a ossadas. As investigações se concentraram na área da Serra das Andorinhas, onde, segundo o coronel-aviador Pedro Correa Cabral, militares teriam cremado ossadas em uma “Operação Limpeza”.

Em dezembro, uma missão formada por peritos e agentes da Polícia Federal e representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República visitou a área anteriormente reconhecida para aprofundar as investigações, além de ter também estado na localidade de Croá, no município de São Domingos do Araguaia.

Não foi possível identificar indícios significativos de sepultamentos ou ossadas após a realização das verificações e escavações. As coordenadas apontadas na Serra das Andorinhas indicavam local de difícil acesso. Segundo os técnicos que estiveram nesses locais, não está descartada a possibilidade de que uma “Operação Limpeza” tenha removido os vestígios dos guerrilheiros.

Grupo de Trabalho Tocantins - GTT

Em 29 de abril de 2009, após transitada em julgado a sentença da juíza Solange Salgado, o Ministério da Defesa criou, por portaria ministerial, um Grupo de Trabalho com o

objetivo de localizar os restos mortais de guerrilheiros. A notícia da criação do grupo surpreendeu os familiares dos guerrilheiros, os membros da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a própria Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

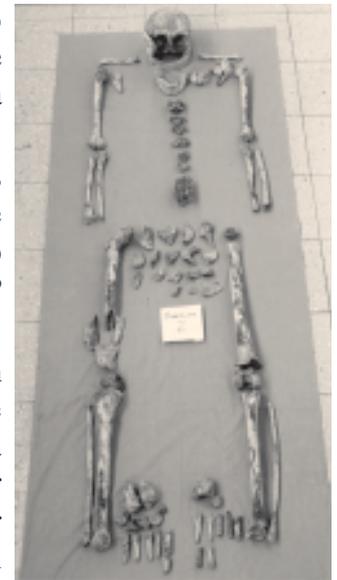
A CEMDP, considerando sua atribuição legal de “envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados”, prevista na Lei no 9.140/1995, interveio imediatamente, com o apoio da SDH/PR, exigindo a inclusão de familiares das vítimas e da própria CEMDP como prova de transparência e seriedade em qualquer busca a ser empreendida.

Após as divergências entre os ministérios da Defesa e dos Direitos Humanos serem estampadas na imprensa, o Presidente da República arbitrou a questão determinando que fosse constituído um comitê para supervisionar os trabalhos, integrado por membros da CEMDP e familiares. O Comitê Interinstitucional de Supervisão foi estabelecido por decreto em 17 de julho de 2009, sendo composto pelo presidente da CEMDP, pela familiar Diva Santana e por Belisario dos Santos Júnior, igualmente membros da CEMDP. Integram ainda o comitê o ministro do STJ, Antonio Herman Benjamin, o ex-ministro da Justiça e um dos construtores da Lei 9.140/1995, José Gregori, o ex-Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles, o ex-Secretário de Imprensa da Presidência da República, Ricardo Kotscho, a então presidente da OAB, seccional do Distrito Federal, Estefânia Viveiros, o ministro da Secretaria de Direitos Humanos e o ministro da Defesa, que a preside.

Desde então, representantes do Comitê de Supervisão e da Secretaria de Direitos Humanos passaram a acompanhar em campo as atividades do GTT. O comitê realizou, após sua reunião de instalação, em agosto de 2009, outras quatro reuniões até novembro de 2010, incluindo uma visita *in loco* em outubro de 2009, que teve a participação dos ministros da Defesa e dos Direitos Humanos, e também do comandante geral do Exército brasileiro.

O GTT constituiu uma considerável equipe técnica: técnicos de antropologia forense, peritos legistas, geólogos, geofísicos, topógrafos, representante do governo do Estado do Pará, pesquisadores, incluindo profissionais de antropologia social do Museu Emílio Goeldi, representantes do PCdoB, de familiares de desaparecidos no Araguaia, de representantes de universidades e jornalistas convidados.

O GTT adotou um sistema estruturado de atuação, com equipes técnicas independentes e metodologia de debates colegiados para decidir sobre todos os aspectos da investigação, exploração e escavação. A lógica de trabalho está alicerçada sobre uma equipe de



Ossada X-2, localizada no cemitério de Xambioá, Tocantins, em 1996, identificada em 2009 por meio de DNA como sendo de Bergson Gurjão Farias.

ouvidoria, que circula na região conversando com moradores ou ex-moradores, coletando relatos e testemunhos, sempre obtendo novas indicações de pessoas e de locais onde realizar as buscas. A equipe de ouvidoria também realizou entrevistas com ex-militares que já se manifestaram em outras ocasiões sobre a guerrilha.

As informações obtidas pela equipe de ouvidoria são repassadas à coordenação dos trabalhos e discutidas em reuniões diárias de trabalho. Chamado de “reunião do pôr do sol”, esse momento ao final do dia visa partilhar as informações obtidas, e, com base nas discussões e nos debates, planejar os passos seguintes.

Quando as informações apresentam uma consistência mínima, o grupo faz visita aos locais apontados como sendo de possível inumação de guerrilheiros. Com base nessa visita, em havendo posições fortes – mas não necessariamente majoritárias – com relação à necessidade de que a área seja de fato submetida a exame pericial, é providenciado o registro georreferenciado da área, conduzido pelo Exército, e um perímetro poligonal é demarcado. A vegetação rasteira desse polígono é removida para que seja possível a realização da próxima etapa.

A equipe de peritos de geofísica ou geociências é então mobilizada para esquadrihar o polígono. São traçadas linhas finas e paralelas, e uma varredura com o Ground Penetrating Radar – GPR, ou radar de penetração de solo – é realizada. Os dados dessa leitura são depois processados e os resultados são partilhados na reunião do pôr do sol seguinte.

Com base na indicação dos geofísicos, faz-se nova visita ao local, que é explorado para que os peritos demarquem os “alvos”, ou seja, o local específico onde a leitura do radar aponta haver algo enterrado. Como o radar permite uma aproximação da profundidade do “alvo”, uma equipe de escavação inicia os trabalhos com pás e enxadas. Ao se aproximar da profundidade demarcada, entra em ação a equipe de antropologia forense. Com pequenas pás e pincéis, os peritos expandem o buraco até encontrar o que está enterrado. Em geral, são pedras, raízes ou túneis cavados por animais. Em alguns casos, trata-se apenas de uma mudança nas características do solo do local, que é percebida pelo radar. No entanto, como regra geral, os peritos têm condições de declarar se o local já foi escavado anteriormente. Até o momento, nenhum dos “alvos” inéditos – que não tinham sido trabalhados em nenhuma expedição anterior – apresentou características de ter sido escavado anteriormente, à óbvia exceção do cemitério.

Os resultados são relatados oficialmente, discutidos na reunião do pôr do sol e documentados pelos peritos em relatórios técnicos entregues à coordenação dos



Trabalhos de escavação em busca de corpos de desaparecidos políticos no antigo DNER, em Marabá, Pará, área considerada um dos principais cemitérios clandestinos no Araguaia.

trabalhos ao final de cada expedição. Mesmo os jornalistas convidados e qualquer outro integrante do grupo são convidados a apresentarem por escrito sua apreciação dos trabalhos por meio de relatórios pessoais assinados, que podem conter propostas novas para os próximos dias.

As expedições de busca ocorreram entre agosto e novembro de 2009 e maio e novembro de 2010, períodos com pouca ocorrência das chuvas torrenciais da região. Entre agosto de 2009 e novembro de 2010 foi realizado um total de 12 expedições de busca à região.

Ao final de 2009, passou a acompanhar os trabalhos, de maneira independente, a sra. Mercês de Castro, irmã de Antônio Teodoro de Castro, guerrilheiro desaparecido do Araguaia. Mercês e seu marido, Jadiel, têm passado largos períodos na região, contribuindo ativamente com a equipe de ouvidoria.

Foi a dedicação de Mercês que ensejou a primeira descoberta após a criação do GTT. Em março de 2010, Mercês encontrou restos mortais na região da Fazenda Tabocão, local sempre presente como apontamento. O achado de Mercês expõe de maneira crua a enorme dificuldade das buscas. O local já havia sido objeto de várias visitas e buscas em anos



Escavações na área da Fazenda Fortaleza, no Araguaia, realizadas a partir de informações de moradores.

anteriores, tendo passado por duas escavações do próprio GTT, orientadas por relatos de dois moradores. No entanto, o relato de um terceiro morador à irmã do guerrilheiro morto indicou um outro ponto, na mesma fazenda, que permitiu o achado.

Acionado, o MPF em Marabá agiu rapidamente, remetendo os restos mortais à Polícia Federal, para análise, e oficiou à CEMDP comunicando a localização e solicitando providências. Segundo o livro-relatório de 2007, *Direito à Memória e à Verdade*, produzido pela CEMDP e SDH/PR, há registros de que o guerrilheiro Rodolfo Carvalho Troiano tenha desaparecido na fazenda Tabocão. A coleta de amostras de DNA dos irmãos de Rodolfo foi providenciada, passando a compor o banco de DNA da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Mercês continua acompanhando as buscas na região, atuando na conversa com os moradores e repassando informações ao GTT. Vários dos locais explorados pelo Grupo em 2010 foram indicados pela familiar.

Em outubro de 2010, a juíza federal Solange Salgado esteve na região, e teve a oportunidade de conversar com moradores e observar os trabalhos *in loco*.

Quando constituído, em 2009, o GTT definiu um planejamento que começava com duas fases de prospecção e reconhecimento e, uma terceira fase que, no mês de agosto, iniciou os trabalhos de exploração do terreno e escavação.

Em alguns casos, na ausência dos restos mortais dos guerrilheiros, objeto precípuo dos trabalhos, foram feitas interessantes descobertas de outra natureza. O agricultor José Wilson Brito foi trazido do Amapá, onde residia em 2009, para dar sua contribuição. Na época da guerrilha, tinha 12 anos e acompanhava a guerrilheira Sonia (Lucia Maria de Souza) quando caíram numa emboscada às margens de um igarapé em um local chamado Água Fria, que identificou, apesar de ser a primeira vez que voltava ao lugar após 33 anos. De acordo com o relato, mesmo ferida, Sonia teria conseguido atingir os maiores Lício e Curió, tendo sido em seguida metralhada. O menino conseguiu fugir, mas acabou preso três dias depois. Foi obrigado a trabalhar na base militar do DNER, encarregado da higiene pessoal dos presos. Conviveu com muitos deles, os quais pôde identificar por fotografias. Deu indicações sobre o local de sepultamento do guerrilheiro Mané do A, na região do Tabocão. Presente à expedição, o ex-sargento João Santa Cruz Sacramento, que participou da repressão à guerrilha, informou ter certeza de que duas militantes, Chica (Suely Nakasawa) e Tuca (Luiza Garlippe) foram mortas com injeção e sepultadas ao lado do campo de pouso da base militar da Bacaba.

Na última expedição de buscas de 2010, antes do reinício das chuvas, seguindo informações de moradores locais, que supunham estar sepultado em ponto do cemitério de Xambioá o guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, a equipe técnica localizou no local uma ossada do sexo masculino. Media aproximadamente 1,70 m, o que, a princípio, a descarta como sendo de João Carlos, quem, segundo a irmã, media mais de 1,80 m. Junto à ossada, um pedaço de corda de náilon vermelha e branca, com um nó, supostamente uma atadura para prender os tornozelos. Todo o material foi enviado para o IML do Distrito Federal para perícia.

Registre-se que um dos maiores desafios do GTT em 2010 foi a busca no cemitério de Xambioá. Num cemitério, a multiplicidade de restos mortais enterrados pode confundir os trabalhos, obrigando a pesquisa a seguir em ritmo cauteloso, o que também consome tempo maior das equipes.

O GTT foi criado em 2009 com o prazo de um ano para os trabalhos. Em 2010, esse período foi prorrogado por mais um ano. Existem ainda apontamentos e indicações que justificariam nova extensão de prazo, para que sejam todos verificados.

A opinião do ex-deputado federal Aldo Arantes, representante do PCdoB que acompanha as missões do GTT no Araguaia, é de que as informações dos moradores não serão suficientes para se chegar a resultados mais efetivos. Num relatório assinado por ele, fica ressaltada a necessidade de que os militares que participaram da ação repressiva venham a se manifestar dando indicações mais precisas para a localização dos restos mortais dos guerrilheiros.

O jornalista Hugo Studart, que escreveu um dos principais livros sobre a guerrilha, ouvindo muitas fontes militares, é otimista nesse sentido. Em relatório pessoal que apresentou numa das missões do GTT, ele avalia:

a grande dificuldade de se contar com os ex-combatentes é que muitos deles, em especial os que participaram da Terceira Campanha, na qual ‘desapareceram’ 47 guerrilheiros, sendo a maior parte em execuções, foram protagonistas ou cúmplices de atos de exceção (...) Entretanto, mesmo diante dessas adversidades (...) existiriam muitos militares dispostos a colaborar (...). A conclusão que se tira é que a aparente “blindagem” não é monolítica. E que existem inúmeros ex-combatentes dispostos a colaborar, e que são muitos os caminhos para que o GTT e o Comitê Interinstitucional cheguem até eles.

“A maior dificuldade que encontrávamos era na prestação de socorro ao povo sofrido que normalmente ocupava as periferias ou exercia uma liderança especial na cidade. Sempre que me vinha a notícia de alguma irregularidade, prisão ou desaparecimento, além de tantos outros problemas, eu entrava numa espécie de pânico por causa da dificuldade de estar, ao mesmo tempo, em todos os lugares. Nunca me recusei a estar presente quando as situações se revelavam mais perigosas ou difíceis. A dificuldade residia, sobretudo, na incapacidade de descobrir os meios jurídicos e outras possibilidades práticas para socorrer as vítimas, tanto nas prisões quanto em situações ainda mais penosas de desaparecimento ou aplicações de tortura (Do livro *Da esperança à utopia, o testemunho de uma vida* (p. 204- 205).”

Dom Paulo Evaristo Arns

Novos esforços para encontrar os desaparecidos

As iniciativas do Ministério Público em relação às violações dos Direitos Humanos durante a ditadura militar vêm desde 1999, quando a instituição mudou sua postura de omissão com relação aos abusos cometidos no período de exceção. Naquele ano, os familiares, inconformados com a morosidade na identificação dos corpos de presos políticos localizados na vala comum do Cemitério de Perus, em São Paulo, descoberta em 1990, encaminharam uma representação ao MPF notificando o que ocorria.

A partir de 2004, no entanto, a participação do MPF passou a ser mais incisiva. Diante das dificuldades financeiras para providenciar a identificação dos corpos e da falta de colaboração das autoridades, o órgão adotou uma postura proativa com relação aos esforços de esclarecimento. A busca pela verdade e pela justiça para os desaparecidos se intensificou conforme os procuradores tomavam conhecimento do caráter criminal de atos praticados pelo regime militar.

Conflito de interpretação

Em 2006, a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Cidh) sobre o caso Almonacid Arellano¹ inspirou um novo caminho para o Ministério Público, relembra o procurador Marlon Weichert, do MPF de São Paulo:

A Corte acolheu o argumento apresentado contra o Chile de que os crimes cometidos pelas ditaduras do Cone Sul eram crimes contra a humanidade e, portanto, não passíveis

¹ O professor e político Luis Alfredo Almonacid Arellano foi preso e executado em setembro de 1973 por agentes da ditadura militar chilena. Em 1997, a justiça considerou extinta a responsabilidade penal em razão da lei de anistia adotada pelo país. Familiares e ONGs de Direitos Humanos levaram o caso à Corte Interamericana, que, em 2005, condenou o Chile por violar normas internacionais de Direitos Humanos ao conceder anistia a responsáveis por crimes de lesa-humanidade. A Corte considerou que o país não procedeu à necessária investigação e sanção dos responsáveis, e também não fez a reparação adequada aos familiares.



O Procurador da República Marlon Weichert confere fotografias aéreas do cemitério de Vila Formosa, que passou por mudanças que alteraram a localização das sepulturas onde foram enterrados opositores políticos.

de anistia nem de prescrição. A situação chilena é muito parecida com a experiência brasileira em termos de leis de anistia e prazos prescricionais. Diante dessa decisão, começamos a estudar o caso brasileiro.

O procurador explica que isto não aconteceu antes porque havia o entendimento de que os delitos de sequestro, tortura e desaparecimento forçado estavam anistiados e prescritos:

Mas a decisão da Corte, que é vinculativa para o Brasil, nos levou a uma nova posição. A partir de então nos animamos a entrar com as ações civis de responsabilização e também a formular os pedidos de ações penais para o setor criminal da Procuradoria da República.

A iniciativa do MPF de São Paulo de apresentar ações contra os servidores públicos e governantes, acusando-os por qualquer participação com relação aos desaparecimentos, teve grande repercussão. Com base na discussão que suscitou, a Comissão de Anistia

organizou uma audiência pública, em 2008, juntamente com a OAB, para debater a tese, exposta na ocasião pela procuradora Eugênia Gonzaga. Algumas importantes autoridades federais, então, se pronunciaram publicamente favoráveis à ideia de que esses crimes não tinham sido anistiados nem estavam prescritos.

A polêmica ocasionada dentro e fora do governo levou a OAB a propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF 153. Na ação, a OAB solicitou que o STF interpretasse a Lei de Anistia, de 1979, no sentido de que ela não beneficiaria aqueles que praticaram crimes como a tortura. Em abril de 2010, o Supremo rejeitou, por sete votos a dois, o pleito da OAB.

No campo internacional, no entanto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA condenou o Brasil por não ter solucionado ainda a situação dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia (ver página 27) que pode ter efeito sobre a decisão do STF, tanto quanto a decisão sobre Almonacid levou o Chile a rever sua legislação sobre anistia. O Brasil é réu na ação movida pelos familiares por não fornecer informações sobre as mortes e a localização dos corpos dos guerrilheiros do Araguaia e pela impunidade dos que participaram da repressão. Para Weichert, “juntamente com alguns procuradores e

As escavações realizadas no cemitério de Vila Formosa em novembro de 2010 tinham por objetivo localizar, entre outras, a sepultura de Virgílio Gomes da Silva. A Procuradora da República Eugênia Gonzaga participou dos trabalhos acompanhada de Ilda Martins da Silva, à sua esquerda, viúva do militante desaparecido.



professores, entendemos que essa decisão se aplica automaticamente e se sobrepõe à decisão do Supremo”. Se for julgado que o Brasil está inadimplente com seus deveres, há possibilidade de a Justiça dar prosseguimento aos processos.

Verdade, justiça e reparação

A atuação dos procuradores da República se estendeu também para outras providências que se mostraram necessárias diante da falta de recursos e do descaso de autoridades. Foi graças à manifestação do MPF que ocorreu a contratação do laboratório privado de exames genéticos que levou à identificação dos restos mortais de Flávio de Carvalho Molina, Luiz José da Cunha e Miguel Sabat Nuet. Medidas foram tomadas no intuito de preservar as ossadas até que se consigam condições técnicas para as análises. As investigações também se estenderam às valas encontradas em outros cemitérios em que há indícios de sepultamento de militantes desaparecidos. Em novembro de 2010, foi aberta nova vala clandestina no cemitério de Vila Formosa.

Para o procurador Weichert, a omissão ainda reinante em relação à busca dos desaparecidos pode ser explicada pelo fato de:

a sociedade civil não ter se apoderado completamente da relevância dessa apuração. A iniciativa do MPF teve o efeito de desinterditar a questão, que era meio vedada. É um assunto que era esquecido ou considerado só das famílias voltou a fazer parte da discussão e surgiu essa visão de que é de interesse da sociedade. O Presidente da República teve que se pronunciar, assim como todas as autoridades e o Judiciário.

No entendimento do MPF, o caminho para superar de fato esta fase traumática da história do Brasil se encontra no âmbito da Justiça transicional (ver Capítulo 2). A questão dos desaparecidos está diretamente relacionada a esse caminho processual adotado pelo MPF. Entre as medidas requeridas nas ações, estão a abertura dos arquivos oficiais das forças militares e a obtenção de testemunhos dos envolvidos. São informações essenciais para se saber o destino dos militantes desaparecidos e como localizar e identificar os seus restos mortais.

A própria tramitação das ações confirma a necessidade de se contar com o apoio dos órgãos do governo. Incluída como ré nos processos, a União tinha a possibilidade de somar forças ao Ministério Público para pedir o prosseguimento da ação. No entanto, segundo o procurador Weichert, a Advocacia Geral da União (AGU) tem contestado todos os requerimentos, defendido os réus e pedido a extinção das ações. Isto está acontecendo até

mesmo no caso da vala de Perus.

As ações se encontram em diferentes estágios de tramitação.² As representações criminais estão extintas ou suspensas após a decisão do STF sobre a anistia e algumas aguardam a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse entretempo, outro caminho, o das ações cíveis, cujas penalidades se apoiam em ressarcimento financeiro e impedimento à ocupação de cargos públicos por parte dos réus, foi escolhido pelos procuradores para realizar a justiça. Nessas ações, os juízes têm aceitado a tese, apoiada no direito internacional, de permanência do crime enquanto não ocorrer a localização segura dos restos mortais dos desaparecidos. Segundo Weichert, mesmo com a decisão do Supremo, é possível representar quando se trata de desaparecidos, “porque se entende que a decisão sobre a anistia não se aplica aos casos de desaparecimentos forçados”. Por outro lado, em várias ações cíveis, foi recusado o pedido de tutela antecipada, medida que busca acelerar o curso normalmente moroso do processo em razão da idade avançada dos requerentes.

Contudo, mesmo nos casos em que foi aceito o pedido de extinção do processo, não se considera encerrada a questão. Para o Procurador, o uso do direito internacional é um fato consolidado em relação aos crimes contra a humanidade, como são os casos de tortura, de desaparecimento forçado e de graves violações de Direitos Humanos, e o Brasil vai acabar se curvando a essa tendência. “Nós aplicamos no País as teses do Direito Internacional e dos Direitos Humanos que estão consolidadas internacionalmente, o que envolve a discussão de dogmas jurídicos”, afirma o Procurador. “E enfrentar dogmas é sempre difícil. É preciso mostrar a coerência e a consistência dessas teses e isso leva tempo”.

Iniciativas do Ministério Público Federal

Entre 2006 e 2010, os Procuradores Eugênia Gonzaga e Marlon Weichert conduziram seis ações civis públicas e apresentaram seis representações criminais³ relativas a crimes ocorridos no período da ditadura militar. As ações têm como objetivo a responsabilização pessoal de autoridades e funcionários públicos que tiveram participação direta em torturas e assassinatos ou que contribuíram para o encobrimento dos fatos e desaparecimento dos corpos das vítimas.

² As ações podem ser consultadas em: <http://www.prr3.mpf.gov.br/content/view/372/268/>.

³ Idem



As buscas no cemitério de Perus, em outubro de 2010, localizaram uma ossada que pode ser do militante desaparecido Aylton Mortati. Abaixo, detalhe dos restos mortais encontrados.



Representações criminais

As representações criminais apresentadas pelos procuradores de São Paulo em 2008, antes da decisão do STF, tratam dos casos de Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho, Luis José da Cunha e dois se referem à Operação Condor. Todas as representações seguem a mesma tese, apoiada nos parâmetros da ONU e nas cortes internacionais. Pedem o reconhecimento dos crimes de tortura, homicídio e desaparecimento forçado praticados pela ditadura militar como crimes contra a humanidade e, portanto, não passíveis de prescrição ou anistia. As ações têm como acusados a União, o Estado de São Paulo, membros do DOI-Codi de São Paulo e policiais civis e médicos legistas.

A linha de defesa das ações seguida pelos procuradores Eugênia Gonzaga e Marlon Weichert, como se lê a seguir, sustenta-se na ideia de que existe o dever do Estado de apurar e punir os crimes cometidos durante o regime militar por agentes públicos contra a população civil.

Em outubro de 2010, uma busca no cemitério de Perus localizou uma ossada que tem possibilidade de pertencer ao militante político Luiz Hirata. Os ossos recolhidos serão submetidos a exame de DNA.



Em decorrência dos vários aspectos analisados, pode-se concluir que crimes perpetrados pelos órgãos de repressão à dissidência política durante o regime de ditadura militar no Brasil, no período de 1964 a 1985, podem ser reputados crimes contra a humanidade, conforme definido e consolidado pelo costume internacional. A aplicação reiterada desse costume por organismos e tribunais internacionais (Assembleia Geral e Comissão de Direito Internacional da ONU, Corte Internacional de Justiça, Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia, Tribunal Internacional para Ruanda, Corte Interamericana de Direitos Humanos e Corte Europeia de Direitos Humanos), bem como por diversos sistemas de justiça estrangeiros, confere segurança quanto ao seu conteúdo, validade e vigência. Esses crimes ainda devem ser objeto de investigação e persecução penal pelas autoridades do Ministério Público brasileiro, bem como submetidos ao Poder Judiciário (justiça comum), pois não são passíveis de serem considerados prescritos ou anistiados. A aplicação da Lei de Anistia aos agentes estatais da repressão e a omissão em investigar e processar os autores desses crimes violam as obrigações que o Brasil assumiu perante a comunidade internacional e submeterão o

País a uma provável responsabilização na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em síntese: os fatos criminosos apontados nesta manifestação ainda reclamam persecução penal.

Após a decisão de abril de 2010 do STF, as ações criminais não tiveram continuidade. De acordo com o procurador Marlon Weichert, “as ações vêm sendo extintas ou suspensas enquanto se aguarda o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos” sobre a responsabilidade do Estado brasileiro nesses crimes. Em um dos casos na Justiça Brasileira, no entanto, houve um entendimento favorável e pode-se abrir um precedente para a situação dos desaparecidos.

O militante político Flávio Carvalho Molina desapareceu em 4 de novembro de 1971, detido por agentes do DOI-Codi. Foi enterrado sob nome falso no cemitério de Perus, e seus restos mortais foram identificados em 2005. A representação do MPF pede a abertura de ação penal pelos crimes de sequestro, homicídio qualificado e ocultação de cadáver contra os integrantes do DOI-Codi Carlos Alberto Brilhante Ustra e Miguel Fernandes Zaninello e os médicos legistas Arnaldo Siqueira, Renata Cappellano e José Henrique da Fonseca. A União Federal é ré no processo por crime de omissão. Posteriormente, foi requerida a inclusão de mais um acusado, o então delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo, Romeu Tuma, por ocultação de cadáver.

O pedido de arquivamento, apresentado em maio de 2010, não foi aceito pelo juiz federal Ali Mazloun, da 7ª Vara Criminal. Ele determinou a aceitação da denúncia de ocultação de cadáver contra os réus, inclusive Romeu Tuma. No entendimento de Mazloun, o crime de ocultação de cadáver está fora do alcance da Lei de Anistia e é imprescritível. Em sua argumentação, reforça a tese de que “a confirmação do óbito não se confunde com a descoberta do cadáver. Só a descoberta do cadáver faz cessar a permanência do crime de ocultação”. Em razão do foro privilegiado do cargo de senador do ex-delegado Tuma (ele faleceu em 26/10/2010), o juiz determinou que a ação fosse encaminhada para o STF. O processo aguarda andamento.

Providências cíveis

Ação civil pública contra a União e o DOI-Codi/SP

Apresentada em 14 de maio de 2008, a ação em defesa de direitos difusos e coletivos pede a responsabilização pessoal dos militares hoje reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Aldir Santos Maciel, que comandaram o DOI-Codi do II Exército em São Paulo entre 1970 e 1976. Sob a chefia deles, o órgão realizou prisões ilegais, tortura, homicídios

e desaparecimentos forçados. Há registros de mais de 6 mil prisões e de pelo menos 64 casos de mortes e desaparecimentos no período em que os dois estiveram à frente da unidade. Na busca da verdade, da justiça e da reparação, a ação aponta a responsabilidade dos réus perante a sociedade (e não apenas diante das famílias das vítimas), a omissão das Forças Armadas em revelar os fatos e da Advocacia-Geral da União em exigir dos responsáveis a restituição pelas indenizações que o Tesouro Nacional pagou. As despesas são detalhadamente apresentadas nos autos do processo. Além de obrigar os réus a ressarcir as despesas com indenizações, a ação pede o veto ao exercício de cargo ou função pública por parte dos dois militares.

Andamento da causa:

11 de novembro de 2008 – Juiz federal suspende tramitação até o julgamento final do STF sobre a arguição de constitucionalidade sobre a Lei de Anistia.

26 de novembro de 2008 – Recurso impetrado pelo MPF pede a reabertura do processo.

19 de janeiro de 2009 – Juiz federal mantém suspensão do processo.

5 de maio de 2010 – Juiz federal extingue processo.

Julgada improcedente em primeira instância, o MPF recorreu e aguarda decisão.

Ação Civil Pública - Caso Manoel Fiel Filho

A prisão ilegal, tortura e morte do operário Manoel Fiel Filho, ocorridas nas dependências do DOI-Codi em São Paulo em 17 de janeiro de 1976, foram reconhecidas formalmente pela União Federal. Em ação aberta em 2 de março de 2009, o MPF pede a declaração judicial da responsabilidade pessoal de sete policiais servidores públicos estaduais envolvidos na sequência de crimes. Todos faziam parte da estrutura do DOI-Codi na época. A ação inclui os pedidos de reparação de danos morais coletivos, ressarcimento de custos assumidos pela União e a perda da condição de funcionários do Estado de São Paulo e cassação de aposentadorias. A União e o Estado paulista são considerados réus por se omitirem na investigação e identificação das circunstâncias e dos responsáveis pela morte de Fiel Filho e também por não terem tentado obter judicialmente a reparação dos prejuízos causados aos cofres públicos pelos servidores.

Andamento da causa:

6 de março de 2009 – A juíza da 11ª Vara Cível Federal de São Paulo pediu a extinção do processo por entender que o MPF não poderia formular os pedidos de ressarcimento, pelos réus, dos pagamentos das indenizações já pagas pela União.

23 de junho de 2009 –MPF envia parecer com o pedido de anulação da decisão que extinguiu o processo.

14 de setembro de 2009 - Por unanimidade, os desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) aceitam o pedido de anulação e determinam a reabertura do processo.

Ação Civil Pública – Caso Ossadas de Perus

O MPF entrou com ação em 26 de novembro de 2009, na qual pede a responsabilização da União, do Estado de São Paulo, da Unicamp, da UFMG e da USP e de cinco peritos por negligenciarem compromissos assumidos, ocasionando atrasos nas identificações das ossadas. A responsabilização pessoal dos peritos perante a sociedade brasileira e familiares dos desaparecidos políticos decorre da não conclusão dos trabalhos de identificação das ossadas encontradas no cemitério de Perus e pela demora no reconhecimento de Flávio de Carvalho Molina e Luiz José da Cunha. É pedida a condenação dos peritos a fazer um pedido formal de desculpas aos familiares de desaparecidos e à sociedade brasileira e a pagar uma indenização. A ação requer do Estado de São Paulo e da União a formação de uma estrutura para dar prosseguimento à busca dos desaparecidos.

Andamento da causa:

22 de janeiro de 2010 - O juiz João Batista Gonçalves, da 6ª Vara Federal Cível de São Paulo, concede liminar e determina que a União, por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e o Estado de São Paulo, pelo IML, examinem, num prazo de seis meses, as ossadas descobertas na vala comum do cemitério de Perus. Para executar a missão, o juiz determinou que a União reestruturasse em 60 dias a CEMDP e lhe forneça recursos materiais, financeiros e humanos, dotando-a inclusive de uma equipe ou um núcleo de pesquisas e diligências, com legistas, médicos e dentistas, antropólogos, geólogos e arqueólogos, todos com experiência em ossadas e dedicação exclusiva ao trabalho e de um orçamento anual de 3 milhões de reais. A União também ficaria obrigada a contratar, num prazo de 90 dias, laboratório especializado na realização de exames de DNA, para realizar exames nas ossadas oriundas da vala comum de Perus. Para colaborar com o trabalho, o Estado de São Paulo deveria constituir, em 60 dias, uma equipe de profissionais do IML para atuar no exame das ossadas.

16 de março de 2010 – A AGU recorreu de decisão que fixava prazos e multa para União e pediu a suspensão da decisão, alegando que o cumprimento da decisão, proferida em

fevereiro daquele ano, representaria “flagrante afronta à ordem pública”, “passível de causar grave lesão à economia pública” por provocar “excessivo ônus ao Estado brasileiro”, além da suposta “inexistência de interesse público” no caso.

A Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR-3) envia parecer ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) pedindo a manutenção da decisão da antecipação de tutela da 6ª Vara Federal Cível de São Paulo que determinou à União e ao Estado de São Paulo a identificação das ossadas.

11 de abril de 2010 - A presidência do TRF suspende a decisão de concessão de tutela antecipada a pedido da AGU.

Aguarda-se a citação dos réus para dar prosseguimento ao processo, mas os trabalhos foram retomados em 2010, com peritos federais e do Estado de São Paulo, coordenados pela CEMDP e parceria com MPF.

Ação Civil Pública – Ocultação de Cadáveres

Em 26 de novembro de 2009, o Ministério Público Federal entrou com ação para que fosse declarada a responsabilidade pessoal de autoridades civis de São Paulo por ocultação dos corpos de militantes políticos durante a ditadura militar e por ajudarem a mantê-los sem identificação. Policiais, legistas, funcionários do serviço funerário e prefeito contribuíram para que o sistema de ocultamento fosse concretizado. O processo cita diretamente as autoridades que comandavam suas áreas. Indica que o delegado Romeu Tuma dirigiu o Dops entre 1966 e 1983 e manteve estreita colaboração com o DOI-Codi; sob sua chefia e com seu conhecimento ocorreram prisões ilegais, tortura e desaparecimentos de opositores da ditadura, sem que tenha informado os familiares.

O médico legista Harry Shibata, chefe do necrotério do IML nos anos 1970, atestou falsamente os laudos de militantes mortos sob tortura, eximindo a participação de agentes da repressão na causa mortis, e também colaborou para manter a identidade falsa nos laudos.

Nomeado pelos militares, Paulo Maluf (gestão 1969-1971) esteve à frente da Prefeitura de São Paulo durante a fase crítica da ditadura e foi quem ordenou a construção do cemitério de Perus, que se tornou parte do sistema de acobertamento montado pelos militares.

Na gestão do prefeito Miguel Colasuonno (1973-1975), foi feita a reforma do cemitério de Vila Formosa, que procurou apagar os vestígios de sepultamento de militantes e tornou

praticamente impossível sua identificação.

Diretor do Serviço Funerário Municipal entre 1970 e 1974, Fábio Pereira Bueno Filho foi o elo entre o poder municipal e o IML, e, sob suas ordens, os coveiros tinham orientações específicas para dificultar a identificação e a localização das sepulturas dos militantes enterrados nos cemitérios paulistanos.

O MPF pede que os cinco sejam condenados à perda de suas funções públicas e/ou aposentadorias e a reparar danos morais coletivos, mediante indenização de, no mínimo, 10% do patrimônio pessoal de cada um, revertidos em medidas de preservação da memória sobre as violações aos Direitos Humanos ocorridas na ditadura militar. O MPF sugeriu a possibilidade de os réus diminuir a pena em dinheiro se aceitarem contar os fatos que presenciaram no período da ditadura militar e que ainda permanecem desconhecidos do público.

A ação pede também a condenação da União, do Estado de São Paulo e da prefeitura paulistana.

12 de maio de 2010 – Após contestação de todas as partes apontadas, MPF pede a continuidade do processo.

O juiz deve dar início à fase de produção de provas.

Ação Civil Pública - Caso Policiais Cíveis no DOI-Codi/SP

Em ação apresentada no dia 30 de agosto de 2010, o MPF requer a responsabilização pessoal, com o afastamento imediato e a perda dos cargos e aposentadorias, de três delegados da polícia civil paulista que participaram diretamente de atos de tortura, abuso sexual, desaparecimentos forçados e homicídios, em serviço e nas dependências de órgãos da União, durante o regime militar (1964-1985). São eles: Aparecido Laertes Calandra (Capitão Ubirajara) e David dos Santos Araújo (Capitão Lisboa), já aposentados, e Dirceu Gravina (JC). A ação pede também que sejam condenados a reparar danos morais coletivos e a restituir as indenizações pagas pela União aos familiares das vítimas.

Ação Civil Pública – Caso Oban

Membros da Operação Bandeirante (Oban) são acusados em ação civil pública ajuizada pelo MPF em São Paulo no dia 3 de novembro de 2010. A ação pede a declaração da responsabilidade civil dos militares reformados Homero Cesar Machado, Innocencio Fabricio de Mattos Beltrão e Maurício Lopes Lima e do capitão reformado da Polícia

Militar de São Paulo, João Thomaz. A União e o Estado de São Paulo foram incluídos no processo por omissão de responsabilidade. Os réus são acusados de morte ou desaparecimento de pelo menos seis pessoas e de tortura contra outras 19, detidas ilegalmente durante o regime militar. A Oban foi criada em 1969 e deu origem à estrutura dos DOI-Codi, base de repressão do regime militar.

Entre as vítimas citadas, estão Virgílio Gomes da Silva, militante político desaparecido, torturado juntamente com sua família, o religioso dominicano Tito de Alencar Lima (frei Tito), que se suicidaria quatro anos depois na França por sequelas das torturas sofridas no local, e a Presidente da República, Dilma Rousseff, presa e torturada em 1970. Na ação, o MPF pede que os réus sejam condenados a pagar indenização à sociedade, tenham as aposentadorias cassadas e reembolsem a União pelos gastos com indenizações para as vítimas da repressão. No caso da União e do Estado de São Paulo, requer que façam um pedido formal de desculpas à sociedade pelos fatos relatados e tornem públicas todas as informações relativas à Oban. Na argumentação, os autores defendem que a recente decisão do STF sobre a Lei de Anistia de 1979 não é aplicável para casos de natureza civil, conforme ressalva explícita de alguns ministros no julgamento da ADPF 153.

Abrindo caminho

As doze ações apresentadas pelo Ministério Público Federal em São Paulo até dezembro de 2010 estão interligadas, reforçam-se mutuamente e sintetizam os argumentos e as principais teses dos defensores de Direitos Humanos e do sistema de direito internacional. Elas sinalizam um entendimento de que, sejam quais forem as decisões da Justiça tomadas na atualidade, não representam um julgamento final e que há um caminho de amadurecimento à frente, decorrente da inserção do Brasil no sistema global de proteção aos Direitos Humanos.

BUSCAS - Investigações em curso

Em observância ao disposto no inciso II, do Art. 4º, da Lei 9.140/1995, que dá à CEMDP a obrigação de “envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso ‘de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados’”, bem como em atendimento às demandas do Ministério Público Federal em São Paulo, grupos de trabalho organizados pela CEMDP, com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, e a participação de peritos da Polícia Federal e da Polícia Técnica de São Paulo, vêm desenvolvendo novas investigações para elucidar o destino de desaparecidos políticos.



Trabalhos de abertura da vala clandestina encontrada no cemitério de Vila Formosa em 29 de novembro de 2010.

Vala clandestina no cemitério de Vila Formosa

Em São Paulo, uma das linhas de investigação levou à localização de uma nova vala clandestina, com um número ainda desconhecido de ossadas, agora no cemitério de Vila Formosa. A vala, com a dimensão de 2,5 m X 2,7 m e profundidade de 3m foi aberta em 29 de novembro de 2010 e seu conteúdo será estudado pelos peritos para que se possa compreender seu contexto histórico e como se deu seu uso.

Foz do Iguaçu

Em 2010, relato anônimo, que pode ser de um ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE), chegou à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Forneceu informações que reforçam o relato contido no livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”, de Aluizio Palmar, que relatava uma emboscada e um assassinato de seis militantes políticos na região de Foz do Iguaçu, no Paraná, em 1974. O autor do relato faz descrição dos fatos semelhante à feita no referido livro (aqui reproduzida no verbete sobre Daniel José Carvalho). Com a diferença de que cita os nomes



Escavadeira usada no cemitério de Vila Formosa para determinar os contornos reais da quadra que foi descaracterizada para encobrir sepulturas de opositores políticos.

dos agentes que perpetraram o massacre: capitão Paulo Malhães, que ficou dando apoio no quartel em Foz do Iguaçu, capitão Enio Pimentel Silveira, os agentes cujos codinomes eram “Camarão” e “Laicato” (mesmos nomes mencionados por Inês Etienne Romeu em sua denúncia sobre a “casa da morte” em Petrópolis) e outro só referido como “Presuntinho”. A partir das novas informações, equipe composta por representantes da SDH e da CEMDP, e com a participação de peritos forenses e geocientistas, empreendeu trabalhos de buscas com escavações para exumação de corpos em três expedições de buscas no Parque do Iguaçu no decorrer de 2010, sendo a mais recente em fins de novembro. Em nenhuma delas foram encontrados restos mortais dos opositores políticos assassinados.

Cemitérios de Petrópolis

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público Federal determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos.

Na maioria, são casos de militantes políticos levados para a “casa da morte”, em Petrópolis, e que desapareceram em seguida, havendo rumores, divulgados por agentes da repressão, nunca comprovados, de que seus corpos teriam sido esquartejados e atirados em lugares diversos.

Por exemplo, o militante da VPR Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, cuja prisão sabidamente se deu em 9 de maio de 1971, foi visto por Inês Etienne Romeu na casa da morte em Petrópolis e desapareceu em seguida. Em 14 de maio de 1971 registrou-se a morte, no Pronto Socorro Municipal de Petrópolis, com hemorragia cerebral, de José Neves Filho, aparentemente nome falso, que consta na página 289 do livro de registros de óbitos do cemitério de Petrópolis.

Da mesma forma, Ivan Mota Dias, cuja prisão se deu em 15 de maio de 1971, passou pela casa da morte em Petrópolis. No dia 17 de maio, o corpo de um desconhecido foi encontrado na estrada União e Indústria, em Petrópolis. A causa da morte teria sido hemorragia cerebral. Esse óbito está registrado à página 290 do livro do cemitério de Petrópolis.

É também o caso de Isis Dias de Oliveira, cuja prisão se deu em 30 de janeiro de 1972. Em 13 de abril de 1972, o livro de óbitos do cemitério de Itaipava registra o sepultamento de Celita de Oliveira Amaral da Silva, provavelmente Isis. Da mesma forma, há indícios de serem também os casos de Paulo de Tarso Celestino Silva, Paulo Stuart Wright, David Capistrano, Celso Gilberto de Oliveira, Luiz Almeida Araujo, Heleny Guariba, Sergio Landulfo Furtado, Paulo Ribeiro Bastos, Umberto Albuquerque Câmara Neto, Honestino Monteiro Guimarães, Caiupy Alves da Costa, João Batista Rita, Joaquim Pires Cerveira, José Roman e Thomaz Antonio Meireles, no total de 19 opositores políticos desaparecidos.

Tão logo seja autorizada, será feita a exumação desses corpos nos cemitérios de Petrópolis e provavelmente se poderá ter uma ideia mais precisa sobre suas identidades.

A morte de João Leonardo

Em novembro de 2010, representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos realizaram missão de investigação sobre a morte do militante político João Leonardo da Silva Rocha, em junho de 1975, no município de Palmas de Monte Alto, na região de Guanambi, interior da Bahia, e cujos restos mortais estão desaparecidos.

João Leonardo havia sido militante da ALN, sendo preso e torturado em 1969. Foi um dos 15 presos políticos libertados em troca do embaixador norte-americano Charles Burke

Elbrick. Fez treinamento militar em Cuba e, voltando ao Brasil como militante do Molipo, internou-se no sertão pernambucano, sendo por vários anos um dos poucos sobreviventes desse grupo clandestino. A partir de entrevistas, se reconstituiu a trajetória de João Leonardo, que morou algum tempo em Itapetim, no sertão de Pernambuco. Localizado, evadiu-se com ajuda de amigos moradores da região, indo morar numa fazenda na região de Guanambi, município de Palmas de Monte Alto, sertão baiano. Um mês depois de sua chegada ao local, foi surpreendido, na fazenda Caraíbas, onde estava trabalhando como empregado. Um grupo de policiais, comandado por um capitão da PM, vindo de Salvador, um tenente e vários soldados da PM local teriam chegado atirando. João Leonardo e um tenente morreram no tiroteio. A equipe da CEMDP localizou o inquérito criminal, onde João Leonardo é identificado com o nome falso de José Eduardo da Costa Lourenço. O inquérito tem fotos do tenente morto, mas nenhuma foto de João Leonardo. Significativamente, o documento não traz outras informações sobre ele. Apenas informa que seu corpo está enterrado no cemitério de Palmas de Monte Alto. Novas investigações estão sendo encaminhadas para tentar localizar seus restos mortais.

A identificação dos desaparecidos com a ajuda da ciência

A localização de restos mortais de desaparecidos políticos envolve desafios particulares que podem facilmente ser impeditivos para o sucesso. Os passos necessários envolvem desde a compilação das informações disponíveis para orientar as buscas – um problema que tem sua própria complexidade –, passando pela seleção das áreas para busca, a prospecção do solo, as escavações, exumações, análises dos restos mortais e, por fim, quando há sucesso em todas as etapas, a identificação final do desaparecido político.

Mesmo nos raros casos em que as informações sobre os locais de inumação sejam bastante pontuais, no caso brasileiro, os mais de 30 anos transcorridos aumentam a imprecisão quando da definição do local de escavação. Assim, entra em cena o Ground Penetrating Radar, ou Radar de Penetração de Solo, aparelho que permite aos peritos traçarem um perfil do que está sob a superfície. Ainda que o aparelho não seja capaz de distinguir entre ossos, pedras ou raízes enterradas, ele permite que sejam definidos locais específicos para a escavação dos “alvos” que identifica. Essa etapa de geofísica torna-se estratégica, pois é por meio dessa tecnologia que se marca o “X” no local a ser escavado.

O geólogo Arno Brichta, que vem acompanhando o trabalho forense no Brasil e que participou de buscas na região do Araguaia, explica que são usadas, por parte de profissionais de sua área, duas formas de localização: a direta e a indireta. A primeira consiste na escavação, enquanto a



Na busca por seis militantes desaparecidos em Foz do Iguaçu foi utilizada a tecnologia de GPR, que faz uma espécie de radiografia do terreno.

segunda diz respeito às varreduras prévias dos locais indicados para se encontrar um corpo ou um objeto enterrado.

Segundo ele, o Brasil tem conseguido acompanhar a evolução tecnológica na área. “Temos pessoas, equipamentos, materiais e laboratórios que conseguem fazer um trabalho igual ao de outros países como Estados Unidos e Inglaterra. Obviamente que na área de pesquisa ainda corremos atrás, mas, na aplicação de métodos, estamos iguais”, explica.

O GPR é uma das maneiras mais usadas para se fazer essas varreduras, consistindo em um sistema eletromagnético indutivo que faz uma espécie de radiografia do local rastreado, mostrando materiais que possam estar escondidos sob a superfície. “E, dependendo do objeto procurado, usamos antenas de baixa, média ou alta frequência. Quanto mais alta, menos profunda a leitura, porém, maior é o detalhamento. Uma antena de 400 megahertz, que penetra até três ou quatro metros de profundidade, é capaz de localizar qualquer objeto maior que esteja dentro dessa profundidade”, explica.

A etapa de escavação, realizada pelos antropólogos forenses, requer cuidados para que, em se encontrando despojos, haja danos mínimos no material, bem como se possa procurar entender o contexto da inumação. O contexto é importante para dar pistas com relação à possibilidade de

que os restos mortais sejam, de fato, de mortos ou desaparecidos políticos, permitindo até mesmo que se possa descartar essa possibilidade, evitando-se a necessidade de exumação.

Os restos mortais que forem exumados são levados para análises em laboratório. A primeira análise realizada, visando a identificação, é a de antropometria, que, por meio das características dos ossos, bem como de suas proporções, permite deduzir características como sexo, altura, origem étnico-racial etc.

Nesse estágio, são muito importantes informações médicas ou físicas sobre o desaparecido em vida. Desde características como altura e peso, até informações médicas referentes a ferimentos, arcada dentária, fotos ou outros. Esse conjunto de informações – chamadas ante mortem – permite restringir as possibilidades acerca da identidade dos despojos encontrados.

Antropologia forense

Criada nos Estados Unidos nos anos 1940 para identificar corpos de soldados norte-americanos mortos durante a Segunda Guerra Mundial, e aplicada mais tarde nas guerras da Coreia e do Vietnã, a antropologia forense é uma das técnicas mais recentes no universo das ciências judiciais. O seu objetivo é, a partir de restos mortais e materiais – como ossos, dentes, cabelos e mesmo objetos achados com a vítima –, identificar o cadáver e diagnosticar a causa da morte. Em certos casos, permite ainda identificar assassinos ou responsáveis por outros crimes.

Laboratório de Antropologia Forense, onde se fazem pesquisas a partir do material recolhido das sepulturas.



A antropologia forense tem sido aplicada para auxiliar na busca de mortos e desaparecidos políticos vitimados pelas ditaduras que em anos recentes dominaram países da América Latina. A primeira experiência desse tipo no continente foi na Argentina que, diante do grande número de vítimas políticas, desenvolveu rapidamente, a partir de 1984, o conhecimento acerca das técnicas de procura e de reconhecimento. Destaca-se, em âmbito internacional, a Equipe Argentina de Antropologia Forense (Eaaf). O grupo nasceu a partir do trabalho da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) e da organização não governamental Avós da Praça de Maio, que recorreram a Eric Stover, então diretor do Programa de Ciência e Direitos Humanos da Associação Americana para o Avanço da Ciência, a fim de buscarem a verdade sobre os desaparecimentos. Juntamente

com outros especialistas da área, Stover liderou o que depois ficou conhecido como Equipe Argentina de Antropologia Forense.

A Eaaf não apenas ajudou a elucidar crimes da ditadura argentina como também participou de buscas semelhantes em outros países. Por exemplo, realizou os trabalhos de identificação de Ernesto Che Guevara. No Brasil, o grupo, bem como a equipe da Unicamp, por exemplo, foi responsável por esclarecimentos relevantes.

A análise por DNA

Quando os trabalhos de antropometria não são capazes de apontar uma identificação conclusiva, entram em cena as técnicas de DNA forense. Uma das que mais despertam a curiosidade e o interesse, a técnica de análise de DNA tem várias metodologias. Como regra geral, a técnica consiste em comparar o DNA extraído de uma amostra dos restos mortais que se pretende identificar com o DNA extraído de uma amostra de referência, sempre de um familiar do desaparecido, como por exemplo avós, pais, irmãos ou filhos.

Uma das áreas da ciência que mais evoluiu nos últimos anos foi certamente a genética, fator essencial para a futura identificação de mortos e desaparecidos ainda não encontrados. A análise de DNA para identificação humana era, inicialmente, limitada, utilizando uma técnica (Southern Blot) que requeria que “o material genético estivesse íntegro”, além do que “era necessária uma grande quantidade de DNA. Isso tornava inviável a análise de amostras forenses (ossos, saliva, sêmen, manchas de sangue, cabelo, pelo, unhas e outros). Com a análise de DNA pela técnica de PCR (Polymerase Chain Reaction), que requer uma quantidade menor de DNA, tornou-se viável analisar essas amostras de maneira mais eficiente e rápida”, salienta a bióloga Denilce Ritsuko Sumita, especialista responsável pela área forense do laboratório Genomic.

Denilce ressalta ainda que, após a coleta da amostra, a mesma sofre vários processos químicos até a obtenção do material genético. “O êxito da análise de DNA depende da qualidade da amostra, de como foi feita a coleta e a preservação. Para prosseguir na análise é necessário que se tenha amostra biológica de uma referência para que seja possível estabelecer ou excluir o vínculo genético”. O uso do DNA como tecnologia de identificação é tão disseminado que o Comitê da Cruz Vermelha divulgou recentemente versão atualizada da publicação *Missing People, DNA Analysis and Identification of Human Remains*, em que recomenda o uso progressivo das modernas metodologias de análise de DNA.

A técnica consiste em comparar vários pontos do DNA – os alelos – e fazer uma análise probabilística se as equivalências são meras coincidências ou de fato são em função de uma genealogia comum.

A técnica de DNA é baseada em um estudo de probabilidades: a possibilidade de dois indivíduos quaisquer apresentarem a mesma sequência de alelos em uma região do DNA é grande. Mas, se apresentarem sequências semelhantes em várias regiões, esses indivíduos devem ser da mesma

família. Os laudos que confirmam parentesco são emitidos se um somatório de todas as probabilidades indicar chance de menos de 0,1% de ser mera coincidência.

A metodologia mais universalmente aplicada é a chamada Short Tandem Repeats – repetições de grupos curtos –, os STRs. Padrão em muitos países, a metodologia STR consiste no uso de 13 regiões do DNA padronizadas pelo sistema CODIS dos Estados Unidos, em que se mapeiam sequências de que podem ser comparados, permitindo a identificação com altíssimo grau de confiabilidade.

Outras metodologias incluem a análise de STRs no cromossomo Y e, mais recentemente, tornou-se padrão também a verificação do DNA mitocondrial. Este último apresenta maiores chances de resultados nos casos particulares de amostras de restos mortais muito degradados, uma vez que o DNA da mitocôndria tende a estar mais bem preservado do que o DNA do núcleo das células, utilizado nas demais metodologias. Entretanto, existe uma limitação: o DNA mitocondrial só permite confirmar o parentesco de indivíduos que sigam a linhagem matrilinea. Assim, um indivíduo – de qualquer sexo – terá um DNA mitocondrial distinto daquele de seu pai, mas terá o mesmo de sua mãe. A análise do cromossomo Y terá limitação semelhante, além de ter ainda as dificuldades relacionadas à metodologia STR.

A metodologia mais recente traz a sigla SNP, para Single Nucleotide Polymorphism, ou Polimorfismo de Nucleotídeo Único. Ainda em processo de afirmação como padrão, essa metodologia já é aplicável por alguns laboratórios, e é uma alternativa aos STRs. Nesse caso, são analisadas partes distintas do DNA, muito mais recorrentes. É uma tecnologia que tem particular vantagem quando as amostras de DNA estão muito degradadas, caso típico dos restos mortais analisados no Brasil. A desvantagem é que sua recorrência acarreta a necessidade de que sejam mapeados muitas amostras até que se consiga um resultado conclusivo.

Uma vez que os crimes da ditadura têm demorado um longo tempo para serem investigados e levando-se em conta a necessidade presente e futura de continuar a busca por suas vítimas, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos do governo federal passaram a constituir, em 2006, um banco de DNA que contém atualmente amostras de sangue de 142 familiares de 108 desaparecidos políticos. “À medida que a tecnologia avança e outros familiares doam amostras de sangue ao banco de DNA, aumentam as chances de que ossadas de mortos e desaparecidos políticos sejam identificadas. Ossadas com pareceres negativos ou inconclusivos podem ser testadas novamente, à medida que a tecnologia amadurece”, afirma relatório da SDH.

O Brasil à procura de seu passado

Entre os cerca de 270 militantes confirmados como mortos, os últimos seis foram localizados por meio de investigações que se beneficiaram dos avanços científicos de tecnologia de



Equipe de antropologia forense, em 2010, faz busca dos corpos de desaparecidos políticos na guerrilha do Araguaia.

identificação genética ou antropométrica: Bergson Gurjão Farias, Denis Casemiro, Flávio Carvalho Molina, Luiz Eurico Tejera Lisboa, Luiz José da Cunha e Maria Lúcia Petit.

O corpo de Luiz Eurico Tejera Lisboa foi o primeiro encontrado. Seus restos mortais foram achados em 1979 no cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, e, em setembro de 1982, trasladados pela família para sepultamento em Porto Alegre (RS). Os restos mortais de Denis Casemiro foram achados no mesmo local e em agosto de 1991 sepultados em Votuporanga (SP).

Entre os casos em que há maior dificuldade para a localização e identificação estão os dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. As informações são desconstruídas e insuficientes, as áreas em que ocorreram as ações dos agentes e dos guerrilheiros foram bastante descaracterizadas pelo desmatamento, pela criação de pastos e pelas mudanças naturais. E há indícios de que boa parte dos corpos tenha sido retirada do lugar onde estivera originalmente enterrada.

Na avaliação do geólogo Arno Brichta, as técnicas atualmente usadas no Araguaia pelo Grupo de Trabalho Tocantins estão corretas, mas encontrar um corpo depende de “uma série de variantes; qualquer uma dessas que falhar interfere no resultado final. Tudo isso está interligado”, diz, explicando a dificuldade de articular as diversas informações de maneira a chegar numa área correta para o rastreamento.

“Para se localizar um corpo enterrado – algo que mede em torno de 30 centímetros de um ombro a outro, por 1,5 a 2 metros de comprimento – fazemos linhas na superfície a cada dez ou 20 centímetros, ou seja, é um número enorme de retas feitas para que seja possível cobrir, por exemplo, uma área do tamanho de um campo de futebol. Ao fazer o rastreamento, pode ser identificada qualquer ‘anomalia’ sob a superfície – pedra, raiz, osso etc. –, qualquer coisa que esteja enterrada pode ser mostrada”, explica. Uma vez que algo é achado com a possibilidade de ser um corpo, começa o trabalho de escavação.

Resultados no Araguaia

Nas buscas realizadas em 1991, foram encontradas duas ossadas: uma delas foi mais tarde identificada por meio de testes antropométricos como sendo de Maria Lúcia Petit, desaparecida em 1972, a outra, ainda sem análise conclusiva, pode ser de Francisco Manoel Chaves, morto no mesmo ano.

Naquele momento, as equipes utilizaram-se basicamente da análise dos restos mortais – como ossos, cabelos e arcada dentária – e materiais e objetos encontrados – como restos de roupas, o tecido do paraquedas onde estava envolta etc. – para determinar a identidade. “Os achados de exumação, aliados a informações de familiares e amigos, além das fotos publicadas recentemente pelo jornal O Globo, nos levam a concluir que existem inúmeras provas materiais, particularmente os achados odontológicos, que nos autorizam a afirmar que estes restos mortais pertencem a Maria Lúcia Petit da Silva”, afirmava o laudo de maio de 1996, assinado pelos médicos-legistas Fortunato Antonio Badan Palhares, Antonio Francisco Bastos e pelo odontologista Antonio Carlos Cesaroni Monteiro, todos da equipe da Unicamp. Inicialmente, no entanto, Badan Palhares descartara a possibilidade de os restos serem da guerrilheira, motivo que levou a esse intervalo de cinco anos entre exumação e identificação. A publicação de reportagem de O Globo, com foto em que Maria Lúcia aparecia morta e usando roupas compatíveis com os restos achados, reconhecidas pelos próprios familiares, foram essenciais para que o médico voltasse atrás e finalmente identificasse a guerrilheira.

O ano de 1996 também registrou a localização de outras ossadas em estado de conservação bastante precário e que foram nomeados como X2 e RI1, por terem sido respectivamente encontradas na cidade de Xambioá e na Reserva Indígena dos índios Suruí. O material foi encaminhado a vários laboratórios dentro e fora do Brasil, em uma série de várias tentativas por que passou antes de sua identificação final.

Conforme documento da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República intitulado Histórico dos Restos Mortais – Araguaia, “em 18 de abril de 2005, foram enviadas à UBA (Universidade de Buenos Aires) amostras de sangue da mãe, irmã e irmão de Bergson Gurjão Farias. Já haviam sido enviadas e testadas amostras de sangue de outros familiares”. Farias, guerrilheiro cearense do PCdoB que se embrenhou nas matas para participar da resistência

armada ao regime de exceção, desapareceu entre 4 de maio e 4 de junho de 1972. O exame não conseguiu confirmar que houvesse ligação entre o DNA da vítima e de seus parentes.

Em novembro de 2006, relata o mesmo documento, "foram extraídas amostras de DNA dessas ossadas, ainda em poder da Polícia Federal, pelo laboratório Genomic". Laudo emitido pelo laboratório em 2007 também tinha caráter inconclusivo devido à alta contaminação da ossada por bactérias e outros organismos. No ano de 2009, foram extraídas novas amostras da ossada X2 e o laboratório Genomic concluiu como positiva a vinculação genética com Luiza Gurjão Farias, "com probabilidade de maternidade maior que 99,9%". A técnica empregada para a comparação do material genético foi a então inovadora Single Nucleotide Polymorphisms (SNPs).

O anúncio oficial de que os restos mortais antes denominados X2 realmente eram de Bergson Gurjão Farias foi feito no dia 7 de julho de 2009, pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. O sepultamento ocorreu em 6 de outubro do mesmo ano, em Fortaleza, com homenagens e honrarias. Poucos meses depois, tendo esperado mais de 30 anos para conhecer o paradeiro do filho, dona Luiza faleceu, aos 95 anos, em Fortaleza.

O mistério acerca da ossada R11 segue sem solução. "Em 29 de fevereiro de 2008, foi emitido parecer inconclusivo pelo laboratório Genomic em que se observa a dificuldade de se extrair amostras razoáveis de 'R11' devido ao mau estado em que foram encontradas e quantidade demasiado reduzida de peças ósseas para análise", diz o relatório da SDH.

Em 2001, em uma das várias expedições feitas na região do Araguaia, foram achados oito conjuntos de restos mortais em mau estado de conservação. Relatório de 2004 aponta que cinco foram descartadas pelas análises antropométricas como não podendo pertencer a guerrilheiros do Araguaia. Ainda assim, todas foram submetidas a análise de DNA entre 2006 e 2008. Os resultados foram inconclusivos ou negativos, e ao final de 2010, por solicitação da CEMDP e da SDH/PR, foi iniciada nova rodada de análises dos restos mortais que apresentam chances de serem de guerrilheiros, com preferência para a tecnologia SNP.

Em abril de 2010, a seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil lançou campanha pelo Direito à Memória e à Verdade, promovendo abaixo-assinado na internet e divulgando vídeos sobre desaparecidos políticos. Artistas como Eliane Gardini, Fernanda Montenegro, Glória Pires, José Mayer, Mauro Mendonça e Osmar Prado representam Ana Rosa Kucinski, Sônia de Moraes Angel, Heleni Guariba, Davi Capistrano, Fernando Santa Cruz e Maurício Grabois. Os artistas não cobraram cachê.

No dia 14 de dezembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos divulgou a sentença sobre o caso da Guerrilha do Araguaia, referido na página 27 deste livro.

130

Desaparecidos

Os corpos de um número incerto de brasileiros – provavelmente entre 150 e 180 – que se opuseram e foram mortos pelo regime militar não foram devolvidos às suas famílias até o final de 2010. Sobre parte deles havia notícia de que estavam enterrados em algum cemitério ou vala comum, mas, apesar de sucessivos esforços, seus restos mortais não haviam sido identificados. De outros, sabia-se menos ainda: que foram presos, mortos, e seus corpos nunca foram entregues às suas famílias, nem se tem anúncio de que tenham sido sepultados. Todos eles são desaparecidos.

O conceito de desaparecimento forçado vem se desenvolvendo ao longo de décadas. Sua compreensão se dá à luz do Direito e do aprimoramento democrático. Particularmente, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Convenção de Genebra de 1949 e de seus protocolos adicionais, de 1977, sobre os direitos das vítimas de conflitos armados. Em 1978, num período de lutas de libertação nacional e em que abundavam ditaduras e regimes autoritários, a ONU adotou a Resolução 33/173, manifestando-se sobre desaparecimentos de combatentes políticos.

Com a Resolução 1989/65, de 24 de maio de 1989, do Conselho Econômico e Social, depois convertida na Resolução 44/162, de 15 de dezembro de 1989, aprovada pela Assembleia Geral, a ONU reafirmou esses princípios ao definir que nem o estado de guerra, nem de guerra interna, nem outras circunstâncias excepcionais, podem justificar execuções extralegais e arbitrárias. O texto reza:

Os governos proibirão por lei todas as execuções extralegais, arbitrárias ou sumárias e zelarão para que todas essas execuções se tipifiquem como delitos em seu direito penal e sejam sancionáveis com penas adequadas que levem em conta a gravidade de tais delitos. Não poderão ser invocadas, para justificar essas execuções, circunstâncias excepcionais, como, por exemplo, o estado de guerra ou de risco de guerra, a instabilidade política interna, nem nenhuma outra emergência pública. Essas execuções não se efetuarão em nenhuma circunstância, nem sequer em situações de conflito armado interno, abuso ou uso ilegal da força por parte de um funcionário público ou de outra pessoa que atue em caráter oficial ou de uma pessoa que promova a instigação, ou com o consentimento ou aquiescência daquela, nem tampouco em situações nas quais a morte ocorra na prisão. Esta proibição prevalecerá sobre os decretos promulgados pela autoridade executiva.

A comunidade internacional aprofundou esse entendimento com a Declaração Sobre a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados, promulgada pela Assembleia Geral da ONU (Resolução 47/133, de 18 de fevereiro de 1992):

[...] detenção, prisão ou traslado de pessoas contra a sua vontade, ou privação da liberdade dessas pessoas por alguma outra forma, praticada por agentes governamentais de qualquer setor ou nível, por grupos organizados ou por particulares atuando em nome do governo ou com seu apoio direto ou indireto, com sua autorização ou com seu consentimento, e que se neguem a revelar o destino ou o paradeiro dessas pessoas ou a reconhecer que elas estão privadas da liberdade, subtraindo-as, assim, da proteção da lei [...].

A Convenção Interamericana Sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, em 09 de junho de 1994, em seu artigo 2º, definiu:

É considerado desaparecimento forçado a privação da liberdade a uma ou mais pessoas, seja como for a sua forma, cometida por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com a autorização, o apoio ou a aquiescência do Estado, seguida da falta de informação ou da negativa a reconhecer dita privação de liberdade ou de informar sobre o paradeiro da pessoa, com o qual é impedido o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.

No Brasil, no período ditatorial, essas condições estiveram amplamente presentes na ação repressora. As autoridades da época promoveram execuções extralegais, não apresentaram registros dessas mortes, nem apresentaram os corpos aos familiares. Não prestaram conta sobre os desaparecimentos reclamados. Assim, em nosso país, resta a incerteza e a indefinição sobre o destino de parte dos cidadãos vitimados pela ação do Estado.

Seria “desaparecido” aquele de quem ainda não se tem notícia, sem confirmação de nenhum tipo de sua morte? Ou “desaparecido é aquele cujos restos mortais ainda não foram encontrados, embora se tenha notícia, relato ou documento que confirme sua morte?

Para definir a relação dos desaparecidos em nosso país, este livro utiliza o critério definido pela Convenção da ONU acima citada e a interpreta da seguinte maneira:

Desaparecido é aquela vítima para a qual permanece a ocultação do destino ou paradeiro, ou seja, quando não se divulgou ou identificou os restos mortais, ou não se encontrou a pessoa viva.

Outros desaparecidos

Além dos citados nas páginas a seguir, o número de desaparecidos pode ser ainda maior. Por exemplo, as circunstâncias da morte de seis militantes em Foz do Iguaçu foram descritas, em 1993, pelo ex-sargento Marival Chaves Dias Canto, que atuou no DOI-Codi/SP. Ele acrescentou entre os mortos Gilberto Faria Lima (Zorro). Seu nome não consta da lista de desaparecidos e seus familiares não apresentaram requerimento à CEMDP.

O livro *Direito à Memória e à Verdade* (2007; p. 265-271), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, cita os nomes de mais 16 camponeses que teriam desaparecido durante a guerrilha do Araguaia, sobre os quais não há informações suficientes. O livro *A Lei da Selva*, de Hugo Studart, traz uma lista de 18 nomes, cujo paradeiro seria desconhecido, colhida, segundo ele, do Dossiê do Araguaia, texto produzido por militares dos órgãos de repressão. Segundo o livro, “o Dossiê apresenta algo inédito, uma relação de camponeses que teriam sido executados pelos militares, ao longo da Terceira Campanha [...]”.

Brasileiros desaparecidos em outros países

Na década de 1970, um número desconhecido de brasileiros morreu ou desapareceu em países vizinhos no contexto de ações repressivas de outros Estados, vários deles tendo sido vitimados pela Operação Condor. Teriam sido pelo menos 13, conforme registra o livro *Dossiê Ditadura – Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1986*, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. São eles: Francisco Tenório Junior (Argentina); Jane Vanini (Chile); Luis Carlos Almeida (Chile); Luiz Renato do Lago Faria (Argentina); Luiz Renato Pires de Almeida (Bolívia); Maria Regina Marcondes Pinto (Argentina); Nelson de Souza Kohl (Chile); Roberto Roscardo Rodrigues (Argentina); Sidney Fix Marques dos Santos (Argentina); Tulio Roberto Cardoso Quintiliano (Chile); Walter Kenneth Neslon Fleury (Argentina); Wânio José de Matos (Chile).

Estrangeiros desaparecidos no Brasil

O livro *Direito à Memória e à Verdade*, editado pela SEDH em 2007, registra o desaparecimento de sete cidadãos argentinos no Brasil entre os anos de 1978 e 80, período em que a Operação Condor estava ativa em vários países. São eles:

Norberto Armando Habegger, escritor e militante montonero que vivia no exílio no México. Desembarcou no Rio de Janeiro em 31 de julho de 1978 com passaporte argentino em nome de Hector Esteban Cuello. Sua entrada foi confirmada por registro do embaixador argentino no país. Em relatório da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) da Argentina, consta que testemunhas afirmaram que foi seqüestrado por agentes brasileiros que o torturaram antes de entregá-lo aos policiais argentinos.

Horácio Domingo Campiglia e Monica Susana Pinus de Binstock, militantes do movimento montonero, viajavam de avião da Cidade do México para a Argentina, em 12/03/1980. Usavam passaportes falsos. O avião fez uma escala no Rio de Janeiro, onde ambos foram seqüestrados por militares argentinos, após obterem permissão de autoridades brasileiras. Os dois teriam sido levados para a Argentina. Desde então estão desaparecidos.

Lorenzo Ismael Viñas desapareceu no Brasil em 20/06/1980. Era universitário e estava exilado no México. Ele embarcou num ônibus da empresa Pluma, em Buenos Aires, com destino ao Rio de Janeiro, onde deveria se encontrar com a esposa, Claudia Olga Romana Alegrini. Ele não compareceu. Informando-se na empresa, Claudia soube que Lorenzo embarcara no ônibus, mas seguira viagem apenas até a cidade brasileira de Uruguaiana.

Jorge Oscar Adur, religioso, era padre titular das igrejas de San Isidro e Olivos, em Buenos Aires. Veio ao Brasil em julho de 1980 para acompanhar a visita do Papa João Paulo II ao país. Deveria se reunir com grupos de cristãos engajados na luta sindical e camponesa, familiares de desaparecidos e presos políticos argentinos e outros movimentos religiosos ou leigos que apresentariam ao Papa seu testemunho das injustiças sociais e perseguições políticas na América Latina. Não há informações sobre data e local do seu desaparecimento.

Liliana Inês Goldemberg e Eduardo Gonzalo Escabosa, montoneros, morreram dentro de uma lancha que fazia a travessia do rio Paraná na fronteira de Argentina e Brasil em Foz do Iguaçu, em 02/08/1980. Aluizio Palmar, no livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, relata: “antes da atracação no lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram suas armas para o casal. Cercados, Lilian (sic) e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam do atracadouro, vindos da aduana argentina”. Segundo o autor, os dois “abriram um saco plástico, tiraram comprimidos e os engoliram (...) Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto”.

Segue-se uma relação de 184 brasileiros e brasileiras que são considerados desaparecidos políticos de acordo com o enfoque mais abrangente do Direito Internacional sobre o tema. Estão agrupados em três blocos. O primeiro corresponde aos guerrilheiros do Araguaia.

O segundo apresenta a lista daqueles que os organismos de repressão do regime militar ou seus órgãos do Judiciário e do Executivo nunca reconheceram, de forma nenhuma, que foram presos e mortos. As informações sobre cada caso mostrarão que as buscas realizadas por familiares, militantes e autoridades vinculadas à proteção dos Direitos Humanos ao longo de quatro décadas deram resultado positivo em pouquíssimos casos. O último bloco refere-se àqueles cuja prisão e/ou morte foram noticiadas pela imprensa ou registradas em documentos oficiais do sistema de repressão, mas cujos corpos ainda não foram entregues à própria família, conforme determinam as leis, mesmo aquelas leis ilegítimas do período ditatorial. É muito provável que o número exato de desaparecidos ultrapasse esses 184 nomes dos quais foi possível obter informações consistentes.

ARAGUAIA

ADRIANO FONSECA FILHO (1945-1973)

Nascido de uma família presbiteriana, em Ponte Nova (MG), fez o curso primário nessa cidade e, aos dez anos, transferiu-se para Belo Horizonte, onde estudou como interno no Colégio Batista. Fez o curso científico na cidade de Lavras (MG), no Instituto Gammon, também em regime de internato. Aos 17 anos, Adriano mudou-se para o Rio de Janeiro. Morava num apartamento em Ipanema que constituía uma espécie de república de estudantes, intelectuais e artistas. Trabalhava no Tribunal Superior Eleitoral, além de dedicar-se ao teatro, encenando e escrevendo peças. Participou, como ator, de uma peça encenada no Teatro Tereza Raquel.

Iniciou suas atividades no movimento estudantil e, em 1971, participou da comissão organizadora da Juventude Patriótica, movimento criado por iniciativa do PCdoB. Perseguido pelos militares, viveu durante um ano e meio no sótão de um prédio antigo no Leblon. Em seguida, foi para a região da Gameleira, no Araguaia, onde passou a integrar o Destacamento B, assumindo o nome Chicão e sendo conhecido também pelo apelido de Queixada, devido ao queixo grande.

Ângelo Arroyo, membro do Comitê Central do PCdoB e dirigente militar da guerrilha do Araguaia, produziu um documento que ficou conhecido como Relatório Arroyo, que é uma das principais fontes de informações sobre os acontecimentos da guerrilha. A respeito da morte de Adriano, registrou: “Dia 28/29 de novembro [de 1973], o grupo acampou nas cabeceiras da grota do Nascimento. Chico (Adriano) recebeu um tiro, caindo morto. Eram 17h. Em seguida, ouviram-se mais seis tiros”. O relatório do Ministério do Exército diz que Adriano teria morrido em combate com as forças de segurança na guerrilha do Araguaia, onde atuava no Destacamento C. Já o relatório do Ministério da Marinha registra que ele foi “morto na região do Araguaia em 03/12/1973”, enquanto o do Ministério da Aeronáutica, mais resumido, o aponta como militante da VPR. José Vargas Jiménez, conhecido como Chico Dólar, militar que combateu os guerrilheiros na década de 1970, em seu livro *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva na guerrilha do Araguaia*, confirma a data da morte como sendo 3 de dezembro. Segundo ele, Adriano “foi morto pelos paraquedistas que atuavam na região de Xambioá [...] Ambos [refere-se também a Jaime Petit da Silva] foram decapitados e tiveram suas mãos cortadas”.

O livro *Operação Araguaia*, de Taís Morais e Eumano Silva, sustenta que Adriano morreu quando caçava jabuti para alimentação dos guerrilheiros. Já *A Lei da Selva*, livro de Hugo Studart, aventa a possibilidade de Adriano, depois de alvejado, ter permanecido vivo durante três dias, e informa que no Dossiê Araguaia, documento produzido por militares que participaram da repressão à guerrilha, e ao qual Studart teve acesso, a data da morte é 3 de dezembro de 1973.

O mateiro Sinésio, que acompanhava os militares, disse ao advogado Paulo Fonteles Filho e a Sezostrys Alves da Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, ter visto o que aconteceu com Adriano. Outro mateiro, Raimundo da Pedrina, teria carregado a cabeça de Adriano desde a Grota do Franco, onde foi morto.



ANDRÉ GRABOIS (1946-1973)



Filho do histórico dirigente comunista Maurício Grabois, André nasceu no Rio de Janeiro no mesmo ano em que seu pai assumiu a cadeira de deputado constituinte. Fez o curso primário na Escola Municipal Pedro Ernesto e o ginásio no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói. Desde cedo, pelo convívio com militantes comunistas, interessou-se pelas questões políticas e sociais. A partir de abril de 1964, devido às perseguições movidas contra seus pais Maurício Grabois e Alzira da Costa Reys, foi obrigado a abandonar seus estudos e, aos 17 anos, passou a viver na clandestinidade.

A vida de militante levou André a viajar para o exterior em 1967, para fazer cursos de capacitação política na China e na Albânia. Foi um dos primeiros a chegar na região do Araguaia, indo para a localidade de Faveira, no início de 1968. Lá conheceu a militante do PCdoB Criméia Almeida, com quem iniciou um relacionamento amoroso que viria a gerar um filho, João Carlos, que nasceu na prisão e não chegou a conhecer.

André Grabois era o comandante do Destacamento A da guerrilha. O relatório da Marinha de 1993 registra sobre ele: “Nov./74, relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morto em 13/10/1973”. No chamado “livro secreto do Exército”, consta na página 783 a morte dele e de outros companheiros: “Os subversivos haviam no primeiro combate de encontro com as forças legais sofrido quatro baixas e perdido três depósitos na área da Transamazônica”. Outro livro, *O coronel rompe o silêncio*, de Luiz Maklouf Carvalho, atribui ao coronel Lício Augusto Ribeiro as seguintes palavras sobre o mesmo episódio envolvendo Grabois e outros guerrilheiros: “A ordem era levar para o sítio da Oneide. Levar três caras enrijecidos, e um ferido, gemendo, urrando, durante seis horas, na mata, recebendo aquela sangreira na cara foi uma das missões mais terríveis da minha vida.” Outro militar que combateu a guerrilha, José Vargas Jiménez, em seu livro *Bacaba*, relata: “Eu encontrei um gorro de couro de quati, estava na cabeça do cadáver do guerrilheiro ‘Zé Carlos’ [André Grabois], era do tipo de ‘Daniel Boone’, peguei-o para mim e passei a usá-lo”.

No livro *Operação Araguaia*, de Taís Moraes e Eumano Silva, consta a informação de que André teria participado do assalto a um posto da Polícia Militar de Brejo Grande, na Transamazônica, e que os dois companheiros que morreram com ele estavam vestidos com fardas da PM, subtraídas naquele ataque, que Elio Gaspari reputa como a mais ousada operação entre as que foram levadas a cabo pelos guerrilheiros em todo o período. Para o advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no Grupo de Trabalho Tocantins, e Sezostrys Alves da Costa (da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia), o assalto ao posto da PM se deu, na verdade, no quilômetro 48 da Transamazônica, no entroncamento de São Domingos com Apinagés.

No relatório apresentado por quatro procuradores do Ministério Público Federal em 2002, está registrado: “José Carlos: ANDRÉ GRABOIS, morto em confronto na Fazenda do Geraldo Martins (Município de São Domingos do Araguaia), foi enterrado em uma cova rasa na região do Caçador”.

Em 17 de junho de 2007, o jornalista Leonel Rocha publicou matéria no *Correio Braziliense*:

Manoel Lima, conhecido como Vanu, foi um dos principais guias do Exército. E também de maior confiança. Ele ficou encarregado de transportar os corpos dos guerrilheiros José Carlos, codinome de André Grabois, desaparecido desde outubro de 1973; Zebão, nome fictício de João Gualberto Calatrone,

desaparecido em 1973; e de Antônio Alfredo de Lima, morto em outubro do mesmo ano. ‘Eu enterrei os três guerrilheiros aqui, na mesma cova’, aponta Vanu para o terreno onde os revoltosos tinham construído uma casa. Neste local, a viúva de José Carlos, Criméia Almeida, realizou buscas em 2002, mas nada encontrou. O mateiro garante que as escavações foram feitas em local errado.

Fonteles e Sezostrys sustentam que o local está correto, mas os restos mortais foram retirados dali por ocasião de uma “operação limpeza”.

ANTÔNIO ALFREDO DE LIMA (1938-1973)

Foi barqueiro, vaqueiro, tropeiro, castanheiro e lavrador. Vivia com a mulher e três filhos, como posseiro, no município de São João do Araguaia, quando foi ameaçado de expulsão e morte por grileiros e intimado a abandonar o local. Resistiu, aderindo à guerrilha. Dizia: “Posseiro que se entrega a grileiro vira andarilho no mundo, sempre com seus bagulhos nas costas, sem ter onde cair morto”.

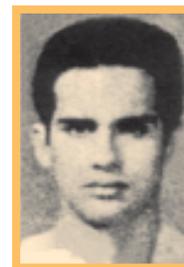
Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos, do anexo da Lei nº 9.140/95, como Antônio Alfredo Campos. Lavrador, natural do Estado do Pará, tinha 35 anos quando foi morto pelas Forças Armadas, no dia 14 de outubro de 73, em sua roça, às margens do rio Fortaleza, em São João do Araguaia, conforme registrado no Relatório Arroyo. Segundo relatos de pessoas da região, Antônio gostava de ensinar e transmitia suas experiências de caçador e mateiro aos companheiros. Alfredo também tinha muita disposição para o aprendizado. Analfabeto, em poucos meses aprendeu a ler e escrever. Aconselhava os outros lavradores a fazer o mesmo.

No início de outubro de 1973, sua mulher, Oneide, e os filhos foram presos e torturados. Mesmo assim Alfredo permaneceu na luta, sendo morto uma semana depois, em companhia de André Grabois, João Gualberto e Divino. Em 17 de junho de 2007, o jornalista Leonel Rocha publicou matéria no *Correio Braziliense* com informações sobre a possível localização do corpo de Antônio Alfredo, conforme já transcrito no registro sobre André Grabois.

ANTÔNIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA (1944-1972)

Baiano de Ilhéus e geólogo formado pela Universidade Federal da Bahia, Antônio Carlos teve intensa participação no movimento estudantil nos anos de 1967 e 1968. Em 1969, casou-se com sua colega Dinalva, a lendária Dina do Araguaia, e foram residir no Rio de Janeiro, onde desenvolveram um trabalho de conteúdo político e social junto a moradores de uma favela. Em maio de 1970, já incorporados ao PCdoB, Antônio e Dinalva trocaram o Rio de Janeiro pelo sul do Pará. No Araguaia, foram para a região de Caianos.

O relatório apresentado pela Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Correa, afirma sobre Antônio Carlos: “Em dezembro de 1972 foi identificado, por fotografia, como sendo o prof. Antônio que lecionava, no período de junho a dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Felix, em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador”. Taís Moraes e Eumano Silva escrevem sobre ele em *Operação Araguaia*: “Reservado, estudioso e carismático, usava a formação universitária para conhecer em profundidade a região. Demonstrava aos amigos consciência das poucas chances do movimento armado. De acordo com o Relatório Arroyo, foi preso durante o combate, torturado e executado”.



Antônio fez parte do Destacamento C - Grupo 500. Era o instrutor de orientação na mata dos companheiros que chegavam. Conhecia profundamente a área e, junto com Dinalva, fez todo o mapeamento da região até a Serra das Andorinhas.

Os relatórios dos três ministérios militares não fazem nenhuma menção às condições e data em que foi morto. No Relatório Arroyo, está registrado: “Antônio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado. Escapou a companheira Dina, que sofreu um arranhão de bala no pescoço. (Provavelmente 21/09/72)”. Segundo relatos de moradores, seu corpo foi enterrado clandestinamente no Cemitério de Xambioá.

De acordo com o livro *Operação Araguaia*, “morreu em confronto com o Exército no dia 29 de setembro de 1972, segundo documentos do Exército”.

ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA (1943-1974)



Piauiense de Luís Correia, no Delta do Parnaíba, estudava astronomia na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando participou ativamente do movimento estudantil, entre os anos de 1967 e 1970. Preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), foi indiciado em inquérito e passou a ser perseguido pelos órgãos de segurança do regime militar. Optou pela militância política clandestina quando já estava ligado ao PCdoB.

Mudou-se em 1970 para o Araguaia, fixando residência na localidade de Metade, onde era conhecido como Piauí. Foi o vice-comandante do Destacamento A e, após a morte de André Grabois, assumiu o comando. O livro *Operação Araguaia*, de Taís Morais e Eumano Silva, acrescenta um detalhe sobre sua vida: “Moradores contam que em uma festa, em meados de 1973, Piauí dançou e namorou uma moça a noite inteira – sem tirar a arma das costas”.

O Relatório Arroyo registra a ocorrência de um choque armado em 14 de janeiro de 1974, no qual três guerrilheiros conseguiram fugir, mas não se sabia o que acontecera com outros três: Piauí (Antônio de Pádua Costa), Beto (Lúcio Petit da Silva) e Antônio (Antônio Alfaiate).

O relatório dos quatro Procuradores do Ministério Público Federal, apresentado em janeiro de 2002, afirma:

Piauí: Antônio De Pádua Costa foi identificado sendo conduzido por soldados fardados na cidade de São Domingos do Araguaia. Depois de preso trabalhou como guia para as Forças Armadas na base da Bacaba, havendo, inclusive, foto sua em uma equipe. Manoel Leal Lima (ex-guia conhecido como Vanu) relatou que ao final da guerrilha Piauí foi morto na Bacaba, assim como Duda e Pedro Carretel. Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou.

Piauí é apontado em duas fotos dos arquivos do Ministério Público. Em uma, está cercado de militares armados. Na outra, aparece dentro de um buraco do Vietnã.

O livro de Elio Gaspari, *A ditadura escancarada*, segue na mesma direção: “Piauí, um dos quadros mais qualificados do PC do B, andou pelo mato por várias semanas, até que um menino que o acompanhava (cujo pai aderira à guerrilha e fora morto) resolveu levá-lo à casa de um tio. Estava faminto, seminu. Foi entregue à tropa, que o encapuzou, amarrou e levou para a Bacaba”. O livro de Hugo Studart informa que, no Dossiê Araguaia, a data apontada para a morte é 24 de janeiro de 1974.

No livro *Bacaba*, José Vargas Jiménez, militar que combateu a guerrilha, afirma sobre Antônio:

Dos guerrilheiros que foram interrogados, 'Piauí' foi o mais corajoso e valente. Não era como os outros, que não aguentavam as técnicas de interrogatório que lhes eram aplicadas e gritavam pedindo pelo amor de Deus que os matássemos. 'Piauí' aguentava o interrogatório sem gritar ou reclamar, era um dos poucos guerrilheiros bem preparados para a luta. [...] o guerrilheiro Antônio de Pádua Costa, 'Piauí', que eu capturei vivo e hoje consta como 'desaparecido', quando fui evacuado da região, em 27 de fevereiro de 1974, ainda se encontrava vivo [...] o seu desaparecimento ocorreu em março de 1974.

ANTÔNIO FERREIRA PINTO (1932-1974)

Antônio era pernambucano de Lagoa dos Gatos. Viveu na Baixada Fluminense, onde trabalhava como alfaiate, tornando-se dirigente do Sindicato dos Alfaiates do Estado da Guanabara. Participou dos movimentos populares pré-1964, em Duque de Caxias (RJ), contra a sonegação especulativa de gêneros alimentícios, incluindo ocupação de supermercados e açougues onde os produtos estavam sendo escondidos à espera de aumento nos preços.

Militante do PCdoB, foi viver na localidade de Metade, no Araguaia, em 1970, engajando-se na guerrilha. Era de gênio alegre e gostava de cantar e dançar músicas nordestinas. Pertenceu ao Destacamento A. Seu nome não consta do Anexo da Lei nº 9.140/95 porque só era conhecido pelo apelido de Antônio Alfaiate, devido à sua ocupação anterior. O requerimento de seus familiares foi aprovado na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em agosto de 1996, primeiro ano de funcionamento desse colegiado.

Antônio Félix da Silva, morador que prestou depoimento aos Procuradores do Ministério Público Federal, deu informações sobre como Alfaiate foi preso:

"Em abril de 1974, poucos militares ainda andavam na mata; que os militares achavam que apenas três ou quatro guerrilheiros ainda estavam vivos; que os militares pousaram em uma clareira perto de sua casa e foram a pé até a casa de Manezinho das Duas e se esconderam em um bananal próximo da casa; que no dia seguinte, pela manhã, o declarante foi até a casa do Manezinho das Duas, conforme determinação dos militares; que lá chegando, por volta das 7 horas da manhã, do dia 21/04/1974, o declarante viu Antônio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala da casa, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon; que o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio; que, por volta das 9 horas da manhã, chegou o helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros".

Documento do Ministério da Defesa, de 1º de julho de 2009, que organiza as informações sobre a guerrilha para serem apresentadas à Justiça, afirma que foi morto em 30 de abril de 1974.

ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS (1946-1973)

Ribas nasceu e estudou em São Paulo, no Colégio Estadual Basílio Machado, na Vila Madalena. Foi presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes) em 1967 e, no ano seguinte, seria provavelmente eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Foi detido pelo Dops, juntamente com a ex-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Catarina Meloni, durante manifestação contra a presença do presidente Costa e Silva em solenidade pelo Dia da Independência, 7 de setembro. Nessa ocasião, ele distribuía panfletos com críticas às Forças Armadas.



Pouco depois, em 12 de outubro, foi de novo preso em Ibiúna, no 30º Congresso da UNE. Condenado a um ano e seis meses de prisão, passou por vários presídios. Seus parentes foram vítimas de abusos e violências por parte de policiais. Libertado em abril de 1970, passou a morar em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, continuando sua militância clandestina no PCdoB. Ao final do ano, mudou-se para a região do Gameleira, no Araguaia.

O relatório apresentado pelo Ministério do Exército, em 1993, registra que: “Antônio Ribas, durante encontro com uma patrulha na região do Araguaia, conseguiu evadir-se, abandonando documentos nos quais usava o nome falso de José Ferreira da Silva”. Mais adiante, o relatório informa que “teria morrido em confronto com as forças de segurança”. Esse relato se aproxima das informações do Relatório Arroyo, segundo o qual no dia 28 ou 29 de novembro de 1973, “ao se encontrarem com uma patrulha do Exército, Jaime (Jaime Petit da Silva) e Ferreira (Antônio Guilherme Ribeiro Ribas), ficaram desligados do grupo”. Já o relatório da Marinha, de 1993, registra a informação equivocada de que Antônio teria morrido “em 20 de fevereiro de 1973”.

No livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, que se apoia em informações de um dossiê produzido por militares, consta que:

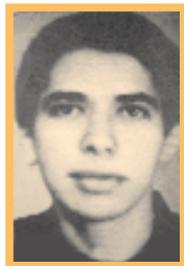
[...] os militares apanharam Adriano Fonseca Fernandes Filho, o Chico, também do Destacamento C. Morreu a 3 de dezembro de 1973, segundo o dossiê. Em vez de transportar o corpo, desta vez os militares levaram somente a cabeça para identificação. Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, o Ferreira, do Destacamento B, foi abatido duas semanas depois na área dos paraquedistas.

Studart precisa a data da morte de Ribas em 19 de dezembro de 1973. E acrescenta:

Seu irmão, Dalmo Ribas, com apoio do Comitê Brasileiro pela Anistia, entrou em contato com o QG do II Exército para tentar encontrar o corpo e estabelecer a verdade. Foi informado de que ‘o assunto era reservado, mesmo dentro do próprio Exército, e que nem o comandante teria acesso a informações afetas exclusivamente a Brasília’ e que não mais deveria buscar esse tipo de esclarecimento.

De acordo com o advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no Grupo de Trabalho Tocantins, e Sezostrys Alves da Costa (da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia), o morador Raimundo (Loca) Ribeiro da Silva informou, em 2010, que o corpo de Ribas teria sido sepultado às margens da Grota da Lima, região da estrada OP2.

ANTÔNIO THEODORO DE CASTRO (1945-1974)



Cearense de Itapipoca, cursou até o 4º ano de farmácia na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, e era diretor da Casa do Estudante Universitário. Foi obrigado a se transferir para o Rio de Janeiro devido às perseguições políticas decorrentes de sua participação no movimento estudantil. Matriculou-se na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRJ, onde continuou a participar das atividades estudantis em 1969 e 1970, militando no PCdoB. Com o recrudescimento das perseguições políticas, Antônio foi deslocado em 1971 para o Araguaia, indo residir na região do rio Gameleira. Pertencia ao Destacamento B, sendo conhecido por Raul, Teo e Ceará.

Segundo o Relatório Arroyo, Antônio já havia sido ferido no dia 30 de setembro de 72, quando desapareceram João Carlos Haas Sobrinho, Ciro Flávio de Oliveira e Manoel Nurchis. No relatório do Ministério da Marinha consta: “Fev./74 - Foi morto durante ataque de terroristas à equipe que o conduzia.

Nov./74 - Relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo CC do PCdoB, em Xambioá. Morto em 27/02/74". Esta data é confirmada no livro Bacaba, de José Vargas Jiménez.

Há informações de que seus restos mortais podem estar enterrados na Bacaba, no quilômetro 68 da Transamazônica, onde funcionou uma base militar com centro de torturas. Segundo moradores do local, havia um cemitério clandestino no fundo dessa base, próximo à mata.

Com base no dossiê produzido por militares, o jornalista Hugo Studart registra que Antônio Theodoro teria sido executado entre o Natal e 31 de dezembro de 1973, depois de ser preso.

Conforme o advogado Paulo Fonteles Filho e Sezostrys Alves Costa (da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia), Raul foi preso na estrada OP3 e levado pra a base militar localizada na Fazenda Consolação. Foi assassinado na Fazenda Estrela do Araguaia, próxima ao garimpo da matrinxã, para onde havia sido levado por helicóptero.

Antônio (Raul) teve uma filha com uma moça da região, Regina, também morta por apoiar os guerrilheiros. Em 2009, um guia falou dessa criança à advogada Mercês Castro, irmã de Antônio, quando esta fazia buscas pelo corpo do irmão no Araguaia. A menina havia sido sequestrada por militares e criada em Belém por um casal que cuidava de um orfanato. A criança foi identificada como Lia Cecília da Silva Martins. Forte semelhança genética foi apontada entre Lia e os seis irmãos de Antônio. Na análise de marcadores de DNA, em 21 foram encontrados 18 coincidentes. "A semelhança entre nós é muito grande", diz Lia, que é funcionária de uma maternidade. A advogada Mercês anunciou que vai pedir à Justiça a troca do sobrenome de Lia, para que ela passe a fazer parte da família, segundo a *Folha de S. Paulo* de 22 de maio de 2010

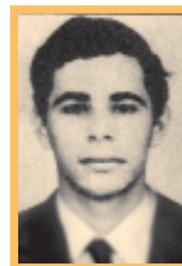
ARILDO AÍRTON VALADÃO (1948-1973)

Capixaba de Itaiç, Arildo estudou em Cachoeiro do Itapemirim (ES) até a conclusão do colegial. Seguiu então para o Rio de Janeiro, em 1968, para estudar Física na UFRJ, tornando-se presidente do diretório acadêmico do Instituto de Física. Na faculdade, conheceu Áurea Elisa Pereira, também desaparecida no Araguaia, com quem se casou em fevereiro de 1970. Moravam num pequeno apartamento no Catete e se mantinham com uma bolsa de estudos do CNPq e com o que ele ganhava como monitor de classe.

Arildo e Áurea militavam no PCdoB. Foram viver no Araguaia no segundo semestre de 1970, estabelecendo-se na região de Caianos e integrando-se ao Destacamento C da guerrilha. Embora não tivesse formação em Odontologia, Arildo extraía dentes e fazia pequenos atendimentos.

Segundo o Relatório Arroyo:

No dia 24 [ou 26/11/73, segundo o Dossiê Araguaia], quando voltavam de um contato com a massa, os companheiros Ari (Arildo), Raul e Jonas pararam próximo de uma gruta. Ari e Raul se aproximaram da gruta para melhor se orientarem. Jonas ficou de guarda, perto das mochilas. Ouvia-se um tiro e Ari caiu. Em seguida ouviram-se mais dois tiros. Raul correu. O comando do Destacamento BC, que também ouvira os tiros, enviou quatro companheiros para pesquisar o que teria havido. Logo adiante, esses companheiros encontraram o corpo de Ari sem a cabeça. Sua arma, rifle 44, seu bernal e sua bússola tinham sido levados. As mochilas de Ari, Jonas e Raul estavam lá. Raul voltou pela manhã ao acampamento e Jonas desapareceu.



Sua morte também é citada no comunicado nº 8 das Forças Guerrilheiras do Araguaia, com o nome de Ari.

O ex-colaborador do Exército Sinésio Martins Ribeiro, em depoimento prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001, afirma que “[...] Ari não atirou; que Ari teve sua cabeça cortada e levada para a base do Exército em Xambioá”. Esta informação é confirmada por José Vargas Jiménez em seu livro Bacaba: “No dia 24 de novembro, na região de Pau Preto, o guerrilheiro Arildo Airton Valadão (Ari) foi morto e decapitado por um GC comandado por um segundo sargento que servia na 1ª/3ª B Fron, com sede em Clevelândia do Norte (AP), organização militar onde eu servia”.

Elio Gaspari também descreve a decapitação de Arildo em *A ditadura escancarada*: “Outros combatentes que estavam nas vizinhanças ouviram três tiros. Aproximaram-se da grota e encontraram o corpo de Ari, sem a cabeça. A degola de Canudos, do Contestado e das volantes do cangaço também chegara ao Araguaia”.

De acordo com relatório da expedição feita pelo MPF em 2001, “[...] após a retirada da cabeça, a colocaram num saco plástico e voltaram a pé até a base do Paulista, na beira do rio Xambioázinho, junto à OP-238; [...] que a cabeça foi entregue ao ‘Dr. Cesar’, do Exército”. O corpo, sem a cabeça, teria sido enterrado na Grota do Mutum, de acordo com moradores da região. Ex-guias que alegam ter participado da morte de Arildo afirmam que seu corpo foi sepultado em um local chamado Pimenteira. Em 2010, estava sinalizado para futuras escavações do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT).

ÁUREA ELIZA PEREIRA (1950-1974)



Áurea passou a infância na Fazenda da Lagoa, município de Monte Belo, no sul de Minas Gerais, onde seu pai era administrador. Estudou no Colégio Nossa Senhora das Graças, em Areado, concluindo ali o curso ginasial. Mudou-se em 1964 para o Rio de Janeiro e foi cursar o segundo grau no Colégio Brasileiro, em São Cristóvão. Aos 17 anos, prestou vestibular para o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde pretendia se especializar em física nuclear.

Na universidade, participou do movimento estudantil no período de 1967 a 1970, tendo sido membro do diretório acadêmico de sua escola. No segundo semestre de 1970, mudou-se junto com Arildo Valadão, seu marido, para o Araguaia, onde trabalhou como professora e ingressou no Destacamento C da guerrilha.

Em *Operação Araguaia*, os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva assinalam: “Querida por todos, trabalhou como professora no povoado de Boa Vista, esbanjava simpatia. Dois mateiros a prenderam no início de 1974 e a entregaram à repressão. Amarrada, muito magra, faminta e doente, vestia apenas um pedaço de sutiã. [...] Áurea foi vista viva, depois de presa, na base de Xambioá”.

Elio Gaspari afirma em *A ditadura escancarada*: “Adalberto Virgulino, que capturou a guerrilheira Áurea (Áurea Eliza Valadão), recebeu oitocentos cruzeiros e um maço de cigarros”. Hugo Studart acrescenta: “[...] teria ocorrido debate entre os militares sobre a necessidade de executá-la. Ao final, decidiu-se cumprir a ordem de Brasília de não deixar nenhum guerrilheiro sair da região, mesmo que já não oferecesse perigo para o regime”.

O relatório produzido em 2002 por procuradores do Ministério Público Federal informa: “[...] presa, junto com Batista, na casa de uma moradora da região, onde iam comer diariamente. Teria sido levada para a base de Xambioá, onde foi vista”.

Em 18 e 19 de março de 2004, o jornalista Adriano Gaieski, da Agência Brasil, informava: “O ex-militar contou ao procurador Adrian Pereira Ziemba ter visto a chegada, na base militar, de Áurea Eliza Pereira Valadão, 24 anos. [...] Conforme Ferreira, Áurea foi torturada durante todo um dia e uma noite. No dia seguinte, os militares a colocaram num helicóptero e ela nunca mais foi vista”.

O preso Amaro Lins, ex-militante do PCdoB, relatou ter ouvido um policial dizer a Áurea que arrumasse suas coisas, pois iria “viajar”. No relatório do Ministério da Marinha, ela consta como “morta em 13/06/74”. Segundo depoimento de uma moradora de Xambioá, a moça teria sido vista, sem vida, na delegacia da cidade e seu corpo estaria enterrado no cemitério local

BERGSON GURJÃO FARIAS (1947-1972)

Bergson nasceu em Fortaleza, estudava Química na Universidade Federal do Ceará e atuava no movimento estudantil. Foi preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, e expulso da universidade com base no Decreto-Lei nº 477. Ainda nesse ano, no Ceará, foi ferido a bala, na cabeça, quando participava de manifestação estudantil. Em 1º de julho de 1969, condenado a dois anos de reclusão pela Justiça Militar, passou a atuar na clandestinidade. Mudou-se para a região do Araguaia, mais especificamente na área de Caianos, onde ficou conhecido como Jorge.

Existem controvérsias quanto à data do desaparecimento ou morte desse líder estudantil cearense, primeira baixa fatal entre os quadros do PCdoB deslocados para o Araguaia. A data 8 de maio de 1972 sempre constou nas listas de mortos e desaparecidos políticos. Publicações mais recentes indicam 2 ou 4 de junho. Segundo testemunhas, seu corpo foi pendurado em uma árvore, de cabeça para baixo, para ser agredido pelos militares.

O desaparecimento de Bergson foi denunciado em juízo pelos presos políticos José Genoíno Neto e Dower Moraes Cavalcante. Genoíno afirmou que lhe mostraram o corpo sem vida de Bergson, com inúmeras perfurações, durante um interrogatório. Dower informou ter sido preso e torturado junto com Bergson e confirmou a versão de Genoíno para a sua morte. Segundo depoimento de Dower – hoje falecido – o general Bandeira de Melo lhe disse que Bergson estaria enterrado no Cemitério de Xambioá.

Segundo o Relatório Arroyo, a morte de Bergson aconteceu do seguinte modo:

[...] Paulo (comandante do destacamento) procurou um morador de nome Cearense, seu conhecido, e que já havia prestado alguma ajuda, encomendando-lhe um rolo de fumo, que seria apanhado dentro de uns três dias. Cearense sempre foi muito ajudado por Paulo. No entanto, diante da recompensa oferecida pelo Exército (1.000 cruzeiros) por cada guerrilheiro que entregasse, Cearense foi a São Geraldo e avisou o Exército do ponto marcado por Paulo. No dia de apanhar o fumo, dirigiu-se ao local um grupo constituído por cinco elementos: Paulo, Jorge (Bergson Gurjão Farias), Áurea (Áurea Elisa Pereira Valadão), Ari (Ariildo Valadão) e Josias (Tobias). Ao se aproximar do local, foram metralhados, tendo morrido Jorge”.

Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, confirma essa morte. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, também registra junho como o mês da morte de Bergson. Um outro



documento, assinado pelo general Antonio Bandeira, então comandante da 3ª Brigada de Infantaria, indica: “1) Bergson Gurjão Farias (Jorge) – morto a 02 Jun 72, em Caiano – pertencia ao Destacamento C – era chefe do grupo 700”.

No “livro secreto” do Exército, divulgado em abril de 2007, consta sobre Bergson:

Em junho (de 1972), começando a rrear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região do Caiano. Dele resultou ferido um tenente paraquedista, sendo morto Bergson Gurjão de Farias (Jorge).

No livro *A Lei da Selva*, de Hugo Studart, a data da morte seria 4 de maio. O jornalista Elio Gaspari descreve em *A ditadura escancarada*:

O Exército oferecia mil cruzeiros por ‘paulista’ capturado. Era dinheiro suficiente para a compra de um pequeno pedaço de terra. Esse tipo de incentivo, associado à intimidação, levou um camponês a denunciar um guerrilheiro com quem tinha boas relações. Deveria entregar-lhe um rolo de fumo e avisou o Exército. Cinco ‘paulistas’ foram para as proximidades do lugar onde deveria ser deixada a encomenda. Um deles, Jorge, aproximou-se. Ouviram-se três rajadas. Bergson Gurjão Farias, 25 anos, [...] tornou-se o primeiro desaparecido da guerrilha.

Em julho de 1996, numa das inúmeras missões de busca realizadas pela Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e por familiares dos guerrilheiros, no Araguaia, três ossadas foram localizadas no cemitério de Xambioá. Uma delas, submetida diversas vezes a testes de DNA, foi identificada como sendo de Bergson, treze anos depois, em julho de 2009, graças aos avanços da tecnologia.

Seu funeral ocorreu em 6 de outubro de 2009, no cemitério Parque da Paz, em Fortaleza. Os restos mortais foram levados de Brasília em avião da FAB. Bergson foi recebido com honras de herói na Universidade Federal do Ceará, para onde foi transportado em cortejo fúnebre por um carro do Corpo de Bombeiros. Na universidade, milhares de pessoas participaram de um ato público em sua homenagem. Ao cemitério compareceram o próprio governador do estado, Cid Gomes, e várias autoridades, parlamentares e lideranças partidárias.

CILON DA CUNHA BRUM (1946-1974)



Natural de São Sepé, no Rio Grande do Sul, transferiu-se para São Paulo, onde ingressou no curso de Economia da PUC e atuou no movimento estudantil. Seu último contato com a família foi em junho de 1970, quando esteve em Porto Alegre e revelou para seus irmãos que estava com problemas políticos e que poderia ser preso a qualquer momento.

Militante do PCdoB, foi deslocado em 1971 para uma localidade próxima ao rio Gameleira, no Araguaia, onde era conhecido como Simão ou Comprido. Conforme o Relatório Arroyo, “em out./72 passou a vice-comandante do Dest. B”. Estava junto com Osvaldão na localidade de Couro Dantas quando foi morto o cabo Rosa, primeiro militar a ser abatido pelos guerrilheiros, em maio de 1972.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, informa que “em set./73 era chefe do Grupo Castanhal do Dest. B. Morto em 27/02/74”. Essa data é confirmada no livro *Bacaba*. Em documento elaborado

pela Abin em 21 de fevereiro de 2005, consta que Cilon “foi militante do PCdoB, fez curso de guerrilha na região de Marabá/PA”. Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, confirma a morte de Cilon sob um de seus codinomes, Flávio.

O livro *Operação Araguaia* apresenta uma foto dele já preso, agachado junto a um grupo de militares, e relata:

Em uma das passagens por Xambioá, o soldado Adolfo da Cruz Rosa conheceu o guerrilheiro Simão, preso pelos militares. O esquerdista andava solto pela base das Forças Armadas montada nos arredores da cidade. Sem algemas, mas vigiado, bombeava água para o acampamento por ordem dos comandantes. Alto, branco, Simão estava com Osvaldão na refrega em que morreu o cabo Rosa. Havia dúvida sobre quem deu o tiro fatal. Colegas estimulavam Adolfo a matar o comunista e vingar a morte do irmão. O soldado dizia que considerava a ideia um absurdo. Adolfo e Simão conversaram várias vezes. Uma vez o irmão do cabo Rosa quis tirar a dúvida. ‘Você matou meu irmão?’ ‘Não, não fui eu.’ Mais, Simão não disse. Perguntado sobre a responsabilidade de Osvaldão, nada respondeu. O tempo passou. Um dia, ao voltar de uma missão, Adolfo percebe a ausência do preso. Alguém diz que foi levado para Brasília. Mentira. Simão, indefeso, foi morto na mata”.

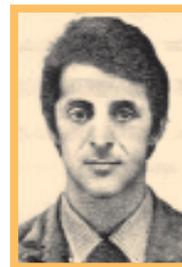
De acordo com o advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no GT Tocantins, e Sezostrys Alves da Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, preso, Cilon ficou a maior parte do tempo na Base da Consolação. Foi executado, junto com Antônio Theodoro (Raul), na Fazenda Estrela do Araguaia. Os corpos ficaram expostos por alguns dias e depois foram enterrados na própria fazenda pelo gerente Zezão. Em 2003, na 49ª Feira do Livro de Porto Alegre, foi lançado o livro *Para não esquecer o Araguaia - em memória do gaúcho Cilon*, escrito pelo professor da Universidade Federal de Santa Maria, Diorge Konrad.

CIRO FLÁVIO SALAZAR DE OLIVEIRA (1943-1972)

Natural de Araguari, no Triângulo Mineiro, Ciro mudou-se para o Rio de Janeiro. Ingressou em 1964 na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), na Ilha do Fundão. Participante ativo do movimento estudantil, foi detido pelo Dops distribuindo folhetos no dia da Passeata dos 100 mil, em 26 de junho de 1968. Libertado, passou a atuar na clandestinidade.

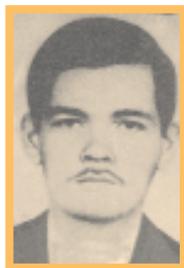
A revista *Manchete* publicou uma foto em que Ciro Flávio aparecia incendiando uma viatura policial durante manifestação estudantil, o que lhe valeu intensa perseguição. Em 1970, já engajado no PCdoB, foi para a região do Araguaia, estabelecendo-se na área do rio Gameleira com uma farmácia e um centro de saúde, os primeiros da região, dando assistência à comunidade. Integrado ao Destacamento B dos guerrilheiros, morreu metralhado em 29 ou 30 de setembro de 1972, conforme o Relatório Arroyo. *O Livro Negro do Terrorismo*, produzido pelo CIE entre 1986 e 1988 por determinação do então ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, registra na página 725 a morte de Ciro como tendo ocorrido no dia 29:

Ainda nesse dia (29 de setembro de 1972), um grupo de terroristas aproximou-se de um casario. Um deles foi visto, no momento em que retrocedia, por um dos componentes de uma patrulha do 6º BC. A patrulha empreendeu perseguição aos subversivos e no tiroteio travado acabou por matar três terroristas do grupo: Ciro Flávio Salazar de Oliveira (Flávio) e Manoel José Nurchis (Gil), do Destacamento B, e João Carlos Haas Sobrinho (Juca), da Comissão Militar.



Em abril de 1973, foi mostrado a Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, presa no PIC de Brasília, um slide onde aparecia o cadáver de Ciro. O relatório apresentado pelo Ministério do Exército ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, registra que Ciro “teria sido morto em outubro de 1972”. Esta informação coincide com aquela que aparece no Relatório Arroyo. Mas há discrepâncias. Em certidão fornecida pela Abin consta que em março de 1975 o nome de Ciro integrou uma relação, elaborada pelo SNI, de mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Nessa lista aparece como “morto em 1971”.

CUSTÓDIO SARAIVA NETO (1952-1973)



Cearense de Fortaleza, compunha com Uirassu Assis Batista, seu companheiro de atividades no movimento estudantil secundarista – Custódio em Fortaleza, Uirassu em Salvador –, a dupla mais jovem entre todos os guerrilheiros do Araguaia. Ambos nasceram no mesmo dia e tinham 20 anos quando se iniciaram os confrontos armados.

Perseguido por sua militância estudantil no Ceará e já militante do PCdoB, Custódio optou por ir viver às margens do Araguaia, estabelecendo-se na localidade de Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, onde ficou conhecido como Lauro. Incorporou-se ao Destacamento A, sendo mais tarde transferido para o corpo da guarda da Comissão Militar. Foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973.

O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, afirma que Custódio “foi morto em 15 de fevereiro de 1974, em Xambioá”. O do Ministério do Exército atribui a ele, equivocadamente, uma militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao invés do PCdoB.

Os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva escreveram sobre ele em Operação Araguaia:

Órfão de pai, começou a militar no movimento secundarista do Ceará. Participou de manifestações de rua e entrou para a lista dos perseguidos da repressão. Viajou pelo Brasil para ajudar na organização política dos estudantes do segundo grau. Num encontro entre dirigentes da UBES e da UNE, em Salvador, conheceu militantes mais tarde deslocados para o Araguaia. Entre eles estava a líder Helenira Resende. Combateram juntos no Destacamento A. Durante os confrontos, Lauro, também conhecido por ‘Nellito’ ou ‘Edio’, foi deslocado para a guarda da Comissão Militar. Morreu em 15 de fevereiro de 1974, segundo a Marinha.

DANIEL RIBEIRO CALLADO (1940-1974)



Fluminense de São Gonçalo, concluiu aos 16 anos o curso de ajustador no Senai e iniciou a vida profissional na empresa Hime, hoje incorporada ao grupo Gerdau. Convocado para o serviço militar, deu baixa como terceiro sargento. Ingressou no PCdoB em 1962. Abandonou o emprego em abril de 1964 devido à perseguição política desencadeada pelo regime militar.

O relatório do Exército, de 1993, registra que Daniel “esteve na China, provavelmente realizando curso de guerrilha”. No relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, consta que ele “participou de greves, campanha de eleição sindical, comícios, ato no Rio em homenagem aos chineses, passeatas e comício durante a revolução em Niterói. Foi cursar guerrilha na China, passando pela URSS e Tchecoslováquia. Participou do destacamento de subversivos em Esperancinha, Gameleira, Pau Preto, tendo se dispersado do grupo foi preso em Araguaína [...] Morto em 28 JUN 74”.

Nos primeiros meses de 1974, chegou a ser visto em três oportunidades na prisão por Amaro Lins, conforme depoimento prestado no 4º Cartório de Notas de Belém (PA). Amaro disse que viu Daniel e que ele estava bem de saúde. Na terceira vez que o viu, Daniel estava sendo conduzido por um soldado. O soldado lhe disse que Daniel faria uma viagem de avião, sem dizer para onde. Na mesma época, uma moradora de Xambioá viu Daniel preso, com o pé machucado, na delegacia da cidade. Depoimento de Joaquina Ferreira da Silva para a Delegacia de Polícia de Xambioá (TO), em 29 de abril de 1991, informa sobre a morte de João Carlos Haas Sobrinho e que na mesma ocasião de seu sepultamento foram enterrados os corpos de Daniel Ribeiro Callado e mais um homem.

No livro *Operação Araguaia*, de Taís Morais e Eumano Silva, uma foto mostra Daniel agachado ao lado de um dos militares que atuaram na repressão à guerrilha. Elio Gaspari também faz referência a essa imagem: “[...] O guerrilheiro Doca (Daniel Ribeiro Callado) foi fotografado na companhia do ex-sargento João Santa Cruz, na mata, ao lado de uma pequena cachoeira. Está agachado, com as mãos e os pés livres, na posição de quem compõe uma cena”.

Em março de 2004, a revista *Época* publicou reportagem, assinada por Leandro Loyola, em que ouviu soldados relatando episódios da guerrilha: “[...] o operário carioca Daniel Ribeiro Callado, o Doca, havia chegado vivo à base de Xambioá. Ele acabou sendo um dos prisioneiros mais duradouros do Exército”. O Dossiê Araguaia, que teria sido escrito por militares participantes do combate à guerrilha, indica como data da morte 14 de março de 1974, de acordo com Hugo Studart em *A Lei da Selva*. Não se sabe onde foi morto e enterrado.

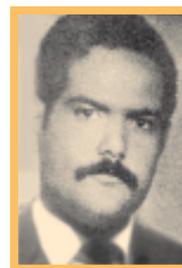
DERMEVAL DA SILVA PEREIRA (1945-1973)

Baiano de Salvador, em 1965 Dermeval ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde foi diretor do centro acadêmico. Expulso em 1969, transferiu-se para a Universidade Católica de Salvador, concluiu o curso e passou a trabalhar como advogado. Em 1971, foi processado e condenado à revelia pela Auditoria Militar de Salvador por sua atuação política. Depois disso, já militando no PCdoB, foi viver clandestinamente na região do Araguaia, estabelecendo-se na localidade chamada Metade. Integrou-se ao Destacamento A da guerrilha, onde era conhecido como João Araguaia.

No livro *Bacaba*, de José Vargas Jiménez, no qual o nome Dermeval aparece com grafia errada (Demerval), registra-se um episódio no qual ele conseguiu escapar de uma emboscada dos militares, em outubro de 1973. Em A ditadura escancarada, Elio Gaspari escreve:

João Araguaia [...] foi com o guerrilheiro Manoel (Rodolfo de Carvalho Troiano) à casa de um lavrador para devolver-lhe o filho Sebastião, que acompanhara a guerrilha. Continuava robusto, vestia bermudas e carregava uma submetralhadora. O pai do menino foi para a Bacaba e avisou os militares. Voltou com doze soldados. Guiados por Sebastião, entraram na mata, e deu-se um tiroteio. Manoel, ferido, foi morto com um tiro na cabeça. Tempos depois, magro, amarelado e cabeludo, João pediu a um lavrador que o entregasse ao Exército. Foi metralhado na Bacaba.

O relatório assinado em 28 de janeiro de 2002 pelos Procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr. anota seu nome entre as pessoas que foram vistas presas, conforme depoimentos colhidos por eles na região em 2001: “João Araguaia: Dermeval da S. Pereira,



que se entregou ao Exército na casa de um depoente após intermediação de Luiz Garimpeiro. Foi visto por outro depoente na base da Bacaba, quando estaria sendo transferido para Marabá. Teria sido morto por ter jogado um copo d'água em um militar". Segundo José da Luz Filho, também morador da região, Dermeval teria sido preso na casa de Nazaré Rodrigues de Sousa. De acordo com Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no GT Tocantins, e Sezostrys Alves da Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, Dermeval pediu água a um soldado que a salgou antes de lhe entregar. Indignado, jogou o copo no soldado, que reagiu matando-o. Seu corpo teria sido sepultado no bananal atrás do prédio do DNER. Posteriormente foi retirado de lá.

O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, registra que "Dermeval foi morto em 28 de março de 1974". O da Aeronáutica, lacônico, afirma que não há dados que comprovem o desfecho do caso. Hugo Studart, em *A Lei da Selva*, cita depoimentos dando conta de que teria sido preso e depois fuzilado no DNER de Marabá. Informa também que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente do combate à guerrilha, aponta sua morte como ocorrida em janeiro de 1974.

DINAELZA SANTANA COQUEIRO (1949-1973)



Baiana de Vitória da Conquista, Dinaelza cursou Geografia na Universidade Católica de Salvador. Participou ativamente do movimento estudantil. Nessa época, casou-se com Vandick, também desaparecido no Araguaia. Em 1970, ela e o marido já integravam o comitê estudantil do PCdoB. Em 1971, foi deslocada para a região do Gameleira, no Araguaia, onde se tornou conhecida como Mariadina. Integrou o Destacamento B da guerrilha e participou de vários enfrentamentos armados.

Sinésio Martins Ribeiro, guia do Exército na época, afirmou em 19 de julho de 2001 que:

Mariadina [...] foi levada para a casa do Arlindo Piauí para contar onde estavam os outros e outras informações; que ela não falou nada; que lhe contaram que ela era muito bruta, porque ela não respondia nenhuma das perguntas e também cuspiu nos doutores; que por isso a mataram um pouco adiante da casa do Arlindo Piauí, dentro da mata [...].

No relatório do Ministério do Exército, de 1993, consta que "usava os codinomes Dinorá e Mariadina e que sua carteira de identidade havia sido apreendida em um aparelho rural do PCdoB". Já o relatório do Ministério da Marinha registra que "Dinaelza foi morta em 8 de abril de 1974". Segundo depoimentos de moradores de Xambioá, Dinaelza foi capturada por forças do Exército.

No relatório apresentado pelos Procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr., em 28 de janeiro de 2002, também ficou registrado: "Mariadina: Dinaelza S. Coqueiro foi presa por um mateiro e entregue ao Exército. Interrogada na casa de um camponês, teria cuspidado em um dos oficiais e então executada".

O livro de Elio Gaspari traz o depoimento de José Veloso de Andrade, encarregado da lanchonete da Bacaba, informando ter visto seis guerrilheiros vivos naquele acampamento militar, entre os quais estava Mariadina (Dinaelza).

No livro de Hugo Studart, consta: “Foi presa e executada pelos militares. A arma do militar falhou no momento da execução, de acordo com depoimento a esta pesquisa. Teria sido enterrada perto de São Geraldo, segundo camponeses”.

Taís Morais e Eumano Silva escreveram em Operação Araguaia sobre Dinaelza: “Presa pelo mateiro Manoel Gomes nas proximidades da OP-1, revoltou-se com o tratamento recebido do Exército. Meiga com os familiares, xingou o Major Curió de ‘chifrudo’ e cuspiu na cara de um oficial”.

O número 208, de janeiro de 2002, de A Classe Operária, órgão oficial do PCdoB, trouxe trechos do depoimento prestado por Cícero Pereira Gomes, posseiro no Araguaia que colaborou com o Exército. Ele informou que o corpo de Dinaelza está enterrado na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo a Marabá, indicando o local da cova, perto de uma casa de tábuas.

Diva Santana, irmã de Dinaelza, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de Salvador e membro da CEMDP, descobriu com seus esforços importantes informações sobre Dinaelza e outros desaparecidos, baseada em relatos que obteve junto à população local. Diva diz que Antônia Ribeiro da Silva, moradora da região de Gameleira, às margens da estrada operacional 2, contou a ela que Dinaelza foi morta perto de sua casa. Quatro homens chegaram num helicóptero, com Dinaelza. Saíram todos levando-a presa. Pouco depois, ouviu tiros. Os homens voltaram sem a Dinaelza. Um deles era o major Curió.

E o Curió muito irritado porque a arma dele falhou. Ele a xingava, vagabunda, filha dumas quantas. Disse que ela cuspiu nele. Aí ele foi matar e emperrou a arma, outro soldado matou.

Quando eles subiram no helicóptero, Dona Antônia foi ver o local. Havia uma poça de sangue, já com mosca, junto, um montinho de terra, ela não viu o corpo. Esse local já foi explorado pela equipe técnica do GTT em setembro de 2009, porém nenhum vestígio humano foi localizado.

DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA (1945-1974)

Baiana de Castro Alves, fez o curso primário na Escola Rural de Argoim e em seguida mudou-se para Salvador, cursando o ginásio no Instituto de Educação Isaías Alves. Completou o ensino médio no Colégio Estadual da Bahia e se formou em Geologia pela Universidade Federal. Participou ativamente do movimento estudantil em Salvador, em 1967 e 1968, e tornou-se militante do PCdoB.

Nesse período, conheceu Antônio Carlos Monteiro Teixeira, seu colega de turma, também do PCdoB, com quem se casou em 1969. Naquele ano, o casal foi morar no Rio de Janeiro e trabalharam ambos no Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia, participando também de atividades na SBPC.

Em maio de 1970, foram deslocados para a região do Araguaia, onde Dinalva atuou como professora, parteira e chegou a ser vice-comandante do Destacamento C, única mulher da guerrilha a alcançar um posto de comando. Quando tiveram início os choques armados, em abril de 1972, o casal já estava separado. Dinalva começara um novo relacionamento com Gilberto Olímpio Maria, morto no Natal de 1973. Dina destacou-se por sua habilidade militar ao escapar de ataques inimigos e participar de várias ações armadas, sendo ferida em uma delas. Era tida como exímia atiradora. Sobreviveu ao ataque do Natal de 1973, mesmo enfrentando grave surto de malária. Essas peripécias fizeram surgir a lenda de que Dinalva era capaz de se transformar em borboleta.



O relatório da Marinha, de 1993, assim descreve a atuação de Dina duas décadas antes:

Entre os dias 30 JAN e 02 FEV/73, acompanhada por outros elementos, percorreu várias casas de caboclos da região de Pau Preto, onde foi comprado arroz e distribuído um manifesto do PCdoB, prometendo aos elementos da região que após a derrubada do governo seriam instalados na mata escolas e hospitais. Na ocasião, foi notado que o grupo de Dina portava armas semelhantes às usadas pelo Exército, e que a mesma portava uma atravessada no peito que aparentava ser automática.

E o relatório traz ainda a data de sua morte: “JUL/74, teria sido morta em Xambioá”.

Segundo depoimentos contraditórios de moradores da região, Dina teria sido presa na Serra das Andorinhas em estado adiantado de gravidez, versão reforçada pelo coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral em depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em diferentes versões, ora se afirma que Dina foi presa junto com Lia (Telma Regina Cordeiro Corrêa), ora com Tuca (Luiza Augusta Garlippe).

Sobre sua morte, Hugo Studart apresenta um relato detalhado no livro *A Lei da Selva*, com destaque para o fato de apontar claramente o nome do autor da execução: “A subcomandante Dina foi presa na selva por uma patrulha de guerra do Exército [...], em junho de 1974, numa localidade chamada Pau Preto, entre o rio Gameleira e o igarapé Saranzal. Estava em companhia da guerrilheira Luiza Augusta Garlippe, codinome Tuca, integrante do Destacamento B”. Em nota de pé de página, o autor do livro escreve: “O Dossiê registra a morte de Tuca em julho daquele ano, mesma época da morte de Dina. Informações de militares dão conta de que Tuca teria sido executada no mesmo dia de Dina, em ações separadas. In: Depoimento oral de Louro (codinome), em 21 de setembro de 2002”.

O relato de Studart sobre a morte de Dina prossegue:

Levada para interrogatório em Marabá, permaneceu por cerca de duas semanas nas mãos de uma equipe de inteligência militar. Estava fraca, desnutrida, havia quase um ano sem comer sal ou açúcar. Por causa da tensão, fazia seis meses que não menstruava. No início de julho, o capitão Sebastião de Moura, codinome Dr. Luchini (Dr. Curió), retirou Dina. Levaram-na de helicóptero para algum ponto da mata espessa, perto de Xambioá. Um sargento do Exército, Joaquim Artur Lopes de Souza, codinome Ivan, chefiava a pequena equipe, três homens. [...]

‘Vou morrer agora?’ , perguntou a guerrilheira.

‘Vai, agora você vai ter que ir’, respondeu Ivan.

‘Eu quero morrer de frente’, pediu.

‘Então vira pra cá’.

Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho que medo – relataria mais tarde o militar aos colegas de farda. Ele se aproximou da guerrilheira, parou a dois metros de distância e lhe estourou o peito com uma bala de pistola calibre 45. O tiro pegou um pouco acima do coração. O impacto jogou Dina para trás. Levou um segundo tiro na cabeça. Foi enterrada ali mesmo.

Hugo Studart complementa em pé de página: “Seu corpo foi inicialmente enterrado no local da execução. Em 1975, teria sido exumado e levado para a cremação em outro local”.

De acordo com o advogado Paulo Fonteles Filho e Sezostrys Alves Costa, Dina “teria sido presa à beira do rio Araguaia, tentando atravessar para Goiás, entre São João do Araguaia e a vila Ponta de Pedras, nas proximidades do Destacamento A, na Faveira”. Teria sido levada para Brasília e lá interrogada e executada, em 16 de julho de 1974.

DIVINO FERREIRA DE SOUZA (1942-1973)

Nascido em Caldas Novas, Goiás, mudou-se com a família para Goiânia em 1947. Aos 8 anos, trabalhava como vendedor de jornais. Ainda estudante, participou de várias greves. Em 1961, tornou-se membro da União Goiana dos Estudantes Secundaristas. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, atribui a ele a participação em um assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis (GO), em 1965, de onde foram roubadas armas e munições.

Em 1966, Divino viajou para a China em meio a um grupo de militantes. Numa escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, a CIA teria retido por duas horas o avião e tentado prender Divino. A solidariedade dos demais passageiros teria inviabilizado a investida e o grupo conseguiu chegar a Pequim, onde recebeu capacitação política e militar.

Divino regressou clandestinamente ao Brasil, indo viver no interior de Goiás e depois no Araguaia, na região de Brejo Grande. Lá passou a integrar o Destacamento A da guerrilha, sendo conhecido por Nunes. O relatório do Ministério da Marinha o relaciona entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá, e traz como data da sua morte 14 de dezembro de 1973, aparentemente equivocada em relação ao mês.

Há convergentes informações no sentido de que Divino foi preso vivo. O jornalista Elio Gaspari registra em seu livro *A ditadura escancarada*:

Um dos feridos era Nunes, um veterano do curso na China, que vivera como comerciante na região. Enquanto foi interrogado na mata, ameaçou os militares com a possibilidade da chegada da imprensa e da televisão àquele pedaço de selva, para que registrassem o que lá acontecia. O outro era Antônio Alfredo Campos, um lavrador analfabeto. Foram levados de helicóptero para a Casa Azul e assassinados.

Ainda mais contundente é o depoimento prestado pelo guia Manoel Leal Lima, o Vanu, em 28 de janeiro de 2001:

[...] que na primeira vez que foi usado como guia foi para a localidade chamada Caçador, acompanhando o major Adurbo e o sargento Silva, um cabo e cinco soldados; que dormiram na mata e no outro dia, por volta de três a quatro horas da tarde ouviram tiros, foram em direção ao local e o depoente identificou um grupo de cinco guerrilheiros que portava fardamento e arma da PM, que haviam roubado do posto do entroncamento; que este grupo estava matando três porcos, na casa do velho Geraldo; que o depoente disse para os militares que eram os guerrilheiros Zé Carlos, Nunes, Alfredo, João Araguaia e Zé Bom; que a tropa do Exército abriu fogo contra os guerrilheiros; que foram pegos de surpresa no momento em que se preparavam para carregar os porcos, os guerrilheiros estavam conversando e as coisas sendo preparadas para levantar acampamento; que morreram no local Zé Carlos, Alfredo e Zé Bom; que João Araguaia conseguiu fugir e que Nunes foi baleado, vindo a morrer em Marabá no dia seguinte; que depois do tiroteio o sargento Cid passou a noite toda aplicando anestesia no guerrilheiro para que ele aguentasse a investigação; que o preso, baleado, foi interrogado a noite toda sobre os locais por onde tinha passado, onde havia lutado, quantas pessoas havia matado e outras investigações sobre a guerrilha; que durante o interrogatório o preso pedia que o seu interrogatório fosse divulgado na televisão; que os corpos dos mortos foram fotografados no heliponto; que depois de fotografados foi feito (sic) uma vala rasa onde coubesse (sic) os três corpos que foram cobertos com terra e pau.



José Vargas Jiménez, autor de Bacaba, reforça essa versão dos fatos: “Divino Ferreira de Souza (Nunes) foi ferido, feito prisioneiro e posteriormente morto”. Em O Coronel Rompe o Silêncio, Luiz Maklouf Carvalho afirma:

O coronel Lício [Augusto Ribeiro] sustenta a versão de que os três mortos e o ferido foram levados, em burros, até o sítio da Oneide, que não sabe localizar, e lá entregues a militares do Pelotão de Investigações Criminais. Divino Ferreira de Souza foi efetivamente levado para a Casa Azul. Morreu lá, segundo Vanu. Ou em 14 de dezembro de 1973, segundo relatório que a Marinha enviou ao deputado Nilmarírio Miranda.

Documento do Ministério da Defesa, de 1º de julho de 2009, que organizou informações para apresentar à Justiça, refere a 14 de outubro de 1973 como data de sua morte.

ELMO CORRÊA (1946-1974)



Carioca de nascimento, Elmo cursou até o 3º ano da Escola de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro, onde participou do movimento estudantil. Casado com Telma Regina Cordeiro Corrêa, eles foram juntos para a região do Araguaia em fins de 1971, onde desapareceriam três anos depois. Sua irmã, Maria Célia Corrêa – casada com João Carlos Wisnesky, conhecido como Paulo Paquetá, que desertou da guerrilha – também desapareceu no Araguaia em 1974.

Era conhecido na região como Lourival e foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973. Segundo o depoimento de um camponês da região, teria sido morto pelas forças da repressão na localidade de Carrapicho. Possivelmente seus restos mortais estejam enterrados ali.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra que Elmo “foi morto em 14/05/1974”, sem esclarecer mais nada. Em um registro de 1972, o relatório indica que Elmo “fez parte de um grupo de aproximadamente 15 militares (sic) do PCdoB que se deslocou da Guanabara para a área de Xambioá”.

Com base no Dossiê Araguaia, escrito por militares que atuaram diretamente na repressão à guerrilha, o jornalista Hugo Studart registra em *A Lei da Selva* que sua morte teria ocorrido em dezembro de 1973.

O advogado Paulo Fonteles Filho e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, informam que sua morte teria se dado por envenenamento com Aldrim, em 14 de agosto de 1974, conforme relatado pelo guia Antônio Vieira Leal.

FRANCISCO MANOEL CHAVES (? - 1972)

Afrodescendente de origem camponesa, ingressou muito jovem na Marinha. Em 3 de abril de 1935, ingressou nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora, filiando-se em seguida ao Partido Comunista.

Preso em 1935, após a derrota da insurreição armada, foi torturado sob a chefia do comandante Lúcio Meira, sendo mais tarde recolhido ao presídio da Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro. O escritor Graciliano Ramos, que conviveu com ele nessa época, narra em *Memórias do Cárcere* os esforços de Francisco e de outros companheiros para denunciar as condições desumanas em que viviam os detentos daquele presídio.

Em 1937, Francisco foi expulso da Marinha, segundo informações encontradas nos arquivos secretos do Dops/SP. Libertado no início da década de 1940, participou da preparação da Conferência da Mantiqueira, em 1943, que reorganizou o PCB, sendo eleito suplente do Comitê Central do partido, cargo que exerceu até 1946. Perseguido após abril de 1964, já como militante do PCdoB, foi residir na região de Caianos, no Araguaia. Nessa época, já contava mais de 60 anos de idade, não se conhecendo precisamente sua data de nascimento. Foi morto em 21 de setembro de 1972, junto com José Toledo de Oliveira.

Além da referência sobre sua morte constante no Relatório Arroyo, o “livro secreto”, ou Orvil, elaborado pelo Exército sob a direção do general Leonidas Pires Gonçalves, registra o fato, mas com outra data:

No dia 29, um grupo de quatro ou cinco terroristas tentou emboscar um GC do 10º BC. Os terroristas montaram uma emboscada numa capoeira. Percebida a ação, em razão dos ruídos produzidos pelos subversivos, foi montada uma contraemboscada na qual morreram três terroristas: Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio), José Toledo de Oliveira (Victor) e José Francisco Chaves (Zé Francisco).

O livro de Hugo Studart transcreve trecho do diário de Maurício Grabois, cuja autenticidade ainda não está confirmada, em que o comandante principal da guerrilha teria anotado: “José Francisco, antigo marinheiro, ingressou no P em 1931. O guerrilheiro mais velho e o único preto do D. Tinha 64 anos, mas possuía muito vigor físico. [...] A idade para ele não era empecilho, embora já sentisse o peso dos anos”.

Nas exumações feitas no cemitério de Xambioá por uma comissão de familiares, parlamentares, legistas e pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo, em 1991, foram encontrados ossos de um homem negro com mais de 60 anos, provavelmente de Francisco. Essa ossada permaneceu no Departamento de Medicina Legal da Unicamp sem ser identificada. Posteriormente, foi transferida para o IML de São Paulo. Na hipótese de ser localizado algum parente próximo e consanguíneo, será possível efetuar imediatamente a comparação com o perfil genético a ser extraído desses ossos, com boas chances de resultado positivo.

GILBERTO OLÍMPIO MARIA (1942-1973)

Natural de Mirassol (SP), Gilberto mudou-se para a capital do estado para estudar. Começou sua militância política no PCB e posteriormente se transferiu para o PCdoB.

A partir de 1961, durante dois anos, cursou Engenharia na Tchecoslováquia junto com Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, de quem se tornou amigo. Trabalhou e escreveu no jornal *A Classe Operária* até abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30 de dezembro de 1964 casou-se com Victoria Grabois, filha de Maurício Grabois, em Araraquara (SP), e os dois se mudaram para Guiratinga (MT). Junto com Paulo Rodrigues e Osvaldão, tentaram organizar os camponeses na resistência à ditadura, mas em 1965 foram obrigados a desistir diante da possibilidade de serem detectados pelos órgãos de segurança.

Em 1966, mesmo ano em que nasceu seu filho Igor, atualmente dirigente do Partido Comunista Brasileiro, Gilberto foi para a China, onde recebeu treinamento militar. De volta ao Brasil, morou em diversos locais do interior, inclusive em Porto Franco (MA), com o médico João Carlos Haas Sobrinho, na companhia de quem se mudou, em 1969, para Caianos, localidade próxima ao rio Araguaia. Em Porto Franco, Gilberto era tido como pessoa inteligente e cativante, sendo dono do único jipe do local.



No Araguaia, Gilberto era conhecido por Pedro e Pedro Gil. Atuava junto à Comissão Militar, sendo nomeado, mais tarde, comandante do Destacamento C junto com Dinalva, a Dina, a quem se ligou depois de ela ter se separado do marido, Antônio. Ao lado de Paulo Rodrigues e outros companheiros, fundou o povoado de São João dos Perdidos, distrito de Conceição do Araguaia (PA).

Gilberto morreu metralhado junto com outros guerrilheiros. O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, é a única fonte militar, até 2010, a reconhecer a morte desse grupo de militantes, indicando como data 25 de dezembro de 1973. Esta data é confirmada por José Vargas Jiménez no livro *Bacaba*. Ele relata que “uma equipe mista, integrada por paraquedistas de Xambioá e guerreiros de selva de Bacaba, estava seguindo umas pegadas na região da Gameleira, próximo ao rio Araguaia, quando se defrontaram (sic) com um grupo de guerrilheiros [...] Houve troca de tiros, resultando na morte de oito guerrilheiros”. Os nomes de Gilberto e o de seu ex-sogro, Maurício Grabois, são relacionados por Jiménez entre esses militantes que tomaram no Natal de 1973.

O advogado Paulo Fonteles Filho e Sezostrys Alves Costa (da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia) acrescentam que Gilberto morreu no Grotão dos Caboclos, na Fazenda Vaca Preta, nessa ocasião, junto com Maurício Grabois, Guilherme Lund e Paulo Rodrigues. O mateiro Abel Honorato de Jesus, que esteve presente à emboscada, conta que foi aberta uma clareira para a retirada dos corpos (que seriam quatro, e não oito). Segundo relatos recentes de moradores coligidos pela ouvidoria do GTT, existe a menção de que o conhecido delegado Romeu Tuma teria comandado uma equipe deslocada para o Araguaia para promover a remoção de cadáveres usando o nome de Delegado Silva.

GUILHERME GOMES LUND (1947-1973)



Filho de uma família da classe média carioca, ingressou em 1967 na Faculdade Nacional de Arquitetura da UFRJ, na qual permaneceu até o segundo ano, participando do movimento estudantil. Em 26 de junho de 1968, dia da Passeata dos 100 mil, foi preso com outros companheiros quando distribuía panfletos na avenida Presidente Vargas. Foi libertado em 10 de julho e, posteriormente, condenado a seis meses de prisão, pena que não cumpriu.

Em 1969, mudou-se para Porto Alegre e, no início de 1970, já militante do PCdoB, foi deslocado para o Araguaia. Ao comunicar a seus pais sua decisão de abandonar a cidade e dedicar-se à luta, disse:

Cada vez se torna mais difícil para os jovens se manterem nesse estado de coisas atual. Não há perspectivas para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim, que não consigo ser inconsciente ou alienado a tudo que se passa em volta... Minha decisão é firme e bem pensada... No momento só há mesmo uma saída: transformar este país, é o próprio governo que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social.

No Araguaia, Guilherme era conhecido também como Luiz. Valeu-se de sua prática de hipismo e natação, transformando-se em um hábil tropeiro. Pertenceu ao Destacamento A, depois ao Destacamento C e incorporou-se à Comissão Militar. Desapareceu no dia de Natal de 1973, quando os guerrilheiros foram atacados e ele encontrava-se gravemente atingido por malária. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, relaciona Guilherme entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural em Xambioá (TO) e registra a sua morte no dia 25 de dezembro de 1973. Esta informação é confirmada no livro *Bacaba*, de José Vargas Jiménez.

HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH (1944-1972)

Nascida na cidade de Cerqueira César, no interior paulista, cresceu em Assis, onde estudou e foi fundadora do grêmio estudantil. Destacou-se como jogadora da equipe de basquete, uma das melhores da região sorocabana. Foi depois para São Paulo, onde cursou Letras na Faculdade de Filosofia da USP, então localizada na rua Maria Antônia. Tornou-se importante líder do movimento estudantil. Conhecida também pelo apelido Preta, foi presidente do centro acadêmico.

A primeira prisão de Helenira aconteceu em junho de 1967, quando ela escrevia “Abaixo as leis da ditadura” no muro da Universidade Mackenzie. Voltou a ser presa em maio de 1968, ao convocar colegas para uma passeata. Foi presa pela terceira vez em Ibiúna (SP), no 30º Congresso da UNE, da qual era vice-presidente. A família a libertou mediante *habeas corpus*. Helenira, já no PCdoB, passou então à clandestinidade e mudou-se para o Araguaia.

Conhecida como Fátima naquela região, integrou o Destacamento A da guerrilha, unidade que passou a ter seu nome após sua morte, em 28 ou 29 de setembro de 1972. Teria matado um militar e ferido outro antes de ser metralhada nas pernas e torturada até a morte, segundo depoimento da ex-presa política Elza de Lima Monnerat na Justiça Militar.

Além da descrição de sua morte feita por Ângelo Arroyo, o relatório da Aeronáutica, de 1993, afirma que Helenira era militante do PCdoB e guerrilheira no Araguaia. No arquivo do Dops do Paraná, sua ficha foi encontrada na gaveta com a identificação “falecidos”. O “livro secreto” do Exército fala de um combate em 28 de setembro de 1972: “[...] O terrorista cuja arma falhara logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Trata-se de Helenira Resende de Souza Nazareth (Fátima), do Destacamento A”.

No livro *A Lei da Selva*, Hugo Studart situa a morte dela na localidade de Remanso dos Botos, em choque com fuzileiros navais, não com o Exército. Studart transcreve o seguinte trecho do diário de Maurício Grabois, de autenticidade ainda não comprovada:

Lauro, que portava arma longa semiautomática de 9 tiros, atrapalhou-se com a arma, não atirou e fugiu. O milico pressentiu a Fátima e disparou o FAL em sua direção. Esta, com sua arma de caça 16, o fuzilou. Em seguida, correu e se entrincheirou mais adiante. Um soldado, que pesquisava o local à sua procura, foi por ela abatido mortalmente com tiros de revólver 38. Ferida nas pernas, foi presa. Perguntaram-lhe onde estavam seus companheiros. Respondeu que poderiam matá-la, pois nada diria. Então os milicos a assassinaram friamente. Seu corpo foi enterrado nas Oito Barracas, para onde foi transportado em burro.

Em *O Coronel Rompe o Silêncio*, Luiz Maklouf expõe a versão de um ex-guia do Exército, José Veloso de Andrade. Segundo ele, os guerrilheiros teriam matado o sargento Mário Abrahim da Silva, à noite, próximo à localidade conhecida como Chega com Jeito, no momento em que ele se afastara para fazer necessidades e fumar um cigarro:

Aí ficou todo mundo na revolta, e saiu uma turma bem cedo, um pelotão, à procura dos guerrilheiros. Um pelotão pelo lado do grotão e outros por dentro do grotão. Lá ela [Helenira] está escondida debaixo de umas palhas. Quando o soldado olhou, ela pensou que o soldado tinha visto ela, aí atirou no soldado. Atirou e errou. Aí eles abriram fogo e dessa vez foi ela que morreu.

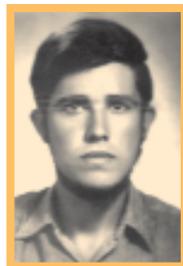
No relatório do Ministério Público Federal de São Paulo, de 28 de janeiro de 2002, consta que, segundo depoimentos tomados de moradores da área quase 30 anos depois, Helenira foi vista “baleada



na coxa e na perna, sendo carregada em cima de um burro de um morador da região, próximo à localidade de Bom Jesus”. Os procuradores registram como possível local de sepultamento as proximidades do igarapé Tauarizinho, na base de Oito Barracas.

O advogado Paulo Fonteles Filho e Sezostrys Alves Costa referem-se a uma versão contada pelo mateiro Sinvaldo Gomes, presente no episódio: houve troca de tiros, um militar teria morrido e Helenira teria sido baleada. Ensanguentada, foi conduzida no lombo de um burro pelo mateiro Olímpio para o local chamado Oito Barracas, a cem metros de onde ocorreu o conflito. Sua morte teria ocorrido em 8 de setembro de 1972. Ela teria sido sepultada no local chamado Croá, em São Domingos do Araguaia. Nos últimos anos, o local de seu sepultamento tem sido sucessivamente procurado por caravanas de familiares e missões do Estado. Várias escavações foram feitas, sem sucesso. Supõe-se que seu corpo tenha sido retirado da sepultura. A morte de Helenira causou grande comoção na população local por ser muito querida entre os camponeses.

HÉLIO LUIZ NAVARRO DE MAGALHÃES (1949-1974)



Filho de um comandante da Marinha, o estudante carioca Hélio Luiz cursou Química na UFRJ e também estudava piano. Participou ativamente do movimento estudantil entre os anos de 1967 e 1970. Devido às dificuldades impostas pelo AI-5, abandonou a vida universitária. No início de 1971, conforme o relatório do Ministério do Exército, de 1993, foi viver em Xambioá, já incorporado à militância do PCdoB. Tornou-se conhecido por Edinho no Destacamento A.

Os companheiros relataram que Hélio enfrentou dificuldades de adaptação à vida na selva. Como contava cada passo, ganhou o apelido de “passômetro”, mas também a capacidade de calcular distâncias com grande precisão. Tocava flauta na floresta.

Referindo-se ao mês de janeiro de 1974, Ângelo Arroyo escreveu em seu relatório: “Às 9h30, quando estavam preparando uma refeição, ouviram um barulho estranho na mata. Ficaram de sobreaviso, com as armas na mão. Viram então os soldados que vinham seguindo o rastro e passaram a uns dez metros de onde os companheiros se encontravam. Os soldados atiraram, ouviram-se várias rajadas. J., Zezim e Edinho (Hélio Luiz Navarro) escaparam por um lado. [...]”.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, contém três anotações sobre Hélio:

Fev./74 – Foi preso gravemente ferido, como terrorista, na região de Chega com Jeito, portando um fuzil metralhadora adaptado cal. 38, um revólver cal. 38 e uma cartucheira com 36 cartuchos. Fev./74 – filho do Comte. Hélio Gerson Menezes Magalhães, foi preso após ter sido ferido. Possibilidades de sobrevivência desconhecidas. Nov./74 – relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo CC do PCdoB, em Xambioá. Morto em 14/03/74.

Em matéria do *Correio Braziliense*, de 17 de junho de 2007, o jornalista Leonel Rocha, que realizou uma visita à região da guerrilha, informa:

[...] quem também voltou à sua antiga roça foi Raimundo Nonato dos Santos. Aos 77 anos, é conhecido como Peixinho e esteve no centro dos combates. [...] ‘Me corta o coração falar desse assunto hoje’, diz Peixinho, que chama os antigos guerrilheiros de ‘o povo da mata’. Obrigado pelo Exército, localizou o guerrilheiro Hélio Luiz Navarro de Magalhães, conhecido como Edinho, preso e ferido pela patrulha em março de 1974.

No livro de Elio Gaspari, *A ditadura escancarada*, consta a informação de que o ex-encarregado da lanchonete da Bacaba, José Veloso de Andrade, viu Edinho preso naquele acampamento. O relatório do Ministério Público Federal de 2002 registra que ele foi preso e ferido em confronto com as Forças Armadas em São Domingos do Araguaia, na mesma ocasião em que foi preso Luiz René Silveira e Silva, o Duda. Essa informação é confirmada por Taís Morais e Eumano Silva, em Operação Araguaia: “Preso quando o mateiro Raimundo Nonato dos Santos, o Peixinho, junto com o soldado Ataíde e o capitão Salsa, encontrou-o com Duda perto da ‘cabeceira da Borracheira’. Durante o embate, Edinho levou três tiros. Duda nada sofreu. Edinho foi colocado em uma padiola e socorrido. Os dois foram transportados de helicóptero”. Documentação do Ministério da Defesa, de 1º de julho de 2009, com informações organizadas para apresentar à Justiça, traz 14 de abril de 1974 como data de sua morte.

Em carta escrita por Carmen Navarro Rivas, mãe de Hélio, a família abre mão da indenização prevista na Lei nº 9.140/95 e pede às autoridades esclarecimentos sobre o desaparecimento de seu filho: “que se abra o caminho da verdade, que está nas mãos daqueles que o possuem”.

IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO (1947-1972)

Nascido em Rubim (MG), Idalísio mudou-se para Belo Horizonte, em 1962, onde cursou o Colégio Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1968, iniciou o curso de Psicologia na UFMG. Em 1970, casou-se com Walquíria Afonso Costa, que seria a última das desaparecidas na guerrilha do Araguaia.

Em janeiro de 1971, ele e Walquíria, militantes do PCdoB, mudaram-se para o Araguaia, região do Gameleira. Em julho de 1972, seu grupo entrou em combate com uma patrulha do Exército, perto da Grota Vermelha. Idalísio extraviou-se do grupo. Em 12 de julho de 1972, em Perdidos, foi emboscado e morto, segundo documento dos Fuzileiros Navais entregue anonimamente à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, em 1992.

Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, diz que Idalísio foi morto “por ter resistido ferozmente”. Na mesma época em que morreu no Araguaia, a casa de seus pais, em Belo Horizonte, foi invadida por policiais. Em 1973, foi condenado à revelia pela Justiça Militar.

Segundo o relatório Arroyo, um grupo de militantes chefiado por Juca (João Carlos Haas Sobrinho), do qual fazia parte Aparício (Idalísio),

caiu numa emboscada do Exército na Grota Vermelha, a uns 50 metros da estrada. Juca levou dois tiros. [...] Ficaram parados alguns dias para que Juca se restabelecesse. Durante esse período, Aparício saiu para caçar e se perdeu. Procurou a casa de um morador chamado Peri, por onde sabia que os demais iam passar. Lá ficou à espera. [...] Dias depois, apareceu o Exército e travou tiroteio com Aparício. Este descarregou todas as balas do revólver que tinha e quando tentava enchê-lo de novo recebeu um tiro e morreu. Não se sabe se o Exército chegou por acaso ou se foi denúncia.

O livro de Hugo Studart acrescenta informações com um tom quase ficcional.

[...] Entrou em combate com uma equipe de militares da inteligência. Levou 53 tiros de metralhadora, inclusive no rosto, e ainda assim conseguiu escapar pela mata. Foi apanhado pelos militares dois quilômetros adiante, agonizando no chão. Um mateiro o executou com um tiro de espingarda Winchester calibre 44. O tiro atingiu sua cabeça, que foi praticamente arrancada do tronco. Idalísio foi levado numa rede

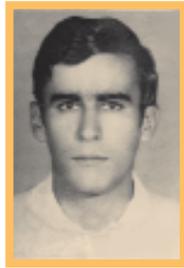


para Xambioá a fim de ser identificado. Foi inicialmente enterrado no cemitério local, na ala dos indigentes. Os militares mataram um cachorro e enterraram em cima do seu corpo para futura identificação.

Em abril de 2007, reportagens de Lucas Figueiredo revelam a seguinte passagem no “livro negro do terrorismo no Brasil”, de responsabilidade do CIE e do ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves: “Nesse mês (julho de 1972), no dia 13, num choque com as forças legais em Perdidos, foi morto o subversivo Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício)”. Relatório do Ministério de Defesa, de 1º de julho de 2009, afirma que Idalísio morreu em 13 de junho de 1972.

O advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no GT Tocantins, e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, registram que o corpo de Idalísio foi enterrado na ala de indigentes do cemitério de Xambioá. Estimam que haja 14 corpos de guerrilheiros enterrados como indigentes nesse cemitério.

JAIME PETIT DA SILVA (1945-1973)



Nascido em Iacanga, Jaime estudou no interior de São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Começou a trabalhar muito cedo, após a morte do pai. Em 1962 foi para Itajubá morar com o irmão mais velho, Lúcio, e em 1965 ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia de Itajubá. Participou do movimento estudantil e foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna.

Mais tarde, já integrado ao PCdoB juntamente com sua mulher, Regilena da Silva Carvalho, seguiu para o Araguaia. O casal fixou-se em Caianos, onde já estavam os irmãos de Jaime, Lúcio e Maria Lúcia, e se integrou ao Destacamento B dos guerrilheiros. Iniciados os choques armados, Regilena se entregou aos militares, em 1972.

Não foi possível definir uma data precisa para o desaparecimento de Jaime. Segundo o relatório Arroyo: Dia 28/29 de novembro, o grupo dirigido pelo Simão (8 companheiros) acampou nas cabeceiras da grota do Nascimento. [...] Chico recebeu um tiro, caindo morto. Eram 17 horas. Em seguida, ouviram-se mais seis tiros. O grupo levantou acampamento imediatamente, deixando, no entanto, as mochilas, as panelas, os bornais. [...] Jaime e Ferreira (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas) ficaram desligados do grupo.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa que “existe registro de sua morte em 22/12/1973”, sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento. O relatório do Ministério da Marinha confirma a data.

O comerciante Sinésio Martins Ribeiro, morador da localidade Palestina, que foi guia do Exército na época, contou em depoimento em 19 de julho de 2001:

[...] que o Jaime atirou dois tiros e errou e que não atirou mais porque a bala engasgou na arma; que a seguir a equipe atirou muito, que a mata ficou cheia de fumaça; que quando abaixou a fumaça, Piau foi de rastreo e constatou que o Jaime estava morto; [...] que as pernas estavam cheias de feridas de leishmaniose; que ele estava muito magro, tinha 5 a 6 cartuchos de bala; que ele foi atingido por muitas balas de FAL; [...] que foram a pé até a casa do Raimundo Galego; que lá já os esperava o dr. Augusto, que trabalhava na base de São Raimundo, onde acredita que tenha ficado a mochila com a cabeça do Jaime.

No relatório dos procuradores do Ministério Público Federal de São Paulo, consta que Jaime “teve a cabeça decepada e [foi] enterrado em cova rasa, perto da Grota do Buragiga, Município de São Geraldo

do Araguaia, onde hoje seria pasto da Fazenda de propriedade do sr. Antônio Costa. A cabeça foi entregue a um oficial do Exército, que a levou para a base de São Raimundo”.

Segundo José Vargas Jiménez, no livro *Bacaba*, Jaime (assim como Adriano Francisco Fernandes Filho) “também foi morto em confronto com um de nossos GC. Ambos foram decapitados e tiveram suas mãos cortadas”. Já o livro de Hugo Studart informa que o corpo de Jaime teria sido deixado insepulto, coberto por palha de coqueiro.

JANA MORONI BARROSO (1948 - 1974)

Nascida no Ceará, em uma conhecida família de Fortaleza, cresceu em Petrópolis (RJ), onde praticou Nescotismo. cursou até o quarto ano de Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se integrou à Juventude do PCdoB.

Em abril de 1971, foi deslocada para a localidade de Metade, região do Araguaia. Ao se despedir dos pais, deixou-lhes uma carta explicando as razões de sua opção política. No Araguaia, trabalhou como professora e ficou conhecida como Cristina, integrando o Destacamento A da guerrilha. Dedicou-se também a atividades de caça e ao plantio e casou-se com Nelson Lima Piauhy Dourado. Era conhecida como “Flor da Mata”, por sua beleza.

No livro *Operação Araguaia*, Tais Morais e Eumano Silva falam sobre a morte da guerrilheira.

O morador José Veloso de Andrade contou que Cristina morreu nas mãos dos militares. Segundo o depoimento do ex-mateiro Raimundo Nonato dos Santos, o Peixinho, para o Ministério Público, Jana teria sido presa em um local chamado Grota da Sônia. Ela se deslocava para o ribeirão Fortaleza para encontrar Duda (Luiz René Silveira e Silva). Este, já preso, foi obrigado a levar os militares ao ponto. Raimundo, ao avistá-la, teria feito sinal para que fugisse, mas outra equipe já a cercava. Cristina estava desarmada, mas um soldado disparou contra ela. Raimundo afirma que Jana foi deixada no local, insepulta. Apenas uma foto teria sido feita.

Raimundo Nonato relata em outro depoimento que “o comandante da operação chegou a criticar o soldado porque a guerrilheira estava desarmada e podia ser pega viva [...]”.

Elio Gaspari, em *A ditadura escancarada*, cita a mesma fonte: “José Veloso de Andrade [...] soube o que aconteceu a Cristina: ‘Ela morreu o seguinte: [...] Não foi combate, [...] eles pressentiram o pessoal do Exército, ela correu [...] Um guia atirou nela. Era o Zé Catingueiro, atirou nela, deu chumbo, mas o chumbo era pequeno, e ela não morreu logo, mas ela morreu...[...]”.

Em outros depoimentos, no entanto, a versão é que Jana teria sido presa viva. Um camponês que foi guia do Exército afirma que ela não teria morrido na mesma hora: “Aí o ‘sapão’ (helicóptero) veio e pegou ela. Botaram dentro de um saco e botaram o saco dentro de uma caixa, de uma jaula, não sei o que era, e trouxeram para Xambioá. [...] Ela veio pedindo por tudo mesmo, chorando mesmo. Ela já estava nua. Roupa toda rasgada. Estava vestida de maiozinho e uma blusinha. Estava toda desprevenida, já”.

A mãe de Jana, Cyrene Moroni Barroso, visitou várias vezes a região do Araguaia e recorreu aos poderes públicos na busca de informações sobre o paradeiro da filha. Segundo depoimentos colhidos por ela, Jana foi presa e levada de helicóptero para Bacaba, onde operava um centro de torturas. Segundo os moradores da região, na localidade também existe um cemitério clandestino.



A discrepância entre a data de sua morte, indicada no Relatório do Ministério da Marinha de 1993 como sendo 8 de fevereiro de 1974, e os depoimentos apontando sua prisão em 2 de janeiro de 1974 concorrem para indicar que Jana teria sido presa viva. Tanto o livro de Hugo Studart, baseado no Dossiê Araguaia, quanto o de José Vargas Jiménez, *Bacaba*, assim como a série de matérias publicadas no jornal *O Globo* em 1996 apresentam 11 de fevereiro de 1974 como a data da morte de Jana, três dias depois da apontada pela Marinha.

O advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no GT Tocantins, e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, registram relato de Pedro Gomes da Silva, então recruta do Exército, de que Jana (Cristina) foi retirada do galpão onde estava presa na Base de Xambioá e executada na parte de trás da base, com um tiro na nuca, por um militar. Caiu de bruços e foi empurrada para uma vala previamente aberta.

Documentação do Ministério de Defesa, de 1º de julho de 2009, contendo informações para serem apresentadas à Justiça, relata: “Prováveis corpos que teriam sido enterrados no pátio do DNER-PA: Divino Ferreira de Souza Nunes; Demerval da Silva Pereira; Antônio Carlos Monteiro Teixeira; Marcos José de Lima; Nelson de Lima Piauhy Dourado; Telma Regina Cordeiro Corrêa; Jana Moroni Barroso; Custódio Saraiva Neto; Antônio de Pádua Costa; Maria Célia Corrêa”.

JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO (1941-1972)



Gáucho de São Leopoldo, João Carlos foi presidente da União Estadual dos Estudantes (RS) e formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1964. Em janeiro de 1966 teria ido para São Paulo com a finalidade de completar seus estudos. Até 1968, a família recebeu cartas suas. Desde então, não houve mais contato. João Carlos passou a viver na clandestinidade.

No livro *A ditadura escancarada*, de Elio Gaspari, consta a informação de que João Carlos teria recebido treinamento militar na China. Ao regressar ao Brasil, morou, desde 1967, em Porto Franco, município maranhense na rodovia Belém-Brasília, onde montou um pequeno hospital. Com o crescimento das operações de guerrilha urbana nas grandes cidades brasileiras, em 1969 os órgãos de segurança do regime militar, por equívoco ou contrainformação, publicaram sua foto como sendo participante de uma dessas ações, o que obrigou João Carlos a mudar-se, apesar dos protestos e lágrimas da população local, que o tinha em alto apreço.

Foi viver nas margens do Araguaia, a pouco mais de 200 quilômetros de Porto Franco, sendo conhecido como Juca. Trabalhou como lavrador na posse de Paulo Rodrigues, seu conterrâneo. Jamais abandonou o interesse pela Medicina. Escreveu trabalhos sobre malária e leishmaniose com base em suas pesquisas e experiências.

Na guerrilha, era o responsável pelo serviço de saúde. Participou de vários combates, sendo ferido em um deles. Foi morto em 29 ou 30 de setembro de 1972. Em certo trecho de *O Coronel Rompe o Silêncio*, Luiz Maklouf Carvalho relata que “imediatamente ouviu-se uma rajada. Juca (João Carlos Haas) e Flávio (Ciro Flávio) caíram mortos. [...] Gil (Manoel José) ainda se aproximou de Juca tentando reanimá-lo”. Moradores do Araguaia contam que seu corpo foi exposto em praça pública pelos militares

para assustar os moradores da região. De acordo com o advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no GT Tocantins, e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, quando João Carlos morreu, o povo de Xambioá organizou uma procissão para pranteá-lo porque era muito querido. Ele formou uma geração de parteiras e agentes de saúde, como Dagmar, enfermeira na Palestina, e Tetê, deputada estadual pelo PSDB.

Segundo o Relatório do Ministério do Exército de 1993, João Carlos Haas, como militante do PCdoB, participou ativamente da guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972. Mas após a divulgação por Lucas Figueiredo do projeto “Orvil” (livro organizado sob responsabilidade do general Leônidas Pires Gonçalves), em abril de 2007, ficou claro que o Exército já possuía informações mais concretas sobre sua morte.

Em 1979, os familiares de João Carlos tomaram conhecimento de sua morte pela imprensa alternativa, com a divulgação de uma lista de mortos e desaparecidos políticos. Em setembro de 1990, eles foram até Xambioá (TO) para tentar localizar seus restos mortais, mas não tiveram êxito. Em 1996, uma expedição ao Araguaia recolheu três ossadas de guerrilheiros do cemitério de Xambioá, havendo suspeitas de que uma delas seria de João Carlos. No entanto, até 2010 não foi possível confirmar esse dado.

Outra missão de busca no cemitério de Xambioá encontrou, em 22 de outubro de 2010, uma ossada com vestígios de cordas amarradas aos ossos dos pés, indício de que possa ser de um guerrilheiro, havendo a probabilidade de que fosse de João Carlos Haas Sobrinho. A localização da sepultura se deu por indicação de antigos moradores da região, por meio da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, que reúne agricultores pobres. As probabilidades de que se tratasse de João Carlos eram poucas, já que a ossada é de um homem de 1,70 m de altura e, segundo seus familiares, ele tinha mais de 1,80 m. Mesmo assim, os ossos seguiram para Brasília para serem submetidos a testes de identificação pelo DNA.

JOÃO GUALBERTO CALATRONE (1951-1973)

João Gualberto nasceu em Nova Venécia, Espírito Santo, em 1951. Embora sejam muito escassas as informações biográficas que puderam ser colhidas a seu respeito, sabe-se que teve atuação política no seu estado como estudante secundarista. Formou-se em Contabilidade no nível técnico. Em 1970, foi residir no Araguaia, na posse do Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, adotando o nome Zebão.

Na vida rural, se destacou como tropeiro e mateiro, de acordo com depoimentos de pessoas que conviveram com ele. Calado, ouvia mais que falava, mas sempre tinha uma solução para os problemas que apareciam. Demonstrava grande capacidade de improvisação. Foi combatente do Destacamento A até sua morte, aos 22 anos de idade, quando foi surpreendido em companhia de André, Antonio Alfredo e Divino.

Em *O Coronel Rompe o Silêncio*, Luiz Maklouf Carvalho informa:

O coronel Lício sustenta a versão de que os três mortos e o ferido foram levados, em burros, até o sítio da Oneide, que não sabe localizar, e lá entregues a militares do Pelotão de Investigações Criminais. [...] Em relação ao destino dos corpos, o ex-guia do Exército José Veloso [Vanu] diz que os de Zé Carlos, Zebão e Alfredo ficaram no Caçador, ‘entre São José e Chega com Jeito’ num castanhal.



O jornalista Hugo Studart afirma em *A Lei da Selva* que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente da repressão à guerrilha, dá como data da morte de João Gualberto o dia 13 de outubro de 1973. O dia seguinte, 14 de outubro, aparece em *Bacaba*, de José Vargas Jiménez. Uma terceira data, 25 de dezembro, consta das informações recebidas em 1996 pelo jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, junto a uma descrição física pormenorizada de João Gualberto.

JOAQUINZÃO – JOAQUIM DE SOUSA (? -1973)

Segundo depoimento do lavrador Valdemar Cruz Moura ao Ministério Público Federal, em 15 de julho de 2001, em São Domingos do Araguaia (PA),

no ano de 1973 morava no lugarejo de Pedra da Colher, município de Xambioá, juntamente com seu pai Joaquim de Sousa Moura, conhecido como Joaquinzão, e mais três irmãos”. Valdemar relatou que “no dia 18/06/1973, seu pai saiu para trabalhar e não retornou mais [...] Acredita que seu pai foi morto pelo Exército porque o seu nome consta no cartaz das vítimas da guerrilha. [...] naquela época fizeram várias tentativas junto ao batalhão do Exército, mas nunca obtiveram informações sobre o ocorrido [...] com o desaparecimento do pai a família abandonou as terras, a casa e tudo o que tinham, e foram embora para Araguaína, porque sua mãe ficou nervosa e não quis mais ficar na região. [...] Acredita que seu pai está sepultado entre as Praias da Colher e Xambioá.

A relatora da CEMDP propôs indeferimento do processo pelo fato de ter sido protocolado após o prazo legal. Ressaltou em seu voto: “fica ainda a dúvida de que o camponês Joaquinzão, referido desde o início de 1980 como desaparecido no Araguaia, seja o mesmo Joaquim de Sousa ou Joaquim de Souza Moura (sobrenome da mãe do requerente)”.

De acordo com depoimento de mateiro que não quis se identificar, ao advogado Paulo Fonteles (pai), em 1980, um guerrilheiro identificado como Joaquinzão foi morto com quatro companheiros numa emboscada:

Era fogo que ia roçando tudo quanto era mato [...] Teve cinco minutos de ‘fogo’ e quando terminou [...] o primeiro que enxergamos foi ele aí, o sargento disse ‘Esse é o Joaquinzão’, aí mostrou o retrato para todos os soldados e para o mateiro [...] Ele parou de conversar e foi puxando a faca para tirar a cabeça do Joaquinzão, aí tirou a cabeça, botou no saco de estopa[...] o sapão [hélicoptero] veio pegar a cabeça dele [...] aí foi para o comando de Xambioá...

JOSÉ HUBERTO BRONCA (1934-1973)



Nascido em Porto Alegre, José Huberto era um desportista. Dedicou-se ao ciclismo, motociclismo, natação e remo, tendo conquistado medalhas nesta última modalidade. Chegou a trabalhar em circo como equilibrista de monociclo. Formou-se em mecânica de manutenção de aeronaves e trabalhou na Varig durante muitos anos.

Sua militância política era anterior a abril de 1964. Após o golpe, já integrado ao PCdoB, foi para o exterior, permanecendo durante algum tempo na China, onde teria recebido treinamento de guerrilha na Academia Militar de Pequim. Em 1966, voltou ao Brasil e passou a atuar na clandestinidade, no Rio de Janeiro.

Chegou ao Araguaia em meados de 1969. Foi vice-comandante do Destacamento B, tornando-se conhecido como Zequinha ou Zeca Fogoió (era ruivo), até ser deslocado para a Comissão Militar, onde fazia parte da guarda. No dia de Natal de 1973, estava no acampamento atacado pelo Exército. Nesse embate teriam morrido oito guerrilheiros, entre os quais o próprio José Huberto, segundo relata José Vargas Jiménez no livro *Bacaba*. Há controvérsia porque outra data, 13 de março de 1974, aparece como de sua morte no registro do Ministério da Marinha.

Consta em certidão enviada pela ABIN à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que, em maio de 1972, “pediu emprego em uma fazenda de nome Suiá Missu, mas como não conseguiu uma vaga, se deslocou para São Félix do Araguaia e de lá para Santa Terezinha. Era guerrilheiro ligado ao PCdoB, em Xambioá/PA”.

O jornalista Elio Gaspari escreve em *A ditadura escancarada*:

Sabe-se também como foi capturado Zeca Fogoió (José Huberto Bronca), o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro ele se acerrou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para repousar. Recebeu água e sentou-se num toco à beira de um mandiocal. O menino da casa foi mandado à fazenda onde estava o comando das patrulhas do lugar. Rendido, o guerrilheiro pediu: ‘Doutor, não vai me matar’. Tinha o corpo coberto por ulcerações de picadas de mosquitos e desnutrição. Numa mochila de aniação carregava carne de macaco e mandioca.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 13 de maio de 1974.

Segundo relato do camponês Pedro Onça ao advogado Paulo Fonteles Filho e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, José Huberto foi morto na Grota da Formiga, no município de Piçarra (PA).

JOSÉ LIMA PIAUHY DOURADO (1946-1973)

Baiano de Barreiras, fotógrafo, mudou-se para Salvador em 1960, onde cursou a Escola Técnica Federal da Bahia. Em 1968, teve discreta participação no movimento estudantil e ligou-se nesse mesmo ano ao PCdoB, mesmo partido de seu irmão mais velho Nelson, também desaparecido no Araguaia.

Em agosto de 1971, foi deslocado para aquela região, morando inicialmente próximo à Transamazônica. Integrou o Destacamento A da guerrilha e pertenceu à guarda da Comissão Militar, sendo conhecido como Zé Baiano.

Segundo o Relatório Arroyo, “foi visto pela última vez, junto com Cilon, quando tentavam encontrar o Jaime e o Ribas, que haviam se perdido em 28 ou 29/11/73, próximo da Grota do Nascimento, depois de descobertos pela repressão, quando Adriano foi morto”. Segundo depoimentos de moradores da região, ele levou um tiro na cabeça durante emboscada do Exército, sendo enterrado na localidade de Formiga.

Consta no relatório da Marinha, de 1993, uma anotação de novembro de 1974 informando que José teria sido morto em 24 de janeiro daquele ano. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996, consta a anotação de que foi preso em 25 de janeiro de 1974 e morto na mesma data. Na certidão fornecida pela ABIN à CEMDP consta unicamente que, em março de 1975, o nome dele fazia parte



de uma relação elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Em 1979, foi anistiado no processo nº 13/72, da 6ª CJM, no qual consta a relação de pessoas condenadas pela Lei de Segurança Nacional (LSN).

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 23 de janeiro de 1974.

JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO (1944-1974)



Capixaba de Santa Teresa, em 1967 José Maurílio foi para o Rio de Janeiro estudar na Universidade Rural, onde cursou Educação Técnica. Em 1968, foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Após a edição do AI-5, passou a atuar na clandestinidade. Mais tarde, já militante do PCdoB, mudou-se para o Araguaia, indo viver nas margens do Rio Gameleira e integrando-se ao Destacamento B. Adotou então o codinome Manoel. Teria realizado curso de guerrilha “*provavelmente na China*”, segundo informa o relatório do Exército, de 1993.

A última informação sobre ele no Relatório Arroyo é de que, “[...] junto com Suely Kamayano havia saído antes do dia 25/12/73, para buscar Cilon e José Lima Piauhy Dourado. Deveriam retornar dia 28/12, ao local onde houve o tiroteio do dia 25/12. Nunca mais foram vistos”.

Em agosto de 1974, José Maurílio foi julgado à revelia e condenado a seis meses de reclusão. Mas sua morte teria ocorrido pouco depois, no mês de outubro do mesmo ano, na região de Saranzal, em Xambioá, segundo consta no relatório da Marinha, também de 1993. Segundo o advogado Paulo Fonteles Filho, na verdade, Saranzal fica entre as operacionais OP2 e OP3, entre os municípios de São Domingos e Brejo Grande. Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em setembro de 1974.

JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA (1941-1972)



Mineiro de Uberlândia, advogado e bancário, José Toledo ainda não completara 20 anos quando se tornou funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se filiou ao Sindicato dos Bancários. Como ativista político, editou o jornal *Elo* com o deputado federal João Alberto. Utilizando o pseudônimo de Sobral Siqueira, tinha uma coluna fixa no periódico. Nessa época, ingressou no Partido Comunista e mais tarde optou pelo PCdoB.

Após abril de 1964, ocorrendo intervenção naquele sindicato, o jornal *Elo* foi fechado. Apesar das numerosas demissões efetuadas por razões políticas no Banco de Crédito Real, José Toledo permaneceu trabalhando, porque escrevia com pseudônimo e não foi identificado. Em 1/8/1969 foi preso no trabalho, junto com outros bancários, pelo DOPS. Transferido para o Cenimar, na Ilha das Flores, foi submetido a torturas, que denunciou na Justiça Militar. Terminaria absolvido no processo, mas se juntou a outros companheiros do PCdoB que haviam se deslocado para a região do Araguaia.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra que José Toledo era:

militante do PCdoB, utilizava o nome falso de José Antônio de Oliveira e os codinomes Vítório e Vitor. Participou da Guerrilha do Araguaia”. Já o relatório da Marinha, do mesmo ano, traz mais informações sobre suas atividades políticas anteriores, de oposição ao regime militar: “ABR/68, foi preso na Favela da Rocinha

quando distribuía panfletos subversivos conclamando o povo e incitando os trabalhadores contra o arrocho salarial. AGO/69, preso dia 1º de agosto 1969, no Sindicato dos Bancários da Guanabara, durante assembleia da classe ali realizada para aumento salarial. AGO/69, preso e recolhido ao Departamento Especial de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, à disposição do IPM instaurado contra o mesmo. JUL/70, foi posto em liberdade de acordo com o alvará de soltura de 31 JUL 70, do Auditor das Auditorias da Marinha.

O livro de Hugo Studart traz um trecho sobre José Toledo de Oliveira, do diário atribuído a Maurício Grabois: “Outro morto do DC foi seu VC [vice-comandante], o co Vitor. [...] Antes de chegar à região do Araguaia, fora preso, tendo passado mais de um ano nos cárceres do Cenimar. Torturado, portou-se firmemente, não denunciando ninguém. [...] Bom comissário político. Mas pouco dominava a arte da luta armada. Bastante destemido e esforçado”. Documentação de 01º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, informa que ele morreu em 1972. Foi uma das primeiras baixas da guerrilha.

KLEBER LEMOS DA SILVA (1942-1972)

Carioca, formado em economia, Kleber participou do movimento estudantil e trabalhou no Instituto de Ciências Sociais. Vinculou-se ao PCdoB e transferiu-se para a região do Araguaia, onde passou a morar na localidade de Caianos. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra que ele “foi morto no dia 29/01/1972 em confronto com uma patrulha, sendo sepultado na selva sem que se possa precisar o local exato”. Esta informação contém um equívoco evidente, pois os confrontos armados no Araguaia só tiveram início a partir do dia 12 de abril de 1972. Já o relatório do Ministério da Marinha do mesmo ano afirma que “foi preso quando se encontrava acampado na mata”. Documento dos Fuzileiros Navais menciona que Kleber foi preso pela Brigada de Paraquedistas no dia 26 de junho de 1972 e, no dia 29 de junho de 1972, sem precisar o local, “foi metralhado quando tentava fugir”. Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, também confirma sua morte. Familiares e entidades que insistem há mais de três décadas na localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos têm a informação de que seu corpo estaria enterrado na localidade chamada Abóbora. Em 1996, o advogado Paulo Fonteles Filho, durante uma viagem a essa região, teria encontrado uma ossada, que poderia ser a de Kleber Lemos da Silva.

Em 06 de julho de 1996, o jornal O Globo estampou fotos tiradas por um militar que participou da repressão à guerrilha do Araguaia, e dentre elas havia uma de Kleber morto. Finalmente, em 15 de abril de 2007, a citada matéria de Lucas Figueiredo trazia o seguinte trecho da página 720 do livro secreto do Exército: “No dia 26 (de junho de 1972) foi preso, após ser ferido no ombro, o subversivo Kleber Lemos da Silva (Carlito). Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos. No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde, apesar de ferido, conseguiu fugir”.

Segundo o Relatório Arroyo:

Carlito (Kléber Lemos da Silva) não pôde prosseguir viagem, devido a ter-se agravado uma ferida (leishmaniose) na perna. Sem poder caminhar, ficou num castanhal, próximo à estrada, enquanto Vitor voltava para avisar os companheiros. Nesse meio tempo, passou pela estrada o bate-pau Pernambuco, que ouviu o barulho de alguém quebrando um ouriço de castanha. Levou então o Exército ao local. Ao procurar se defender, Carlito foi alvejado no ombro e em seguida preso. Foi levado para um local chamado Abóbora, e lá foi bastante torturado. Chegou a ser amarrado num burro e por este arrastado.



O livro de Elio Gaspari resume: “O lavrador Pernambuco delatou Carlito (Kleber), que parara num castanhal. [...] Foi visto surrado, em cima de um burro. Mataram-no três dias depois. Quando seu cadáver foi fotografado, ainda tinha no pescoço a bússola que sempre trazia pendurada”.

Em Operação Araguaia, os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva escrevem: “[...] Aguardava o socorro dos companheiros quando foi visto por um morador, que o delatou. Preso pelo Exército em 26 de junho de 1972, morreu três dias depois. Um documento dos Fuzileiros Navais afirma que Carlito morreu ao tentar fugir para não revelar a localização de depósitos de suprimentos dos guerrilheiros”.

Hugo Studart transcreve trechos do diário que os militares atribuem a Maurício Grabois, sem que a autenticidade esteja ainda comprovada. Teria escrito o dirigente comunista:

[...] Embora muito franzino – era excessivamente magro – superou todas as dificuldades. Andava bem na mata e carregava pesadas cargas. Desenvolvia-se como combatente. Muito corajoso, diante do inimigo revelou grande valentia, tendo despertado a admiração do povo da área onde foi detido. Não se dobrou diante de seus algozes. Os soldados o espancaram e torturaram brutalmente. Amarraram-no a um burro que o arrastou num chão coalhado de tocos, cipós e espinhos. Parece que não sobreviveu às sevícias.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra: “Kleber Gomes (sic): foi preso e morto em junho de 1972, a golpes de baioneta por paraquedistas do Rio de Janeiro, na Base Militar de Xambioá, norte de Goiás. Companheiros de prisão de Kleber presenciaram seu assassinato e ouviram da boca dos próprios soldados a confirmação dos fatos” .

LIBERO GIANCARLO CASTIGLIA (1944-1973)



Italiano da cidade de San Lucido, na Calábria, Libero veio para o Brasil com 11 anos de idade. Sua mãe era filiada ao Partido Comunista Italiano e o pai, ao Partido Socialista. Libero trabalhou como operário metalúrgico.

Tornou-se amigo de André Grabois, também desaparecido no Araguaia. Em 1963, ajudou a pichar o morro do Pão de Açúcar com a palavra “Fidel”, em homenagem ao líder da revolução cubana. Após o golpe de 1964, passou a militar clandestinamente e residiu em Rondonópolis, onde teve uma oficina com Daniel Calado. Em 1967, sua mãe ficou sabendo que o filho tinha ido para a China, enviado pelo PCdoB. No Natal de 1967, chegou ao Araguaia, junto com Maurício Grabois e Elza Monnerat, estabelecendo-se na área da Faveira, onde abriu um pequeno comércio.

No Araguaia, adotou o codinome João Bispo Ferreira da Silva. Era conhecido na região por Joca. Era tão popular que virou padrinho de várias crianças. Na guerrilha, foi comandante do Destacamento A. Mais tarde, passou a fazer parte da Comissão Militar, sendo substituído por André Grabois no comando daquele destacamento. Está desaparecido desde o ataque às forças guerrilheiras no dia 25 de dezembro de 1973. No livro *A lei da selva*, Hugo Studart sustenta que Libero sobreviveu a esse ataque e teria morrido em março do ano seguinte. Segundo o advogado Paulo Fonteles Filho, representante do Pará no GT Tocantins, e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, Libero teria sido morto em 28 de março de 1974. Ele tinha um barco com o qual trabalhava transportando mantimentos.

Elena, a mãe de Libero, que voltou à Itália em 1970, aos 90 anos, em 2007 ainda esperava saber o que aconteceu com seu filho. O governo italiano já se manifestou formalmente junto ao governo brasileiro, demonstrando interesse na localização dos restos mortais do guerrilheiro para um possível traslado e funeral em seu país de origem. Em 7 de fevereiro de 2007, matéria do jornalista Hugo Marques, na revista IstoÉ, trouxe declarações de Elena: “Nossa família está pedindo ao governo da Itália que peça ao governo brasileiro notícias sobre este cidadão italiano.[...] O meu filho é uma pessoa que só queria um Brasil melhor, liberdade e igualdade”. Em março de 2007, Elena recebeu em sua residência, na Itália, um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que colheu material para o acervo do banco de DNA dos familiares de mortos e desaparecidos políticos brasileiros, que vem sendo montado desde setembro de 2006.

Hugo Marques avalia, em sua reportagem, que “o caso Castiglia tem potencial para trazer muitos problemas ao Exército. O corpo de Libero Giancarlo é a prova material necessária que pode levar os italianos a exigir o julgamento na Corte Internacional de Justiça, em Haia, dos militares brasileiros responsáveis por sua morte”.

LÚCIA MARIA DE SOUZA (1944-1973)

Natural de São Gonçalo, RJ, Lúcia era estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e participava do movimento estudantil como integrante do PCdoB. Entre 1969 e 1970 era responsável pela impressão e distribuição do jornal *A Classe Operária* no Rio de Janeiro.

Afrodessendente, cursava o quarto ano da faculdade quando entrou para a clandestinidade, indo viver na região do Araguaia, próximo de Brejo Grande. Vivia com Libero Giancarlo Castiglia, também desaparecido. Destacou-se como parteira e no trabalho pesado de derrubada da mata. Era membro do Destacamento A, utilizando o nome Sônia. Foi ferida e morreu em 24 de outubro de 1973, próximo da grota Água Fria. O relatório do Ministério da Defesa, de 1º de julho de 2009, registra a data de 25 de outubro de 1973.

Conforme o Relatório Arroyo:

“[...] Acontece que Sônia acabou indo pelo pizeiro e, como decidisse caminhar descalça, deixou a botina no caminho. Quando voltou não encontrou a botina. Pensou que fosse brincadeira de gente de massa. Chamou por um nome conhecido. Apareceu uma patrulha do Exército que atirou nela, deixando-a ferida. Os soldados – segundo relatou gente de massa – perguntaram-lhe o nome. E ela respondeu que era uma guerrilheira que lutava por liberdade. Então o que comandava a patrulha, respondeu: ‘Tu queres liberdade. Então toma...’ – desfechou vários tiros e matou-a.

O “livro negro do terrorismo” (nome-código ORVIL), elaborado pelo CIE por determinação do ministro Leônidas Pires Gonçalves, registra: “Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela estrada que demanda a São Domingos. Orientada uma patrulha para a área, houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e possivelmente pelo menos um ferido. O morto seria identificado como Lúcia Maria de Souza (Sônia)”. O relatório do Ministério do Exército de 1993 afirma que “foi morta no dia 24/10/1973, em confronto com as forças de segurança ocorrido entre Xambioá (GO) e Marabá (PA)”. Em entrevista à revista IstoÉ (de 04 de setembro de 1985), o então major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, – atualmente



coronel da reserva e um dos primeiros oficiais do CIE enviado para o Araguaia – revelou que Lúcia foi ferida, caiu e sacou um revólver escondido na bota, ferindo-o no braço e a um capitão do CIE, Lício Augusto Ribeiro Maciel, no rosto.

Com base no Dossiê Araguaia, o jornalista Hugo Studart explica que a guerrilheira, mesmo ferida, se arrastou, embrenhando-se na mata. Um sargento, de codinome Cid, relata:

“Eu e o Javali fomos atrás da Sônia, que havia entrado em uma mata de capim de mais ou menos um metro de altura. Quando chegamos, ela estava deitada de costas, com o 38 ainda na mão, muito ferida. Respirava com dificuldade, tinha muitas balas de 9 milímetros no corpo [...] Ao chegar, ela quis levantar a arma. Eu pisei em seu braço e perguntei seu nome. Ela disse: ‘Guerrilheiro não tem nome’. Eu respondi: ‘Nem nome nem vida’. [...] Só paramos quando as balas das nossas metralhadoras terminaram. Ela ficou com mais de 80 furos.

Elio Gaspari, em *A ditadura escancarada*, relata:

Anos depois, o general Hugo Abreu, que comandava a tropa paraquedista, contou a seguinte história: ‘Lembro-me de um casal que matamos – eles mataram um major e eu tive de mandar matá-los. A moça deveria ter uns vinte anos e era belíssima [...] Três moradores da região asseguram que o corpo de Sônia ficou na lama da Borracheira. Tornou-se repasto de animais’. De fato, Sonia não matou o major. O tenente da reserva José Vargas Jiménez, em seu livro *Bacaba*, afirma que Lúcia “tinha fama de ser exímia atiradora, o que provou quando feriu os dois oficiais. Seu corpo foi deixado à beira do brejo.

O mateiro Osvaldo Pires, que servia de guia aos soldados, contou que, dez dias depois da morte de Sônia, passou pelo grotão Fortaleza e viu seu corpo exposto, coberto apenas por folhas de banana-brava.

LÚCIO PETIT DA SILVA (1943-1974)



Nascido em Piratininga, no interior paulista, Lúcio era o mais velho dos três irmãos Petit da Silva que participaram da guerrilha do Araguaia. Formou-se engenheiro na cidade mineira de Itajubá, onde também iniciou sua militância na política estudantil. Escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais do país.

Militante do PCdoB, foi deslocado para o Araguaia em 1970, onde ficou conhecido como Beto. Pertencia ao Destacamento A, sendo promovido a vice-comandante após a morte de André Grabois em 14 de outubro de 1973.

De acordo com o advogado Paulo Fonteles Filho e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, Lúcio teria tido dois filhos na região, e um deles foi sequestrado por militares quando tinha cerca de dois anos e seu paradeiro é desconhecido. Ele era muito presente nas festas da região e adepto do terecô (candomblé regional).

Foi visto vivo pela última vez por seus companheiros no dia 14 de janeiro de 1974.

O relatório do Ministério da Marinha, em 1993, confirma sua morte, mas a situa em março de 1974, em desacordo com vários depoimentos de moradores da região. O livro *Operação Araguaia* traz mais informações sobre Lúcio:

Sério, calado e determinado, Lúcio destacava-se na escola, gostava de estudar línguas e recitar poesias. A morte prematura do pai o levou a trabalhar desde cedo para ajudar a família. Teve forte influência na

formação política dos irmãos Jaime e Maria Lúcia. Foi o último deles a morrer na guerrilha. Moradores afirmam tê-lo visto ser preso pelo Exército no dia 21 de abril de 1974, na casa de Manoelzinho das Duas.

Já o livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, sempre apoiado em informações do Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram do combate à guerrilha, aponta dados discrepantes:

Foi preso em julho de 1974, ao final da guerrilha. Levado para Marabá, Beto foi longamente interrogado por militares que chegaram de Brasília. Reconheceu mapas da região, relatou o cotidiano da guerrilha, ensinou uma receita de jabuti com castanha, discutiu política e ideologia com os militares. Até o fim manteve suas crenças na revolução socialista, de acordo com os militares que o interrogaram. Levado de helicóptero para algum ponto da mata, foi executado por uma equipe do Exército.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra sua morte em 28 de abril de 1974.

LUIZ RENÉ SILVEIRA E SILVA (1951-1974)

Carioca, René ingressou em 1970 na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, abandonando o curso no ano seguinte. Tinha apenas 19 anos quando tomou a decisão de ir para o Araguaia, já militante do PCdoB, ficando conhecido na região como Duda. Com seu jeito calado, estava sempre atento aos relatos dos companheiros mais experientes. Apesar de ter cursado apenas o primeiro ano, dedicava-se à medicina, além de estudar política e economia.

Em 1980, sua mãe, Lulita Silveira e Silva, foi à Escola de Medicina e Cirurgia à procura de uma fotografia de Luiz René e encontrou sua ficha escolar com a foto arrancada. Informaram que havia sido retirada por agentes dos órgãos de segurança.

Existem controvérsias a respeito de Luiz René. Segundo os depoimentos colhidos pelo Ministério Público Federal junto a moradores do Araguaia, ele teria sido preso com seu companheiro Hélio. Porém, Cirene Barroso, mãe da guerrilheira Jana Moroni Barroso, que também procurou pessoas da região, diz que Luiz teria sido preso em uma casa de camponeses, com a perna quebrada por um tiro e levado para a base militar de Bacaba (PA), no início de 1974. Segundo o Relatório Arroyo, “no dia 19/01/74, Ângelo e Zezinho se separaram de Luiz René Silveira e Hélio. Hélio e Luiz René nunca mais foram vistos”.

No site www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia há um depoimento do ex-guia Vanu, que teria presenciado a execução de Luiz:

Um helicóptero aterrissou trazendo três prisioneiros: Antônio de Pádua, o Piauí, Luiz René da Silva, o Duda, e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos, todos com os olhos vendados, saíssem do avião e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de tiros foram disparados contra eles. Foi horrível: as cabeças dos guerrilheiros ficaram totalmente destruídas, cheias de miolos e sangue expostos.

Vanu disse também que os soldados enterraram os corpos em valas próximas à cabeceira do rio.

Outros depoimentos indicam que Duda teria sido morto em bombardeio no castanhal Brasil-Espanha, onde seus restos mortais estariam enterrados, versão corroborada por Pedro Moraes da Silva, irmão de Zé da Onça, que informou ter conhecido Duda, “cujo corpo foi jogado em castanhal na região Gameleira, que hoje é a Fazenda Brasil-Espanha”. Pedro acrescentou que estava trabalhando na fazenda



Brasil-Espanha junto com seu tio Raimundo Ribeiro quando encontraram as ossadas. Ele diz “que reconheceu a ossada de Duda, em virtude da camisa esticada em cima de uma árvore e pelos ossos da perna que eram compridos por ser Duda muito alto; que o declarante pegou no crânio e viu um buraco de bala no meio da testa”.

Outro depoimento registra que Luiz teria sido preso na casa de um camponês em São Geraldo. Agenor Moraes da Silva, também ex-guia do Exército, testemunha que:

Duda foi pego na região do Chega com Jeito; [...] viu o Duda preso, algemado, dentro de uma sala; que o Duda foi levado para a mata, porque descobriram que ele teria um encontro com a Cristina [...] que o declarante ficou sabendo que a Cristina foi morta naquele dia; que viu Duda sentado no Bacaba, que estava numa sala, com as mãos algemadas para trás; que um empregado do restaurante do Bacaba disse que iriam levar o Duda ao encontro de Cristina e outros guerrilheiros, já que os guerrilheiros tinham encontro marcado entre eles de 15 em 15 dias, para planejar novas ações. Manoel Leal de Lima, o Vanu, também declara que chegou a ver presos o Piauí, o Duda e o Pedro Carretel; que esses três foram transformados em guia; que esses três foram mortos no final da guerra no Bacaba; que o depoente acompanhou a equipe mas se separou antes deles serem mortos, só ouviu os tiros e uns quinze dias depois viu os corpos numa toca.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que Luiz René foi morto em combate, em Xambioá, em março de 1974. Já o tenente José Vargas Jiménez, em seu livro *Bacaba*, assinala a data de 24 de janeiro de 1974.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra 24 de março de 1974 como a data de sua morte.

LUIZ VIEIRA (? -1973)

Camponês que se incorporou à guerrilha, Luiz era franzino e tinha sangue índio, em parte, contando com aproximadamente 45 anos de idade. Morava na localidade de Bacaba, perto de São Domingos (PA), onde tinha uma roça. Segundo depoimento de sua esposa, Joana Vieira, foi morto próximo da Fazenda Fortaleza. A viúva conta que o corpo de Luiz foi abandonado no local e não pôde ser resgatado porque os soldados proibiram a população de entrar na mata. O filho de Luiz, José, foi preso e obrigado a fazer o serviço militar. Para isso, sua idade foi alterada em seis anos, pois à época já contava 24.

José Ribamar Ribeiro Lima, em declaração prestada no dia 4 de julho de 1996, na sede da Procuradoria da República no Estado de Roraima, ao procurador-chefe, Osório Barbosa, conta que assistiu à execução de Luizinho – “baixo, moreno, cabelos lisos e pretos” – por uma patrulha comandada pelo cabo Andrada. Segundo Ribamar, “ele [Luizinho] morava a uns quinze a vinte quilômetros da Vila Bacaba e, nesse dia, a patrulha comandada por Andrada era composta por quinze homens, inclusive José Ribamar. Chegaram ao local da casa de Luizinho, que se encontrava vazia. Caminharam mais uns seiscentos metros e, por ter ficado para trás, o depoente já encontrou a vítima morta com um tiro dado pelas costas”.

Nas fichas entregues ao jornal *O Globo* em 1996, consta a seguinte anotação: “‘Luizinho’ – elemento local – morto em 31 Dez 73”. Essa mesma data é apontada por Hugo Studart, apoiando-se no Dossiê Araguaia, e por José Vargas Jiménez, que agrega “de Almeida” ao final do sobrenome de Luiz.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 30 de dezembro de 1973.

LUIZA AUGUSTA GARLIPPE (1941-1974)

Luiza nasceu em Araraquara e mudou-se para São Paulo, onde cursou enfermagem na USP, formando-se em 1964. Passou a trabalhar no Hospital das Clínicas, chegando ao posto de enfermeira-chefe do Departamento de Doenças Tropicais, assunto em que se especializou.

Integrante do PCdoB, no início dos anos 70 foi deslocada para o Araguaia, indo viver na região do Rio Gameleira, onde desenvolveu trabalho de saúde, destacando-se como parteira. Era conhecida na área como Tuca, e assumiu a coordenação do setor de saúde da guerrilha após a morte de João Carlos Haas. No Araguaia, integrava o Destacamento B.

Segundo informações de seu irmão Armando Garlippe Júnior, a última vez que os familiares a viram foi no início dos anos 70.

Posteriormente, fomos perdendo contato. Não sabíamos onde ela estava. Pensávamos que ela pudesse estar presa. Às vezes, chegavam informações desencontradas sobre o seu paradeiro. Alguns diziam que ela estava no exterior: outros falaram que ela se encontrava no Nordeste. Só muito tempo depois fomos saber sobre o Araguaia. Na verdade, naquela época, a comunicação era difícil. As forças da repressão nos vigiavam.

Sabe-se que Luiza sobreviveu ao ataque da manhã de Natal de 1973. Existem divergências a respeito da data de sua morte ou desaparecimento. O relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, registra apenas que Luiza era “militante do PCdoB e guerrilheira no Araguaia”. O relatório do Ministério do Exército, do mesmo ano, agrega: “Militante do PCdoB integrando o destacamento da guarda do Comando Militar na Guerrilha do Araguaia, considerada desaparecida desde de maio/74”. O relatório do Ministério da Marinha apresenta a informação de que ela teria morrido em junho de 1974: “NOV/74, relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morta em junho/74”.

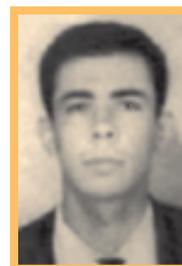
O Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram da luta contra os guerrilheiros, apresenta o mês de julho como data da morte de Luiza, segundo escreve Hugo Studart em A Lei da Selva: “Foi presa em julho de 1974, em companhia da guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina. Foi executada no mesmo dia de Dina, perto de Xambioá”. Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 16 de julho de 1974.

MANOEL JOSÉ NURCHIS (1940-1972)

Manoel era natural de São Paulo, onde trabalhava como operário. Depois de abril de 1964, passou a ser perseguido por sua militância no PCdoB. Deslocado para a região do Araguaia, residiu na área do Gameleira e pertenceu ao Destacamento B da guerrilha. Em 29 ou 30 de setembro de 1972, tombou em combate.

O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, registra que:

Manoel foi preso em jun/63, quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo. Em out./72, membro do PCdoB, morto em combate em Xambioá”. O relatório do Ministério do Exército, do mesmo ano, acrescenta: “Militante do PCdoB, utilizando-se dos codinomes Gil, Gilberto e Guilherme, tendo também realizado o curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim/China.



O relatório da 3ª Brigada de Infantaria, assinado pelo general Antônio Bandeira, também registra a ocorrência da morte de Manoel e dois companheiros:

Da FT 6º BC – ação de patrulhamento, em 30 Set 72, executada no R dos Crentes, por 1 GC, teve como resultado a morte dos seguintes terroristas: João Carlos Haas Sobrinho, ‘Juca’ (membro da Comissão Militar), Ciro Flávio Salazar de Oliveira, ‘Flávio’ (Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre), José Manoel Nurchis ‘Gil’ (China Com) – Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre.

Dower Cavalcanti, um dos poucos militantes presos no Araguaia em 1972 que foram poupados, testemunhou ter sido requisitado pelo general Bandeira para identificar alguns guerrilheiros mortos. Como os corpos já estavam em decomposição, a identificação foi realizada por fotografias ampliadas. Tratava-se de João Carlos Haas, Ciro Flávio, José Toledo, Chaves e Nurchis. O general teria comentado nessa ocasião, segundo Cavalcanti, nunca ter visto um homem “tão macho” como Nurchis, que enfrentara paraquedistas em um combate de duas horas, só morrendo após receber o 12º tiro de metralhadora.

O livro *Operação Araguaia*, de Taís Morais e Eumano Silva, registra sobre Nurchis:

Morou na região da Gameleira. Agitado, falante e namorador, tornou-se exemplar cumpridor de tarefas do partido. Orgulhava-se do tempo em que morava em São Paulo e se destacava como um dos melhores vendedores do ‘Classe Operária’, principal jornal do PCdoB. Em setembro de 1972, fez parte de um grupo de cinco guerrilheiros encarregados pela Comissão Militar de retomar contato com o Destacamento C. Os combatentes comunistas encontraram várias patrulhas militares. Em um dos confrontos, no último dia do mês, morreu junto com Juca e Flávio. Sua morte foi registrada na Operação Papagaio em 30/9/72.

Em *O coronel rompe o silêncio*, Luiz Maklouf Carvalho relata a participação de Manoel nesse episódio, que segundo ele teria acontecido em 30 de setembro de 1972: “Gil (Manoel José) ainda se aproximou de Juca (João Carlos Haas) tentando reanimá-lo. Ocorreram novos disparos. Depois não se soube mais de Gil. Deve ter morrido”.

MARCOS JOSÉ DE LIMA (1947-1973)

Capixaba de Nova Venécia, operário e ferreiro de profissão, mudou-se em 1970, já como militante do PCdoB, para a região do Araguaia, fixando-se na localidade de Chega com Jeito, onde trabalhava consertando armas e ficou conhecido como Zezinho Armeiro ou Ari. Foi visto por seus companheiros, pela última vez, em 20 de dezembro de 1973, próximo a um depósito de mantimentos.

Conforme o Relatório Arroyo:

J. decidiu enviar Ari (Marcos José de Lima) e Mané para apanhar farinha num depósito próximo. Mané ficou aguardando Ari a uma certa distância. Como Ari demorasse, Joca, que havia chegado, foi até o depósito e não encontrou o Ari. No local do depósito estava apenas o saco plástico que Ari havia levado para trazer a farinha. A impressão que se teve é que ele fugiu, pois não apareceu nem no acampamento, nem nas referências. (20/12/73).

As fichas entregues ao jornal *O Globo* em 1996 informam que ele era o armeiro da guerrilha, conhecia os depósitos e as oficinas da Comissão Militar e foi preso na Transamazônica, em 26 de dezembro de 1973, “após haver desertado”. Esta informação diverge da que o tenente da reserva José

Vargas Jiménez registra em seu livro *Bacaba*: segundo ele, Marcos teria sido morto pelo Exército em 25 de dezembro de 1973.

Segundo relato de Geraldo Veloso, ex-delegado de polícia de São Domingos do Araguaia, feito ao advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no GT Tocantins, o corpo de Marcos estaria enterrado no antigo poço do Chega com Jeito. Há controvérsias sobre ele haver desertado. Foi preso em 25 de dezembro de 1973.

MARIA CÉLIA CORRÊA (1945-1974)

Nascida no Rio de Janeiro, Maria Célia era bancária e estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1971, como militante do PCdoB, foi viver na região do Araguaia, onde estavam seu irmão, Elmo Corrêa, e sua cunhada Telma Regina Cordeiro Corrêa.

Taís Morais e Eumano Silva narram sua prisão no livro *Operação Araguaia*:

Rosa, ou Rosinha, como a chamavam os camponeses, perdeu-se dos companheiros. Chega à casa de Manoelzinho das Duas [...]. Manoel tenta convencer a guerrilheira a se render. [...] ‘Prefiro morrer do que me entregar’, reage Rosinha. Diante da negativa, Manoelzinho agarra a militante, domina-a e entrega ao delegado de São Domingos, Geraldo da Coló. Muitos moradores do vilarejo viram Rosinha viva, muito magra e suja, dentro de um carro parado na frente da cadeia. Os militares levaram a guerrilheira para Bacaba.

O relatório de 2002 dos procuradores do Ministério Público Federal registra que Maria Célia foi vista presa: “amarrada e, depois, dentro de um carro preto. Também foi vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. Teria sido presa pela equipe guiada por Manoel Leal Lima (Vanu)”.

Documento elaborado por Aldo Creder Corrêa, irmão de Maria Célia, informa que, após longos anos de pesquisa, seu pai, Edgar Corrêa, chegou à conclusão de que “todos os indícios apontam na direção de que Maria Célia foi presa viva”. Baseando-se nessa conclusão, foi impetrado habeas-corpus junto ao Tribunal Federal de Recursos, em 28 de maio de 1981, que foi negado a partir das informações prestadas pelo chefe de gabinete do Ministério do Exército. O coronel Oswaldo Pereira Gomes, mais tarde general e representante das Forças Armadas na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, escreveu na época: “[...] declaro que, compulsando os arquivos da Assessoria no Judiciário do Ministro do Exército, não encontrei registro algum, nos processos relativos à Lei de Segurança Nacional, sobre custódia ou qualquer outro tipo de cerceamento de liberdade exercido sobre a referida pessoa”.

O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, informa que o Dossiê Araguaia registra a morte de Maria Célia como ocorrida em janeiro de 1974 e acrescenta: “Teria havido um debate entre os próprios militares sobre a necessidade ou não de executá-la, já que, argumentavam alguns oficiais, Rosa não oferecia perigo. A decisão final foi a de cumprir as ordens superiores de não fazer prisioneiros”. O dia 24, mais precisamente, é o que aparece registrado no livro *Bacaba*, de José Vargas Jiménez, como de sua morte.

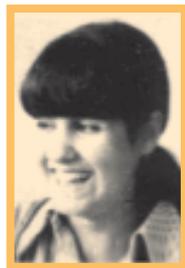
Em matéria do jornal *O Globo* do dia 2 de maio de 1996, o guia Vanu declara que “um helicóptero aterrissou trazendo três prisioneiros – Antônio de Pádua, o Piauí, Luís René da Silva, o Duda, e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos, todos com os olhos vendados, saíssem do avião e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de



tiros foram disparados contra eles”. Com base nesse depoimento, os familiares de Maria Célia pediram a interdição do local descrito para em seguida promover a busca dos restos mortais da guerrilheira.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 05 de março de 1974.

MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA (1950-1972)



Maria Lúcia Petit da Silva foi morta aos 22 anos de idade. Desaparecida desde 1972, sua ossada foi encontrada em 1991 e identificada em 1996, sendo sepultada pela família em Bauru (SP) no dia 16 de junho de 1996.

Concluiu o curso Normal em São Paulo em 1968, quando participou do Movimento Estudantil secundarista. Em 1969, prestou concurso para o Magistério. Foi professora primária em Vila Nova Cachoeirinha, na capital paulista. No início de 1970, tomou a decisão de desenvolver sua atividade política no interior do Brasil. Militante do PCdoB, foi para Goiás e, em seguida, para o sul do Pará, fixando-se na área de Caianos. Trabalhou na região ensinando as crianças, a quem dedicava muito carinho, e também em atividades de plantio, conquistando grande simpatia entre os moradores das redondezas.

Conforme depoimento de Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das poucas sobreviventes da guerrilha e companheira de Jaime Petit, irmão de Maria Lúcia,

as primeiras horas do dia 16 de junho de 1972, a menos de 2 km da casa do ‘João Coioió’, Jaime (Jaime Petit da Silva), Daniel (Daniel Ribeiro Callado) e eu fomos acordados com o disparo de um tiro ao longe e um outro tiro em seguida. Da mesma direção dos sons dos disparos, metralhadoras foram acionadas, quando o ruído distante de um helicóptero em movimento tornava-se próximo das imediações. Estávamos acampados na retaguarda para aguardar Maria (Maria Lúcia Petit da Silva), Cazuzza (Miguel Pereira dos Santos) e Mundico (Rosalindo de Souza) para ajudá-los no transporte dos mantimentos encomendados ao ‘João Coioió’. Retiramo-nos imediatamente e, ao final da tarde, acampamos nas cabeceiras da chamada Grota da Cigana. Momentos mais tarde, enquanto preparávamos o jantar, milho maduro em água de sal, cozido em fogo brando, para esperar os três companheiros ausentes, surgiram Cazuzza e Mundico, ensopados de suor e aflição. Perguntei pela Maria e a resposta do Cazuzza foi direta e crua: ‘a reação a matou’.

Regilena conta também que, quando esteve presa na base militar de Xambioá, alguns oficiais mostraram-lhe objetos de uso pessoal de Maria Lúcia, “um par de chinelos de sola de pneu com alças retorcidas de nylon azul claro, e uma escova de dentes de cor amarela e com o cabo quebrado”. Ela reconheceu os objetos como pertencentes a Maria, que os guardava em um bernal de lona verde, permanentemente usado a tiracolo. Segundo Regilena, os militares afirmaram que Maria Lúcia fora enterrada em São Geraldo (PA), cidade em frente a Xambioá, na outra margem do Araguaia.

No Relatório Arroyo consta que

em meados de junho, três companheiros dirigidos por Mundico (Rosalindo Souza) procuraram um elemento de massa, João Coioió, para pedir-lhe que fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Coioió já tinha ajudado várias vezes os guerrilheiros com comida e informação. Ficou acertado o dia em que ele voltaria de São Geraldo para entregar as encomendas. À noitinha desse dia aproximaram-se da casa Mundico, Cazuzza (Miguel Pereira dos Santos) e Maria (Maria Lúcia Petit) mas perceberam que não havia ninguém. Cazuzza afirmou que ouvira alguém dizendo baixinho: ‘pega, pega’. Mas os outros dois

nada tinham ouvido. Acamparam a uns 200 metros. Durante a noite ouviram barulho que parecia de tropa de burro chegando na casa. De manhã cedo, ouviram barulho de pilão batendo. Aproximaram-se com cautela, protegendo-se nas árvores. Maria ia na frente. A uns 50 metros da casa, recebeu um tiro e caiu morta. Os outros dois retiraram-se rapidamente. Dez minutos depois, os helicópteros metralhavam as áreas próximas da casa. Alguns elementos de massa disseram, mais tarde, que Maria fora morta com um tiro de espingarda desfechado por Coioió. Este logo depois desapareceu com toda a família.

No relatório apresentado pela Marinha ao ministro da Justiça Maurício Correa, em 1993, consta sobre Maria Lúcia: “Junho-72 Morta durante enfrentamento na tarde do dia 16/06 próximo a Pau Preto”. Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, juntamente com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e uma equipe de legistas da Unicamp estiveram em um cemitério da cidade de Xambioá, onde exumaram duas ossadas. Uma delas era de uma mulher jovem, enrolada num pedaço de paraquedas. A ossada foi identificada em 14 de maio de 1996 como sendo de Maria Lúcia, pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp, depois que o jornal *O Globo* apresentou fotos onde o seu corpo aparecia envolto em um paraquedas igual ao que foi encontrado junto à ossada em Xambioá.

Sobre Maria Lúcia Petit o “livro secreto” do Exército, recentemente divulgado pelo jornalista Lucas Figueiredo, registra: “No dia 16 (de junho de 1972) esse destacamento (dos guerrilheiros) sofreria outra baixa com a morte de Maria Lúcia Petit da Silva (Maria) em choque com as forças legais”. Merece registro a análise feita por Elio Gaspari no livro citado:

Os militares enterraram Maria num cemitério de Xambioá, com o corpo embrulhado num pedaço de paraquedas e a cabeça envolta em plástico. A ditadura fixara um padrão de conduta. Fazia prisioneiros, mas não entregava cadáveres. Jamais reconheceria que existissem. Quem morria, sumia. Esse comportamento não pode ser atribuído às dificuldades logísticas da região, pois a tropa operava de acordo com uma instrução escrita: ‘Os PG (prisioneiros de guerra) falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias)’.

MAURÍCIO GRABOIS (1912|1973)

Baiano de Salvador, filho de uma família humilde de judeus russos, Grabois mudou-se aos 18 anos para o Rio de Janeiro. No início da década de 1930, quando aluno da Escola Militar, tornou-se um dos primeiros organizadores do Partido Comunista nas Forças Armadas. Em 1935, engajou-se nas ações desenvolvidas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Devido à repressão policial aos comunistas a partir de 1948, Grabois passou a atuar na clandestinidade.

Em agosto de 1957, alinhou-se com a ala de dirigentes comunistas que rejeitou a política soviética de coexistência pacífica, divergindo da orientação majoritária no partido. Em fevereiro de 1962, participou da fundação do PCdoB. Alguns anos depois, foi destacado para estabelecer uma área de preparação da guerra popular prolongada, na região do Araguaia, onde passou a viver, na localidade de Faveira, sendo conhecido como Mário. Há registros de que chegou à região no dia de Natal de 1967, e também foi morto no Natal de 1973.

O capitão Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Curió, em reportagem do SBT em julho de 1996, fez referência a um combate contra dez guerrilheiros na localidade de Some Homem, no qual quatro deles morreram. Tudo indica que ele se refere ao combate do dia 25 de dezembro de 1973, no qual Maurício Grabois teria sido um dos mortos. A mesma data aparece citada no livro *Bacaba*, de José Vargas Jiménez, porém com detalhes discrepantes:



[...] uma equipe mista, integrada por paraquedistas de Xambioá e guerreiros de selva de Bacaba, estava seguindo umas pegadas na região da Gameleira, próximo ao rio Araguaia, quando se defrontaram (sic) com um grupo de guerrilheiros integrantes do Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Houve troca de tiros, resultando na morte de oito guerrilheiros: Maurício Grabois (Velho Mário)... [seguem-se outros nomes].

Em 10 de outubro de 1982, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou que Maurício morreu com um tiro de FAL na cabeça, que lhe arrancou o cérebro, e outro na perna, que provocou fratura exposta. Em 17 de outubro de 1982, o colunista Carlos Castello Branco escreveu no *Jornal do Brasil* que ouviu do general Hugo Abreu a informação de que Maurício Grabois estava enterrado na Serra das Andorinhas. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, confirma que Maurício foi morto em 25 de dezembro de 1973.

O jornalista Elio Gaspari escreveu:

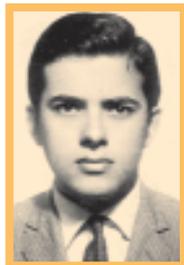
[...] Maurício Grabois, o Mário, pode ter sido o primeiro guerrilheiro a morrer [no combate da manhã do dia 25]. A narrativa de um oficial que se encontrava na região mas não presenciou o choque informa que ele estava sentado numa trilha quando, para surpresa mútua, um tenente viu-o à sua frente. Grabois tinha um revólver 38 e o oficial, uma submetralhadora. As duas armas travaram, mas o tenente teve a segunda chance. Há ainda duas outras versões. Numa, ele foi surpreendido enquanto comia. Na outra, foi morto em combate. Nesse choque morreram mais quatro guerrilheiros, entre eles seu genro Pedro. Grabois guardava consigo o arquivo da guerra. Desde o seu diário de campanha, até a coleção de panfletos, hinos e poemas de combatentes.

Maurício teve um casal de filhos: André Grabois, também militante do PCdoB e morto no Araguaia, em outubro de 1973, e Vitória Lavínia Grabois Olímpio, que tinha sido casada com outro desaparecido do Araguaia, Gilberto Olímpio Maria.

O advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no GT Tocantins e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, relatam que

é possível que tenha havido uma exumação clandestina em fins de maio de 1996 na Serra das Andorinhas. Logo após a série de reportagens feitas por O Globo e antes de a equipe forense argentina ter chegado à região da Serra das Andorinhas, no mesmo ano, camponeses teriam visto helicópteros do Exército sobrevoando o local. Quando chegou ao local, a equipe teria encontrado a terra já revolvida. Consta que o diário de Maurício estaria nas mãos do jornalista Hugo Studart.

MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS (1943-1972)



Nascido em Recife, Miguel começou a trabalhar quando tinha apenas 13 anos. Em 1964, mudou-se com a família para São Paulo e, nesse mesmo ano, concluiu o curso científico no Colégio de Aplicação da USP. Iniciou cedo sua participação na vida política, filiando-se ao PCdoB. Em 1965, teve de assumir militância clandestina devido à perseguição política. Em 1968, agentes do DOPS, ao procurarem Miguel, interrogaram sua mãe, a quem foram mostradas fotocópias de documentos que teriam sido enviadas pela Central Intelligence Agency – CIA –, dos Estados Unidos, dizendo que ele estivera na China. Por este motivo, a casa de sua mãe foi várias vezes invadida pela polícia política.

Quando trocou São Paulo pelo interior do país, residiu na Praia Chata, norte de Goiás, às margens do Rio Tocantins e, posteriormente, no sul do Pará, na localidade de Pau Preto. Integrou o Destacamento

C dos guerrilheiros, entre os quais era conhecido como Cazuza. Teria sido morto no dia 20 de setembro de 1972, conforme informação do general Bandeira, responsável pelos interrogatórios no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército. Segundo Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das poucas sobreviventes do Araguaia, a mão direita de Miguel foi cortada para identificação de suas impressões pelos órgãos de segurança.

Nos arquivos secretos do DOPSdo Paraná, Miguel está incluso em um fichário com 17 militantes classificados como falecidos. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, afirma que ele “participou ativamente da Guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972”. O “livro secreto” do Exército, divulgado em abril de 2007 pelo jornalista Lucas Figueiredo, registra na página 724 outra data: “Nesse dia (27 de setembro de 1972), o terrorista Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), do destacamento C, foi morto numa emboscada”.

Em *A Lei da Selva*, Hugo Studart apresenta duas datas para a morte de Miguel. Na página 135, escreve: “No dia 25, um tenente (Felipe Macedo Junior) é ferido com um tiro de espingarda. Nada grave. A 26 de setembro, tomba em combate um guerrilheiro, o primeiro na Operação Papagaio – Miguel Pereira dos Santos, o Cazuza”. E na página 372: “MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS, Cazuza [...] Foi um dos guerrilheiros mais atuantes, dos mais citados por Velho Mário em seu Diário. PCdoB e Dossê registram sua morte a 20 SET 72, metralhado na selva”.

NELSON LIMA PIAUHY DOURADO (1941-1974)

Baiano de Jacobina e irmão mais velho de José Lima Piauhy Dourado, igualmente desaparecido na Guerrilha do Araguaia, foi funcionário da Petrobras, trabalhou na refinaria Landulfo Alves, em Mataripe (BA). Filiou-se ao sindicato da categoria, onde desenvolveu intensa atividade. Em abril de 1964, foi preso e demitido do emprego. A partir de 1967, passou à clandestinidade como militante do PCdoB.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa que Nelson viajou para a China em 13 de setembro de 1968, “onde realizou curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim”. Em contradição com esse registro, um documento do SNI informa que a viagem à China ocorreu em 26 de janeiro de 1967.

Antes de residir na localidade de Metade, no Araguaia, Nelson morou também no extremo norte de Goiás, tendo estabelecido uma farmácia em Augustinópolis, hoje no Estado de Tocantins, à margem direita do Araguaia, perto da área da guerrilha.

Integrante do Destacamento A, Nelson ficou conhecido na região como Nelito. Comandou um dos cinco grupos de cinco guerrilheiros que, após o ataque de Natal à Comissão Militar da guerrilha, combinaram seguir para rumos diferentes, conforme registrado no Relatório Arroyo.

Morada da região, Adalgisa Moraes da Silva fez um relato sobre a morte de Nelson:

Dia 2, Nelito tinha ido a uma capoeira apanhar alguma coisa para comer. Trouxe pepinos e abóbora numa lata grande que lá encontrara. A lata fez muito barulho na marcha de volta. Às 13:30 h ouviram-se rajadas. Os tiros foram dados sobre Carretel, que saiu correndo. Nelito não quis sair logo. Se entrincheirou, talvez pensando nas duas companheiras. Mas os soldados se aproximavam. Então ele correu junto com Duda, mas foi atingido. Assim mesmo, ainda se levantou e correu mais uns vinte metros. Foi novamente atingido e caiu morto.



Outros documentos, incluindo os relatórios das Forças Armadas, de 1993, o Dossiê Araguaia, citado no livro de Hugo Studart, e depoimentos de moradores anos depois, apontam no sentido de que Nelson provavelmente foi o único morto no ataque, sendo presos os demais componentes do seu grupo. Mas também existe um depoimento indicando que Nelson foi preso vivo, embora gravemente ferido.

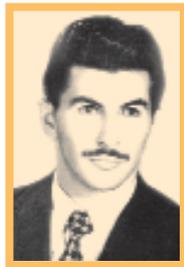
José da Luz Filho, lavrador cujo pai permaneceu detido durante sete meses em Marabá, testemunha que Nelito e sua companheira, Cristina, foram presos e levados para Bacaba. Zé da Onça afirma conhecer uma senhora, cujo nome não revelou, que saberia dizer onde estão as ossadas de Nelson, de Luiz Renê Silveira e Silva (Duda) e do camponês Pedro Carretel, todos mortos no mesmo dia, segundo seu testemunho. Outro depoimento indica como possível local de sepultura de Nelson o castanhal Brasil-Espanha.

Raimundo Nonato dos Santos, guia mateiro conhecido como Peixinho, informa que Pedro Carretel foi preso por uma equipe de militares guiada por Zé Catingueiro, sendo ferido por um tiro do próprio Zé Catingueiro e que na mesma ocasião Nelito foi morto. Conta também que a operação na qual morreu Nelito e foi capturado Carretel era comandada pelo capitão Rodrigues.

Pedro Matos do Nascimento, conhecido por Pedro Marivetí, relata ter conversado, quando preso, com um homem que tinha o apelido de Babão e servia como guia do Exército. Soube por ele que Nelito e “uma japonesinha” teriam sido sepultados na cabeceira da pista de pouso de Bacaba.

Em 1974, agentes do DOPS de Salvador invadiram a casa dos irmãos de Nelson, apoderando-se de uma carta onde os seus companheiros de guerrilha informavam de sua morte. O relatório do Ministério da Marinha, em 1993, continha a informação de que Nelson foi “morto em 02 de janeiro de 1974”. Esta data é confirmada no livro *Bacaba*, de autoria do tenente da reserva José Vargas Jiménez, o Chico Dólar, que participou dos combates aos guerrilheiros do Araguaia.

ORLANDO MOMENTE (1933-1973)



Paulista de Rio Claro, Orlando mudou-se para São Paulo e trabalhou como operário na Companhia Antarctica Paulista, entre 1951 e 1959. Militou no PCB e posteriormente transferiu-se ao PCdoB.

Com o golpe de 1964, passou a atuar na clandestinidade. Mais tarde passou a viver no norte de Goiás e depois no sul do Pará, próximo à Transamazônica, na localidade de Paxiba. Envolvido na guerrilha do Araguaia, em algumas ocasiões Orlando esteve frente a frente com agentes da repressão, passando-se por camponês e dando informações erradas sobre os guerrilheiros, contando para isto com a ajuda dos moradores que o apresentavam como compadre ou parente.

Conhecido como Landim, Orlando pertencia ao Destacamento A da guerrilha do Araguaia. Consta que teria sido visto pela última vez por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973. Esta informação contrasta, porém, com aquela que aparece no livro de Jiménez, *Bacaba*, segundo o qual Orlando (conhecido também como Alexandrine, afirma o autor) teria sido um dos oito guerrilheiros mortos cinco dias antes, em 25 de dezembro, quando a Comissão Militar foi atacada por uma equipe mista integrada por paraquedistas de Xambioá e elementos do Exército especializados em operações na selva.

Ao que se sabe, após o embate ocorrido no dia de Natal de 1973, os guerrilheiros haviam decidido se separar em grupos de cinco componentes. De acordo com o Relatório Arroyo,

os grupos eram cinco. Um chefiado por Osvaldo (que retornou a sua área); outro por J.; outro pelo João; outro pelo Nelito; e o outro pelo Landim (Orlando Momento). [...] Dia 30 pela manhã (30/12/73), os cinco grupos tomaram seus destinos. Às 15h ouviu-se ruído de metralhadora no rumo em que havia seguido Osvaldo ou Landim (Orlando Momento). Não se sabe o que houve.

Em 1974, Joana de Almeida, moradora da região e esposa de Luiz Vieira, camponês também desaparecido, esteve em seu antigo sítio na Paxiba, próximo a São Domingos, e encontrou restos de uma ossada humana semienterrada. Estavam visíveis o crânio e um fêmur, com aparência de ter sido enterrados havia pouco tempo. Ao lado da ossada estava um chapéu feito de couro de quati curtido, o que lhe deu a certeza de que se tratava de seu compadre e amigo Orlando Momento. Na época, Joana nada pôde fazer porque estava proibida pelo Exército de ir a seu sítio, ao qual fora às escondidas à procura de alimentos. Esse depoimento foi dado à equipe de jornalistas da revista *Manchete* em 1993.

Hugo Studart informa que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente da repressão à guerrilha, indica que a morte de Momento teria ocorrido em dezembro de 1973.

OSVALDO ORLANDO DA COSTA (1938-1974)

Mineiro de Passa Quatro, entre 1952 e 1954 Osvaldo morou na cidade de São Paulo, onde fez o curso industrial básico de cerâmica. Mudou-se para o Rio de Janeiro e se formou na Escola Técnica Federal, como técnico de construção de máquinas e motores, em 1958. Como atleta, vinculou-se ao Botafogo, clube pelo qual foi campeão carioca de boxe. Tornou-se oficial da reserva do Exército, após servir no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Rio de Janeiro.

Viajou para a antiga Tchecoslováquia, onde cursou até o 3º ano de Engenharia de Minas, em Praga. Em sua homenagem, o escritor tcheco Cyprian Ekwensi escreveu o livro *Lidé z mesta* (em tradução literal O homem que parou a cidade), em 1962.

Sobre o livro, o guerrilheiro só revelaria o fato no ano seguinte a sua irmã, Irene Orlando, oferecendo-lhe um exemplar com dedicatória.

Por sua militância política, Osvaldo foi obrigado a viver na clandestinidade logo depois do golpe de 1964, quando já era ligado ao PCdoB. Foi o primeiro quadro do partido a chegar ao Araguaia, entre 1966 e 1967. Negro, forte, com 1m98 de altura, passou a ser conhecido como Osvaldão. Era tido como generoso e corajoso, sendo muito respeitado pelos moradores e por seus companheiros. Carismático e temido pelos militares, foi um grande expoente da guerrilha entre a população da região, ao lado de Dina. O tenente da reserva José Vargas Jiménez, conhecido como Chico Dólar e autor do livro *Bacaba*, dedica a esse personagem, contra o qual combateu, uma página inteira que tem por título “Morte do guerrilheiro Osvaldão – o mito”.

Quando chegou ao Araguaia, Osvaldo entrou na mata como garimpeiro e mariscador – cabe notar que, em certas regiões do norte do Brasil, o termo *marisco* é aplicado também a peixes de rio. Tornou-se o



maior conhecedor da área entre os militantes do PCdoB ali instalados. No ano de 1969, fixou residência numa posse que adquiriu às margens do rio Gameleira.

Sobre Osvaldão, surgiram lendas que exaltam sua bondade, sua força, sua coragem e também sua pontaria. Foi comandante do Destacamento B da guerrilha, tendo participado com êxito de vários combates. Estava no acampamento da Comissão Militar quando ocorreu o ataque das Forças Armadas no dia de Natal de 1973, conseguindo escapar.

Segundo depoimentos de moradores da região, Osvaldão foi morto em abril de 1974, próximo à semana santa, perto de São Domingos. Essa informação não coincide com a do livro *Bacaba*. Segundo Jiménez, a data exata seria 7 de fevereiro daquele ano: “Osvaldão foi morto com um tiro de espingarda cal 12, que o atingiu em cheio no peito, pelo mateiro Arlindo Vieira da Silva (Piauí), quando este guiava uma equipe de paraquedistas de Xambioá”.

De acordo com aqueles relatos, o corpo de Osvaldo foi pendurado por cordas em um helicóptero, que o levou de Saranzal, local onde foi morto, até o acampamento militar de Bacaba e, de lá, para Xambioá. Na primeira vez em que o cadáver foi içado pelo helicóptero, caiu e fraturaram-se os ossos da perna. Posteriormente, sua cabeça foi decepada e exposta em público. Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi violado por chutes, pedradas e pauladas dadas pelos militares, sendo finalmente queimado e jogado no buraco conhecido como “Vietnã”. Tratava-se de uma vala situada no final da pista de pouso dessa base, onde eram lançados os mortos e moribundos. Com o término das operações militares, foi feita uma grande terraplanagem para descaracterizar o local.

José Rufino Pinheiro, que ajudou o Exército na mata, entre 1973 e 1974, afirma ter presenciado a morte de Osvaldão, quando guiava um batalhão com 32 soldados. Segundo declaração prestada por ele, em 5 de julho de 2001, ao Ministério Público Federal em São Domingos do Araguaia, Osvaldão foi morto na capoeira do Pedro Loca, junto da Palestina, por volta das 4 horas da tarde, pelo mateiro Arlindo, homem de confiança do Exército. José Rufino conta que Osvaldão, muito magro, estava de costas, comendo macaxeira sentado num tronco caído, quando foi alvejado. Segundo o guia, ele foi atingido com um tiro só, de uma cartucheira 12, e o corpo foi levado pelo Exército para Xambioá, sendo um dos últimos guerrilheiros a ser morto.

Os relatórios militares trazem datas diferentes das relatadas pelos moradores da região, unânimes na afirmação de que Osvaldão foi morto em abril de 1974. O relatório do Exército, de 1993, aponta como data da morte 7 de fevereiro de 1974, informando ainda que Osvaldão teria realizado curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim e que seria responsável pela execução de Pedro Ferreira da Silva, apontado como guerrilheiro, mas na verdade um grileiro de terras e informante das forças de repressão. O relatório da Marinha, também de 1993, indica 2 de janeiro de 1974 como data da morte de Osvaldão.

Hugo Studart, em *A lei da selva*, informa que o Dossiê Araguaia registra sua morte em abril de 1974, o que coincide com dezenas de depoimentos colhidos entre moradores locais. Studart acrescenta, ainda, que seu corpo foi enterrado no cemitério de Xambioá, mas no ano seguinte foi exumado e levado para ser queimado na Serra das Andorinhas.

O livro de Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, discorre sobre suas atividades e sua morte: Dava especial atenção ao treinamento militar e mostrava-se crítico com o despreparo dos companheiros. Matou um militar em encontro casual na mata e participou da execução de um morador. Tornou-se lenda na área da guerrilha. No imaginário da população, Osvaldão adquiriu fama de imortal. Os soldados inexperientes tremiam de pavor quando ouviam histórias sobre o gigante invencível. Os agentes secretos caçavam o comandante negro e ofereciam recompensa para quem informasse seu paradeiro.

PAULO MENDES RODRIGUES (1931-1973)

Gaucho de Cruz Alta, Paulo começou a militância política no início da década de 1960. Economista de formação, viveu em São Leopoldo (RS) antes do golpe de Estado de 1964. Abandonou a profissão em decorrência das perseguições políticas. Em documentos dos órgãos de inteligência do regime militar, seu nome consta de uma relação de militantes do PCdoB que teriam recebido treinamento de guerrilha na China.

Foi um dos primeiros quadros do PCdoB a ser introduzido na região do Araguaia, comprando terras em Caianos. Membro efetivo do Comitê Central do partido, foi hábil criador de gado na região. Conhecido como “médico” pelos moradores locais, foi comandante do Destacamento C da Guerrilha, até ser transferido para a guarda da Comissão Militar. Morreu em 25 de dezembro de 1973, juntamente com Maurício Grabois, Gilberto Olímpio Maria e Guilherme Gomes Lund. A informação coincide com aquela registrada pelo tenente José Vargas Jiménez no livro *Bacaba*.

Segundo o *Jornal do Brasil* de 24 de março de 1992, o corpo de Paulo estava crivado de balas. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996, há a seguinte anotação: “Paulo Mendes Rodrigues ou Paulo Rodrigues Milhomen, membro da Comissão Militar, morto em 25 Dez 73”.

No livro *Operação Araguaia*, de Taís Morais e Eumano Silva, consta sobre ele: “As baixas sofridas nos primeiros meses de confronto deixaram Paulo transtornado. O Destacamento C ficou oito meses isolado da Comissão Militar. Quando o contato foi retomado, Paulo perdeu o cargo de comandante para Pedro Gil (Gilberto Olímpio) e passou a integrar a CM. A partir do ataque do Natal de 1973, não foi mais visto”.

PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES (1949-1973)

Paulo Roberto nasceu em Pains (MG), estudou em Belo Horizonte, trabalhou no Banco de Minas Gerais e participou ativamente da greve dos bancários de 1968, razão pela qual foi indiciado na Lei de Segurança Nacional, perdendo o emprego. Perseguido pelos órgãos de repressão do regime militar, passou à clandestinidade, indo morar no interior da Bahia e depois no Rio de Janeiro.

Em 1969, já militante do PCdoB, mudou-se para a cidade de Palestina, na região do Araguaia, onde montou uma pequena farmácia, junto com Ciro Flávio Salazar Oliveira, também desaparecido. Ficou conhecido no lugar como “Amauri da Farmácia”. Na última carta enviada à família, em 1972, pedia que não se preocupassem com ele, pois não estava fazendo nada de errado, apenas lutava para mudar o país para que todos tivessem uma vida melhor. Paulo Roberto está desaparecido desde a ofensiva das Forças Armadas contra o acampamento dos guerrilheiros, no dia 25 de dezembro de 1973.



Segundo o Relatório Arroyo, “ele (Paulo) foi com Walquíria ao local onde Vandick e Dinaelza haviam ido buscar ‘Raul’ (Antônio Teodoro de Castro), ‘Lourival’ (Elmo Corrêa) e ‘Zezinho’, que já haviam chegado (isto é, perto do local do tiroteio do dia 17/12/73). Deveriam retornar no dia 28/12 ao local onde houve tiroteio no dia 25/12. Desaparecidos desde então”.

Hugo Studart, em *A Lei da Selva*, informa que o Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram diretamente na repressão à guerrilha, confirma que Paulo Roberto também morreu no ataque do Natal de 1973. A informação coincide com a que o tenente da reserva José Vargas Jiménez publica em seu livro *Bacaba*. Há, no entanto, uma nota destoante. No relatório da Manobra Araguaia/72, produzido em novembro daquele ano, consta no item “ações não confirmadas” que Paulo Roberto teria sido morto “em 14 ou 15/09/72”. Em outras fontes oficiais, dados sobre ele são escassos ou inexistentes.



PEDRO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA FILHO (1947-1973)

Mineiro de Belo Horizonte, Pedro começou a trabalhar como bancário em 1962. Cinco anos depois, foi transferido para São Paulo, onde terminou seus estudos e participou do movimento estudantil. Dois anos mais tarde, retornou para Belo Horizonte. Nessa época, já era procurado pela polícia por suas atividades políticas.

Foi preso pela primeira vez em dezembro de 1969, levou coronhadas na cabeça, pontapés e foi desnudado e espancado na frente de suas duas sobrinhas, de três e quatro anos de idade. Levado para o DOPS/MG, foi torturado. Quando solto, estava surdo de um ouvido e com o outro em péssimo estado.

Pedro passou o Natal de 1969 com a família. Depois dessa data, nunca mais foi visto por seus familiares, passando a viver na clandestinidade, como militante do PCdoB. Com sua namorada Maria Luiza Garlippe, também desaparecida, foi para o Araguaia. Lá, adotou o nome Peri e viveu a partir de 1970 na Região do Gameleira, incorporando-se ao Destacamento B.

O relatório apresentado em 1993 pelo Ministério da Marinha informa que Pedro Alexandrino foi morto em 4 de agosto de 1974, em Xambioá. O jornalista Elio Gaspari acrescenta informações novas em *A ditadura escancarada*:

Peri (Pedro Alexandrino de Oliveira Filho), achado sozinho na mata, tinha consigo uma garrafa com sal, uma garrucha e um caderno de notas no qual louvava os jabutis e maldizia os mateiros. Levou um tiro na cabeça, e um helicóptero buscou seu cadáver. Deixado no chão da base de Xambioá, foi chutado pela tropa até que um oficial da FAB interveio, exigindo que respeitassem o inimigo morto.

No requerimento à CEMDP, a mãe de Pedro Alexandrino, Diana Piló Oliveira, não pede o pagamento da indenização prevista em lei. Ela pretende tão somente receber notícias do filho e, caso esteja morto, a localização de seus restos mortais. Em carta conjunta, Diana e Carmen Rivas, esta última mãe de Hélio Luiz Navarro de Magalhães, pedem que as autoridades facilitem informações que possam ajudar a esclarecer o mistério que envolve o desaparecimento de ambos.

Segundo o advogado Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará no GT Tocantins, e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, Pedro estaria enterrado no cemitério de Xambioá.

PEDRO CARRETEL

Embora não exista certeza sobre sua identidade civil, há registros de que seu nome completo seria Pedro Matias de Oliveira. Outra versão – Pedro Pereira de Souza – aparece no livro *Bacaba*, do tenente José Vargas Jiménez, que combateu os guerrilheiros do Araguaia.

Pedro Carretel era posseiro na região e se incorporou ao movimento planejado pelo PCdoB. Esteve preso em Bacaba, juntamente com Joana Almeida, sua esposa. A última vez que ela viu o marido foi quando o tiraram da cela dizendo que seria levado para Brasília, no início de 1974. Hugo Studart indica que a data da morte de Carretel constante no Dossiê Araguaia é 6 de janeiro de 1974, a mesma que aparece numa das fichas publicadas em O Globo no ano de 1996 e também no livro *Bacaba*.

O nome de Pedro (na verdade, apelido) faz parte do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, mas não consta no anexo da Lei nº 9.140/95 porque, na época, não era conhecida a sua identidade completa. Não foi apresentado requerimento por seus familiares à CEMDP, o que impediu a formação do processo para determinar indenização pelo seu desaparecimento.

Raimundo Nonato dos Santos, o Peixinho, mateiro que serviu como guia do Exército, informou em depoimento prestado em 2001: “A operação que resultou na morte de Nelito e prisão de Pedro Carretel foi comandada pelo capitão Rodrigues”. O relatório de 2002, do Ministério Público Federal, registra que Carretel foi visto preso, com possível equívoco na data indicada:

Pedro Matias: Pedro Carretel (camponês que aderiu à guerrilha), na base da Bacaba, em 1973, vestido de mulher, condição em que foi mostrado à sua esposa. Manoel Leal Lima (Vanu) relatou que ao final da guerrilha Pedro Carretel foi morto na Bacaba, assim como Duda (Luís René Silveira e Silva) e Piauí (Antônio de Pádua Costa). Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 15 de fevereiro de 1974.

RODOLFO DE CARVALHO TROIANO (1950-1974)

Mineiro de Juiz de Fora, Troiano participou ativamente do movimento estudantil secundarista. Foi preso por ter pichado o Morro do Cristo, naquela cidade, com frases em defesa do socialismo. Cumpriu pena de seis meses no presídio de Linhares (Juiz de Fora). Existe também a informação de que foi preso na cidade de Rubim, região do Jequitinhonha, ao norte de Minas.

Ao ser posto em liberdade, no final de 1970, em razão da perseguição que lhe moviam os órgãos de repressão, já militando no PCdoB, optou por viver no interior do Pará, na posse de Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, no Araguaia. Destacou-se como combatente do Destacamento A, no qual usava o nome Manoel ou Mané.

No Relatório Arroyo consta que “em 25/12/73 estava sendo aguardado no acampamento que sofreu o tiroteio neste mesmo dia por volta de 12:00 hs, deveria chegar à tarde, por isto talvez ainda estivesse vivo”. Segundo o relatório do Ministério da Marinha, de 1993, Rodolfo foi morto em 12 de janeiro de 1974, data que coincide com o registro do tenente José Vargas Jiménez no livro *Bacaba*.



Em 6 de julho de 2001, em São Domingos do Araguaia, um casal de moradores da região, Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres, prestou depoimento ao Ministério Público Federal e informou que,

após a rajada de tiros, esperaram a fumaça de pólvora subir um pouco e foram fazer a busca; que eles encontraram sangue no chão e foram seguindo o seu rastro; que, ao chegarem em um pau atravessado na mata, constataram que Manoel estava deitado em baixo do pau com um tiro nas costas, à altura da cintura, mas ainda vivo; que um dos militares pegou sua FAL, apontou para a cabeça de Manoel, e deu dois tiros.

Em 16 de março de 2010, Mercês de Castro, irmã de Antonio Teodoro de Castro – também desaparecido do Araguaia – com base em informações de moradores, promoveu trabalhos de busca na região do Tabocão que concluíram com a localização de vestígios de restos mortais humanos, como um dente, um osso semelhante ao metacarpo humano e dois pedaços de ossos formando seção semelhante à parte frontal de uma mandíbula. Junto a eles foram encontrados pedaços de corda, de saco de fibra, de tecido, pedaço de sola emborrachada de sapato e fivela metálica. Considerando informações anteriores, existe a possibilidade de que esses despojos sejam de Troiano. Acionado, o Ministério Público Federal enviou esse material para a Polícia Federal, em Brasília.

ROSALINDO DE SOUZA (1940-1973)



Baiano de Caldeirão Grande, Rosalindo mudou-se em 1945, com a família, para a cidade de Itapetinga, onde concluiu o curso ginásial no Centro Educacional Alfredo Dutra. Em 1957, já em Salvador, interrompeu os estudos no terceiro ano do ensino médio, para ingressar no serviço militar, dando baixa em 1960. Em 1963, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia e, já militante do PCdoB, foi eleito presidente do diretório acadêmico.

Após o AI-5, foi impedido de se matricular em sua faculdade. Em 1969, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde residiu por algum tempo com o casal Dinalva e Antonio Carlos, seus amigos da Bahia, também combatentes e mortos no Araguaia.

Rosalindo viajou para a região de Caianos em abril de 1971, dias antes de ser condenado à revelia a dois anos e dois meses de prisão pela Justiça Militar. No Araguaia, integrou-se ao Destacamento C da guerrilha e ficou conhecido como Mundico. Era um artista, fez canções, poemas, peças de teatro. Desenvolveu o hábito de fazer cordéis, sendo de sua autoria um que aborda os 27 pontos da União de Luta pelos Direitos do Povo – ULDP. Esse cordel chegou a ser recitado por moradores da região.

Quanto à data de sua morte, existem referências ao dia 16 de agosto e também ao mês de setembro. Ângelo Arroyo comenta em seu relatório: “[...] acontecimentos negativos ocorreram também em setembro: a morte de Mundico, do C, por acidente com a arma que portava...”. No entanto, segundo o relatório do Ministério do Exército, de 1993, Rosalindo “teria sido morto no dia 6 Ago 73, em combate com as forças de segurança”. O relatório da Marinha marca setembro.

Em declaração prestada ao Ministério Público, em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001, Sinésio Martins Ribeiro, ex-colaborador do Exército na região, conta que, quando ainda estava preso no curral da base de Xambioá, viu a cabeça de Rosalindo. Isto se deu entre agosto e setembro,

porque as roças ainda não tinham sido queimadas e quem descobriu a sepultura foi o João do Buraco, proprietário do local onde estava enterrado o Mundico. As terras do João do Buraco eram frequentadas pelos guerrilheiros e João do Buraco, ao ser preso pelo Exército, mostrou a sepultura. O Exército não havia travado combates neste local e por isso disse que foram os guerrilheiros que mataram o Mundico. O Exército chegou lá por volta de 4 ou 5 dias após, cavou a sepultura, cortou a cabeça e enterrou novamente o corpo. A cabeça foi levada para a base e mostrada aos presos para reconhecimento. Ela estava meio destruída, o cabelo solto e João do Buraco reconheceu o Mundico. Os documentos estavam com o morto e a cabeça do Mundico ficou exposta uns dois dias perto do barracão do Exército e foi enterrada perto de um pé de jatobá que ficava na base.

Nos dois livros mais recentes sobre o episódio histórico do Araguaia, os autores dão guarida à versão que militares participantes da repressão à guerrilha sustentam, taxativamente, de que Mundico teria sido “justiçado” pelos próprios guerrilheiros. Tal informação, entretanto, poderia representar mais uma tentativa de desmoralizar os militantes mortos, como era prática rotineira dos órgãos de segurança.

SUELY YUMIKO KANAIAMA (1948-1974)

Primera filha de um casal de imigrantes japoneses, nasceu em Coronel Macedo, no interior paulista. No final da década de 1960, já na capital, cursava Línguas Portuguesas e Germânica na USP. Foi líder estudantil e, como militante do PCdoB, deslocou-se para a região do Araguaia em fins de 1971. Conhecida como Chica, no início preocupou os companheiros porque, apesar de segura de suas convicções, era “muito baixinha e magrinha”.

O relatório do Exército, de 1993, registra que Suely “em 1974, cercada pelas forças de segurança, foi morta ao recusar sua rendição”. O relatório da Marinha, do mesmo ano, afirma que foi morta em setembro de 1974, acrescentando: “pertencia ao grupo Gameleira/Dest. B. Era auxiliar do setor de saúde e tinha como chefe João Carlos Haas Sobrinho (Juca). Fez parte do grupo de observação, no treinamento de emboscadas. Fez treinamento de tiro, deslocamentos através do campo e sobrevivência. Era péssima nos deslocamentos, onde perdia noção de orientação”.

Elio Gaspari menciona, em *A ditadura escancarada*, o depoimento de José Veloso de Andrade, da lanchonete de Bacaba, informando que viu Suely entre os sete presos que encontrou, vivos, naquele acampamento militar. Hugo Studart registra, em *A lei da selva*, que ela teria sido fuzilada com mais de 100 tiros, conforme narrativa de camponeses, indicando, como data da morte, sempre segundo o Dossiê Araguaia, janeiro de 1974.

Segundo a reportagem *Yumiko, a nissei guerrilheira*, publicada no *Diário Nippak*, de São Paulo, em 28 de julho de 1979,

Suely foi morta com rajadas de metralhadoras disparadas por diversos militares, que deixaram seu corpo irreconhecível. Foi enterrada em Xambioá e seus restos mortais foram posteriormente exumados por pessoas que não foram identificadas. Morreu aos 25 anos, dos quais 3 dedicados à guerrilha, em defesa da causa que acreditava justa – a liberdade.

A matéria informa também que, “além desses dados, pouco mais se sabe de sua vida. [...] Tudo o que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado, nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar, além dos pedidos de matrículas, e que era portadora de identidade RG - 4.134.859, mas o espaço para a fotografia está em branco”.



Sobre a ocultação do cadáver de Suely, o coronel da Aeronáutica Pedro Cabral afirmou em entrevista à revista *Veja*, em outubro de 1993:

Suely havia sido morta no final de 1974. Seu corpo estava enterrado num local chamado Bacaba, onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército, foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros. Durante a operação limpeza, sua cova foi aberta e o corpo de Suely desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala. O corpo de Suely foi colocado num saco plástico e levado até meu helicóptero, que o transportou para um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 km de distância. Ali fizeram uma pilha de cadáveres também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina, foram incendiados.

O advogado Paulo Fonteles Filho e Sezostrys Alves Costa, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, referem que “há indícios de que Chica possa ter sido envenenada; um dos indícios seria o fato de seu corpo estar intacto quando foi desenterrado meses depois. Informações dão conta de que dr. Walter, médico da base da Bacaba, teria matado com injeção letal duas guerrilheiras, mas não se sabe quem seriam”.

No site www.desaparecidospoliticos.org.br são apresentados inúmeros outros depoimentos sobre a vida e morte de Suely. Napoleão Sabino de Oliveira, ex-mecânico de voo do Douglas prefixo 2502 da FAB, avião de passageiros modificado para facilitar o transporte de tropas, relata que ouviu muitas histórias sobre mortes, transmitidas a ele por companheiros de farda. “Falavam até em assassinatos de camponeses”, assegura, e a cremação do corpo de “uma enfermeira japonesa” que tomara parte na guerrilha do Araguaia.

TELMA REGINA CORDEIRO CORRÊA (1947-1974)



Nascida no Rio de Janeiro, Telma era casada com Elmo Corrêa e cunhada de Maria Célia Corrêa, igualmente desaparecidos no Araguaia. Foi estudante de Geografia em Niterói, na Universidade Federal Fluminense, de onde foi expulsa em 1968 pelo Decreto-Lei 477, devido à sua participação no movimento estudantil. Militante do PCdoB, deslocou-se para a região do Araguaia em 1971, junto com o marido, indo morar nas margens do rio Gameleira. Ali, era conhecida como Lia, e seu marido, como Lourival. Integraram o Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Segundo depoimentos colhidos pela caravana de familiares na região, em 1980, Telma teria sido presa em São Geraldo do Araguaia (PA) e entregue a José Olímpio, engenheiro do DNER que colaborava com o Exército. Passou a noite amarrada no barraco desse funcionário, que a repassou aos militares em Xambioá.

José Ferreira Sobrinho, o Zé Veinho, lavrador de idade avançada, declarou aos familiares:

Só vi presa a Lia (Telma Regina Corrêa), que se entregou lá no Macário e foi presa. Aí o Macário mandou chamar o Zé Olímpio. Ela dormiu no barraco do Zé Olímpio, que era uma pessoa deles, do Exército. Ela tava sozinha. Disse que tava com um revólver 38 e um facão. Parece que o marido dela era chamado Lourival, esse dizem que tinham matado ele lá no Carrapicho.

O jornalista Hugo Studart registra versão diferente em *A lei da selva*:

Camponeses dizem ter sido presa pelo agente José Olímpio. Segundo militares, teria morrido de sede e fome, em JAN 74. Após escapar do Chafurdo de Natal e dos cercos posteriores, Lia teria rumado para oeste, perdendo-se numa região rochosa, sem água ou comida, algo raro. Seu corpo teria sido encontrado pelos militares meses depois. Junto, haveria um diário. Segundo os militares, Lia registrou que estava passando fome e sede, mas que não poderia morrer, pois ainda tinha muita coisa a passar para os outros guerrilheiros para que pudessem continuar a causa. Escreveu que, quando estava na iminência de se entregar à morte, então cantava, a plenos pulmões, a canção dos guerrilheiros. [...] As últimas anotações de Lia registram palavras como 'estou nas últimas' e 'não aguento mais'. A letra já estava muito fraca, tremida, segundo um militar que leu o diário. Depois disso, nada mais escreveu.

O coronel-aviador Pedro Correia Cabral, da Aeronáutica, que escreveu um livro sobre o Araguaia e foi capa da revista *Veja*, sustenta que participou pessoalmente, como piloto de helicóptero, de uma missão de transporte de cadáveres de guerrilheiros, exumados após muitos meses, para incineração no topo da Serra das Andorinhas numa fogueira onde se entremeavam restos mortais de combatentes e pneus.

O jornalista responsável por essa matéria na *Veja*, Leonel Rocha, que entrevistou militares envolvidos em episódios no Araguaia, colheu um depoimento segundo o qual o corpo de Telma, desaparecida no dia 7 de setembro de 1974, estaria entre esses que foram queimados no alto da serra. Diz a matéria:

Melo e os colegas levaram Lia algemada e encapuzada para embarcar em um helicóptero. A prisioneira foi entregue viva ao então capitão Cabral. O antigo soldado anotou a numeração do fuzil que usava no dia (106361) e a identificação do helicóptero (VH 1H) que transportou a guerrilheira. Ele temia que um dia pudesse ser acusado de alguma irregularidade por ter sido o carcereiro de Lia. O ex-recruta conta que o capitão Cabral recebeu Lia presa, levantou voo e retornou com o helicóptero vazio à base de Xambioá apenas 20 minutos depois. Segundo Melo, o oficial disse, na ocasião, que tinha levado a mulher para Brasília, a cerca de mil quilômetros de distância. 'Entregamos a presa viva ao oficial. Ele é quem tem de dar conta do corpo até hoje desaparecido', diz Melo. Segundo informações das Forças Armadas, Lia teria sido morta em combate em janeiro de 1974, oito meses antes de Melo tê-la vigiado e entregue ao oficial Cabral. 'Estamos dispostos a testemunhar que entregamos a guerrilheira viva ao capitão', promete Melo.

Anteriormente, a revista *IstoÉ* já tinha publicado matéria de Leandro Loyola que apontava a data de setembro para o desaparecimento, a partir da mesma fonte:

Quatro meses depois, no final da tarde de 7 de setembro, chegou Lia. [...] Lia desceu do helicóptero encapuzada. Foi amarrada em um pau atrás da casa de comando da base. [...] Na manhã do dia 8 foi encapuzada de novo e escoltada por dois soldados até a pista de pouso, onde entrou em um helicóptero. Meia hora depois o helicóptero voltou. Sem ela.

No relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, a data registrada para a morte de Telma, no entanto, é janeiro de 1974.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, informa que Telma foi morta em setembro de 1974.

TOBIAS PEREIRA JÚNIOR (1949-1974)

Em 1971, já integrante do PCdoB, quando estava no 3º ano da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, Tobias deixou o curso e transferiu-se para a região do Araguaia. Integrou ao Destacamento C, no qual ficou conhecido como Josias. Sobre ele, consta no relatório do Ministério da Marinha, de 1993, “Morto em 15 Fev. 74”. No Relatório Arroyo, está registrado: “Entre 17 e 18 de dezembro, Josias fugiu perto de uma base do inimigo”. No relatório dos quatro procuradores do Ministério Público Federal, está anotado: “Josias: Tobias Pereira Júnior foi visto na base de Xambioá”.

O nome de Tobias aparece como fonte de informações em oito fichas entregues ao jornal *O Globo* em 1996, citadas em matéria publicada em 28 de abril de 1996. Ali é dito que foi encontrada a seguinte anotação sobre ele: “foi preso em 18 Dez. 72 na região do Rio Gameleira na casa do Zezão”. No relatório escrito por Ângelo Arroyo, Tobias teria desertado somente um ano depois, quando “fugiu perto de uma base do inimigo”.

O livro *Operação Araguaia*, de Taís Morais e Eumano Silva, resume: “O ex-guia Sinésio Martins Ribeiro afirmou que Josias entregou-se ao Exército e para isso teve de fingir uma dor de barriga para se afastar dos companheiros, que já o vigiavam, e fugir”. Já o livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, conjectura:

Teria ficado amigo de um dos militares que o interrogou, um caso da chamada síndrome de Estocolmo . Até combinou com o militar [de] tomarem chope no bar Garota de Ipanema, no Rio, quando a guerrilha terminasse. Em meados [de] Jan. 74, esse mesmo militar recebeu ordens superiores de executar Josias. Segundo seu relato a esta pesquisa, refugou. Josias foi executado por outra equipe, a 14 Fev. 74.

UIRASSU ASSIS BATISTA (1952-1974)



Natural de Itapicuru, BA, Uirassu morou em diferentes cidades da Bahia, entrou no PCdoB quando residia em Alagoinhas e, em 1969, já em Salvador, teve uma participação ativa no movimento secundarista. Nascido no mesmo dia, mês e ano que Custódio Saraiva Neto, divide com ele a condição de mais jovem entre todos os militantes do PCdoB no Araguaia.

Em fevereiro de 1971, procurado pela polícia, optou pela clandestinidade. Foi residir na localidade de Metade. Pertenceu ao Destacamento A das forças guerrilheiras e usava o nome Valdir. Tido como um rapaz alegre, gostava de frequentar festas, conquistou a amizade dos companheiros e dos habitantes da região.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que Uirassu “foi morto em janeiro/74”, contrariando outros depoimentos. Em matéria publicada no jornal *O Globo*, em 29 de abril de 1996, consta que “a informação de que Uirassu Assis Batista havia sido morto em 11 de janeiro – ‘em Brejo Grande, próximo à Transamazônica’ – pela equipe A1 foi riscada a caneta”.

As condições de sua prisão foram relatadas por Taís Morais e Eumano Silva em *Operação Araguaia*: “Valdir seguiu para o helicóptero pulando por causa das feridas de leishmaniose que lhe cobriam a batata da perna, e cantarolando. Os documentos da Marinha registram sua morte em abril de 1974”. O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, contém a informação, extraída do Dossiê Araguaia, de que Uirassu teria morrido em 11 de janeiro desse mesmo ano.

No site www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia estão arquivados vários depoimentos de moradores do Araguaia. Adalgisa Morais da Silva declarou em julho de 1996: “Eu vi o Valdir e o Beto presos no helicóptero. Eles fingiam que não conheciam a gente e baixavam os olhos”. O depoimento de Antônio Félix da Silva, conhecido na região como Tota, acrescenta a respeito de Uirassu:

Por volta das 7 horas da manhã do dia 21.04.1974, o declarante viu Antônio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala da casa, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon; que o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio; que, por volta das 9 horas da manhã, chegou o helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros; que o declarante apenas percebeu que Valdir estava ferido, parecendo ser um lecho (leishmaniose) na batata de sua perna, que atingia metade da mesma, tendo dificuldade para andar até o helicóptero.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 29 de abril de 1974.

VANDICK REIDNER PEREIRA COQUEIRO (1949-1973)

Vandick estudou em Jequié (BA), onde participou de um grupo de estudo de literatura junto com outras duas guerrilheiras do Araguaia: sua futura esposa Dinaelza, também desaparecida, e Luzia Reis Ribeiro, presa em 1972. Mais tarde, cursou Economia na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, até o 3º ano. Fez parte do Comitê Estudantil do PCdoB em 1970, quando foi eleito para o DCE da universidade. Era também professor de História.

Em 1971, ele e Dinaelza foram para a região do Gameleira, onde Vandick ficou conhecido como Zé Goiano e também João Goiano, do Destacamento B. Segundo o Relatório Arroyo, “Dinaelza e Vandick haviam ficado perto do local onde houvera o tiroteio, em 17/12, contra Antônio Teodoro e Elmo para encontrá-los, e deveriam retornar no dia 28/12 num local bem próximo de onde houvera o tiroteio do dia 25/12, segundo informações de Osvaldão. No entanto, Antônio e Elmo já haviam se encontrado com Arroyo em outro local. Desde esta data estão desaparecidos”.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra apenas que Vandick foi “morto em 17/01/1974, pela equipe C 11”. A data coincide com a que o tenente José Vargas Jiménez assinala em seu livro *Bacaba*.

Pedro Vicente Ferreira, conhecido por Pedro Zuza, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, em 7 de julho de 2001, disse que serviu de guia durante dois meses na região do Embaubal. Os militares, segundo ele, buscavam a turma de Osvaldão, já tendo matado Amaury (Paulo Roberto Pereira Marques) e Vandick.

Baseado no Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram da repressão à guerrilha, Hugo Studart, em *A Lei da Selva*, apresenta uma data completamente diferente: “O Dossiê informa que morreu em Set. 74. Foi o penúltimo guerrilheiro a ser apanhado pelos militares”.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 12 de janeiro de 1974.



WALQUÍRIA AFONSO COSTA (1947-1974)



Walk, como era chamada pela família, era mineira de Uberaba e transferiu-se, em 1966, para Belo Horizonte após prestar concurso público para o Estado e ser nomeada professora. Frequentou três anos do curso de Pedagogia da UFMG.

Nesse período, as perseguições políticas começaram a se intensificar. Walquíria, vice-presidente do diretório acadêmico, teve sua casa invadida. Em 1971, já ligada ao PCdoB, decidiu mudar-se para a região do Araguaia junto com seu marido, Idalísio Soares Aranha Filho, também membro do partido. Fez parte do Destacamento B, na localidade de Gameleira.

Em *O Coronel Rompe o Silêncio*, Luiz Maklouf Carvalho relata um entreviro ocorrido na selva, no final de setembro de 1972, no qual Walquíria é uma das personagens:

[...] ouviu-se uma rajada. Juca (João Carlos Haas) e Flávio (Ciro Flávio) caíram mortos. Raul (Antônio Teodoro de Castro) foi ferido no braço, escapando juntamente com Walk (Walquíria Afonso Costa). [...] Raul e Walk, que não conheciam bem a região, vagaram durante dois meses pela mata até se encontrarem novamente com os companheiros do Destacamento B.

Sobre Walquíria, o relatório da Marinha, de 1993, registra: “Morta em 25/10/74”. Pelo que se sabe, ela foi a última baixa entre todos os guerrilheiros mortos no Araguaia. Moradores da região contam em depoimentos que ela estava magra e quase sem ter o que vestir quando foi presa pelo Exército. Um ex-colaborador dos militares, Sinésio Martins Ribeiro, lembrou, em depoimento ao Ministério Público Federal, prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001,

“que na base de Xambioá viu ela [Walquíria] ser levada por um soldado do Exército para o rumo do jatobá; que o ‘carrasco’ (sic) levava uma arma curta; que a arma era ‘surda’ e não se escutava o tiro; que atrás ia outro soldado levando uma lata grande de bolacha com cal virgem; que dias depois ele perguntou ao soldado por ela e teve como resposta ‘já era’, que esta resposta significava que tinha sido morta [...].

Depoimento exposto no site www.desaparecidospoliticos.org.br, prestado por Sinvaldo de Souza Gomes, registra que

[...] um ex-soldado do Exército conhecido por Raimundo Nonato, que guarnecia a base do Exército em Xambioá [...] assistiu à prisão de Walquíria, guerrilheira, sendo que ele ficou três dias vigiando a prisioneira, que estava amarrada numa árvore conhecida como jacarandá, quando chegaram dois tenentes do Exército que pediram para que Raimundo Nonato cavasse um buraco no chão e após saísse do local por pelo menos uma hora; que quando Raimundo Nonato retornou Walquíria não estava mais no local e o buraco já estava tapado com terra.

Em *A Lei da Selva*, Hugo Studart escreve: “Em reportagem da revista *Época*, de 1 Mar. 04, o ex-soldado Josean Soares contou que também viu Walquíria viva em Xambioá. Contou ainda que foi executada com três tiros e enterrada em um buraco atrás do refeitório da base”. O jornalista acrescenta a informação do Dossiê Araguaia, contraditória em relação ao relatório da Marinha, apontando 30 de setembro de 1974 como data da morte de Walquíria.

Documentação de 1º de julho de 2009, preparada pelo Ministério de Defesa para apresentar à Justiça, registra a data de sua morte em 25 de outubro de 1974.

DESAPARECIDOS SEM NENHUMA INFORMAÇÃO

ABÍLIO CLEMENTE FILHO (1949-1971)

O afro-descendente Abílio cursava Ciências Sociais em Rio Claro e participava do movimento estudantil. Desapareceu no dia 10 de abril de 1971 quando caminhava com um amigo na praia de José Menino, em Santos (SP).

Joana D'Arc Gontijo, presa no DOI-Codi/SP na época, chegou a denunciar ter ouvido gritos de um homem jovem durante toda a noite na mesma data da prisão de Abílio. Ela acredita que o jovem não gritava mais porque tinha morrido. Joana tentou descobrir quem era a vítima torturada até morrer, mas nunca conseguiu identificá-la.

Entre os documentos secretos do extinto Dops/SP, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, há uma ficha escolar de Abílio que, de acordo com os registros policiais, teria sido encontrada na residência de Ishiro Nagami, militante morto em 4 de setembro de 1969.

Ao elaborar seu voto, o relator da CEMDP se baseou nas declarações do deputado estadual paulista Antônio Mentor, que foi companheiro de república estudantil de Abílio em Rio Claro e afirmou que: “Abílio Clemente desapareceu quando em viagem a Santos, no dia 10/04/1971. Estava envolvido no movimento estudantil e chegou a participar de organização clandestina de combate à ditadura”; e nas de Maria Amélia de Almeida Teles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, que disse “ter sido procurada pela interessada irmã de Abílio, em meados de 1990, quando não se cogitava de qualquer indenização por tortura, morte ou desaparecimento político”.

O caso de Abílio também foi examinado pela Comissão de Indenização dos Presos Políticos do Estado de São Paulo, sendo deferido. Considerou aquela comissão que “do conjunto dos indícios apresentados e do conhecimento dos procedimentos dos órgãos de repressão, era possível concluir pelo desaparecimento por razões políticas de Abílio Clemente Filho”.



ALUÍZIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA (1922-1971)

Filho de fazendeiro abastado, Aluízio era o principal líder sindical bancário do Brasil no período anterior à deposição de João Goulart. Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95, tendo sido preso em 9 de maio de 1971 em São Paulo.

Por ocasião do golpe militar, radicado no Rio de Janeiro, Palhano tentou articular-se em ações de resistência na área da Cinelândia, no centro da cidade. Teve os direitos políticos cassados e buscou asilo na Embaixada do México, em junho, deixando a esposa e os filhos no Brasil. Daquele país, seguiu para Cuba, onde viveu alguns anos, participando de mutirões do corte de cana e trabalhando na Rádio Havana, sendo sua voz captada no Brasil. Lá foi eleito pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) representante do movimento sindical do Brasil, em 1967.

No final de 1970, regressou clandestinamente ao país para se integrar à VPR. Era um dos contatos, no Brasil, do agente policial infiltrado José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, que possivelmente o entregou aos órgãos de segurança.



Sua prisão e morte foram denunciadas pelo preso político Altino Rodrigues Dantas Jr. em carta enviada do Presídio Romão Gomes, em São Paulo, em 1º de agosto de 1978, ao general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ministro do STM que vinha adotando posicionamento contrário às violações de Direitos Humanos:

Na noite do dia 20 para 21 daquele mês de maio, por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contígua à minha e o conduziram para a sala de torturas, que era separada da cela forte, onde me encontrava, por um pequeno corredor. Podia, assim, ouvir os gritos do torturado. A sessão de tortura se prolongou até a alta madrugada do dia 21, provavelmente 2 ou 4 horas da manhã, momento em que se fez silêncio. Alguns minutos após, fui conduzido a essa mesma sala de torturas, que estava suja de sangue mais que de costume. Perante vários torturadores, [...] ouvi de um deles [...]: 'Acabamos de matar o seu amigo, agora é a sua vez'.

A prisão de Palhano também foi testemunhada por outros presos políticos, entre eles o militante do MR-8 Nelson Rodrigues Filho, filho do conhecido dramaturgo brasileiro, que esteve com ele no DOI-Codi do Rio de Janeiro.

Inês Etienne Romeu, sobrevivente do sítio clandestino em Petrópolis, afirma em seu relatório de prisão que Palhano foi levado para lá no dia 13 de maio de 1971, tendo ouvido várias vezes sua voz durante os interrogatórios. Afirma ainda que Mariano Joaquim da Silva, desaparecido com quem ela conversou durante o sequestro de ambos naquela casa, viu a chegada de Palhano e o estado físico deplorável em que se encontrava, resultante das torturas.

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou, em 2010, um levantamento dos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos. Existe a possibilidade de que Aluizio esteja sepultado no cemitério municipal de Petrópolis sob nome falso.

ANA ROSA KUCINSKI SILVA (1942-1974)



Professora universitária, Ana Rosa trabalhava no Instituto de Química da USP. Casada com o físico Wilson Silva, que a influenciou no avanço do seu engajamento político, foi militante da Polop entre 1967 e 1969. Ligou-se à ALN a partir desse ano e sempre priorizou a atuação junto ao setor operário.

No dia 22 de abril de 1974, Ana Rosa foi ao centro da cidade para almoçar com Wilson num dos restaurantes próximos à Praça da República. O casal desapareceu e nunca mais foi visto pela família nem pelos colegas de trabalho. A família foi a todos os locais de prisão política em busca de notícias e informações. O *habeas corpus* impetrado pelo advogado Aldo Lins e Silva foi negado, pois nenhuma unidade militar ou policial reconhecia a prisão do casal. A um pedido de investigação da OEA, que foi acionada como recurso extremo no dia 10 de dezembro de 1974, o governo brasileiro respondeu não ter responsabilidade alguma sobre o destino do casal e que não tinha informações sobre o caso.

Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, em *Desaparecidos Políticos*, afirmam que o Departamento de Estado norte-americano, solicitado a dar uma informação por entidades judaicas, comunicou que Ana Rosa estava viva, mas não sabia onde. Essa informação foi transmitida à família Kucinski em 7 de novembro de 1974.

O então cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, conseguiu uma audiência em Brasília com o general Golbery do Couto e Silva e obteve como resposta promessas de investigação. Pouco tempo depois, o ministro de Justiça, Armando Falcão, publicou uma nota oficial informando o destino dos desaparecidos políticos, na qual Ana Rosa e Wilson Silva foram citados como “terroristas foragidos”.

Anos depois, procurado por Bernardo Kucinski, irmão de Ana Rosa, o tenente-médico Amílcar Lobo, que serviu no DOI-Codi/RJ e na “Casa da Morte”, identificou-a como uma das presas ao ver uma foto dela, mas sem demonstrar certeza. Em entrevista à *Vêja* de 18 de novembro de 1992, Lobo informou: “Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados”.

O relatório do Ministério da Marinha, enviado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, confirmou que Wilson Silva “foi preso em São Paulo a 22/04/1974, e dado como desaparecido desde então”. Na ficha de Wilson Silva, no arquivo do Deops, consta que ele foi “preso em 22/04/1974, junto com sua esposa Rosa Kucinski”.

ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA MACHADO (1939-1971)

Antônio Joaquim, mineiro de Papagaios, era filho de um fazendeiro que foi vereador pela UDN. Atuou na Juventude Estudantil Católica (JEC) e na Juventude Universitária Católica (JUC), participando da constituição da Ação Popular (AP). Quando a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde estudava, foi invadida logo após a derrubada de João Goulart, conseguiu escapar da prisão escondendo-se em um armário.

Em 1966, já desvinculado da AP, atuou na campanha eleitoral de Edgar da Mata Machado, do MDB, cujo filho é também desaparecido político, e combateu a tese de voto nulo, que sensibilizava muitas áreas da esquerda. Advogou em Belo Horizonte e Teófilo Otoni até se mudar para o Rio de Janeiro, em 1969, integrando-se à VAR-Palmares. Foi preso em 15 de fevereiro de 1971, por agentes do DOI-Codi/RJ, em uma pensão de Ipanema, juntamente com Carlos Alberto Soares de Freitas, também desaparecido.

Sua família tentou exaustivamente encontrar alguma pista sobre seu paradeiro. Até o final de 1972, o pai fez 22 viagens ao Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, conseguiu três audiências com o ministro da Justiça Armando Falcão, buscou ajuda de Tancredo Neves e comunicou-se com vários oficiais das três Armas. Do general reformado Ercindo Lopes Bragança, seu conhecido, chegou a receber, em setembro de 1972, a informação de que o filho fora preso pela Marinha e entregue ao Exército, mas tais informações nunca foram oficialmente confirmadas.

Em depoimento à 2ª Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1972, a presa política Maria Clara Abrantes Pêgo, amiga de infância e condenada sob a acusação de integrar, com Antônio Joaquim, a célula de documentação regional da VAR-Palmares na Guanabara, denunciou seu desaparecimento e possível morte na Polícia do Exército, sede do DOI-Codi/RJ. O historiador e ex-presos político Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, menciona que



Antônio Joaquim seria a única pessoa em contato com o banido Aderval Alves Coqueiro, morto no Rio nove dias antes.

Ao *habeas corpus* impetrado em maio de 1971 em nome de Antônio Joaquim e outros dois militantes presos na mesma pensão de Ipanema, os comandos regionais das três Armas responderam negativamente.

ARMANDO TEIXEIRA FRUCTUOSO (1923-1975)



Nascido no Rio de Janeiro, o operário Armando Teixeira Fructuoso tornou-se ativista sindical logo após a derrubada do Estado Novo e, no final dos anos 1940, já era um dirigente sindical destacado. Ligado ao Partido Comunista, entre 1945 e 1964 foi preso 14 vezes. Com o golpe de Estado de 1964, perdeu o mandato sindical, teve seus direitos políticos cassados, sofreu perseguições e foi obrigado a mergulhar na atuação clandestina. Entre 1967 e meados de 1968, alinhou-se ao grupo dissidente do PCB no Rio de Janeiro que fundou o PCBR. No entanto, no início de 1969, ingressou no PCdoB, onde passaria a integrar o Comitê Central a partir de 1971.

Foi capturado por agentes do DOI-Codi do I Exército no bairro de Madureira, no Rio, quando se dirigia para um encontro com outro membro do PCdoB por volta de 19 horas do dia 30 de agosto de 1975. Sofreu torturas durante vários dias, segundo depoimentos de pessoas que estavam presas naquela unidade militar, entre elas Gildázio Westin Cosenza e Delzir Antonio Matias, que foram acareados com Armando entre 4 e 7 de setembro. Ambos testemunharam que “no dia 4, ele mal podia levantar-se, tamanhas as sequelas produzidas pelas torturas. Seu rosto apresentava manchas de sangue e equimoses”. Segundo Gildázio, “a partir de determinado dia, os torturadores passaram a negar-lhe alimentação e água. Ante os gritos de Fructuoso pedindo água, a resposta dos torturadores foi de que não iam gastar comida e água com quem ia morrer”.

Delzir Antônio Matias escreveu uma carta à Justiça Militar em 21 de março de 1978, testemunhando:

A minha denúncia de sua morte decorre do fato de haver ouvido de minha cela no DOI-CODI os seus gritos lancinantes, emitidos noites e dias seguidos e que repentinamente cessaram. Estou convencido de que se tratava do Sr. Armando Teixeira Fructuoso por ter ouvido naquela ocasião o comentário de um para outro torturador afirmando que ‘esse lixo humano é o Juca ou Armando Fructuoso’.

Aparentando ignorar seu verdadeiro destino, em junho de 1977, a 1ª Auditoria da Justiça Militar do II Exército, em São Paulo, condenou Armando, à revelia, a cinco anos de reclusão, no processo referente aos membros do PCdoB que foram presos numa reunião no bairro da Lapa, em São Paulo, em 16 de dezembro de 1976, sob a acusação de integrar o Comitê Central daquele partido.

Para culminar o acobertamento de seu desaparecimento forçado, a Justiça Militar, pela 2ª Auditoria do Exército do Rio de Janeiro, absolveu Armando, em 28 de março de 1978, da acusação de ser dirigente regional do PCdoB.

No mesmo mês, o Comando do I Exército abriu sindicância para apurar as denúncias de torturas contra ele. A conclusão foi de que “as torturas não aconteceram, pois Armando nunca esteve preso naquela unidade militar”.

AYLTON ADALBERTO MORTATI (1946-1971)

Paulista de Catanduva, excelente pianista e faixa preta de caratê, Aylton engajou-se no movimento estudantil e teve atuação destacada até ser preso no 30º Congresso da UNE, em 1968. Depois dessa primeira prisão, ingressou na ALN e viajou para Cuba em 1970. Seu codinome era Umberto, em homenagem ao próprio pai, mas todos o conheciam por Tenente. Nessa época, sua carta patente de oficial da reserva foi cassada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

Aylton foi preso no dia 4 de novembro de 1971, no bairro de Vila Prudente, na capital paulista, por agentes do DOI-Codi/SP, quando estava na companhia de José Roberto Arantes de Almeida. Os dois foram os primeiros militantes mortos de um grupo de 28 exilados que participaram de treinamento de guerrilha em Cuba e retornaram clandestinamente ao Brasil como integrantes do Molipo, dissidência da ALN.

A prisão de Aylton nunca foi assumida pelos órgãos de segurança. Porém, no arquivo do Dops do Estado do Paraná, foi encontrada uma gaveta com a identificação ‘falecidos’ onde constava seu nome. O relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, confirma sua morte em termos telegráficos: “neste órgão consta que foi morto em 04/11/1971, quando foi estourado um aparelho na rua Cervantes, nº 7, em São Paulo”.

A mãe de Aylton, Carmem Mortati, vivia em constante pesadelo no início da década de 1970:

Minha vida, e de minha família, passou a ser de constante vigilância e provocação por parte de agentes de segurança. [...] Recebi bilhetes ameaçadores onde estava escrito que meu filho ia morrer, e vinha junto o desenho de uma cruz, em preto. Quando eu recebia esses bilhetes ameaçadores, os levava de imediato ao Comando da Aeronáutica e os entregava a um capitão, que me havia interrogado anteriormente e que, de tanto eu levar-lhe bilhetes, resolveu me fornecer uma carta onde se consignava que a Aeronáutica tinha feito uma vistoria em minha residência e que eu não tinha nada a ver com as atividades de meu filho.

Ela contratou o advogado Virgílio Lopes Eney para procurar e defender Aylton. Certo dia, o advogado viu sobre uma mesa na 2ª Auditoria do Exército, em São Paulo, uma certidão de óbito em nome de Aylton Adalberto Mortati. Por tentar ler o documento, foi preso e levado para o DOI-Codi do II Exército, onde os militares o interrogaram e tentaram convencê-lo de que seu cliente nunca havia sido preso.

Em 1975, os presos políticos de São Paulo enviaram documento ao presidente do Conselho Federal da OAB, Caio Mário da Silva Pereira, denunciando a prisão, tortura e morte de Aylton, dentre outros casos. Nenhuma informação oficial sobre sua prisão foi divulgada. Informações reunidas pelos familiares de Aylton dão conta de que ele permaneceu por volta de 15 dias no DOI-Codi/SP, desaparecendo desde então.

BOANERGES DE SOUZA MASSA (1938-1972)

Paulista de Avaré e médico formado pela Faculdade de Medicina da USP em 1965, Boanerges passou a ser perseguido após realizar uma cirurgia para socorrer Francisco Gomes da Silva, militante da ALN baleado durante uma ação armada e irmão de Virgílio Gomes da Silva, dirigente da ALN desaparecido em setembro de 1969. A partir desse episódio, Boanerges, que era participante da rede de apoio da ALN, foi obrigado a viver na clandestinidade. Viajou para Cuba, de onde regressou como militante do Molipo, depois de receber treinamento militar naquele país. Foi visto pela última vez em 1972, sem que se possa precisar a data.



Boanerges foi preso em circunstâncias e data desconhecidas. Ele chegou a ser visto na prisão por outros presos políticos, mas sua prisão nunca foi assumida oficialmente pelos órgãos de segurança. Seu nome não constava da lista oficial dos mortos e desaparecidos políticos e, portanto, não integrou a lista anexa à Lei nº 9.140/95. Apesar da certeza de que fora preso, não se tinha confirmação por parte dos familiares de que Boanerges não tivesse sobrevivido, o que só ocorreu quando o requerimento foi apresentado à CEMDP.

Como prova de sua prisão, foi anexado documento localizado no arquivo do Dops, originado no Centro de Informações do Exército, onde consta que estava preso em 21 de junho de 1972. Ali também foi encontrada cópia da informação 850 do Ministério da Aeronáutica, 4ª Zona Aérea, de 2 de dezembro de 1971, relatando que Boanerges regressou ao país após treinamento em Cuba. Documentos localizados na Abin, após a aprovação de seu requerimento na CEMDP, informam que Boanerges foi preso em dezembro de 1971, em Pindorama.

Entre os desaparecidos políticos brasileiros, o caso de Boanerges é um dos mais cercados de controvérsias. Em matéria publicada no *Correio Braziliense* em 22 de abril de 2007, o jornalista Lucas Figueiredo afirma:

O livro secreto do Exército não esclarece um dos maiores mistérios da luta armada – quem foi o informante da repressão infiltrado em Cuba, que, com suas delações, levou à morte quase 18 guerrilheiros do Grupo da Ilha? A obra, contudo, nega uma suspeita que circula há décadas, tanto na esquerda quanto em meios militares: o informante não era o médico Boanerges de Souza Massa. [...] A obra ressalta, contudo, sem especificar as condições, que Boanerges ‘abriu’ informações nos interrogatórios que levaram à prisão e morte dos guerrilheiros do Grupo da Ilha: Ruy Carlos Vieira Berbert e Jeová Assis Gomes. Relata, ainda, que o médico contou a seus interrogadores sobre uma fazenda que o Molipo tinha na região de Araguaína (no atual Estado do Tocantins), para servir de base para ações de guerrilha rural. Segundo o livro, os agentes da repressão demoraram a localizar a fazenda, o que permitiu aos três guerrilheiros que a ocupavam fugir.

Outra informação controversa foi dada pela jornalista Taís Morais, no livro *Sem Vestígios*, publicado em 2008. Citando como fonte um agente do CIE, que não nomeia, de apelido *Carioca*, escreve que Boanerges teria ficado preso numa instalação clandestina rural do Exército, nas proximidades da cidade de Formosa, em Goiás. Teria sido executado ali e sepultado nas vizinhanças.

CAIUPY ALVES DE CASTRO (1928-1973)

Carioca, Caiupy era bancário aposentado, sócio de uma empreiteira e vivia no Rio de Janeiro em situação legal. Desapareceu no dia 21 de novembro de 1973, às 19 horas, após descer de um ônibus em Copacabana.

Já havia sido preso uma vez, em 1968, na véspera das comemorações do 1º de maio, quando participava de uma manifestação perto do campo do São Cristóvão. Ficou por onze dias incomunicável nas dependências do Dops/RJ. Vinte dias depois, por meio de um *habeas corpus*, Caiupy foi solto. Não houve processo, nada foi apurado. Era acusado de ser membro do PCB por ter tirado seu título de eleitor por meio desse partido por volta de 1945, quando o partido era legal.

Nas várias listas formadas desde os anos 1970 sobre mortos e desaparecidos políticos, seu nome costumava ser gravado como Caiuby, e não Caiupy. Sua vinculação política era dada como sendo o PCB, graças a essa prisão anterior, porém essa informação é incerta. Sabe-se apenas que Caiupy era pessoalmente ligado ao major do Exército Joaquim Pires Cerveira, também desaparecido político, que havia sido banido do Brasil em junho de 1970 e a quem visitou no Chile em 1971.

Sua esposa, Marly, em depoimento no livro *Desaparecidos Políticos*, organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, em 1979, recorda o episódio do desaparecimento do marido:

Tomamos um ônibus da linha circular Glória-Leblon, no início da rua Barata Ribeiro, em Copacabana, e quando chegamos na altura da Galeria Menescal, Caiupy puxou a cigarra e desceu. Antes, me confidenciara um encontro rápido com um amigo, mas garantiu que voltaria logo. Pediu-me, inclusive, que não mudasse a roupa ao chegar em casa, pois iríamos juntos ao cinema.

Esperei e nada de Caiupy. [...] Dia seguinte, não dava mais para esperar e comecei a tomar as providências, meu marido tinha desaparecido. [...] Recorri a amigos que me acompanharam nos distritos policiais. [...] Fui pelas vias normais. Percorri todos os hospitais da cidade, minha irmã foi ao necrotério, fomos também ao Dops e nada encontramos. Procurei um advogado. Fui falar com D. Ivo Lorscheiter na CNBB, comecei a movimentar pessoas amigas, fiz pedidos a generais e nada consegui. Nenhum órgão assumia a prisão de Caiupy. Devido à minha falta de tempo, Lourdes Cerveira, esposa do também desaparecido major Cerveira, me ajudava. Nessa época foi preso um companheiro do Caiupy, de nome Otevaldo Silva. Pouco depois, foi solto e disse que ouviu a voz de meu marido quando estava sendo interrogado num quartel militar de Brasília.

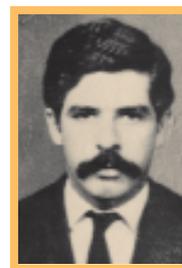
Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, entre os quais poderia estar Caiupy.

CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS (1939-1971)

Mineiro de Belo Horizonte, Beto para a família e Breno na militância clandestina, Carlos Alberto ingressou na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1961, para cursar Sociologia e Política. Nesse mesmo ano, filiou-se ao PSB e também à organização Polop. Militou no movimento estudantil e contribuiu para a implantação das Ligas Camponesas no seu estado.

Com o golpe de Estado de abril de 1964, a Polop determinou que ele fosse para o Rio de Janeiro, onde ficou por poucos meses. Em julho, foi preso em Belo Horizonte pichando muros com *slogans* de solidariedade à Revolução Cubana. Em novembro, foi libertado por *habeas corpus*. Em 1965, tornou-se um dos membros do Comitê Executivo do Partido Socialista Brasileiro, além de dirigente nacional da Polop. Em 1967, foi condenado à revelia pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora, o que o levou à clandestinidade. Após o AI-5, mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a integrar, em 1969, o Comando Nacional da VAR-Palmares.

Foi por meio de uma carta de Carlos Alberto que a família soube de sua prisão, realizada em 15 de fevereiro de 1971 por agentes do DOI-Codi/RJ, na pensão em que se hospedava com Antônio Joaquim de Souza Machado e outro militante, em Ipanema, no Rio de Janeiro: “Esta carta só lhes será enviada



se eu estiver preso. [...] No princípio eles negam a prisão. Dizem mesmo que a pessoa não foi presa. Insistam, voltem à carga. Tentem de novo, mais uma vez, outra, gritem, chorem, levem cartas, enfim, não lhes deem sossego”. Seus familiares fizeram tudo isso e muito mais. Foram mobilizados importantes advogados e apelos dos familiares foram encaminhados às principais autoridades do regime, como o presidente Médici e o chefe do Gabinete Militar João Baptista Figueiredo, além do ministro do STM, general Rodrigo Octavio Jordão Ramos. Nenhuma informação foi apresentada.

A militante da VPR Inês Etienne Romeu, sobrevivente da “Casa da Morte” em Petrópolis, declara que um dos carcereiros, conhecido como Dr. Pepe, confirmou-lhe que seu grupo executara Carlos Alberto, por cuja prisão havia sido responsável. Disse-lhe, ainda, que todos os líderes seriam executados depois de interrogados.

Vários outros depoimentos de presos políticos nas auditorias militares denunciaram a prisão e o desaparecimento de Carlos Alberto. Amílcar Lobo, que na época era tenente-médico do Exército, reconheceu Carlos Alberto nas fotos de pessoas que atendera no Quartel da Polícia do Exército entre 1970 e 1974.

Em resposta ao *habeas corpus* impetrado em maio de 1971 em nome de Carlos Alberto e outros dois militantes presos na pensão de Ipanema, os comandos regionais das três Armas responderam negativamente. Documento da Anistia Internacional registra a respeito dele: “torturado no Codi do Rio de Janeiro até abril de 1971 e depois desaparecido”.

CELSE GILBERTO DE OLIVEIRA (1945-1970)



Gaucho de Porto Alegre, corretor de imóveis, Celso exercia sua militância na VPR. Praticamente inexistem informações biográficas sobre sua trajetória política anterior. Foi preso no Rio de Janeiro, em 9 ou 10 de dezembro de 1970, num momento em que as forças de repressão política estavam especialmente ativas. No dia 7, tinha sido sequestrado o embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, e os órgãos de segurança buscavam intensamente alguma pista que levasse ao cativo do diplomata.

De acordo com o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, Celso foi preso por agentes do Cisa, o setor de inteligência da Aeronáutica, comandados pelo capitão Barroso, sendo transferido ao DOI-Codi/RJ. Segundo denúncias feitas mais tarde por outros presos políticos, foi torturado nessa unidade pelos tenentes Hulk, Teles e James, todos do Exército. O ex-presos político Sinfrônio Mesa Neto afirma em seu depoimento que foi acareado com Celso nos dias 24 e 25 de dezembro, para que ele fosse incriminado como militante da VPR e sequestrador do embaixador suíço.

No relatório do Ministério do Exército apresentado em 1993, consta que Gilberto foi preso pelo Cisa em 9 de dezembro de 1970 e entregue ao DOI-Codi do I Exército no dia 11 de dezembro de 1970. Interrogado em 29 de dezembro de 1970, admitiu o seu envolvimento no sequestro do embaixador. Na madrugada de 29/30 de dezembro de 1970, conduziu arditosamente as equipes dos órgãos de segurança ao local que seria o cativo e, comprovada a farsa, conseguiu fugir, fato confirmado pelo relatório da Operação Petrópolis, de responsabilidade do DOI-Codi/I Exército.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que Celso “teria sido preso em 10/12/70, por Oficial da Aeronáutica e levado para o Quartel da PE, na Guanabara, no dia 18/12/70; a partir daquela

data não se soube mais do seu paradeiro. Pertencia à VPR e participou do sequestro do embaixador suíço”. O relatório do Ministério da Aeronáutica ratifica sua participação no episódio que “resultou o assassinato do agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo. [...] Foi detido por uma equipe do então Cisa e encaminhado ao DOI/Ex., em 11 dez. 70.

Apesar das informações nos documentos oficiais, a morte de Celso nunca foi assumida pelos órgãos de segurança.

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, entre os quais estariam os de Celso Gilberto de Oliveira.

DANIEL JOSÉ DE CARVALHO (1945-1974)

Mineiro de Muriaé, Daniel fazia parte de uma família que, na década de 1950, migrara de seu estado natal para São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho, deixando para trás a vida camponesa. Trabalhou como motorista e torneiro mecânico.

Com os irmãos Joel, Devanir, Derli e Jairo, foi militante do PCB e do PC doB, de onde saíram para organizar a Ala Vermelha. Foram presos e torturados em 1969 na Operação Bandeirante. Devanir permaneceu atuando na clandestinidade até ser preso em abril de 1971. Banidos do Brasil em troca da libertação do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, foram levados ao Chile, saindo de lá após o golpe militar de 11 de setembro de 1973, quando fugiram para a Argentina. No exílio, Daniel e Joel ingressaram na VPR.

A morte deles, com outros quatro integrantes da organização, em 13 de julho de 1974, constitui um dos episódios mais controversos do período ditatorial. A essa altura, a VPR praticamente já não existia mais no Brasil, tendo sido desmobilizada no início de 1973.

Decididos a retornar do exílio para combater o regime militar, esses militantes entraram clandestinamente no território nacional pela região de Foz do Iguaçu, em julho de 1974. Eles foram atraídos para uma cilada e executados no município de Medianeira (PR), no interior da mata do Parque Nacional do Iguaçu.

As circunstâncias dessas mortes foram descritas, em 1993, pelo ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, que atuou no DOI-Codi/SP. Ele confirmou que a operação de Medianeira foi montada por Alberi Vieira dos Santos, um ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, anteriormente ligado a Leonel Brizola. Esse homem, que havia sido o braço direito do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório na chamada Guerrilha de Três Passos, em março de 1965, teria atuado como agente infiltrado no episódio em que Daniel foi executado, convidando os militantes exilados na Argentina a retornar ao Brasil e implantar uma base guerrilheira no Paraná.

Em 2005, o jornalista e ex-banido Aluizio Palmar lançou o livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, no qual reconstitui os últimos passos desses guerrilheiros. Recebeu em 2001 informações sobre um possível local de sepultamento, o que levou a CEMDP a organizar uma busca em Nova Aurora, no oeste do Paraná, a cargo dos técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense.



Palmar conseguiu descobrir o agente policial que trabalhou com Alberi, de codinome Otávio. Ele foi encarregado de buscar o grupo, que saía de Buenos Aires no dia 11 de julho, levando-o para o sítio de Niquinho Leite, parente de Alberi, em Boa Vista do Capanema. Afirmar Palmar:

[...]. Durante a viagem, [...] os exilados foram monitorados por agentes do CIE. [...] Para cumprir a ordem de extermínio, um grupo comandado pelo cão de guerra major Sebastião Rodrigues Curio [...] iria esperar no Caminho do Colono, seis quilômetros mato adentro do Parque Nacional do Iguaçu. [...] Ao anoitecer do dia 13, Alberi e Otávio saíram com Daniel, Joel e outros militantes para executar a primeira ação revolucionária. [...] Depois de rodar quase seis quilômetros, [...] ‘Chegamos companheiros’, disse Alberi enquanto descia do veículo. O grupo caminhou um pouco e, de repente, antes de chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. [...] Após o tiroteio, a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina.

Segundo Palmar, os militares limpavam a área, enterrando os corpos numa cova ali mesmo.

Em maio de 2005, a Secretaria de Direitos Humanos e a CEMDP, com apoio do Ibama, procedeu à busca com os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, mas não foi possível encontrar a cova. Os trabalhos foram retomados em 2010, e realizaram-se novas escavações em áreas prováveis de sepultamento, sem que os despojos tenham sido encontrados.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, ao apresentar os dados referentes a Daniel, comprova que realmente existia uma ligação direta entre os órgãos de repressão dos diversos países do Cone Sul até antes de iniciada a chamada Operação Condor: “O Ministério das Relações Exteriores retransmitiu informações enviadas pelo governo argentino, confirmando o seu ingresso naquele país em 03/10/1973, procedente do Chile, e radicando-se em 31/10/1973 na Província de Corrientes”.

DAVID CAPISTRANO DA COSTA (1913-1974)



Nascido em Boa Viagem, município de Quixeramobim, no Ceará, aos 13 anos David mudou-se para o Rio de Janeiro. Ao servir o Exército, teve contato com textos do Partido Comunista. Em 1935, participou do levante da ALN como sargento da Aeronáutica. Foi preso e levado para o presídio da Ilha Grande, de onde fugiu a nado.

No Uruguai, sobreviveu como mecânico de automóveis. Em 1936, foi para a Europa e lutou na Guerra Civil Espanhola como combatente das Brigadas Internacionais. Na França, atuou como *partisan* na resistência contra a ocupação nazista, permanecendo preso num campo durante oito meses. Foi libertado e retornou ao Uruguai em 1941. Entrou no território brasileiro e foi preso em setembro de 1942. Anistiado em 1945, fixou-se em Recife e se engajou nas atividades do PCB, integrando o seu Comitê Central a partir de 1946. Em 1947, foi o mais votado dos deputados estaduais constituintes de Pernambuco.

Viveu no Rio de Janeiro, em 1953, antes de seguir para a União Soviética, onde permaneceu por dois anos. No retorno ao Brasil, foi deslocado para atuar no Amazonas, Pará e Ceará, só voltando a atuar legalmente em Pernambuco no ano de 1957, onde dirigiu os jornais *A Hora e Folha do Povo*. Após a deposição de João Goulart, teve seus direitos políticos cassados e ficou escondido em Pernambuco. Em 1971, contra sua vontade, acatou a decisão do partido de enviá-lo para a Tchecoslováquia, de onde voltou em 1974, sendo preso junto com José Roman, também desaparecido.

A publicação *David Capistrano – entre teias e tocaias*, de Marcelo Mário de Melo, traz informações sobre o seu desaparecimento durante a ditadura militar, já na década de 1970. David foi preso no percurso entre Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, e a capital paulista. Entrevieram diretamente junto ao governo brasileiro o primeiro secretário do Partido Socialista Francês, François Mitterrand, o presidente Giscard d’Estaing e até o papa Paulo VI, que enviou dois missionários para tratar diretamente com o presidente Geisel desse e de outros casos de desaparecimentos.

Em 1975, o preso político Samuel Dib, taxista em Uruguaiana, acusado de pertencer ao comitê de fronteira do PCB, declarou ao Dops que estivera com David em março de 1974, em Paso de los Libres, que ele tinha entrado no Brasil com José Roman no dia 15 de março, dia da posse de Ernesto Geisel, e que soubera que não haviam chegado a São Paulo.

O livro de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos Filhos Deste Solo*, registra a informação de que a bagagem de Capistrano foi vista no Dops de São Paulo por outros presos políticos, o que indica sua passagem por aquele órgão de repressão. O documento 203/187, do Dops/RJ, informa: “David Capistrano da Costa encontra-se preso há quatro meses, sendo motivo da Campanha da Comissão Nacional Pró-Anistia dos Presos Políticos”.

Em entrevista à revista *IstoÉ* de 1o de abril de 1987, o ex-médico Amílcar Lobo declarou que atendeu David no DOI-Codi/RJ. O ex-sargento e ex-agente do DOI-Codi/SP Marival Dias Chaves declarou à revista *Veja* que David foi levado para a Casa de Petrópolis, juntamente com José Roman, onde foi executado e esquartejado, tendo seus restos mortais sido ensacados e jogados num rio próximo.

Nos relatórios militares de 1993, apenas o da Marinha contém uma informação sobre David Capistrano, o local em que teria sido atendido, podendo ser uma referência ao manicômio judiciário de Franco da Rocha, para onde alguns presos políticos foram levados naquele período: “Desapareceu em São Paulo, no dia 16/03/74. Pertencia ao Comitê Central do PC, tendo sido preso na unidade de atendimento do Rocha, em São Paulo/SP”.

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, David Capistrano entre eles.

DÊNIS CASEMIRO (1942-1971)

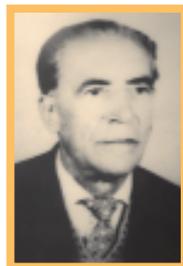
Paulista de Votuporanga e militante da VPR, com passagem anterior pela Ala Vermelha, era trabalhador rural e desenvolvia trabalho político clandestino no sul do Pará, onde cuidava de um sítio próximo a Imperatriz (MA). Provavelmente, foi localizado naquela região e preso pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em fins de abril de 1971, sendo levado para o Dops/SP, onde permaneceu por quase um mês. Durante esse período, era sempre transportado pelos corredores com um capuz cobrindo o rosto, para impossibilitar sua identificação pelos demais presos.

Um desses presos era Waldemar Andreu, conterrâneo de Dênis, que chegou a conversar com ele por alguns minutos. Dênis estava confiante de que a retirada do capuz era sinal de que o perigo de morrer havia passado – mas foi morto em 18 de maio de 1971.



Ele foi enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco, em Perus, capital paulista, com os dados pessoais alterados. No livro de registro de sepultamentos, ele teria 40 anos e os demais dados de identificação constam como ignorados. Na realidade, tinha 28 anos e todos os seus dados apareciam do atestado de óbito. Nenhuma comunicação oficial da morte foi feita pelas autoridades. Sua ossada foi localizada a partir das investigações sobre a vala de Perus.

DIVO FERNANDES DE OLIVEIRA (1895-1965)



Catarinense de Tubarão, antigo militante do PCB e taifeiro da Marinha, Divo participou, no Rio de Janeiro, do polêmico comício da Central do Brasil, dia 13 de março de 1964, quando Jango anunciou o desencadeamento das chamadas reformas de base. Logo depois do golpe de Estado, Divo foi preso, aos 69 anos de idade, e levado para o presídio Lemos Brito.

Sua esposa, Nayde Medeiros, professora em Criciúma (SC), chegou a visitá-lo uma vez. Ao retornar ao Rio para nova visita, descobriu que seu marido havia desaparecido. Recebeu informações desencontradas dos funcionários do presídio. Uns diziam que ele havia fugido; outros, que fora transferido para o presídio Bangu I. Nayde visitou todas as prisões e cemitérios, escreveu às autoridades, mas nunca recebeu respostas, nem certidão de óbito, nem o corpo, nem explicação alguma. Em abril de 1965, foram localizados alguns pertences de Divo no Departamento do Sistema Penitenciário (Desip) do Rio de Janeiro. A CEMDP não conseguiu estabelecer se o desaparecimento ocorreu no final de 1964 ou no início de 1965.

A filha de Divo, Alba Valéria, começou a procurar o pai depois de adulta. Em 1989, esteve no Rio de Janeiro visitando várias repartições públicas e presídios. Uma funcionária do Desip localizou uma pasta, número 21.426, onde havia o nome de Divo Fernandes de Oliveira. Na pasta, Alba encontrou alguns documentos pessoais e nada mais.

Conforme as declarações de Jorge Feliciano, ex-militante do PCB e ex-presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, e de Amadeu Luz, dirigente do PCB em Criciúma e em Santa Catarina, Divo deve ter sido morto na prisão Lemos Brito, no Rio de Janeiro. O corpo nunca foi entregue à família. Com base nos depoimentos e na carta enviada por Nayde ao marido na prisão (em resposta à carta dele), o relator da CEMDP votou pelo deferimento do pedido, sendo acompanhado por todos os integrantes do colegiado em seu voto.

DURVALINO PORFÍRIO DE SOUZA (1947-1973)

Durvalino nasceu em 23 de outubro de 1947, em Pedro Afonso (TO), e era filho do carismático líder camponês José Porfírio. Ambos integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Sobre o filho, pouco se sabe além do fato de que desapareceu em 1973, em Goiânia, no mesmo ano em que seu pai. Não há sequer registro sobre uma possível militância política. Mesmo assim, foi preso. Como consequência das torturas sofridas para informar o paradeiro do pai, passou a ter distúrbios mentais irreversíveis. Estava internado em uma clínica para tratamento, de onde desapareceu.

Outro filho de José, Manoel Porfírio, passou sete anos preso em São Paulo, condenado pela Justiça Militar por ser militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), dissidência de Ação Popular. Ao sair, integrou-se à luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos na busca dos restos mortais e das reais circunstâncias da morte do irmão e do pai.

EDGARD DE AQUINO DUARTE (1941-1973)

Pernambucano de Bom Jardim, Edgard ingressou na Marinha, chegando a cabo do Corpo de Fuzileiros Navais. Por ter tomado parte na revolta dos marinheiros, em 1964, teve de exilar-se no México e, mais tarde, viajou para Cuba. Retornou ao Brasil em outubro de 1968 e montou uma imobiliária em sociedade com um amigo em São Paulo.

Nessa época, manteve contato com o agente infiltrado cabo Anselmo, recém-chegado de Cuba, que lhe disse estar sem trabalho e moradia. Edgard o levou, então, para morar em seu apartamento na rua Martins Fontes, no centro da cidade. Ali, em junho de 1971, foi preso e levado para o Dops/SP, onde permaneceu sob a responsabilidade do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Após a fase de interrogatórios, foi confinado na cela n° 4 do “fundão” (conjunto de celas individuais, isoladas). Até junho de 1973, passou por vários órgãos de repressão política, como o Dops/SP, DOI-Codi/SP, DOI-Codi/Brasília e o Batalhão de Caçadores de Goiânia. Durante esse período, conheceu diversos outros presos políticos, a quem relatou as torturas as quais foi submetido e sua ligação com o cabo Anselmo.

Visto pela última vez em junho de 1973, preso no Dops/SP, estava barbudo, cabeludo e muito debilitado fisicamente. Os carcereiros o retiravam periodicamente para tomar sol, quando Edgard comentava com os outros presos que fatalmente seria morto. Numa dessas vezes foi conduzido encapuzado para a carceragem e espancado. Um dos algozes gritou: “Você mexeu com segredo de Estado, você tem que morrer”.

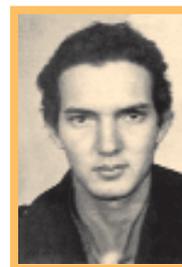
Em julho de 1973, foi impetrado um *habeas corpus* em favor de Edgard. O delegado do Dops/SP, Alcides Singilo, informou, em resposta às autoridades judiciais, que ele havia sido libertado. Ao ser desmentido, retrucou: “Talvez ele tenha medo de represálias dos elementos de esquerda e por isso tenha evitado contatos com a família. Ou talvez já tenha sido morto por esse pessoal”.

Numa ficha da Coordenação de Execução da Oban, encontrada no arquivo do Dops/SP, consta que ele foi preso no dia 13 de junho de 1971. No relatório do Ministério da Marinha, de 1993, consta um registro de 10 de agosto de 1968 com o nome de soldado Fuzileiro Naval Edgard de Aquino Duarte. Seu nome estava entre as 17 fichas encontradas no arquivo do Dops do Paraná numa gaveta identificada como “falecidos”. Seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei n° 9.140/95

EDUARDO COLLIER FILHO (1948-1974)

Nascido em Recife, o pernambucano Eduardo cursou Direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador. Foi indiciado pelo Dops/SP em 12 de outubro de 1968, por ter participado do 30° Congresso da UNE, em Ibiúna. Em 1969, foi expulso da UFBA pelo decreto 477.

Eduardo era militante da APLM e, juntamente com o amigo Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, foi preso em Copacabana, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-Codi/RJ, em 23 de fevereiro de 1974. Informada de que o filho fora transferido para São Paulo, Risoleta Meira Collier, sua mãe, esteve no DOI-Codi/SP em companhia de Elzita Santos Santa Cruz Oliveira, mãe de Fernando, levando sacolas com roupas e objetos de uso pessoal. O material foi aceito por um carcereiro, que admitiu que eles estavam presos ali. Em carta ao general Golbery do Couto e Silva, Risoleta e Elzita declaram ter certeza



de que eles estavam no local “porque o carcereiro, ao receber o nome de Fernando Augusto de Santa Cruz, completou-o, acrescentando o último sobrenome, Oliveira, sem que lhe fosse fornecido”. Essa informação, porém, foi negada quando elas voltaram no dia seguinte para visitar os filhos e receberam de volta as sacolas.

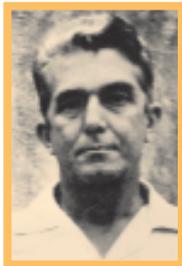
Os desaparecimentos de Eduardo e Fernando foram levados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, com sede em Washington, ao Tribunal Bertrand Russel e à Câmara dos Deputados. Os deputados Fernando Lira e Jarbas Vasconcelos denunciaram o episódio na tribuna e ainda dezenas de personalidades do país, entre apoiadores e opositores do regime militar.

Em 7 de agosto de 1974, Risoleta e Elzita participaram, com outros familiares de desaparecidos, de uma audiência com o general Golbery do Couto e Silva. Era a primeira vez que o governo militar recebia esses familiares. Nenhuma resposta foi dada. Apenas seis meses depois, em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça Armando Falcão fez um pronunciamento com a informação de que os desaparecidos estariam todos foragidos.

O nome de Eduardo aparece no arquivo do Dops do Paraná na gaveta identificada com a palavra “falecidos”. O relatório do Ministério do Exército registra que, “conforme reportagem veiculada no *Jornal de Brasília*, em sua edição do dia 31/10/1975, o nominado teria sido preso em 23/01/1974, no Estado do Rio Grande do Sul, após permanecer por um longo período foragido da Justiça Militar”. O relatório do Ministério da Marinha menciona que “desapareceu quando visitava parente na Guanabara”. Já o Ministério da Aeronáutica informa que Eduardo e Fernando são citados na imprensa como mortos ou desaparecidos, mas que não há dados que comprovem a versão.

Na edição de 24 de março de 2004 da revista *IstoÉ*, o sargento Marival Chaves do Canto, que trabalhou no DOI-Codi e acompanhou as principais ações do CIE, informa que Eduardo e Fernando foram mortos em uma megaoperação realizada para liquidar os militantes das tendências da Ação Popular (AP), como a APML.

ÉLSON COSTA (1913-1975)



Mineiro da cidade de Prata, ÉLson era o responsável pelo setor de agitação e propaganda do PCB, trabalhando na produção e divulgação do jornal *Voz Operária*, órgão oficial do partido. Iniciou sua militância política liderando uma greve de caminhoneiros em Uberlândia. Como militante do PCB, viajou pelos países socialistas do Leste Europeu na década de 1960. Perseguido após abril de 1964, teve seus direitos políticos cassados.

Em 1970, foi condenado pela Justiça Militar e cumpriu pena em Curitiba. Solto, passou a viver com o nome de Manoel de Souza Gomes no bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Foi preso na manhã do dia 15 de janeiro de 1975 no bar ao lado de sua casa, de acordo com as informações contidas no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

O ex-agente do DOI-Codi/SP Marival Chaves declarou à revista *Veja* de 18 de novembro de 1992 que o corpo de ÉLson, como os de outros membros do PCB, havia sido jogado no rio de Avaré, no interior de São Paulo:

Outro que está no rio é ÉLson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo

de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Elson ainda recebeu a injeção para matar cavalo.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra o dia 16, e não 15, como data do desaparecimento:

no dia 26/02/1975, seu irmão Oswaldo Costa esteve no QG do II Exército para informar que ele teria sido levado pelos ocupantes de dois veículos tipo 'Veraneio', no dia 16/01/1975. Segundo ele, o fato foi testemunhado pelo proprietário de um bar e noticiado pelos jornais como sendo o sequestro de um rico comerciante. A ocorrência foi registrada no 11° DP, conforme BO n. 315/75 como tendo ocorrido na rua Timbiras, 199, em Santo Amaro/SP.

O jornalista Elio Gaspari, em *A ditadura encurralada*, aponta o dia 14 como data do desaparecimento:

No dia 13 de janeiro o CIE estourou a capa de proteção do PCB e localizou a gráfica clandestina onde se imprimia o jornal Voz Operária, no subúrbio carioca. [...] Com a gráfica, sumiu mais um pedaço da cúpula do Partidão. Um dos responsáveis pelas máquinas, Elson Costa, desapareceu no dia 14 de janeiro. Dirigente experimentado, já passara em silêncio por duas cadeias. Segundo um sargento do DOI, mataram-no numa casa do CIE, na periferia de São Paulo.

ENRIQUE ERNESTO RUGGIA (1955-1974)

Nascido em Corrientes, na Argentina, Enrique era estudante de Medicina Veterinária na Faculdade de Agronomia de Buenos Aires, onde conheceu o exilado brasileiro Joel José de Carvalho, em 1973. Enrique nunca tinha participado de organizações políticas, mas se apaixonou pela possibilidade de se engajar na luta guerrilheira latino-americana, como Che Guevara.

Quando o grupo de cinco militantes da VPR do qual Joel fazia parte decidiu retornar do exílio para combater o regime militar, decidiu se juntar a eles. Entraram clandestinamente no Brasil pela região de Foz do Iguaçu, em julho de 1974. Foram atraídos para uma cilada e executados no município de Medianeira (PR), no interior da mata do Parque Nacional do Iguaçu.

Quando estava partindo para o Brasil, Enrique disse à irmã Lúlian que voltaria em uma semana ou dez dias. Como não retornou, ela começou a procurá-lo. No Hotel Cecil, onde se hospedavam perseguidos políticos protegidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), ninguém tinha informações. Levou anos para que sua denúncia fosse levada a sério e ela conseguisse confirmar que Enrique tinha acompanhado o grupo de brasileiros.

As condições em que foram mortos esses seis militantes, em 13 de julho de 1974, foram descritas por Aluizio Palmar no livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, lançado em 2005. O autor descobriu o agente que participou dessa operação junto com Alberi Vieira dos Santos, um ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, que passara a ser informante do Exército. Desempenhando o papel de motorista e usando o nome fictício de Otávio, ele foi encarregado de buscar o grupo que saíra de Buenos Aires no dia 11 de julho, levando-o para um sítio em Boa Vista do Capanema, aonde chegaram no dia 12.

A operação era uma armadilha para eliminar o grupo. Os exilados foram monitorados por agentes do CIE (Centro de Informações do Exército) desde que saíram de Buenos Aires. Levados por Alberi e Otávio para uma área dentro do Parque Nacional do Iguaçu, foram fuzilados:



Após o tiroteio, a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina. [...] No chão, entre folhas e entrelaçado por cipós, o jovem Enrique Ernesto Ruggia ainda estava vivo e, tal como o Che, teimava em perseguir seu sonho de libertar a América Latina do domínio norte-americano e implantar o socialismo. [...] A ordem era matar e uma descarga final de pistola tirou o último sopro de vida de Enrique Ruggia.

Segundo Palmar, os militares limpavam a área, enterrando os corpos numa cova ali mesmo. Em maio de 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com apoio do Ibama, procedeu à busca com os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, mas não foi possível encontrar a cova. Os trabalhos foram retomados em 2010, realizaram-se novas escavações em áreas prováveis de sepultamento, sem que se encontrassem os despojos.

EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA (1902-1971)

Maranhense de Pastos Bons, sapateiro de profissão, Epaminondas morreu aos 68 anos, no Hospital da Guarnição do Exército em Brasília, no dia 20 de agosto de 1971. Fora preso por agentes da repressão política do regime militar no dia 09 de agosto do mesmo ano, no garimpo de Ipixuna (PA) e levado para a cidade de Jacundá (PA), depois para Imperatriz (MA), e finalmente para Brasília.

Nos autos do processo junto à CEMDP, constam depoimentos de três companheiros, dois dos quais testemunharam que estiveram presos com ele. Um terceiro declarou que, sob tortura, fora forçado a indicar a localização de Epaminondas. Na tramitação do processo junto à Comissão Especial, registrou-se a informação de que ele seria militante do PCB. Documentos e depoimentos posteriores, no entanto, apontaram que ele seria, na verdade, militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, dissidência da Ação Popular.

Segundo o depoimento da esposa de Epaminondas, Avelina da Rocha, de 83 anos, os militares “não tiveram a coragem” de entregar o corpo, dizendo apenas que ele havia sido enterrado em Brasília, pois ficaria muito caro transportá-lo até sua terra natal. O médico legista Ancelmo Schuingel determinou como causa da morte “coma anêmico, desnutrição e anemia”.

Na CEMDP, o general Oswaldo Pereira Gomes pediu vistas do processo ao relator Paulo Gustavo Gonet Branco e elaborou um parecer pelo deferimento da indenização, “por se tratar de morte de pessoa acusada de participação em atividades políticas, causa não natural, de elemento preso em organização militar”.

Matérias publicadas no *Correio Braziliense*, em agosto de 2003, dos jornalistas Eumano Silva, Thiago Vitale Jayme e Matheus Leitão, que descrevem com detalhes o conteúdo de documentos secretos da Operação Mesopotâmia, desencadeada pelo Exército entre 2 e 12 de agosto de 1971, para localizar e deter subversivos em vários municípios da divisa tríplice entre Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins), trazem duas passagens que provavelmente se referem a Epaminondas:

Ao lado do nome de Epaminondas, outra descrição muito detalhada. ‘Velho, baixo, orelhas caídas, magro, moreno, cabelos lisos, mesclados de branco, usa chapéu de couro com abas laterais viradas para cima, olhos amarelados, tem uma chácara em Porto Franco. É militante antigo’, afirma o relatório”. A reportagem acrescenta ainda: “9 de agosto de 1971. Prisão do último dos treze ‘elementos’ durante a Operação Mesopotâmia e descoberta de mais um aparelho. [...] O relatório aponta ainda os líderes locais supostamente doutrinados pelos guerrilheiros: Epaminondas Gomes de Oliveira (Luiz de França), Pedro Moraes, José da Marcelina (José Alecrim), João Ferreira Guimarães e Benedito.

FELIX ESCOBAR (1923-1971)

Nascido em Miracema (RJ), Felix instalou-se em Pilar, em 1942, na Baixada Fluminense. Foi camponês, comerciário, pedreiro, servente de obras, instalador de persianas e também tesoureiro do Sindicato dos Empregados no Comércio em Duque de Caxias e São João de Meriti.

Iniciou a militância política no Partido Comunista na década de 50 e trabalhou para criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias (RJ), em 1962. Dizem seus amigos que morava num casebre em péssimas condições. Porém, atuava com vigor, em especial na organização dos camponeses nos distritos de Capivari, Xerém e São Lourenço, naquele município, chegando a mobilizar mais de mil camponeses para obter uma difícil vitória na disputa pela terra e conseguindo sustar uma ação de despejo determinada por um juiz local. Com o golpe de 1964, permaneceu preso durante 12 dias. Libertado, passou a atuar na clandestinidade.

Posteriormente, ligou-se ao MR-8. Não foi possível reunir mais informações acerca de sua militância nesse período. Sabe-se que sua casa foi cercada e invadida, no final de 1970, por agentes dos órgãos de segurança, que espancaram um dos filhos de Felix para descobrir a possível localização de armas. Consta que, nesses dias, ele já residia em Feira de Santana e que, em 1971, teria morado na mesma residência de Iara Iavelberg, em Salvador, num arranjo em que se apresentavam como pai e filha em suas identidades clandestinas, conforme relato do jornalista Hugo Studart, em matéria publicada na revista *IstoÉ*, em fevereiro de 2007.

Não há plena certeza a respeito do local e da data de sua prisão, que teria ocorrido em setembro ou outubro de 1971. Uma das versões indica que ele teria sido preso em outubro, na casa de um companheiro, João Joaquim Santana, em Nova Iguaçu (RJ). Em outra versão, foi preso em Belfort Roxo. Felix foi visto pelo preso político César Queiroz Benjamim sendo conduzido por agentes do DOI-Codi na Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio de Janeiro.

No livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, o preso político Nilson Venâncio relata:

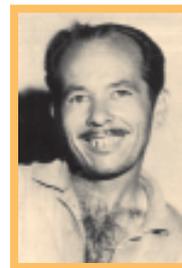
Quando eu estava preso na Bahia, soube, por intermédio de José Carlos Moreira, preso na mesma circunstância, que teria saído no jornal o atropelamento de uma pessoa, de nome Felix Escobar Sobrinho. Um caso típico de tantas outras mortes que ocorriam no interior do DOI-CODI e que depois eram ditas como sendo atropelamento.

Em matéria da *Folha de S.Paulo*, de 28 de janeiro de 1979, um general com responsabilidade dentro dos órgãos de repressão política assumiu a morte de Félix e de mais onze presos desaparecidos. No relatório apresentado pelo Ministério do Exército de 1993, consta que Felix foi preso por atividades terroristas e que frequentava a pedreira de Xerém, em Duque de Caxias.

FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA (1948-1974)

Nascido em Recife, Fernando era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica, em São Paulo, onde morava com a mulher e o filho Felipe, então com dois anos.

Em 23 de fevereiro de 1974, um sábado de Carnaval, a família estava no Rio de Janeiro. Por volta das 15h30, Fernando saiu da casa do irmão Marcelo para se encontrar com Eduardo Collier Filho às 16



horas. Deixou no ar a advertência: se não voltasse até às 18 horas, teria sido preso. Já tinha sido preso uma vez, em uma passeata do movimento estudantil contra os acordos MEC-Usaid, em Recife, no ano de 1966. Participara ativamente das mobilizações estudantis em Pernambuco até 1968. Militante da AP, ele e Eduardo alinharam-se a partir de 1972 na ala que não concordou com a incorporação de sua organização ao PCdoB e se manteve estruturada como APML.

Fernando e Eduardo foram presos naquele dia em Copacabana, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-Codi/RJ. Informadas de que os filhos tinham sido transferidos para São Paulo, Elzita Santos Santa Cruz Oliveira, mãe de Fernando, e Risoleta Meira Collier, mãe de Eduardo, estiveram no DOI-Codi/SP levando sacolas com roupas e objetos de uso pessoal. O material foi aceito por um carcereiro, que admitiu que eles estavam presos ali. Em carta ao general Golbery do Couto e Silva, Elzita e Risoleta declaram ter certeza de que eles estavam no local “porque o carcereiro, ao receber o nome de Fernando Augusto de Santa Cruz, completou-o, acrescentando o último sobrenome, Oliveira, sem que lhe fosse fornecido”. Essa informação, porém, foi negada quando elas voltaram no dia seguinte para visitar os filhos e receberam de volta as sacolas.

O desaparecimento de ambos foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, ao Tribunal Bertrand Russel e à Câmara dos Deputados. Em 07 de agosto de 1974, Risoleta e Elzita participaram, com outros familiares de desaparecidos, de uma audiência com o general Golbery do Couto e Silva. Nenhuma resposta foi dada. Seis meses depois, em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça Armando Falcão fez um pronunciamento dizendo que todos os desaparecidos estariam foragidos.

No arquivo do DOPS/SP, na ficha de Fernando consta: “Nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, preso no RJ em 23/02/74”. O relatório do Exército de 1993 contém apenas a qualificação de Fernando e sua militância na APML e o Ministério da Marinha informa que “foi preso no RJ em 23/02/74, sendo dado como desaparecido a partir de então”. O Ministério da Aeronáutica informa que Eduardo e Fernando são citados na imprensa como mortos ou desaparecidos, mas que não há dados que comprovem a versão.

Na edição de 24 de março de 2004 da revista *IstoÉ*, o sargento Marival Chaves do Canto, que trabalhou no DOI-Codi e acompanhou as principais ações do CIE, informa que Eduardo e Fernando foram mortos em uma megaoperação realizada para liquidar os militantes das várias tendências da Ação Popular (AP), como a APML.

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA (1944-1971)

Natural de Sumé, na Paraíba, estudante de Direito e militante do PCB, Francisco foi sargento da PM em seu Estado de origem, trabalhou no Banco do Nordeste e, depois, na Embratel do Rio de Janeiro. Em agosto de 1971, ocorreu um incêndio nas instalações daquela empresa estatal, dirigida na época por um militar, e Francisco passou a ser o principal suspeito.

Conforme informações da Polícia Federal,

Francisco das Chagas Pereira, ex-funcionário da Embratel, no antigo Estado da Guanabara, suspeito de distribuir, naquela empresa, material impresso de cunho subversivo e contrário à administração da



mesma, tornou-se o maior suspeito de ter ateado fogo, em 06/08/1971, em material de expediente da Embratel. [...] Fugiu do pessoal da segurança interna da empresa, que fez busca em sua residência e nada mais encontrou. Depois disso jamais voltou a trabalhar, deixando de frequentar as aulas na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas.

Quando deliberou sobre o requerimento, como este caso não constava anteriormente em nenhuma lista ou dossiê organizado por familiares e entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos, a CEMDP apoiou-se na informação de que o último contato feito por Francisco com a família foi por meio de carta, pedindo que fosse queimada toda a sua correspondência, por temer a ação da repressão militar contra ele e seus familiares. Seu irmão informou sobre o vínculo de Francisco com o PCB. Assim, segundo o relator do processo na Comissão Especial, “a documentação constante dos autos efetivamente demonstra a sua participação e acusação de ter participado em atividades políticas, tendo desaparecido, sem que dele a família tenha obtido qualquer notícia, nem atestado de óbito”.

HAMILTON PEREIRA DAMASCENO (1948-1972)

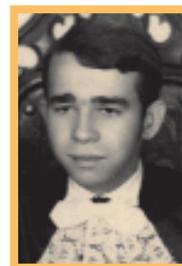
Natural de Miracema, Rio de Janeiro, o técnico em laticínios Hamilton trabalhava na Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL). Seu irmão, João Pereira Damasceno, conta que tomou conhecimento da sua militância política no final de 1971, quando Hamilton esteve pela última vez em sua cidade natal, situada na divisa com Minas Gerais.

Os dois ainda se encontrariam em janeiro de 1972, na pensão onde Hamilton morava no Rio de Janeiro. De acordo com João, o irmão estava apreensivo e disse que “sumiria” por uns tempos, pois sentia o cerco se fechando, pedindo que se a mãe perguntasse por ele, dissesse que estava bem. A mãe, angustiada com a falta de notícias, dirigiu-se à referida pensão e soube que, logo após a visita de João, policiais à paisana estiveram à procura de Hamilton e, como não o encontraram, levaram toda a sua bagagem. Nunca mais tiveram notícias dele.

Hamilton nunca constou nas listas oficiais de mortos e desaparecidos políticos. Em 1979, ao organizar sua lista, o Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro tinha apenas uma foto dele e a anotação do local onde trabalhava e de que desaparecera em 1972.

Jorge Joaquim da Silva, funcionário da CCPL preso no Rio de Janeiro em 1972, conhecera Hamilton em 1970, na ALN. Jorge foi preso em 02 de fevereiro de 1972 ao sair de casa, acusado de envolvimento num assalto que militantes da ALN realizaram à CCPL. Depois de solto, ao retornar ao lugar onde morava, uma vizinha que presenciara sua prisão contou que, logo após ter sido levado, fora retirado de outro carro um rapaz moreno, baixo, de cabelo preto e liso, que estava envolto em uma lona verde. Algemado, fora espancado e chutado em plena rua. Jorge teve certeza de que se tratava de Hamilton, a única pessoa que conhecia seu endereço.

Pedro Batalha, também funcionário da CCPL, testemunhou que conheceu Hamilton em 1970, passando a militar na ALN a seu convite. Não há qualquer referência ao nome de Hamilton em todos os processos judiciais sobre o assalto àquela empresa.



HELENY FERREIRA TELLES GUARIBA (1941-1971)



Paulista de Bebedouro, Heleny foi casada com Ulisses Telles Guariba, professor de História na USP, de quem tinha sido colega na universidade. Tiveram dois filhos. Ela se especializou em cultura grega, trabalhou em teatro e deu aulas na Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD). Em 1965, recebeu uma bolsa para estudar teatro na Europa, onde fez inúmeros cursos na França e na Alemanha, estudou Brecht e estagiou como assistente de direção. Voltou ao Brasil, em 1967, e foi contratada pela Prefeitura de Santo André para dirigir o grupo teatral da cidade. Após o AI-5, esse trabalho foi interrompido, e Heleny foi trabalhar na Aliança Francesa.

Em 1970, foi presa em Poços de Caldas (MG) por sua militância na VPR. Foi torturada na Operação Bandeirantes (DOI-Codi/SP) pelos capitães Albernaz e Homero. Ficou internada no Hospital Militar durante dois dias, por causa da hemorragia provocada pelos espancamentos. Foi transferida para o Dops/SP e, depois, para o Presídio Tiradentes. Solta em abril de 1971, preparava-se para deixar o país. Porém, três meses depois, em 12 de julho de 1971, foi presa pela segunda vez, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-Codi/RJ. Heleny estava em companhia de Paulo de Tarso Celestino da Silva, que também foi detido.

A partir daí, as notícias sobre ela tornam-se esparsas e pouco coincidentes. Um brigadeiro chegou a confidenciar a uma amiga de parentes de Heleny ter visto o nome dela numa lista de presos da Aeronáutica. Já Inês Etienne Romeu testemunhou que, durante o período em que esteve sequestrada na “Casa da Morte”, em Petrópolis, no mês de julho de 1971, viu uma moça que julgava ser Heleny, que estava junto a Paulo de Tarso e outro prisioneiro. Segundo seu depoimento, Heleny teria sido torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina.

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos. Heleny pode ser um deles.

HIRAN DE LIMA PEREIRA (1913-1975)



Nascido em Caicó, no sertão do Seridó, Rio Grande do Norte, Hiran trabalhou como jornalista e também como ator, no grupo profissional Teatro Popular do Nordeste. Foi preso pela primeira vez no Rio de Janeiro, após a insurreição dirigida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, permanecendo cerca de um ano na prisão. Dez anos mais tarde, com a derrubada do Estado Novo, foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista no Rio Grande do Norte.

Mudou-se para Recife, em 1949, passando a atuar como redator do jornal *Folha do Povo*, órgão oficial do partido. Em agosto de 1961, durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, foi sequestrado por agentes do IV Exército juntamente com outros dirigentes comunistas, desaparecendo por dez dias até ser levado para a ilha de Fernando de Noronha. Após o golpe de 1964, permaneceu em Recife até 1966, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e, depois, para São Paulo. Teve os seus direitos políticos cassados em 20 de fevereiro de 1967. Até 1975, participou das ações do PCB na clandestinidade. O último contato com a família ocorreu no início desse ano.

Ele chegou a marcar encontros nos dias 13, 15 e 17 de janeiro de 1975, mas não compareceu a nenhum deles. Sua esposa foi presa no dia 15 de janeiro daquele ano e permaneceu no DOI-Codi, em São Paulo, sendo torturada por três dias. Pela forma como foi conduzido o interrogatório, a esposa chegou à conclusão de que Hiran fora morto na mesma ocasião. Célia conta que chegou a vislumbrar, entre as pessoas conduzidas às sessões de torturas, um homem encapuzado com características físicas que lhe pareceram ser de Hiran. Cerca de um mês depois, duas filhas de Hiran, Zodja e Sacha, foram presas e interrogadas encapuzadas no DOI-Codi.

Em 06 de março de 1975, os advogados Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach e José Carlos Dias entraram com petição na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar tentando localizar seu paradeiro. A esposa Célia escreveu carta-denúncia, no dia 12 do mesmo mês, apelando à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo que ajudasse a encontrá-lo.

Em 20 de setembro de 1976, Hiran foi julgado à revelia pela 2ª Auditoria da Marinha. O relatório do Exército, de 1993, menciona apenas que, em 1991, uma reportagem no *Jornal do Brasil*, após a abertura dos arquivos do Dops/PE, informava que no seu prontuário havia um extrato bancário do dia 28 de janeiro de 1975, que seria a data de sua morte. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, alude à sua prisão por agentes de segurança em abril de 1975.

Um documento encontrado no Dops/RJ, em 1992, identificado como DI/DGIE do RJ, datado de 07 de dezembro de 1979, informa que Hiran teria sido preso em 15 de janeiro de 1975, estando desaparecido a partir de 26 de junho de 1976, conforme publica um manifesto do MDB. Nos arquivos secretos do Dops do Paraná foi encontrada uma ficha com o nome de Hiran na gaveta que continha 17 nomes sob a identificação “falecidos”.

O ex-agente do DOI-Codi/SP, Marival Chaves, em matéria da revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992, cita explicitamente Hiran de Lima Pereira entre os membros do Comitê Central do PCB que teriam sido mortos pelo DOI-Codi e jogados na represa de Avaré, interior de São Paulo.

HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES (1947-1973)

Goiiano de Itaberai, Honestino mudou-se com a família para Brasília em 1960. Presidente da UNE, após a prisão de Jean Marc Van der Weid, foi preso pela primeira vez em 1966 e, novamente, no primeiro semestre de 1968. Cursava Geologia e presidia a Feub (Federação dos Estudantes Universitários de Brasília). Em 29 de agosto de 1966, a invasão policial do campus da UNB teve como um de seus objetivos localizar Honestino, que foi preso enquanto os estudantes queimaram viaturas policiais, ocorrendo detenções em massa. Depois de solto, passou a viver na clandestinidade.

Três dias antes da edição do AI-5, Honestino deixou Brasília e se escondeu em Goiânia. Sua mãe relatou que, naquele período, sua casa chegou a ser invadida mais de dez vezes por agentes policiais e que Norton, o irmão mais novo de Honestino, foi preso para revelar seu paradeiro. Na luta para soltar Norton, o pai de Honestino ficou três noites sem dormir e, como consequência, dormiu ao volante no trânsito, morrendo em 17 de dezembro de 1968.

Honestino morou em São Paulo entre 1969 e 1972, atuando como dirigente da UNE e militante da AP. Discordou da incorporação de sua organização ao PCdoB e militou na APML. No final de 1972,



transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi preso pelo Cenimar em 10 de outubro de 1973. Sua mãe o procurou por todas as unidades de segurança e chegou a obter a promessa de que poderia visitá-lo, no PIC de Brasília no Natal daquele ano, o que se comprovou ser mais um engodo.

Antes de ser preso, ele escreveu a mensagem pública “*Mandado de Segurança Popular*”, denunciando que os órgãos de segurança do regime militar já tinham mandado recados de que seria morto se localizado:

A minha situação atual é de uma vida na clandestinidade forçada há quase cinco anos. Neste tempo soufrí vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição de que sou objeto. Nada menos de 25 anos em cinco processos. [...] Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzida a Justiça em nosso País. É certo que a Justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. [...] Depois, a brutalidade das prisões e as maiores violências nas fases dos interrogatórios onde as confissões, forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes como resultado. [...] Daí o porquê de não me entregar. Não reconheço nem posso reconhecer como ‘justiça’ o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo mundo.

Em Salvador, em 1979, os 10 mil estudantes universitários que se reuniram no congresso de reconstrução da UNE enfeitaram o ambiente com um gigantesco painel estampando o rosto de Honestino, e deixaram na mesa que presidiu o evento uma cadeira vazia em sua homenagem. Ao longo dos anos diversas outras homenagens têm sido prestadas em sua memória. Por exemplo, em 15 de dezembro de 2006, foi inaugurado, ao lado da catedral de Brasília, o majestoso edifício do Museu Nacional Honestino Guimarães, cujo projeto foi executado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, entre eles Honestino.

IEDA SANTOS DELGADO (1945-1974)



Carioca e afrodescendente, Ieda era advogada e funcionária do Ministério de Minas e Energia. Embora militante da ALN, conseguiu manter a vida em completa legalidade até ser presa. Sua atuação política tivera início entre 1967 e 1968, em Brasília, quando estudava Direito na UnB e participava discretamente das mobilizações estudantis que marcaram o período. Formou-se em 1969 e falava francês, italiano, inglês e espanhol.

Em 1974, Ieda viajou para São Paulo durante os feriados da Semana Santa, no dia 11 de abril, para buscar passaportes para um casal de militantes da ALN que precisava deixar o país. Não retornou ao Rio de Janeiro. Por telefonema anônimo, sua família soube que ela tinha sido presa em São Paulo. Sua mãe, Eunice, imediatamente viajou para São Paulo e iniciou uma busca desesperada pelo paradeiro da filha. Chegou a obter a informação, através de um general seu amigo, de que Ieda estivera presa em Campinas (SP), tendo sido hospitalizada em função das torturas, e também em Piquete (SP), onde permanecera por pouco tempo. Tais informações, oficiosas, nunca foram confirmadas.

Os diversos *habeas corpus* impetrados foram negados. Um mês depois da prisão, Eunice passou a receber cartas de Ieda, o que a deixou ainda mais aflita. Inicialmente, em cinco linhas, em carta postada em Belo Horizonte, Ieda dizia para que a família não se preocupasse, que estava bem. Um mês depois, outra carta, nos mesmos termos, postada do Uruguai. Nessa última, sua letra estava muito tremida. Eunice submeteu a carta a exames grafológicos e constatou que a letra era de Ieda.

Nesse período do regime militar em que o desaparecimento se tornou regra sistemática nos órgãos de segurança, repetiram-se várias vezes episódios como esse em que, além do trauma do desaparecimento, os familiares passaram a ser submetidos a operações de contrainformação e, muitas vezes, foram alvo de chantagem para obtenção de dinheiro em troca de informações que se revelavam inverídicas.

ÍISIS DIAS DE OLIVEIRA (1941-1972)

Paulistana, Ísis estudou piano e artes, além de dominar o inglês, o francês e o espanhol. Trabalhou como secretária bilíngue e, em 1965, iniciou o curso de Ciências Sociais na USP. Em 1967, casou-se com José Luiz Del Royo, da ALN, que se exilou no ano seguinte, e seria eleito senador na Itália em 2006. No período em que estiveram casados, Isis foi conhecida também como Isis de Oliveira Del Royo, nome que figurou nas primeiras listas de desaparecidos políticos. Segundo informações dos órgãos de segurança, ela esteve em Cuba participando de treinamento de guerrilha em 1969. Retornou clandestinamente ao Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1970.

Militante da ALN, Ísis foi presa pelo DOI-Codi/RJ no dia 30 de janeiro de 1972 com Paulo César Botelho Massa, que residia na mesma casa que ela. No dia 4 de fevereiro, Aurora Maria Nascimento Furtado, que havia sido sua colega na USP e militava na mesma organização, telefonou a Edmundo, pai de Ísis, avisando da prisão da amiga. “ela corre perigo, tratem de localizá-la”, disse-lhes. Foi o que tentaram: impetraram cinco *habeas corpus*, todos negados.

Foram a unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica do Rio de Janeiro e São Paulo, vasculharam arquivos dos cemitérios do Rio de Janeiro, Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, São Gonçalo, escreveram a autoridades civis e religiosas. Felícia, mãe de Ísis, relata:

[...] Ísis foi morar no Rio de Janeiro. A princípio vinha, sempre, visitar-nos em São Paulo. Outras vezes, nós a encontrávamos no Rio, em lugares pré-combinados. Um dia, ao despedir-se ela disse: - Mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará notícias para vocês. Eu fiquei muito nervosa com essa informação. No dia seguinte, conforme havíamos combinado, eu fui ao seu encontro. Esperei por várias horas, Ísis não apareceu. Nunca mais a vi. Em 22 de novembro de 1971 Ísis fez um telefonema para a casa de um vizinho, chamando-me. Disse não ter sido possível ir ao meu encontro, conforme havíamos combinado, mas que tudo estava bem com ela. Foi a última vez que ouvi sua voz [...].

Oficiosamente, Felícia e Edmundo souberam que Ísis esteve nos DOI-Codi do Rio de Janeiro e de São Paulo, que esteve hospitalizada com uma crise renal e que passou pela base aérea de Cumbica, pelo Cenimar e pelo Campo dos Afonsos. No dia 13 de abril de 1972, a assistente social Maria do Carmo de Oliveira, lotada no Hospital da Marinha, no Rio, informou-lhes que Ísis estava presa na Ilha das Flores, o que foi reputado como um “lamentável engano” por um coronel do I Exército. Os órgãos de segurança do regime militar acusavam-na de participação em ações armadas, inclusive do assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, que resultou na morte de três vigilantes de segurança.



Em matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, de 28 de janeiro de 1979, um general de destacada posição dentro dos órgãos de repressão confirmou a morte de Ísis e de outros desaparecidos. Sua ficha foi encontrada no Arquivo do DOPS do Paraná, em uma gaveta com a identificação “falecidos”. Já o ex-médico Amílcar Lobo, que servia ao DOI-Codi/RJ, reconheceu a foto de Ísis, identificando-a como um dos presos que lá atendera, sem precisar a data, numa entrevista publicada pela *IstoÉ* de 8 de abril de 1987. Foram esses os sinais mais concretos obtidos em todos esses anos de busca.

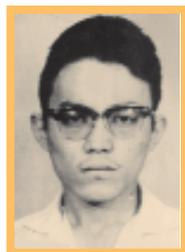
Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, incluindo Ísis nessa lista.

ISRAEL TAVARES ROQUE (1929-1964/1967)

Baiano de Nazaré, Israel foi preso pela primeira vez em 31 de julho de 1953, quando trabalhava no jornal *O Momento*, órgão do PCB na Bahia. Em 15 de novembro de 1964, segundo seu irmão Peres, Israel teria sido detido por um policial baiano, que já o havia prendido antes em Salvador, e mais quatro agentes, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e conduzido a uma delegacia que funcionava na estação. Peres o procurou lá, mas disseram que Israel não se encontrava naquela delegacia. Depois disso, nunca mais foi visto.

No Arquivo Público do Rio de Janeiro, onde estão as fichas do extinto DOPS, foram encontrados documentos referentes a ele: um relatório de 18 de maio de 1955, expedido pela polícia pernambucana, afirmando que Israel era um dos principais dirigentes comunistas do Comitê Municipal de Salvador; documento com data de 13 de setembro de 1957, fazendo referência ao relatório de 18 de maio de 1955, da polícia pernambucana. E, por último, documento de 23 de fevereiro de 1958, que afirmava a existência de um relatório de janeiro de 1957, da polícia de Pernambuco, sobre o militante comunista e membro dirigente do Comitê Municipal de Salvador.

Os documentos mostram que Israel continuou trabalhando no jornal *O Momento* e militando no PCB, vigiado pela polícia política. Levaram-se em consideração as declarações de algumas pessoas para comprovar a militância de Israel no PCB depois de 1953. O depoimento de um capitão de fragata informa ainda que, na época, a pedido de um amigo que era colega de Peres, buscou informações sobre Israel e ele não teria sido preso pela Marinha, Exército ou Aeronáutica, e sim pela polícia política da Bahia, que informou ao DOPS do Rio que faria uma diligência no Estado para prendê-lo. Esse depoente dá como data da prisão “2º semestre de 1967”.



ISSAMI NAKAMURA OKANO

Nascido em Cravinhos, no interior paulista, em 23 de novembro de 1945, Issami morava em São Paulo e cursava Química na USP quando começou a participar do movimento estudantil. Foi preso pela primeira vez em setembro/outubro de 1969, sendo torturado e indiciado em inquéritos sobre a ALN, da qual era militante, e também sobre a VAR Palmares, por manter relações pessoais e políticas com alguns de seus integrantes. Foi condenado a dois anos de reclusão pela Auditoria de Guerra da 2ª CJM de São Paulo e cumpriu a pena em São Paulo, no Presídio Tiradentes.

Solto em outubro de 1971, foi novamente preso em 14 de maio de 1974, por agentes do DOI-Codi/SP, em sua casa, e a partir de então desapareceu. É sabido que sua prisão foi consequência do trabalho de infiltração do médico João Henrique Carvalho, conhecido como “Jota”

Na entrevista concedida à revista *Veja* de 18 de novembro de 1992, o ex-agente do DOI-Codi/SP Marival Dias Chaves do Canto tornou pública a informação inédita de que Issami fora preso em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro, possivelmente para a casa de Petrópolis, que o jornalista Elio Gaspari relata ser conhecida no círculo dos órgãos de segurança como “Codão”.

Issami foi julgado também em outro processo, sendo absolvido em 11 de fevereiro de 1974. No dia 07 de fevereiro de 1975, o ministro da Justiça, Armando Falcão, informou à Nação que Issami tinha sido preso, processado e estava foragido. Essa afirmação foi contestada pelo advogado Idibal Piveta, que denunciou que Issami fora preso pelos órgãos de repressão, quando saía de casa, no bairro de Pinheiros, na capital paulista. Segundo o advogado, “ele foi condenado, recorreu da sentença, cumpriu pena, foi solto, voltou a estudar e trabalhar para, então, ser sequestrado”. O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, informa que Issami teria “desaparecido em 14/05/1974, quando se dirigia de casa para o trabalho”.

ITAIR JOSÉ VELOSO (1930-1975)

O operário afrodescendente Itair José Veloso nasceu na pequena cidade mineira de Faria Lemos, bem na divisa tríplice com o Rio de Janeiro e Espírito Santo. Trabalhou como montador de calçados e apontador de obras, profissão esta em que se tornaria importante sindicalista. Seu engajamento político remonta a 1953, período em que passou a integrar a Juventude do Partido Comunista.

Durante o governo João Goulart, Itair chegou a liderar uma delegação sindical brasileira que viajou para um encontro internacional de sindicalistas em Moscou. Após abril de 1964, sofreu perseguições e teve sua residência invadida pelo Dops de Niterói e saqueada pelos agentes policiais. Passou a ser processado pela Justiça Militar, o que o obrigou à militância política clandestina.

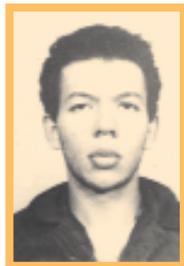
O pouco que se sabe a respeito do desaparecimento de Itair é que, no dia 25 de maio de 1975, às 7h30, ele saiu de casa para encontrar companheiros do PCB e disse à sua mulher que voltaria ao meio-dia, para ir ao médico com ela. Desde então está desaparecido.

O relatório do Ministério da Marinha registra a respeito de seu caso: “set/75 – está preso e sendo processado por atividades subversivas do PCB”. Em entrevista à revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992, o sargento Marival Chaves afirmou que Itair foi preso por agentes do DOI-Codi/SP, no Rio de Janeiro, durante a Operação Radar, acusado de integrar o Comitê Central do PCB. Morreu de choque térmico, sob tortura, imerso em água gelada, numa casa de Itapevi, na Grande São Paulo. Seu corpo sem vida teria sido jogado da ponte de um rio, nas imediações de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo.

Como no caso dos demais desaparecidos políticos, a esposa de Itair, Ivanilda Veloso, sustentou uma longa peregrinação buscando denunciar a prisão de seu marido, recorrendo à CNBB, a Dom Eugênio Sales, aos advogados Modesto da Silveira e Heleno Fragoso e a todas as instâncias possíveis, sem resultado.



IVAN MOTA DIAS (1942-1971)



Natural de Passa Quatro, o mineiro Ivan veio de uma família presbiteriana, cursou História na Universidade Federal Fluminense e militava no movimento estudantil. Foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP) e, depois de solto, teve prisão preventiva decretada, passando a viver na clandestinidade.

Era militante da VPR, e documentos dos órgãos de segurança o acusam de participação em várias ações armadas, no Rio de Janeiro, pelas quais foi processado e julgado à revelia em diferentes auditorias militares, inclusive do sequestro do embaixador suíço no Brasil, em dezembro 1970, quatro meses antes de sua prisão e desaparecimento.

Sua prisão ocorreu no dia 15 de maio de 1971, no bairro carioca de Laranjeiras, por agentes do CISA. Alex Polari de Alverga, preso na Base Aérea do Galeão, declarou ter ouvido o serviço de alto-falante da base anunciar a prisão de Ivan, conhecido como “Comandante Cabanos”. Inês Itienne Romeu, sequestrada na “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), declara que o carcereiro lhe afirmou que Ivan iria ser preso e, posteriormente, que tinha sido morto.

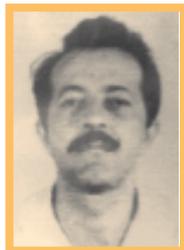
Informados no mesmo dia, por telefonema anônimo, a respeito da prisão do filho, seus pais foram ao Rio de Janeiro para tentar localizá-lo em alguma dependência dos órgãos de segurança. Foram ao DOI-Codi, ao I Exército, à Aeronáutica, ao Dops, ao Exército em São Paulo e Belo Horizonte. Um *habeas corpus* requerido em 22 de junho foi negado. Recorreram à Igreja Presbiteriana, à Igreja Católica, ao Conselho Mundial de Igrejas. Tiveram ajuda do deputado Lysâneas Maciel e também do advogado Marcelo Cerqueira.

A mãe de Ivan, Nair Mota Dias, descreveu, em 1978, suas buscas e angústias, em depoimento publicado no livro de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa:

Como é que some uma pessoa assim e ninguém viu? Ninguém sabe de nada? [...] Quando o general Geisel assumiu, que eu escrevi uma carta para o Lysâneas [...] dizendo que não queria que soltassem meu filho, não; se ele tinha errado, eu queria que ele aparecesse e fosse julgado pelas leis do país. Mesmo pelas leis de exceção. Só queria isso: que ele aparecesse. Aí iria a julgamento. A gente poria um advogado e íamos ver. Mesmo morto, tinha que aparecer o corpo. Alguém tinha de assumir a responsabilidade. O que não podia era uma pessoa sumir de repente e ninguém saber de nada, ninguém se responsabilizar.

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, Ivan Mota Dias entre eles.

JAYME AMORIM DE MIRANDA (1926-1975)



Nascido em Maceió (AL), jornalista e advogado, Jayme Amorim era membro do Comitê Central do PCB. Como dirigente comunista, Jayme esteve na União Soviética várias vezes e chegou a ter uma conversa direta com Mao Tsé-Tung, em Pequim, a respeito do conflito sino-soviético.

Como era poliglota, vivendo como se fosse exilado em seu próprio país, Jayme traduzia clandestinamente textos para jornais importantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, ganhando assim uma parte do sustento da família.

Em meados de 1973, foi enviado à União Soviética para tratamento de saúde, de onde retornou pouco antes de ser preso e desaparecer. Nessa época, devido às várias prisões ocorridas no alto comando do PCB, o partido já decidira pela sua saída definitiva do país. No entanto, em 04 de fevereiro de 1975, Miranda deixou sua casa no bairro do Catumbi, Rio de Janeiro, beijou o pai e irmã, que tinham vindo de Maceió para visitá-lo, e nunca mais foi visto.

Jayme foi julgado à revelia na 2ª Auditoria da Marinha em setembro de 1978. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa apenas que Jayme “esteve em Moscou e seu nome aparece numa lista de brasileiros que passaram pelo aeroporto de Orly, em Paris, com destino aos países do leste europeu, em 1974.” Já o relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, registra que, com data de agosto de 1979, “figurou em uma relação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro [de] cassados pelo AI 1, 2 e 5 e desaparecido depois de ter sido preso (Relação s/n de 20/08/79 - CAM-DEP)”.

O jornalista Elio Gaspari registra, em *A ditadura encurralada*, que Jayme teria sido visto no DOPS de São Paulo e que foi assassinado no aparelho do CIE em Itapevi. Versão semelhante é sustentada pelo ex-agente do DOI-Codi/SP Marival Chaves, na entrevista que concedeu à revista *Veja* de 18 de novembro de 1992. Indagado sobre os presos mortos jogados no rio Avaré, afirmou:

Um é Jayme Amorim de Miranda, também preso na Operação Radar, numa das incursões do DOI-Codi de São Paulo ao Rio. Foi transferido para Itapevi. Seu irmão Nilson Miranda, que era secretário-geral do PCB de Porto Alegre, estava preso no Ipiranga. Um não sabia onde estava o outro. O Nilson sobreviveu.

Segundo outro irmão de Jayme, o jornalista Haroldo Amorim de Miranda, em entrevista para o livro *Desaparecidos Políticos*, organizado por Reinaldo Lapa e Ronaldo Cabral, ele “teria sido jogado de um avião militar a 200 milhas da costa, no Oceano Atlântico”.

JOÃO ALFREDO DIAS (1932-1964)

Nascido em Sapé, na Paraíba, João Alfredo era sapateiro e camponês, militante do PCB. Foi o organizador das Ligas Camponesas de sua cidade natal. Antes de 1964, esteve preso em várias ocasiões devido a seu trabalho político com os camponeses.

Nas eleições municipais de 1963, foi eleito vereador em Sapé, com mais de 03 mil votos, sendo na ocasião um dos mais votados. Logo após o golpe que depôs o presidente Goulart, João Alfredo foi preso, torturado e ficou detido até setembro de 1964, quando desapareceu.

Conforme denúncia de Marcio Moreira Alves no livro *Torturas e Torturados*, João Alfredo desapareceu junto com Pedro Inácio de Araújo, em setembro de 1964, no 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa (PB), onde foram torturados. Tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que liga João Pessoa a Caruaru, e, de acordo com testemunhas, seriam deles.

Os nomes de João Alfredo e Pedro Inácio estavam inclusos entre os 136 da lista anexa à Lei nº 9.140/95, sendo, portanto, automaticamente reconhecidos, sem necessidade de escolha de relator ou realização de diligências pela CEMDP. A história da vida de João Alfredo, assim como a do líder rural João Pedro Teixeira e de outros camponeses, está retratada no filme *Cabra marcado para morrer*, dirigido por Eduardo Coutinho.

JOÃO BATISTA RITA (1948-1974)



Catarinense de Braço do Norte, João Batista viveu em Criciúma (SC) e mais tarde em Porto Alegre, onde começou sua militância política. Trabalhava em um escritório de advocacia e participou das mobilizações estudantis de 1968. Por sua estatura miúda, seu sobrenome lhe rendeu o apelido de Ritinha.

Integrado à organização M3G (de Marighella, Marx, Mao e Guevara), foi preso em 10 de abril de 1970, poucos dias depois da tentativa frustrada de sequestro do cônsul americano no Rio Grande do Sul pela VPR, sendo muito torturado. De acordo com documentos dos órgãos de segurança, João Batista participou de pelo menos três ações armadas realizadas por esse grupo em Porto Alegre, Viamão e Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul. Banido do país em janeiro de 1971, quando do sequestro do embaixador suíço, viveu algum tempo no Chile e, depois, na Argentina.

Junto com Joaquim Pires Cerveira, foi sequestrado em dezembro de 1973 por policiais brasileiros, entre os quais estaria o delegado Sérgio Paranhos Fleury, como parte da Operação Mercúrio, que tinha por objetivo eliminar todos os banidos que tentassem voltar ao Brasil. Ambos foram vistos por presos políticos no DOI-Codi/RJ, quando chegaram trazidos por uma ambulância. Segundo as testemunhas, estavam amarrados juntos, em posição fetal, com os rostos inchados e a cabeça banhada em sangue. O desaparecimento deu-se a partir de 12 ou 13 de janeiro de 1974.

A nota emitida em 06 de fevereiro de 1975 pelo ministro da Justiça Armando Falcão, a respeito dos desaparecidos políticos, mencionou apenas que João Batista havia sido banido do país. Jornais relataram que ele

preparava os documentos para sua ida à Itália, quando os órgãos de repressão do Brasil, articulados pelo capitão do Exército, Diniz Reis, o sequestraram. A ação foi desenvolvida por um grupo de indivíduos falando português que o colocaram à força dentro de um automóvel, na presença de numerosas pessoas.

Levado para o Rio de Janeiro, desapareceu no Quartel da Polícia do Exército. Foi visto pela última vez, por outros presos políticos, na noite de 13 de janeiro de 1974.

Leopoldo Paulino, ex-exilado político, escreveu:

No dia 11 de dezembro de 73, foi sequestrado em Buenos Aires o companheiro João Batista Rita, chamado de 'Catarina' por todos nós, exilado que morava conosco no Aparelhão. Com João Batista, foi sequestrado também o major Cerveira, exilado político brasileiro, cuja operação foi realizada em Buenos Aires pela polícia brasileira, com o aval dos órgãos de segurança do Governo argentino. Os dois companheiros foram vistos, pela última vez, por alguns presos políticos no DOI-Codi do Rio de Janeiro, já arrebatados pela tortura, nunca mais se conhecendo seu paradeiro.

Neusah Cerveira, filha do oficial desaparecido, descreve com detalhes a prisão dos dois militantes em Buenos Aires:

[...] 05 de dezembro de 1973, o major Joaquim Pires Cerveira, 49 anos [...] encontra João Batista de Rita Pereda, 25 anos, [...] ao meio-dia para tratar de assuntos referentes a documentação, já que ambos estavam radicando-se na Argentina [...]. 18:30, esquina da rua Corrientes, um carro com vários homens simula um atropelamento dos dois e na presença de testemunhas os leva sob protestos. [...] A última notícia que se tem é que ambos chegaram quase mortos numa ambulância vinda da Oban em SP para o DOI-Codi do RJ, na rua Barão de Mesquita, na madrugada do dia 12/13 de janeiro de 1974, segundo testemunhos prestados à ONU.

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, incluindo Cerveira e João Batista Rita.

JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA (1939 – 1975)

Baiano de Salvador, mudou-se para São Paulo e estudou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP. Era considerado excelente poeta e contista. No último ano da faculdade, já integrava a ALN. Seu nome integra o Anexo I da Lei nº 9.140/95, mas a localização dos seus restos mortais se tornou provável apenas em 2010, por meio de esforços da CEMDP.

Preso pelo Dops, no final de janeiro de 1969, foi acusado pelos órgãos de repressão de participar em 10 de agosto de 1968 do assalto a um trem pagador na ferrovia Santos-Jundiaí e de outras operações armadas. Foi indiciado no inquérito policial que apurou a execução do oficial do exército norte-americano Charles Chandler, em 12 de outubro de 1968, embora não tenha sido apontado como participante direto do comando que realizou a ação. Em setembro, com o sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, foi um dos 15 presos políticos libertados e enviados para o México. Transferiu-se para Cuba e recebeu treinamento militar naquele país, onde se alinhou com o grupo dissidente da ALN que gerou o Molipo.

Retornou ao Brasil em 1971, estabelecendo-se numa pequena localidade rural de Pernambuco, São Vicente, distrito de Itapetim, sertão do Pajeú. Raspou totalmente a cabeça e era conhecido como Zé Careca. Tornou-se lavrador, e adquiriu um pequeno sítio. Gostava de caçar e era exímio atirador.

Foi um dos poucos sobreviventes entre os militantes que tentaram construir bases rurais do Molipo, entre 1971 e 1972.

O agricultor José Vital de Siqueira, com 63 anos em 2010, e que parece ter sido um dos amigos mais próximos dele na região, contou que “Zé Careca passou uns cinco ou seis anos aqui. Era muito educado, muito sabido, muito respeitador, gostava de fazer favor, usava um chapéuzão de palha”.

Quando pressentiu que podia ser identificado na região de São Vicente, João Leonardo mudou-se para o interior da Bahia, onde terminaria sendo localizado e morto em junho de 1975, ano em que o Molipo e a ALN já não existiam mais e ele buscava sobreviver e trabalhar.

Num choque com agentes policiais que, ainda hoje, é recoberto por mistério e informações desencontradas, foi executado por agentes da Polícia Militar da Bahia em Palmas de Monte Alto, entre Malhada e Guanambi, no sertão baiano, margem direita do rio São Francisco, divisa entre Bahia e Minas. De acordo com Agostinho Batista de Lima, “os policiais foram à fazenda para matar Zé Careca”. Segundo ele, houve tiroteio.

Missão de consultores das SEDH e da CEMDP esteve por duas vezes na região em 2010. A partir de entrevistas com pessoas que o conheceram, reconstituiu a trajetória de João Leonardo. Localizado em Itapetim pela repressão, evadiu-se com ajuda de amigos moradores da região, indo morar numa fazenda na região de Guanambi, município de Palmas de Monte Alto, sertão baiano. Um mês depois de sua chegada ao local, foi surpreendido na fazenda Caraíbas, onde estava trabalhando como empregado. Um grupo de



policiais comandado por um capitão da PM e vindo de Salvador, um tenente e vários soldados da PM local teriam chegado atirando. João Leonardo e um tenente morreram no tiroteio. A equipe da CEMDP localizou o inquérito criminal, em que João Leonardo é identificado com o nome falso de José Eduardo da Costa Lourenço. O inquérito tem fotos do tenente morto, mas nenhuma foto de João Leonardo. Significativamente, o documento não traz outras informações sobre ele. Apenas informa que seu corpo está enterrado no cemitério de Palmas de Monte Alto. Novas investigações devem ser feitas para tentar localizar seus restos mortais, resgatando-os para entrega à família e realização de funeral digno.

A morte de João Leonardo foi o último episódio a confirmar a existência de uma verdadeira sentença de pena de morte extrajudicial, decretada pelos órgãos de segurança para todos os banidos que retornassem ao Brasil com a intenção de retomar a luta contra o regime.

JOÃO MASSENA MELO (1919-1974)



Pernambucano de Palmares, filho de pai carpinteiro e de mãe costureira, João Massena passou a se interessar por política ainda na adolescência. Começou sua militância entre 1932 e 1933, no Rio de Janeiro, quando trabalhava na Fábrica de Tecidos Nova América. Durante o Estado Novo, esteve preso em Fernando de Noronha, convivendo ali com Agildo Barata e Carlos Marighella.

Sua liderança no meio operário possibilitou se eleger vereador pelo Partido Comunista, em 1947, no Rio de Janeiro. Em 1962 foi eleito deputado estadual. Voltou a ser preso em 1970, sob a acusação de estar reorganizando o então clandestino PCB. Foi torturado e ficou preso entre a Ilha das Flores e a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. Documentos dos órgãos de segurança registram que ele teria feito cursos na União Soviética e recebido várias condenações.

Solto em fevereiro de 1973, permaneceu com a família até viajar para São Paulo, no dia 19 de março, onde foi preso em 03 de abril de 1974, estando desaparecido desde então. Em 20 de abril, sua esposa Ecila recebeu a visita do amigo com quem Massena se hospedava em São Paulo, que levou a ela, além da maleta com roupas e objetos de uso pessoal, a notícia da prisão ocorrida no início do mês. Apesar da intensa busca e dos habeas corpus impetrados, nenhuma informação foi obtida.

Em 25 de abril de 1974, o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Laerte Vieira, denunciou da tribuna o seu desaparecimento, sendo acompanhado pelo deputado opositor pernambucano Marcos Freire. Na entrevista concedida à revista *Veja*, o ex-sargento Marival Chaves, agente do DOI-Codi/SP, afirmou que Massena era um dos oito integrantes do PCB que tiveram seus corpos atirados nas águas do Rio Novo, em Avaré (SP).

O jornalista Elio Gaspari colheu vários depoimentos, em A ditadura derrotada, examinando a possibilidade de existir algum agente infiltrado no PCB naquele período como explicação para os cinco desaparecimentos ocorridos no início do governo Geisel:

No dia 3 de abril, [Walter de Souza] Ribeiro saiu de uma reunião numa casa em cuja vizinhança havia pessoas consertando a fiação de postes. Foi a um 'ponto' conversar com Luís Inácio Maranhão. [...] Também iria a esse encontro João Massena Mello, ex-deputado estadual carioca e veterano agitador sindical do PCB. Pagara três anos de cadeia e estava em liberdade fazia pouco mais de um ano. Sumiram todos. [...] Em 1992 um ex-sargento do Exército, Marival Chaves Dias do Canto, narrou ao repórter Expedito Filho, da revista *Veja*, uma parte de seus sete anos de serviço na máquina de repressão militar

em São Paulo. Segundo ele, Luís Maranhão e João Massena acabaram num cárcere montado numa fazenda da estrada da Granja 20, em Itapevi. Liquidaram-nos com injeções de uma droga destinada a matar cavalos e jogaram seus corpos num rio. [...].

JOAQUIM PIRES CERVEIRA (1923-1974)

Major da Cavalaria do Exército, Cerveira era gaúcho de Pelotas. Formado em Odontologia pela Universidade de Coimbra, também se dedicou ao ensino de Matemática após cursar a Academia Militar de Agulhas Negras. Filiou-se ao Partido Comunista logo após a derrubada do Estado Novo. Engajou-se nas mobilizações nacionalistas dos anos 50 e participou da campanha presidencial do Marechal Lott, em 1955. Passou à reserva pelo primeiro Ato Institucional, de 09 de abril de 1964, em razão de seus vínculos políticos com Leonel Brizola e de seu alinhamento com o chamado nacionalismo revolucionário.

Conforme documentos encontrados nos arquivos secretos do DOPS/SP, Cerveira já tinha sido preso uma vez em 21 de outubro de 1965, sendo encaminhado à 5ª Região Militar. Em 29 de maio de 1967 foi absolvido pelo Conselho Especial de Justiça da 5ª Circunscrição Judiciária Militar da denúncia por crime de subversão. Os órgãos de segurança o acusavam de ter facilitado a fuga da prisão do coronel Jefferson Cardim Osório, que liderou uma tentativa de insurreição popular contra o regime militar no final de março de 1965, nas cidades gaúchas de Três Passos e Tenente Portela.

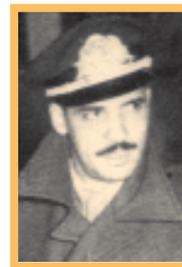
Cerveira foi preso novamente em abril de 1970 pelo DOI-Codi/RJ, onde foi submetido a violentas torturas. Nessa época, liderava uma pequena organização clandestina denominada Frente de Libertação Nacional (FLN), que atuava muito ligada à VPR, tendo participado do levantamento conjunto e preparativos do sequestro do embaixador alemão, que realmente se concretizaria em junho e resultou no seu banimento em seguida.

Joaquim foi uma das vítimas da Operação Mercúrio, que tinha por objetivo eliminar todos os banidos que tentassem voltar ao Brasil. Junto com João Batista Rita, ele foi sequestrado em Buenos Aires em dezembro de 1973, por policiais brasileiros, entre os quais estaria o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Os dois sequestrados foram vistos por presos políticos no DOI-Codi/RJ, quando chegaram trazidos por uma ambulância. Segundo as testemunhas, estavam amarrados juntos, em posição fetal, com os rostos inchados e a cabeça banhada em sangue. O desaparecimento deu-se a partir de 12 ou 13 de janeiro de 1974.

A nota oficial do ministro da Justiça Armando Falcão, de 1975, informou que Cerveira estava banido do país, nada esclarecendo sobre seu paradeiro. Nos arquivos secretos do Dops/PR, seu nome foi encontrado numa gaveta com a identificação de “falecidos”.

Leopoldo Paulino, ex-exilado político, escreveu:

No dia 11 de dezembro de 73, foi sequestrado em Buenos Aires o companheiro João Batista Rita, chamado de ‘Catarina’ por todos nós, exilado que morava conosco no Aparelhão. Com João Batista, foi sequestrado também o major Cerveira, exilado político brasileiro, cuja operação foi realizada em Buenos Aires pela polícia brasileira, com o aval dos órgãos de segurança do governo argentino. Os dois companheiros foram vistos, pela última vez, por alguns presos políticos no DOI-Codi do Rio de Janeiro, já arrebatados pela tortura, nunca mais se conhecendo seu paradeiro.



A morte do Major Cerveira foi confirmada em uma reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 28 de janeiro de 1979, com base em entrevista com um general que participou diretamente do aparelho de repressão política. Sua esposa informou que “no dia 03/01/1974 recebemos um telefonema anônimo avisando que meu marido fora sequestrado em Buenos Aires, junto com outro brasileiro, João Batista Rita, também banido e vindo do Chile pelo mesmo motivo”.

Neusah Cerveira, filha do oficial desaparecido, descreve sua prisão:

[...] 05 de dezembro de 1973, o major Joaquim Pires Cerveira, 49 anos [...] encontra João Batista de Rita Pereda, 25 anos, [...] ao meio-dia para tratar de assuntos referentes a documentação, já que ambos estavam radicando-se na Argentina [...]. 18:30, esquina da rua Corrientes, um carro com vários homens simula um atropelamento dos dois e na presença de testemunhas os leva sob protestos. 23h – Agentes da Repressão Argentina, acompanhados de brasileiros, chegam à casa onde Cerveira residia com uma família de amigos [...]. Os agentes invadem a residência, vasculham tudo, levam pertences pessoais de Cerveira, que dizem estar sendo requerido pelas autoridades de seu país, o Brasil. Vão embora depois de muitas ameaças. 4 horas da manhã – os agentes voltam, desta vez comandados por um brasileiro com uma cicatriz no rosto (mais tarde identificado por fotografia pelas testemunhas como o delegado Sérgio Paranhos Fleury), agridem a família e procedem a nova busca de armas e documentos. Fleury mostra uma foto de Cerveira e diz à família que o mesmo já está detido e será levado para o Brasil. Antes de se retirar, o delegado Fleury deixa de ‘regalo’ para a menina mais jovem da família uma bala de revólver. Os moradores são novamente espancados e ameaçados. A última notícia que se tem é que ambos chegaram quase mortos numa ambulância vinda da Oban em SP para o DOI-Codi do RJ, na rua Barão de Mesquita, na madrugada do dia 12/13 de janeiro de 1974, segundo testemunhos prestados à ONU. No dia 11 de dezembro de 1973, a Associação Gremial dos Advogados da Argentina denunciou o sequestro e protestou contra a violação da soberania nacional argentina. Um advogado da Gremial, o Dr. Rossi, impetrou habeas corpus para o major Cerveira, que resultou inútil.

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, incluindo Cerveira e João Batista Rita.

JOEL JOSÉ DE CARVALHO (1948-1974)



Nascido em Muriaé, Joel José e seus irmãos faziam parte de uma família que, na década de 1950, emigrou de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores condições de vida, deixando para trás a vida camponesa. Chegaram ao ABC paulista no início da instalação da indústria automobilística.

Joel José era operário gráfico. Ele e os irmãos Devanir, Daniel, Derly e Jairo tinham sido militantes do PCB e do PCdoB, de onde saíram para organizar a Ala Vermelha, sendo presos em 1969, quando estava em fundação o MRT, liderado por Devanir. No exílio, Joel José e Daniel ingressaram na VPR. Ambos tinham sido torturados pela Oban, antes de serem transferidos para o presídio Tiradentes, onde permaneceram até serem banidos do Brasil, em troca da libertação do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em dezembro de 1970. Saíram do Chile após o golpe militar de 1973, refugiando-se na Argentina.

Decididos a retornar do exílio para combater o regime militar, Joel, Daniel e outros quatro militantes – Enrique Ernesto Ruggia, José Lavecchia, Vitor Carlos Ramos e Onofre Pinto – entraram

clandestinamente no território nacional, pela região de Foz do Iguaçu, em julho de 1974. Eles foram atraídos para uma cilada e executados no município de Medianeira (PR), no interior da mata do Parque Nacional do Iguaçu.

As circunstâncias dessas mortes foram descritas, em 1993, pelo ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, que atuou no DOI-Codi/SP. Ele confirmou que a operação de Medianeira foi montada por Alberi Vieira dos Santos, um ex-sargento da Brigada Militar gaúcha. Ele teria atuado como agente infiltrado no episódio em que Joel foi executado, convidando os militantes exilados na Argentina a retornar ao Brasil e implantar uma base guerrilheira no Paraná.

Em 2005, o jornalista e ex-exilado Aluizio Palmar lançou o livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, no qual reconstitui os últimos passos desses guerrilheiros. Recebeu em 2001 informações sobre um possível local de sepultamento, o que levou a CEMDP a organizar uma busca em Nova Aurora, no oeste do Paraná, a cargo dos técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense.

Palmar conseguiu descobrir o agente policial que trabalhou com Alberi, de codinome Otávio. Ele foi encarregado de buscar o grupo que saía de Buenos Aires no dia 11 de julho, levando-o para o sítio de Niquinho Leite, parente de Alberi, em Boa Vista do Capanema. Afirma Palmar:

[...]. Durante a viagem, [...] os exilados foram monitorados por agentes do CIE. [...] Para cumprir a ordem de extermínio, um grupo comandado pelo cão de guerra major Sebastião Rodrigues Curió [...] iria esperar no Caminho do Colono, seis quilômetros mato adentro do Parque Nacional do Iguaçu. [...] Ao anoitecer do dia 13, Alberi e Otávio saíram com Daniel, Joel e outros militantes para executar a primeira ação revolucionária. [...] Depois de rodar quase seis quilômetros, [...] ‘Chegamos companheiros’, disse Alberi enquanto descia do veículo. O grupo caminhou um pouco e, de repente, antes de chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. [...] Após o tiroteio, a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina.

Segundo Palmar, os militares limpavam a área, enterrando os corpos numa cova ali mesmo.

Em maio de 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República procedeu uma operação de busca com os especialistas da Equipe Argentina de Antropologia Forense, mas não foi possível encontrar a cova. Os trabalhos foram retomados em 2010, realizaram-se novas escavações em áreas prováveis de sepultamento, sem que os despojos fossem encontrados.

A respeito de Joel, o relatório do Ministério do Exército, de 1993, afirma que “em 1974, fez parte de um grupo de refugiados brasileiros que entraram clandestinamente no País, determinados a desenvolver atividades de guerrilha rural”.

JOEL VASCONCELOS SANTOS (1949-1971)

Baiano de Nazaré das Farinhas, afrodescendente, Joel trabalhou inicialmente como sapateiro e começou, muito jovem, a desenvolver interesse por questões políticas. Em 1966, sua família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde Joel estudou Contabilidade e entrou no movimento estudantil. Quando foi preso, estava vinculado à União da Juventude Patriótica, organizada pelo PCdoB.



Juntamente com Antônio Carlos de Oliveira da Silva, conhecido como Makandal, Joel foi preso nas mediações do Morro do Borel, no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1971, por uma ronda policial que desconfiou serem ambos traficantes de drogas. Por mais de três meses, ambos ficaram detidos e incomunicáveis.

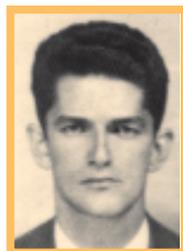
Aos apelos de Elza, mãe de Joel, os agentes da PE e os oficiais do Exército com os quais conseguiu falar primeiro confirmaram a prisão, mais tarde negaram e, depois, informaram que ele já havia sido liberado. Elza apelou a Dom Eugênio Salles, Dom Ivo Lorscheiter, aos jornalistas Sebastião Nery e Evaldo Diniz, ao presidente da OAB, ao senador Danton Jobim, ao deputado Chico Pinto e ao professor Cândido Mendes. Após enviar carta ao Presidente da República, recebeu em sua casa uma visita de agentes do Dops, que a levaram até o gabinete do comandante do I Exército, que prometeu esclarecer o episódio. Mas nada foi informado.

Sobre a prisão, Makandal contou depois que ele e Joel conversavam numa esquina quando passou o carro da polícia. Joel assustou-se e comentou que havia documentos políticos nos pacotes que carregava. Os policiais armados cercaram os dois e revistaram os pacotes. Da Polícia Militar (PM) foram levados à Polícia do Exército (PE), onde Joel permaneceu até seu desaparecimento, sob constantes interrogatórios. Makandal relatou: “[...] Levaram então o Joel para a ‘esticadeira’, com uma pedra amarrada nos testículos. Fiquei apavorado e me trancafiaram numa ‘geladeira’. Depois me pegaram para assistir às torturas de Joel e me fizeram um montão de perguntas”.

Outro preso político, Luiz Artur Torfóbio, em seu depoimento na Auditoria Militar, denunciou que um dos policiais do DOI-Codi/RJ afirmou “que se não confessasse teria o mesmo fim que ‘Joel Moreno’, que foi morto por policiais do DOI do RJ”.

Registros oficiais comprovando a prisão de Joel somente foram localizados em 1991, após a abertura dos arquivos do Dops/RJ, onde foi encontrado documento do Serviço de Informações do Estado Maior da PM/2, do então Estado da Guanabara, datado em 17 de março de 1971, que confirma a prisão de Joel em 15 de março de 1971, descrevendo, inclusive, o material impresso com ele apreendido e, também, seu primeiro depoimento, quando informou o endereço da própria residência. Documentos do DOI-Codi do I Exército de 15 de março de 1971 e de 19 de março de 1971 também trazem declarações de Joel. O relatório da Marinha de 1993 informa que Joel foi “preso em 15/03/1971 e transferido para local ignorado”.

JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA (1938-1970)



Baiano de Salvador, engenheiro eletricitista, trabalhou na Petrobras, na Refinaria de Mataripe, sendo preso em abril de 1964 e, nesse mesmo ano, demitido da empresa estatal. Após ser libertado, trabalhou na Coelba – Companhia de Eletricidade da Bahia.

Membro da AP, foi sequestrado na rua Conde de Bonfim, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 20 de outubro de 1970, por agentes do DOI-Codi/RJ. Levado para aquele destacamento do Exército, foi acareado com o estudante Marco Antônio de Melo, com quem tinha marcado um encontro. Cecília Coimbra, presa no DOI-Codi/RJ naquele momento, viu Jorge sendo levado para interrogatório.

Em 6 de dezembro de 1971, o advogado de Jorge Leal conseguiu a suspensão da audiência de um processo na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, com 63 réus acusados de pertencerem à AP, pelo fato de seu constituinte não ter sido apresentado ao tribunal, mesmo estando preso conforme informações de outros acusados. O Conselho de Justiça decidiu ouvir, então, o depoimento de Marco Antonio de Melo, que confirmou a prisão de Jorge no DOI-Codi. Mesmo assim, o I Exército oficiou à Auditoria da Aeronáutica negando o fato.

Nos arquivos do Dops do Paraná, o nome de Jorge figura numa gaveta com a identificação de “falecidos”. Em 8 de abril de 1987, a revista *IstoÉ*, na matéria “Longe do Ponto Final”, publicou revelações de Amílcar Lobo, médico cassado pelo Conselho Federal de Medicina em 1989 por participar das sessões de tortura, que afirmava ter visto Jorge no DOI-Codi/RJ, sem precisar a data. A morte de Jorge e de mais outros 11 desaparecidos foi confirmada por um general entrevistado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 28 de janeiro de 1979, cujo nome não foi publicado.

JOSÉ CARLOS DA COSTA (? -1973)

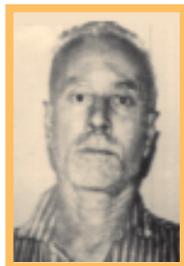
De família humilde, nascido em Estância, Sergipe, sendo sua mãe lavadeira, a vida e a morte deste militante permanecem quase desconhecidas. As únicas informações coletadas nesses anos dão conta de que José Carlos nasceu por volta de 1938 e trabalhou como operário e marceneiro antes de tornar-se um militante da resistência clandestina.

Conhecido como “Baiano”, “Bira” ou “Maneco”, militou na Ala Vermelha antes de se ligar à VAR-Palmares, organização da qual se tornou dirigente nacional em seu período final. Atuou em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. No *site* vinculado a ex-participantes dos órgãos de segurança, de nome Ternuma – Terrorismo Nunca Mais –, é listado como um dos participantes da execução do delegado Octavio Gonçalves Moreira Junior.

A denúncia sobre o seu desaparecimento em Belém (PA), em 2 de dezembro de 1973, foi apresentada em 1980, mas a testemunha nunca mais foi localizada e não quis se identificar por medo de represálias. A informação apresentada era a de que José Carlos teria sido preso pelos órgãos de segurança e levado para uma unidade do Exército na capital paraense. Seu nome nunca constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos* ou de qualquer outra lista, simplesmente porque todos o conheciam apenas pelos apelidos ou codinomes. Nenhum dos sobreviventes da VAR-Palmares, inclusive os que moraram com ele durante muitos anos, sabia dizer como se chamava.

No *Livro negro do terrorismo no Brasil*, divulgado pelo jornalista Lucas Figueiredo em abril de 2007, consta que José Carlos teria participado, em 22 de novembro de 1971, do assalto a um carro pagador, no Rio de Janeiro, em que foi morto um agente de segurança. E, ainda, que também participou do III Congresso da VAR-Palmares, realizado em julho de 1972, na Ilha do Mosqueiro, Belém do Pará, e também teria ferido à bala dois funcionários durante assalto a uma agência bancária no bairro Floresta, em Porto Alegre, em 14 de março de 1973.

JOSÉ LAVECCHIA (1919-1974)



Paulista da capital, Lavecchia era sapateiro de profissão e antigo quadro do PCB. Descontente com o partido, ingressou na VPR quando essa organização foi criada e foi preso na área de treinamento do Vale do Ribeira, em 27 de abril de 1970. Ali cumpria papel de fachada para o sítio comprado pela VPR. Lavecchia testava os couros das botas para os guerrilheiros, desfazendo-as e costurando novamente, para que fossem mais confortáveis e resistentes.

Quando a área foi descoberta pelos órgãos de repressão, permaneceu se deslocando pela mata com outros militantes, até ser preso, dias depois. Foi solto em junho, em troca do embaixador da Alemanha, seguindo para a Argélia e depois para Cuba, onde recebeu treinamento militar. Mesmo com 51 anos, tornou-se uma referência junto aos mais jovens, por sua disciplina e força física. Mais tarde, foi para o Chile e, com o golpe de Pinochet, refugiou-se na Argentina.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa a respeito dele que “em 12 de outubro de 1973 seu nome constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo político na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país, onde passaram a residir”. O relatório da Aeronáutica menciona que é dado como desaparecido na Argentina em 1973, não havendo informações que confirmem tal fato.

Decidido a retornar do exílio para combater o regime militar, Lavecchia entrou com outros cinco militantes – Daniel José de Carvalho, Enrique Ernesto Ruggia, Joel José de Carvalho, Onofre Pinto e Victor Carlos Ramos – clandestinamente no território nacional, pela região de Foz do Iguaçu, em julho de 1974. Eles foram atraídos para uma cilada e executados no município de Medianeira (PR), no interior da mata do Parque Nacional do Iguaçu.

As circunstâncias dessas mortes foram descritas, em 1993, pelo ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, que atuou no DOI-Codi/SP. Ele confirmou que a operação de Medianeira foi montada por Alberi Vieira dos Santos, um ex-sargento da Brigada Militar gaúcha. Esse homem teria atuado como agente infiltrado no episódio em que Lavecchia foi executado, convidando os militantes exilados na Argentina para retornar ao Brasil e implantar uma base guerrilheira no Paraná.

O jornalista e ex-militante Aluizio Palmar afirma em seu livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*:

[...] Durante a viagem, [...] os exilados foram monitorados por agentes do CIE. [...] Ao anoitecer do dia 13, Alberi e Otávio saíram com Daniel, Joel e outros militantes para executar a primeira ação revolucionária. [...] Depois de rodar quase seis quilômetros, [...] ‘Chegamos companheiros’, disse Alberi enquanto descia do veículo. O grupo caminhou um pouco e, de repente, antes de chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. [...] Lavecchia deu um tiro a esmo antes de cair. Após o tiroteio, a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina.

Segundo Palmar, os militares limpavam a área, enterrando os corpos numa cova ali mesmo.

Em maio de 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República procedeu à busca com os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, mas não foi possível encontrar a cova. Os trabalhos foram retomados em 2010, realizaram-se novas escavações em áreas prováveis de sepultamento, sem que os despojos fossem encontrados. Em 1974, Lavecchia tinha 55 anos.

JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA (1943-1975)

Cearense de Itapipoca, afrodescendente, com quase 2 metros de altura, José Montenegro foi membro do Comitê Central do PCB, responsável pela juventude do partido. Morando já no centro do País, manteve vida legal após abril de 1964, mas não deixou de ser perseguido. As dificuldades de trabalho e estudo começaram a aparecer e Monte, como era conhecido, foi obrigado a ir para a clandestinidade. Em especial a partir de 1969, viajou e morou em diversos estados.

Foi preso em 29 de setembro de 1975, no bairro da Bela Vista, São Paulo, por quatro agentes policiais e teve como testemunhas alguns vizinhos. Posteriormente, o jornalista Genivaldo Matias da Silva, que dividiu um apartamento com Montenegro durante algum tempo e também foi sequestrado e torturado no DOI-Codi/SP, assegurou em seu interrogatório perante a Justiça Militar tê-lo visto detido naquela dependência policial-militar. No livro *Brasil Nunca Mais*, há uma informação sobre José: “pesquisador de mercado, foi preso em 29 de setembro de 1975, sendo visto no DOI-Codi, conforme denúncia do deputado Laerte Vieira”. Ainda segundo esse livro, Montenegro, ao ser preso, foi levado diretamente a um sítio clandestino dos órgãos de repressão e daí para frente não se teve mais notícias dele.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que ele “foi preso em 30 de setembro de 1975”. Em *A ditadura encurralada*, Elio Gaspari escreve: “José Montenegro de Lima, encarregado da reconstrução do aparelho gráfico onde se voltaria a imprimir a Voz Operária, foi capturado na Bela Vista. Viram-no no DOI. Transferido para o sítio do CIE na rodovia Castello Branco, assassinaram-no com uma injeção de matar cavalos”.

O ex-agente Marival Chaves do Canto, do DOI-Codi/SP, declarou à revista *Veja* na edição de 18 de novembro de 1992:

O último corpo que sei ter sido jogado da ponte (do rio de Avaré) é o de José Montenegro de Lima. Mas esse é um caso especial. [...] Porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Montenegro recebeu do partido 60.000 dólares para recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou-o com a injeção, e depois foi na sua casa pegar os 60.000 dólares. O dinheiro foi rateado na cúpula do DOI.

JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA (1913-1973)

Natural de Pedro Afonso, no norte de Goiás, hoje Tocantins, José Porfírio foi o líder camponês da legendária mobilização de posseiros em conflito com latifundiários e grileiros de terras, nos anos 1950, na região de Trombas e Formoso, hoje municípios independentes. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro, da AP e do PRT.

A história política de José Porfírio começou em 1949, quando tinha 36 anos e resolveu, juntamente com outros lavradores, deslocar-se de Pedro Afonso e buscar terras melhores, numa região de serras e córregos na margem esquerda do rio Tocantins. Por volta de 1951, foram iniciadas manobras cartoriais de grilagem das terras ocupadas pelos posseiros, que reagiram a todas as tentativas de expulsá-los.

O Partido Comunista foi um importante vetor nessa mobilização e, por volta de 1956, José Porfírio passou a integrar seus quadros. Mais tarde, elegeu-se deputado estadual em Goiás. Cassado por ocasião do golpe militar, voltou para a região de Trombas e Formoso, tentando organizar alguma resistência. Não obteve sucesso. Seus companheiros consideraram mais prudente a atitude de recuo.



Desligou-se, então, do partido e foi viver no sul do Maranhão, onde se vinculou, posteriormente, à AP, ingressando depois na dissidência chamada PRT, ao lado de Padre Alípio de Freitas e do ex-presidente da UNE, Vinicius Caldeira Brandt. Data desse período a prisão de um de seus 18 filhos, Durvalino, que foi torturado para que informasse algo sobre o paradeiro do pai, resultando disso problemas mentais irreversíveis e posterior desaparecimento.

José Porfírio tinha sido preso na Fazenda Rivelião Angelical, povoado de Riachão, no Maranhão, em 1972, e levado para o DOI-Codi de Brasília. Solto no dia 7 de julho de 1973, foi almoçar com sua advogada, Elizabeth Diniz, que depois o levou até a rodoviária de Brasília para embarcar no ônibus para Goiânia. José já tinha a passagem comprada. Depois desse encontro, nunca mais foi visto. Tinha na época 61 anos.

JOSÉ ROMAN (1926-1974)



José Roman nasceu na capital paulista, era filho de espanhóis, operário metalúrgico e, desde 1950, participava ativamente do sindicato e das lutas da categoria junto com sua esposa, Lídia Pratavieira Roman. Tiveram dois filhos. Em 1952, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde passou a atuar no Partido Comunista. Em 1966, a família retornou a São Paulo. Quando de seu desaparecimento, trabalhava como corretor de imóveis num esquema operacional do PCB.

José Roman fora enviado de São Paulo até a cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, para pegar outro militante do PCB, David Capistrano, que voltava ao País. Os dois seguiram viagem no dia 15 de março de 1974. Em 19 de março de 1974, Lídia recebeu um telegrama assinado por José Roman informando que sua viagem para buscar David Capistrano no Uruguai tinha sido bem-sucedida e que estava voltando. Em 21 de março de 1974, José Luiz, filho de José Roman, recebeu um telefonema informando que o pai estava preso e que a família deveria providenciar um advogado. À época, o advogado Aldo Lins e Silva impetrou *habeas corpus*, que foi negado. Lídia registrou queixa sobre o desaparecimento na delegacia policial do Itaim Bibi, em São Paulo, e fez buscas em diversos órgãos de segurança, mas não obteve qualquer informação sobre o paradeiro do marido.

Em fevereiro de 1975, o preso político Samuel Dib, taxista em Uruguaiana, acusado de pertencer ao comitê de fronteira do PCB, prestou declarações ao Dops afirmando que estivera com José Roman e David em março de 1974, em Paso de los Libres, Argentina. Eles teriam entrado no Brasil em um carro Volkswagen, cor gelo, no dia 15 de março; Samuel, no entanto, afirmou que soubera que os dois não haviam chegado a São Paulo.

Segundo declarações do ex-agente Marival Chaves à revista *IstoÉ*, “em 1974, quando trabalhava em São Paulo, ele diz ter visto o coronel Brant chegar ao DOI-Codi com os dirigentes comunistas José Roman e David Capistrano, presos quando tentavam regressar ao Brasil pela fronteira do Uruguai. Segundo ele, ambos foram transferidos para a Casa de Petrópolis, onde morreram assassinados.”

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público Federal determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, inclusive José Roman.

LUIZ ALMEIDA ARAÚJO (1943-1971)

Natural de Anadia, Alagoas, mudou-se para a capital paulista em 1957. Começou a trabalhar aos 14 anos, como *office boy*. Participava do movimento estudantil e foi preso pela primeira vez em 1964, sendo torturado. Naquele mesmo ano, viajou ao Chile e foi novamente preso ao retornar. Em 1966, iniciou o curso de Ciências Sociais na PUC/SP. Em 1967, foi preso novamente, quando iniciava sua ligação com a ala dissidente do PCB, liderada por Carlos Marighella.

Entre 1966 e 1968, ao mesmo tempo em que aprofundava a militância política, como apoiador da ALN, engajou-se em atividades artístico-culturais. Fez parte da Escola de Teatro Leopoldo Fróes.

Por ter emprestado seu carro para uma ação do grupo Marighella, Luiz foi identificado e novamente preso. Libertado, viajou para Cuba, via URSS, e, ao voltar ao Brasil, em dezembro de 1970, engajou-se na resistência armada.

Desapareceu no dia 24 de junho de 1971, quando se deslocava pela avenida Angélica, em São Paulo. Luiz dirigia o mesmo carro que havia levado, pouco antes, Paulo de Tarso Celestino da Silva, da direção nacional da ALN, a um encontro com o agente infiltrado Cabo Anselmo. Paulo de Tarso, que seria preso e desapareceria no mês seguinte, foi a última pessoa a vê-lo vivo. Durante os meses de junho e julho daquele ano, várias pessoas amigas de Luiz e da família foram presas, interrogadas ou molestadas pela polícia. Um deles chegou a contar a sua mãe, Maria José, que ouviu seus gritos durante horas na Oban (DOI-Codi/SP). Quando Luiz desapareceu, sua companheira Josephina Vargas Hernandez estava grávida e encontrava-se fora do País. Ele morreu sem conhecer a filha, Alina.

Três dias após a prisão, a família foi avisada por um telefonema anônimo. Em seguida, a sua mãe começou a busca. Acompanhada do filho Manoel, ela foi até o DOI-Codi/SP. Manoel foi obrigado a fazer uma declaração de que entregaria o irmão, caso o encontrasse. Depois, ambos foram até o Dops, onde também não conseguiram descobrir nada. Na 2ª Auditoria do Exército, de São Paulo, informaram que Luiz estava foragido, vivendo na clandestinidade. Após inúmeras tentativas, a família procurou diversos advogados, mas sem resultado. Em 29 de novembro de 1973, Luiz foi absolvido em um processo na 2ª Auditoria, por insuficiência de provas.

O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, afirma sobre ele: “AGO/71 - teria sido dado como morto”. Nos arquivos do Dops do Paraná, o nome de Luiz consta numa gaveta com a identificação: “falecidos”. O arquivo do Dops/RJ contém documento do Ministério do Exército, de nº 129 de 02 de agosto de 1971, alguns dias após sua prisão e desaparecimento, enviado ao Dops/RJ e assinado pelo general Frota, contendo a seguinte passagem reveladora de que os órgãos de segurança estiveram na residência de Luiz: “Incumbiu-me o Sr. Ministro informar a V.Exa. que, pela análise realizada no II Ex., de documentação apreendida no aparelho de Luiz Almeida Araújo, vulgo Ruy, terrorista da ALN que se encontra foragido...”

Em Petrópolis (RJ), por solicitação da CEMDP, o Ministério Público Federal determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, entre eles Luis Almeida Araújo.



LUIZ EURICO TEJERA LISBÔA (1948-1972)



O nome de Luiz Eurico Tejera Lisbôa fazia parte da lista anexa à Lei nº 9.140/95 e seu caso tornou-se um divisor de águas na luta dos familiares, por ter sido o primeiro desaparecido político a ter seu corpo encontrado, após uma longa e minuciosa busca de sete anos, em meio a um labirinto de boatos e pistas falsas. Catarinense de Porto União, Luiz Eurico era o mais velho de sete irmãos. Morou em outras cidades daquele estado: Caçador, Tubarão, Itajaí e Florianópolis. Em 1957, a família mudou-se para o Rio Grande do Sul. Em Caxias do Sul, estudou no Colégio Santa Terezinha e no Colégio Nossa Senhora do Carmo. Mudou-se para Porto Alegre, ingressando no Colégio Estadual Júlio de Castilhos – o Julinho, onde começou sua militância política na Juventude Estudantil Católica (JEC). Foi uma das lideranças do Movimento Estudantil secundarista gaúcho, atuando na União Gaúcha dos Estudantes Secundários – UGES.

Em 1969, foi condenado pela LSN a 6 meses de prisão pela tentativa de reabertura de entidade ilegal, no caso o grêmio estudantil do Julinho, que fora fechado pela direção da escola e que ele manteve funcionando numa barraca improvisada em frente ao colégio. Já militando na ALN, passou a viver na clandestinidade.

Foi também membro da direção estadual do PCB até a realização do VI Congresso do partido, quando passou a integrar a dissidência do Rio Grande do Sul. Após o AI-5, organizou o Movimento 21 de Abril, buscando manter estruturado o Movimento Estudantil gaúcho. Chegou a iniciar o curso de Economia na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Pertenceu ainda à direção regional da VAR-Palmares antes de integrar-se à ALN, em 1969. Nesse mesmo ano casou-se com Suzana Keniger Lisbôa. Em 1970, viajou para Cuba, onde fez treinamento militar e regressou ao Brasil no ano seguinte, no auge da repressão política. No final de 1971, voltou a viver em Porto Alegre, buscando reorganizar a ALN no Rio Grande do Sul.

Luiz Eurico desapareceu na primeira semana de setembro de 1972, em São Paulo, e sua história constava das primeiras matérias publicadas na imprensa sobre o tema, em 1978. Os familiares lidavam, na época, com a contrainformação das autoridades do regime militar, que utilizavam todos os subterfúgios possíveis para negar que os desaparecidos tivessem sido presos.

A denúncia da localização de sua ossada, feita no Congresso Nacional durante a votação do projeto de Anistia, em 22 de agosto de 1979, tornou-se um marco no movimento dos familiares de desaparecidos políticos. Enquanto o projeto de Anistia parcial enviado pelo presidente Figueiredo determinava que seria dado um atestado de morte presumida aos desaparecidos, era apresentado à nação um atestado de morte real, premeditadamente falso para ocultar a verdade dos fatos. Foi denunciado o local de sepultamento clandestino de Luiz Eurico e Denis Casemiro, desaparecidos, e também anunciada a localização de corpos de militantes oficialmente mortos e enterrados com nomes falsos.

Reunidos num Encontro Nacional das Entidades de Anistia, no Rio de Janeiro, em abril de 1979, os familiares haviam chegado a uma pista fundamental, trazida com o retorno do exílio de Iara Xavier Pereira, que buscava os corpos de seus irmãos Iuri e Alex Xavier Pereira: o destino dos corpos de muitos militantes tinha sido o cemitério de Perus, onde eram enterrados sob nome falso, como indigentes. Ali foi localizado o registro de Nelson Bueno, nome falso dado a Luiz Eurico, morto em 02 de setembro

de 1972. Somente a partir da denúncia e da ampla divulgação na imprensa, apareceu o Inquérito Policial instaurado na 5ª Delegacia de Polícia, de São Paulo, com a versão de suicídio de Nelson Bueno no quarto de uma pensão no bairro Liberdade.

As fotos desse inquérito mostram Luiz Eurico deitado na cama do quarto da pensão, com um revólver em cada mão e marcas de disparos na parede e num armário. Sobre o corpo, uma colcha com quatro sinais de esfumaçamento, deixando à mostra os braços e as duas armas. Luiz Eurico teria disparado cinco tiros. A cena foi arrumada para a foto – a colcha sobre o corpo, as armas, as mãos. No banheiro da própria pensão, teriam lavado o corpo para outras fotos. A conclusão do inquérito foi de que teria disparado alguns tiros a esmo antes de embrulhar uma das armas na colcha que o cobria para abafar o tiro que dera em sua própria cabeça. O laudo necroscópico, assinado por Octavio D’Andréa e Orlando Brandão, ratificando o suposto suicídio, é propositalmente omissivo. Descreve ferimento pérfuro-contuso, sem características de disparo encostado. Não dá detalhes de disparo a curta distância – zona de chama, tatuagem. Não há espargimento de massa encefálica ou sangue, nem na colcha, nem na cama.

Em 1990, o depoimento de um morador da pensão ao repórter Caco Barcellos, para o programa Globo Repórter sobre a vala clandestina do cemitério de Perus, contradisse a versão oficial, afirmando que Luiz Eurico fora assassinado e o suposto suicídio montado no quarto de pensão. Com a abertura dos arquivos do Dops/SP, novos documentos foram localizados e, diferente do que informara Romeu Tuma ao juiz, um documento endereçado a ele, intitulado “Retorno dos Exilados”, datado de 1978, se refere à morte de Luiz Eurico em setembro de 1972, o que comprova que o órgão sabia do que ocorrera com ele em data muito anterior à descoberta dos familiares

O corpo foi entregue à família, trasladado para Porto Alegre, em 2 de setembro de 1982, onde foi enterrado após receber homenagem na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 1994, a editora Tchê, em parceria com o Instituto Estadual do Livro/RS, publicou o livro *Condições Ideais para o Amor* com poesias e cartas de Luiz Eurico.

LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO (1921-1974)

Nascido em Natal (RN), Luiz era advogado, jornalista, professor universitário e foi deputado estadual e integrante do Comitê Central do PCB. Preso em 1952 pela Aeronáutica em Parnamirim (RN), foi brutalmente torturado, constituindo esse episódio um capítulo do livro *História Militar do Brasil*, de Néelson Werneck Sodré.

Seu irmão, Djalma Maranhão, foi prefeito de Natal, quando implantou uma gestão municipal inteiramente engajada na mobilização pelas reformas de base, em sintonia com as propostas de Paulo Freire, por meio de um programa de alfabetização que teve repercussão nacional: “De pé no chão também se aprende a ler”.

No início de 1964, Luiz Ignácio visitou Cuba a convite de Fidel Castro, juntamente com Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas. Seu mandato de deputado foi cassado pelo primeiro ato institucional, em abril de 1964. Com o golpe de Estado, foi preso e levado para a ilha de Fernando de Noronha, junto com o governador de Pernambuco Miguel Arraes e seu irmão prefeito, também cassados.



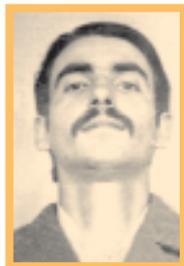
Libertado no final do ano, imediatamente passou à clandestinidade, fixando-se no Rio de Janeiro. Luiz foi o dirigente que mais trabalhou no PCB a relação entre cristãos e marxistas, na trilha do diálogo proposto então pelo filósofo marxista Roger Garaudy.

Foi preso em São Paulo em 3 de abril de 1974. No livro *Desaparecidos Políticos*, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa informam sobre Luiz:

Sua prisão foi testemunhada por algumas pessoas e se deu numa das praças de São Paulo, quando foi cercado por homens que pareciam assaltantes. O que levou testemunhas a acorrerem com o intuito de ajudá-lo. Mas ao constatarem que se tratava de agentes policiais – colocaram algemas em seus pulsos – se afastaram, observando que ele foi conduzido num veículo comumente usado para transporte de presos comuns. Desde então Ignácio nunca mais foi visto.

Em 8 de abril de 1987, matéria publicada na revista IstoÉ trouxe declarações do ex-médico Amílcar Lobo reconhecendo ter atendido Luís Ignácio no DOI-Codi/RJ, sendo essa a única informação obtida até hoje acerca de seu paradeiro.

MÁRCIO BECK MACHADO (1945-1973)



Paulistano, Márcio era estudante de Economia da Universidade Mackenzie, em São Paulo, quando foi preso pela primeira vez durante o 30º Congresso da UNE, em 1968.

Militante da ALN, escapou por pouco de ser preso de novo em 30 de setembro de 1969, no extenso fluxo de prisões que atingiu os militantes dessa organização, até chegar a Carlos Marighella, em novembro. Essa passagem está registrada no Livro *Negro do Terrorismo no Brasil*:

Márcio Beck Machado, militante do setor de apoio, foi detido, também no dia 30 de setembro, na rua Maria Antônia, em frente à Universidade Mackenzie. Quando era conduzido para a viatura policial, três elementos que faziam a sua cobertura intervieram, atirando e ferindo o agente do DPF/SP Cláudio Ernesto Canto. Aproveitando-se da confusão, Márcio evadiu-se junto com os demais militantes [...].

Depois do episódio, Márcio seguiu para Cuba, onde fez treinamento militar, regressando ao Brasil como militante do Molipo. Em 1º de abril de 1970, teve sua prisão preventiva decretada pela Justiça Militar. Documentos dos órgãos de segurança o acusam, ao lado de Lauriberto José Reyes e João Carlos Cavalcanti Reis, como responsáveis pela morte do sargento da PM/SP Thomas Paulino de Almeida, em 18 de janeiro de 1972, quando os três militantes tentavam evitar serem presos.

O relatório do Ministério do Exército de 1993 registra sobre ele: “teria sido morto em tiroteio juntamente com Maria Augusta Thomaz, numa fazenda em Rio Verde/GO, no dia 17/5/73”. O relatório da Marinha confirma essa versão.

Márcio e Maria Augusta chegaram à fazenda Rio Doce no dia 4 de maio e foram mortos no dia 16, quando o local foi cercado e metralhado por agentes de segurança, numa ação conjunta do “DOI-Codi/II Exército, Polícia Federal de Goiânia, destacamento da Polícia Militar em Rio Verde, FAB e alguns agentes da Polícia Civil”. Os agentes determinaram ao proprietário Sebastião Cabral e seus empregados que enterrassem os corpos ali mesmo.

Embora um documento dos órgãos de segurança, encaminhado em 1978 ao Dops, registrasse a informação sobre as mortes de Márcio e Maria Augusta, as autoridades do regime militar jamais informaram-nas aos familiares. No Boletim Informativo do Ministério do Exército de 1976, os nomes de Márcio Beck e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos.

Em 1980, foi localizado naquela região o local de sepultamento dos dois militantes, mas durante os trâmites legais para resgate dos restos mortais as ossadas foram subtraídas. O ex-agente do DOI-Codi/SP Marival Chaves do Canto declarou à revista *IstoÉ*, de 24 de março de 2004, que essa operação foi comandada por André Pereira Leite Filho, oficial do Exército: “De acordo com o fazendeiro Sebastião Cabral, os corpos enterrados em sua propriedade foram exumados por três homens em 1980, que deixaram para trás pequenos ossos e dentes perto das covas”.

MARCO ANTÔNIO DIAS BAPTISTA (1954-1970)

Marco Antônio era paulista de Sorocaba, mas residia desde criança em Goiânia (GO). Preso e presumivelmente morto antes de completar 16 anos, é o mais jovem dentre todos os desaparecidos políticos do regime militar. Era militante da Frente Revolucionária Estudantil, vinculada à VAR-Palmares. Também praticava halterofilismo.

Em 1969, teria permanecido preso por um dia, após evitar que a polícia efetuasse a prisão de um irmão, também vinculado à VAR, que se entregaria aos órgãos de segurança no segundo semestre de 1970.

Não foi possível definir a data precisa de seu desaparecimento. Foi visto pela última vez em Porto Nacional, naquela época Estado de Goiás, hoje Tocantins, por volta de março ou abril de 1970. Depoimento de outro ex-militante da época informa que manteve encontro com ele numa praça de Araguaína, em maio.

Segundo declarações do médico Laerte Chediak ao jornal *Tribuna Operária*, em 1981, Marco Antônio teria sido detido em maio de 1970 pelo “Grupo do capitão Marcus Fleury”, e que, ao receber permissão para visitar a família, fugiu e provavelmente estaria morto. Marcus Fleury era oficial do Exército, no 10º BC, e também comandou a Polícia Federal de Goiás naquele período. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, informa sobre Marco Antônio que era “líder secundarista goiano, preso e desaparecido em 1970”.

Em setembro de 2005, a Justiça Federal de Goiás deu prazo de 90 dias para que a União entregasse a ossada de Marco Antônio a sua mãe, autora de uma ação judicial vitoriosa e, em audiência reservada, explicasse as circunstâncias que envolveram a prisão e morte do estudante. A União foi condenada, ainda, a pagar uma indenização de 500 mil reais à família.

No dia 15 de fevereiro de 2006, o então ministro da Defesa e Vice-Presidente da República, José Alencar, realizou audiência em Brasília com a família do estudante. Nessa ocasião, a mãe de Marco Antônio, Maria de Campos Baptista, conhecida como Dona Santa, contou ter mantido a porta da casa aberta durante anos e anos, na esperança de que o filho retornasse. Terminada a audiência, ela morreu em um acidente rodoviário, ao voltar para sua residência em Goiânia.



MARIA AUGUSTA THOMAZ (1947-1973)



Paulista de Leme, Maria Augusta estudou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, em São Paulo, sendo indiciada em inquérito por sua participação no 30º Congresso da UNE em Ibiúna (SP), em 1968. Após a morte de seu namorado, José Wilson Lessa Sabag, em setembro de 1969, teve de passar à clandestinidade. Participou do sequestro de um avião da Varig, em 4 de novembro daquele ano, desviado para Cuba durante voo na rota Buenos Aires-Santiago.

Depois de receber treinamento militar, alinhou-se na ala dissidente da ALN que ficou conhecida como Grupo dos 28, depois Molipo, sendo uma das primeiras integrantes desse grupo a retornar ao Brasil, no início de 1971.

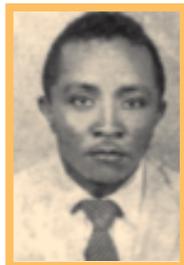
Em 14 de janeiro de 1970, foi expedido contra ela um mandado de prisão pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, sendo condenada em 29 de setembro de 1972, à revelia, a 17 anos de prisão. Em outro processo na Justiça Militar, também julgado à revelia, foi condenada a mais cinco anos de reclusão.

Acabou sendo morta em 16 de maio de 1973, juntamente com Márcio Beck Machado, na Fazenda Rio Doce, entre Rio Verde e Jataí, a cerca de 240 quilômetros de Goiânia, quando o local foi cercado e metralhado por agentes de segurança, numa ação conjunta do “DOI-Codi/II Exército, Polícia Federal de Goiânia, destacamento da Polícia Militar em Rio Verde, FAB e alguns agentes da Polícia Civil”. O relatório do Ministério do Exército registra que ela teria sido morta em tiroteio junto com Márcio Beck, no dia 17 de maio de 1973, versão confirmada pela Marinha. Os agentes determinaram ao proprietário Sebastião Cabral e seus empregados que enterrassem os corpos ali mesmo.

Embora um documento dos órgãos de segurança, encaminhado em 1978 ao delegado Romeu Tuma, diretor do Dops, registrasse claramente a informação sobre as mortes de Márcio e Maria Augusta, nem o delegado nem outras autoridades do regime militar jamais informaram aos familiares sobre isso. No Boletim Informativo do Ministério do Exército de janeiro de 1976, os nomes de Márcio Beck e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos.

Em 1980, foi localizado na Fazenda Rio Doce o local de sepultamento dos dois militantes, porém suas ossadas foram subtraídas antes que sua remoção regulamentar fosse providenciada. O ex-agente do DOI-Codi/SP Marival Chaves do Canto declarou à revista *IstoÉ*, de 24 de março de 2004, que a operação de exumação e ocultação das ossadas foi comandada por André Pereira Leite Filho, oficial do Exército.

MARIANO JOAQUIM DA SILVA (1930-1971)



Pernambucano de Timbaúba, afrodescendente, Mariano era filho de uma família camponesa pobre e começou a trabalhar aos 12 anos como assalariado agrícola e, em seguida, como operário da indústria de calçados.

Militante do PCB a partir de meados dos anos 1950, foi preso em 1954 e 1956. Em 1963, instalou-se em Brasília, tendo participado do apoio à rebelião dos sargentos da Aeronáutica, ocorrida na capital federal em setembro daquele ano. Após a deposição de João Goulart, em abril de 1964, mudou-se com a família para Goiás, onde trabalhou na agricultura. Em 1966, foi decretada sua prisão preventiva e, desde então, passou a viver na clandestinidade. Militou também no PCdB e ligou-se à AP em 1967,

na qual ficou até o ano seguinte, quando incorporou-se à VAR-Palmares, integrando o seu Comando Nacional a partir de 1969, sendo conhecido como Loyola.

Preso por agentes do DOI-Codi em 1º de maio de 1971, na estação rodoviária de Recife, foi levado para o Rio de Janeiro, São Paulo e de volta ao Rio de Janeiro, onde desapareceu.

Inês Etienne Romeu afirma que esteve com Mariano no local clandestino de Petrópolis (RJ), conhecido como “Casa da Morte”. Lá, ele fora interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu na casa até o dia 31 de maio, quando ela ouviu uma movimentação estranha e percebeu que ele estava sendo removido. No dia seguinte, indagou a seus carcereiros sobre Mariano, os quais lhe disseram que ele havia sido transferido para o quartel do Exército no Rio de Janeiro. Desde então, nada mais se soube de seu paradeiro. Em princípio de julho, o carcereiro conhecido por Inês como “dr. Teixeira” lhe disse que Mariano fora executado, pois pertencia ao comando da VAR-Palmares e era considerado irrecuperável.

MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA (1923-1970)

Baiano de Sento Sé, fez o curso secundário em Salvador, iniciou sua militância política aos 16 anos e foi um dos fundadores da União dos Estudantes da Bahia. Durante o Estado Novo, participou de congressos e atividades da UNE.

Jornalista, ingressou no PCB em 1945 e em 1957 foi eleito para o Comitê Central. Nos anos seguintes, atuaria como dirigente comunista no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Dirigiu os jornais *Novos Rumos e Imprensa Popular*. Após o golpe de 1964, tornou-se um dos líderes da corrente de esquerda dentro do PCB. Foi preso em julho de 1964, no Rio de Janeiro, sendo libertado somente um ano depois. Em 1968, ao lado de Apolônio de Carvalho e outros membros dissidentes da direção do PCB, fundou o PCB/RJ, do qual se tornou o principal dirigente.

Em 16 de janeiro de 1970, perto das 20 horas, saiu de sua casa, no subúrbio carioca de Abolição, e nunca mais voltou. Foi preso pelo DOI-Codi/RJ nessa data e morreu no dia seguinte nas dependências do quartel da rua Barão de Mesquita, aos 46 anos, sob brutais torturas. As ilegalidades que cercaram a prisão e o assassinato do jornalista começaram a ser levadas ao conhecimento das autoridades judiciárias do regime militar em 20 de julho de 1970, denunciadas por presos políticos. Entretanto, o crime nunca foi apurado.

Em depoimento à 2ª Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1970, Salatiel Teixeira Rolins, que seria morto por um comando do próprio PCB/RJ após ser solto, afirmou ter presenciado o espancamento e que “tomou conhecimento da prisão do jornalista Mário Alves no dia 16/01/1970, que faleceu em vista de brutal espancamento que recebera e pela introdução em seu ânus de um pedaço de vassoura”. René Louis Laugery de Carvalho, filho de Apolônio, também em depoimento na mesma auditoria militar, em 20 de julho de 1970 afirmou “que tomou conhecimento, durante os 26 dias que permaneceu naquela unidade [...] da morte de Mário Alves, em consequência de hemorragia interna, decorrente de torturas”.



Carta endereçada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, em 15 de julho de 1980, pelo advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes, denuncia que, no dia 16 de janeiro de 1970, por volta das 20 horas, Mário Alves chegou preso ao local onde ele também estava detido, o quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, tendo ouvido todo o interrogatório, que se estendeu até cerca de 4 horas da manhã. Declarou ainda que viu Mário Alves pendurado no pau de arara e ser carregado da cela já quase sem vida.

Sua esposa, Dilma Borges Vieira, esteve em todos os possíveis lugares onde pudesse buscar notícias e denunciar o desaparecimento do marido – na Marinha, Aeronáutica, IML, cemitérios. O então comandante do DOI-Codi/RJ chegou a dizer-lhe que ele também buscava Mário Alves.

Em *A ditadura escancarada*, Elio Gaspari narra:

[...]Mário Alves ficou oito horas na Sala Roxa. No início da manhã seguinte o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpá-la. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca. Tinha sido empalado com um cassetete. Dois outros presos, militantes do PCBR, reconheceram-no, deram-lhe de beber e limparam-lhe o rosto.

No livro *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender, também dirigente do PCBR e preso quatro dias depois, acrescenta detalhes sobre as torturas:

Horas de espancamentos com cassetetes de borracha, pau de arara, choques elétricos, afogamentos. Mário se recusou a dar a mínima informação e, naquela vivência da agonia, ainda extravasou o temperamento através de respostas desafiadoras e sarcásticas. Impotentes para quebrar a vontade de um homem de físico débil, os algozes o empalaram usando um cassetete de madeira com estrias de aço. A perfuração dos intestinos e, provavelmente, da úlcera duodenal, que suportava há anos, deve ter provocado hemorragia interna.

NESTOR VERAS (1915-1975)



Paulista de Ribeirão Preto, Nestor era de origem camponesa e foi secretário geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e tesoureiro da primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, quando essa entidade sindical foi fundada em dezembro de 1963.

Trabalhou também como jornalista, sendo responsável pelo jornal *Terra Livre*, que o Partido Comunista lançou em 1949 para se concentrar na temática do movimento camponês e nas questões do trabalhador rural. Caio Prado Junior incluiu um texto de sua autoria numa publicação que lançou em 1962 pela Editora Brasiliense.

Em documentos do CIE, consta a informação de que Nestor Veras teria realizado curso de formação política em Moscou. Chegou ao Comitê Central do PCB e tornou-se o principal responsável pelo setor camponês desse partido. Cassado em 1964 pelo primeiro Ato Institucional, foi condenado a cinco anos de reclusão pela Lei de Segurança Nacional. A partir de então, passou a viver na clandestinidade, adotando nome e sobrenome falsos, não apenas para si, mas também para a mulher, o filho e as três filhas.

Desapareceu em abril de 1975, em frente a uma drogaria de Belo Horizonte, conforme denúncia formulada pelo dirigente máximo do PCB, Luís Carlos Prestes. O livro *Desaparecidos Políticos*, que

Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa organizaram em 1979 para o Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, registra uma informação, não confirmada posteriormente, de que os órgãos de segurança teriam trocado Nestor Veras por um brasileiro preso na Argentina, citando como fontes a revista *IstoÉ*, edições de 14/2/1979 e 9/5/1979, e o *Pasquim*, número 508, de março de 1979.

ONOFRE PINTO (1937-1974)

Paulista de Jacupiranga, afrodescendente, Onofre era formado em contabilidade. Tinha liderado, em São Paulo, as mobilizações do Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército no período anterior a abril de 1964. Teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro Ato Institucional e sua prisão preventiva foi decretada em 8 de outubro do mesmo ano. Foi um dos fundadores e líderes principais da VPR.

Foi preso em 2 de março de 1969, por agentes do Dops e da 2ª Companhia da Polícia do Exército, acusado de participação em inúmeras ações armadas que resultaram em mortes, inclusive no atentado a bomba contra o Quartel general do II Exército, no Ibirapuera, em 26 de junho de 1969. Foi banido do Brasil em 1969, por ocasião do sequestro do embaixador americano no País, e viajou para o México com outros 14 presos políticos. Dali seguiu para Cuba, onde teria recrutado para a VPR exilados como o cabo Anselmo, Aluizio Palhano, Edson Quaresma e outros. Morou ainda no Chile e na Argentina.

Militantes que conviveram com Onofre após o massacre da Chácara São Bento, em janeiro de 1973, quando foram mortos seis militantes da VPR em Pernambuco, relataram que ele expressava desespero e inconformismo pela confiança que tinha depositado no agente infiltrado cabo Anselmo. Onofre fora alertado sobre Anselmo, mas não aceitara as evidências.

A partir daquele episódio, passou a viver obcecado pela ideia de retornar à luta clandestina no Brasil. No entanto, pode ter incorrido uma segunda vez no mesmo erro, confiando em um ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, que havia sido ligado a Leonel Brizola, Alberi Vieira dos Santos. Agente infiltrado, como Anselmo, convenceu Onofre e outros cinco militantes da VPR, que viviam em Buenos Aires, de que a melhor entrada para o Brasil seria por meio de uma base de apoio em Santo Antônio do Sudoeste (PR) e, desse modo, os atraiu para a morte.

Algumas luzes sobre esse episódio começaram a surgir em 2005, quando Aluizio Palmar lançou o livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Segundo ele, desde que saíram de Buenos Aires, os exilados foram monitorados por agentes do CIE (Centro de Informações do Exército). Chegando ao sítio que serviria de base a eles, os militantes da VPR descansaram da viagem de mais de 24 horas antes de serem atraídos para uma cilada. Eles foram levados a um local dentro do Parque Nacional do Iguaçu, a pretexto de participarem de uma ação, e fuzilados. Onofre não tinha acompanhado o grupo por ser muito conhecido. Foi executado depois, e seu corpo teria sido jogado em um rio.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* transcreve um registro policial encontrado nos arquivos secretos do Dops/SP a seu respeito: “Informação do II Exército de 29/01/70, esclarece que Onofre Pinto [...] teria a intenção de retornar ao Brasil [...] em princípios de fevereiro de 1970”. E completa os dados: “O Ministério do Exército nos cientificou que provavelmente o marginado encontrar-se-ia no Chile”. Outras informações ratificam que ele estava sob vigilância:



A Ciop, em 2/7/73, nos cientificou do seguinte: "A carteira de identidade de Francisco Wilton Fernandes, emitida pelo Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Brasília, em 17/05/73, RG nº 104.947, estaria de posse de um aparelho de subversivos brasileiros em Santiago do Chile. Segundo o informante, a referida carteira deverá ter a fotografia substituída pela de Onofre Pinto." Relatório de Plantão de 29/6/74 nos cientifica que através do Rádio nº 3749, proveniente da DPF, fomos solicitados a observar os indivíduos Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho, que se dirigem para São Paulo, procedentes do Uruguai.

Num desses registros policiais aparece, inclusive, a informação de que o grupo se dirigia ao Brasil com a intenção de justificar o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JÚNIOR (1915-1975)



Capixaba de Santa Teresa, Orlando se mudou para Belo Horizonte, onde cursou Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Comitê Central do PCB, exerceu a profissão de jornalista, tornando-se, ainda jovem, secretário de redação no jornal *O Estado de Minas*. Em 1946, foi eleito vereador em Belo Horizonte, tendo sido líder da bancada comunista na Câmara de Vereadores. Em 1958, mudou-se para o Rio de Janeiro.

No dia 8 de outubro de 1975, dezessete dias antes da morte de Vladimir Herzog, um filho de Orlando Bonfim recebeu telefonema anônimo em que algum amigo de seu pai comunicava a prisão de Orlando. Ele fora surpreendido na tarde daquele dia, no Rio de Janeiro, nas proximidades da Vila Isabel.

Foi impetrado um *habeas corpus* em seu favor junto ao Superior Tribunal Militar pelo advogado Humberto Jansen Machado, da ABI. No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando tinha um mandado de prisão preventiva decretado. Cartas foram enviadas ao MDB, ao Ministro da Justiça e a parlamentares e contatos foram feitos com diversas organizações e representantes da sociedade civil, sem conseguir qualquer informação oficial a respeito de seu paradeiro.

No dia 31 de outubro, durante a comoção nacional provocada pela morte de Herzog, a família recebeu a informação, através de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-Codi/RJ. Oficialmente, porém, o I Exército informou que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica: ninguém assumia sua prisão.

No dia 27 de novembro, o jornal *O Estado de São Paulo* recebeu um telefonema anônimo informando que Orlando estava morto. No mesmo dia, a sucursal carioca da Folha de S.Paulo recebia um telex informando sobre sua morte na prisão, durante interrogatório. De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-Codi/SP, Marival Dias Chaves do Canto, (*Veja* de 18 de novembro de 1992), Orlando foi executado com uma injeção para matar cavalos. Fora capturado no Rio de Janeiro pelo DOI-Codi de São Paulo e levado para um cárcere na rodovia Castello Branco, onde foi assassinado, sendo seu corpo jogado na represa de Avaré.

Nos documentos encontrados nos arquivos secretos do Dops/SP é possível ler as seguintes informações sobre Orlando Bonfim: "- 14/7/64 - Cassado pelo AI-1 de 1964;- 1/6/71 - foi condenado a 7 anos de prisão pela Auditoria da 4ª RM. - 22/9/78 - O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha o absolveu por insuficiência de provas".

PAULO CÉSAR BOTELHO MASSA (1945-1972)

Carioca, Paulo César foi cursar o segundo grau na cidade mineira de São João Del Rey, onde ganhou o primeiro prêmio num concurso literário que teve Manuel Bandeira entre seus jurados.

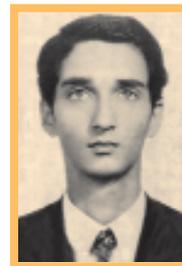
Em 1968, já no Rio, Paulo César entrou no movimento estudantil e foi preso pela primeira vez em 20 de março de 1969, pelo Dops/RJ. Respondeu a vários processos, sendo absolvido em todos. Em 15 de novembro de 1971, desligou-se do Banco do Brasil, onde trabalhava, e passou a atuar na clandestinidade, como militante da ALN. Por ser filho do general Cristóvão Massa, tendo outros três tios também generais, era chamado pelos companheiros de “general”.

Paulo César morava com Ísis Dias de Oliveira no Rio de Janeiro, quando ambos foram presos, no dia 30/1/1972, pelo DOI-Codi/RJ. Os órgãos de segurança do regime militar acusavam ambos de participação em ações armadas, inclusive do assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, que resultou na morte de três vigilantes de segurança.

Paulo continuava frequentando a casa dos pais, onde esteve pela última vez um dia antes da prisão. Quatro dias depois, três policiais que se identificaram como sendo do Dops revistaram a residência na busca de uma metralhadora. Levaram roupas do filho, o que constitui indício de que ele se encontrava preso. Um deles entregou aos familiares um cartão com o nome de Otávio K. Filho, pessoa que nunca mais conseguiram encontrar.

O general Massa recorreu aos seus colegas de farda, mas terminaria ouvindo de um deles a terrível frase: “esqueça o Paulo Massa”. Os pais não obedeceram e o procuraram incansavelmente. O general Massa se emocionou ao saber que o filho tinha o codinome de “general” e lembrava que, em 1º de abril de 1964, tinha se apresentado com ele no Palácio Guanabara, dispostos ambos a defender de armas na mão o regime militar.

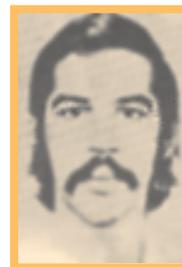
Em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, em 28 de janeiro de 1979, um general de destacada posição dentro dos órgãos de repressão confirmou a morte de Ísis e Paulo César, dentre outros dez desaparecidos. No Arquivo do Dops/PR, os nomes desses dois militantes da ALN surgiram no interior de uma gaveta com a identificação “falecidos”.



PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS (1945-1972)

Nascido em Juiz de Fora e militante do MR-8, Paulo era filho do general de divisão da ativa do Exército Othon Ribeiro Bastos. Foi preso em 11/7/1972, no bairro da Urca, Rio de Janeiro. Há duas versões sobre os fatos: que Paulo foi preso no próprio apartamento em que residia com outro militante, Sérgio Landulfo Furtado, e que ambos conseguiram escapar dali e se refugiaram num ônibus que foi interceptado adiante, numa barreira dos agentes dos órgãos de segurança, que fechava a única saída daquele abairro densamente habitado por oficiais. Foram levados ao DOI-Codi/RJ, sendo torturados e mortos.

Denúncias sobre a prisão dos dois militantes foram feitas nas auditorias militares por Paulo Roberto Jabour, Nelson Rodrigues Filho, Manoel Henrique Ferreira e Zaqueu José Bento. Em 1978, o ministro



do STM general Rodrigo Octávio Jordão requereu ao tribunal que fosse investigado o desaparecimento de Paulo e Sérgio, mas nada foi apurado.

Paulo respondeu a vários processos por integrar o MR-8. No “Livro Negro” do Exército consta que ele teria participado, em 22 de novembro de 1971, de assalto a um carro forte da empresa Transport, em Madureira, quando um dos guardas foi morto e outros três baleados.

O livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, transcreve depoimento do preso político Paulo Roberto Jabour, escrito em 20 de fevereiro de 1979, quando se encontrava recolhido ao Presídio Milton Dias Ferreira, no Rio de Janeiro. Jabour reporta que

Durante o período inicial da minha prisão, tive algumas indicações sobre a prisão e morte de Paulo e Sérgio. [...] fui chamado, certo dia, no começo de agosto de 1972, à presença de um elemento pertencente aos órgãos de segurança que, de posse de uma fotografia de Paulo, pediu que eu o identificasse como sendo o militante que usava o codinome Luís, pois isto, segundo ele, melhoraria a situação de Paulo, seria melhor para ele.

Em Petrópolis, RJ, por solicitação da CEMDP, o Ministério Público Federal determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, inclusive Paulo.

PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA (1944-1971)



Goiano de Morrinhos, Paulo de Tarso formou-se em direito em Brasília e fez pós-graduação na Sorbonne, em Paris. Companheiros de militância política na ALN informaram que, após a morte de Joaquim Câmara Ferreira, ele era um dos principais dirigentes da organização, utilizava o nome de guerra “Vovô” e tinha recebido treinamento militar em Cuba.

Foi preso no Rio de Janeiro, no dia 12/7/1971, por agentes do DOI-Codi/RJ, ao lado de Heleny Ferreira Telles Guariba. O pai de Paulo, Pedro Celestino, advogado e deputado cassado pelo AI-5, usou de todos os meios para descobrir seu paradeiro. Em dezembro de 1971, como resposta à solicitação da OAB, seccional de Brasília, o Ministério do Exército chegou a informar que Paulo de Tarso fora preso por autoridades militares, mas que havia sido entregue à Polícia Federal, mas depois desmentiu o fato, alegando erro.

Em 20 de fevereiro de 1975, o então ministro da Justiça Armando Falcão fez um pronunciamento na TV para falar sobre 27 desaparecidos políticos, entre os quais Paulo de Tarso. Na versão do ministro, estavam todos foragidos. Em resposta, Pedro Celestino redigiu carta pública a Falcão, que foi publicada no *Jornal do Brasil* em 21/2/1975 e em outros jornais do país. No ano anterior já tinha enviado ao general Golbery, homem forte do Governo Geisel, um apelo:

Como cidadão e chefe de família é que dirijo-me a Vossa Excelência, [...] depois de ver frustrados todos os recursos judiciais e extrajudiciais permitidos pela ordem jurídica vigente no país [...] para encontrar meu filho. Não venho pedir-lhe que o solte, mas o mínimo que se deve garantir à pessoa humana, isto é, seja processado oficialmente, com o direito de sua família dar-lhe assistência jurídica e principalmente humana.

Inês Etienne Romeu testemunhou que, durante o período em que esteve sequestrada em local clandestino em Petrópolis (RJ), conhecido como “Casa da Morte”, Paulo de Tarso também passou por lá, no mês de julho de 1971. Ele fora colocado no pau de arara, recebeu choques elétricos e foi obrigado a ingerir grande quantidade de sal. Durante muitas horas Inês ouviu-o suplicando por um pouco de água.

Em 8/4/1987, a revista *IstoÉ* publicou declarações do ex-médico Amílcar Lobo, que reconheceu ter atendido Paulo de Tarso nas dependências do DOI-Codi/RJ.

Em Petrópolis, RJ, por solicitação da CEMDP, o Ministério Público Federal determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, inclusive Paulo de Tarso.

PAULO STUART WRIGTH (1933-1973)

Filho de missionários presbiterianos norte-americanos, nascido em Joaçaba (SC), Paulo passou um tempo nos Estados Unidos e lá fundou um grupo que lutava contra a discriminação racial. Fazia doutorado em Sociologia quando, sendo filho de americanos, foi convocado para a guerra da Coreia. Preferiu deixar os Estados Unidos e passou a ser procurado pelo FBI.

De volta ao Brasil, trabalhava como torneiro-mecânico numa fábrica da Vila Anastácio, em São Paulo, quando perdeu um filho por falta de assistência adequada. Jurou lutar para que isso não se repetisse na vida de outros operários. Mudou-se para Joaçaba, Santa Catarina, onde chegou a disputar a prefeitura local. Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Progressista, PSP. Depois de abril de 1964, sob o pretexto de não usar gravata e paletó quando subia à tribuna, acabou sendo cassado por “falta de decoro parlamentar” pelos parlamentares favoráveis ao novo regime.

Asilou-se no México, de onde voltou um ano depois. Começou então a sua militância clandestina como dirigente da AP. Teria recebido treinamento militar tanto em Cuba quanto na China. Entre 1971 e 1972, alinhou-se com a ala dessa organização que se opôs à incorporação de seus militantes ao PCdoB, após uma longa disputa interna que culminou, em setembro de 1972, com a separação definitiva dos dois grupos. Paulo manteve-se na AP, já rebatizada como Ação Popular Marxista Leninista (APML). Nos primeiros dias de setembro de 1973, foi sequestrado e levado ao DOI-Codi/SP, onde foi morto sob torturas em 48 horas.

Segundo informações do dentista Osvaldo Rocha, militante da APML, ambos estavam juntos num trem que ia de São Paulo a Mauá, na Grande São Paulo. Ao perceber que eram seguidos por agentes da repressão política, Osvaldo desceu do trem e Paulo combinou que desceria em outro ponto. Ao chegar em casa, Osvaldo foi preso por policiais, sendo conduzido às dependências do DOI-Codi, onde foi torturado. Ali, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava quando estavam no trem.

Foram impetrados *habeas corpus* pelo advogado José Carlos Dias em favor de Paulo Stuart Wright e de Pedro João Tinn, nome falso usado por ele nos documentos pessoais. Inúmeras iniciativas foram tomadas visando à sua localização. A primeira providência foi a ida do seu irmão, Jaime Wright, acompanhado do coronel Teodoro Pupo, ao DOI-Codi, onde falaram com um sargento que demonstrava



muito nervosismo. Após essa conversa, o sargento foi ver alguma coisa lá dentro, voltando meia hora depois e informando que não havia ninguém com o nome de Paulo Stuart Wright.

José Carlos Dias apresentou declarações de uma testemunha que esteve com Paulo Wright na sala de identificação do DOI-Codi/SP, Maria Diva de Farias. As autoridades brasileiras, na época, continuaram negando a prisão de Paulo.

Além das iniciativas tomadas pelos familiares no âmbito nacional, em virtude da sua dupla cidadania foram realizadas iniciativas também junto ao Departamento de Estado e ao Senado dos Estados Unidos. Apesar de todos os esforços empreendidos pelos familiares, sua prisão nunca foi confirmada e seu corpo até hoje não foi localizado. Sua ficha foi encontrada na gaveta dos arquivos secretos do Dops do Paraná que continha 17 militantes de oposição ao regime militar com a anotação “falecidos”.

Em Petrópolis, RJ, por solicitação da CEMDP, o Ministério Público Federal determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, inclusive Paulo Wright.

PAULO TORRES GONÇALVES (1949-1969)



O estudante secundarista carioca Paulo desapareceu em 26 de março de 1969, aos 19 anos, no Rio de Janeiro. Seu caso teve dois processos na CEMDP, sendo o primeiro indeferido. Foram anexados documentos dos pais com a denúncia do desaparecimento do filho e sua busca nos diversos órgãos públicos. Em seus relatos, informam que receberam de um sargento da Aeronáutica e de um capitão do Exército a notícia de que Paulo teria sido preso pelo Dops e encaminhado à Marinha. Nada havendo contra ele, seria libertado em breve, o que não ocorreu.

Um detento da Ilha Grande enviou carta aos pais de Paulo contando que teria estado com ele, no Presídio Tiradentes, em São Paulo (SP), encontrando-se o jovem completamente desmemoriado. O relato foi confirmado na presença do casal e do chefe da segurança da Ilha Grande. Em 1971, a família recebeu a notícia de que o estudante apareceu morto, vítima de afogamento. O cadáver, contudo, não correspondia a ele. As informações da época, em atendimento aos pedidos de localização, indicavam que Paulo Torres não registrava antecedentes nos órgãos de segurança.

O segundo relator desse processo fez inúmeras diligências. Informou que a Comissão Especial estava tentando localizar as pessoas referidas por ela, sem sucesso, acrescentando que a “união teve 37 anos para fazê-lo e nada realizou nesse sentido, e, se o fez, não informou a CEMDP”.

Belisário dos Santos Júnior reconheceu que não havia uma indicação precisa da militância política de Paulo, porém lembrou que a acusação de participação política a quem não a tenha igualmente enseja o reconhecimento de desaparecimento. Segundo o relator, as circunstâncias do caso davam a entender – e as próprias autoridades assim o reconheceram em suas buscas – que a prisão pelas forças de repressão teria como causa principal, ou pretexto, a subversão. Dessa forma, entendeu que estavam presentes no caso as condições para deferimento do pedido.

PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO (1909-1964)

Paraibano de Itabaiana, Pedro Inácio, conhecido por Pedro Fazendeiro, era trabalhador rural e militou em defesa dos direitos de sua categoria junto com João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado em 1962. Militante do PCB, antes de 1964 sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna. Foi vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, e membro da Federação das Ligas Camponesas. Morava em Miriri.

No dia 8/5/1964, foi preso pelos órgãos de repressão e levado para o 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa, onde foi torturado. Respondia a inquérito presidido pelo coronel Hélio Ibiapina Lima. Conforme denúncia de Márcio Moreira Alves no livro *Torturas e Torturados*, Pedro Inácio desapareceu juntamente com João Alfredo Dias, também militante do PCB, em setembro desse mesmo ano. Tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que liga João Pessoa a Caruaru. De acordo com testemunhas, seriam os corpos de João Alfredo e Pedro Inácio.



RUBENS BEIRODT PAIVA (1929-1971)

Paulista de Santos, Rubens formou-se engenheiro civil em 1954 na Universidade Mackenzie, em São Paulo. Em abril de 1964, era vice-líder do PTB na Câmara dos Deputados. Cassado, já no primeiro Ato Institucional, foi alvo de perseguição como represália por uma atuação na CPI do Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que investigou o recebimento de dólares provenientes dos Estados Unidos por segmentos da direita que já conspiravam no sentido de depor João Goulart. Conseguiu asilo na embaixada da Iugoslávia e viveu no exílio. De volta, manteve atividade empresarial regular e próspera. Há registros de que, em 1970, teria reunido documentação a respeito de corrupção em contratos para a construção da ponte Rio-Niterói.

No dia 20/1/1971, após receber telefonema de uma pessoa que dizia querer entregar-lhe correspondência do Chile, teve sua residência, no Leblon, invadida por agentes de segurança. Levado preso, dirigiu seu próprio carro até o quartel da 3ª Zona Aérea, junto ao aeroporto Santos Dumont. Foi a última vez que a família o viu.

No dia seguinte, sua mulher e uma de suas filhas foram presas e levadas para o DOI-Codi/RJ, onde permaneceram sem poder se comunicar com Rubens, apesar de os agentes policiais confirmarem que ele se encontrava lá. Ao ser solta, Eunice viu o carro de Rubens no pátio interno do quartel, que depois lhe foi entregue sob recibo, único documento referente à sua prisão.

Relata Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*:

[...] Amílcar Lobo, aspirante a oficial e médico do DOI, foi acordado em casa e levado para o quartel. Subiu à carceragem do segundo andar e lá, numa das celas do fundo do corredor, encontrou um homem nu, deitado, com os olhos fechados. Tinha todo o corpo marcado de pancadas e o abdômen enrijecido, clássico sintoma de hemorragia interna. ‘Rubens Paiva’, murmurou duas vezes o preso, abrindo os olhos.

Para justificar o desaparecimento de Rubens, o Exército divulgou que ele teria sido resgatado por terroristas quando era transportado pelos agentes do DOI-Codi. Até forjaram registros na Delegacia Policial da Barra da Tijuca, mas a história era inverossímil. Pela primeira vez, o regime militar foi pressionado a responder pelos assassinatos.



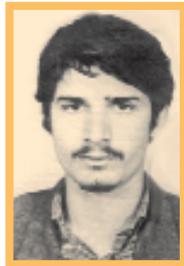
Eunice Paiva recorreu ao STM, tendo seu recurso negado. O caso foi também levado ao CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, mas o seu presidente, ministro da Justiça Alfredo Buzaid, desempatou a votação para indeferir o pedido de investigação. A morte de Rubens Paiva também é referida no relatório feito por Inês Etienne Romeu, sobrevivente da “Casa da Morte”, em Petrópolis. Ela relata que um de seus carcereiros, conhecido como “Dr. Pepe”, contou-lhe que haviam cometido um erro ao matar Rubens Paiva.

Em 1985, foi solicitada a reabertura do inquérito pelo procurador geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves. Presidido pelo delegado Carlos Alberto Cardoso, o inquérito conduziu as investigações até concluir que Rubens Paiva fora morto nas dependências do Pelotão de Investigações Criminais/RJ. Quando chegou a este ponto, o encarregado julgou-se incompetente para prosseguir e remeteu o inquérito para a Justiça Militar.

O procurador indicado para acompanhar as investigações foi Paulo César de Siqueira Castro, que enfrentou inúmeras dificuldades para se desincumbir de sua missão, mas persistiu no esforço. Chegou a cinco nomes indicados por Leite Chaves como responsáveis pelas torturas, morte e ocultação do cadáver de Rubens Paiva: coronel Ronald José da Motta Batista Leão, capitão de cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, o subtenente Ariedisse Barbosa Torres, o major PM/RJ Riscalá Corbage e o segundo-sargento Eduardo Ribeiro Nunes.

Em todos esses anos, surgiram muitas hipóteses a respeito de onde estaria o corpo de Rubens Paiva. Buscas e escavações foram feitas, sem qualquer resultado.

RUY CARLOS VIEIRA BERBERT (1947-1972)



Natural de Regente Feijó, no interior paulista, Ruy Carlos mudou-se para a capital para cursar letras na USP. Em outubro de 1968, foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Após a prisão, esteve por quinze dias em sua cidade. Foi essa a última vez que os pais e a irmã o viram.

Segundo informações dos órgãos de segurança, divulgadas em notas oficiais de imprensa, Ruy seria um dos nove militantes da ALN que seqüestraram um avião da Varig, no trajeto Buenos Aires-Santiago, desviando-o para Cuba, em 4 de novembro de 1969. Depois de receber treinamento militar em Cuba, Ruy voltou ao Brasil em meados de 1971 e passou a atuar na clandestinidade como militante do Molipo. Os órgãos de segurança fizeram uma ligação entre ele e outros militantes dessa organização que teriam se estabelecido no norte de Goiás em 1971, depois de tentarem se fixar na Bahia, nas proximidades do rio São Francisco. Ruy teria passado algum tempo na região de Balsas, no Maranhão, antes de se deslocar para o norte goiano.

De acordo com fontes oficiais, Ruy teria sido preso depois que um companheiro, conforme o jargão da militância clandestina, “entregou o ponto” que ambos tinham acertado entre si no dia 31 de dezembro de 1971. Durante muitos anos o destino de Ruy permaneceu ignorado. Seu nome consta entre os desaparecidos no Anexo I da Lei 9.140/95. A data e local de sua morte somente foram descobertos após a abertura dos arquivos do DOPS/SP. Em janeiro de 1992, foi encontrada uma relação intitulada: Retorno de Exilados,

endereçada ao então delegado Romeu Tuma. Dentre os nomes relacionados, estava o de Ruy Carlos Vieira Berbert com as seguintes observações: “suicidou-se na Delegacia de Polícia de Natividade/GO – JAN 72 – INFO 20/72 do DOPF/GO”. Também no exame dos arquivos secretos do DOPS do Paraná uma ficha com seu nome foi encontrada na gaveta que continha dados sobre 17 “falecidos”.

Uma caravana liderada pelo deputado Nilmário Miranda, com o advogado Idibal Piveta representando a família de Ruy, visitou Natividade para colher informações confiáveis a respeito de sua prisão e desaparecimento. A versão sobre seu suposto suicídio merece pouca credibilidade, como em dezenas de casos similares ocorridos durante a ditadura militar. Apesar de Ruy ter sido enterrado no mesmo dia que um conhecido morador de Natividade, sendo seu enterro acompanhado por dezenas de populares, não foi possível localizar sua sepultura na tentativa realizada pela equipe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp.

A família de Ruy, informada de que estava morto, e da impossibilidade prática da localização de seu corpo no cemitério de Natividade, promoveu, 19/05/1993, o seu enterro simbólico, na cidade de Jales (SP). Contando com o apoio do Grêmio Estudantil Ruy Carlos Vieira Berbert, da cidade, e após homenagem na Câmara Municipal, seus familiares, acompanhados de grande cortejo popular, conduziram ao cemitério uma urna funerária contendo alguns de seus objetos pessoais. Posteriormente, uma escola pública de Presidente Prudente, cidade vizinha de Regente Feijó, onde Ruy nasceu, foi batizada com seu nome.

RUY FRAZÃO SOARES (1941-1974)

Nascido em São Luís, quando estudante secundarista, Ruy organizou uma banda que percorreu o interior do Maranhão. Mudou-se para Recife em 1961, estudou engenharia e participou da Juventude Universitária Católica. Logo depois de abril de 1964, foi determinada a mudança da faculdade para local de difícil acesso e sem estrutura adequada. Ruy liderou a resistência dos alunos, sendo preso e torturado. Passando por Nova York, em julho de 1965, denunciou na ONU as torturas que começavam a ser praticadas no Brasil.

A partir de 1967, já militante da AP, Ruy teve papel destacado no movimento dos trabalhadores do rio Pindaré, junto a Manoel da Conceição, que resultaria em grave conflito armado em julho de 1968. A repressão se abateu sobre o trabalho da AP no interior do Maranhão. Ruy passou à vida clandestina, adotando a identidade de Luís Antônio Silva Soares. Na disputa interna vivida por essa organização entre 1971 e 1972, alinhou-se na ala que optou pelo ingresso no PCdoB.

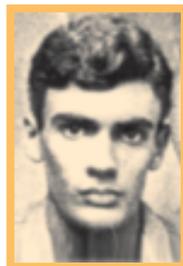
Na manhã do dia 27/5/1974, Ruy foi preso na feira de Petrolina, onde trabalhava como comerciante, por três policiais armados, que o agrediram, ameaçaram de morte, algemaram e jogaram no porta-malas de uma viatura preta da Polícia Federal. Os policiais retornaram mais tarde para recolher as mercadorias e até a lona da barraca da Ruy. A feirante Lélia perguntou aos policiais para onde o tinham levado, recebendo como resposta que não era para se meter porque a boca era quente.



Felícia de Moraes Soares, sua esposa, escreveu à *Folha de S.Paulo*, ao *Jornal do Brasil* e a diferentes órgãos da imprensa brasileira. Dona Alice, a mãe de Ruy Frazão, escreveu também uma carta ao ministro da Justiça, Armando Falcão, que havia sido colega do seu marido no Instituto Nacional do Sal. Ela também viajou para Recife e lá procurou os altos comandos militares, encontrando sempre a mesma negativa: ninguém sabia de seu filho. O encaminhamento jurídico do caso também esbarrou na justificativa de sempre: Ruy não se encontrava em nenhuma dependência policial-militar.

Em setembro de 1974, o militante Alanir Cardoso, também preso, foi confrontado com uma foto de Ruy, de perfil, feita no cárcere, e ouviu dos policiais: “O Comprido já virou presunto”. Em 26/3/1991, a Justiça responsabilizou a União pela prisão, morte e ocultação do cadáver de Ruy, sendo condenada a pagar uma indenização superior a R\$ 6,5 milhões. Seus restos mortais, no entanto, nunca foram entregues à família.

SÉRGIO LANDULFO FURTADO (1951-1972)



O baiano Sérgio nasceu em Serrinha, estudou economia na Universidade Federal da Bahia e passou à clandestinidade em 1969. Integrou a Dissidência Comunista da Bahia, que se reuniu à Dissidência da Guanabara na constituição do MR-8. Respondeu a diferentes processos na Justiça Militar, sendo julgado à revelia por participação em ações armadas.

Teria sido preso em 11/7/1972, no bairro da Urca, Rio de Janeiro, junto a Paulo Costa Ribeiro Bastos. Há duas versões sobre os fatos: ou foram presos no próprio apartamento em que residiam, ou conseguiram escapar dali e se refugiaram num ônibus que foi interceptado adiante, numa barreira dos agentes dos órgãos segurança que fechava a única saída daquele bairro densamente habitado por oficiais. Foram levados ao DOI-Codi/RJ, sendo torturados e mortos.

No próprio dia de sua prisão, Sérgio havia telefonado à mãe. No dia 24 de julho, seus pais receberam telefonema em Salvador informando que o filho tinha sido preso no Rio. Viajaram para lá, constituindo como advogado Augusto Sussekind, que impetrou *habeas corpus* junto ao STM. Nunca conseguiram obter respostas das autoridades sobre o paradeiro de Sérgio.

Em 1978, o ministro do STM general Rodrigo Octávio Jordão requereu ao tribunal que fosse investigado o desaparecimento de Paulo e Sérgio, mas nada foi apurado. O livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, transcreve depoimento de Paulo Roberto Jabour, que esteve preso no Presídio Milton Dias Ferreira, no Rio: “[...] pude constatar, durante o segundo semestre de 1972, que era voz corrente neste órgão repressivo que Sérgio Landulfo, o Tom, tinha sido morto. Idêntica constatação pode fazer Nelson Rodrigues – também conduzido frequentemente ao Dops. A Nelson, o escrivão chamado Bioni confirmou a veracidade da notícia da morte de Sérgio”.

A morte de Sérgio também foi assumida na entrevista que um general estreitamente vinculado aos órgãos de segurança do regime militar concedeu à *Folha de S.Paulo* em 28/1/1979.

Em Petrópolis, RJ, por solicitação da CEMDP, o Ministério Público Federal determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, inclusive Sérgio.

STUART EDGAR ANGEL JONES (1945-1971)

Filho da estilista Zuzu Angel com o norte-americano Norman Angel Jones, Stuart nasceu em Salvador e cresceu no Rio de Janeiro. Apaixonado por esportes, praticou tênis, natação, capoeira, levantamento de peso e remo. Estudou Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo trabalhado como professor. Militou no MR-8 desde quando se chamava Dissidência da Guanabara, integrando sua direção a partir de meados de 1969.

Stuart foi preso por volta das 9h da manhã do dia 14 de maio de 71, na avenida 28 de Setembro, em Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro, por agentes do Cisa. As circunstâncias de sua morte sob torturas, nessa mesma noite, foram narradas, em carta a Zuzu, pelo preso político Alex Polari de Alverga, que esteve com ele naquela unidade da Aeronáutica, na Base Aérea do Galeão:

[...] Consegui com muito esforço olhar pela janela que ficava a uns dois metros do chão e me deparei com algo difícil de esquecer: junto a um sem-número de torturadores, oficiais e soldados, Stuart, já com a pele semiesfolada, era arrastado de um lado para outro do pátio, amarrado a uma viatura e, de quando em quando, obrigado, com a boca quase colada a uma descarga aberta, a aspirar gases tóxicos que eram expelidos.

Anos depois, Amílcar Lobo, médico que atuava no DOI-Codi/RJ, confessaria ter atendido Stuart: “Ele tinha equimoses no abdômen e tórax causados provavelmente por socos [...] dei a ele analgésicos”. No livro *Desaparecidos Políticos*, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa escrevem:

Para o desaparecimento do corpo existem duas versões. A primeira é de que teria sido [...] jogado em alto-mar pelo mesmo helicóptero. Mas, de acordo com outras informações, o corpo de Stuart teria sido enterrado como indigente, com o nome trocado, num cemitério de um subúrbio carioca, provavelmente Inhaúma. Os responsáveis: os brigadeiros Burnier e Carlos Afonso Dellamora, o primeiro, chefe da Zona Aérea e, o segundo, comandante do Cisa; o tenente-coronel Abílio Alcântara, o tenente-coronel Muniz, o capitão Lúcio Barroso e o major Pena – todos do mesmo organismo; o capitão Alfredo Poeck – do Cenimar; Mário Borges e Jair Gonçalves da Mota – agentes do Dops.

O crime teve repercussão nacional e internacional, principalmente em razão dos esforços de sua mãe, a estilista Zuzu Angel, que também acabou morta pelos agentes da repressão. Os principais jornais estrangeiros registraram o fato. No relatório da Marinha, de 1993, consta que Stuart foi morto no Hospital Central do Exército, mas a data é incorreta. O relatório da Aeronáutica limita-se a informar: “neste órgão não há dados a respeito da prisão e suposta morte de Stuart Edgar Angel Jones”.

O caso foi levado também ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que naquele período, e particularmente na gestão do ministro da Justiça Alfredo Buzaid, desempenhou um papel meramente homologatório perante as violências praticadas pelo Estado ditatorial. Em 1972, por 8 votos a 1, o processo foi arquivado, sendo surpreendente o fato de o representante da OAB no órgão, Raymundo Faoro, ter se alinhado em seu voto com essa maioria, onde estava também o senador Filinto Müller, notório chefe de torturador durante o Estado Novo.

Em 9 de dezembro de 2010, como parte do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, foi inaugurado, na sede do Flamengo, no Rio de Janeiro, um memorial em homenagem a Stuart, que pertenceu à sua equipe de remo.



THOMAZ ANTÔNIO DA SILVA MEIRELLES NETTO (1937-1974)



Natural de Parintins, Amazonas, o jornalista e sociólogo Thomaz chegou ao Rio de Janeiro em 1958, onde teve início seu engajamento político. Em 1961, atuou na resistência contra a tentativa de golpe militar que se seguiu à renúncia do presidente Jânio Quadros. Sua militância partidária começou no PCB, tendo depois ingressado na ALN.

No início do governo Médici, foi obrigado a viver na clandestinidade. Preso pela primeira vez em 18 de dezembro de 1970, foi levado para o DOI-Codi e torturado. Posteriormente, foi condenado a três anos e seis meses de prisão. No processo, pesou o fato de que Thomaz fizera parte do seu curso de filosofia em Moscou.

Foi preso pela última vez em 7 de maio de 1974, no bairro do Leblon, Rio de Janeiro, e a partir dessa data nunca mais foi visto. Após o seu desaparecimento, foi julgado à revelia, em São Paulo, pela 2ª Auditoria Militar, sendo condenado à pena de dois anos de reclusão.

O nome de Thomaz consta da lista de pessoas consideradas desaparecidas e assumidas como mortas por um general responsável pelo aparelho repressivo, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 28 de janeiro de 1979.

Notícia veiculada pelo *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, de 3 de agosto de 1979, afirma que 14 desaparecidos políticos foram mortos pelos serviços secretos das Forças Armadas e dentre eles está o nome de Thomaz. A reportagem da *Folha de S. Paulo* ouviu essa informação de dois generais e de um coronel.

Em 15 de abril de 1987, a revista *IstoÉ*, na reportagem *Longe do Ponto Final*, publicou declarações do ex-médico militar Amílcar Lobo de que havia visto Thomaz no DOI-Codi no Rio de Janeiro, sem precisar a data.

O chamado “Livro Negro sobre o Terrorismo no Brasil”, produzido pelo CIE entre 1986 e 1988, registra a informação pouco verossímil de que, em julho de 1966, o PCB teria enviado “10 militantes para realizarem um curso de guerrilha em Moscou”, sendo o nome de Thomaz incluído no grupo. Também consta ali que Meirelles teria executado, em junho de 1973, um militante da RAN que tinha sido preso e que havia ajudado os órgãos de segurança a montar a emboscada em que foi morto Merival Araújo, da ALN. Em documentos dos órgãos de segurança, Thomaz é acusado de ter participado da execução do delegado Octavio Gonçalves Moreira Júnior, do DOI-Codi/SP e do Comando de Caça aos Comunistas, em Copacabana, em fevereiro de 1973.

Nos arquivos secretos do Dops/SP, foi descoberto um documento onde consta que Thomaz foi “novamente preso em 07/05/1974, quando viajava do Rio de Janeiro para São Paulo”. O Relatório do Ministério da Marinha, assinado pelo Ministro Ivan Serpa, relata: “DEZ/72, preso anteriormente e liberado na primeira semana de dez/72, preso novamente no dia 07/mai/74, entre o Rio de Janeiro para São Paulo”.

Em Petrópolis, RJ, por solicitação da CEMDP, o Ministério Público Federal determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, Thomaz inclusive.

UMBERTO DE ALBUQUERQUE CÂMARA NETO (1947-1973)

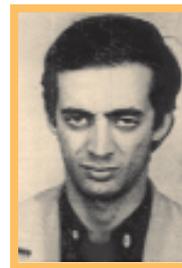
Paraibano de Campina Grande, Umberto estudou medicina na Universidade Federal de Pernambuco e foi presidente do diretório acadêmico de sua faculdade. Em 1968, já militando na AP, foi escolhido representante daquele estado na chapa de Jean Marc Von der Weid, formada pela organização clandestina em aliança com o PCdoB para dirigir a UNE, sendo preso no 30º Congresso da entidade, em Ibiúna (SP). Era constantemente ameaçado pelos órgãos de repressão e também por organizações paramilitares como o CCC – Comando de Caça aos Comunistas.

Em 1969, Umberto foi escolhido um dos vice-presidentes da UNE. Em 1972, participou da tentativa de organizar as comemorações do cinquentenário da Semana de Arte Moderna, frustradas nos principais estados pela intervenção dos órgãos de segurança, que efetuaram dezenas de prisões.

No final de 1972, Umberto já estava submetido a vários processos na Justiça Militar e tinha de viver e atuar em estrita clandestinidade. Foi preso no dia 8 de outubro de 1973 pelo DOI-Codi, no Rio de Janeiro, depois de ter encontrado, numa viagem de ônibus, seu companheiro de organização, assassinado pelos órgãos de segurança 20 dias depois, José Carlos Novaes da Mata Machado, que provavelmente já estava sendo seguido.

Documento encontrado nos arquivos secretos do Dops/SP registra: “nascido em 1947, ex-estudante de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, ex-membro da UNE, preso no dia 8/10/73, no Rio de Janeiro”. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa erroneamente que Humberto “foi visto em Recife em Jul/74”, enquanto o relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, confirma sua morte em outubro de 1973.

Em Petrópolis, RJ, por solicitação da CEMDP, o Ministério Público determinou um levantamento nos livros de registro dos cemitérios da cidade. O estudo da documentação deu indicações sobre a possível localização dos restos mortais de 19 desaparecidos políticos, inclusive Umberto.



VIRGÍLIO GOMES DA SILVA (1933-1969)

Nascido no Rio Grande do Norte, ainda criança Virgílio deslocou-se com sua família para o Pará, onde o pai trabalhou na extração de borracha, em Fordlândia. Em 1945, aos 11 anos, ele retornou à terra natal com sua mãe e irmãos, decidindo mudar-se sozinho para São Paulo em 1951, na busca de sobrevivência e apoio à família. Nos primeiros tempos na capital paulista, chegou a dormir em bancos de jardim no Largo da Concórdia.

Operário da Nitroquímica, importante indústria do Grupo Votorantim em São Miguel Paulista, zona leste da cidade, Virgílio filiou-se ao PCB em 1957, tornou-se membro da diretoria do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. Liderou uma forte mobilização grevista na Nitroquímica, em 1963. Foi preso em 1964, permanecendo detido por quatro meses. Perseguido pela sua militância, não conseguia ser readmitido nas fábricas. Próximo a Carlos Marighella, acompanhou esse dirigente



comunista no rompimento com o PCB em 1967, sendo enviado a Cuba para treinamento de guerrilha. Com o nome de guerra Jonas, dirigiu o Grupo Tático Armado da ALN e era acusado pelos órgãos de segurança de participação em ações armadas que resultaram em mortes.

Virgílio foi preso no dia 29/9/1969, na avenida Duque de Caxias, em São Paulo, por agentes da Operação Bandeirante (Oban) poucas semanas após ter comandado, no Rio de Janeiro, o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, operação que representou sério revés para o regime militar, levando-o a desencadear, em resposta, violenta escalada repressiva. No dia anterior, fora preso seu irmão, Francisco. No mesmo dia 29, a polícia também deteve, num sítio em São Sebastião, litoral paulista, sua mulher Ilda e três de seus quatro filhos: Wladimir, com 8 anos, Virgílio, com 7, e Maria Isabel, um bebê de quatro meses. Gregório, que tinha dois anos, não foi levado por não estar na casa. Ilda permaneceu presa por nove meses, incomunicável, sem qualquer notícia dos filhos durante a metade desse tempo. Depois da Oban, foi levada para o DOPS e, por último, esteve no Presídio Tiradentes. As crianças foram enviadas por dois meses ao Juizado de Menores, onde a menina sofreu grave desidratação.

Virgílio chegou à Oban encapuzado, por volta de 10h30, e morreu 12 horas depois. Francisco, o irmão, foi informado da morte pelo capitão Albernaz. O preso político Celso Antunes Horta viu o corpo na cela. Outros presos políticos foram informados da morte de Virgílio. Mas a informação oficial dos órgãos de segurança a partir desse dia foi sempre no sentido de que Virgílio estaria foragido. A denúncia de seu assassinato foi feita em depoimentos na Justiça Militar e em documentos elaborados pelos presos políticos. Segundo eles, Virgílio morreu nas mãos de torturadores liderados pelo major Inocêncio F. de Matos Beltrão e pelo major Valdir Coelho, chefes da Oban.

Na busca de esclarecimento, os familiares foram reunindo, ano a ano, cada uma das informações que terminaram comprovando as verdadeiras circunstâncias da morte de Virgílio. Nos arquivos do DOPS do Paraná, seu nome constava de uma gaveta de “falecidos”. No encaminhamento nº 261 do SNI, de 31/10/1969, lê-se: “*Virgílio Gomes da Silva - ‘Jonas’, falecido por resistir à prisão*”. Em sua ficha nos arquivos do DOPS/SP está escrito, a máquina, ao lado do seu nome, entre parênteses: “morto”. O relatório da Marinha, de 1993, reconhece a morte, mas com falsa versão: “*morreu em 29 de setembro de 1969, ao reagir a bala quando de sua prisão em um aparelho*”.

Durante muitos anos o destino de Virgílio ficou desconhecido. Novas informações surgiram com a abertura da Vala de Perus, em 1990, e o acesso aos arquivos do IML/SP. A Comissão de Familiares tentou resgatar, no Cemitério de Vila Formosa, o corpo enterrado através da requisição de exame identificada com o nº 4059/69. Tratava-se do corpo de um desconhecido enterrado como indigente na data do desaparecimento de Virgílio, com suposta procedência da 36ª DP – sede da Oban. As buscas foram infrutíferas, por não existir um mapa das quadras do cemitério, na época, e por ter sido plantado um bosque no local. O nome de Virgílio figurava na lista de 135 desaparecidos do anexo à lei nº 9.140/95.

Somente em 2004 a verdade sobre o destino de Virgílio foi confirmada por documentos oficiais. O jornalista Mário Magalhães, ao pesquisar o arquivo do DOPS, localizou o laudo e a foto do corpo. Enterrado como desconhecido sob o nº 4059/69, anteriormente pesquisado, o corpo fora identificado.

O laudo assinado por Roberto A. Magalhães e Paulo A. de Queiroz Rocha descreve escoriações em todo o rosto, braços, joelhos, punho direito e ainda equimoses no tórax e abdômen, hematomas intensos na mão direita e na polpa escrotal. Internamente registraram hematoma intenso e extenso na calota craniana, fratura completa com afundamento do osso frontal, hematomas em toda a superfície do encéfalo, hematoma intenso no tecido subcutâneo e muscular da sétima à décima-primeira costelas esquerdas, fratura completa da oitava, nona e décima costelas direitas.

A identificação foi feita através das digitais. O texto é assinado pelo delegado Emílio Mattar e pelo agente Gilberto da Cruz, da Divisão de Identificação Civil e Criminal da Secretaria de Segurança Pública, sendo que o delegado Mattar era o diretor do órgão que identificou o cadáver desconhecido como sendo o de Virgílio. Junto aos documentos, um bilhete escrito a mão arbitra o desaparecimento: “*Não deve ser informado*”.

A ala do cemitério de Vila Formosa em que estavam sepultados opositores políticos do regime foi descaracterizada ainda na década dos 70. Sobre sepulturas foram feitas alamedas e plantadas árvores. Após duas outras expedições de pesquisa ao cemitério, em 29 de novembro de 2010, teve início uma busca planejada conjuntamente pelo Ministério Público Federal de São Paulo, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, pela a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pela Polícia Federal. Há indícios de que os restos mortais de Virgílio estejam ali depositados. Os trabalhos continuavam no final de 2010.

VITOR CARLOS RAMOS (1944-1974)

Nascido na cidade paulista de Santos, Vitor era escultor. Em 1964, iniciou sua participação política em movimentos de esquerda. Militante da VPR, em 1969, ao ter sua prisão decretada no Brasil, atravessou a fronteira com o Uruguai. Morou no Chile até a queda de Salvador Allende, em setembro de 1973, e foi para a Argentina com outros refugiados brasileiros. Acometido de distúrbios psicológicos, fez tratamento psiquiátrico durante alguns meses.

Segundo o arquivo do Dops/RJ, Vitor era “elemento conhecido deste departamento, pois já foi indiciado por inquérito policial por prática de subversão”. Vários documentos com datas entre 1969 e 1972 mostram que ele (em alguns casos, dito Vitor Carlos Silva) era procurado pelos órgãos de segurança. Ele também aparece como um dos brasileiros que pediram asilo na Argentina após a deposição de Salvador Allende.

Vitor foi um dos seis guerrilheiros que, enganados pelo agente infiltrado Alberi Vieira dos Santos, um ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, decidiram retornar clandestinamente em julho de 1974 para combater o regime militar. Entraram pela região de Foz do Iguaçu. Atraídos para uma cilada, acabaram executados no município de Medianeira (PR), no interior da mata do Parque Nacional do Iguaçu.

Segundo Aluísio Palmar, em seu livro “*Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*”, lançado em 2005, Alberi convencera o grupo de que a melhor entrada para o Brasil seria uma base de apoio em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Longe de ser uma base, o sítio aonde chegaram era uma armadilha:



Para cumprir a ordem de extermínio, um grupo comandado pelo cão de guerra major Sebastião Rodrigues Curió, que usava o pseudônimo de doutor Marco Antonio Luchinni, iria esperar no Caminho do Colono, seis quilômetros mato adentro. [...] O grupo caminhou um pouco e, de repente, antes de chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. [...] Após o tiroteio, a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina.

Segundo Palmar, os militares limparam a área, enterrando os corpos numa cova ali mesmo.

Em maio de 2005, a Secretaria de Direitos Humanos procedeu à busca com os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, mas não foi possível encontrar a cova. Os trabalhos foram retomados em 2010, realizaram-se novas escavações em áreas prováveis de sepultamento, sem que os despojos tenham sido encontrados.

WALTER DE SOUZA RIBEIRO (1924 -1974)



Mineiro de Teófilo Otoni, Walter ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras e tornou-se segundo-tenente em 1950. Foi reformado como oficial do Exército, em 1951, por ter assinado um manifesto contra o uso de armas atômicas e contra o envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. Documentos dos órgãos de segurança o citam como integrante do Comitê Central do PCB e registram uma viagem que teria feito a Cuba em 1963.

Walter foi preso com dois outros integrantes do Comitê Central do PCB em São Paulo no dia 3 de abril de 1974.

Após o seu desaparecimento, a família conseguiu colocar anúncios nos jornais denunciando o fato e participou de encontro com o general Golbery do Couto e Silva. Na resposta do governo, em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça, Armando Falcão, acusou Walter de ser subversivo, indigno para o oficialato e frisou que havia contra ele mandado de prisão expedido desde 1970.

Indignada com a nota do Ministro, sua esposa, Aldacy, protestou contra as calúnias, apresentando documentos que desmentiam o ministro. Havia sido expedida pela 2ª Auditoria do Exército de São Paulo certidão negativa que atestava boa conduta de seu marido. Para a família, seu desaparecimento representou privações financeiras, uma vez que viúva e filhos não podiam sequer receber o soldo a que tinham direito, por inexistência de atestado de óbito.

Em *A Ditadura Derrotada*, Elio Gaspari levanta a possibilidade de algum agente infiltrado no PCB ter causado os cinco desaparecimentos ocorridos no início do governo Geisel. Ouviu do dirigente Givaldo Siqueira que ele estava desconfiado da possibilidade de Walter de Souza Ribeiro estar “campanado”. O jornalista escreve:

Em 1992 um ex-sargento do Exército, Marival Chaves Dias do Canto, narrou ao repórter Expedito Filho, da revista *Veja*, uma parte de seus sete anos de serviço na máquina de repressão militar em São Paulo. Segundo ele [...] Walter de Souza Ribeiro, David Capistrano e José Roman foram levados para a casa que o CIE mantinha em Petrópolis. Esquartejaram-nos.

WALTER RIBEIRO NOVAES (1939-1971)

Baiano de nascimento, conhecido na militância da VPR como Careca, Walter trabalhava como salva-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo do Rio de Janeiro, na praia de Copacabana. Era casado com Atamilca Ortiz Novaes, de origem indígena, com quem tinha dois filhos. Foi preso no dia 13 de junho de 1970, ainda quando trabalhava na praia, e solto dois meses depois, passando a viver na clandestinidade. A partir daí, segundo consta, ele teria assumido a tarefa de cuidar da infraestrutura do comando da VPR, tendo participado dos sequestros dos embaixadores alemão e suíço.

A segunda prisão de Walter ocorreu em 12 de julho de 1971, às 18h30, no bairro da Penha, Rio de Janeiro, quando ele ia para um encontro de rua com um simpatizante da organização conhecido como Alípio, que também era salva-vidas e trabalhava na Barra da Tijuca. A família foi alertada e começou a procurá-lo nos órgãos de segurança. Chegou a fazer contato com um policial, que informou, em troca de dinheiro, que ele se encontraria no Dops. Esse contato foi interrompido, no entanto, quando o policial alegou estar sendo ameaçado de morte.

Os ex-presos políticos Alex Polari de Alverga e Lúcia Maurício Alverga, também da VPR, em depoimentos prestados na época à Justiça Militar, denunciaram que os agentes do DOI-Codi/RJ disseram que Walter estava morto após ter sido torturado naquele órgão de repressão. Inês Etienne Romeu, em seu relatório de prisão do período em que esteve sequestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), afirma que ali esteve, em julho de 1971, um militante que pensa tratar-se de Walter. O carcereiro “Márcio” lhe afirmou que o tinham matado. Inês acrescentou que, no período calculado por ela entre 8 e 14 de julho, houve uma ruidosa comemoração dos carcereiros em virtude de sua morte. Walter integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

WILSON SILVA (1942-1974)

Paulista de Taubaté, Wilson mudou-se em 1961 para São Paulo para estudar. Formou-se em física pela USP. Foi militante da Polop entre 1967 e 1969, ligando-se então à ALN, na qual passou a ser conhecido pelo codinome Rodrigues. Foi um dos poucos membros da organização a conseguir manter sua militância por mais de cinco anos sem ser preso ou sair do País.

No dia 22 de abril de 1974, Wilson foi almoçar com sua esposa, Ana Rosa, também militante, em um restaurante no centro de São Paulo. O casal desapareceu nas proximidades da praça da República. Os colegas de trabalho de Ana Rosa estranharam sua ausência e avisaram a família, que, ao procurar Wilson, ficou sabendo que ele também havia desaparecido.

As duas famílias passaram a viver o tormento da busca por informações. A Comissão de Direitos Humanos da OEA foi acionada, como recurso extremo, no dia 10 de dezembro de 1974. Ao pedido de investigação daquela instância interamericana, o governo brasileiro alegou não ter responsabilidade alguma sobre o destino do casal nem informações sobre o caso.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, confirmou que Wilson Silva “foi preso em São Paulo a 22/04/1974, e dado como desaparecido desde então”. Na ficha de Wilson Silva, no arquivo do Deops, consta que ele foi “preso em 22/04/1974, junto com sua esposa Rosa Kucinski”.



O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, conseguiu uma audiência em Brasília com o general Golbery do Couto e Silva e obteve como resposta promessas de investigação. Pouco tempo depois, o ministro de Justiça, Armando Falcão, publicou a nota oficial informando sobre o destino dos desaparecidos políticos, em que Ana Rosa e Wilson Silva foram citados como ‘terroristas foragidos’.

Anos depois do episódio, o tenente-médico Amílcar Lobo, que serviu no DOI-Codi/RJ e na “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), reconheceu Wilson como uma das vítimas de torturas atendidas por ele. Já ex-agente do DOI-Codi/SP, em entrevista à Veja de 18 de novembro de 1992, informou: “Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva, foram [...] presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados”.

ZELMO BOSA (1937-1976)

Gáucho de Ronda Alta, o agricultor Zelmo esteve preso mais de uma vez por suas atividades políticas, após 1964. As informações sobre seu desaparecimento foram colhidas com sua filha e com amigos e contêm imprecisões de data. O ano de 1976, contudo, é o mais provável, apesar de os depoimentos destoarem em alguns pontos.

Parece não restar dúvida de que Zelmo desenvolveu intensa atividade política nas décadas de 1960 e 1970, em Trindade do Sul, na época pertencente ao município de Nonoai, onde chegou a ser vereador. Teria participado de ocupações de terras e pertenceria ao chamado Grupo dos Onze, de inspiração brizolista.

João Maria Antunes testemunhou que “em 1964 ou 1965 alguns brigadianos chefiados pelo cabo João estiveram na casa de Zelmo e o prenderam [...] Zelmo foi vereador em Trindade do Sul e [...] desapareceu”. Segundo Antônio Conceição dos Santos Machado, “o desaparecido era um ativista político no município de Nonoai; entre 1974 e 1975, Zelmo passou em sua casa e pediu-lhe mantimentos, pois estava sendo perseguido por policiais do regime militar”.

Cleto dos Santos, que foi líder do PTB em Nonoai em 1964, informa que Zelmo tentou reagir no momento em que foi preso, na praça da cidade, pelo coronel Gonçalo Curio de Carvalho e pelo delegado Sebastião Nunes. Acrescenta a informação de que

Zelmo Bosa, em certo momento, esteve ligado ao sargento Alberi, que era ligado ao coronel Jefferson Cardim, rumando para o Paraná ou para o Mato Grosso. Existiam vários boatos acerca do desaparecimento de Zelmo Bosa, sendo que diziam também que o mesmo teria sido assassinado por policiais no lugar denominado Cascata do Lobo. Zelmo Bosa vinha a Nonoai escondido, quando visitava a sua família e seus parentes. O depoente, juntamente com o vereador João Maria Antunes, tentou localizar Zelmo Bosa em delegacias, no IML, porém jamais conseguiu localizar qualquer vestígio de Zelmo Bosa, seja vivo ou morto.

MORTOS CUJOS CORPOS NUNCA FORAM DEVOLVIDOS ÀS FAMÍLIAS

ADERVAL ALVES COQUEIRO (1937-1971)

Nascido no município baiano de Brumado, Aderval iniciou cedo sua militância política no PCB e foi um dos candangos que trabalhou na construção de Brasília, além de ter sido operário da construção civil no Estado de São Paulo, onde residiu desde 1961. Ao se desligar do PCB, passou a integrar o Comitê Regional do PCdoB/SP, voltando suas atividades à zona rural. Por volta de 1967/1968, desligou-se do PCdoB para integrar a Ala Vermelha.

Foi preso em São Paulo, em 29 de maio de 1969, sendo torturado na 2ª Companhia da Polícia do Exército, depois transferido para o Dops/SP e, finalmente, para o Presídio Tiradentes. Em junho de 1970, figurou entre os 40 presos políticos trocados pelo embaixador alemão Von Holleben. Enviado à Argélia, de lá se deslocou para Cuba, regressando ao Brasil já integrado ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), grupo dissidente da Ala Vermelha. Foi morar num apartamento do bairro do Cosme Velho, no Rio, tendo sido morto uma semana depois. De acordo com o laudo oficial, sua morte deveu-se a uma “ferida transfixante do tórax e lesão do pulmão direito”. O corpo jamais foi entregue à família.

O *Jornal do Brasil* de 8 de fevereiro de 1971 referiu-se ao cerco de mais de 50 policiais e publicou uma foto de Aderval morto, alvejado pelas costas. O *Jornal da Tarde*, de São Paulo, traz o depoimento de um oficial que participara da operação, informando que a localização da casa começara a ser feita um mês antes. Repetindo a tática já costumeira de manchar a imagem dos militantes detidos, esse agente dos órgãos de segurança disse que a residência teria sido apontada pelo ex-deputado federal Rubens Paiva a um grupo de oficiais da PE.

O zelador do prédio onde Aderval foi morto declarou não ter presenciado o tiroteio, pois estava no último andar do edifício. Mas ouviu, durante a operação militar, um agente gritando: “Atira e mata!”. Ele contou ainda que foi chamado pelos policiais para prestar informações sobre a vítima e viu o cadáver no local, com diversas marcas de tiro. Também afirmou que Aderval estava desarmado, vestido apenas com um calção, e que ouviu um dos agentes dizer: “Bota a arma do lado dele”. O zelador, em seu relato, não deu qualquer indicação de que o militante teria tentado reagir.

A Comissão de Familiares juntou ao processo na CEMDP fotos do corpo, cedidas pela Agência JB, e fotos atuais do prédio onde ocorreu a morte, sendo solicitada a expedição de ofício ao IML/RJ, em mais uma tentativa de localização do laudo necroscópico. Apenas uma certidão do IML Afrânio Peixoto foi fornecida, com o seguinte teor:

Consta no Livro de Registro de Cadáveres, às fls 03, que na data de 06/02/71, deu entrada no Serviço de Necropsias, o corpo de Aderval Alves Coqueiro, tendo sido encaminhado pelo Dops, com a guia de remoção s/n., com a idade de 33 anos, brasileiro, casado, profissão: datilógrafo, residência: Rua Bandeirantes 10-B, Diadema, São Paulo, tendo a morte ocorrido em consequência de crime, sendo a *causa mortis* ferida transfixante do tórax – lesão do pulmão direito.



O episódio repercutiu na imprensa porque Aderval fora o primeiro banido encontrado no Brasil pelos órgãos de segurança. Na CEMDP, as fotos obtidas com a Agência JB representaram uma prova conclusiva da falsidade da versão oficial, pois as manchas de sangue no piso sugeriam que o corpo fora arrastado e evidenciaram que o militante não fora abatido no local onde se encontrava o corpo. Tampouco o revólver poderia estar na posição em que se via na foto. Mostraram, ainda, outras lesões não referidas nas informações do IML: nítidos sinais de ferimentos na cabeça, na nádega esquerda e na perna direita. Após o voto favorável do relator, houve pedido de vistas ao processo. O revisor, Luís Francisco Carvalho Filho, acompanhou o voto do relator. A CEMDP concluiu que a morte de Coqueiro não ocorreu conforme a versão oficial.

ALCERI MARIA GOMES DA SILVA (1943-1970)



Gáucha de Porto Alegre, afrodescendente, Alceri trabalhava no escritório da fábrica Michelletto, em Canoas, onde começou a participar do movimento operário e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Em setembro de 1969, visitou sua família em Cachoeira do Sul para informar que estava de mudança para São Paulo, engajada na luta contra o regime militar.

Após sua morte, a família viveu um processo de desestruturação. O pai, desgostoso, morreu menos de um ano depois de saber, por um delegado de Canoas, que a filha fora morta em São Paulo. Uma de suas irmãs, Valmira, também militante política, não suportou a culpa por ter permitido que a irmã saísse de sua casa. Suicidou-se ingerindo soda cáustica.

Segundo relatos de presos políticos de São Paulo, Alceri foi morta por agentes da Oban chefiados pelo capitão Maurício Lopes Lima, em companhia de Antonio dos Três Reis Oliveira. Contra ela foram disparados quatro tiros, de acordo com o laudo necroscópico assinado pelos legistas João Pagenotto e Paulo Augusto Queiroz Rocha, que descrevem ferimentos no braço, no peito e dois que penetraram pelas costas, na coluna.

Alceri foi enterrada no cemitério de Vila Formosa, mas seu corpo nunca foi resgatado, apesar das tentativas feitas pela Comissão de Investigação da Vala de Perus, em 1991. As modificações no cemitério, feitas em 1976, não deixaram registros que permitissem o rastreamento de seus restos mortais.

Ao examinar o processo de Alceri, o relator da CEMDP considerou que as circunstâncias de sua morte foram exatamente as mesmas de Antônio dos Três Reis de Oliveira, invocando o reconhecimento, por analogia, da sua morte pela Lei 9.140/95. Segundo Relatório do Ministério da Aeronáutica de 1993, Oliveira foi morto no dia 17 de maio de 1970, no bairro do Tatuapé, em São Paulo, quando uma equipe dos órgãos de segurança averiguava a existência de um “aparelho”.

Em matéria veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 8 dezembro de 2010, o ex-capitão do Exército, participante da Oban, Maurício Lopes Lima confirma o comando da operação, relatando que, no local inspecionado, havia um alçapão e que “embaixo tinha uma menina, que também foi atingida e saiu com vida. [...] O Antônio morreu na ação. A mulher saiu viva e morreu a caminho do hospital. Baleada. Era a Alcira [sic].”

ALMIR CUSTÓDIO DE LIMA (1950-1973)

O pernambucano Almir tinha 23 anos quando foi morto. Trabalhava como metalúrgico no Rio de Janeiro e era militante do PCBR. Já tinha sido preso em 1972, na ofensiva contra esse partido ocorrida no Nordeste em março daquele ano.

Almir foi um dos quatro militantes do PCBR mortos pelos órgãos de segurança em 27 de outubro de 1973, no Rio de Janeiro. O “Livro Negro do Terrorismo no Brasil”, de autoria atribuída ao Centro de Informações do Exército, registra que eles foram localizados porque Almir passou a ser seguido intensamente, após denúncia de um informante na primeira quinzena de outubro de 1973. Esse documento também o inclui entre os participantes da execução de Salatiel Teixeira Rolins, num bar do Leblon, dia 22 de julho de 1973, onde teria pichado uma parede com a sigla PCBR e jogado sobre o cadáver panfletos assinados “Comando Mário Alves”.

A cena para legalização das execuções dos militantes do PCBR foi montada na praça Sentinela, em Jacarepaguá. No livro *Dos filhos deste solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio registram:

Por volta das 22h um homem desceu de um Opala e avisou: “Afastem-se porque a barra vai pesar”. O repórter de *Veja* (7/11/73) localizou alguém que testemunhou o significado desse aviso: “Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros”. [...] Vindos de todas as ruas que levam à praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho (AA 6960) e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados.

Os documentos oficiais dos arquivos dos ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica, apresentados em 1993, mostram versões desencontradas sobre a morte de Almir e dos outros três militantes. Todos os corpos deram entrada no IML como desconhecidos e foram necropsiados por Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos, que confirmaram a versão oficial. Documento de informação do Ministério da Aeronáutica de 22 de novembro de 1973, número 575, encontrado no arquivo do antigo Dops/SP, afirma: “dia 27/10/1973, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, foram mortos os seguintes militantes do PCBR: Ranússia Alves Rodrigues, Ramires Maranhão do Valle, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho”. Portanto, apesar de todos estarem identificados, foram intencionalmente enterrados como indigentes no cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Em 2 de abril de 1979, seus restos mortais foram transferidos para o ossuário geral e, por volta de 1980 ou 1981, para uma vala clandestina com cerca de 2 mil outras ossadas.

A CEMDP analisou o processo de Almir junto com o de Ranússia Alves Rodrigues, a mulher morta na ação. Em seu parecer, o relator considerou a versão oficial verdadeira, apesar de alguns pontos obscuros, e sugeriu o indeferimento no caso de Almir. No entanto, a maioria da CEMDP aprovou o processo, considerando que ele foi morto nas mesmas circunstâncias em que os demais e que a versão oficial não se sustentava após exame das provas anexadas.



AMARO FÉLIX PEREIRA (1929-1972)



Natural de Rio Formoso, Pernambuco, Amaro Félix era líder dos trabalhadores rurais do canavial e da Usina Central da cidade de Barreiros, da qual era funcionário.

Militou no Partido Comunista Revolucionário (PCR) com o nome de Procópio. Foi preso em 1964, 1966 e 1969. Em 1969, três anos depois de ser demitido da Usina, onde estava quase desde criança, trabalhava no sítio de propriedade de Amaro Luís de Carvalho. Amaro Luís, conhecido como Capivara, era dirigente do PCR e foi morto na Casa de Detenção de Recife em agosto de 1971.

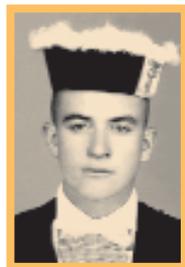
Em 20 de janeiro de 1970, Amaro Félix foi recolhido à Casa de Detenção de Recife, para cumprir condenação de um ano de prisão. Uma certidão da Abin, datada de 11 de março de 2005, informa que foi libertado em 24 de novembro de 1970. Não há registro de outra prisão, tendo sido sequestrado no segundo semestre de 1971 ou em 1972.

Na documentação que foi possível reunir a respeito de Amaro Félix, seu último depoimento foi prestado em 7 de julho de 1970, ainda preso na Casa de Detenção. Pedro Bezerra da Silva, trabalhador rural e companheiro em uma das prisões, declarou que ele foi visto certo dia, de madrugada, depois que fora solto pela última vez, e desaparecera. Estava dentro de um jipe de placa branca, que estacionou em uma oficina de carros para conserto. Amaro Félix estava deitado debaixo do banco, amarrado por correntes, sendo escoltado por policiais, quando foi visto pelo motorista e por funcionários da oficina.

Outros depoimentos confirmam as perseguições e ameaças de morte que sofria. Elias, o filho mais velho, declara que também foi preso e espancado pela polícia e por capangas da Usina Central de Barreiros. Afirma que, do pai, a família somente ouviu rumores de que seu corpo teria sido jogado dentro da caldeira da usina ou no rio Una.

Seu nome nunca constou das listas de mortos e desaparecidos políticos antes de nove dos seus dez filhos apresentarem o requerimento à CEMDP. A comissão acolheu por unanimidade o voto da relatora propondo deferimento do pedido.

ANTÔNIO DOS TRÊS REIS DE OLIVEIRA (1948-1970)



Antônio era natural de Tiros, Minas Gerais. Estudava Economia na Faculdade de Apucarana. Foi membro da União Paranaense de Estudantes e produzia programas para a rádio local, junto com José Idésio Brianesi, como ele militante da ALN. Foi processado por participar do 30º Congresso da UNE, realizado em 1968, em Ibiúna (SP).

Depoimentos de presos políticos de São Paulo atribuem sua morte a agentes da Operação Bandeirantes (Oban) chefiados pelo capitão Maurício Lopes Lima. Antônio foi enterrado no cemitério de Vila Formosa, e seu corpo nunca foi resgatado, apesar das tentativas feitas em 1991 pela Comissão de Investigação da Vala de Perus. As modificações na quadra do cemitério, feitas em 1976, não deixaram registros de onde foram os corpos exumados.

Apesar de a prisão ou morte de Antônio ter sido negada pelas autoridades de segurança, no Relatório do Ministério da Aeronáutica de 1993 consta que ele morreu no dia 17 de maio de 1970, no bairro do Tatuapé, em São Paulo, quando uma equipe dos órgãos de segurança averiguava a existência de um “aparelho”. É mencionado como desaparecido no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, tendo seu nome integrado o Anexo da Lei 9.140/95.

Os documentos acerca de sua morte somente foram encontrados na pesquisa feita no IML/SP em 1991. Ali, foi localizada uma requisição de exame, assinada pelo delegado do Dops Alcides Cintra Bueno Filho, determinando que o corpo somente fosse enterrado após a autorização do órgão. Os legistas João Pagenotto e Albeylard Queiroz Orsini assinaram a certidão de óbito, dando como causa lesões causadas por um tiro que penetrou no olho direito e saiu pela nuca.

Em matéria veiculada pelo jornal *Folha de S.Paulo* de 8 de dezembro de 2010 o ex-capitão do Exército participante da Oban Maurício Lopes Lima confirma o comando da operação, relatando que, durante a averiguação em Tatuapé, “fui procurar o alçapão, encontrei [...] Peguei um canivete, enfiei, tirei e saiu um cara que me deu seis tiros. [...] Eu acho que esse era o Antonio Três Rios [sic]”. “O Antônio morreu na ação”, completa.

ANTÔNIO RAYMUNDO DE LUCENA (1921-1970)

Maranhense de Colinas, Antônio aprendeu os ofícios de eletricitista, pedreiro e mecânico. Perdeu a visão do olho direito aos 12 anos. Em 1950 mudou-se para São Paulo, depois de casar com Damaris, sua companheira também na militância política. O casal participou ativamente na campanha “O petróleo é nosso”, nos anos seguintes. Em 1954, ingressou no PCB, no qual militou até 1964.

Em 1967 ambos vincularam-se ao grupo de militantes que, no ano seguinte, assumiria a denominação VPR. Documentos dos órgãos de segurança registram a participação de Antônio em várias ações armadas, inclusive no roubo de dez caixas de dinamite em São Paulo. Em 1969, o casal já vivia na clandestinidade com os filhos menores. Ariston, o filho mais velho, engajado na VPR antes de completar 18 anos, não mais morava com os pais e viria a ser preso em 1970.

Antônio foi morto na cidade de Atibaia (SP), quando o sítio em que residia com a esposa e três filhos foi cercado pela polícia, em 20 de fevereiro de 1970. De acordo com os autos do processo na CEMDP, naquele dia, por volta das 15h, a porta da casa da família foi golpeada violentamente por agentes policiais. Segundo o relato de Damaris, Antônio dormia quando começaram a atirar de fora. Lucena tombou gravemente ferido e, logo em seguida, recebeu mais tiros. Ela sustenta que seu marido, já atingido, caíra ao lado do tanque, fora de casa, quando um último tiro foi disparado em sua têmpora, na presença dela e dos filhos.

A versão oficial, assinada por Alcides Singillo, do Dops/SP, é de que a morte ocorreu por reagir à prisão, quando policiais averiguavam denúncia de que ali havia um carro furtado. O laudo de necropsia, assinado por Frederico Amaral e Orlando Brandão, se refere a nove tiros de entrada e um de saída. O exame da foto de Lucena localizada no STM não permite identificar o tiro fatal na cabeça, descrito por Damaris e seus filhos, mas revela grandes edemas no nariz e no olho esquerdo, além de escoriações e um afundamento no meio da testa. Mais do que isso, permite ver as marcas de um tiro desferido à queima-roupa junto ao coração.

Documentos do inquérito policial registram que na residência estariam armazenados fuzis FAL subtraídos por Lamarca do quartel de Quitaúna. Lucena teria reagido com uma dessas armas, sendo morto nesse cerco o sargento Antônio Aparecido Ponce Nogueira. Lucena foi sepultado no cemitério de Vila Formosa, na capital paulista. Em 1990, após a abertura da vala de Perus, diversas escavações foram feitas, sem êxito, na tentativa de localizar seus restos mortais.



ARNO PREIS (1934-1972)



Catarinense de Forquilha, mesma cidade onde nasceu Dom Paulo Evaristo Arns, o descendente de alemães Arno Preis desistiu do seminário quando já estava próximo de se ordenar padre. Mudou-se para São Paulo, onde formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da USP. Falava 12 idiomas, entre os quais grego, latim, romeno, alemão, russo e japonês, língua da qual traduziu três livros para o português: Kamikaze, Cruz Vermelha e Iwo Jima. Sonhava em ser diplomata e tocava instrumentos musicais, principalmente flauta.

Militante da ALN, foi acusado pelos órgãos de repressão de ter participado de várias ações armadas em 1969, antes de viajar para Cuba, onde recebeu treinamento militar. O “livro secreto” do Exército informa que ele comandou o Grupo Tático Armado da ALN, em 1969, após a morte de Marco Antonio Brás de Carvalho, passando a função, em seguida, para Virgílio Gomes da Silva. Preis retornou ao Brasil em 1971 como militante do Molipo, sendo deslocado para o norte de Goiás, hoje Tocantins, onde a organização trabalhava para implantar uma base revolucionária.

Em 15/2/1972, seu corpo foi atirado diante de um coveiro da cidade de Paraíso do Norte, sem identificação nem atestado de óbito, com a seguinte recomendação: “*Enterra de qualquer jeito. Isto é um porco*”. Milton Gomes, trabalhador do cemitério, penalizado com o cadáver mutilado, montou uma pirâmide de pedra e fincou uma cruz sobre a sepultura para demarcar o local.

A falsa versão da sua morte foi anunciada no jornal Folha de S. Paulo em 22/03/1972, obedecendo a uma fórmula repetida inúmeras vezes pelos órgãos da repressão para acobertar execuções: “ao ser abordado pelas forças policiais, reagiu a tiros”. Seu corpo só foi localizado em 1993, depois de longas buscas, feitas pelo colega de faculdade e amigo Ivo Sooma. Para isso, foi providencial o gesto do coveiro que marcara a sua tumba. A exumação e a identificação da ossada de Preis ocorreram com o apoio da Comissão Externa da Câmara dos Deputados. Em 09/04/1994, seus restos mortais foram sepultados oficialmente em sua terra natal.

O laudo da necropsia, lavrado com nome falso – Patrick McBundy Cormick – atesta como causa da morte “hemorragia interna, possivelmente produzida por projétil de arma de fogo” e grande número de orifícios “parecidos” com tiros, “provavelmente” de calibre 38. Mesmo impreciso, esse laudo já deixava evidências de que Preis não tinha sido morto em tiroteio, pois menciona feridas feitas por faca ou baioneta: “(...) apresentava lesões perfurocortantes (...) na linha axilar anterior, ao nível do mamilo esquerdo (...)”.

A apreciação pericial do legista Celso Nenevê durante os trabalhos da CEMDP forneceu as evidências da execução. O perito confirmou as lesões produzidas por arma branca: “(...) as lesões perfuro-incisas, conforme descritas, são produzidas por instrumentos de natureza perfurocortantes, ou seja, dotados de ponta e gume (...)”. E reforça a interpretação de que Preis estava vivo, mas imobilizado, quando foi cortado à faca ou baioneta. Nenevê ressaltou ainda que o exame da única foto disponível revelava contradições entre a posição da arma e do coldre.

A versão oficial de que Preis estaria em um bar, às 3 horas da madrugada, com a presilha da capa da arma visível, tendo aberto fogo ao ser abordado, foi igualmente contestada por alguns integrantes da CEMDP. No entanto, na primeira vez em que a Comissão julgou o caso, o pedido foi indeferido por se considerar que Preis morrera em consequência do tiroteio travado, que causou a morte de um policial militar

DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (1943-1971)

Mineiro de Muriaé e operário metalúrgico no ABC paulista, Devanir era um dos militantes mais temidos e odiados pelos órgãos de segurança de São Paulo, por imputarem a ele participação em ações armadas que resultaram em mortes de policiais. Conhecido como Henrique na vida clandestina, ele teria sido morto em 5 de abril de 1971, conforme seu laudo de necropsia, ou por volta do dia 7, conforme testemunhos.

Em 1963, aos 20 anos, casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos. No mesmo ano, começou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando de greves. Data desse período sua vinculação ao PCdoB. Após a deposição de Goulart, fugiu da repressão política mudando-se com a família para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como motorista de táxi. Em alguns documentos dos órgãos de segurança do regime militar, consta que ele teria recebido treinamento de guerrilhas na China.

Em 1967, rompeu com o PCdoB, alinhado com o grupo dissidente que deu origem à Ala Vermelha, juntamente com seus irmãos Derli, Daniel, Jair e Jairo. Em 1969, Devanir liderou nova dissidência na Ala Vermelha para constituir o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Pelo que foi possível reconstituir da misteriosa morte de Devanir, ele foi recebido com uma rajada de metralhadora quando chegou a uma residência da rua Cruzeiro, no bairro Tremembé, em São Paulo. Levado ao Dops, onde teria permanecido dois dias, foi torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Em seu voto na CEMDP, aprovado por unanimidade, o relator se apoiou no depoimento prestado por Ivan Seixas:

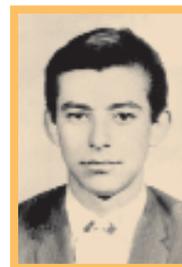
Quando fui preso, em 16/04/1971, ouvi vários torturadores do DOI-Codi do II Exército contarem detalhes sobre a morte de "Henrique", codinome de Devanir. Esses torturadores diziam que fariam comigo "o que Fleury fez com teu chefe, o Henrique". [...] quando fui levado para interrogatório pelo torturador "Carlinhos Metralha" (Carlos Alberto Augusto), ouvi dele que Devanir tinha sido preso ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury.

Num processo judicial a que Devanir respondeu perante a Justiça Militar, advogados teriam visto uma foto do cadáver, não localizada posteriormente, com marca de perfuração de bala na altura do coração e inúmeros ferimentos, em várias partes do corpo, principalmente na cabeça. O laudo da necropsia confirmou a versão de que o metalúrgico foi morto em tiroteio.

DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO (1946-1971)

Natural de Votuporanga, no interior paulista, Dimas foi militante estudantil, além de corretor de seguros, vendedor de carros e tipógrafo. Mudou-se para São Paulo a convite de Devanir José de Carvalho, dirigente do MRT. Antes disso, Dimas havia sido membro da Ala Vermelha e da VAR-Palmares. Documentos dos órgãos de segurança o acusam de participação em diversas operações armadas, inclusive na execução do industrial Henning Albert Boilssen, presidente da Ultragás, empresa que tinha atuado como financiadora da Oban em 1969 e 1970.

Foi morto em São Paulo, entre 17 e 19 de abril de 1971, sendo enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco. Seus restos mortais provavelmente estão entre as ossadas da vala de Perus, à espera de identificação confirmatória.



A versão contida no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos era de que Dimas morreria fuzilado ao chegar em sua casa. Mais tarde concluiu-se que fora preso e o corpo somente deu entrada no IML depois de ter sido publicada a notícia de sua morte nos jornais do dia 18 de abril de 1971. A requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado do Dops Alcides Cintra Bueno Filho, informa que a morte se deu na rua Elísio da Silveira, 27, no bairro Saúde, às 13h do dia 17 de abril. Entretanto, o corpo de Dimas, ainda de acordo com a própria requisição de exame, só chegou ao IML às 14h do dia 19 de abril, tendo sido enterrado às 10h do dia 20.

O laudo necroscópico, assinado por João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, descreve quatro ferimentos causados por arma de fogo e atesta a morte por choque hemorrágico. Além de questionar onde estaria Dimas durante os dois dias que antecederam sua entrada no IML, a CEMDP analisou as fotos de seu corpo, localizadas nos arquivos do Dops/SP, constatando que eram visíveis algumas lesões na região frontal mediana e esquerda, no nariz, e principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo.

EDSON NEVES QUARESMA (1939-1970)



Nascido em Itaú, que naquela época pertencia ao município de Apodi (RN), Edson estudou até a 5ª série do curso primário em Natal. Em 1958, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Recife (PE), da qual saiu como grumete em 1959. Logo em seguida, foi deslocado para o Rio de Janeiro, tendo servido no cruzador Tamandaré. Foi tesoureiro da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Após a deposição de João Goulart, Edson ficou preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, durante um ano e dois meses. Em 31 de dezembro de 1964 foi expulso da Armada. A partir de 1965, passou a atuar na clandestinidade, vinculado ao MNR. Em Cuba, recebeu treinamento de guerrilha. Teria regressado ao Brasil em julho de 1970, já integrado à VPR. Edson manteve estreita ligação com o agente infiltrado Cabo Anselmo, cuja chegada ao Brasil ele fora encarregado de preparar.

No voto da relatora do processo junto à CEMDP existem referências à possibilidade de que a eliminação sumária de Edson e de outro militante da VPR, Yoshitane Fujimori, ambos importantes na organização, tenha conexão com a necessidade de manter sob segredo a atuação infiltrada do Cabo Anselmo. No dia 5 de dezembro de 1970, Edson e Yoshitane trafegavam de carro nas imediações da praça Santa Rita de Cássia, na capital paulista, quando foram interceptados por uma patrulha do DOI-Codi/SP. Os fatos foram relatados à CEMDP por Ivan Akselrud de Seixas, que por sua vez colheu depoimento, na época, de um motorista de táxi que presenciara o ocorrido. O taxista descrevera, detalhadamente, que Yoshitane caiu no meio da praça e Edson, numa rua de acesso, sendo carregado por dois policiais e agredido na praça até a morte.

Os laudos de necropsia foram assinados por Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues. A solicitação de exame necroscópico de Edson foi feita pelo delegado do Dops Alcides Cintra Bueno Filho e registra que o corpo, que deu entrada no IML quatro horas depois do suposto horário da morte, deveria ter sido fotografado de frente e perfil. As fotos não foram encontradas.

Ambos foram sepultados como indigentes no cemitério de Vila Formosa, Edson, sob nome falso. Nos anos 1970, aconteceu uma “reurbanização” de local, com alargamento de ruas do cemitério avançando

sobre centenas de sepulturas. Árvores foram plantadas sobre outros túmulos e a numeração das quadras foi trocada, inviabilizando, até 2010, a identificação dos corpos.

Por maioria de votos, a CEMDP considerou que Edson e Yoshitane foram executados sob a guarda do Estado. Os processos foram relatados em conjunto, mas as discussões foram feitas em separado, resultando em votações diferenciadas.

EREMIAS DELIZOICOV (1951-1969)

Criado no bairro da Mooca, na capital paulista, Eremias era aluno da Escola Estadual MMDC, estudava música e praticava esportes. Com 11 anos, havia disputado, em 1962, o torneio paulista de judô, obtendo a primeira colocação na sua categoria. Em 1967, integrou a equipe de remadores do Corinthians e começou a treinar capoeira. Nesse mesmo ano, foi aprovado no exame de seleção da Escola Técnica Federal de São Paulo e frequentou, simultaneamente ao colegial no MMDC, o curso de Mecânica.

Como militante do movimento estudantil secundarista, Eremias engajou-se na campanha para obter fundos de solidariedade à greve dos metalúrgicos de Osasco, em julho de 1968. Em 1969, ao saber que fora identificado pelos órgãos de segurança, comunicou aos pais sua atuação política. Tentaram convencê-lo a sair do País, mas o jovem optou pela luta na clandestinidade. Engajado na VPR, estava na sua residência, na Vila Cosmos, no Rio de Janeiro, quando a casa foi cercada pela Polícia do Exército. Foi morto aos 18 anos de idade.

O corpo de Eremias deu entrada no IML/RJ sem identificação e foi enterrado com o nome de José de Araújo Nóbrega, o sargento Nóbrega, militante da VPR que ainda vive. Conforme documento da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, foi sepultado no cemitério São Francisco Xavier e recolhido ao ossuário geral cinco anos depois, sendo incinerado, “como de praxe”. Os pais de Eremias somente foram informados de sua morte pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em janeiro de 1970, mas nunca receberam os restos mortais. Somente 23 anos depois obtiveram judicialmente o atestado de óbito.

O processo levou mais de um ano para ser votado na CEMDP após o relator propor o indeferimento em reunião do dia 18 de março de 1996. Foi feito um pedido de vistas pela conselheira Suzana Lisbôa e o processo foi encaminhado para parecer do perito criminal Celso Nenevê. A perícia oficial registra que Eremias foi atingido por disparos de armas de fogo e apresentava ferimentos lacerocutâneos, cuja procedência seria verificada na necropsia, sendo citados pelo menos 29 disparos nas paredes da casa. Os legistas Elias Freitas e Hygino de Carvalho Hércules atestaram ferimento transfixante da cabeça com dilaceração do encéfalo. Não lhes bastou todo o alfabeto para a identificação dos orifícios de entrada e saída dos projéteis. Sendo insuficiente o número de letras, iniciaram uma nova série e ainda, para viabilizar o trabalho, passaram a identificar os orifícios de forma agrupada. Ao todo, são descritas 19 lesões de entrada e 14 de saída de projéteis.

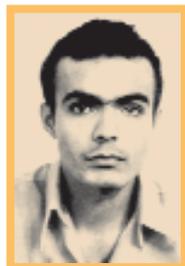
O perito criminal Celso Nenevê analisou os laudos de perícia e de exame cadavérico, comparando-os com as fotos anexadas. Constatou que os responsáveis pela perícia de local, estranhamente, não verificaram ou não descreveram disparos feitos do interior para o exterior da residência cercada. Ressaltou que a posição do corpo, pela foto, não é compatível com sua posição de repouso final. Tampouco é condizente a mancha de sangue que aparece na parede com a posição do corpo. Quanto ao



exame cadavérico, a perícia descreve que “a vítima apresenta contusões profundas [...] com características daquelas produzidas por onda de choque, oriunda da detonação de artefato explosivo. Dada a grande intensidade das lesões que experimentou a vítima em função da onda de choque, é praticamente certo o estado de, no mínimo, morte cerebral da vítima”, impossibilitando-a de ter condições de ataque, defesa ou fuga. Mas registra a impossibilidade de uma conclusão definitiva, deixando indagações em aberto.

O relatório de vistas foi pelo deferimento do processo. Houve mais um pedido de vistas de Luís Francisco Carvalho Filho, Na reunião de 2 de dezembro de 1997 o relatório de vistas de Carvalho ressaltou: “Mesmo admitindo, em tese, que o militante resistira armado ao cerco da polícia política, a prova dos autos aponta para uma execução, não para a imobilização e detenção do infrator, como autoriza e autorizava a lei em vigor”. O processo foi então aprovado pela CEMDP. Os familiares de Eremias, ao receberem a indenização, doaram o valor para a criação do site www.desaparecidospoliticos.org.br, construído e alimentado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que o denominou Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

EUDALDO GOMES DA SILVA (1947-1973)



Eudaldo era pernambucano de Bom Conselho. Seu pai foi carpinteiro do Colégio Dois de Julho, em Salvador, o que lhe permitiu estudar ali até concluir o curso secundário. Em 1965, ingressou na Escola de Agronomia na Universidade Federal da Bahia, onde foi membro do DCE e do diretório acadêmico. Fez parte da delegação baiana ao congresso da UNE, de Ibiúna, em 1968. No final de 1969, engajado na militância política, optou por não concluir o curso, dirigindo carta aos seus colegas de turma, onde justificou o gesto de não colar grau afirmando que seu compromisso maior era lutar contra a ditadura.

Em maio de 1970, já na vida clandestina e militando na VPR, foi preso no largo da Glória, no Rio de Janeiro. Participava de tarefas relacionadas ao sequestro do embaixador da Alemanha, o que não revelou aos órgãos de segurança quando interrogado sob tortura. Assim, a VPR manteve o plano. Eudaldo foi banido do Brasil no dia 15 de junho de 1970, com mais 39 presos políticos trocados pelo embaixador Von Holleben. Da Argélia, seguiu para Cuba, onde fez treinamento militar. Retornou ao Brasil para prosseguir na luta contra a ditadura. Entre esse grupo que retornou, ele foi o quarto a ser eliminado pelos agentes da repressão política. Foi morto entre os dias 7 e 9 de janeiro de 1973, juntamente com Pauline Reichstul, com quem vivia, e mais quatro companheiros – Soldadad Barret Viedma, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques e José Manoel da Silva – no episódio que ficou conhecido como chacina da Chácara São Bento, no município pernambucano de Abreu e Lima, à época pertencente a Paulista, e que se situa a 20 km de Recife. Os militantes foram traídos por Cabo Anselmo, infiltrado na organização. A CEMDP comprovou que na chácara não houve tiroteio, os seis foram presos e mortos sob tortura pelos homens do delegado Fleury. Várias testemunhas afirmam que foram presos em lugares diferentes de Recife. Depois de mortos, foram levados para a chácara, onde houve a simulação do tiroteio. Eudaldo estaria sepultado no cemitério de Santo Amaro, da capital pernambucana, em uma vala clandestina junto com outros companheiros, os ossos misturados. Pauline foi sepultada no cemitério da Várzea, também em Recife, de onde seus restos mortais foram resgatados em 1973 pela família.

IVALDO LUIZ FERREIRA DE SOUZA (1942-1973)

Gáucho de Pelotas, Evaldo tinha sido marinheiro, companheiro do Cabo Anselmo nas mobilizações ocorridas na Marinha durante o período que precedeu a derrubada de João Goulart, em 1964. Ambos participaram da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Evaldo ficou preso por nove meses depois do golpe militar, sendo expulso da corporação. Ao ser libertado, retomou sua militância política, vinculando-se ao MNR. Em 1966, foi julgado e condenado a cinco anos de prisão. Optou pelo exílio, onde estreitou seus laços de amizade com o agente infiltrado Cabo Anselmo. Ficou oito anos no exterior, cinco deles em Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha com o objetivo de regressar ao Brasil. Não foi possível esclarecer as condições, o local e momento da prisão. A morte de Evaldo teria ocorrido entre os dias 7 e 9 de janeiro de 1973, em Olinda (PE), no episódio conhecido como chacina da Chácara São Bento, já descrito anteriormente.



EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA (1944-1972)

Nascido em João Pessoa, na Paraíba, Ezequias era geólogo formado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1968. Foi opositor do regime militar, mas inúmeros depoimentos são taxativos em sustentar que, em hipótese alguma, teria participação em atividades de resistência armada. Segundo sua viúva, ele tinha ideias pacifistas. Depoimento de Osvaldo Lima Filho o classifica como apolítico. Foi preso em 11 de março de 1972, por ter emprestado o veículo em que dois militantes haviam morrido, três dias antes, em um misterioso acidente rodoviário.

Em 8 de março de 1972, Miriam Lopes Verbena, amiga de infância, pediu emprestado a Ezequias o Volkswagen no qual morreriam ela e o marido, Luís Alberto Andrade, ambos militantes do PCBR. Dias depois, Ezequias e a esposa foram presos em Recife, quando chegavam em casa. Encapuzados, foram levados para local ignorado. Guilhermina foi colocada em uma cela e Ezequias foi para a sala de interrogatórios.

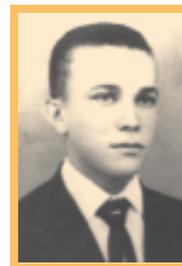
Mais tarde, carregado por policiais, Ezequias foi levado para perto da cela da esposa.

Guilhermina relata:

Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar em pé. Eu pensei: será que está morto? Com muito esforço perguntei a ele como estava se sentindo. Perguntei muitas vezes para que pudesse obter uma resposta dada com voz forçada: "Estou bem, meu amor, tenha calma". Deve ter desmaiado depois disso porque não ouvi mais nenhum som vindo de lá. Foi esta a última vez que vi e ouvi o meu marido.

Dois dias depois, a imprensa informava que no município de Escada (PE), na barragem do Bambu (Engenho Massauassu), havia sido encontrado um corpo mutilado, com inúmeros sinais de tortura. De acordo com as características físicas, parecia ser Ezequias, mas a família não pôde ver o cadáver, por impedimento da polícia, que dizia tratar-se de pessoa já identificada.

Em 1991, a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos de Pernambuco analisou os prontuários do Dops do Recife, inclusive o de Ezequias, e localizou ofício que encaminhava um corpo ao IML de Recife, procedente de Escada (PE), com as impressões digitais do morto. Como estas eram idênticas às impressões da carteira de identificação de Ezequias, ficou comprovada sua morte sob torturas e a ocultação de seu cadáver.



No Relatório do Ministério da Aeronáutica de 1993, consta que sua prisão aconteceu no dia 11 de março de 1972, pelo DOI/IV Exército. Naquela noite, teria sido conduzido para a região da Cidade Universitária (BR/232) e, nessa ocasião, resgatado por seus companheiros e conduzido num Volkswagen 1300 branco, placa não identificada, apesar de todas as tentativas dos agentes de segurança de detê-lo. Teria ocorrido um tiroteio, mas não havia dados que comprovassem se estava morto ou desaparecido. O Relatório do Ministério do Exército repete a informação. Mas nem mesmo esta falsa versão oficial foi divulgada na época pelos órgãos de segurança.

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA (1943-1971)



Paulista de Cabrália Paulista, Francisco era conhecido pelos amigos como “Chico Dialético”. Era aluno de Ciências Sociais na USP, participante do movimento estudantil e militante da Disp (Dissidência Universitária de São Paulo - PCB) até 1968, tendo ingressado na ALN em 1969. Conseguiu escapar, em 3 de setembro de 1969, da perseguição policial que levou à morte de José Wilson Sabag, em São Paulo. Refugiado em Cuba, recebeu treinamento de guerrilha e retornou ao Brasil em 1971, como militante do Molipo.

Segundo a versão oficial, Francisco morreu no dia 5 de novembro de 1971, após enfrentamento com agentes do DOI-Codi/SP na rua Turiassu, zona oeste da capital paulista. Comunicado dos órgãos de segurança informou que, no tiroteio ocorrido, teria sido baleado na perna o delegado Antonio Vilela, que servia naquele DOI. Conseguiu escapar do cerco policial a militante do Molipo Maria Augusta Thomaz, que relatou a seus companheiros ter visto Francisco sendo atingido por disparos dos policiais. Ela também seria morta em 1973.

Antes do exame da documentação sobre o caso no processo formado junto à CEMDP, os familiares denunciavam que Francisco tinha sido morto naquela rua, alvejado por uma rajada de metralhadora nas costas, quando tentava fugir. Enterrado com nome falso no cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram colocados na vala comum descoberta em 1990. Existe a possibilidade de que corresponda a ele uma das ossadas que aguardam identificação.

O laudo de necropsia foi lavrado com o nome falso e assinado pelos legistas Mario Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, que descrevem vários tiros. Contradição flagrante foi detectada na comparação entre esse laudo, que não descreve edemas e escoriações no rosto, queixo, olho direito e pescoço, e a foto do IML onde esses sinais estão perfeitamente visíveis. Há, além disso, anotações ao lado que indicam a identidade verdadeira.

A requisição de exame ao IML, marcada com um “T” (terrorista) em vermelho e registrada como homicídio, foi feita em nome de Dario Marcondes, apesar de Francisco ter sido fichado e fotografado, conforme requisição encontrada no Dops, com a data de 5 de novembro, 16h. No verso da requisição, a data de entrada no necrotério é do dia 4, às 20h. Seu corpo, portanto, teria dado entrada no IML, sem roupas, antes da data da morte no suposto tiroteio, mas teria saído para o Cemitério de Perus às 10h do dia 6 de novembro. A mesma requisição de exame foi encontrada no Dops com o nome verdadeiro – Francisco José de Oliveira, vulgo Amaro – e sem a identificação da ocorrência de homicídio.

A relatora na CEMDP ressaltou a contradição de que Francisco, segundo consta, teria dado entrada no necrotério quase 24 horas antes de ser morto, com nome falso e fotografado como desconhecido, apesar de identificado pelos órgãos de segurança. Concluiu pela evidente tentativa de ocultação da prisão, tortura e morte.

GETÚLIO DE OLIVEIRA CABRAL (1942-1972)

Getúlio era mineiro de Espera Feliz. Com 7 anos, mudou-se para a Baixada Fluminense e cursou o primeiro grau em Duque de Caxias. Entre os 12 e 13 anos entrou na União da Juventude Comunista, influenciado pela participação de sua mãe, Lindrosina, em atividades contra a guerra na Coreia. Incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de Caxias e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Trabalhava como escriturário da Fábrica Nacional de Motores (FNM). Casou-se aos 20 anos e teve dois filhos.

Na condição de dirigente regional do PCB e dirigente nacional do PCBR, Getúlio era uma figura visada pelos órgãos de segurança. Seu nome constava entre os militantes das organizações de guerrilha urbana que foram acusados de ter assassinado um marinheiro inglês, David Cuthberg, em escala no Brasil para os festejos do sesquicentenário da Independência, em 1972, ação que pretendia expressar solidariedade à luta do Exército Republicano Irlandês contra a dominação inglesa.

Em 17 de janeiro de 1973, o governo tornou pública a notícia das mortes de seis militantes do PCBR, ocorridas, segundo a nota oficial, em 29 de dezembro de 1972, em decorrência de tiroteios. Getúlio, Fernando Augusto da Fonseca, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Silton Pinheiro, Lourdes Maria Wanderley Pontes e Valdir Vale Saboia. Na verdade, todos eles foram mortos depois de presos. A versão apresentada pelo serviço de Relações Públicas do I Exército, sob o título “Destruído o grupo de fogo terrorista do PCBR/GB”, informava que, em ações simultâneas em pontos diferentes do território fluminense, teriam morrido esses seis militantes, um ficara ferido, outro escapara ao ser perseguido, e dois foram presos. Não informava os nomes dos presos e do ferido, mas assumia a prisão em Recife, em 26 de dezembro de 1972, de Fernando Augusto, conhecido como Fernando Sandália, que fora levado para o Rio de Janeiro. Enquanto um grupo de agentes teria se deslocado com Fernando para o bairro do Grajaú, onde havia um “ponto”, outro grupo cercara uma casa na rua Sargento Valder Xavier de Lima, 12, fundos, em Bento Ribeiro, onde teriam morrido dois ativistas. No Grajaú, teriam morrido outros quatro, entre os quais Getúlio.

Nunca se soube quais foram os presos, quais os feridos, quem se rendeu, nem os que conseguiram fugir. Para todos os conhecedores dos métodos utilizados pelos órgãos da repressão política, a versão oficial já levanta suspeitas por conta do endereço da casa em Bento Ribeiro: rua Sargento Valder Xavier de Lima, nome de um militar morto em 1970 em Salvador (BA) por militantes do mesmo PCBR, conforme já descrito. O registro de ocorrência da 20ª Delegacia de Polícia informa:

Às 0:40 horas, o 2º tenente Paixão comunicou que compareceu à rua Grajaú para tomar conhecimento de ocorrência envolvendo automóvel incendiado. Todavia foi informado que se tratava, apenas, de diligência de interesse da Segurança Nacional. Chegando ao local, constatou a presença do delegado do Dops Gomes Ribeiro, que afirmou tratar-se de serviço de rotina do interesse da Segurança Nacional.

A verdade dos fatos não foi recuperada, mas ficou comprovada a encenação montada para a falsa versão oficial, constatada nos próprios documentos oficiais localizados no IML e no Instituto Carlos Éboli, que realizou as perícias de local. Para cada uma das vítimas do episódio foi dada uma versão, mas os corpos dos seis militantes deram entrada no IML às 2h30 do dia 30 de dezembro. Supondo verdadeira a versão oficial, seria lógico que dessem entrada em horários distintos, já que teriam morrido em locais distantes e em horários diferentes. O bairro do Grajaú é longe de Bento Ribeiro, mas próximo do local onde funcionava a sede do DOI-Codi, na rua Barão de Mesquita. As guias de encaminhamento dos corpos são sequenciais, numeradas de 8 a 13, sendo que a Getúlio coube o número 11. Todos deram entrada como desconhecidos, mesmo Fernando Augusto, que oficialmente estava preso desde 26 de dezembro.

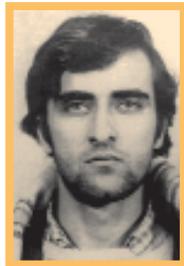


É de se supor que os corpos não foram levados diretamente do local da morte para o IML.

Em Bento Ribeiro, teria havido violento tiroteio, tendo os militantes, inclusive, usado granadas de mão, conforme a versão oficial. As fotos da perícia técnica desmentem o tiroteio e o uso de granadas. No Grajaú, o carro que teria sido usado pelos militantes aparece no final de uma rua sem saída. As fotos mostram Fernando próximo ao Volkswagen incendiado. Escoriações no seu rosto e tórax demonstram as torturas. Getúlio aparece com o corpo carbonizado da cintura para baixo, com a metade inferior dentro do veículo. As necropsias foram feitas pelos legistas Roberto Blanco dos Santos e Helder Machado Paupério, em laudos sucintos.

A denúncia das mortes desses militantes, sob tortura, já havia sido feita por presos políticos. José Adeildo Ramos fora preso em Recife, no dia 19 de dezembro de 1972, e no dia 26 esteve com Fernando Augusto no DOI-Codi, em Recife. Com base em todas essas evidências, a CEMDP não teve dúvidas de que a versão oficial não se sustenta.

GILDO MACEDO LACERDA (1949-1973)



Natural de Ituiutaba, Minas Gerais, Gildo era filho de pequenos fazendeiros. Em 1963 se mudou com os pais e as duas irmãs para Uberaba, onde começou a participar do movimento estudantil. Também integrou o Núcleo Artístico de Teatro Amador (Nata) e apresentou programas radiofônicos de cunho kardecista, já que era membro da Mocidade Espírita Batuíra. Quando foi morar em Belo Horizonte, no final de 1966, já vinha estabelecendo os primeiros contatos com a AP. Foi eleito delegado para o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, onde acabou preso.

Em 1969, foi escolhido vice-presidente da UNE. Ascendeu na AP até integrar sua direção nacional em 1971, ano em que foi deslocado para Salvador (BA). Ali assumiu a responsabilidade de implantar o trabalho camponês dessa organização clandestina e se casou, em 1972, com Mariluce Moura, com quem teve a filha Tessa, que não chegou a conhecer porque a criança só nasceria em 1974.

Sabe-se que no dia 22 de outubro de 1973 Gildo foi preso com a esposa em Salvador. Mariluce foi também torturada, mas liberada algum tempo depois. O marido foi transferido para o DOI-Codi de Recife, onde morreu sob torturas.

Os jornais de 31 de outubro de 1973 noticiaram um tiroteio que teria ocorrido três dias antes, em Recife, na Avenida Caxangá, onde teriam morrido Gildo e outro dirigente da AP, José Carlos Novaes da Mata Machado. A nota oficial dos órgãos de segurança informava que, presos anteriormente, ambos haviam confessado ter um encontro com “um subversivo de codinome Antônio” no dia 28. Nesse encontro, Antônio (codinome de Paulo Wright, que já havia sido preso pelo DOI-Codi de São Paulo no mês anterior, tornando-se mais um desaparecido) teria aberto fogo contra os próprios companheiros ao perceber o cerco, chamando-os de traidores. O objetivo da nota era encobrir as mortes sob tortura de Gildo e Mata Machado.

Vários depoimentos terminaram por desmontar a farsa. Quando o preso político Rubens Manoel Lemos chegou às dependências do DOI-Codi de Recife em outubro de 1973, encontrou dois jovens com visíveis sinais de tortura. Um deles, Gildo, estava aparentemente morto. Em depoimento formal prestado na Secretaria de Justiça de Pernambuco, Carlúcio Castanha, preso em 18 de outubro de 1973 em Recife e levado ao DOI-Codi, declarou ter presenciado a chegada de vários companheiros algemados e encapuzados, dentre esses Gildo. Durante dias e noites, ouviu gritos e sentiu forte cheiro de creolina

misturado ao de vômito, fezes e sangue. Dias depois, os gritos se transformaram em gemidos, que depois desapareceram.

Gildo foi enterrado como indigente num caixão de madeira sem tampa, com um fundo pouco espesso. A família de Mata Machado conseguiu resgatar seu corpo posteriormente, mas a família de Gildo, não.

GRENALDO DE JESUS DA SILVA (1941-1972)

Nascido no Maranhão, Grenaldo era o mais velho de 12 irmãos. Seu pai era alfaiate, e a mãe, servente de escola em São Luís (MA). Ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros do Ceará no começo de 1960. Após golpe militar de 1964, quando Grenaldo era marinheiro de segunda classe, foi um dos 1.509 expulsos da Marinha e condenado a cinco anos e dois meses de prisão, a pena mais alta entre os 414 réus julgados.

Para evitar a prisão, mudou-se para Guarulhos, na Grande São Paulo. Durante cinco anos, trabalhou como porteiro e vigilante da empresa Camargo Corrêa. Casou com uma moça chamada Mônica e tiveram um filho. Certo dia de 1971, Grenaldo saiu de casa, nervoso após receber cartas que provavelmente lhe avisavam que fora descoberto. A mulher só voltou a saber dele quando foi divulgada sua morte, em 30 de maio de 1972. O filho, então com 4 anos, e também chamado Grenaldo, cresceu sem saber das circunstâncias da morte do pai.

A morte de Grenaldo ocorreu no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, quando ele tentava sequestrar um avião da Varig, que havia decolado para Curitiba, obrigando o piloto a retornar a Congonhas. Depois de ser negociada a saída de todos os passageiros e a maior parte dos tripulantes, a aeronave foi invadida e Grenaldo, morto. Agentes do DOI-Codi/SP relataram a vários presos políticos que se encontravam naquela unidade de segurança as condições em que tinham executado o sequestrador. No entanto, a versão oficial foi de que se suicidara. A requisição de exame ao IML, marcada com o “T” que identificava os militantes políticos, foi assinada pelo delegado do Dops Alcides Cintra Bueno Filho. O laudo de necropsia foi assinado pelos legistas Sérgio Belmiro Acquesta e Helena Fumie Okajima, que definiram a morte por “traumatismo craniano encefálico”.

O nome de Grenaldo sempre constara do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, apesar de não haver contato com seus familiares. Seu corpo, enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi parar entre as ossadas da vala clandestina daquele cemitério. A família não apresentou requerimento à CEMDP quando foi editada a Lei 9.140/95. Somente em 2002, um dos irmãos de Grenaldo entrou com o pedido, cuja responsabilidade foi transferida ao filho, quando este foi finalmente localizado.

A história começou a ser desvendada quando a foto de Grenaldo foi publicada em matéria da repórter Eliane Brum, na revista *Época*, em março de 2003. Uma testemunha do sequestro procurou a revista. Era José Barazal Alvarez, sargento especialista da Aeronáutica e controlador de tráfego aéreo no aeroporto de Congonhas, que estava trabalhando no dia da tentativa de sequestro e alternava com os colegas a comunicação com a tripulação do avião. Quando o incidente acabou, ele recebeu a missão de reunir os pertences do sequestrador e redigir um relatório. Até fazer o contato com a revista, Alvarez durante 30 anos vivera atormentado pela lembrança de ter tirado do peito de Grenaldo, junto a uma segunda perfuração de tiro, a carta-testamento que o militante havia escrito e endereçado ao filho. Ele concluiu que o sequestrador não poderia ter-se suicidado com um único tiro, como afirmaram a



Aeronáutica e os legistas do IML, pois havia um segundo tiro. Alvarez tinha permanecido calado. Mas quando viu a foto publicada, decidiu procurar o filho de Grenaldo e contar-lhe a verdade. Não guardou a carta, mas se lembra de que era dirigida ao filho, explicando que sequestrava o avião para chegar ao Uruguai e que viria buscar a família assim que possível.

Mas ninguém conhecia o filho de Grenaldo, até que uma cunhada sua, meses depois, viu a revista num consultório dentário. A revista proporcionou um emocionante encontro de Alvarez com Grenaldo Edmundo da Silva Mesut, resgatando a verdade.

A repórter localizou também o mecânico de voo Alcides Pegruci Ferreira, a única pessoa que permaneceu no avião com Grenaldo após a fuga da tripulação pela janela, e que encontrou o corpo caído, viu o buraco da bala, quase na nuca. Afirmou que “virou piada o sequestrador suicidado com um tiro na nuca [...] A ditadura decidiu que era suicídio e a gente teve de aceitar. Botaram um pano em cima”.

A relatora do processo na CEMDP observou que “embora o IPM seja inconclusivo quanto à motivação política de Grenaldo de Jesus da Silva no sequestro que culminou em sua morte, assim como não há documentação reunida nos autos que comprove que o falecido participava de uma ação politicamente orientada, fica patente que esse entendimento foi o que conduziu toda a ação policial militar quanto aos fatos”. Por unanimidade, a Comissão Especial acompanhou o voto da relatora, com a interpretação de que “a aeronave em que Grenaldo se encontrava quando morreu se assemelha às dependências policiais, já que a vítima estava sob custódia das forças de segurança”.

HIROAKI TORIGOE (1944-1972)



Paulista de Lins, Hiroaki estudava Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, em São Paulo, na época em que passou à clandestinidade, entre 1969 e 1970, quando militante da ALN. Foi ferido e preso pelo DOI-Codi/SP no dia 5 de janeiro de 1972, na rua Albuquerque Lins, bairro de Santa Cecília. Nessa época, já integrava o Molipo, dissidência da ALN.

A foto de Hiroaki estava estampada em cartazes distribuídos por todo o País com os dizeres “terroristas procurados”. Os órgãos de segurança o acusavam de ter participado de ações armadas em São Paulo, inclusive de um assalto a banco na Lapa, onde morreu um militante da ALN, atingido por engano.

A versão oficial da morte de Hiroaki foi que, ferido em tiroteio, após baleiar um policial e um pedestre, morreu a caminho do hospital. O laudo necroscópico informa a existência de nove ferimentos produzidos por arma de fogo. Nenhuma outra lesão, além dos tiros, foi descrita.

Na fotografia de seu corpo, onde aparece apenas o tórax, localizada nos arquivos secretos do Dops/SP, são visíveis múltiplas lesões na face e tórax, sendo que o braço esquerdo, em posição anômala, denuncia ter sofrido fratura não exposta. A mandíbula mostra grande inchaço, podendo indicar fratura. Há também ferimento a bala na boca, cortes produzidos provavelmente por faca e escoriações, não descritos no laudo oficial. Além disso, segundo o laudo, Hiroaki teria dado entrada no IML despido. A requisição de exame, feita no nome falso, tem anotado à mão o nome verdadeiro, mas o atestado de óbito foi lavrado com o nome de Massahiro Nakamura, assinado por Isaac Abramovitch.

No site www.desaparecidospoliticospoliticos.org.br é apresentada uma detalhada descrição das condições em que foi torturado no DOI-Codi/SP, até mesmo uma polêmica entre dois grupos de torturadores a respeito de terminar de matar ou garantir socorro médico ao prisioneiro.

Foi enterrado no cemitério Dom Bosco, em Perus, com nome falso, e a família não conseguiu resgatar seus restos mortais. Em 1976 recebeu apenas a informação de que Hiroaki tinha sido exumado, não sabendo o destino dado ao corpo. Em 1990 foi feita a exumação de uma ossada na sepultura apontada como sendo sua, que não tinha crânio e estava junto a outras duas ossadas. Foram levadas para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Em 2004, concluiu-se que nenhuma das três ossadas poderia pertencer a Hiroaki, já que não eram compatíveis com as características antropométricas de um oriental.

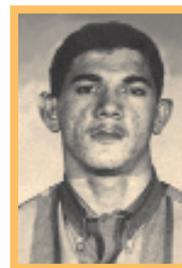
A relatora do processo junto à CEMDP, Eunice Paiva, afirmou em seu voto que “Hiroaki foi torturado e morto em dependências policiais, enterrado [no cemitério Dom Bosco, em Perus] pelos seus algozes como indigente e com identidade falsa”.

JARBAS PEREIRA MARQUES (1948-1973)

Jarbas era estudante e comerciante. Pernambucano de Recife, foi preso pela primeira vez em 17 de agosto de 1968, quando distribuía panfletos convocando os estudantes a comparecerem ao congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Nessa época, a polícia invadiu sua casa e encontrou livros e manifestos considerados subversivos. Mais tarde, Jarbas casou com Tércia Maria Rodrigues Marques, com quem teve uma filha, Nadejda. De acordo com o relato da viúva, no dia 9 de janeiro de 1973 Jarbas foi trabalhar e não voltou depois do almoço. Quando ela ligou para a livraria na qual o marido estava empregado, soube que dois homens o haviam levado, deixando avisado que ele não regressaria mais. Temendo pela vida da filha, Tércia deixou o Brasil e só regressaria em abril de 1979.

Dois dias depois do desaparecimento, a mãe dele, Rosália Pereira, soube pela imprensa que Jarbas fora morto. No IML, viu o filho com o rosto desfigurado, marcas de torturas e perfurações de tiros por todo corpo. Segundo Tércia, a viúva, Jarbas não militava em qualquer organização clandestina até conhecer o Cabo Anselmo.

Na realidade, Jarbas foi morto entre os dias 7 e 9 de janeiro de 1973, juntamente com mais cinco companheiros – Eudaldo Gomes da Silva, Soldedad Barret Viedma, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Pauline Reichstul e José Manoel da Silva – no episódio que ficou conhecido como chacina da Chácara São Bento, no município pernambucano de Abreu e Lima, à época pertencente a Paulista, e que se situa a 20 km de Recife. Os militantes foram traídos pelo Cabo Anselmo, infiltrado na organização. A CEMDP comprovou que na chácara não houve tiroteio. Há vários testemunhos de que foram presos em lugares diferentes de Recife. Morreram sob tortura praticada pelos homens do delegado Fleury. Seus corpos foram levados para a chácara, onde se simulou um tiroteio.



JEOVÁ ASSIS GOMES (1948-1972)

Nascido em Araxá, o mineiro Jeová estudava Física na USP, em São Paulo. Em 1966 liderou a “greve das panelas” no Conjunto Residencial da Universidade – CRUSP. Foi preso em 12 de novembro de 1969, em Goiás, quando já militava na ALN, e torturado na Oban. Em junho de 1970, foi banido para a Argélia em troca do embaixador alemão Von Holleben, sequestrado numa operação conjunta entre VPR e ALN.

Da Argélia viajou para Cuba, onde recebeu treinamento militar. Retornou clandestinamente ao Brasil em 1971, como militante do Molipo, com a tarefa de construir uma base de guerrilha na área rural. Em



9 de janeiro de 1972, foi localizado e morto em um campo de futebol em Guaraí (Goiás na época, hoje Tocantins). A família recebeu a notícia da sua morte pela imprensa, na noite do dia 16 de janeiro de 1972. Seu irmão apurou que ele fora morto com um tiro pelas costas e estava enterrado num cerrado na periferia da cidade. Não conseguiu o laudo, tampouco certidão de óbito e a remoção dos restos mortais.

Na época, as autoridades afirmaram que Jeová morreria “ao tentar resistir à voz de prisão que lhe fora dada por agentes policiais”. Uma segunda versão, três dias depois, relata que “a equipe de segurança abordou o referido elemento, convidando-o discretamente a acompanhá-la para fora do pequeno estádio. Aquiesceu, deslocando-se cerca de 15 metros, quando se jogou no chão, puxando do bolso uma granada, na tentativa de acioná-la, no que foi impedido a tiros pelos agentes, no interesse de evitar um morticínio de largas proporções de populares inocentes”. Essa mesma versão aparece no *Livro negro do Exército*, divulgado em 2007 pelo jornalista Lucas Figueiredo.

Na CEMDP, Nilmário Miranda apresentou o relatório do então delegado de Guaraí, segundo-sargento da PM José do Bonfim Pinto, que informava:

Aos nove dias de janeiro de 1972, por volta das 15h30min, desembarcou nesta cidade, procedente do sul, um indivíduo que, mais tarde foi identificado como Jeová Assis Gomes, terrorista de destaque da ALN. [...] Mais ou menos às 16h, rumou para o acampamento da Rodobrás, em cuja quadra de esportes era disputada uma partida de futebol. Ali se misturou com o povo. Por volta das 16h30min foi abordado por uns senhores, que mais tarde se identificaram como agentes do DOI-Codi/11º RM, os quais, procurando afastá-lo do meio do povo, deram-lhe voz de prisão, chamando-o pelo nome. Vendo-se identificado, empurrou dois dos agentes e tentou empreender fuga, forçando um dos agentes a alvejá-lo. Dado a posição que recebeu o projétil (tórax), teve morte instantânea.

Comparando essas informações com as versões oficiais, ressaltou que os agentes sabiam que Jeová estaria no campo de futebol e que a versão divulgada três dias depois fora preparada para justificar uma execução. Considerando a evidente política de extermínio dos banidos que voltassem ao país, concluiu: “os agentes repressivos foram a Guaraí para eliminá-lo; caso contrário, teriam-no [sic] algemado no ato da prisão”.

Outros relatos atestam que os policiais preferiram fuzilá-lo perante centenas de pessoas. A versão foi confirmada pelo soldado militar Sebastião de Abreu, que realizou o enterro. A partir de diversos depoimentos, conseguiu-se localizar a possível sepultura de Jeová. Em 12 de outubro de 2005, a polícia técnica de Brasília fez escavações para exumar os seus restos mortais, mas o local exato não foi encontrado.

JOELSON CRISPIM (1948-1970)



Nascido no Rio de Janeiro, Joelson era filho do deputado constituinte de 1956, José Maria Crispim. Transferiu-se para São Paulo e começou a trabalhar como operário em fábricas e oficinas de rádios e aparelhos elétricos, cursando também uma escola técnica. Membro da VPR, assim como sua mãe, Encarnación Perez, sua irmã Denise e seu cunhado Eduardo Leite, o Bacuri, foi morto na capital paulista, em 22 de abril de 1970, depois de ferido em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, conforme a versão das autoridades na época.

Após a abertura dos arquivos do Dops/SP, foi possível localizar um relatório da Casa de Saúde Dom Pedro II, para onde Joelson teria sido levado, ferido, “vindo a falecer antes de intervenção cirúrgica”.

Segundo o relatório, ele deu entrada com cinco ferimentos perfurantes por projétil de arma de fogo. Apesar de identificado, como mostram os documentos do Dops, deu entrada no IML como desconhecido, com requisição marcada com “T” em vermelho, identificado com o nome falso de Roberto Paulo Wilda, sendo o óbito registrado em cartório do Brás, sem referência ao local do sepultamento.

Joelson foi enterrado como indigente, sob o nome falso, no cemitério de Vila Formosa. Afirma o laudo que as balas seguiram uma trajetória de trás para frente, o que, segundo o relator, descaracteriza a existência de tiroteio. Nas buscas realizadas, não foi localizado o assento de óbito de Joelson Crispim, e o cartório se negou a entregar o que estava em nome de Roberto Paulo Wilda. Nos documentos do Projeto Brasil: Nunca Mais, consta que os responsáveis pela morte de Joelson foram agentes do DOI-Codi de São Paulo, comandados pelo capitão Coutinho.

O relator do seu caso na CEMDP afirmou ter a convicção de que “a identificação falsa de Joelson e seu sepultamento como indigente constituem as evidências maiores de que sua morte deu-se por execução sumária pelos agentes da repressão”. Seus restos mortais não puderam ser localizados pelas modificações procedidas na quadra de indigentes do cemitério e pela falta de registros exatos do local de sepultamento.

JOSÉ BARTOLOMEU RODRIGUES DE SOUZA (1949-1972)

Natural de Canhotinho, município do agreste pernambucano, José Bartolomeu era estudante secundarista. Há escassas informações sobre ele. Os órgãos de segurança o acusavam de participação na tentativa de roubo de um veículo do tenente da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos, em Recife, no dia 26 de junho de 1970, que reagiu a tiro e foi baleado, vindo a morrer em consequência dos ferimentos em março do ano seguinte.

José Bartolomeu, segundo informações dos órgãos de segurança, teria regressado ao Brasil pouco antes de ser morto, no início de 1973, após uma viagem ao Chile em que acompanhou o ex-sargento da Aeronáutica Antonio Prestes de Paula em reuniões com banidos brasileiros. No dia 17 de janeiro de 1973 tornou-se pública a morte dele e de mais cinco militantes do PCBR – Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, José Silton Pinheiro, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Valdir Sales Saboia – ocorridas, segundo a nota oficial, em 29 de dezembro de 1972, como consequência de tiroteios. Um carro pegou fogo e, dentro dele, José Bartolomeu teria sido um dos dois ocupantes a morrer carbonizados. A versão apresentada pelo serviço de Relações Públicas do I Exército, sob o título “Destruído o grupo de fogo terrorista do PCBR/GB”, informava que, em ações simultâneas em pontos diferentes do território fluminense, teriam morrido esses seis militantes, um ficara ferido, outro escapara ao ser perseguido, e dois foram presos. Não informava os nomes dos presos e do ferido, mas assumia a prisão em Recife, em 26 de dezembro de 1972, de Fernando Augusto, conhecido como Fernando Sandália, que fora levado para o Rio de Janeiro. Enquanto um grupo de agentes teria se deslocado com Fernando para o bairro do Grajaú, onde havia um “ponto”, outro grupo cercara uma casa na rua Sargento Valder Xavier de Lima, 12, fundos, em Bento Ribeiro, onde teriam morrido dois ativistas. No Grajaú, teriam morrido outros quatro.

Nunca se soube quais foram os presos, quais os feridos, quem se rendeu, nem os que conseguiram fugir. Para todos os conhecedores dos métodos utilizados pelos órgãos da repressão política, a versão



oficial já levanta suspeitas por conta do endereço da casa em Bento Ribeiro: rua Sargento Valder Xavier de Lima, nome de um militar morto em 1970 em Salvador (BA) por militantes do mesmo PCBR, conforme já descrito. O registro de ocorrência da 20ª Delegacia de Polícia informa:

Às 0:40 horas, o 2º tenente Paixão comunicou que compareceu à rua Grajaú para tomar conhecimento de ocorrência envolvendo automóvel incendiado. Todavia foi informado que se tratava, apenas, de diligência de interesse da Segurança Nacional. Chegando ao local, constatou a presença do delegado do Dops Gomes Ribeiro, que afirmou tratar-se de serviço de rotina do interesse da Segurança Nacional.

No Grajaú, teriam morrido José Bartolomeu e mais três militantes, segundo a informação divulgada pelos órgãos de segurança. A verdade dos fatos não foi recuperada, mas ficou comprovado o teatro montado pelas autoridades militares. A CEMDP não teve dúvidas de que a versão oficial não se sustenta.

JOSÉ CAMPOS BARRETO (1946-1971)



O baiano José, apelidado de Zequinha, passou quatro anos em um seminário em Garanhuns (PE), mas decidiu que não queria ser padre. Mudou-se para São Paulo, onde serviu o Exército e trabalhou como operário. Destacou-se como líder no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 1968, como líder da greve na Cobrasma, reprimida pela Polícia e Exército por solicitação do ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. Barreto, como era conhecido em Osasco, permaneceu 98 dias entre os cárceres do Deic e do Dops, até ser libertado por força de um *habeas corpus*.

Em 1969, José estava de volta ao sertão baiano. Militante do MR-8, foi designado para acompanhar o capitão Carlos Lamarca quando este chegou àquela região. Em 28 de agosto de 1971, os agentes da Operação Pajuçara invadiram o povoado de Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas. Na casa de Zequinha, mataram um de seus irmãos, Otoniel, e feriram outro, Olderico. Seu pai, José de Araújo Barreto, de 65 anos, foi torturado durante dias.

Zequinha e Lamarca ouviram os tiros e puseram-se em fuga para dentro da caatinga. Caminharam cerca de 300 quilômetros até serem alcançados na região conhecida como Pintada. Estavam fracos, desidratados, doentes e sem força. Segundo o relatório da Operação Pajuçara, “foi fácil e rápido exterminá-los: Zequinha despertou com o barulho da aproximação dos agentes e acordou Lamarca. Tentou correr, mas foi metralhado por um soldado, gritando, antes de cair morto: ‘Abaixo a ditadura!’”. Anos depois, o jurista Miguel Reale concluiria: “[...] não houve troca de tiros. Apenas acordados, os dois buscam fugir, sendo José ferido e em seguida metralhado ao jogar uma pedra”.

Os corpos de Zequinha e Lamarca foram levados para Brotas de Macaúbas, jogados no campo de futebol, para que a população os visse, e depois transportados em helicóptero para Salvador. O objetivo dos militares fora cumprido. A ordem para a operação foi assinada pelo então major-chefe da segunda Seção do EMR/6, Nilton de Albuquerque Cerqueira: “localizar, identificar, capturar ou destruir o bando terrorista que atua na região de Brotas de Macaúbas. Para isso: 1. Numa 1ª fase intensificará a busca de informes. 2. Numa 2ª fase, após localizar e identificar o bando terrorista, isolará e investirá à área de treinamento para capturá-lo ou destruí-lo”. O relatório não menciona qualquer reação armada dos dois mortos. Mas o texto refere-se “ao estado físico em que se apresentavam os dois terroristas ao final da ação totalmente esgotados[...]”.

Nenhuma foto da operação acompanha o relatório. Até mesmo os jornalistas que cobriram o fato foram impedidos de fotografar o corpo. Genésio Nunes Araújo, policial na época, garantiu em seu testemunho não ter ocorrido reação armada. Ele carregou o corpo dos dois guerrilheiros abatidos e lembra: “os próprios soldados contavam isso com orgulho”.

A família ainda tentou localizar o corpo de José Campos Barreto, mas ficou sem qualquer informação sobre o local onde poderia estar enterrado. Jamais conseguiu seu atestado de óbito.

JOSÉ GOMES TEIXEIRA (1941-1971)

A lagoano de Maceió, José era militante do MR-8, ex-marítimo e funcionário da prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Foi preso em 11 de junho de 1971 por agentes do Cisa e levado à Base Aérea do Galeão, onde foi torturado e visto pelo cunhado Rubens Luiz da Silva. Morreu no dia 23 de junho de 1971, pouco antes de completar 30 anos.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar registram que Carlos Lamarca, antes de ser deslocado para a Bahia, ficou abrigado em vários “aparelhos” no Rio de Janeiro, inclusive na residência de José. Em nota oficial, no próprio dia 23, os órgãos de segurança informaram a morte de José por suicídio. Os legistas Olympio Pereira da Silva e Ivan Nogueira Bastos determinaram como *causa mortis* asfixia mecânica.

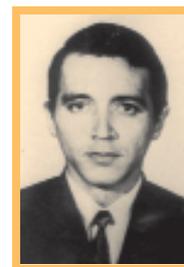
Laudos e fotos de perícia de local do Instituto Carlos Éboli mostram José enforcado em um lençol, no interior da cela no Depósito de Presos do Galeão, e conclui que os elementos encontrados – como ausência de sinais de luta, a presença de suportes utilizados na suspensão, o meio utilizado para se construir o instrumento e ausência de indícios de ação criminosa – levaram os signatários a admitir ter ocorrido autoeliminação, por enforcamento.

Apesar de na certidão de óbito constar o nome verdadeiro de José, e seu endereço completo, ele foi enterrado como indigente no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio. Em 15 de junho de 1976, seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para a vala clandestina do mesmo cemitério. Conforme o relator da CEMDP, “os autos estão instruídos com prova de que o falecido era militante político e do reconhecimento oficial de sua morte por suicídio, quando se encontrava preso em estabelecimento de segurança.”

JOSÉ MARIA FERREIRA DE ARAÚJO (1941-1970)

Cearense de Fortaleza, José Maria ingressou na Marinha em 1959, no Rio de Janeiro. Logo após a deposição de João Goulart, foi preso e acusado de ser um dos organizadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Permaneceu incomunicável na Ilha das Flores, Rio de Janeiro, por quatro meses, sendo expulso da Marinha em dezembro de 1964.

Esteve em Cuba como integrante do grupo de militantes do MNR. Era um dos contatos frequentes de José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, que mais tarde seria desmascarado como agente infiltrado, responsável pela prisão e morte de um número incalculável de militantes das organizações clandestinas. Naquele país, Araújo foi casado com Soledad Barret, militante paraguaia que seria



morta em Pernambuco, em 1973, no episódio conhecido como “Chacina da Chácara São Bento”. O casal teve uma filha.

Conhecido na militância clandestina da VPR como Ariboia ou Arariboia, foi morto em São Paulo em 23 de setembro de 1970, sendo enterrado no cemitério de Vila Formosa sob a identidade falsa de Edson Cabral Sardinha. Documentos dos órgãos de segurança examinados quando os arquivos do Dops foram abertos registram a informação de que José Maria foi morto em um terminal de ônibus no Anhangabaú, no centro da capital paulista, quando reagiu à prisão que seria efetuada por agentes do DOI-Codi/SP. Na véspera, os agentes desse órgão teriam detido Mário de Freitas Gonçalves, também militante da VPR, conhecido como Dudu, e conseguiram saber seu lugar de encontro com Ariboia. Dudu teria conseguido fugir quando José Maria reagiu, sendo esse o primeiro episódio em que a VPR se viu envolvida com a possibilidade de existir infiltração em suas fileiras.

As verdadeiras condições de sua morte somente ficariam mais claras em 1990, a partir da abertura da vala de Perus, em São Paulo, e do acesso aos arquivos do IML/SP. Uma requisição de exame ao IML, datada de 23 de setembro de 1970, informa que Ariboia foi preso por atividades terroristas e faleceu possivelmente por um mal súbito. O laudo necroscópico descreve equimoses e escoriações. Os legistas afirmam que não puderam determinar a causa da morte. Sugerem duas possibilidades: envenenamento com alguma substância volátil não identificada no exame toxicológico, ou a morte súbita em decorrência da comoção causada pela prisão.

Posteriormente, foram localizados nos arquivos do Dops/SP outros documentos oficiais que contradizem a versão apresentada, tal como a resposta que o delegado Alcides Cintra Bueno Filho enviou ao Coronel Lima Rocha, chefe da 2ª Secção do II Exército: “falecido em consequência de violento tiroteio que travou com agentes dos órgãos de segurança”. Outro documento, também assinado pelo mesmo delegado, datado de 7 de janeiro de 1971, informa: “não foi instaurado inquérito policial a respeito do óbito, dada a flagrante evidência da naturalidade do óbito. Diante do exposto, determino o arquivamento do presente, protocolado no Arquivo Geral deste Departamento, para fins de prontuário”.

Seus restos mortais jamais puderam ser encontrados, em função das transformações introduzidas nas quadras do cemitério, sem o devido registro documental das mudanças. Seu nome faz parte da lista de desaparecidos anexa à Lei 9.140/95.

JOSÉ MILTON BARBOSA (1939-1971)



Pernambucano de Bonito, José Milton era sargento radiotelegrafista do Exército, formado pela Escola de Sargento das Armas. Foi cassado em 1964, logo após a deposição de João Goulart. Militou no PCB, transferiu-se ao PCBR e teve breve passagem pelo MR-8 antes de ingressar na ALN, da qual foi dirigente. Em 1967 ingressou no curso de Economia da antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Uerj, onde estudou até o terceiro ano, quando foi forçado a entrar para a clandestinidade. Até fevereiro de 1969, trabalhou na Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab).

Documentos dos órgãos de repressão apontam José Milton como participante do sequestro do embaixador alemão, da execução do industrial Albert Henning Boilesen e como uma das 21 pessoas mais procuradas em todo o País, no momento de sua prisão e morte, ocorrida na capital paulista em 5 de dezembro de 1971. Antes de a CEMDP analisar o caso, praticamente a única informação que constava no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos* era de que José Milton fora morto em tiroteio no bairro

Sumaré, ao lado do cemitério do Araçá, na data citada, sendo enterrado como indigente em Perus, sob o nome falso de Hélio José da Silva.

Nos arquivos secretos do Dops/SP foi encontrada uma requisição ao IML, marcada com o característico “T” de “terrorista”, tendo como declarante Altino Pinto de Carvalho. Lavrada com o nome falso, informa que ele morrera às 16h do dia 5 de dezembro. Mas trazia em anexo a ficha datiloscópica de José Milton. Constava também o local do tiroteio – esquina das ruas Tácito de Almeida e Cardoso de Almeida – e o horário de entrada do corpo no IML: 21h.

Na CEMDP, o parecer da relatora apontou, como evidências de que José Milton não morreu no alegado tiroteio, a diferença de cinco horas entre a morte e a entrada no IML, destacando também o fato de os órgãos de segurança conhecerem a verdadeira identidade do morto. Como elemento determinante, enfatizou as contradições detectadas na análise das fotos do corpo e do laudo necroscópico. Assinado por Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca, o laudo de necropsia aponta quatro orifícios de entrada de projétil de arma de fogo, nenhum na cabeça, mas no exame interno há observações referentes a edema e anemia do encéfalo. O exame da foto, encontrada nos arquivos do Dops/SP, mostra que, em pleno verão, José Milton trajava roupa pesada, com grossa japona de lã e calça de veludo, tendo o pescoço estranhamente envolto em lenço ou cachecol, com a possível intenção de acobertar sinais de violência. Mesmo assim, a foto permite visualizar, com nitidez, os ferimentos que provavelmente causaram o edema registrado no laudo: lesões e equimoses no nariz, canto do olho esquerdo, queixo e testa, não descritos no laudo.

Apresentado o voto pela aprovação do requerimento em 19 de novembro de 1996, o general Oswaldo Pereira Gomes manifestou-se pelo indeferimento, e Paulo Gustavo Gonet Branco pediu vistas dos autos. O processo voltou à pauta em 10 de abril de 1997, e o revisor estabeleceu uma comparação entre as fotografias do corpo e o laudo necroscópico que, embora minucioso, não fazia qualquer referência aos visíveis ferimentos em diversas partes do rosto. Com o argumento de que “as fotografias emprestam significado relevante à demora ocorrida entre o momento da morte e o da entrega do corpo ao IML, certo de que a polícia, neste período, tinha o domínio da situação e ainda que transmitem, de igual sorte, importância à indicação de nome equivocado do cadáver e subsequente enterro sob o mesmo nome incorreto”, Paulo Gustavo Gonet Branco acompanhou o voto da relatora, favorável à aprovação.

JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA (1939-1971)

Pernambucano de Recife, ex-sargento da Marinha, José Raimundo foi dirigente da VPR entre 1970 e 1971. Conhecido como Moisés, teria participado, segundo os órgãos de repressão, de várias ações armadas, como a do sequestro do cônsul japonês em São Paulo.

José Raimundo foi uma das vítimas do agente infiltrado José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo. Um documento foi localizado no arquivo do Dops/SP, onde Anselmo menciona seus encontros com José Raimundo e registra as possibilidades de contatos com ele. A versão oficial dos órgãos de segurança é de que ele reagiu à prisão e foi morto por elementos da Inteligência do Exército, no dia 5 de agosto de 1971, no bairro carioca de Pilares, como consta de documento do Dops/RJ, de 5 de agosto de 1971.

Seu corpo deu entrada no IML/RJ com o nome de Odwaldo Clóvis da Silva. Em laudo do Instituto Carlos Éboli, os legistas Hygino de Carvalho Hércules e Ivan Nogueira Bastos registram: “os pulsos da vítima apresentavam hematomas em toda a sua extensão”. Na foto, percebem-se marcas de algemas.



Inês Etienne Romeu, no relatório que escreveu sobre o período em que esteve sequestrada no sítio clandestino de Petrópolis (RJ), afirma que certo carcereiro, “Dr. Pepe”, lhe disse que José Raimundo fora morto 24 horas após sua prisão, numa encenação montada em uma rua do Rio de Janeiro.

Apesar de os organismos de segurança terem conhecimento pleno sobre sua verdadeira identidade, José Raimundo foi enterrado sob identidade falsa no cemitério de Ricardo Albuquerque. No livro de saída de indigentes do IML, ao lado de seu nome, está manuscrita a palavra “subversivo”. Em 1o de outubro de 1979, seus restos mortais foram transferidos para um ossuário geral e, entre 1980 e 1981, foram levados para uma vala clandestina.

O filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, de Cao Hamburger, lançado em 2006, evoca lembranças de infância do diretor, quando seus pais, Amélia e Ernest Hamburger, professores da USP, foram presos em São Paulo. A principal acusação contra eles foi a de terem abrigado em sua residência José Raimundo e sua esposa, em 1970.

JOSÉ SILTON PINHEIRO (1949-1972)



José Siltón viveu até os seis anos de idade no pequeno sítio denominado Pium, onde nasceu, em São José do Mipibu (RN). A mãe faleceu após seu nascimento, por complicações no parto e falta de assistência médica. O bebê foi então adotado pela tia Lira – Maria Gomes Pinheiro, irmã de seu pai. Levado para a cidade de Monte Alegre, José Siltón lá viveu até completar 10 anos, quando então radicou-se em Natal. Estudou no Colégio Salesiano, no Instituto Sagrada Família e fez o ginásio no Colégio Santo Antônio, dos irmãos maristas. Iniciou o curso clássico no Colégio Estadual Padre Miguelinho, concluindo-o no Atheneu Norte-Rio-Grandense.

Em 1965, José Siltón tornou-se líder estudantil quando estudava com os irmãos maristas no Colégio Santo Antônio. No ano seguinte, já em contato com a chamada igreja progressista e, pretendendo se tornar irmão marista, passou a estudar no convento de Apipucos, em Recife. Mas sua inquietação política ofuscou a vocação religiosa. Passou a militar no PCBR quando, de volta a Natal, ingressou na Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atuou de início na própria cidade, depois em Recife e, por fim, no Rio de Janeiro.

Os órgãos de repressão acusavam José Siltón de participação em assalto a um banco na Penha, no Rio, em 27 de julho de 1972, em que teria matado o contador Sílvio Nunes Alves. No dia 17 de janeiro de 1973 se tornaram públicas as mortes dele e de mais cinco militantes do PCBR – Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Valdir Sales Saboia, Lourdes Maria Wanderley Pontes e o próprio José Siltón – ocorridas, segundo a nota oficial, em 29 de dezembro de 1972, como resultado de tiroteios. Na verdade, todos foram mortos depois de presos.

A versão sobre essas mortes, divulgada pelo serviço de relações públicas do I Exército, em 17 de janeiro de 1973, sob o título “Destruído o Grupo de Fogo Terrorista do PCBR/GB”, informava que, em ações simultâneas em pontos diferentes do Estado, teriam morrido os seis militantes, um ficara ferido, outro escapara ao ser perseguido e dois foram presos. Não informava os nomes dos presos e do ferido, mas assumia a prisão de um deles em Recife, em 26 de dezembro de 1972, que depois fora levado para o Rio de Janeiro.

A estratégia foi a seguinte: enquanto um grupo de agentes teria se deslocado com esse primeiro militante preso para o bairro do Grajaú, onde havia um “ponto”, outro grupo cercava uma casa na rua

Sargento Valder Xavier de Lima, 12, fundos, em Bento Ribeiro. Ali, segundo se sabe, teriam morrido outros dois, além do que fora levado. No Grajaú, mais três, entre os quais o próprio José Silton.

O ativista preso em Recife, segundo uma das versões que circulou, teria sido morto pelos companheiros, ao aproximar-se do carro que pegara fogo em decorrência do tiroteio. No interior do veículo, três corpos carbonizados, conforme laudo de perícia de local, não puderam ser identificados. Um deles seria o do próprio José Silton. O outro ocupante do veículo, ferido, teria conseguido fugir. Nunca se soube ao certo quais foram os presos, quais os feridos, quem se rendeu, nem os que escaparam.

Para todos os conhecedores dos métodos utilizados pelos órgãos da repressão política, a versão oficial já levanta suspeitas a partir do endereço da casa em Bento Ribeiro: rua Sargento Valder Xavier de Lima, nome de um militar morto em 1970 em Salvador (BA) por militantes do mesmo PCBR, conforme já descrito. O registro de ocorrência da 20ª Delegacia de Polícia informa:

Às 0:40 horas, o 2º tenente Paixão comunicou que compareceu à rua Grajaú para tomar conhecimento de ocorrência envolvendo automóvel incendiado. Todavia foi informado que se tratava, apenas, de diligência de interesse da Segurança Nacional. Chegando ao local, constatou a presença do delegado do Dops Gomes Ribeiro, que afirmou tratar-se de serviço de rotina do interesse da Segurança Nacional.

A verdade dos fatos não foi recuperada, mas ficou comprovado o teatro montado para a falsa versão oficial, constatada nos próprios documentos oficiais localizados no IML e no Instituto Carlos Éboli, que realizou as perícias de local. Para cada uma das vítimas do massacre foi construída uma versão, mas os corpos dos seis militantes deram entrada no IML às 2h30 do dia 30 de dezembro. Supondo verdadeira a versão oficial, seria lógico que dessem entrada em horários distintos, já que teriam morrido em locais distantes e em horários diferentes.

As guias de encaminhamento dos corpos são sequenciais, o que demonstra que não foram levados diretamente do local da morte para o IML. Em Bento Ribeiro, teria havido violento tiroteio, tendo os militantes usado granadas de mão, conforme a versão oficial. As fotos da perícia técnica desmentem o tiroteio e o uso de granadas. As necropsias foram feitas pelos legistas Roberto Blanco dos Santos e Helder Machado Paupério, em laudos sucintos. Ali consta que dois dos cadáveres apresentavam rigidez muscular generalizada, o que indica que essas pessoas estavam mortas há pelo menos 12 horas. Se assim foi, os óbitos teriam ocorrido por volta das 14h ou 15h e estranha-se que a perícia técnica só tenha comparecido às 23h.

Rubens Manoel Lemos, jornalista, afirmou em juízo que José Silton fora morto no DOI-Codi/RJ. A CEMDP não teve dúvidas de que a versão oficial não se sustenta.

LOURDES MARIA WANDERLEY PONTES (1943-1972)

Lourdes Maria era pernambucana de Olinda, cursou o primário e o ginásio em Recife, não chegando a concluir seus estudos por envolvimento na militância política a partir de 1968. Em 1969, casou-se com Paulo Pontes da Silva, com quem se mudou para Natal (RN) devido à repressão política. Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA), sendo que no mesmo ano Paulo foi preso, torturado e chegou a ser condenado à morte por um tribunal militar, pena posteriormente modificada. Lourdes foi então deslocada para a militância clandestina no Rio de Janeiro. Lá ela foi morta pelos órgãos de repressão, no começo de 1973, junto a mais cinco colegas

de militância: Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Silton Pinheiro e Valdir Sales Saboia.

A versão sobre as seis mortes, divulgada pelo serviço de relações públicas do I Exército, em 17 de janeiro de 1973, sob o título “*Destruido o Grupo de Fogo Terrorista do PCBR/GB*”, informava que, em ações simultâneas em pontos diferentes do Estado, teriam morrido esses seis militantes, um ficara ferido, outro escapara ao ser perseguido, e dois foram presos. Não informava os nomes dos presos e do ferido, mas assumia a prisão em Recife, em 26 de dezembro de 1972, de Fernando Augusto, que fora levado para o Rio de Janeiro. Em poder de policiais, segundo os órgãos de repressão, ele teria sido instrumento para os agentes da repressão localizarem e executarem os demais.

A verdade dos fatos não foi recuperada, mas ficou comprovado o teatro montado para a falsa versão divulgada, constatada nos próprios documentos oficiais localizados no IML e no Instituto Carlos Éboli, que realizou as perícias de local. As fotos desmentem o alegado tiroteio com uso de granadas: o corpo de Lourdes Maria está encostado à parede, num canto da sala, encolhido atrás de um vaso de planta que fora usada como árvore de Natal, com as bolas de vidrilho intactas. Nenhuma marca de tiros nas paredes. Ela recebeu, entre outros, três tiros sequenciais no tórax, característicos de execução, e ainda um no pulso direito, característico de ferimento de defesa de quem tenta proteger o rosto. Em algumas fotos, aparece usando relógio de pulso e, em outras, no mesmo local, o relógio já não aparece. Com tantos tiros, não são vistas poças de sangue ao seu redor. A CEMDP não teve dúvidas de que a versão oficial não se sustenta.

LUÍS ALBERTO ANDRADE DE SÁ E BENEVIDES (1942-1972)



Natural de João Pessoa, na Paraíba, e radicado no Rio de Janeiro, era dirigente nacional do PCBR. Tinha sido funcionário do Banco do Estado da Guanabara e estudante de Ciências Sociais até 1969. Depois das inúmeras prisões que atingiram a organização no Rio de Janeiro, a partir de 1970, vários de seus integrantes foram deslocados para atuar no Nordeste, entre eles Luís Alberto. Sua mulher, Miriam Verbena, também militante do PCBR, quando morreu, estava grávida de oito meses.

As circunstâncias das mortes de Luís Alberto e Miriam ainda seguem recobertas de mistério e dúvidas. A versão oficial é de que morreram em acidente de carro, conforme informações encontradas nos arquivos do Dops/PE. Documento da Comissão de Familiares, elaborado por Iara Xavier Pereira, revela que o acidente é suspeito:

Luís Benevides e Miriam Verbena, ao chegar em Cachoeirinha, podem ter sido perseguidos na BR 234 (hoje BR 423), o que pode ter gerado o acidente, premeditadamente ou não. A versão apresentada no inquérito policial por Ernesto Máximo não condiz com os fatos. Ele diz que viu um carro acidentado com pessoas feridas e não parou para prestar socorro, tendo avisado ao posto e à delegacia. Naquela época, não era costume, em um local como aquele, as pessoas não pararem para prestar socorro. [...] O patrulheiro que saiu do posto para o local do acidente só encontrou o carro. Os feridos já tinham sido retirados.

O relatório registra outros depoimentos levantando aspectos intrigantes, como a forte presença de policiais no hospital para onde os corpos foram removidos. Além disso, esse episódio ocorreu no bojo de uma sequência de prisões de militantes do PCBR em Pernambuco.

Os corpos foram enterrados no cemitério Dom Bosco, em Caruaru, com os nomes falsos de José Carlos Rodrigues e Miriam Lopes Rodrigues, nas covas de números 1.538 e 1.139, respectivamente. Mas denúncia apresentada em 1991 pelo deputado estadual Jorge Gomes, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, informa que, dois anos após o enterro, as ossadas haviam sido recolhidas da sepultura, encontrando-se desaparecidas desde então.

LUIZ GHILARDINI (1920-1973)

Nascido em Santos, litoral paulista, ingressou no Partido Comunista em 1945, onde mantinha atuação sindical junto aos portuários. Em 1953, transferiu-se para o Rio de Janeiro e se tornou membro do Comitê dos Marítimos, importante organismo partidário naquele período. Foi operário naval, ferreiro e posteriormente jornalista.

No começo da década de 1970, Luiz militava no PCdoB. No dia 4 de janeiro de 1973, teve a casa invadida por 13 homens armados. Sua esposa Orandina e seu filho de oito anos foram encapuzados e presos. Na última vez que ela viu o marido, Luiz estava de costas, as mãos amarradas com uma borracha, tendo os braços roxos. Orandina foi interrogada diariamente e cerca de nove dias após sua prisão soube que o marido estava morto. Foi libertada três meses depois e só então reencontrou o filho.

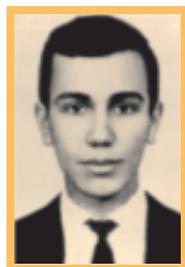
Pela versão oficial dos órgãos de segurança, o corpo de Luiz – encontrado nas Ruas Girapimirim com Turvânia (RJ) – entrou no IML em 5 de janeiro de 1973, com a Guia número 14 do Dops, como desconhecido, descrito apenas como “morto quando reagiu às Forças de Segurança”. Sua necropsia, realizada no mesmo dia, foi assinada pelos legistas Salim Raphael Balassiano e Rubens Pedro Macuco Janini, que confirmaram a morte em tiroteio, embora tenham registrado que “o membro superior direito exibe sinais de lesões violentas”.

As fotos de perícia do local, do Instituto Carlos Éboli, mostram os pulsos de Luiz com claros sinais de algemas ou fios. Laudo de perícia afirma não haver arma de fogo no local e que “nos pulsos da vítima havia sinais recentes de ferimentos produzidos por algo que os prenderam. Os ferimentos embora superficiais faziam-se notar nitidamente”. Informa ainda que Luiz estava vestido com “camisa esporte azul clara e calça azul sobre cueca branca e sapato azul e branco”.

Sua esposa afirma que ele foi preso com bermudas e chinelos, mas os agentes que o levaram pegaram um terno azul de linho, camisa e sapatos. Foi reconhecido oficialmente no mesmo dia, pelo Serviço de Identificação do Instituto Félix Pacheco/RJ, e no dia seguinte o cadáver foi enterrado como indigente no cemitério Ricardo de Albuquerque (RJ). Em 20 de março de 1978, seus restos mortais foram transferidos para um ossário geral e, entre 1980 e 1981, enterrados numa vala clandestina com cerca de 2 mil outras ossadas.

Foram emitidas duas certidões de óbito para Ghilardini, com diferentes datas para o dia da morte: a de número 17-117, do dia 6 de fevereiro de 1973, declara que morreu no dia 1o de janeiro de 1973, a outra, de número 17-119, com data de 23 de março de 1973, informa que o dia da morte foi 4 de janeiro de 1973.





MÁRIO DE SOUZA PRATA (1945-1971)

Mário Prata iniciou sua militância política no movimento estudantil quando fazia o curso de Engenharia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi membro da ALN e depois do MR-8, passando a atuar na clandestinidade em 1969, quando sua prisão preventiva foi decretada pela Justiça Militar. Acusado de matar um PM que, em 1970, o conduzia preso, quando lograra fugir, era intensamente procurado pelos órgãos de segurança.

Mário Prata foi preso e morto nos primeiros dias de abril de 1971, no Rio de Janeiro, em companhia de uma companheira do MR-8, Marilena Villas Boas Pinto. A morte deles somente foi divulgada em junho, dois meses após o fato. Mas a versão oficial já existia bem antes, conforme a informação número 624/71-G do Ministério do Exército, segunda seção, datada de 23 de abril de 1971, localizada nos arquivos do Dops. A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança registrava que, no dia 2 de abril de 1971, em enfrentamento com agentes da Brigada de Paraquedistas do Exército, na Rua Niquelândia, 23, bairro de Campo Grande, Mário teria morrido e Marilena fora ferida, morrendo posteriormente. Segundo as autoridades do regime militar, morreu também na operação o major José Júlio Toja Martinez Filho, que teria sido baleado por Marilena, ficando ferido um capitão.

A CEMDP não conseguiu apurar as reais circunstâncias das duas mortes e se realmente houve o alegado enfrentamento na rua Niquelândia, já que não foi localizada perícia de local e tampouco o laudo necroscópico de Mário. Foram apontadas contradições nas datas e horários da morte dele, nos documentos oficiais, havendo referências aos dias 2 ou 3 de abril. A certidão de óbito, lavrada como sendo de “um homem”, informa que a morte se deu no dia 2 de abril, às 20h45, mas o corpo foi encaminhado ao IML somente às 7h40 do dia seguinte. Ou ainda às 11h, conforme registrou o Centro de Informações do Exército. O atestado, assinado por José Guilherme Figueiredo, repete a *causa mortis* que consta no livro de registros do IML: “feridas penetrantes do tórax e abdome e transfixantes do abdome com lesão do pulmão esquerdo, fígado e baço - hemorragia interna, anemia aguda”.

O enterro de Mário somente foi realizado no dia 23 de abril e, apesar de reconhecido no próprio dia 3, como atesta ofício da SSP/RJ à Auditoria Militar, foi sepultado no cemitério de Ricardo de Albuquerque como desconhecido, tendo seus restos mortais ido parar, anos depois, na vala clandestina do cemitério. A foto do corpo, encontrada nos arquivos do Dops/RJ, mostra somente o rosto, sendo visíveis hematomas e outras marcas, além de edema na parte frontal do crânio.

Os pontos duvidosos apontados por Nilmário Miranda não bastaram como prova, para a maioria da CEMDP, de que a morte de Mário Prata não ocorrera no tiroteio alegado, sendo indeferido o requerimento. Seu processo somente foi aprovado após a edição da Lei 10.875/04, quando foi possível reabrir a análise do caso e deferir o requerimento da família.

MERIVAL ARAÚJO (1949-1973)

Mato-grossense de Alto Paraguai, Merival morou em Minas Novas, Vale do Jequitinhonha, onde era professor. No Rio de Janeiro, continuou a estudar e a dar aulas. Militou na ALN até ser morto sob torturas pelos agentes do DOI-Codi/RJ, uma semana depois de ser preso em frente do prédio número 462 da rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1973.

Nesse endereço morava Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, militante da Resistência Armada Nacional (RAN) e amigo de Merival. Jacques fora preso dois dias antes e, coagido, participou da

montagem da emboscada para prender Merival. O encontro foi acertado por telefone, quando Francisco Jacques já estava preso. Jacques foi solto um mês depois e morto a tiros por um comando da ALN.

O chamado *Livro negro do Exército* afirma que Merival “de forma previsível, se tratando de terrorista da ALN, foi morto ao reagir à prisão”. Esse mesmo documento inclui o nome de Merival como participante do Comando Getúlio de Oliveira Cabral, que executou o delegado Octavio Gonçalves Moreira Junior, agente do DOI-Codi/SP, em Copacabana, no dia 25 de fevereiro de 1973.

Apesar de Merival estar perfeitamente identificado desde o momento em que os agentes do DOI-Codi obtiveram a informação de Jacques, seu corpo deu entrada no IML como desconhecido, com a versão de que fora morto em tiroteio, no dia 14 de abril, na praça Tabatinga, sendo enterrado como indigente no cemitério de Ricardo de Albuquerque em 24 de maio, 40 dias após a suposta data da morte.

Foram localizadas algumas das 20 fotos da perícia feita no local pelo Instituto Carlos Éboli/RJ. Os peritos indicam múltiplos ferimentos produzidos por armas de fogo, fazendo constar que, “sobre este capítulo, melhor dirão os senhores médicos-legistas em laudo próprio”. Nem os peritos nem os legistas registram os inúmeros ferimentos visíveis nas fotos do corpo de Merival que foram localizadas pela CEMDP. Os legistas referem apenas algumas escoriações, mas não que em seu corpo mutilado faltam pedaços de pele, arrancadas não se sabe por qual instrumento. O corpo nunca foi entregue aos familiares. Em 1978, os restos mortais foram para o ossuário geral e, depois, para a vala clandestina no cemitério.

MILTON SOARES DE CASTRO (1940 -1967)

Gaucho de Santa Maria, Milton trabalhava em Porto Alegre como operário metalúrgico, quando se vinculou ao MNR para participar da frente guerrilheira da Serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. Ele e mais 12 militantes haviam ocupado a serra para mapear o local onde seria feito treinamento de guerrilha. Todos foram presos pela Polícia do Exército, em 1o de abril de 1967, sendo levados depois para a Penitenciária Estadual de Linhares, em Juiz de Fora (MG).

Companheiros de Milton, presos na mesma época, afirmam que ele foi morto em consequência de uma discussão com o major Ralph Grunewald Filho, já falecido, o qual assumiu, logo após a morte de Milton, o comando do 10º Regimento de Infantaria de Juiz de Fora. Após a discussão, Milton foi recolhido a uma cela isolada. No dia seguinte, 28 de abril de 1967, estava morto. Segundo a versão oficial, ele teria se suicidado por enforcamento, fato desmentido por depoimentos dos próprios soldados do quartel, que disseram ter visto seu corpo sangrar abundantemente ao ser retirado da cela.

Preso junto com Milton em Linhares, Gregório Mendonça, também do MNR e depois da VPR, nunca acreditou na versão de suicídio. Ele diz que o amigo teria passado por um longo interrogatório no quartel-general regional, na noite que antecedeu sua morte. Gregório estava lá quando o corpo do companheiro foi retirado da cela: “Ele foi levado dentro de um lençol, como um embrulho. O que ninguém sabe é se Milton morreu na cela ou se foi colocado dentro dela morto. Ele estava sendo pressionado pelo Exército para entregar outros companheiros.”

A necropsia realizada no Hospital Geral de Juiz de Fora, em 28 de abril de 1967, pelos médicos Nelson Fernandes de Oliveira e Marcus Antônio Nagem Assad, descreve algumas equimoses em suas pernas, principalmente nos joelhos, mas confirma a versão oficial de suicídio por enforcamento.

A certidão de óbito atesta sua morte no mesmo dia 28, na Penitenciária de Juiz de Fora, sendo assinada pelo legista J. Guadalupe, que não participou do exame. Milton foi enterrado como indigente.



Em 28 de abril de 2002, ou seja, 35 anos depois do ocorrido, o jornal *Tribuna de Minas* publicou a matéria “Cova de militante desaparecido é encontrada em Juiz de Fora”, assinada pela jornalista Daniela Arbex, contestando a versão do Exército:

[...] o atestado de óbito, encontrado pela *Tribuna*, indica equivocadamente que o sepultamento de Milton ocorreu no Cemitério Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Ao contrário do que está escrito no documento, o guerrilheiro da Serra do Caparaó foi enterrado na sepultura número 312, quadra L, do Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Um lugar que, de tão óbvio, nunca foi cogitado pelos familiares do militante e nem por pesquisadores, nestes 35 anos. Milton foi enterrado na cidade às 14h do dia 29 de abril de 67, conforme registro do livro de óbito do cemitério.

Ainda nessa matéria:

[...] segundo o irmão de Milton, Edelson Soares de Castro, hoje com 55 anos, sua mãe passou vários anos em busca do corpo do filho, porém jamais conseguiu do Exército a informação sobre onde teria sido sepultado. “Para nós, disseram apenas que era sigilo militar. Somente agora, com esta matéria, pudemos saber que, enquanto o Exército negociava conosco a entrega do corpo de nosso irmão, ele já havia sido enterrado”.

A reportagem de Daniela Arbex traz ainda depoimento inédito do vice-diretor da penitenciária, na época, Jairo Vasconcelos. Ele estava na unidade quando Milton e seus companheiros foram capturados na Serra do Caparaó. Vasconcelos afirma: “Me impressionou o aparato montado para trazê-los para cá. Os militantes estavam com aspecto físico deplorável. Além de algemados no caminhão que os trouxe, estavam presos uns aos outros. A ficha deles estava acompanhada com o termo ‘perigosos’”. Em 1980, Vasconcelos deixou a penitenciária. Quando retornou, cinco anos depois, todas as fichas sobre esses militantes haviam desaparecido.

Mesmo com as revelações da *Tribuna de Minas* sobre o lugar onde o corpo de Milton foi enterrado, os familiares optaram por não fazer a exumação dos restos mortais. A irmã dele, Gessi Soares, 65 anos, explicou que o assunto lhe trazia lembranças dolorosas: “O que fizeram com o Milton não se faz nem com um bicho. Ele tinha um ideal, queria mudar o País. Quando soubemos de sua morte, lutamos por muito tempo para que o Exército nos entregasse seu corpo. Não tivemos o direito de velar por nosso irmão”. O relator do caso na CEMDP concluiu que “Milton teve efetivamente participação em atividades políticas, tendo sido preso em consequência desta atividade, vindo a falecer por causa não natural, em dependência policial”.



MIRIAM LOPES VERBENA (1946-1972)

Paraense de Irituia-Guamá, Miriam era professora e militante do PCBR, mesmo partido de seu marido, Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides. Quando morreu, estava grávida de oito meses.

Depois das prisões que atingiram o PCBR no Rio de Janeiro a partir de 1970, vários de seus integrantes foram deslocados para o Nordeste, entre eles Miriam Verbena e Luís Alberto. As circunstâncias de suas mortes ainda seguem recobertas de mistério e dúvidas, se foi acidente rodoviário ou assassinato. A versão oficial é de que eles morreram em acidente, conforme informações encontradas nos arquivos do Dops/PE.

Porém, um documento da Comissão de Familiares ressalta:

Luís Benevides e Miriam Verbena, ao chegarem em Cachoeirinha, podem ter sido perseguidos na BR 234 (hoje BR 423), o que pode ter gerado o acidente, premeditadamente ou não. A versão apresentada no inquérito policial por Ernesto Máximo não condiz com os fatos. Ele diz que viu um carro acidentado com pessoas feridas e não parou para prestar socorro, tendo avisado ao posto e à delegacia. Naquela época, não era costume, em um local como aquele, as pessoas não pararem para prestar socorro.

O relatório registra outros depoimentos levantando aspectos intrigantes como a forte presença de policiais no hospital para onde os corpos foram removidos e, principalmente, a informação de que as mortes de Verbena e seu marido ocorreram no bojo de uma sequência de prisões de militantes do PCBR em Pernambuco.

Os corpos foram enterrados no cemitério Dom Bosco, em Caruaru, com os nomes falsos de José Carlos Rodrigues e Miriam Lopes Rodrigues, nas covas de números 1.538 e 1.139, respectivamente. Mas denúncia apresentada em 1991 pelo deputado estadual Jorge Gomes, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, informa que, dois anos após o enterro, as ossadas haviam sido recolhidas da sepultura, encontrando-se desaparecidas desde então.

OTONIEL CAMPOS BARRETO (1951-1971)

Nascido no lugarejo de nome Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas, no sertão baiano, Otoniel era camponês, irmão de José Campos Barreto, o Zequinha, que seria morto junto com Lamarca no mês seguinte.

Otoniel foi morto junto a Luiz Antônio Santa Bárbara, em sua localidade natal, no dia 28 de agosto de 1971. Na mesma operação em Buriti também foram presos um outro irmão, Olderico, baleado no rosto, bem como o pai, José de Araújo Barreto, de 65 anos, imediatamente torturado.

Essas mortes ocorreram no escopo da chamada Operação Pajuçara, organizada com o objetivo de capturar ou destruir Lamarca e seu grupo, conforme constou em documentos oficiais. Dela chegaram a participar 215 pessoas, escolhidas a dedo entre integrantes da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Militar da Bahia, Dops de São Paulo, Codi/6, e 19º BC, conforme descreve o relatório elaborado pelo IV Exército. Todos os seus integrantes atuaram à paisana. O relatório oficial da Operação Pajuçara descreve uma investida contra um local onde acreditavam que estaria o capitão perseguido, a qual “redundou nas mortes de Luiz Antônio Santa Bárbara, ‘Merenda’; Otoniel Campos Barreto, bem como ferimentos e prisão de Olderico Campos Barreto”.

A versão divulgada pelos jornais diz que Otoniel efetuou um disparo de arma de fogo e saiu correndo, quando foi atingido. O laudo necroscópico é impreciso e não estabelece a trajetória dos disparos, mas permite concluir que ele recebeu um disparo na cabeça, de frente, e foi metralhado pelas costas. O cadáver de Otoniel, sepultado no cemitério local, foi exumado no dia seguinte e transportado para Salvador. Desde então, seu corpo foi dado pela família como desaparecido.

Segundo registros do interrogatório de Olderico na Justiça Militar, Otoniel foi logo detido e Olderico reagiu, razão pela qual foi atingido por um disparo no rosto. Quando recobrou os sentidos, foi preso e conduzido, com o pai e o irmão, para a frente da casa. Diz que Otoniel foi despido, permanecendo apenas de calção e que, na sua calça, deixada nas proximidades, havia uma arma de fogo, fato não

percebido pelos agentes. Levaram o pai para o barracão, onde apanhou e recebeu ameaças de morte, para indicar o paradeiro do filho Zequinha. Otoniel, em desespero pelos gritos do pai, alcançou a arma, deu um disparo e saiu correndo, tendo sido atingido.

Reuel Pereira da Silva, soldado e morador no município, em depoimento à Justiça Militar, em 1972, confirmou que Otoniel já estava detido, sob sua guarda, antes de morrer. Diz que foi surpreendido pelo tiro de Otoniel e não conseguiu segurá-lo, saindo em seu encalço, sendo que outros agentes o perseguiram, ouvindo depois diversos disparos.

RAMIRES MARANHÃO DO VALLE (1950-1973)



Pernambucano de Recife, praticante de atletismo, Ramires não chegou a concluir o curso secundário devido às perseguições policiais por sua atuação política. Foi preso aos 16 anos quando participava de manifestação contra o acordo MEC-USAID, nas escadarias da Assembleia. Depois, no enterro do padre Antônio Henrique Pereira Neto, assassinado em Recife, rompeu a vigilância policial e promoveu um comício-relâmpago em uma das pilastras da Ponte da Torre, por onde passava o cortejo. Visado, teve de passar à clandestinidade. Como militante do PCBR, atuou em Fortaleza e, em 1971, radicou-se no Rio de Janeiro.

O último encontro de Ramires com sua família aconteceu em fevereiro de 1972. Documentos dos órgãos de segurança atribuem a ele participação em várias ações armadas, inclusive em duas execuções: a do delegado Octavinho (Octavio Moreira Júnior) e a do ex-presos político do PCBR Salatiel Teixeira Rolins, acusado pelos companheiros de ser responsável pela prisão de Mário Alves.

Ramires e mais três militantes do PCBR foram mortos pelos órgãos de segurança em 27 de outubro de 1973. A cena para legalização das execuções foi montada na praça Sentinela, em Jacarepaguá. A versão divulgada pelo Dops é que os militantes do PCBR perceberam a presença de “elementos suspeitos” e tentaram fugir, acionando suas armas. Como o carro teria começado a pegar fogo, não foi possível retirar as pessoas que estavam dentro.

No livro *Dos filhos deste solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio registram:

[...] um homem desceu de um Opala e avisou: “Afastem-se porque a barra vai pesar”. O repórter de *Veja* (7/11/73) localizou alguém que testemunhou o significado desse aviso: “Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros”. [...] Vindos de todas as ruas que levam à Praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho (AA 6960) e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados.

Os corpos deram entrada no IML como desconhecidos. Ramires foi enterrado como indigente, no cemitério Ricardo de Albuquerque. Em 2 de abril de 1979, seus restos mortais foram transferidos para o ossuário geral e, por volta de 1980 ou 1981, para uma vala clandestina com cerca de 2 mil outras ossadas.

A partir de 1991, documentos encontrados em arquivos do Dops comprovaram a morte de Ramires. Documento de informação do Ministério da Aeronáutica de 22 de novembro de 1973, de número 575, afirma: “dia 27/10/1973, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, foram

mortos os seguintes militantes do PCBR: Ranúcia Alves Rodrigues, Ramires Maranhão do Valle, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho”. No Relatório do Ministério do Exército, de 1993, consta que foi morto junto com dois companheiros em tiroteio com as forças de segurança.

RANÚCIA ALVES RODRIGUES (1945-1973)

Natural de Garanhuns, Ranúcia estudava Enfermagem em Pernambuco e foi presa no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em 1968, sendo expulsa da universidade no ano seguinte. A partir de outubro de 1972, atuou no Rio de Janeiro, na clandestinidade, como militante do PCBR. Segundo os órgãos de segurança, Ranúcia teria participado da execução do delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr, do DOI-Codi/SP, em Copacabana, no dia 25 de fevereiro de 1973.

Ranúcia foi um dos quatro militantes do PCBR mortos pelos órgãos de segurança em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1973. A cena para legalização das execuções foi montada na praça Sentinela. Três homens aparecem totalmente carbonizados dentro de um Volkswagen, enquanto o corpo de Ranúcia jaz baleado, embora não queimado. Os documentos oficiais dos arquivos dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica mostram versões desencontradas sobre esse episódio.

No dia 29 de outubro de 1973, a imprensa carioca apenas noticiou a morte de dois casais em Jacarepaguá, sem citar os nomes dos mortos. O mesmo ocorreu na matéria da revista *Veja*, de 7 de novembro de 1973, “Quem matou quem?”. Somente em 17 de novembro de 1973, tanto em *O Globo*, quanto no *Jornal do Brasil*, respectivamente, se lê: “em encontro com forças de segurança, vieram a falecer, após travarem cerrado tiroteio, quatro terroristas, dois dos quais identificados como Ranúcia Alves Rodrigues, ‘Florinda’, e Almir Custódio de Lima, ‘Otávio’, pertencentes à organização clandestina subversiva intitulada PCBR”.

No livro *Dos filhos deste solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio assim o registram:

Chovia na noite de 27 de outubro de 1973, um sábado. Alguns poucos casais escondiam-se da chuva junto do muro do Colégio de Jacarepaguá, no Rio. Por volta das 22h um homem desceu de um Opala e avisou: “Afastem-se porque a barra vai pesar”. O repórter de *Veja* (7/11/73) localizou alguém que testemunhou o significado desse aviso: “Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros”. [...] Vindos de todas as ruas que levam à Praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho (AA 6960) e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados.

Essa mulher era Ranúcia. Seu corpo, apesar de perfeitamente identificado, como os dos outros três companheiros, deu entrada como desconhecido no IML e foi enterrado como indigente no cemitério Ricardo de Albuquerque. Em 2 de abril de 1979, seus restos mortais foram transferidos para o ossuário geral e, por volta de 1980 ou 1981, para uma vala clandestina com cerca de 2 mil outras ossadas.

No arquivo do Dops/RJ foi encontrado um documento do I Exército, de 29 de outubro de 1973, que narra o cerco aos quatro militantes desde o dia 8 de outubro de 1973, culminando com a prisão de Ranúcia na manhã do dia 27 de outubro de 1973. O documento inclui interrogatório e declarações de Ranúcia no DOI-Codi/RJ. O relatório fala de farta documentação encontrada com ela e menciona a morte dos quatro militantes, dando-lhes os nomes completos.



ROBERTO CIETTO (1936-1969)

Roberto iniciou a militância política na Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro, onde cumpria pena como preso comum. Fugiu de lá junto com um grupo de militantes políticos, dentre eles alguns ex-marinheiros, que constituíram uma nova organização clandestina, denominada Movimento de Ação Revolucionária (MAR). De início, esses nove ativistas se instalaram na região de Angra dos Reis, onde realizaram deslocamentos e treinamentos de guerrilha. Em seguida, retornaram ao Rio de Janeiro, onde, segundo os órgãos de segurança, Roberto participou de algumas ações armadas.

Segundo relatos levados à CEMDP, ele teria sido preso no dia 4 de setembro de 1969, quando passava casualmente em frente à casa do embaixador americano Charles Burke Elbrick, sequestrado no mesmo dia. Roberto era procurado pelos agentes de segurança desde sua fuga da penitenciária, em maio. Levado dali para o Primeiro Batalhão da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, resistiu a apenas algumas horas de torturas.

Em *A ditadura escancarada*, o jornalista Elio Gaspari escreveu sobre Roberto:

Interrogaram-no durante três horas, no máximo. Às 18h40 ele morreu de pancada. O cadáver tinha o olho direito roxo, com um corte na pálpebra e ferimentos na testa, no tórax, num braço e numa perna. Foi sepultado como suicida. De acordo com as versões oficiais, era o 17º do regime, o sétimo a se enforcar numa cela, o sexto a fazê-lo num quartel. Segundo o laudo da perícia, asfixiou-se sentado.

O corpo deu entrada no IML no mesmo dia 4, sendo necropsiado por requisição do quartel do I Exército, de onde foi removido. A necropsia, assinada pelos médicos Elias Freitas e João Guilherme Figueiredo, em 5 de setembro, confirma a versão oficial de que Roberto teria cometido suicídio por enforcamento, em sua cela, no DOI-Codi/RJ, apesar de descrever algumas escoriações encontradas no corpo, como hematomas na pálpebra direita, no braço direito e na perna esquerda. As fotos da perícia de local, realizada pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli, mostram claramente marcas de torturas.

A análise do material fotográfico demonstra que não havia como Roberto ter-se enforcado, pois estava praticamente sentado. Também o laudo de perícia de local, feito pelo mesmo órgão oficial, cita outras escoriações além das apresentadas na necropsia, afirmando que “[...] a necropsia a ser procedida deverá esclarecer a recenticidade dos ferimentos por ação contundente constatadas nas regiões frontal orbitária direita e face anterior do joelho direito da vítima [sic]”. O atestado de óbito contém apenas o nome. Todas as outras informações constam como ignoradas, apesar de tratar-se de alguém que já havia cumprido pena, tendo todos os dados de identificação disponíveis para as autoridades, o que foi confirmado por sua ficha do Instituto Félix Pacheco. Roberto foi enterrado como indigente no cemitério de Santa Cruz (RJ), em 30 de setembro de 1969.

O relator da CEMDP considerou insustentável a versão apresentada e concluiu que as evidências apontavam para o assassinato da vítima. As fotos demonstram a existência de lesões resultantes de violência anterior. Além disso, o fato de Roberto estar sentado no chão invalida a hipótese de suicídio por enforcamento. Outros indícios apontam para a montagem da cena: o laudo registra que o instrumento usado para se suicidar teria sido um cordão, “utilizado para atar coturnos de soldados”, reconhecendo ser um elemento “não comum naquele ambiente (cela de preso)”. Para o relator, mesmo que a hipótese de suicídio fosse admissível, ainda assim Roberto Cietto teria morrido sob a guarda do Estado, por motivos políticos e de causa não natural.

SÉRGIO ROBERTO CORRÊA (1941-1969)

Sérgio nasceu em Mogi das Cruzes, em 27 de julho de 1941. Estudou em sua cidade até concluir o colegial no Instituto de Educação Dr. Washington Luís e depois, já na capital, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, à rua Maria Antônia, por volta de 1966. Documentos dos órgãos de segurança e da Justiça Militar Federal de São Paulo o identificam como militante da ALN, integrante de seu Grupo Tático Armado, no qual adotava o codinome Gilberto e teria participado de várias ações. Consta ainda que teria feito um curso sobre explosivos ministrado pelo militante Hans Rudolf Manz.

Na madrugada de 4 de setembro de 1969, Sérgio era um dos dois rapazes de 28 anos que estavam no interior de um Volkswagen, placa 44-52-75, que explodiu na rua da Consolação, esquina com Maria Antônia, perto da faculdade. Quem dirigia o carro era Ishiro Nagami. Na época, especulou-se que Sérgio e Ishiro se dirigiam ao edifício sede da Nestlé, situado nas imediações, para praticar um atentado a bomba, quando o artefato teria explodido acidentalmente. Sérgio teve o corpo destroçado.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar informam que Ishiro usava o codinome Charles e teria ligações com José Wilson Lessa Sabag e também com outro militante da ALN, Otávio Ângelo, que no ano seguinte a esse episódio, 1970, seria banido do país em troca da libertação do cônsul japonês em São Paulo. Os jornais da época informaram que, logo após a explosão, policiais localizaram o endereço de Ishiro, um apartamento na rua Jaguaribe, na Vila Buarque, bairro contíguo à rua da Consolação, e lá prenderam os professores Francisco Roberto Savioni e Suziko Seki, do curso Equipe. Teriam encontrado lá, informava a imprensa, mais de 50 cartuchos de dinamite que teriam sido roubados da pedreira Rochester, em Mogi das Cruzes.

Após a morte nesse incidente da rua da Consolação, Sérgio foi enterrado como indigente no cemitério da Vila Formosa. A CEMDP não recebeu requerimento em seu nome de parte dos familiares.

Em novembro e dezembro de 2010, numa busca planejada conjuntamente pelo Ministério Público Federal de São Paulo, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, pela a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pela Polícia Federal, foram localizadas nesse cemitério restos mortais que provavelmente correspondem a Sérgio Correa. Serão submetidos a testes antropométricos e de DNA para que se possa confirmar sua identidade.

SOLEDAD BARRET VIEDMA (1945-1973)

Nascida no Paraguai, considerada uma mulher de rara beleza, Soledad era neta de um importante escritor, jornalista e intelectual paraguaio, nascido na Espanha, Rafael Barret. Tanto o pai quanto o avô foram perseguidos por suas ideias políticas. Quando Soledad tinha apenas três meses de idade, a família fugiu do Paraguai para a Argentina, onde viveu por cinco anos. Na maior parte desse período no exterior, o pai de Soledad esteve preso ou perseguido, tanto pela polícia paraguaia quanto pela argentina. A família regressou ao Paraguai, mas, quando a ditadura Stroessner se instalou, voltou a se exilar, dessa vez no Uruguai.

Nesse país, conforme conta sua irmã Namy Barret, Soledad foi raptada em julho de 1962, com 17 anos, por um grupo neonazista que a colocou em um automóvel e, sob ameaças, quis obrigá-la a gritar palavras de ordem contrárias às suas ideias. Por ter se negado, os raptadores gravaram uma suástica em sua carne, com uma navalha. Começou assim um ciclo de perseguições e prisões, uma vez que, para a polícia uruguaia, Soledad, de vítima, passou a ser culpada. Decidiu deixar o país e seguiu para Cuba,



onde conheceu o exilado brasileiro José Maria Ferreira de Araújo – militante da VPR, que tinha como codinome Arariboia ou Aribóia, desaparecido no Brasil em 1970 – com quem se casou e teve uma filha, Nasaindy de Araújo Barret.

Tendo vindo morar no Brasil, na condição de militante da VPR, Soledad foi assassinada com mais cinco membros da organização, em 8 de janeiro de 1973, ou talvez no dia seguinte, em Abreu e Lima (PE). A essa altura, já separada de José Maria, ela estaria grávida de sete meses do Cabo Anselmo, seu próprio delator no episódio que ficou conhecido como o “massacre da Chácara São Bento”. Soledad foi enterrada como indigente, sem qualquer identificação, no cemitério da Várzea, em Recife.

Soledad tornou-se, além de mártir, uma musa. O cantor e compositor uruguaio Daniel Viglietti, que ficou conhecido na década de 1970 no segmento da chamada música de protesto, e que ainda hoje segue cantando e apresentando seu trabalho em turnês mundiais, canta em todas elas a canção que compôs em sua homenagem, *Soledad Barret*. E um dos mais célebres poetas uruguaio do século 20, Mario Benedetti (1920-2009) escreveu para ela o poema “Muerte de Soledad”:

Con tu imagen segura/ Con tu pinta muchacha/ Pudiste ser modelo/ Actriz/ Miss Paraguay/ Carántula/
Almanaque/ Quién sabe cuántas cosas/ Pero el abuelo Rafael el viejo anarco/ Te tironaba fuertemente la
sangre/ Y vos sentias callada esos tirones/ Soledad no viviste em soledad/ Por eso tu vida no se borra/
Simplemente se colma de señales.

VITORINO ALVES MOITINHO (1949-1973)

Vitorino, conhecido como Tiba, saiu de São Mateus (ES) e foi morar com seus irmãos no bairro do Catete, no Rio de Janeiro. Enquanto estudava, trabalhou como bancário e operário. Respondeu a processos por sua militância política, sendo obrigado a viver na clandestinidade. Já militando no PCBR, tinha sido preso antes, na ofensiva contra esse partido ocorrida no Nordeste em março de 1972.

Vitorino e mais três militantes do PCBR foram mortos pelos órgãos de segurança em 27 de outubro de 1973. A cena para legalização das execuções foi montada na praça Sentinela, em Jacarepaguá.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que Vitorino “teria morrido juntamente com outros subversivos, durante operação não definida”. Não há confirmação de sua morte no Relatório do Ministério do Exército, mas o da Aeronáutica afirma que Vitorino foi “morto em 27/10/1973, num carro, em Jacarepaguá, juntamente com outros três militantes do PCBR”. Documentos dos órgãos de repressão o incluem, ao lado de Ramires Maranhão do Valle, como autor dos disparos que mataram o ex-companheiro Salatiel Teixeira Rolins, acusado de haver levado Mario Alves à prisão.

No livro *Dos filhos deste solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio reproduzem o depoimento de uma testemunha entrevistada pela revista *Vêja* em 7 de novembro de 1973: “[...] Vindos de todas as ruas que levam à Praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho (AA 6960) e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados”.

Segundo um documento do I Exército, de 29 de outubro de 1973, encontrado no arquivo do Dops/RJ, os jovens teriam percebido a presença de “elementos suspeitos” e tentaram fugir, acionando suas armas. Como o carro teria começado a pegar fogo, não foi possível retirar as pessoas que estavam dentro.

Todos os corpos deram entrada no IML como desconhecidos. A necropsia confirma a versão oficial.

Apesar de os quatro militantes estarem perfeitamente identificados, os órgãos de segurança enterraram todos como indigentes, no cemitério Ricardo de Albuquerque, Rio de Janeiro. Em 2 de abril de 1979, seus restos mortais foram transferidos para o ossuário geral e, por volta de 1980 ou 1981, para uma vala clandestina com cerca de 2 mil outras ossadas.

WILTON FERREIRA (?-1972)

Sobre Wilton, a CEMDP não possui qualquer dado nem sequer a certeza de ser este o seu nome verdadeiro. Seu nome constava em dossiês anteriores como Wilson Ferreira ou como Hilton Ferreira, nome que também consta nos documentos oficiais relativos à morte, junto ao de Onofre Rodrigues de Moraes, que seria sua identidade falsa.

Wilton e mais três militantes da VAR-Palmares – Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Ligia Maria Salgado Nóbrega, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo – foram mortos no Rio de Janeiro em 29 de março de 1972, em circunstâncias até hoje não esclarecidas, ficando o episódio registrado como “Chacina de Quintino”. Os jornais da época informaram que nove militantes teriam se entrincheirado na casa 72, na avenida Suburbana, número 8.695, bairro de Quintino, naquela data, tendo três deles morrido no local enquanto os demais teriam conseguido fugir. Segundo o “Livro negro” do Exército, essa residência seria o “aparelho” onde morava James Allen da Luz, o principal dirigente da VAR naquele momento.

Segundo o informe número 19/72 do DOI/Exército, Wilton teria sido morto na oficina mecânica da VAR-Palmares em Cavalcanti, local onde os carros eram pintados, seus motores recebiam números falsos e as placas eram trocadas. Além da morte de Wilton, teria havido a prisão de um militante, que não é identificado, e a fuga de outro, cujo nome tampouco foi revelado.

Documentos localizados no IML e no Dops/RJ mostram que, em 30 de março de 1972, o cadáver que deu entrada com a guia número 4 morto um dia antes fora identificado como Wilton Ferreira. O atestado de óbito, firmado por Valdecir Tagliari informa que morreu devido a feridas transfixantes do tórax, abdômen e perfuração dos pulmões, indicando que seria de cor branca e teria 25 anos presumíveis. O reconhecimento teria sido feito através de suas digitais, confrontadas no Instituto Félix Pacheco. Em resposta à solicitação de informações da CEMDP, o Instituto Félix Pacheco informou que Wilton não requereu a carteira de identidade. Forneceu, entretanto, seu número de RG, acrescentando que era natural do Rio de Janeiro, filho de Maria Ferreira Dias.

Wilton foi enterrado como indigente no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio, em 27 de junho de 1972, quase três meses após a morte. Em 6 de fevereiro de 1978, seus restos mortais foram para um ossuário geral e, no início da década de 80, transferidos para uma vala clandestina com cerca de 2 mil ossadas de indigentes.



É PRECISO JOGAR LUZ SOBRE O PASSADO

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES BARBOSA

*Presidente da Comissão
Especial sobre Mortos e
Desaparecidos Políticos*

O eminente escritor J. M. Coetzee, vencedor de um prêmio Nobel de literatura, lembra um episódio ocorrido em uma era passada, que considera uma “pedra de toque, pedra que se tocava para renovar nossa fé na humanidade, na continuidade da história humana”. Esse episódio que ocorreu com Príamo, ao beijar as mãos de Aquiles e suplicar pelo corpo de seu filho, ilustra o que ainda remanesce no presente: ainda é grande o sofrimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos – vítimas das ditaduras militares na América Latina e, especialmente, no Brasil –, que continuam a chorar por seus entes queridos, pois ainda não têm os corpos, e, quando não se tem contato com o corpo, a dor da família se prolonga.

Conforme reflexão de Mario Sergio Cortella, “A humanidade houvera compreendido que, se com a morte não nos conformamos, ao menos nos confortamos, nos fortalecemos em conjunto, nos apoiamos. As pessoas ficavam, às vezes por um dia e uma noite, em volta da família, aglomeradas, grudadas, exalando solidariedade e emoção, orando e purgando lentamente o impacto, mostrando aos mais próximos que não estavam sozinhos na perda”. Para ele, “um dos mais fortes indícios da presença humana é o cuidado com os

mortos; as mais antigas manifestações de formação social, quando as localizamos, as fazemos por intermédio de túmulos, inscrições, ossos agrupados ou corpos enterrados ou cremados. É sinal de humanidade não se conformar com a morte e, portanto, buscar vencer simbolicamente o que parece ser invencível. A própria palavra cemitério (derivada do grego), usada em vários idiomas, significa lugar para dormir, dormitório, lugar para descansar. Deixar esvaír essa marca é extremamente perigoso, pois não propicia a especial ocasião de meditar sobre a vida, eventualmente, descansar em paz”.

Os familiares de nossos desaparecidos políticos ainda não tiveram esse direito elementar. Estabeleceu-se na América Latina, e, em especial no Brasil da época da ditadura, como se verifica no capítulo 3 deste livro, uma cumplicidade tanto pela omissão como pela comissão. Algo semelhante ao que aconteceu na Alemanha de Hitler. É imperioso expor a verdade ocultada com sangue e violência, especialmente porque aquele momento da história latino-americana e especialmente brasileira ainda não se encerrou: persiste o duelo entre a civilização e a barbárie; continuam abertas e abrem-se as feridas continuamente e, por conta disso, as famílias, sobretudo no Brasil, ainda choram por seus mortos e desaparecidos. Como explica Marcelo Rubens Paiva, ao lembrar o sofrimento que todos de sua família experimentaram com o assassinato e desaparecimento de seu pai, “essas coisas mexiam com a gente [...] Então mexia, mexe até hoje. É uma coisa que você não enterra nunca. Infelizmente a gente tem que conviver com esse tipo de situação criada na América Latina com milhares de famílias que têm que viver com esse legado. Até porque não se pode virar uma página da história por decreto, você tem que contar essa história”.

Este livro complementa diversos trabalhos já produzidos pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, por vezes em parceria com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, dentre os quais se destaca o livro *Direito à Memória e à Verdade*, lançado em 2007. Essas iniciativas jogam luz sobre os terríveis casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados de militantes políticos que se opuseram aos regimes ditatoriais na América Latina e, principalmente, no Brasil, contribuindo para retirar o caráter clandestino das memórias de um tempo sombrio, o que significa recolocá-las no espaço público para as devidas providências. Isto é, evidenciam-se para não serem esquecidas, enterradas, refazendo, assim, as extensões conceituais da memória coletiva face aos imperativos categóricos da sociedade: o direito à informação, o direito das famílias dos mortos e desaparecidos políticos à memória e à verdade.



Esses trabalhos são instrumentos de Educação em Direitos Humanos, programa implantado em todo o território brasileiro pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e se constituem em colaboração para conjurar o risco de consolidação da barbárie. São mais um reforço para a construção de uma civilização que assegure a todos e especialmente aos familiares de mortos e desaparecidos políticos o direito elementar à memória e à verdade.

Este livro pode contribuir para mitigar a dificuldade que a maioria dos jovens no nosso meio têm para compreender como história viva aquilo que para grande parte de nós é ainda memória, a exemplo da ditadura, da censura, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados daqueles que se insurgiram contra os regimes de exceção das décadas de 1960 e 1970.

É preciso, em um diálogo marcado pela historicidade, rejeitar o preconceito que enclausure a memória no pretérito e sem arrogância que desqualifique o já vivido. A propósito, vale lembrar a reflexão de Marguerite Yourcenar (1903-1987), referida por Mario Sergio Cortella na obra aqui citada, no sentido de que “quando se gosta da vida, gosta-se do passado, porque ele é o presente tal como sobreviveu na memória humana”. Para ser sujeito do presente, há que aceitar ser objeto do passado. Se a pessoa não sabe aonde vai, ao menos deverá saber de onde vem. Para o romano Cícero, “a história é a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira da sabedoria dos antigos”. Ou, como o poeta Paul Valéry reflete e recomenda, “uma atitude perante o passado que não desvie nem do presente, nem do futuro, e que, pelo contrário, ajude a prevê-lo e a prepará-lo”.

Este livro reconta a história latino-americana recente, ressalta a importância da justiça de transição e reparadora, explicita as relações entre as ditaduras do Cone Sul, demonstra a importância do direito à memória e à verdade, destaca que as famílias também são vítimas, e evidencia a relevância da Lei 9.140, que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Busca desvelar o que efetivamente ocorreu na Guerrilha do Araguaia e na subsequente “operação limpeza”, desvenda a organização da tortura e da morte. E não deixa que caiam no esquecimento os cerca de 180 brasileiros ainda desaparecidos. Como documento, representa uma vez mais o reconhecimento pelo Estado brasileiro, suscita o diálogo marcado pela historicidade e também serve de instrumento que certamente vai colaborar com os trabalhos a serem empreendidos pela Comissão Nacional da Verdade, objeto do projeto de lei 7.376/2010, que tramita no Congresso Nacional.

Urge suscitar o diálogo marcado pela historicidade, resgatando a memória e a verdade, pois as coisas realmente passam e não conseguimos recuperá-las. É fundamental ressaltar o significado e a importância da memória e da verdade, com o intuito de vislumbrar um novo tempo, um outro modo de narrar e de recuperar o inesquecível, sobretudo porque, ao retomar-se a ordem democrática, principalmente os brasileiros, mas também os outros povos latino-americanos, viram-se diante da dolorosa perda da memória do ocorrido nos países, especialmente durante os regimes ditatoriais. É conhecida a estratégia dos regimes de força: a supressão da memória que se prolonga diante de um pacto de silêncios e concessões mútuas, acomodando precariamente os sobreviventes da guerra suja.

Este livro documenta, especialmente nos capítulos 7 e 8, a adoção, pelos governos Médici e Geisel, do extermínio de opositores como política de Estado. Recorda que a legislação do AI-5 negava o recurso ao habeas corpus aos acusados de crimes políticos, assim como, na maioria das vezes, não registrava as prisões, não se cumprindo nem mesmo as leis de exceção, o que dificultava ainda mais a familiares e advogados conhecer o paradeiro e obter apoio legal para as vítimas.

Entretanto, ao mesmo tempo em que relata cada história de homens e mulheres que, após a detenção ou o sequestro, eram levados pelas forças de repressão para os locais inclusive clandestinos organizados especialmente para a realização de interrogatórios sob tortura, onde permaneciam incomunicáveis e com paradeiro desconhecido para suas famílias, este livro demonstra o esforço atualmente despendido pelo Estado brasileiro na busca de mortos e desaparecidos políticos e na sua identificação. É o que se verifica, por exemplo, com as diversas expedições de busca de corpos no Araguaia, no cemitério Dom Bosco em Perus, no cemitério Vila Formosa em São Paulo, e com a instalação do banco de DNA, no âmbito da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

O diálogo da historicidade, portanto, como ensina Ana Lúcia Siaines de Castro, continua e constitui fato relevante, ampliando o significado da memória e da verdade, e é na ampliação do seu significado que a memória vem sendo entendida como consciência social, conhecimento da temporalidade do homem.



AAB - Aliança Anticomunista Brasileira
ABI - Associação Brasileira de Imprensa
Abin - Agência Brasileira de Inteligência
Acnur - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AI - Ato Institucional
ALN - Ação Libertadora Nacional
AP - Ação Popular
APML - Ação Popular Marxista-Leninista
ANL - Aliança Nacional Libertadora
Arena - Aliança Renovadora Nacional
Cael - Centro Acadêmico Edson Luís - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/RJ).
CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEMDP - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
Cenimar - Centro de Informações da Marinha
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CIA - *Central Intelligence Agency* - a Agência Central de Inteligência do governo dos EUA
CIE - Centro de Informações do Exército
Cimi - Conselho Indigenista Missionário

Cisa - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CJM - Circunscrição Judiciária Militar
CJP - Comissão Justiça e Paz
CMP - Comando Militar do Planalto
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa
Colina - Comando de Libertação Nacional
Contec - Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito
Corrente/MG - dissidência do PCB
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
Cpor - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
Crempesp - Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
Crusp - Conjunto Residencial da USP
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DA - Diretório Acadêmico
DCE - Diretório Central dos Estudantes
Deic - Departamento Estadual de Investigações Criminais
Deops - Departamento Estadual de Ordem Política e Social
Desip - Departamento do Sistema Penitenciário
Dina - Direção de Inteligência Nacional - polícia política de Pinochet (Chile)
DL - Decreto-lei
DML - Departamento de Medicina Legal

DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna
Dops - Departamentos de Ordem Política e Social
DOU - Diário Oficial da União
DP - Delegacia de Polícia e Distrito Policial
ESG - Escola Superior de Guerra
FAB - Força Aérea Brasileira
FEB - Força Expedicionária Brasileira
FLN - Frente de Libertação Nacional
FRE - Frente Revolucionária Estudantil
Fuec - Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
GTMM - Grupo Tortura Nunca Mais
Iapi - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
ICE - Instituto Carlos Ébole
IML - Instituto Médico Legal
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPM - Inquérito Policial Militar
IPM - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPT - Instituto de Polícia Técnica
ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
LSN - Lei de Segurança Nacional
M3G - Marx, Mao, Marighella e Guevara
MAR - Movimento Armado Revolucionário

diário



MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MIR - Movimento de Izquierda Revolucionária
MNR - Movimento Nacional Revolucionário | 486 |
Molipo - Movimento de Libertação Popular
MR-26 - Movimento Revolucionário 26 de Março
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
Oban - Operação Bandeirante
OEА - Organização dos Estados Americanos
Olas - Organização Latino-Americana de Solidariedade
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCUS - Partido Comunista da União Soviética
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PF - Polícia Federal
PIB - Produto Interno Bruto
PIC - Pelotão de Investigações Criminais
PL - Projeto de Lei

PM - Polícia Militar
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POC - Partido Operário Comunista
Polop - Política Operária
Port - Partido Operário Revolucionário Trotskista
PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSP - Partido Social Progressista
PST - Partido Social Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC - Pontifícia Universidade Católica
Rede - Resistência Democrática
SBPC - Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a partir de 24 de março de 2010
SEDH/PR - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, até 23 de março de 2010
Senai - Serviço Nacional de Aprendizado Industrial
Sesc - Serviço Social do Comércio
SIE - Serviço de Informações do Exército Argentino
SNI - Serviço Nacional de Informações
Sops - Serviço de Ordem Política e Social
SSP - Secretaria de Segurança Pública
STE - Superior Tribunal Eleitoral
STM - Supremo Tribunal Militar

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UDR - União Democrática Ruralista
UEE - União Estadual de Estudantes
UEEPb - União dos Estudantes do Estado da Paraíba
UEG - Universidade do Estado da Guanabara
Uerj - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Ufal - Universidade Federal de Alagoas
UFBa - Universidade Federal da Bahia
UFCE - Universidade Federal do Ceará
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
Uneti - União Nacional dos Estudantes Técnicos e Industriais
Unicamp - Universidade de Campinas
Upes - União Paulista dos Estudantes Secundaristas
USP - Universidade de São Paulo
VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

